



PENSAR

A COMUNICAÇÃO

Dominique Wolton

DIGITAL
Source



DOMINIQUE WOLTON

PENSAR A COMUNICAÇÃO

Tradução
VANDA ANASTÁCIO

Tradução
VANDA ANASTÁCIO

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>
[http://groups.google.com/group/Viciados em Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)



DIFEL — DIFUSÃO EDITORIAL, S.A.

Dominique Wolton nasceu em 1947, na República dos Camarões e é director de Investigação no Centro Nacional de Pesquisa Científica. Dirige o laboratório "Comunicação Política" e a revista Hermes no Centro Nacional de Pesquisa Científica.

Os seus trabalhos incidem sobre a análise das relações entre a comunicação, a sociedade, a cultura e a política.

Tem diversas obras publicadas, onde se destacam:

"Le Nouvel Ordre Sexuel" (1974),

"Les Dégâts du progrès" (1977),

"Éloge du Grand Public" (1990),

"Dernière Utopie" (1993).

Obra publicada com a ajuda do Ministério Francês encarregado da Cultura

Título Original: *Penser la Communication*

(c) 1997, Flamarion

Todos os direitos de publicação desta obra em língua portuguesa, excepto Brasil, reservados por:

DIFEL — Difusão Editorial, S.A.

Denominação Social — DIFEL 82 — Difusão Editorial, SA

Sede Social — Avenida das Túlipas, n.º 40-C — Miraflores 1495-195 Algés — Portugal

Telefones: 4120848 — 4120849

Fax: 4120850

E-mail: Difel.SA@mail.telepac.pt

Capital Social — 60 000 000\$00 (sessenta milhões de escudos)

Contribuinte n.º — 501 378 537

Matrícula n.º 8680 — Conservatória do Registo Comercial de Oeiras

Capa: Fernando Felgueiras

Revisão Tipográfica: Marita Ferreira

Composição: Estúdios Difel

Impressão e acabamento: Tipografia Guerra — Viseu

Depósito Legal n.º 135 888/99

ISBN 972-29-0448-5 /Abril 1999

Para D., El., Ed.

PRÓLOGO

VINTE ANOS DE INVESTIGAÇÃO

Este livro apresenta uma síntese de vinte anos de investigações consagradas ao estudo das relações entre a comunicação e a sociedade. Tem também o objectivo de sublinhar a importância teórica destas questões e preservar o ideal da comunicação no momento em que a sua instrumentalização triunfa. Permite igualmente compreender a continuidade das sete obras anteriores (¹), publicadas entre 1978 e 1994, as quais trataram diversos aspectos das relações entre a comunicação e a sociedade.

A síntese destas investigações, sem pretensões de exaustividade, nem de verdade, procura dar aos leitores os meios para entender a maneira como as ciências sociais, "em directo", sem o recuo da História, procuram introduzir conhecimentos numa área onde imperam — o que é normal uma vez que se trata de comunicação — as paixões, os interesses e as ideologias. O investigador não está ao abrigo dos a priori nem das escolhas subjectivas mas, ao retomar as principais conclusões destes vinte anos, procuro mostrar que é possível, paralelamente ao lugar cada vez maior ocupado pelos interesses, conservar um espaço dedicado ao conhecimento. É por isso que a primeira parte desta obra expõe o quadro teórico e as hipóteses que orientam o trabalho e que as cinco seguintes são consagradas às áreas de investigação empírica ligadas a este quadro.

É preciso insistir sobre esta dificuldade da análise. Poucos sectores foram confrontados com mutações tão rápidas nos últimos 50 anos mas, sobretudo, há poucos que sejam tão recentes como este. A escola, a cidade, as ciências e o exército também foram afectados por mudanças imensas, mas são de sectores antigos das nossas sociedades onde existem tradições de análise; enquanto a comunicação só explodiu, como valor característico da modernidade, há cerca de meio século. O que mostra quão recente é este

¹ Les Réseaux pensants. Télécommunication et société (com A. Giraud e J.-L. Missika), Masson, 1978; L'Information demain? De la presse écrite aux nouveaux médias (com J.-L. Lepigeon), Paris, La Documentation française, 1979; La Folle du logis. La télévision dans les sociétés démocratiques (com J.-L. Missika), Paris, Gallimard, 1983; Terrorisme à la une. Médias, terrorisme et démocratie (com M. Wiewiorka), Gallimard, 1987; Éloge du grand public. Une théorie critique de la télévision, Flammarion, 1990; War Game. L'information et la guerre, Flammarion, 1991; La Dernière Utopie. Naissance de l'Europe démocratique, Flammarion, 1993.

fenómeno. Ao mesmo tempo, a comunicação tornou-se de tal maneira presente na economia, nas técnicas, na política, que o discurso dos agentes (empresários, engenheiros, homens políticos e jornalistas) invadiu tudo. Já quase deixou de haver lugar para dizer outra coisa. E, contudo, é indispensável compreender, de tal modo a comunicação se colou à pele das sociedades contemporâneas. O que está aqui em causa é o estatuto do conhecimento.

As ciências sociais são pois, mais ainda que de costume, obrigadas a fazer duas coisas ao mesmo tempo: manter um certo distanciamento, sem o qual não pode haver conhecimento e, por vezes, tomar posição. Por conseguinte, não é contraditório, do meu ponto de vista, reivindicar o estatuto de investigador e um certo empenhamento quando os desafios estão directamente ligados a opções teóricas, como aliás acontece com as ciências da natureza, da matéria ou da vida. É por isso que neste livro, como na maior parte dos que o antecederam, não me contento com uma análise crítica e procuro, na medida do possível, propor soluções de substituição. Principalmente quando se adopta, como no meu caso, uma posição favorável à comunicação. Mas isso não basta, porque o investigador é apanhado na contradição seguinte: pede-se-lhe que seja livre, que explore e, ao mesmo tempo, se ele diz algo diferente do discurso dos actores, dos homens políticos ou dos jornalistas, encontra imediatamente uma forte resistência. Principalmente quando se trata de temas tão "quentes" como os que se ligam à televisão, à cultura do grande público, à informação, ao jornalismo, à política, às novas tecnologias ou à Europa. É um pouco a dupla ligação "Ajude-nos a compreender melhor o que se passa mas, acima de tudo, diga só aquilo que queremos ouvir"... Todos aqueles que, como eu, trabalham no mundo académico e no da investigação nesta área sonham, por vezes, vir um dia a beneficiar de um pouco da atenção tão favorável que rodeia, noutros casos, as múltiplas profecias da comunicação. Este domínio não é o único onde se observa uma tal resistência à análise mas é, sem dúvida, um daqueles onde a resistência é mais visível devido à relação ambígua que cada um de nós mantém com a comunicação.

Pensar a comunicação hoje é pensar a ligação entre os valores que estão na sua origem, as técnicas e o modelo democrático ocidental. Mas a margem de manobra é estreita, de tal forma a vitória da comunicação mistura, actualmente, de modo subtil, valores e interesses. Por exemplo:

Como salvar uma certa ideia da comunicação ligada à ideia de partilha e de compreensão, quando ela é invadida pelos interesses e pelas ideologias?

Como pensar as relações entre indivíduos numa sociedade dominada por uma panóplia de técnicas cuja interactividade é tida por comunicação?

Como conciliar o individualismo dominante com o desafio das nossas sociedades que é, pelo contrário, o de manter os laços da coesão social e do "estar juntos"?

Como preservar a relação com o outro numa sociedade aberta, onde a circulação é tal que o outro, tornado omnipresente, se revela mais ameaçador do que desejável?

Como explicar que quanto mais comunicação houver, mais necessário se torna reforçar as identidades, que ontem eram um obstáculo à comunicação e que hoje em dia se tornam uma das suas condições essenciais?

Em suma, com a comunicação é difícil encontrar a distância certa. Se o outro está demasiado perto, torna-se inquietante, desencadeando uma reacção de rejeição. Se está demasiado longe, a diferença parece intransponível. Nos dois casos é o problema do outro que se coloca ou, antes, das condições a satisfazer para que seja possível estabelecer uma comunicação com ele. Quanto mais presente está o outro, e hoje em dia está omnipresente, por intermédio das técnicas, mais necessário se torna respeitar certas regras, para evitar que essa proximidade seja fonte de conflitos. É, pois, também por isso, que as distâncias trazidas pelos conhecimentos são fundamentais, nomeadamente para resistir às ideologias da comunicação que negam os condicionalismos indispensáveis a qualquer comunicação ou, muito simplesmente a qualquer coabitação saudável.

Uma vez que a produção de conhecimentos não existe sem referências bibliográficas, procurei citar as obras mais importantes, independentemente das suas orientações teóricas e agrupei-as por capítulos para respeitar a lógica temática. Também tentei distinguir no final da introdução um certo número de títulos "clássicos" — cerca de sessenta livros — que, na sua diversidade, marcaram o aparecimento desta área do conhecimento. A escolha não pretende de maneira nenhuma, ser exaustiva, mas procura ser equilibrada.

Depois, para uma boa compreensão do texto, estabeleci um glossário para as catorze palavras e conceitos ligados à perspectiva teórica aqui desenvolvida.

Para dar uma visão sintética das ciências da comunicação, retomei alguns excertos do relatório que fiz a pedido da direcção-geral do CNRS em 1985.

Por outro lado, gostaria ainda, muito sinceramente, de agradecer a Martine Escoute e a Michelle Ballinger, que muito me ajudaram na realização do manuscrito, com uma menção particular para a segunda, documentalista, e para o seu trabalho sobre a bibliografia. Por fim, agradeço a Jean-Michel Besnier, Éric Dacheux e Yves Winkin pela sua leitura amigável do texto e pelas observações que me fizeram.

INTRODUÇÃO GERAL

EXISTE UMA MARGEM DE MANOBRA

A comunicação é um dos símbolos mais brilhantes do século XX; o seu ideal, aproximar os homens, os valores, as culturas, compensa os horrores e as barbaridades da nossa época. Ela é também uma das frágeis conquistas do movimento de emancipação e os seus progressos acompanharam os combates pela liberdade, pelos direitos do Homem e pela democracia.

De onde vem então esse sentimento de mal-estar que acompanha aquilo que deveria constituir um orgulho legítimo, um dos avanços mais tangíveis deste século, noutros aspectos tão duvidoso? Vem, sem dúvida, do facto de haver de tudo e demasiado, na comunicação. É certo que as possibilidades de intercâmbio são decuplicadas, à medida de uma liberdade individual sem limites, mas realizam-se por intermédio de indústrias "culturais" cujo poder financeiro e económico se opõe muitas vezes a qualquer ideia de cultura e de comunicação.

É verdade que se trata apenas de trocas rápidas, interactivas, cada vez mais baratas, de um lado ao outro do mundo. Mas o preço a pagar é o reforço das desigualdades entre o Norte e o Sul. É verdade que se trata apenas do "direito" à comunicação e do acesso às redes. Mas isso coloca problemas terríveis de liberdades privadas e públicas, face aos quais as democracias se encontram amplamente desprotegidas. E a lista destas ambiguidades poderia continuar. Porque essa é a palavra que nos ocorre imediatamente. Este século assiste ao triunfo da comunicação, mas as ambiguidades que a acompanham são pelo menos tão fortes como os progressos, explicando as dúvidas e as interrogações que já se adivinham para o próximo século.

A comunicação mistura, de maneira indissociável, valores e interesses, ideais e ideologias. E nada garante, sobretudo no momento do seu triunfo técnico e económico, que os ideais da comunicação de ontem se inscrevam nas realidades de amanhã. É esta inultrapassável ambiguidade que há vinte anos me interessa no estudo das relações entre a comunicação e a sociedade: compreender este desfazimento constante entre as palavras e os actos, as promessas e as realizações.

Sou perseguido por esta interrogação: sob que condições salvar a dimensão soberba da comunicação, uma das mais belas do homem, que lhe faz desejar entrar em relação com os outros e partilhar com eles, quando tudo vai, pelo contrário, no sentido dos interesses? Como salvar a dimensão humanista da comunicação quando triunfa a sua dimensão instrumental? Que relação existe entre o ideal da comunicação, que atravessa as épocas e as civilizações ao ponto de se transformar num dos símbolos mais fortes da humanidade, e os interesses e ideologias do mesmo nome?

Trata-se de uma questão tanto mais difícil quanto se esbarra imediatamente em dois obstáculos. O primeiro está ligado à própria palavra. É inacessível, polissémica, indomável. Escorrega-nos por entre os dedos desde o momento em que a abordamos, transborda de sentido e de referências, principalmente na sociedade contemporânea, dominada pela abertura e pelas trocas incessantes. A comunicação está aí, omnipresente, valorizada, sem que saibamos se as referências que a rodeiam ainda têm qualquer relação com os ideais em nome dos quais é instrumentalizada. Não é a única "palavra-mala" que faz parte do nosso ambiente conceptual quotidiano. Encontramos a mesma polissemia nas palavras informação, identidade, liberdade, democracia... Mas poucas estão a tal ponto no seio da experiência individual e colectiva. E esse é o segundo obstáculo. Ninguém é exterior à comunicação, ninguém tem distanciamento em relação a ela. Somos todos parte integrante da comunicação; ela nunca é um objecto neutro, exterior a si. Uma reflexão sobre a comunicação requer, pois, um esforço considerável de distanciamento, tanto da parte de quem procura compreender, como da parte daqueles a quem a reflexão se destina.

I. Os três sentidos da palavra comunicação

Que devemos entender por comunicação? A literatura sobre o assunto é considerável, à medida da diversidade das tradições, das práticas e das doutrinas que, da teologia à filosofia, da antropologia à sociologia, da linguística à psicologia, da ciência política ao direito, elaboraram definições e teorias da comunicação. Na perspectiva do meu trabalho, que é uma reflexão sobre as relações entre comunicação e sociedade, podemos distinguir três sentidos principais: a comunicação directa, a comunicação técnica e a comunicação social.

1) A comunicação é, antes de mais, uma experiência antropológica fundamental. Intuitivamente, comunicar consiste em trocar algo com alguém. Muito simplesmente não existe vida individual e colectiva sem comunicação. E o próprio de toda a experiência pessoal, como de qualquer sociedade, é definir as regras da comunicação. Do mesmo modo que não há homens sem sociedades, também não há sociedades sem comunicação. É neste sentido que a comunicação é sempre, simultaneamente, uma realidade e um modelo cultural, e que os antropólogos e os historiadores identificam progressivamente os diferentes modelos de comunicação, interpessoais e colectivos, que se sucederam na História. Nunca existe comunicação por si, ela está sempre ligada a um modelo cultural, ou seja, a uma representação do outro, uma vez que comunicar consiste em difundir mas, também, em interagir com um indivíduo ou uma colectividade. O acto banal de comunicação condensa, na realidade, a História de uma cultura ou de uma sociedade.

Nessa perspectiva, a originalidade do modelo ocidental, através das suas raízes judaico-cristãs e, depois, da emergência dos valores modernos do indivíduo livre, consiste em ter impulsionado claramente o ideal de emancipação individual e colectiva. Comunicar implica, por um lado, a adesão aos valores fundamentais da liberdade e da igualdade dos indivíduos e, por outro lado, a procura de uma ordem política democrática. Estes dois significados têm como consequência a valorização do conceito de comunicação na sua dimensão mais normativa, aquela que remete para o ideal de troca, de compreensão e de partilhas mútuas.

2) A comunicação é, também, o conjunto das técnicas que, num século, quebrou as condições ancestrais da comunicação directa para as substituir pelo reino da comunicação à distância. Hoje em dia entendemos por comunicação pelo menos tanto a comunicação directa entre duas ou mais pessoas, quanto a troca à distância mediatizada pelas tecnologias (telefone, televisão, rádio, informática, telemática...). Os progressos foram de tal maneira imensos, as realizações tão evidentes, que hoje em dia, estabelecer um intercâmbio instantaneamente, de um lado ao outro do mundo, através do som, da imagem ou dos dados é uma banalidade. Pelo menos para os países ricos. É o tema da "aldeia global" o qual, se é exacto de um ponto de vista técnico não tem, evidentemente, qualquer fundamento do ponto de vista histórico e cultural. O desfazamento entre o carácter cada vez mais "naturalmente mundial" das tecnologias e as dificuldades de comunicação, cada vez mais visíveis, das sociedades entre elas, é uma das grandes revelações e contradições do século

XX. Mesmo se a ideologia técnica promete sempre aproximar, para amanhã, as capacidades e os conteúdos da comunicação.

3) Enfim, a comunicação tornou-se uma necessidade social funcional para economias interdependentes. A partir do momento em que o modelo dominante é o da abertura — a fortiori depois da queda do comunismo —, tanto para o comércio como para as trocas e para a diplomacia, as técnicas da comunicação desempenham um papel objectivo indispensável. Se tudo está aberto e em interacção com uma divisão internacional do trabalho, então os sistemas técnicos, dos computadores às redes e aos satélites, são uma necessidade funcional, sem relação com o modelo de comunicação normativo. É a mesma palavra, mas já não tem o mesmo conteúdo. A "comunicação mundial" já não tem evidentemente grande coisa que ver com o horizonte e o sentido da comunicação que se faz à escala dos indivíduos e dos pequenos grupos.

Continua a haver, no entanto, um ponto comum entre estes três níveis de comunicação, directa, técnica e funcional: a interacção. É mesmo a interacção que define a comunicação. E como as interacções não param de crescer à medida que se passa da comunicação directa à comunicação técnica e depois à comunicação social funcional, concluimos, um pouco apressadamente, a favor da "comunicação". E aqui triunfa a ambiguidade: as interacções da comunicação funcional não são sinónimas de "intercompreensão".

Toda a ambiguidade do triunfo da comunicação vem daí: o sentido ideal, trocar, partilhar e compreender-se foi recuperado, e pilhado, pela comunicação técnica e, depois, pela comunicação funcional. O ideal da comunicação serviu de rótulo — alguns dirão de caução — ao desenvolvimento da comunicação técnica e, depois, da comunicação funcional. O ideal de troca e de compreensão serve, pois, de pano de fundo tanto ao desenvolvimento fantástico das técnicas de comunicação, como ao da economia-mundo! Não é surpreendente, nestas condições, que um mal-entendido cada vez mais ensurdecador acompanhe a problemática da comunicação nas suas relações com a sociedade...

II. As fontes: comunicação normativa e comunicação funcional

Ao longo do livro oporei estes dois significados da comunicação que na realidade empírica se sobrepõem e se correspondem mas que, do ponto de vista dos valores e das suas implicações, não revestem, de forma nenhuma, a mesma realidade. Os dois significados coabitam, aliás, já na etimologia da

palavra, como veremos adiante, a qual distingue dois sentidos: o sentido de partilha, próximo da ideia de comunicação normativa; o sentido de transmissão e de difusão, próximo da ideia de comunicação funcional.

Por comunicação normativa devemos entender o ideal de comunicação, ou seja a vontade de intercâmbio, para partilhar qualquer coisa em comum e para uma compreensão mútua. A palavra "norma" não remete para um imperativo mas, sim, para o ideal que cada um procura atingir. A vontade de compreensão mútua é aqui o horizonte desta comunicação. E quem diz compreensão mútua pressupõe a existência de regras, de códigos e de símbolos. Ninguém aborda "naturalmente" ninguém. O objectivo da educação e, depois, da socialização é fornecer a cada indivíduo as regras necessárias para entrar em contacto com os outros.

Por comunicação funcional é preciso entender as necessidades de comunicação das economias e das sociedades abertas, tanto para as trocas de bens e de serviços como para os fluxos económicos, financeiros ou administrativos. As regras têm aqui um papel ainda mais importante que no quadro da comunicação interpessoal, não numa perspectiva de intercompreensão ou de intersubjectividade, mas antes na de uma eficácia ligada às necessidades ou aos interesses.

Tudo separa essas duas dimensões da comunicação, mas nada seria mais falso do que limitar a primeira ao nível da comunicação directa interpessoal e reduzir a segunda à comunicação técnica ou social. Seria demasiado simples. Toda a ambiguidade vem do facto de a oposição entre as duas formas de comunicação, normativa e funcional, não cobrir a distinção entre os três níveis de comunicação, directa, técnica e social. Por outras palavras, as duas formas de comunicação encontram-se em cada um dos três níveis de comunicação.

Apesar de a comunicação normativa ser, em princípio, o ideal da comunicação directa, todos podemos constatar, por experiência, a que ponto numerosas relações interpessoais são na realidade regidas por uma simples comunicação funcional! Pelo contrário, na comunicação técnica ou social, uma e outra dominadas pela comunicação funcional, verifica-se muitas vezes a existência de uma comunicação autêntica. É o que todos procuramos nos grupos, nas associações, nos partidos e, também, nas relações de trabalho, aparentemente regidas pelas lógicas da comunicação funcional. Estas são muitas vezes ocasião de relações mais autênticas do que as que existem na vida privada e familiar...

Por outras palavras, se a comunicação normativa está mais adaptada ao primeiro nível do intercâmbio individual ou de pequenos grupos, nada permite

a priori acreditar que as comunicações técnica e social tenham que ver, principalmente, com uma lógica de comunicação funcional. O telefone e a televisão, por exemplo, são meios de comunicação que permitem uma comunicação normativa, enquanto, pelo contrário, há um grande número de situações privadas, familiares e de grupos onde, apesar das aparências, reina apenas a comunicação funcional.

Nada seria portanto mais falso do que opor "a autenticidade da comunicação das relações privadas" à "funcionalidade da comunicação das relações sociais". É essencial ter presente a diferença de significado entre estas duas formas de comunicação, sabendo ao mesmo tempo que ela atravessa as situações individuais ou colectivas de comunicação. Está aqui a ambiguidade e a dificuldade da comunicação: a mistura constante entre as duas dimensões e a dificuldade em atribuir a priori o sentido normativo ou o sentido funcional a esta ou àquela situação.

III. A ideia central: existe uma margem de manobra

A minha posição nos últimos vinte anos, através de diversas investigações e de múltiplas obras consagradas às relações entre comunicação e sociedade, não mudou. A comunicação comporta desde sempre estas duas dimensões contraditórias, normativa e funcional, mas apesar do êxito crescente da segunda, existe sempre uma margem de manobra.

Esta é a hipótese central: o lugar crescente da dimensão funcional não basta para instrumentalizar e para anular a dimensão normativa da comunicação, pois é em nome desta dimensão normativa que as indústrias se desenvolvem, deixando um lugar a partir do qual é sempre possível denunciar os desfasamentos entre as promessas dos discursos e a realidade dos interesses. E as dificuldades de qualquer comunicação humana relativizam as promessas de uma comunicação funcional mais eficaz. Nenhuma técnica de comunicação, por mais potente que seja, conseguirá atingir o nível de complexidade e de cumplicidade da comunicação humana. Por outras palavras, existe uma margem de manobra, uma capacidade crítica que nunca pode ser destruída uma vez que tem a sua origem na dimensão antropológica da comunicação. Capacidade crítica que permite fazer sempre a triagem, distinguir entre aquilo que, nas promessas, remete para um ideal normativo, daquilo que remete para uma realidade funcional, separar o verdadeiro do falso, os discursos das realidades, os valores dos interesses. Neste ponto do raciocínio, é preciso sublinhar até que ponto a comunicação apresenta um elemento em

comum com a democracia, outro conceito central da modernidade: o de poder atribuir os factos aos valores. Assim como é possível, quotidianamente, em nome dos ideais da democracia, criticar as derivadas e os erros das sociedades democráticas, também é possível, em nome dos próprios ideais da comunicação, criticar as realizações que se fazem em seu nome.

É por isso que a minha hipótese de trabalho, a saber a capacidade que têm os indivíduos, os grupos, as colectividades, para desmascarar as falsas promessas da comunicação, está relacionada com o paradigma democrático que pressupõe a capacidade crítica do cidadão. Se este é suficientemente inteligente para fazer a triagem ao nível do discurso político, porque não conceder-lhe a mesma inteligência para fazer essa triagem no caso das promessas da comunicação?

Portanto, não acredito nem no aparecimento da sociedade da informação e da comunicação, nem na instauração do poder totalitário de uma sociedade de comunicação organizada sobre o modelo do Big Brother. Muito simplesmente porque as contradições entre o ideal e a realidade são suficientemente fortes para quebrar as promessas de uma sociedade ecuménica, ou as estratégias de um poder totalitário comunicacional.

Nunca houve um paraíso da comunicação que se tivesse depois degradado noutros tantos interesses e mentiras. Existe pelo contrário, desde sempre, uma ambivalência entre os dois significados da comunicação. E mesmo se os progressos técnicos e as necessidades da comunicação social reforçam hoje as dimensões da comunicação funcional, em relação à comunicação normativa, não há sobreposição da segunda pela primeira. Ou, por outras palavras, pode existir, com a comunicação, domínio, mas não alienação. A alienação pressuporia o desaparecimento do livre arbítrio, logo, dessa famosa capacidade crítica ligada ao estatuto do cidadão. O domínio remete, pelo contrário, para a experiência de cada um: a comunicação pode ser ocasião de uma relação de poder, ou de violência, nas relações privadas ou sociais, mas é sempre possível criticá-la.

O objectivo deste livro é, pois, algo muito diferente de uma análise do papel desempenhado pelas técnicas de comunicação na sociedade aberta. É mais uma reflexão sobre a democracia perante a prova da comunicação. Consiste em passar pelo crivo da comunicação a maioria dos conceitos da sociedade democrática, uma vez que eles pertencem ao mesmo sistema de valores. O objectivo não consiste aqui também em "denunciar" uma degradação da comunicação em relação a um ideal comunicacional que terá

existido anteriormente, uma vez que a proposta de partida coloca, pelo contrário, o princípio de uma ambiguidade fundamental.

IV. O limite de qualquer comunicação: o outro

Esta hipótese de uma margem de manobra remete para a ideia de uma falha quase ontológica. Se a impossibilidade de uma comunicação totalmente coroada de êxito tem o inconveniente de impedir a utopia de uma comunicação perfeita, tem, em contrapartida, a vantagem de preservar uma liberdade crítica irreduzível. Há sempre algo de falhado, de aproximativo, de frustrante, na comunicação, mas estes limites estruturais também são o meio de compreender que em toda a comunicação existe um outro e que o outro permanece inatingível. A ideia de relação entre duas entidades, que está na base da sociedade e da comunicação é também o meio de compreender o limite de toda a aproximação. A comunicação permite a aproximação ao mesmo tempo que manifesta o limite, intransponível, de qualquer aproximação. Porquê? Porque, com a comunicação, o mais complicado continua a ser o outro! Quanto mais fácil é entrar em contacto com ele, de um lado ao outro do mundo, a qualquer momento, mais depressa nos apercebemos dos limites da compreensão. As facilidades de comunicação não bastam para melhorar o conteúdo das trocas.

Porquê insistir nesta dificuldade? Para recordar que, se as nossas sociedades nunca falaram tanto de intercâmbios nem aderiram tanto aos projectos mais ambiciosos da sociedade da informação, não pode haver comunicação sem provas, sem duração nem fracasso. É importante dizer isto antes de entrar num livro onde só se trata de comunicação. As realizações técnicas não bastam para aproximar e, sobretudo, ao tornarem mais visíveis os diferentes pontos de vista, tornam igualmente visível aquilo que os distingue. Terrível experiência! A comunicação que deveria aproximar os homens torna-se, na realidade, o revelador daquilo que os afasta...

Em resumo, este livro quer recordar que não existe comunicação sem mal-entendidos, sem ambiguidades, sem traduções e adaptações, sem perdas de sentido e sem o aparecimento de significados inesperados, em suma, sem fracassos da comunicação e sem regras a cumprir. O impulso daquilo a que se chama as "novas técnicas de comunicação", desde os anos 70 — e que evidentemente não o é aos olhos das jovens gerações nascidas com elas —, consiste em fazer crer, erradamente, que podem reduzir a polissemia da comunicação. Que é possível racionalizar a comunicação humana tal como se

pode racionalizar a comunicação técnica. Mas se a racionalidade das técnicas de comunicação é bastante superior à racionalidade da comunicação humana, também é, ao mesmo tempo, muito mais pobre.

O risco? Querer reduzir este fosso, indispensável, entre as duas formas de comunicação e desejar racionalizar a comunicação intersubjectiva para a tornar "mais eficaz". Ou, dizendo-o por outras palavras, acreditar que a comunicação funcional, desmultiplicada pelas técnicas, a aproximaria da comunicação normativa.

V. Necessidade e dificuldade da análise

Nestas condições, compreende-se a dificuldade de uma lógica do conhecimento acerca da comunicação. Por três razões. Em primeiro lugar, uma vez que todos praticam a comunicação todos se sentem, muito naturalmente, especialistas. A comunicação, tem um ponto em comum com a política: todos se acham competentes. Trata-se de uma consequência do paradigma democrático que reconhece, a todos, igualdade, tanto para se exprimir, para falar e comunicar, como para ter uma opinião política e para a dar a conhecer. Depois, a comunicação é um sector novo, sem tradições, onde a multiplicidade das inovações técnicas, de há um século para cá, e as suas realizações crescentes parecem ter trazido soluções para todas as interrogações possíveis. Implícita está a ideia de que as objecções de hoje serão varridas pelas inovações do amanhã. Por fim, com a comunicação, tanto está em causa a paixão como a razão. Não só não há quem tenha distanciamento em relação à comunicação como, principalmente, todos são ambivalentes em relação à ideia de "saber", uma vez que as dificuldades encontradas neste domínio remetem, na maior parte das vezes, para as dificuldades de cada um.

As pessoas preferem "utilizar" a comunicação para fazer passar uma mensagem a reflectir sobre ela, porque a comunicação se transforma depressa no seu próprio espelho. É por isso que toda a gente, inclusivamente nos meios académicos, tem relações ambíguas com a comunicação. Ela nunca é um objecto neutro de conhecimento.

O resultado? Ninguém quer saber mais porque julga já saber tudo ou porque, no caso da comunicação, cada um sente que se trata de outra coisa. Como, de qualquer modo, com a comunicação, "passa" sempre qualquer coisa, muitos são aqueles que desejam um impasse sobre uma reflexão que lhe diga respeito. O que impera é, portanto, uma visão instrumental. Procuram-se,

sobretudo, receitas, em vez de uma reflexão crítica. E não são os múltiplos guardiães do espaço público, hoje tão solicitados por aqueles que desejam aceder a ele, que podem, actualmente, requerer uma reflexão crítica.

Ditas claramente, estas razões explicam a dificuldade de uma lógica de conhecimento numa área onde predomina a sedução das promessas técnicas e o desejo de comunicar. Numa palavra, continua a ser difícil ser-se ouvido quando o objecto da investigação se prende com a comunicação.

É, contudo, elaborando conhecimentos sobre a questão ontologicamente ambígua da comunicação que talvez se chegue a criar esse famoso distanciamento crítico indispensável, fonte de toda a liberdade. A função crítica do conhecimento é hoje indispensável ao nível do papel da comunicação nas nossas sociedades, à escala da rapidez das mudanças e da dimensão dos impérios financeiros que as acompanham.

Se os valores e as referências de que a comunicação se reclama forem encarados seriamente, será possível analisar e salvar este conceito, tão essencial ao património religioso, filosófico, cultural e político do Ocidente. Quando admitiremos que a comunicação é, para as nossas sociedades, uma questão pelo menos tão importante como as da educação, da investigação, da cidade, da ciência, ou da saúde?

BIBLIOGRAFIA

"os clássicos"

Procurei distinguir um certo número de "títulos clássicos" ou seja, cerca de seis dezenas de livros que, na sua diversidade, marcaram o aparecimento desta área do saber. A escolha não pretende, de modo nenhum, ser exaustiva, mas procurou ser equilibrada.

ADORNO Th., "L'industrie culturelle", Communications n.º 4 1963.

BARNNOUW E., GERBNER G., GROSS L., SCHRAMM W. e WORTH T. L. (sob a direcção de), International Encyclopedia of Communications, Oxford, vol. 4, 1989.

BARTHES, R., Mythologies, Paris, Seuil, 1957.

BATESON G., Écologie de l'esprit, 2 vols., Paris, Seuil, 1980.

BAUDRILLARD J., Simulacres et simulation, Paris, Galilée, 1981.

"Signification" BELL D., Vers La société post-industrielle Paris, Laffont, 1976.

BLUMERL J. G. e MacQUAIL D., Television in Politics. Its Uses and Influence, Londres, Faber, 1968.

CAILLOIS, R. Les Jeux et lês Hommes. Le Masque et le Vertige, Paris, Gallimard, 1967.

CANETTI E., Masse et puissance, Paris, Gallimard (trad.), col. "Tel", 1966.

CAREY J. W., Communication as Culture. Essays on Media and Society, Boston, Hyniw Hyman, 1989.

CAZENEUVE J., La Société de l'ubiquité, Paris, Denoël, 1972.

Communications, n.º 4, Paris, Seuil, 1964.

DAGOGNET F., Philosophie de l'image, Paris, Vrin, 1984.

DAYAN D. e KATZ E., La Télévision cérémonielle, Paris, PUF, 1996.

DEBORD G., La Société du spectacle, Paris, Gallimard, col. "Folio", 1996.

DUMONT L., Homo AEqualis. Génese et épanouissement de L'idéologie économique, Paris, Gallimard, 1977.

DURAND G., Les structures anthropologiques de l'imaginaire, Paris, Bordas, 1969.

ÉLIADE M., Images et symboles, Paris, Gallimard, col. "Tel", 1952, reed. 1979.

ELIAS N., La société des individus, Paris, Fayard, 1991.

ELLUL J., La Technique ou l'Enjeu du siècle, Paris, Economica, 1980.

ESTABLET R. e FELOUZIS G., Livre et télévision: concurrence ou interaction?, Paris, PUF, 1992.

- FRIEDMANN G., Ces merveilleux instruments, Paris, Denoël-Gonthier, 1979.
- GLICK G. Q. e LEVY S. J., Living with Télévision, Chicago, Aldine, 1962.
- GRIGNON Cl. e PASSERON J.-C., Le Savant et le populaire, Paris, Seuil-Gallimard, "Hautes Études", 1989.
- HABERMAS J., L'espace public, Paris, Payot, 1978.
- HALL S. et al., Culture, Medias, Language, Londres, Hutchinson University Library, 1980.
- HOGGART R., La Culture du pauvre — Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre, Paris, Éd. de Minuit (trad.), 1970.
- HORKHEIMER M., Éclipse de la raison, Paris, Payot (trad.), 1974.
- HORKHEIMER M. e ADORNO T. W., La Dialectique de la raison, Paris, Gallimard, col. "Tel", 1994.
- ILLICH I., La Convivialité, Paris, Seuil, 1975.
- KATZ E. e LAZARFELD P., Personal Influence: the Part Played by the People in the Flow of Mass Communication, Glencoe, The Free Press, 1955.
- KLAPPER J. T., The Effects of Mass Communication, Nova Iorque, The Free Press, 1960.
- ANG K. e G., Politics and Television, Chicago, Quadrangle, 1968.
- LAZARFELD P., BERELSON B. e GAUDET H., The People's Choice, Nova Iorque, Columbia University, 1948.
- LÉVY-STRAUSS C., Anthropologie structurale, vol. 1, Paris, Plon, 1968. Anthropologie structurale, vol. 2, 1973.
- LYOTARD J.-F., La Condition post-moderne, Paris, Éd. de Minuit, 1979.
- Mac BRIDE S. et al., Voix multiples, un seul monde. Relatório da comissão internacional para o estudo dos problemas da comunicação. Paris, Unesco/La Documentation française, 1980.
- Mac COMBS M. E. e SHAW D. L., "The agenda setting function of mass-media", Public Opinion Quarterly, n.º 36, 1972.
- Mac LUHAN M., Pour comprendre les Medias. Les prolongements technologiques de l'Histoire, Paris, Seuil, (trad.), 1968.
- Mac QUAIL D., Mass Communication Theory, Londres, Sage, 1983.
- MARCUSE H., L'Homme unidimensionnel; étude sur l'idéologie de la société industrielle avancée, Paris, Éd. de Minuit, 1968.
- MARIN L., Éléments de sémiologie, Paris, Klincksieck, 1971.
- MATTELART A., L'Invention de la Communication, Paris, La Découverte, 1994.
- METZ C., Le Signifiant imaginaire, Paris, UGE, col. "10/18", 1977.
- MISSIKA J.-L. e WOLTON D., La Folie du logis. La Télévision dans les sociétés démocratiques, Paris, Gallimard, 1983.

- MORIN E., L'Esprit du temps, essai sur la culture de masse, 2 vols., Paris, Seuil, 1962.
- MUMFORD L., Le mythe de la machine, Paris, Fayard, 1973.
- PADIOLEAU J. G. (sob a direcção de), L'Opinion publique, Paris, Mouton, 1981.
- PACKARD V., La Persuasion clandestine, Paris, Calmann-Lévy, 1963.
- RIESMAN D., La Foule solitaire. Anatomie de la société moderne, Paris, Arthaud, 1964.
- SCHAEFFER P., Machines à communiquer, 2 vols., Paris, Seuil, 1970.
- SCHILLER H., Communication and Cultural Domination, White Plains, International Arts and Sciences Press, 1976.
- SCHLESSINGER P., Media State, Nation, Political Violence and Collective Identities, Londres, Sage, 1991.
- SCHRAMM W. (org.) Mass Communication, Urbana, University of Illinois Press, 1960.
- SENNETT R., Les Tyrannies de l'intimité, Paris, Seuil, 1979.
- SHANNON C. e WEAVER W., Théorie mathématique de la communication, Paris, Retz (trad.), 1976.
- SIMONDON G., Du mode d'existence des objets techniques, Paris, Aubier, 1969.
- SOUCHON M., Petit écran, grand public, Paris, La Documentation française/INA, 1980.
- TARDE G., L'Opinion et la Foule, Paris, PUF, 1989.
- TCHAKHOTINE S., Le Viol des foules par la propagande politique (1939), Paris, Gallimard, 1952.
- TOCQUEVILLE A. de, De la démocratie en Amérique, 2 vols., Paris, Garnier-Flammarion, 1981.
- TOURAINÉ A., Critique de la modernité, Paris, Fayard, 1992.
- WATZLAWICK P., et al., Une logique de la communication, Paris, Seuil, 1979.
- WEBER M., Économie et société, Paris, Plon (trad.), 1971.
- WINKIN Y., La Nouvelle Communication, Paris, Seuil, 1981.
- WOLTON D., Éloge du grand public. Une théorie critique de la télévision, Paris, Flammarion, 1990.

Há também um grande número de manuais, dicionários e enciclopédias que há alguns anos oferecem uma síntese das principais orientações dos estudos e investigações sobre a comunicação. Podemos, assim, recorrer a:

- BALLE F., Médias et société. Presse, audio-visuel, télévision..., Paris, Montchrestien, 1992.
- BONTE P. e IZARD M. (sob a direcção de), Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie, Paris, PUF, 1982.
- BOUDON R. e BOURRICAUD F., Dictionnaire critique de sociologie, Paris, PUF, 1982.
- BOUGNOUX D. (sob a direcção de), Sciences de l'Information et de la communication. Antologia de textos, Paris, Larousse, 1993.
- CAYROL R., Les Médias. Presse écrite, radio, télévision, Paris, PUF, 1991.
- GRAWITZ M. e LECA J. (sob a direcção de), Traité de sciences politiques, 4 vols., Paris, PUF, 1985.
- JEANNENEY J.-N., Une histoire des médias, Paris, Seuil, 1996.
- LAZAR J., Sociologie de la communication de masse, Paris, A. Colin, 1991.
- MOSCOVICI S., Psychologie sociale, Paris, PUF, 1984.
- RAYNAUD P. e RIALS S. (sob a direcção de), Dictionnaire de philosophie politique, Paris, PUF, 1996.
- SFEZ L. (sob a direcção de), Dictionnaire critique de la communication, 2 vols., Paris, PUF, 1993.
- SILLS D. L., International Encyclopedia of the Social Sciences, Nova Iorque, Marmittan, 1968.

As principais revistas estrangeiras sobre o assunto são:

- Journal of Communication* (Cary, Pensilvânia), editada desde 1951;
- Media, Culture and Society* (Londres), editada desde 1978;
- Public Opinion Quarterly* (Chicago);
- European Journal of Communication* (Londres), editada desde 1986;
- Communication*. Revue québécoise des recherches et des pratiques en communication (Quebeque), editada desde 1979;
- Recherches en communication* (Lovaina);
- Technologies de l'Information et société* (Liège, Montreal);
- Télos* (Madrid).

As revistas francesas são:

- Hermès* (Ed. Do CNRS), editada desde 1988.
- MEI "Media et Information"* (Universidade de Paris VIII), editada desde 1993;
- Quaderni* (AZ Press), editada desde 1987;

Les Dossiers de l'audiovisuel (INA/La Documentation française), editada desde 1985;

Réseaux (CNET), editada desde 1984;

Les Cahiers de médiologie (Gallimard), editada desde 1996;

Communications (Seuil), editada desde 1964;

Études de communication (PUL, Lille), publicada desde 1992.

A revista *Hermès*, "Cognition, communication, politique" (Ed. do CNRS), criada em 1988, publicou os números seguintes:

n.º 1, Théorie politique et communication

n.º 2, Masses et politique

n.º 3, Psychologie ordinaire et sciences cognitives

n.º 4, Le nouvel espace public

n.os 5/6, Individus et politique

n.º 7, Bertrand Russell. De la logique à la politique

n.os 8/9, Frontières en mouvement

n.º 10, Espaces publics, traditions et communautés

n.os 11/12, A la recherche du public

n.os 13/14, Espaces publics en images

n.º 15, Argumentation et rhétorique (I)

n.º 16, Argumentation et rhétorique (II)

n.os 17/18, Communication et politique

n.º 19, Voies et impasses de la démocratisation

n.º 20, Toutes les pratiques culturelles se valent-elles?

(1) Haveria um trabalho apaixonante a fazer no que diz respeito à etimologia, à semântica e aos debates sobre a definição, a perspectiva e os contextos associados à definição das palavras informação e comunicação. Mas uma simples consulta dos principais dicionários é já bastante interessante desse ponto de vista. Os territórios são imensos, à medida das raízes religiosas e mitológicas destas duas palavras e principalmente da palavra comunicação. Podemos recorrer, nomeadamente, a: S. Aurox, *La Sémiotique des encyclopédistes. Essais d'épistémologie historique des sciences du langage*, Paris, Payot, 1979; E. Benveniste, *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes*, Paris, Éd. Minuit, 1969; Y. Bonnefoy, *Dictionnaire des mythologies*, Paris, Flammarion, 1991; M. Eliade, *Histoire des croyances et des idées religieuses*, 2 vols., Paris, Payot, 1976; A. Rey, *Dictionnaire historique de la langue française*, Paris, Le Robert, 1992.

Nos últimos quinze anos o próprio êxito do tema comunicação relançou uma reflexão teórica e semântica sobre a palavra comunicação. Existe um estudo sobre as suas filiações múltiplas na revista MEI, especialmente o editorial n.º 1, da autoria de B. Darras, em 1993 e nos n.os 4 e 5 (1995-1996), "L'espace sémantique de la communication", Universidade de Paris VIII; Y. Winkin, La Nouvelle Communication, Paris, Seuil, 1981.

PRIMEIRA PARTE

OS CONCEITOS

INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO E MODERNIDADE

Porque é que a comunicação tem hoje um êxito tão grande? Sem dúvida porque as técnicas libertam o homem das condicionantes ancestrais do tempo e do espaço, permitindo-lhe ver, falar e estabelecer um intercâmbio com todas as partes do planeta, todos os dias, permanentemente. Mas, antes de mais, porque essas técnicas amplificam a comunicação, necessidade antropológica fundamental e, principalmente, símbolo da modernidade.

É deste princípio que devemos partir para compreender o imenso entusiasmo que rodeia a comunicação. Esta não teria o êxito actual se não estivesse directamente associada à modernidade. Mas que devemos entender por modernidade? Sem dúvida um dos valores mais fortes da época contemporânea, que privilegia a liberdade, o indivíduo, o direito à expressão e o interesse pelas técnicas que simplificam a vida: todos esses elementos estão presentes na comunicação.

Aquilo a que chamamos modernidade é o resultado do lento processo iniciado no século XVIII, caracterizado pela abertura progressiva das fronteiras, de todas as fronteiras, começando pelas fronteiras mentais e culturais. Abertura que será a condição do aparecimento do conceito de indivíduo, depois do de economia de mercado e, por fim, no século XVIII, dos princípios da democracia. E a comunicação foi o artifice deste movimento. Foi por meio dela que os mundos fechados se abriram uns aos outros e que começaram, primeiro, por trocar bens e serviços e, depois, a trocar ideias, artes e letras. Em suma, a abertura ao outro, condição da comunicação, encontrou no valor da comunicação os utensílios simbólicos, primeiro culturais, depois e por fim, técnicos, que permitiram essa mutação. Esta não se fez sem violências nem

guerras, mas não teria podido acontecer se, antes, ao nível das categorias mentais e das representações do mundo, não se tivesse produzido essa revolução que visava admitir e organizar as relações com o outro. A grande ruptura verificada a partir do século XVI continua a ser uma abertura ao outro, que encontra nos modelos intelectual e cultural da comunicação o meio teórico de a pensar. O correio, a livraria, depois a imprensa e, simultaneamente, o comércio terrestre e marítimo foram os instrumentos desta abertura evidentemente acentuada pelo caminho-de-ferro, pelo telefone e por todas as técnicas do século XX.

Eis porque a comunicação tem tanto êxito: porque se acha no coração da modernidade que é, por sua vez, o coração da cultura ocidental contemporânea. Houve evidentemente outros valores que desempenharam um papel importante neste vasto processo mas, geralmente, o papel da comunicação não é suficientemente sublinhado. Aliás, a comunicação, ao assegurar essa passagem, teve essa função ambígua que hoje lhe encontramos de destruir o passado, ao mesmo tempo que o fazia perdurar, porque os processos de comunicação também são mecanismos de memória. Este forte laço entre comunicação e modernidade permite compreender aquilo a que chamo a dupla hélice da comunicação, ou seja, a mistura constante entre valores normativos e valores funcionais.

As duas origens da dimensão normativa são as seguintes.

Por um lado, a comunicação está no coração da cultura ocidental, exprimindo a força da ligação ao outro, que é um dos elementos centrais desta cultura. Reencontramos aqui as raízes judaico-cristãs, europeias e, depois, ocidentais, para as quais o outro é o igual de si próprio. É por isso que há mais de dois séculos que a cultura ocidental valoriza o indivíduo, a sua liberdade e o seu direito de se exprimir livremente, condições de uma comunicação realmente intersubjectiva. Por outro lado, a comunicação encontra-se no coração da sociedade democrática. É indissociável da sociedade individualista de massas cujas características estruturais veremos mais adiante —, modelo da nossa sociedade onde se encontram ligados os dois valores fundadores e contraditórios da democracia: a liberdade individual, na linha do século XVIII, a igualdade no das lutas do século seguinte. Adivinha-se o papel normativo desempenhado pela comunicação. Em qualquer dos casos, não pode haver liberdade nem igualdade sem comunicação autêntica.

As duas origens da dimensão funcional da comunicação são as seguintes.

No quadro do "direito à comunicação" ligado ao modelo ocidental do indivíduo, observa-se uma derivada egocêntrica onde o problema é menos o

diálogo com o outro do que a simples reivindicação do direito à expressão, numa espécie de busca narcísica infinita.

Do mesmo modo, no quadro da "democracia de massas" onde a comunicação tem um papel normativo essencial, observamos uma derivada no sentido das lógicas de rentabilidade e de instrumentalização adaptadas às condicionantes das sociedades complexas, mas afastadas do ideal da comunicação.

Esta mistura das dimensões normativa e funcional constitui a dupla hélice da comunicação, que é um processo permanente em que ambas as referências normativas se desdobram em duas referências funcionais.

Por um lado, a valorização do indivíduo em nome da cultura ocidental conduz ao individualismo-rei. Por outro, a valorização das trocas, em nome do modelo democrático é afinal a condição de funcionamento das sociedades complexas, no quadro de uma economia mundial. A comunicação generaliza-se em nome dos valores da compreensão mútua e da democracia, para satisfazer, na realidade, quer as necessidades narcísicas da sociedade individualista, quer os interesses de uma economia mundial que só pode sobreviver com a ajuda de sistemas de comunicação rápidos, eficazes e globais. É esta a dupla hélice da comunicação, com este desdobramento constante de duas para quatro posições.

As técnicas de comunicação são o mediador entre estas duas dimensões da comunicação. Elas misturam permanentemente as duas dimensões explicando porque motivo desempenham um papel teórico essencial, acentuado pelo seu lugar crescente no conjunto das situações da vida privada e pública. Estas técnicas encontram-se assim, duplamente, numa encruzilhada. Servem de passagem entre as duas dimensões da comunicação e, ao mesmo tempo, são aquilo que melhor encarna a modernização. Eis porque uma reflexão acerca do seu estatuto e do seu papel na sociedade contemporânea é simultaneamente necessária e difícil.

O objectivo da primeira parte foi mostrar o interesse teórico da comunicação. Para isso avancei em três etapas.

— O primeiro capítulo visa desenvolver as três principais hipóteses que guiam o meu trabalho nos últimos vinte anos.

A primeira consiste em situar o laço estrutural no seio da cultura ocidental, entre a comunicação e o poderoso movimento de modernização iniciado no século XVI. É este laço que explica a importância teórica dos problemas da comunicação nas nossas sociedades. A segunda hipótese diz respeito ao papel desempenhado pela comunicação na sociedade contemporânea, a que chamo sociedade individualista de massas, onde predominam as duas raízes antagónicas da liberdade e da igualdade, do indivíduo e das massas. Por fim, a terceira hipótese tem que ver com o papel teórico da recepção, pondo em paralelo a importância atribuída ao indivíduo no sistema democrático e a que deveria ser-lhe concedida quando este se encontra na situação de "público". A hipótese acerca da inteligência da recepção e do público é o complemento da aposta feita sobre o estatuto de cidadão no modelo democrático.

— O segundo capítulo é dedicado às contradições culturais da comunicação, a fim de se compreender o desfasamento entre os desafios culturais, políticos e sociais ligados à explosão da comunicação e ao reduzido lugar concedido a estes problemas na ordem do conhecimento. Porque motivo há tão pouca procura de análises neste sector-piloto da modernidade?

— O último capítulo prende-se com o estudo da constituição desta nova área de conhecimentos. São retidos três aspectos. O primeiro, diz respeito à história deste campo de investigações em França, onde numerosas dificuldades intelectuais, culturais e institucionais travaram o seu desenvolvimento. O segundo procura explicar, através do itinerário de um investigador, em que consiste a política científica neste novo sector, de fronteiras flutuantes e constantemente confrontado com a interdisciplinaridade. O terceiro, enfim, põe em evidência as quatro posições teóricas que caracterizam toda a reflexão sobre as relações entre comunicação e sociedade.

Ao descrever estas quatro atitudes, que traduzem simultaneamente, cada uma delas, uma relação com a técnica e com a sociedade, espero dar ao leitor a grelha de análise que lhe permita compreender as posições no campo académico mas, também, no dos agentes económicos, institucionais e políticos.

Numa palavra, espero fornecer-lhe uma bússola e mapas antes que se faça à estrada.

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE: TRÊS HIPÓTESES

No caso da comunicação não existe um discurso "natural"; cada indivíduo apanhado na comunicação deve explicitar aquilo que lhe interessa e o lugar de onde fala.

Vou resumir as três hipóteses subjacentes às minhas investigações. Elas caracterizam a posição "empírico-crítica" que coloca em primeiro lugar a importância teórica da comunicação e a sua adequação ao modelo da democracia de massas, criticando ao mesmo tempo os constantes desfasamentos existentes entre os actos e as referências. Através do uso empírico da palavra, insiste-se na necessidade de inquéritos concretos. Esta tradição foi delineada nos Estados Unidos, no período entre as duas guerras, por investigadores que tinham fugido, na sua maioria, do fascismo europeu. Tinham começado a trabalhar com hipóteses críticas hostis em relação aos média. Foram eles que inauguraram as investigações sobre a rádio e, depois, sobre a televisão. Falo de P. Lazarsfeld, B. Berelson, W. Schramm, E. Katz, T. Adorno...

Esta posição empírico-crítica continua a ser bastante minoritária. Na comunidade científica que trabalha sobre a comunicação, as posições dominantes são no seu conjunto mais críticas, com, além disso, uma minoria de trabalhos apologéticos em sintonia com a actual ideologia da comunicação. Depois, nos outros meios culturais, a que chamamos, um pouco abusivamente, as elites, a atitude não é de maneira nenhuma mais favorável, uma vez que esses grupos vêem os média como uma ameaça à sua cultura. O lugar considerável que a comunicação conquistou depois não modificou esta atitude; pelo contrário, acentuou nas elites culturais um fenómeno de rejeição. Durante mais de uma geração houve apenas ironias e indiferença, acompanhadas do estereótipo seguinte: os indivíduos são passivos perante os média e manipulados por eles. Esta reacção, finalmente identificável com os trabalhos da escola de Frankfurt é ainda corrente hoje em dia.

Apareceu depois entre as elites uma atitude mais instrumental, de forma nenhuma incompatível, aliás, com a primeira. Uma vez que a

comunicação está no coração da cidade, mais vale utilizá-la para "nos darmos a conhecer" sem, por esse facto, valorizar a comunicação nem a capacidade crítica do público. Digamos que a atitude maioritária das elites culturais é, hoje em dia, duma indiferença teórica em relação à informação e à comunicação, acompanhada de um sentimento crescente de que é preciso utilizá-la. Voltemos às três hipóteses.

I. Hipótese n.º 1: a comunicação; condição da modernização

O êxito total da comunicação vem da conjunção de dois fenómenos: a comunicação é uma necessidade fundamental e uma característica essencial da modernidade. É, com efeito, o laço entre os dois que explica o lugar que alcançou nas nossas sociedades nos últimos dois séculos.

A comunicação como aspiração remete para o fundamento de toda a experiência humana. Expressar-se, falar com alguém e partilhar algo com os outros faz parte da definição do ser humano. A comunicação é o meio de entrar em contacto com o outro, que é o horizonte, aquilo que cada um de nós ao mesmo tempo deseja e receia, pois abordar o outro nunca é uma tarefa fácil. Só a comunicação permite gerir essa relação ambivalente entre o eu e os outros. A linguagem está no centro dessa experiência, o que explica o êxito de todas as técnicas que, passo a passo, foram levando mais longe o som da voz e a imagem do rosto, nessa busca sempre difícil da relação com o outro, onde se mesclam o simples desejo de expressão e a vontade de compreensão mútua. Para compreender a força desta palavra e a sua ambivalência é preciso recuar à sua etimologia, onde encontramos os dois sentidos que estão na origem do seu êxito.

O primeiro sentido, surgido no século XII (1160), deriva do latim e remete para a ideia de comunhão, de partilha. É o sentido que todos procuramos na comunicação. A laicização progressiva da palavra não mudará este significado a nível profundo. A comunicação é sempre a busca do outro e de uma partilha.

O segundo sentido manifesta-se no século XVI; quer dizer transmissão, difusão. Está ligado ao desenvolvimento das técnicas, a começar pela primeira de todas, a imprensa.

Comunicar pela primeira de todas, a imprensa. Comunicar é difundir, por escrito, o livro e o jornal depois, através do telefone, da rádio e do cinema,

a seguir por meio da televisão e da informática. Sem esquecer o caminho-de-ferro, o automóvel e o avião, técnicas físicas que desempenharam um papel complementar capital. Num século, as comunicações físicas e, depois, mediáticas, tornaram-se omnipresentes; e a sua referência, a sua legitimidade e o seu ideal eram o primeiro sentido da palavra, a partilha. Foi para "comunicar" melhor, para conseguir uma melhor compreensão, que essas técnicas foram desenvolvidas, mesmo se rapidamente os interesses económicos, políticos e ideológicos desnaturaram esse ideal que continua a ser, no entanto, a referência comum. Existe também uma utopia latente na base de qualquer técnica de comunicação.

É, pois, tendo presente esta ambivalência inultrapassável que utilizarei a palavra comunicação neste livro. Comunicação remetendo, simultaneamente, para a sua dimensão normativa (a partilha como valor e ideal) e para a sua dimensão funcional (a difusão e a interacção enquanto factos). É aliás esta ambivalência que permite a crítica da comunicação.

A segunda razão do êxito da comunicação é o forte laço existente entre ela e o modelo cultural ocidental da modernização. Apesar de as necessidades de troca existirem em todas as sociedades, só suscitaram este entusiasmo na nossa cultura. Foi no seio da cultura ocidental — na época, a europeia — e não noutra lugar, que surgiu o modelo da comunicação ligado ao indivíduo. O reconhecimento da pessoa, que está no centro dos valores cristãos, alimentou a lenta e profunda emergência da modernidade a partir do século XVI. Esta última, ao romper com as referências transcendentais, postulará os princípios da liberdade e do respeito pelo indivíduo numa perspectiva laica, afinal pouco afastada da referência cristã da pessoa. É neste aspecto que a modernidade, que se constitui naturalmente contra as referências cristãs é, afinal, o seu resultado. Tendo, no seu seio, a referência à comunicação, que faz já a ponte com a tradição. A comunicação, com o aparecimento da ideia de liberdade, susceptível de estreitar relações a seu bel-prazer, vai exprimir e reforçar a modernidade, postulando o princípio da separação entre o espiritual e o temporal. Secularização, racionalização, modernização, individualização e, depois, a comunicação, irão a par. A história dessas filiações, que praticamente não está feita, mas que é apaixonante, é indispensável para compreender porquê e como é que o movimento de modernização veio desembocar, afinal, nesta visão do mundo que é a nossa, de cuja singularidade mal nos apercebemos e que consiste em colocar o indivíduo, a pessoa, o sujeito, o homem, no centro dos sistemas económico, social e político. Isto não significa

o desaparecimento de todas as referências transcendentais mas, antes, a aceitação da separação entre as ordens. A partir do momento em que o homem está só perante o céu, a terra e a Natureza para organizar a cidade, os mercados e a política, o recurso à comunicação, com essa ambiguidade funcional e normativa fundamental, constitui um precioso aliado. Reencontramos a importância deste conceito tanto à escala do indivíduo como à das relações entre o indivíduo e a colectividade; com efeito, não é demais repetir que a comunicação não é apenas um valor individual mas está na origem de um princípio de organização das relações sociais menos hierárquicas.

Porquê este desvio relativo aos laços entre comunicação e modernidade? Para compreender a importância teórica da comunicação. Esta não decorre só, nem em primeiro lugar, da eficácia dos instrumentos, nem dos progressos das indústrias do mesmo nome, resultando, antes de mais, da ligação existente entre a "explosão" da comunicação e os valores fundamentais da cultura ocidental, na sua definição do indivíduo e de um certo modelo de relações sociais. Aliás, o aparecimento das teorias contemporâneas da comunicação, a partir da cibernética, nos anos 40, ligadas aos trabalhos de N. Wiener, bem como o seu êxito crescente, só se explicam pela filiação existente entre essas novas utopias e o estatuto da comunicação na cultura ocidental.

Esta é sem dúvida a hipótese central deste livro: o laço entre a comunicação, aspiração humana fundamental, e a comunicação, paradigma central da cultura ocidental. É o que, do meu ponto de vista, justifica a importância teórica da questão da comunicação.

Há três consequências que resultam desta hipótese.

1) Em primeiro lugar, compreendemos melhor o êxito fantástico de todas as técnicas de comunicação que, do telefone à rádio, da televisão à informática, se apresentam e são encaradas como meios de aproximação ao ideal da comunicação. Não são as auto-estradas da informação, "estádio supremo" actual do desenvolvimento dessas técnicas, consideradas como a rede "autêntica" capaz de permitir, "finalmente", uma comunicação directa e interactiva entre milhões de indivíduos?

2) Segunda consequência: a dualidade estrutural de ambas as dimensões, normativa e funcional, impede a vitória da segunda. Assim como a informação e a comunicação são valores do património cultural europeu, demasiado importantes para serem totalmente instrumentalizados nas

técnicas do mesmo nome, também é pouco provável que a dimensão funcional da comunicação, necessária à gestão de sociedades complexas, baste para desvitalizar o ideal normativo existente nas problemáticas da comunicação.

Numa palavra, afasto-me da hipótese central da escola de Frankfurt que, sem negar a referência ideal da comunicação, vê na multiplicação das técnicas, no crescimento das indústrias culturais e na ascensão dos grandes grupos de comunicação, a prova de uma instrumentalização desta e da sua alienação nas categorias do domínio económico e da influência ideológica. Há sempre uma escolha possível, há sempre uma capacidade crítica individual. Com a comunicação como com qualquer prática social, podem existir mecanismos de domínio mas não de alienação. Esta pressuporia o desaparecimento da autonomia e da capacidade crítica do indivíduo.

3) Terceira consequência: a comunicação é uma questão tão importante para os equilíbrios sociais, culturais, políticos e económicos como a Saúde, a Defesa, a Investigação, a Educação. Não só por motivos financeiros mas também porque hoje em dia a vida quotidiana, o trabalho, a educação e a saúde estão organizados e redistribuídos em torno das problemáticas da comunicação e das técnicas que a apoiam. O paradoxo é que, apesar desta omnipresença, ainda não houve uma tomada de consciência da importância fundamental dos problemas teóricos da comunicação.

Quando reconheceremos nós que, quanto mais telefones houver, quanto mais computadores, televisões, média interactivos, redes, tanto mais a questão consistirá em saber o que as sociedades farão com essas técnicas e não, como tantas vezes se ouve dizer, saber que tipo de sociedade será criada por essas técnicas? Numa palavra, quando reconheceremos que o problema é socializar as técnicas e não tecnicizar a sociedade?

II. Hipótese n.º 2: a comunicação; desafio da sociedade individualista de massas

A sociedade individualista de massas é tanto uma realidade como um modelo, no sentido em que o problema maior que se lhe depara, a crise da relação entre o indivíduo e a colectividade, é em grande medida o resultado da vitória de dois movimentos contraditórios: o movimento a favor da liberdade individual e o movimento a favor da igualdade. A sociedade individualista de

massas é herdeira destas duas tradições, contraditórias mas não hierarquizáveis. É, por um lado, a liberdade no prolongamento da tradição liberal — em grande parte inglesa — do século XVIII, tanto no plano económico como no político, fundadora da tradição individualista. E, por outro lado, a herança da tradição socialista do século XIX, que insiste na igualdade social e na legitimidade do número e das massas, massas em nome das quais se organizou toda a batalha da emancipação colectiva durante dois séculos. Não esqueçamos que o sufrágio realmente universal só se generaliza a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O modelo da sociedade europeia valoriza portanto, por um lado, o indivíduo, na tradição liberal hierárquica, e por outro, o número e as massas, na tradição socialista igualitária.

O êxito da comunicação está em relação directa com este modelo de sociedade, onde ela desempenha um duplo papel. É, por um lado, funcional para organizar as relações entre as grandes massas no quadro da economia mundial. E, por outro, é normativa no quadro de um modelo político de democracia de massas. Com efeito, os dois aspectos não se encontram directamente ligados; pode haver economia de mercado de massas sem democracia de massas. A originalidade do modelo europeu consiste em assumir ambas as coisas: o indivíduo, na tradição liberal e o número, na tradição da democracia igualitária. E a comunicação faz a ligação entre estas duas referências que são a liberdade e a igualdade, com a dupla dimensão funcional e normativa. Em suma, a sociedade individualista de massas é caracterizada por este triângulo de três dimensões essenciais: o indivíduo, as massas e a comunicação.

Pensar a comunicação neste modelo de sociedade é pensar a "massificação", perceptível nos mercados da televisão, das redes, das novas técnicas de comunicação, como na construção de grandes museus ou de grandes exposições mundiais. É, também, pensar a "individualização" com os média electrónicos, a fragmentação do audiovisual e as promessas da Internet, onde um indivíduo tem a sensação de poder dialogar "naturalmente" com qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Na verdade, mesmo essa comunicação mediatizada individual pressupõe a existência prévia de uma infra-estrutura colectiva. Mas, curiosamente, esta condição não é entendida. O resultado, em todo o caso, é que o triângulo da sociedade individualista de massas (o indivíduo, as massas, a comunicação) está em simetria como o da modernidade (tecnologia, economia, sociedade).

A consequência desta simetria? Não existe teoria da comunicação sem uma teoria da sociedade. Qualquer teoria da comunicação que não enuncie

formalmente a visão da sociedade que lhe está associada é caduca; ou, melhor, contém uma visão implícita: "Diz-me que visão tens do papel da comunicação e dir-te-ei que modelo, explícito ou implícito, tens da sociedade."

Este laço entre técnica e sociedade explica inegavelmente o êxito das duas ideologias que rodeiam hoje em dia a revolução da comunicação: a ideologia técnica e a ideologia económica.

A ideologia técnica atribui à técnica o poder de transformar radicalmente a sociedade. Com duas versões: uma, optimista, que encarrega cada nova tecnologia de resolver as contradicções anteriores e de facilitar assim o aparecimento de uma sociedade livre, aberta e da comunicação; a outra, pessimista, prevê, com a generalização destes instrumentos, a instauração do controlo social, político ou policial totalitário. Em ambos os casos é a técnica, como força autónoma, que modela a sociedade. Deparamos com o poder da ideologia técnica (¹).

A ideologia económica assenta sobre as previsões ligadas aos desempenhos desses utensílios e sobre alguns princípios: deixar o mercado agir; suprimir os condicionalismos estatais herdados de uma outra época; facilitar a implantação de uma economia mundial da comunicação capaz de assegurar maior paz e compreensão. O modelo cultural das negociações do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), depois da OMC (Organização Mundial do Comércio) assenta, há muitos anos, nesta ideologia perfeitamente visível no braço de ferro que as indústrias norte-americanas desencadearam com o resto do mundo e com a Europa em particular.

Não é necessário recordar que estas duas ideologias têm cada vez mais êxito. Mas a História deveria ser estudada com maior profundidade porque, os mesmos discursos optimistas ou pessimistas que acompanham hoje em dia as auto-estradas da informação acompanharam, no passado, o aparecimento do telefone, da rádio, da televisão e da informática! Porque razão não olhamos mais vezes pelo espelho retrovisor? E, principalmente, porque motivo

¹ Os trabalhos sobre a ideologia da comunicação, que é preciso distinguir da ideologia técnica, ainda que esta dela faça parte, existem sem que, apesar disso, tenham muito impacte. E encontramos mais uma vez um desfasamento entre o discurso dos industriais, dos homens públicos, dos média e das ciências sociais. Os primeiros são tão eminentemente favoráveis às novas técnicas da comunicação e veiculam a ideologia da comunicação, quanto as ciências sociais fazem uma análise crítica baseada sobre argumentos sociais, históricos, técnicos sem que, por isso, sejam ouvidos. Podemos citar, nomeadamente: P. Breton, *L'Utopie de la communication. Le mythe du village planétaire*, Paris, La Découverte, 1995; P. Flichy, *L'Innovation technique. Récents développements en sciences sociales. Vers une nouvelle théorie de l'information*, Paris, La Découverte, 1995; A. Mattelart, *L'Invention de la communication*, Paris, La Découverte, 1994; S. Proulx e Ph. Breton, *L'Explosion de la communication. La naissance d'une nouvelle utopie*, Paris, La Découverte, 1996; L. Sfez, *Critique de la communication*, Paris, Seuil, 1990.

esquecemos a que ponto os discursos mudam? As mesmas profecias que hoje falam apenas dos prodígios da informática, dos multimédia, da Internet, simultaneamente encarregados de fornecer empregos, um novo modelo de crescimento, e até de sociedade, denunciaram, há menos de vinte anos, os efeitos devastadores que iriam ter as técnicas da comunicação. Falava-se então, apenas, de desemprego, de destruição da divisão do trabalho, do desaparecimento das profissões e de atentado às liberdades individuais e colectivas. Vinte anos depois, estas ameaças confirmaram-se e, nem a telemática, nem as redes, deram origem a um novo modelo de trabalho ou de sociedade. Contudo, os discursos mudaram de sentido, para se tornarem eminentemente favoráveis a todas estas técnicas. Como se a persistência da crise económica conduziu à ideia de que a "sociedade da informação" fosse capaz de relançar o crescimento.

Há duas consequências que resultam desta hipótese.

1) Tudo se discute. As mudanças não caem do céu. Existe uma margem de manobra. Mesmo se o discurso das indústrias técnicas, infelizmente muitas vezes retomado sem distanciamento pelos média, repete que as técnicas de comunicação vão mudar tudo, no trabalho, no lazer, na educação, na indústria, o que encontramos aqui é o impacto do determinismo tecnológico, tão familiar à ideologia modernista.

Para escapar a esta tirania da urgência que caracteriza os discursos acerca das técnicas de comunicação é preciso saber manter a distância. Esse é o papel dos conhecimentos. Mas com o paradoxo seguinte: os mesmos conhecimentos que toda a gente reclama, só despertam interesse quando vão no sentido das modas do momento. Um exemplo desta preguiça perante a análise? O discurso acerca da passividade do público. Apesar de numerosos trabalhos terem demonstrado por que motivo o espectador não permanece passivo perante a televisão, por que motivo os meios de comunicação de massas são provavelmente menos alienantes que os média individualizados, por que motivo a comunicação política é uma coisa diferente do marketing..., as ideias não progridem.

Os conhecimentos têm, neste sector, menos impacto que os discursos definitivos de industriais ou de personalidades que nunca trabalharam sobre estas questões, que não conhecem bibliografias nem trabalhos sobre o assunto, mas que projectam a sua filosofia implícita ou explícita da vida e da sociedade na comunicação. No entanto, esta distância pela análise é

indispensável para compensar a ausência de recuo teórico e histórico. E para tentar, por meio de investigações comparativas, compreender a maneira como as mesmas e os mesmos serviços são recebidos de forma diferente nas sociedades.

2) A segunda consequência diz respeito à problemática da comunicação generalista. Esta é essencial, não porque corresponda à primeira forma técnica da rádio ou da televisão, mas porque traduz uma hipótese acerca do papel dos média na sociedade. Acreditou-se durante muito tempo que os média generalistas, ou média de massas, eram demasiado limitadores, ligados a um certo estado da técnica e que desapareceriam em breve em benefício de média temáticos individualizados. Em resumo, os média generalistas teriam correspondido ao primeiro estágio da História das Técnicas da Comunicação enquanto que os média individualizados e interactivos pertenceriam ao futuro. Na realidade, a escolha do "generalista", como veremos adiante com mais pormenor, exprime uma certa visão das relações entre comunicação e sociedade e não um estágio das técnicas de comunicação.

Quanto mais fragmentada estiver a sociedade, quanto mais fragilizada pela exclusão ou por outras formas de hierarquia, mais a rádio e a televisão generalistas constituem uma solução, porque constituem um elo entre os meios sociais. Contrariamente às aparências, o progresso não visa decalcar a comunicação sobre as hierarquias das comunidades, como permitem as novas técnicas mas, pelo contrário, oferecer, graças aos média generalistas, pontes de passagem entre os gostos e as preocupações dos diferentes meios sociais. Apesar das suas limitações, a rádio e a televisão generalistas encontram-se mais próximas de uma problemática do interesse geral do que a panóplia dos média temáticos, cuja força e fraqueza estão no facto de corresponderem ao estado de fragmentação da sociedade.

Recordar a prioridade de uma problemática social e cultural sobre as lógicas técnicas tem uma outra vantagem, a de apagar a dicotomia que opõe os média audiovisuais, dominados pela oferta de programas, onde o público estaria numa posição de "passividade", aos média da tele-informática que, do micro-computador às redes, colocariam o público numa posição "activa", ligada a uma lógica da procura. Esta distinção só em parte é exacta, pois o utente é activo nos dois casos. Quando a oferta predomina ele descodifica, filtra, aceita ou recusa as mensagens recebidas. Quando a procura predomina, ele também escolhe.

III. Hipótese n.º 3: a inteligência do público

A recepção tem um papel capital em toda a problemática da comunicação, mas esse papel é amplamente subvalorizado. Por recepção é preciso entender os públicos. Um dos estereótipos mais constantes consiste em desvalorizar a recepção. Mas, como disse, são os mesmos indivíduos que votam, que ouvem rádio e que vêem televisão. Como admitir, por um lado, a inteligência dos cidadãos, ao ponto de fazer dela a base da legitimidade democrática através do sufrágio universal e, por outro, pressupor que o público dos média é influenciável e idiota?

É o mesmo indivíduo que está na base do sistema democrático, com o sufrágio universal, e que está implicado na comunicação. É preciso, portanto, escolher. Se o cidadão é suficientemente inteligente para distinguir as mensagens políticas e a origem da legitimidade, também o é para distinguir as mensagens de comunicação! A comunicação é, aqui, inseparável do sufrágio universal.

Essa capacidade crítica, característica do cidadão nas suas relações com a comunicação e com a política, explica, também, a problemática das minhas investigações: o objectivo não é denunciar a tirania exercida pela comunicação sobre o modelo democrático nem, numa versão "ecuménica", encontrar nas técnicas de comunicação o instrumento de uma sociedade de comunicação. É, antes, pensar as relações entre os dois.

As consequências desta hipótese são em número de três:

1) Se pensarmos em interacção em vez de alienação, a questão consiste em saber de que maneira as evoluções qualitativas da sociedade estão "em ressonância" com a explosão das técnicas de comunicação. Como seria possível que existissem por um lado, técnicas de comunicação cada vez mais eficazes e, por outro, utentes cada vez mais passivos, ou dominados? Isto indica, aliás, uma dificuldade teórica em separar informação e comunicação. Não existe, por um lado, a mensagem "boa", a informação e, por outro, a "má" comunicação que a desnatura. Isso é o que tentam fazer crer os jornalistas, nomeadamente, para responder às críticas de que são alvo. Eles fariam um bom trabalho, produzir informação, enquanto que, nos outros casos, o comércio da comunicação pervertê-la-ia. Contudo, todos estão submetidos às mesmas regras económicas. Ainda por cima, esta distinção não é possível do ponto de

vista histórico. Para que serviria o desenvolvimento da informação sem a técnica da imprensa escrita e, depois, do telefone, da rádio e da televisão? Não é pelo facto de, hoje em dia, a lógica económica ser mais favorável às indústrias da comunicação que às da informação que é necessário separar a boa informação da má comunicação. Tanto mais que entre a informação e a comunicação está o trabalho essencial do jornalista, que é o intermediário entre o espectáculo do mundo e os cidadãos. Por mais frustrante que seja esta unidade estrutural entre informação e comunicação, é indispensável e vai muito para além da informação política.

2) Tal como não pode haver comunicação sem capacidade crítica do público, nem absorção da dimensão normativa pela dimensão funcional, também é fundamental recordar que a dimensão universal da comunicação não se esgota nas lógicas actuais de globalização e de mundialização. Os três planos são, e devem permanecer, separados.

A mundialização das técnicas existe, mas não conduz à aldeia global, porque nunca há mundialização dos conteúdos da comunicação! A globalização pertence ao vocabulário económico para designar uma realidade da economia, tornada mundial pelo alargamento dos mercados, pela produção e a normalização dos produtos à escala mundial, pela inter-relação dos serviços e pelo livre intercâmbio generalizado.

O risco? Apresentar a globalização e a mundialização como a instrumentalização da referência ao universal. Foi, aliás, em nome de um certo universalismo, ligado à ideia de pacifismo, que se desenvolveram no passado os correios, primeiro, e depois o telégrafo e o telefone, primeiras revoluções mundiais da comunicação. Todos os homens deveriam ser irmãos. Era o tempo das grandes associações e das exposições universais. Havia, é certo, uma certa ambiguidade bem conhecida nestas referências, que eram principalmente as da Europa, mas a terra ainda não tinha sido conquistada do ponto de vista geográfico. Hoje, a situação é diferente. Não só o mundo está conquistado como, principalmente, as duas guerras mundiais e a guerra fria mostraram os limites de uma tal filosofia universalista da História. As circunstâncias não são de maneira nenhuma mais simples depois do ruir do comunismo, uma vez que se assiste ao esboroamento de sistemas de valores e, ao mesmo tempo, a um aumento dos movimentos nacionalistas. Simultaneamente a economia-mundo tornou-se lei e a comunicação funcional, com as redes bancárias, os fluxos transfronteiriços de dados, a multiplicação dos satélites de telecomunicações, passaram a ser a única realidade. São, em todo o caso, o horizonte quase banal

dos países ricos. Daí a confundir esta mundialização e esta globalização com uma instrumentalização do universal vai apenas um passo, amplamente dado por todas as indústrias da comunicação. A referência ao "mundial" parece ter absorvido a referência ao "universalismo", ou pior, parece fazer dele uma transcrição prática. Como se mundialização, globalização e universalismo se tivessem tornado sinónimos...

Lembrar tudo o que continua a separar a referência universalista das duas outras referências é, pois, indispensável. O universalismo é um valor, a globalização e mundialização são realidades. A Internet, rede mundial e global, não é, contrariamente ao discurso dominante, a encarnação da referência universalista da comunicação! É, simplesmente, uma rede técnica, inscrita numa economia global indiferente às fronteiras. A CNN também não é a "primeira cadeia de informação mundial" mas, sim, muito simplesmente, uma cadeia de informação norte-americana cujo ponto de vista sobre a informação mundial continua a ser, antes de mais, um ponto de vista norte-americano.

3) O carácter mundial das técnicas não basta para criar uma comunicação mundial. A não ser que se caia na ideologia técnica que reduz um modelo de sociedade a uma infra-estrutura técnica.

O debate já teve lugar com o surgir da sociedade industrial. Iria ela dar origem a um só tipo de sociedade? A História provou, nomeadamente através do confronto entre os regimes capitalista, comunista e socialista, que as ideologias são mais fortes do que a existência de um modelo técnico de sociedade. A ideologia de um mesmo modelo industrial não deu origem, com efeito, a um mesmo modelo de sociedade; a mesma infra-estrutura técnica não bastou para criar uma organização social e política idêntica. Produziu-se um fenómeno semelhante no caso do tema da "sociedade de informação". O facto de pressupor que o princípio de acumulação da riqueza do futuro é a informação, tal como ontem foi o capital, não basta, só por si, para dar origem a um modelo idêntico de sociedade, que seria a sociedade da informação. Mesmo se todas as sociedades trocam, hoje, informação, como antes trocaram bens e capitais. Esta realidade comum será, além disso, investida de ideologias e sistemas de valores diferentes segundo as regiões do mundo. Assim, a mesma infra-estrutura da "sociedade da informação", como aconteceu no passado com a da sociedade industrial, dará origem, finalmente, a vários modelos políticos e culturais de sociedade. A técnica dominante não cria um modelo dominante de sociedade, contrariamente, aliás, aos discursos

marxistas, para os quais as infra-estruturas técnicas determinam as relações sociais.

E fundamental ter presente esta distinção entre técnica dominante e modelo dominante de sociedade. Quanto mais não fosse para evitar a confusão ideológica cujos perigos já várias vezes evoquei. Preservar a diferença de natureza, de referência e de lógica entre globalização, mundialização e universalismo permite que nos apoiemos no valor do universalismo para combater os inevitáveis danos ligados à globalização e à mundialização das técnicas de comunicação.

Encontramos sempre o mesmo desafio intelectual: deixar ficar as distâncias entre as palavras.

BIBLIOGRAFIA

capítulo I

- ADORNO Th. e HORKHEIMER M., *La Dialectique de la raison*, Paris, Gallimard, 1974.
- ARON J.-P., *Les Modernes*, Paris, Gallimard, 1984.
- ARON R., *Dimensions de la conscience historique*, Paris, Plon, 1961.
- BARTHES R., *Le Degré zero de l'écriture*, Paris, Denoel-Gauthier, 1965.
- BERGER P. e LUCKMANN Th., *La Construction sociale de la réalité*, Paris, Méridien-Klincksieck (trad.), 1986.
- BIRNBAUM P. e LECA J. (sob a direcção de), *Sur l'individualisme, théories et méthodes*, Paris, Presses de la FNSP, 1986.
- BOURETZ P., *Les Promesses du monde. Philosophie de M. Weber*, Paris, Gallimard, 1996.
- CALVET L.-J., *Histoire de l'écriture*, Paris, Plon, 1996.
- CARRILHO M. M., *Rhétorique de la modernité*, Paris, PUF, 1992.
- CASCENDI A.-J., *Subjectivité et modernité*, Paris, PUF, 1995.
- DURKHEIM É., *Sociologie et philosophie*, Paris, PUF, 1974.
- ELSTER J., *Le Laboureur et ses enfants. Deux essais sur les limites de la rationalité*, Paris, Éd. de Minuit, 1986.
- GAUCHET M., *Le Désenchantement du monde. Une histoire politique de la religion*, Paris, Gallimard, 1985.
- GIARD L. e CERTEAU M. de, *L'Ordinaire de la communication*, Paris, Dalloz, 1983.
- HABERMAS J., *Le Discours philosophique de la modernité. Doze conferências*, Paris, Gallimard (trad.), 1988.
- HERVIEU-LÉGER D., *La Religion pour mémoire*, Paris, Cerf, 1993.
- HIRSCHMAM A., *Passions et intêrets*, Paris, Éd. de Minuit, 1985.
- ISAMBERT F.-A., *Le Sens du sacré. Fêtes et religion populaires*, Paris, Éd. de Minuit, 1982.
- JEUDY H.-P., *Les Ruses de la communication*, Paris, Plon, 1989.
- LASCARDI A.-J., *Subjectivité et modernité*, Paris, PUF, 1995.
- LEGENDRE P., "Droit, communication et politique", *Hermès*, n.os 5/6, *Individus et politique*, Paris, Éd. du CNRS, Paris, 1989.
- LÉVI-STRAUSS C., *Des symboles et leurs doubles*, Paris, Plon, 1989.
- MARCUSE H., *L'Homme unidimensionnel; étude sur l'idéologie de la société industrielle avancée*, Paris, Éd. de Minuit, 1968.

- MINC A., La Machine égalitaire, Paris, Grasset, 1987.
- MONDZAIN M.-J., Image, ícône, économie. Les sources byzantines de l'imaginaire contemporain, Paris, Seuil, 1996.
- MUCHEMBLED R., L'Invention de l'homme moderne. Culture et sensibilité en France du xvè au XVIIIè siècle, Paris, Hachette Pluriel, 1994.
- NEUMANN J. von e PIGNON G., L'Ordinateur et le cerveau, Paris, Flammarion, 1996.
- NOIZET G., BELANGER D., BRESSON F., (sob a direcção de), La Communication, Paris, PUF, 1985.
- RENAUT A., L'Individu, Paris, Hatier, 1995.
- SERRES M., La Communication, Hermès I, Paris, Éd. de Minuit, 1968.
- SFEZ L., Critique de la communication, Paris, Seuil, 1990.
- SIMMEL G., Philosophie de la modernité, Paris, Payot (trad.), 1989.

CAPÍTULO 2

AS CONTRADIÇÕES CULTURAIS

Porquê falar de contradições culturais e não de contradições sociais, políticas ou ideológicas? Em primeiro lugar, uma coisa não exclui a outra mas, principalmente, a escolha da palavra cultural traduz a ideia de que não se trata apenas de contradições sociopolíticas. É certo que os factos, os conflitos de interesses e as estratégias dos grupos de multimédia permitem observar o desfasamento entre as promessas que rodeiam as palavras e as realidades; mas, ao escolher a palavra cultura, procuro mostrar que a problemática da comunicação não se esgota numa crítica económica, política ou ideológica. Nomeadamente porque toda a comunicação se inscreve num modelo cultural e, sobretudo, porque existe, como afirmei no início, um elo muito forte entre a comunicação e a cultura ocidental.

No caso da comunicação quase se trata menos de racionalidade e de organização das relações sociais, do que de imaginário, de representação e de símbolos. Pensemos, por exemplo, no efeito de palavras mágicas como "ciberespaço", "navegação interactiva", "auto-estradas da informação", "realidade virtual" ou "redes". Por outras palavras, as técnicas da comunicação constituem a parte visível dessa enorme questão antropológica: a relação com o outro, com a troca, com a partilha. Foi com a intenção de dar conta, através da palavra, desajeitadamente, da imensidão dos fenómenos envolvidos na comunicação que eu escolhi a expressão "contradições culturais". "Cultural" não remete aqui tanto para o sentido das "obras" como para o sentido antropológico que insiste nas maneiras de ver e de pensar, sobre os símbolos e nas representações. É, aliás, este desfasamento entre a performance técnica dos instrumentos e uma compreensão mútua de forma nenhuma melhorada, que me interessa, pois é precisamente neste desfasamento que residem estas famosas contradições culturais. Como se o "coração" da comunicação, a compreensão mútua, nos fosse escapando à medida que os artefactos se vão tornando cada vez mais eficazes. Como se as inevitáveis incompreensões, mal-

entendidos, malogros de toda a comunicação, não fossem em nada reduzidos pelas comunicações mediatizadas cada vez mais fiáveis e mais potentes...

Em suma, é quase como se a não compreensão aumentasse à mesma velocidade da eficácia dos instrumentos encarregados de aproximar os pontos de vista. Por outras palavras, o aumento das trocas não garante, de maneira nenhuma, uma melhor comunicação. É este desfasamento de ordem cultural, ou antropológica que gostaria de explicar aqui, uma vez que cada um de nós se vê enredado nestas contradições culturais.

Agrupei-as em três grandes conjuntos a fim de melhor compreender a sua lógica e a sua dinâmica.

I. A comunicação triunfante

A. As distâncias intransponíveis

Se o tempo pode ser abolido, o mesmo não acontece com o espaço. Posso saber o que se passa simultaneamente em Hong Kong e em Paris, mas não posso estar simultaneamente nos dois lugares. Há aí, pois, um limite estrutural ao desaparecimento de todas as distâncias que é apenas o carácter insuperável da experiência. A instantaneidade só vale, afinal, para uma das duas dimensões, a do tempo, acentuando, aliás, o desfasamento com a problemática do espaço. Cada indivíduo age como se a questão das duas distâncias, espacial e temporal, estivesse resolvida, mas não podem ser ambas resolvidas simultaneamente. É certo que a velocidade de circulação das informações nos dá a ilusão de que podemos contornar igualmente a resistência do espaço, mas a experiência pessoal permite constatar a impossibilidade de ultrapassar essa fronteira. O espaço e os lugares são limitações inultrapassáveis: não posso, à distância, experimentar os climas, sentir os cheiros, conhecer os hábitos e os modos de vida. Isso requer, de cada vez, uma deslocação e tempo. O que se ganha por um lado, perde-se por outro. É um facto que as técnicas de comunicação permitem ver, mas não permitem experimentar. Existe muito simplesmente um limite para a "experiência cognitiva". Velho debate filosófico e teológico...

Surge assim uma outra contradição. Como reencontrar a alteridade, a distância, a relação com o outro, quando tudo é proximidade? Pensava-se que a comunicação, minorando as distâncias, reduziria as dificuldades de acesso ao outro. Apercebemo-nos do contrário, muito simplesmente porque a comunicação instantânea, ao destruir as distâncias, nos coloca mais depressa

face aos outros. Com a simultaneidade, o outro impõe-se mais depressa e agride mais, pelo simples facto de estar presente. À distância, é menos constrangedor. Ontem o tempo da deslocação permitia que nos preparássemos para o encontro com o outro; hoje, tendo desaparecido esse intervalo de tempo, o outro está presente quase imediatamente sendo, logo, mais rapidamente "ameaçador". Não é simplesmente por motivos ligados à tradição que desde sempre a diplomacia, cuja função consiste em estabelecer laços entre sociedades diferentes, requer códigos e rituais que "demoram tempo". Esse tempo é um meio de manter as distâncias e de evitar um face a face demasiado rápido. Hoje em dia, quando o acesso ao outro se torna directo e sem condicionantes, seria bom meditar sobre esta lição da diplomacia.

Encontramos a mesma problemática numa situação social completamente diferente, cuja importância passou a ser considerável desde o aparecimento das viagens de comboio e, principalmente, de avião: a da hotelaria internacional. Porque motivo serão os hotéis internacionais sempre iguais, com um simples toque de cultura local no que diz respeito à cozinha ou à decoração de interiores? Por motivos económicos, evidentemente, mas, também, para garantir aos clientes um mínimo de normalização, de pontos de referência, para tranquilizar assim aqueles que se encontram longe de casa. A padronização da hotelaria internacional, para além dos custos, é um meio cultural oferecido a quem viaja para que não se sinta demasiado "deslocado". Estão num enquadramento tranquilizador que lhes permite abordar mais facilmente o outro quando saem do hotel. Esta padronização facilita a previsibilidade que é, como se sabe, uma das condições da comunicação; o outro é tanto menos ameaçador quanto mais fácil for a antecipação do seu comportamento.

Diplomacia e hotelaria são duas experiências muito antigas, que atestam a necessidade fundamental de colocarmos alguma coisa entre nós e os outros, para evitar uma aproximação demasiado brutal e directa. Experiências que deveriam constituir objecto de reflexão quando a performance das técnicas de comunicação suprime o tempo de abordagem do outro. Toda a História da Comunicação consiste em destruir as distâncias, mas a experiência contemporânea prova que se tornou, pelo contrário, urgente, reencontrá-las.

Quanto ao espaço, a questão talvez seja ainda mais complexa. Reintroduzi-lo é reintroduzir fisicamente o outro, ou seja, reencontrar essa prova da alteridade de que gostaríamos de nos poder "desembaraçar" através de uma aparente abolição das distâncias. Um exemplo simples: o telefone

móvel na rua. É prático e permite "ganhar tempo", mas todos sabemos que esse tipo de comunicação, na rua, nada tem que ver com as outras situações de comunicação. Não falamos da mesma maneira quando estamos num escritório, numa casa, numa cabine telefónica ou na rua, que é um local aberto, onde os outros nos vêem e que não foi feito para este tipo de comunicação. Mesmo a cabine telefónica, pela sua materialidade, simboliza o carácter particular da comunicação telefónica. A rua é ocasião de múltiplas situações de comunicação, mas não dessa. E qualquer pessoa o pode observar. Quando olhamos com atenção para aqueles que, quando telefonam, falam como se estivessem sós, sem ninguém à volta, e aqueles que, pelo contrário, passam para a demonstração ostentatória, vemos a que ponto as condições espaciais podem agir retroactivamente sobre o conteúdo da comunicação. Podemos "ganhar" tempo telefonando na rua; mas não podemos "ganhar" espaço. E todos sabemos que essa comunicação aparentemente natural determina um tom, e até um conteúdo diferente, simplesmente porque existem regras espaciais para cada tipo de comunicação. Além disso, o ganho de tempo não serve para nada na maior parte dos casos. A não ser no caso de simples comunicações de serviços, que não são as mais numerosas. É, portanto, a experiência como prova do tempo e do espaço que se torna central. Com um regresso inesperado do território, categoria ancestral da experiência humana. Não só o domínio do espaço geográfico revaloriza a problemática do território como, à escala individual, onde cada um vive, simultaneamente, em vários espaços, se torna central a busca de um "cantinho" próprio. A comunicação, que simbolizava a conquista do tempo e do espaço, estrebucha de novo perante estas duas categorias inultrapassáveis.

B. A sociedade transparente

Com a passagem da modernização à modernidade instalamo-nos num presente indefinido, maravilhosamente simbolizado pela interactividade e pela imediatez das auto-estradas da informação. Tudo está na "instantaneidade" e na "transparência". Produziu-se um fenómeno idêntico no plano sociopolítico: passámos da ideia de que não existe democracia sem espaço público, a uma outra, mais aventureira, de que "tudo" deve estar na praça pública, assegurando a comunicação a transparência dos desafios. É o tema bem conhecido da "democracia electrónica" ou da "televisão como espaço público". Os cidadãos-consumidores poderiam intervir regularmente, para comunicar ou para se exprimirem, para decidir, numa espécie de voto instantâneo e

permanente. Uma mescla de sondagem, de democracia directa e de referendo contínuo. Assegurar uma melhor visibilidade dos problemas e dos antagonismos não será, já, em parte, reduzi-los?

Esta utopia de uma política comunicacional traduz uma contradição cultural, a saber, a tentação de utilizar a eficácia das técnicas para resolver a crise do modelo político e, finalmente, a crise da representação social. Como se a visibilidade das relações sociais — pressupondo que fosse realmente possível — permitisse uma visão mais nítida dos problemas e, sobretudo, uma solução mais eficaz. As nossas sociedades, apesar de todos os "transformadores" — média, sondagens, estatísticas — não conseguem evitar as crises. A transparência não dispensa os conflitos e a informação não basta para criar conhecimento. Há uma grande distância entre a visibilidade e a acção. Não só porque as crises são imprevisíveis, apesar de todos os sistemas de informação mas, principalmente, porque subsiste uma diferença de natureza entre o conhecimento da realidade e a vontade ou a capacidade de a mudar. Trata-se de duas atitudes mentais muito diferentes. Observar não é agir. Senão não haveria diferença nenhuma entre os jornalistas e os políticos.

Reencontramos aqui a ideologia moderna evocada anteriormente. Em vez de integrar as técnicas de comunicação em visões mais vastas da sociedade, parte-se do princípio de que serão as técnicas a mudar as visões da sociedade. Como se a comunicação instantânea e interactiva de um lado ao outro do mundo tivesse, alguma vez, reduzido os problemas políticos, a violência e o risco de guerra... A época contemporânea descobre até, com horror, da Guerra do Golfo à Somália, da Tchechénia ao Ruanda e à Jugoslávia, que é possível ter todas as informações sobre uma situação política sem conseguir, com isso, evitar as guerras. Acreditou-se durante muito tempo que existiriam tanto mais conflitos quanto mais ignorados eles fossem. E, complementarmente, supôs-se que quanto mais imagens e informações houvesse, mais difícil seria fazer guerra. Infelizmente, nestes trinta anos descobrimos o contrário. O esquema é mais complicado. Ontem matava-se porque não havia câmaras. Hoje também se mata em frente das câmaras.

O ideal da transparência tem uma outra consequência, a de criar a ideia, falsa, de que pode existir uma sociedade sem distâncias simbólicas. Até hoje todas as sociedades foram oficial e legitimamente hierarquizadas. Só a sociedade democrática proclama a igualdade. Daí a acreditar que a comunicação generalizada aumentará a transparência e atenuará a hierarquia,

vai apenas um passo, dado por muitos. Ora, a redução das distâncias simbólicas encontra rapidamente um limite. Em primeiro lugar, nem toda a gente pode viver no mesmo nível de compreensão dos problemas de uma sociedade. Depois, supondo que isso fosse possível, subsiste esta evidência: todas as colectividades precisam de distâncias simbólicas entre as ordens económica, militar, política, judicial, religiosa. De que vale uma sociedade se todos os códigos, vocabulários, ritos, se acharem, de repente, em pé de igualdade? Enfim, esta sociedade sem distância simbólica não é, por isso, mais maleável. Para agir são precisos relevos, diferenças. Ninguém pode levar a cabo uma acção tendo na sua frente, cruamente, todos os dados de todos os problemas. Ninguém está simultaneamente na situação social, cultural, psicológica, económica, do alto funcionário, do comerciante ou do militar. A redução das distâncias simbólicas, tornada possível, a priori, pela omnipresença da comunicação, constrói uma sociedade onde tudo está nivelado, sem relevo.

Essas famosas distâncias simbólicas são, antes de mais, a marca da História e a materialização das desigualdades, injustiças, contradições do tempo presente. Com a comunicação cada um pode, por um momento, sonhar com uma sociedade transparente e sem hierarquia, mas quem pode acreditar nela seriamente? É preciso, sem dúvida, acostumar-se a ela: as sociedades, tal como os indivíduos, não podem viver numa perfeita transparência. Aliás, as distâncias, cujo conhecimento e cultura são exemplos excelentes, constituem uma das fontes da liberdade.

C. A expressão identificada com a comunicação

O discurso dominante valoriza a expressão como condição da comunicação. Ser livre é, antes de mais, exprimir-se para comunicar. Este adágio está no centro do movimento de libertação individual, pelo menos há 50 anos. Com esta simples ideia: o outro está no final do caminho que vai da expressão à comunicação. Mas o outro, na realidade, raramente está neste ponto de encontro. Porque um e outro raramente procuram a mesma coisa. Não só não há comunicação sem mal-entendidos nem erros de interpretação, como uns e outros não esperam dela, nunca, a mesma coisa. Na reivindicação do "direito à comunicação" queremos menos ouvir o outro do que aproveitar a possibilidade de nos exprimirmos. Comunicar torna-se, na maioria dos casos, sinónimo de expressão, procurando cada um, em primeiro lugar, não a interlocução, mas a possibilidade de falar. Ora duas expressões nunca fizeram um diálogo. Um diálogo pressupõe uma vontade e um tempo para ouvir o

outro sem ter, aliás, sempre, a certeza de o compreender. Um slogan recente de uma publicidade de rua exprimia bem esta mesma ambiguidade. Dizia: "Fazer-se ouvir é essencial." Esta é, precisamente, a ideologia do momento: pensamos em nós, queremos fazer-nos ouvir. Mas haverá alguém que nos oiça... E aquele que deseja ser ouvido estará, por sua vez, disposto a ouvir? Nada é menos certo. O elo entre expressão e comunicação não é nada natural ou, por outras palavras, o direito à expressão é perfeitamente compatível com os monólogos. Os programas de rádio e de televisão onde os indivíduos contam as suas histórias pessoais têm tanto êxito porque uns e outros podem encontrar-se, identificar-se com as suas histórias, mas sem ter de responder. Essas emissões talvez tivessem menos êxito se aqueles que se exprimem tivessem que escutar os outros.

Precisamos de falar e de ter a sensação de sermos ouvidos. Daí a escutar verdadeiramente o outro vai apenas um passo. E a interactividade, apresentada como um progresso, resume-se frequentemente a uma capacidade suplementar de expressão dada a si, ou aos outros, mais do que a uma interacção realmente reforçada.

Caímos, assim, no segundo contra-senso relativo à comunicação e aos média de massas. Acreditou-se durante muito tempo que os média não favoreciam a comunicação porque o espectador não podia responder. Sabemos hoje, pelas investigações feitas, que o espectador responde, mas mais tarde, noutros lugares, de outro modo. Do ponto de vista de uma qualidade da comunicação apercebemo-nos do interesse que há em manter uma certa duração entre o momento da recepção e o da resposta. Responder mais depressa, instantaneamente, sobretudo em comunicação mediatizada, não é de maneira nenhuma um sinal de ter obtido uma "melhor" comunicação. Porque ao responder imediatamente sou presa da emoção do instante e ainda não mobilizei a minha inteligência, o meu sistema de valores, as minhas preferências para filtrar o que acabo de receber, para o matizar, para o relativizar. Ouço rádio ou vejo televisão em minha casa, só, e falarei do que vi e ouvi mais tarde, no dia seguinte, noutro lugar. E, na maior parte das vezes, esse discurso será o suporte de uma outra discussão. Por outras palavras, o que é agradável no caso dos média de massas é justamente o facto de não estarmos na interactividade imediata, mas sim numa interactividade diferida. Contrariamente a uma ideia feita amplamente difundida, responder imediatamente não é forçosamente um progresso, porque estamos então sob o domínio das reacções ligadas à recepção imediata das imagens e dos sons. Ao diminuir o tempo que decorre entre recepção e resposta, a comunicação

técnica confunde comunicação funcional e comunicação normativa. A primeira está numa racionalidade do instante, do imediato, enquanto a segunda se inscreve noutra espaço-tempo.

O tempo revela-se uma condição estrutural da comunicação normativa. "É preciso tempo para nos compreendermos." De uma maneira geral, não existe comunicação sem terceiros e quanto mais omnipresente estiver a comunicação, com todos os azimutes, mais o terceiro simbólico desempenha um papel essencial. Eis o contra-senso: pensar que o défice de comunicação observado nas nossas sociedades será compensado através de capacidades de expressão suplementares. Acreditar que, se os públicos respondessem directamente às emissões recebidas, a sociedade seria mais activa. A necessidade de tomar a palavra, evidente nas sociedades hipermediatizadas, onde o público é esmagado por um fluxo de informações de todos os tipos, é real, mas não é utilizando teclados interactivos que essa necessidade será colmatada. Pode sê-lo mas, na maioria dos casos, noutra ambiente, com outras regras.

Há um outro problema que vem juntar-se a estes. É um facto que não existe um elo directo entre interactividade e qualidade da comunicação, mas também não existe entre o aumento do volume das mensagens, o número dos média e a diversidade dos discursos. A multiplicação dos média não aumentou a diversidade dos discursos e das visões do mundo.

Por outras palavras, pode haver simultaneamente hipermediatização e conformismo. E sobretudo, os média generalistas, culpados de todos os males, revelam-se melhores garantes de uma certa abertura do que os média temáticos, mas submetidos, como todos os mercados segmentados, às pressões dos seus públicos. Afinal, não existe maior relação directa entre o aumento do número dos suportes, dos programas e a diversidade dos programas. Foi necessário fazer essa experiência, uma vez que tudo levava naturalmente, a pensar o contrário.

II. Os limites da comunicação

A. A prova da comunicação directa

Quanto mais a comunicação mediatizada melhora, quebrando as escalas do tempo e do espaço, mais a comunicação directa, física, com os outros parece constrangedora. É tão fácil dialogar de um lado ao outro do planeta que

nos esquecemos das dificuldades, indispensáveis, do "face a face". As técnicas não resolveram os problemas da comunicação humana, diferiram-nos, apenas, afastados para o fim dos teclados e dos ecrãs. Além de todas as técnicas cada vez mais simples, mais baratas, mais lúdicas, mais interactivas, o outro está sempre presente, aceder a ele continua a ser igualmente difícil, continua a ser igualmente difícil de compreender e de interessar. Como se as dificuldades da comunicação humana fossem simplesmente postas entre parêntesis pelas proezas técnicas.

Se é possível "ver" tudo, o que fica para "fazer"? Ou, antes, de que natureza é este "fazer" em relação a este "ver" tão fácil e tão omnipresente? Que lugar fica para o "dizer"? Que papel resta às palavras quando a hipermetropia da imagem e dos ecrãs informáticos invade todos os lugares o tempo todo? Ninguém duvida de que a distância que separa as três experiências do ver, do dizer e do fazer aumenta. Generaliza-se uma experiência do mundo sem contacto com a Natureza e com a matéria, centrada sobre uma gestão de signos assépticos. De que vale então essa relação com o mundo sem a prova do trabalho, do esforço físico, dos condicionalismos da natureza ou da matéria? Sem os cheiros e os vestígios das contingências naturais? Os homens demoraram séculos a libertar-se das condicionantes da Natureza, a inventar formas de trabalho menos esgotantes e mais limpas e todo o sentido do progresso consistiu na emancipação das tiranias da Natureza e da matéria. Ainda mal começamos a percorrer esse caminho mas é preciso começar a compreender os seus limites. O tema da aldeia global, espécie de horizonte desse lento movimento a favor de um mundo mais transparente, será encarado em breve como um contra-senso justamente porque não é possível relacionarmo-nos com o mundo sem dificuldades. E o ideal de uma sociedade de comunicação imediata e interactiva não faz sentido do ponto de vista antropológico. Nunca é demais insistir no facto de a transparência assegurada pela comunicação não ser necessariamente um factor de aproximação, podendo mesmo suscitar mecanismos de rejeição. Quanto mais visível for o outro, sem intermediários, mais necessário se torna esforçarmo-nos para o suportar...

A antropologia da comunicação não verbal mostra, aliás, os múltiplos estratégias a que os indivíduos e, evidentemente, as colectividades,

recorrem para não estar directamente em contacto com os outros (¹). Perante o aparecimento desta "sociedade em directo", observamos já dois meios de obter o distanciamento. Em primeiro lugar, a generalização do zapping, que tanto é um meio de aceder a tudo, como de se proteger de tudo. Depois, um interesse crescente pela História — principalmente pela História imediata, que regressa incessantemente com a moda, as canções, os estilos — que é, também, uma maneira de escapar à imediatez obsessiva. Como se a reabilitação constante de um passado próximo fosse o meio de conferir um pouco de espessura a este presente indefinido, cujos encantos de imediatez têm, como contrapartida, as ambiguidades inquietantes da falta de pontos de referência.

B. Não existe comunicação sem incomunicação

Esta realidade fundamental, banal, é hoje em dia silenciada pela performance dos instrumentos, nos três níveis da realidade. No plano pessoal, a comunicação é o símbolo da expressão, da liberdade e da troca. No plano político, é o ideal da democracia, materializado pelo facto de os políticos não pararem de comunicar, de se explicar, de se justificar. No plano técnico, a omnipresença dos instrumentos, a sua eficácia crescente e as suas interrelações constituem a infra-estrutura evidente da nossa sociedade. Já não é possível não comunicar. Cada vez mais facilmente, em todas as direcções, cada vez mais depressa.

Recordar os limites, esquecidos no discurso actual dominado pela performance é recordar as condições de eficácia da comunicação. Esta pressupõe a pertença ao mesmo universo sociocultural e a partilha dos mesmos valores, quando não se trata de recordações, de referências, de experiências, de línguas ou de estereótipos idênticos. Ela tanto está na troca das mensagens como a nível implícito e na cumplicidade de uma cultura partilhada. Eis, sem dúvida, a palavra essencial: é preciso que já tenha havido qualquer coisa para partilhar. Ora, hoje em dia, a comunicação, pelo facto de ultrapassar as fronteiras e atingir todas as comunidades, dá crédito à ideia de que é possível munir-nos destas numerosas e indispensáveis condições que sempre regeram toda a comunicação. No topo destas condições: a identidade. Sem ela, não há troca possível. Mas também não há troca sem reconhecimento

¹ Cf. os numerosos trabalhos de antropologia da comunicação. Há uma boa apresentação destes em: Wilkin Y., *La Nouvelle Communication*, Paris, Seuil, 1981; Hall E.-T., *La Dimension cachée*, Paris, Seuil, 1971; Bateson G. e Ruesch J., *Communication et société*, Paris, Seuil, 1988.

da alteridade. Recordar essas três condicionantes: uma cultura e valores comuns; um reconhecimento mútuo das identidades; uma aceitação das alteridades, constitui o melhor meio de precisar os limites da não comunicação.

Deste ponto de vista, o fantasma da Internet — comunicar com qualquer pessoa, geralmente em inglês, em qualquer lugar, sobre qualquer assunto e a qualquer hora — ilustra a tentação de eliminar estas condicionantes. Que quer dizer o fantasma de um tal universal da comunicação, senão o desaparecimento de qualquer consciência de alteridade e a crença na existência de um só universo de comunicação? Por outras palavras, a Internet, apresentada como ideal de uma comunicação universal é, afinal, o símbolo de uma comunicação que impõe um máximo de condições: as nossas. Faz-se como se as facilidades de "ligação" prefigurassem as da compreensão, como se a comunicação entre espaços simbólicos diferentes, pudesse fazer-se sem intermediários, sem tradutores, sem tempo. A Internet é o contrário de um modelo de comunicação universal; é o ideal da modernidade alienando aqueles que dela não fazem parte. Ou melhor, é um modelo de comunicação funcional que se apresenta como ideal da comunicação normativa. Como se houvesse uma relação entre a qualidade de uma comunicação e o número dos que a ela recorrem. O número dos utilizadores não é equivalente à estatura de um público. O facto de milhares de indivíduos utilizarem uma técnica de comunicação não basta para os transformar em público, e a dimensão de um público nem sempre é a norma da qualidade de uma comunicação. É certo que as trocas são mais fáceis, a uma escala maior, mas ao preço de uma redução da complexidade da comunicação.

C. Os três tempos da comunicação

No final da comunicação, encontramos sempre o tempo, mas ninguém sabe exactamente de que maneira ele é afectado por essa generalização do presente indefinido das técnicas triunfantes.

Os média têm um efeito forte sobre o curto prazo. Basta recordar o impacto de qualquer facto dramático mediatizado para nos apercebermos disso: atentado, catástrofe natural, acontecimento político, guerra, assassinato... É o império do directo, da emoção e do zapping. A super mediatização de acontecimentos graves à escala mundial perturba as consciências. O que não quer dizer que os cidadãos mudem a sua maneira de ver, mas é evidente que a sua relação com a actualidade imediata é fortemente

perturbada por esse lugar crescente do instantâneo e da emoção. Ainda não sabemos grande coisa acerca do efeito real dessa hipermediatização sobre as populações ocidentais, as únicas que sofrem esse bombardeamento mediático.

Existe, ainda, uma influência a médio prazo. Aí, ao contrário do que durante muito tempo se acreditou, os cidadãos encontram-se relativamente armados. Convocam as suas próprias recordações, representações, ideologias, para situar, num quadro espaço-temporal que é o seu, as informações recebidas. A super mediatização do instante obriga a mobilizar os sistemas de valores anteriores para colocar em perspectiva as notícias, quanto mais não seja para escapar a essa tirania do acontecimento, uma vez que ninguém pode ficar sem reacção perante tantas mensagens contraditórias. O público e, mais amplamente, as sociedades, seleccionam, filtram. Na condição, evidentemente, de que a "urgência", verdadeira ideologia dos tempos modernos, deixe aos cidadãos um pouco de tempo para que esse "metabolismo" aconteça.

Pelo contrário, do longo prazo, que é um pouco o teatro do conflito dos valores, não se sabe quase nada! As culturas da urgência e do acontecimento tendem a reduzir o interesse, a importância, até, deste terceiro tempo, na realidade essencial, pois é aí que se organiza a coabitação dos valores da modernidade e com os dos outros universos simbólicos. É evidentemente essa escala do longo prazo que é essencial para saber como a comunicação se integra na antropologia contemporânea. Infelizmente os média têm apenas trinta a sessenta anos de existência, o que não permite, de momento, ter o distanciamento suficiente para apreender essa questão.

Distinguir estes três tempos é deixar em aberto a questão do lugar da comunicação em relação aos outros valores. Ontem, o modelo da tradição privilegiava a duração e a continuidade. Os indivíduos inscreviam-se numa História cujos códigos e usos respeitavam e a sua trajectória consistia em conjugar a singularidade do seu destino com a força das tradições. O indivíduo, como se costuma dizer, "reproduzia" mais do que inovava. Respeitava. O modelo cultural moderno actual é exactamente o inverso: é a liberdade do indivíduo que prima; o sujeito, e não a tradição; o presente, e não o passado; a expressão, e não a regra; eu, e não os outros. A disciplina, o respeito pelo passado, as tradições, a memória, a obediência, são valores que parecem "de um outro mundo". Subsiste um presente indefinido, sem regras nem interditos, logo, quase sem rupturas. Cada indivíduo, singular e livre, está um pouco perdido na sua busca da singularidade. O que explica esta imensa corte de "mónadas": indivíduos reconhecidos no seu ser, sem adversário nem projecto. No passado, a continuidade e a tradição eram a regra e a sequência, a ruptura

ou o individualismo, a excepção. Hoje "o direito à diferença" é reconhecido. Mas trata-se de uma singularidade suspensa no tempo e no espaço. O presente indefinido das inovações contínuas revela-se tão pesado como o tempo anterior, todo organizado em torno do calendário das tradições. Nos dois casos, e por motivos opostos, o aparecimento do acontecimento é igualmente difícil. No passado, porque o acontecimento punha em causa uma estrutura. Hoje em dia, porque já só há acontecimentos.

O paradoxo é, pois, que apesar do modelo cultural individualista e liberal, centrado na realização do eu, a diferença e a singularidade continuam a ser, na realidade, tão pouco admitidas hoje como ontem. Muito simplesmente porque essa ideologia da liberdade, da expressão e da busca de si próprio conduz a conformismos pelo menos tão pesados como os de ontem, uma vez que todos passaram a ter agora a sensação de serem livres.

Pobre de quem não pensar como a maioria democrática: o número democrático, durante muito tempo encarado como um ideal, pode ser tão tirânico como o foi a elite aristocrática. Reencontramos aqui a célebre contradição entre liberdade e igualdade levantada por Alexis de Toqueville.

III. A comunicação: uma forte resistência ao conhecimento

A. A vontade de não saber

Poucos sectores oferecem uma tal resistência à análise, ou seja, uma tal disjunção entre a importância das mudanças técnicas, económicas, culturais e a escassa interrogação acerca dos seus significados. No passado, esta resistência à análise estava ligada, em larga medida, à ignorância, porque as informações relativas às mudanças neste sector eram pouco numerosas. Não havia rubricas sobre os média nos jornais e havia muito poucas revistas especializadas. Hoje em dia acontece exactamente o contrário. Há uma profusão de informações: sabemos tudo acerca das estratégias dos agentes, acerca da constituição dos grupos multimédia, acerca das novas técnicas de comunicação, acerca dos gostos do público, acerca do custo dos programas, sem que, por isso, a procura de análise se manifeste. Os média criaram todos uma rubrica especializada e o resultado é paradoxal. Em vez de se favorecer uma informação mais abundante, mais rica de diversidade e de análises, constatamos o fenómeno contrário. Como se as informações constituíssem análise. É isto a resistência à análise: a vontade de não ir para além da informação, dos boatos, das

suposições, numerosos nesta área. Em suma, o "mercado" da informação sobre a comunicação é florescente, na condição de nos contentarmos com este sussurro de informações e de meios-segredos identificados com a análise. A comunicação é um sector onde, apesar dos discursos oficiais, ninguém quer saber.

Como se chegou a esta contradição?

Talvez porque a lógica do conhecimento se vê confrontada, hoje em dia, com quatro abordagens concorrentes, muito mais "eficazes"; a dos jornalistas, a dos políticos, a dos técnicos e a dos economistas. A informação jornalística auto-erige-se em conhecimento devido à rapidez dos acontecimentos. Ou, por outras palavras, os acontecimentos são tão numerosos, contraditórios, técnicos, económicos, institucionais, à escala europeia e mundial, que seguir a actualidade e compreendê-la exige um esforço real. Muita gente de boa fé identifica esse trabalho de seguimento da actualidade com conhecimento. O segundo discurso é o dos políticos. Tratando-se da regulamentação difícil deste sector assediado pela ideologia liberal e pelos princípios do sector público, a tendência é para a politização, procurando cada qual achar, nos pontos de referência ideológicos, um meio de se situar. Em contrapartida, o discurso dos técnicos proclama as promessas, sempre cada vez mais miríficas de uma revolução de limites impossíveis de visualizar. Finalmente, os agentes económicos, verdadeiros "heróis" da sociedade da informação e da comunicação, sustentam um discurso "em fluxo contínuo" sobre os mercados do futuro. Todos anunciam para o dia seguinte, quando não para hoje, essa verdadeira revolução da comunicação. O resultado é a saturação de discursos, cada um deles mais definitivo que o outro. Por que haveria, nestas condições, uma procura de conhecimento? E, sobretudo, porquê introduzir dúvidas suplementares quando dá tanto prazer deixar-se levar pelas inovações? Porquê resistir a algo que é novo, belo e prometedor? Porquê ser desmancha-prazeres? Por que motivo seriam os universitários mais clarividentes acerca dos desafios achar, das mutações, que os jornalistas, os políticos, ou os empresários? As elites culturais são evidentemente responsáveis, em parte, por esse vazio, na medida em que se recusaram amplamente a reflectir sobre este sector, cuja legitimidade científica continua a ser "média". Não contribuíram, pois, para criar essa "almofada de conhecimentos" capaz de servir de apoio para relativizar as promessas incessantes. Além disso, a maneira como essas elites decidiram depois, pelo menos grande parte delas, "utilizar" os média ao mesmo tempo que continuavam a manter um discurso crítico sobre a comunicação também não deu aos outros agentes (jornalistas,

políticos, técnicos, empresários) a sensação de estarem melhor colocados para levar a cabo uma análise distanciada e objectiva...

Entre a procura de "domínio" por parte dos políticos, a procura de "valorização" por parte dos jornalistas, de "legitimidade" por parte dos engenheiros e a procura "simplesmente" por parte dos empresários não resta muito espaço para uma procura de "conhecimentos". Aí também serão os factos, na sua brutalidade, ou seja, os conflitos, a exigir uma real procura de análise.

B. As ideologias da comunicação: compressão e integração

As performances técnicas, a numerização e a compressão dos dados abalam as condições de funcionamento das grandes redes. Tudo pode ser trocado instantaneamente de uma parte do mundo a outra, tudo é consultável e cada um de nós, navegando na "Web", pode circular num oceano de dados e de imagens. Se é possível comprimir os dados e integrar os serviços, porque não poderemos acalantar a esperança de fazer o mesmo aos problemas da sociedade? Com esta ideia: quanto mais se comprimem as imagens, mais numerosas são, mais circulam, mais informam, mais integrada está a sociedade. E como, do ponto de vista técnico, é possível associar os serviços do trabalho, do lazer e da educação, a ideia de uma globalização da comunicação impõe-se tendo, em filigrana, a perspectiva de uma reorganização dos tecidos sociais. Compressão e integração passam a ser os ideais da comunicação funcional. O drama vem simplesmente do facto de nem as sociedades, nem os seres humanos, comunicarem com um tal modelo de racionalidade. As deformações e os pontos de estrangulamento estão omnipresentes, a começar pelos desfasamentos, frequentes, entre intenção e recepção. Depois, as perdas e as deformações fazem parte integrante da recepção. Enfim, supondo mesmo que os receptores compreendam sem deformação, ainda falta dizer que, como os contextos de emissão e de recepção não são idênticos, a interpretação das mensagens é necessariamente diferente entre a intenção do emissor e a recepção do público. Como os quadros espaço-temporais da emissão e da recepção nunca são os mesmos, a hipótese da compressão consiste em fazer uma analogia, falsa, entre a quantidade dos dados e os contextos. Um número acrescido de dados não basta para aproximar melhor os contextos.

De facto, compressão e integração, apresentadas como duas das grandes vantagens das auto-estradas da informação, reforçam o ideal da

comunicação funcional regido por um esquema de racionalidade único: o esquema que pressupõe a existência de uma lógica idêntica para os diferentes agentes e para as diferentes fases da comunicação (da intenção à construção da mensagem; do transporte à recepção e à compreensão). Mas a integração dos serviços (trabalho, lazer, educação...), que constitui uma façanha notável do ponto de vista técnico, não quer dizer nada no plano dos conteúdos, porque o homem não vive num espaço-tempo integrado. Continua a haver diferenças radicais entre as situações de trabalho, de lazer, de serviços, de educação. Não é o mesmo homem, ou melhor, não são as mesmas atitudes, inclinações, gostos, expectativas que são mobilizadas em cada caso.

A integração física das actividades não pode mudar o facto de o utilizador não estar integrado. Aceder, por exemplo, a todos os serviços através do mesmo terminal não modifica em nada o facto de estes serem radicalmente diferentes do ponto de vista essencial dos valores, do seu papel e da sua finalidade. Que a mesma fonte ofereça informações-serviços acerca dos comboios, das contas bancárias, das telecompras, da formação profissional, dos bancos de dados, do telejornal, dos telefilmes, dos jogos, não altera o facto de se tratar, em cada caso, de actividades de comunicação de natureza diferente. A sua aproximação física no mesmo terminal, não muda a sua alteridade.

O principal limite da ideologia da integração e da compressão resume-se numa palavra: podemos comprimir os dados, mas não se podem comprimir nem os contextos, nem os sentidos. E o problema é tanto mais complicado quanto, numa cultura do instante, o acontecimento interessa mais que o sentido, a informação mais que o conhecimento. Mas o acontecimento não conduz, forçosamente, ao saber. Há, portanto, um reforço das dificuldades: não só a hipervalorização do acontecimento não favorece forçosamente o saber, como a integração das actividades não garante uma melhor gestão destas pelo ser humano. Por outras palavras, o que se ganha em velocidade e em integração por um lado, não se recupera em eficácia, por outro.

C. A inversão da relação identidade-comunicação

Há um século que assistimos à inversão da relação entre identidade e comunicação. O século XIX, contrariamente às aparências, foi o século da comunicação, tanto do ponto de vista do ideal histórico, como do ponto de vista do desenvolvimento técnico, com a conquista do mundo através do caminho, a abertura das grandes rotas marítimas, o telégrafo e o telefone. O

século XX acentuou essa tendência com o avião, o cinema, a rádio e a televisão. É certo que a problemática da identidade desempenhou um papel determinante no século passado, nomeadamente com as identidades nacionais.

Foi um papel essencial, principalmente na Europa, mas à escala do mundo o movimento foi de abertura. A identidade era um obstáculo à comunicação, valor nascente e identificado com o progresso. Aliás, nenhum império pôde resistir a esse movimento geral de abertura. A comunicação estava do lado do progresso e todas as lutas pela democracia, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de reunião e de expressão estiveram ligadas à ideia de abertura e de ultrapassagem de fronteiras. Neste fim de século, o movimento viu-se reforçado: a comunicação tornou-se ainda mais um valor dominante e a defesa da identidade é ainda mais identificada com um combate de retaguarda. As duas guerras mundiais, ligadas, nomeadamente, ao nacionalismo, o aumento dos conflitos de identidade que se seguiu à descolonização e, mais ainda, a seguir à queda do comunismo, parecem confirmar esta evidência: o inimigo é a identidade, nomeadamente nacional. E isto tanto mais que, no mundo aberto actual, todas as oposições se manifestam de modo identitário.

Mas é aí que o contra-senso opera. Sempre existiram, evidentemente, paixões ligadas à identidade mas, agora, são acentuadas pelo movimento geral de abertura e de comunicação. Não podemos, pois, dizer que a identidade seja um obstáculo à comunicação uma vez que, na maior parte do tempo, é a generalização da comunicação que vem acentuar a reacção da identidade. E condenar os processos de identidade em nome do "progresso" da comunicação faz tanto menos sentido quanto são esses mesmos progressos o que acentua as pressões de identidade. É neste sentido que há uma inversão da relação identidade-comunicação. No passado, a identidade era um obstáculo à comunicação, hoje é a sua condição. Senão, o defensor belicoso da identidade surgirá ainda mais como reacção a um excesso de abertura e de comunicação.

Por outras palavras, em vez de tomarmos como referência os excessos dos movimentos de identidade, seria preferível considerá-los como sintomas de um problema cultural crescente: a dificuldade em viver num universo aberto. A questão já não se põe em termos de oposição: abertura versus identidade, mas sim a da gestão da identidade, verdadeiro sócia da comunicação. Observamo-lo bem, por exemplo, na Europa, onde a aplicação da convenção de Schengen prova todos os dias que em matéria de abertura de

fronteiras a prudência se impõe. O espaço de Shengen deveria fazer-se "naturalmente", na continuidade da liberdade de circulação de mercadorias e de capitais e na linha do valor democrático comum que é a liberdade de circulação do ser humano.

Confrontados com a situação, cada um de nós descobre a dificuldade: a abertura crescente das fronteiras cria, em contrapartida, uma necessidade de identidade, logo de controlo, dessas fronteiras. Num universo amplamente mediatizado, a identidade colectiva é ameaçada por essa mesma comunicação que tende a dissolver tudo. Como evitar a "dissolução" das identidades ou, antes, como reflectir sobre os meios para que esse receio de um desregramento crescente, ligado ao ruir das identidades, não faça estragos? A identidade é, hoje, muito mais problemática que no passado, uma vez que se pensa num universo aberto, onde o valor dominante é a comunicação. A ideia é, pois, simples: hoje, o problema é o inverso daquele que se colocava há um século atrás. Hoje em dia, a dificuldade tem que ver com a identidade e não com a comunicação. É, aliás, o que se manifesta de forma trágica na Jugoslávia e, cada vez mais, na Europa. Em vez de vermos aí a prova de que algo resta do passado devemos, pelo contrário, ver aí o sinal de um problema de futuro para os países desenvolvidos.

Sob o pretexto de que se trata da mesma palavra, a preguiça consiste em não ver as diferenças radicais de contexto. A identidade pensa-se sempre por reacção ou, pelo menos, em relação a qualquer coisa. Hoje essa relação é radicalmente diferente da do passado. Antes, a identidade era uma resistência à abertura, hoje é uma reacção à abertura demasiada. O sentido é, assim, diferente. Apesar de, nos dois casos, estar em causa a abertura, a perspectiva varia: no passado, para a recusar; hoje em dia, para manifestar os seus limites. Por um lado, os discursos oficiais só falam de mundialização, de abertura, de economia à escala planetária, de desafios ecológicos mundiais, de direitos do homem como novo princípio político democrático à escala do globo... Por outro, observamos, cada vez mais, uma resistência discreta, mas real, a essa "evidente" mundialização. Em nome de quê dizer que a "crispação identitária" é um medo do futuro e da abertura? Quem é detentor do sentido da História? A dificuldade em admitir a mudança radical da relação entre identidade e comunicação é, provavelmente, uma das chaves do futuro e, portanto, dos conflitos políticos.

Numa palavra, a problemática da identidade não tem o mesmo sentido no contexto das sociedades fechadas de ontem e no das sociedades abertas de hoje.

A escassa legitimidade que acompanha, hoje em dia, a problemática da identidade colectiva, a necessidade de justificação que todo o discurso que a evoca parece sentir, e a amálgama que se opera entre identidade e "reação", dizem muito sobre o caminho a percorrer. Desqualificar este problema não o fará desaparecer. Tanto mais que a questão da identidade esconde outra, pelo menos tão importante quanto ela: a do pluralismo dos modelos culturais nas nossas sociedades. Na hora da mundialização dos mercados, da cultura e dos modos de vida, a reivindicação da identidade é, também, uma busca de pluralismo, de coabitação cultural, uma recusa desse enorme rolo compressor electrónico e cultural que, década após década, padroniza os modos de vida. Não ouvir o que há de reivindicação da diferença, de preservação das singularidades, no tema da identidade é, afinal, aceitar a unidimensionalidade modernista. Recusar a problemática da identidade ou legitimá-la é recusar-se a ver os limites da comunicação triunfante.

BIBLIOGRAFIA

capítulo 2

- ARENDET, H., La Crise de la culture, Paris, Gallimard, col. "Idées", 1972.
- ARON R., Leçons sur l'histoire, Paris, Fallois, 1989.
- AUGÉ M., Pour une anthropologie des mondes contemporains, Paris, Aubier, 1994.
- BALANDRIER G., Le Dédale. Pour en finir avec le XXe siècle, Paris, Fayard, 1994.
- BAUDRILLARD J. e GUILLAUME M., Figures de l'altérité, Paris, Descartes et Cie, 1994.
- BELL D., Les Contradictions culturelles du capitalisme, Paris, PUF (trad.) 1979.
- BESNARD P., L'Anomie, Paris, PUF, 1987.
- BESNARD P., Les belles Ames de la culture, Paris, Seuil, 1996.
- BOURDIEU P., La Distinction. Critique sociale du jugement, Paris, Éd. de Minuit, 1979.
- BRETON P. e PROULX S., L'Explosion de la comunication, Paris, La Découverte poche, 1996.
- CASTORIADIS C., L'institution imaginaire de la société, Paris, Seuil, 1975.
- Centro Thomas More, Christianisme et modernité, Paris, Cerf, 1990.
- DAGOGNET F., Écriture et iconographie, Paris, Vrin, 1973.
- DAGOGNET F., Philosophie de l'image, Paris, Vrin, 1984.
- DAYAN D. e KATZ E., La Télévision, introduction à la sémiotique, Paris, Mercure de France (trad.), 1972.
- DELUMEAU J. (sob a direcção de), L'Historien et la foi, Paris, Fayard, 1996.
- DUVIGNAUD J., La Solidarité, Paris, Fayard, 1986.
- ECO U., La Structure absente: introduction à la sémiotique, Paris, Mercure de France (trad.), 1972.
- EISENSTEIN E., La Révolution de l'imprimé à l'aube de l'Europe moderne, Paris La Découverte, 1991.
- FERRO M., Cinéma et histoire, Paris, Denoël-Gonthier, col. "Médiation", 1977.
- FISKE J., Understanding Popular Culture, Boston, Unwin Hyman, 1989.
- GANDILLAC M. de, Géneses de la modernité. Les douze siècles ou se fit notre Europe, Paris, Cerf, 1992.
- GAUCHET M., Le Désenchantement du monde. Une histoire politique de la religion, Paris, Gallimard, 1985.
- GRUZINSKI S., La Guerre des images. De Christophe Colomb à Blade Runner (1492-2019), Paris, Fayard, 1990.

- HORKHEIMER M., *Éclipse de la raison*, Paris, Payot (trad.), 1974.
- JAMESON F., *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Verso, Durham, Duke University Press, 1991.
- KERBRAT-ORECCIONI C., *Les Interactions verbales*, vol. 3, Paris, Colin, 1994.
- LÉVI-STRAUSS C., *L'Identité*, Paris, Grasset, 1977.
- LIPIANSKI E.-M., *Identité et Communication*, Paris, PUF, 1992.
- MAFFESOLI M., *La Connaissance ordinaire*, Paris, Librairie des Méridiens, 1985.
- MALRAUX A., *La Politique, la culture: discours, articles, entretiens (1925-1975)*, Paris, Gallimard, 1996.
- MARCUSE H., *Culture et société*, Paris, Éd. de Minuit (trad.), 1970.
- MICHEL P., *Politique et religion. La grande mutation*, Paris, Albin Michel, 1994.
- MOSCOVICI S., *L'Age des foules*, Paris, Fayard, 1981.
- NORA P., *Les lieux de mémoire. La République, La nation...* Paris, Gallimard, 1984-1986.
- NORA P., *Les Francs*, 3 vols., Paris, Gallimard, 1993.
- PUTMAN H., *Représentation et réalité*, Paris, Gallimard (trad.), 1990.
- RAYNAUD P., *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*, Paris, PUF, 1987.
- RENAUT A., *L'Ère de l'individu. Contribution à une histoire de la subjectivité*, Paris, Gallimard, 1989.
- ROVIELLO A.-M., "La Communication et la question de l'universel", *Hermès*, n.º 10, "Espaces publics, traditions et communautés", Paris, Éd. du CNRS, 1992.
- SALLENAVE D., *Lettres mortes*, Paris, Michalon, 1995.
- SENNETT R., *Les Tyrannies de l'intimité*, Paris, Seuil (trad.), 1974.
- SERRES M., *L'Interférence*, *Hermès* 2, Paris, Éd. de Minuit, 1972.
- TOURAINÉ A., *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973.
- VATTIMO G., *La Fin de la modernité: nihilisme et herméneutique dans la culture post-moderne*, Paris, Seuil, 1987.

CAPÍTULO 3

AS INVESTIGAÇÕES

Como vimos, a comunicação é uma área particularmente difícil de analisar, uma vez que se trata da actividade humana por excelência. Aquela onde cada um, pelo facto de se achar simultaneamente no papel do actor e no do analista, acha que não precisa de nenhum tipo de conhecimentos para além dos que tem. Tanto mais que a mistura das dimensões funcional e normativa no seio de um modelo cultural que privilegia o laço comunicação-modernidade dá, a todos, a sensação de que compreendem o essencial. Mas existe uma terceira dificuldade, esta de ordem teórica.

A comunicação é um campo de investigação que mobiliza nada menos que dez disciplinas: Antropologia, Linguística, Filosofia, Sociologia, Direito, Ciência Política, Psicologia, História, Economia, Psicosociologia. É um objecto interdisciplinar e não uma disciplina. O que coloca temíveis problemas de tradução das disciplinas entre si e de sobreposição de problemáticas. Estabelecer, por exemplo, um diálogo mínimo entre a Antropologia, a Economia, a Ciência Política e o Direito é uma aventura. A comunicação, ao sobrepor constantemente vários discursos, não torna fácil a sua análise. Contudo, e encontramos aqui a terceira das hipóteses de que falámos no início, parece necessário desenvolver conhecimentos, ou seja, um discurso que não seja nem o da informação, nem o dos actores industriais ou políticos, exactamente para introduzir um pouco de margem de manobra e de liberdade, no momento em que a comunicação está dividida entre os valores e os interesses. Insistir no papel dos conhecimentos é uma outra maneira de evitar a instrumentalização da comunicação.

Mas, falar do papel dos conhecimentos não significa que se crie uma disciplina nova chamada "ciência da comunicação", ou qualquer outro nome que se lhe possa inventar. Falar de conhecimentos para a comunicação é, pelo contrário, ter presente a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, à medida da sua dimensão antropológica, e essa dimensão de encruzilhada deve

ser preservada para evitar uma especialização, aparentemente tranquilizadora, mas na realidade redutora e empobrecedora.

I. A história das investigações em França

A história das investigações acerca da comunicação em França ainda não é conhecida, ao contrário do que acontece noutros países ⁽¹⁾. Trata-se de um paradoxo tanto mais surpreendente quanto a França, durante muito tempo na cauda em matéria de comunicação, corrigiu essa deficiência a partir de 1974, tendo-se tornado, a partir de então, um dos países do mundo mais avançados em matéria de novas tecnologias nesta área. O êxito do Minitel, com mais de seis milhões de exemplares e mais de catorze milhões de utilizadores é um recorde invejado por muitos países, uma vez que traduz o êxito da passagem, para o grande público, de um média completamente novo. Estávamos atrasados; estamos na frente do pelotão graças à numerização, à telemática, às redes, ao número de cadeias de televisão. Houve média antigos e modernos que tiveram um forte crescimento fazendo da França e do Canadá os dois países mais avançados dos últimos vinte anos quanto a experiências em matéria de novos serviços. Sentimos, aliás, um interesse real por parte do país pelas novas técnicas de comunicação. O malogro diz respeito à electrónica e, mais recentemente, ao "plano cabo", mas as novas técnicas de satélites vão relançar a questão do elo entre o audiovisual e a telecomunicação. A modernização tecnológica, iniciada pelo presidente Valéry Giscard d'Estaing,

¹ A história das teorias das ciências da comunicação não está feita. Tanto mais que as tradições intelectuais e até as maneiras de designar os fenómenos estudados variam de país para país. Haveria, aliás, um estudo crítico a fazer relativo ao recorte do campo de investigação que, segundo os países e as tradições intelectuais, privilegia a comunicação, a informação, os média, a publicidade, a cultura, as técnicas, a ideologia, o domínio, a alienação, a liberdade. A tradição anglo-saxónica desempenha, de resto, um papel determinante nesta descodificação e nesta taxinomia. Apesar de não existirem, ainda, trabalhos de conjunto relativos à França, podemos citar, todavia, em ligação com a análise contida neste livro, os trabalhos de: D. Bounoux, *Sciences de l'information et de la communication, "Textes essentiels"*, Larousse; P. Flichy, *Une histoire de la communication moderne*, Paris, La Découverte, 1991; A. e M. Mattelatt, *Histoire des théories de la communication*, Paris, La Découverte, 1995; A. Mattelatt e Y. Stourdze, *Technologie, culture, communication*, Paris, La Documentation Française, 1982; B. Miège, *La Pensée communicationnelle*, Paris, PUG, 1995.

Há ainda manuais e obras de conjunto que, ainda que não tratem precisamente da história das investigações em França oferecem, contudo, uma panorâmica do sector do conhecimento relativo à comunicação. Por exemplo, em francês: Baile F., *Médias et société*. Presse, audio-visuel, télévision..., Paris, Montchrestien, 1992; Cayrol R., *Les Médias*. Presse écrite, radio, télévision, Paris, PUF, 1991; LAZAR J., *Sociologie de la communication de masse*, Paris, Colin, 1991; Sfez L., *Dictionnaire critique de la communication*, Paris PUF, 1993.

entre 1974 e 1981, foi continuada pela esquerda, entre 1981 e 1995, ao mesmo tempo que foi introduzida, no audiovisual, a concorrência público-privado. Simultaneamente, a França manteve, à escala europeia, no quadro das negociações do GATT, uma posição corajosa, de manutenção de uma especificidade europeia em matéria de indústria da comunicação e de defesa dos direitos de autor.

Em resumo, em trinta anos, as relações entre comunicação e sociedade modificaram-se em França, ilustrando a tese da comunicação como agente de modernização. Reviravolta tanto mais interessante quanto o nosso país, tendo tido um papel activo no nascimento do telefone, depois da rádio e, por fim, da televisão, tinha estado mais recalcitrante do que por exemplo, a Grã-Bretanha ou a Alemanha, quanto à passagem do estádio de inovação científica e técnica ao do mercado do grande público. A comunicação é, provavelmente, em França, uma das maiores mutações que o país conheceu, nas suas dimensões tanto técnicas como económicas ou culturais. E o desenvolvimento dos diferentes mercados, do vídeo ao Minitel e ao satélite, prova a adesão dos cidadãos a estes valores. Numa geração, a França mergulhou na comunicação, símbolo da modernidade.

E a investigação no meio de tudo isto?

É preciso distinguir quatro períodos:

1) O primeiro vai até aos anos 60. Foi principalmente consagrado ao estudo da imprensa escrita, no quadro de alguns centros universitários como o Instituto Francês da Imprensa, em Paris — fundado em 1938 por R. Stoetzel, e do mais antigo centro de investigação universitário sobre a comunicação — e o centro de R. Escarpit, em Bordeaux, no final dos anos 50. Pelo contrário, a rádio não era então objecto de grande curiosidade teórica. Existe também uma tradição de trabalhos universitários de qualidade no domínio da literatura, da linguística e da psicologia mas, no seu conjunto, as disciplinas das ciências sociais interessaram-se, na época, muito menos por este domínio que pelos do trabalho, da indústria, da família, do início do consumo e da educação, outros sectores essenciais da sociedade moderna de massas. Curiosamente, contudo, a comunicação, componente dominante da modernidade, está ausente dessa interrogação sob a forma da sociedade do pós-guerra à excepção de alguns trabalhos sobre a publicidade nascente. As sondagens são igualmente pouco examinadas e os estudos políticos privilegiam a geografia eleitoral e as instituições. O contraste entre o pequeno número de trabalhos pioneiros, que

não serão ouvidos, e o ciclone que irá em breve devastar este imenso sector é marcante.

2) O segundo período vai dos anos 60 a 1975. É o verdadeiro início dos estudos sobre os média, principalmente sobre a televisão e a publicidade, que fazem eco, aliás, ao seu duplo êxito. A ausência de tradição francesa nestes domínios leva os universitários a virarem-se para os países anglo-saxónicos, onde existem numerosos trabalhos de investigação. Esses trabalhos desempenharão um papel essencial na maior parte dos países europeus, como atesta o grande número das missões de estudo recebidas nos Estados Unidos. Seria necessário citar aqui os nomes de G. P. Friedmann, B. Cazeneuve, E. Morin, R. Barthes, O. Burgelin, e H. Chombart de Lauwe. Friedmann, que já tinha trabalhado muito no desenvolvimento da sociologia industrial, introduziu a tradição americana — de P. Lazarsfeld a E. Katz — das investigações sobre os média. A televisão e, sobretudo, a questão da cultura de massas, inquietante, estão no centro dos debates sobre o aparecimento da sociedade de consumo.

A maioria das questões actuais sobre a influência dos média, o problema do nível cultural, a violência na televisão, a cultura de elite, o fim do livro, a ideologia americana, o comportamento das crianças perante a televisão, estão já enunciadas. A atitude geral é uma mescla de admiração por estes processos técnicos e de interrogação profunda quanto ao aparecimento da sociedade e da cultura de massas e sobre o papel que nela devem ter os média. Procura-se numa educação para os média, ou nos projectos de televisão educativa — já então! —, o meio de atenuar a influência dos média. Mas estes fazem demasiado parte da modernidade e estão demasiadamente ligados ao aumento do nível de vida, ao desejo de abertura ao mundo, para serem francamente detestados. É, antes, uma atracção-rejeição.

Maior de 68 porá brutalmente fim a este início do estudo sobre os média e a comunicação. O papel essencial que teve o CECMAS (criado em 1960)⁽²⁾, graças a Friedmann, Morin e Barthes, na École des Hautes Études foi, visto retrospectivamente, excepcional; tudo o que se prendia já com uma reflexão sobre a imagem, sobre o seu estatuto e a sua influência, acerca do média televisão e da cultura de massas estava já presente. Estes pioneiros desejavam distinguir o que havia de criticável no aumento de poder das indústrias culturais — de que a televisão era o símbolo — e o que nelas havia de

² Em relação com a criação da revista *Communications* (Seuil) que teve um papel essencial na confluência da estética, da sociologia, da linguística e do cinema. O "S" da palavra remete, quer para a extensão do campo, quer para a sua ambiguidade.

potencialidade, de emancipação, de inovação e de criação naquilo que veio a chamar-se, mais tarde, as práticas culturais. A cultura de massas, que se instalava, merecia melhor do que a condenação sem apelo pronunciada então pelas elites culturais. Essa cultura de massas era igualmente menos ameaçadora do que julgavam os analistas marxistas mas, evidentemente, mais ambígua do que proclamavam os discursos, um pouco interesseiros, dos agentes. Mesmo a problemática da recepção e do público estava já presente. Ela desaparece dos espíritos, curiosamente, no decorrer da década seguinte. A procura social em matéria de investigação sobre a comunicação era fraca, à medida aliás da ambivalência da sociedade. Algumas elites modernistas interessavam-se pelo assunto e, ainda assim, com prudência. A comunicação continuava a ser um subconjunto da problemática mais geral da "civilização dos tempos livres" ou do "consumo". Era considerada como o símbolo — raramente como remédio — do tema tão angustiante da "multidão solitária" (D. Riesman).

Os estudos universitários integram pouco este sector da investigação, recente, sem tradição intelectual e, por fim, sem estilo e sem unidade, nem legitimidade. O período é ainda bastante conformista no campo intelectual e as inovações de Friedmann, de Morin e de Barthes assustam. Incomodam quando falam de um potencial de emancipação pela comunicação de massas e estas inovações são desqualificadas tal como se desconfia do discurso nascente acerca de uma nova estética da imagem. Se o cinema provoca verdadeiros debates teóricos, a televisão é verdadeiramente pouco discutida. Como se houvesse uma imagem nobre de um lado e não do outro. Na época, muito raros são aqueles que, como M. Ferro, estabelecem a ligação entre ambos. A televisão é inquietante pela influência política potencial que se lhe confere, sem ter, contudo, legitimidade em matéria de criação estética.

Pelo contrário, a rádio, numa quase indiferença intelectual, vive o seu apogeu. Essa técnica simples, maleável, pouco onerosa, será vista aliás, no final do milénio, como a grande revolução do século XX. Mas, tendo contra si o facto de ter sido utilizada durante a guerra pelos regimes fascistas e o de não possuir o carácter fascinante da televisão, é um pouco abandonada. Mais familiar que a televisão, ainda é menos nobre que ela...

3) A década seguinte (1975-1985) é, finalmente, a dos contrasensos.

Relativamente à questão lancinante da influência dos média, a causa parece definitivamente ouvida. Depois de Maio de 68 já não se fala de domínio, de alienação, de ideologia dominante. A escola de Frankfurt triunfa com as

figuras emblemáticas de M. Marcuse e de T. Adorno. No plano económico, as teses sobre o imperialismo cultural americano confirmam definitivamente o facto de os média pertencerem aos "aparelhos ideológicos do Estado". Na problemática terceiro-mundista, as indústrias culturais constituem — o que não é falso uma forma suplementar de domínio económico e, principalmente, ideológico, mesmo se a maior parte dos dirigentes desses países não hesitam em amordaçar totalmente a liberdade de comunicação e a servir-se, sem qualquer escrúpulo, da rádio e da televisão para os seus próprios fins. Se as liberdades são reais no Ocidente, são contudo consideradas "formais" e as elites ocidentais têm uma tolerância evidente em relação ao Leste e ao Sul. Foi nesta época que apareceu a primeira crítica sistemática do imperialismo económico e cultural das indústrias da informação e da comunicação. O debate apaixonado, violento, impregnado de má fé de parte a parte, em torno da nova ordem mundial da informação, decorreu a partir do relatório Mac Bride (1980) por interposição da UNESCO. Os atentados às liberdades mais elementares e à liberdade de informação nos países socialistas fizeram virar a opinião a favor dos Ocidentais. Mas os problemas justamente postos não receberam qualquer resposta depois e voltarão a surgir mais tarde com maior violência, uma vez que o álibi comunista para permitir ao campo ocidental contra-atacar já não existe.

Há trinta anos que a comunicação ilustra uma das formas do novo desequilíbrio Norte-Sul e não é pelo facto de os países do Sul não terem, de momento, meios para reagir, que os problemas colocados deixam de ser exactos. Paralelamente, nos países ocidentais, a curiosidade em relação às inovações culturais, intelectuais ou estéticas do período anterior, desapareceu. Fala-se das ingenuidades do passado, dos limites da sociedade dos tempos livres, da alienação da sociedade de consumo, da ilusão da cultura de massas.

Os caminhos do conhecimento são, aqui, indissociáveis de uma abordagem crítica. Qualquer outro discurso é tido por suspeito, conformista e, por fim, apoiante da "ideologia dominante". Toda a problemática que parte da recepção, ou seja, da maneira como os indivíduos e os grupos recebem e utilizam as imagens, parece supérflua. A resposta é conhecida: o espectador é uma vítima, sofre, recebe. Vê-se perante duas soluções possíveis: revoltar-se, ou cair na alienação. A ideia de uma autonomia do receptor não existe nesta época. A vitória do estruturalismo opera aqui verdadeiras devastações. Nomeadamente em psicologia e em linguística, duas disciplinas que teriam permitido relativizar essa abordagem determinista. Ambas abandonam as suas referências humanistas para mergulhar, durante quase quinze anos, numa

febre estruturalista onde a questão do sujeito, tão complicada em qualquer situação de comunicação e mediatizada a fortiori, parece definitivamente eliminada. Quanto à História, à excepção de alguns pioneiros, não se ocupa, de maneira nenhuma, desse objecto "não nobre" e demasiado recente. Em filosofia, as aberturas, reais, asseguradas por F. Dagognet e M. Serres, são minoritárias e encontram-se fora das correntes principais da investigação.

Simultaneamente, aparece um outro discurso, ligado às novas técnicas da comunicação. Desligado desta abordagem crítica dominante vai, pelo contrário, desenvolver uma visão optimista. Quanto mais os média clássicos estão ligados a uma reprodução "ideológica" ou cultural, mais os novos média esboçam uma sociedade mais livre, interactiva. Espera-se muito das promessas da televisão por cabo no Canadá e nos Estados Unidos, a qual deveria permitir corrigir os malefícios da televisão hertziana! A comunicação de massas parece ultrapassada pelas aberturas em matéria de telecomunicação ou de novos serviços ao domicílio. As perspectivas de individualização com o cabo, primeiro, e com a informática, depois, confirmam a abertura de uma outra história da comunicação. Paradoxalmente, essas inovações inseparáveis de lógicas industriais são menos condenadas que a televisão de massas. Impõe-se uma nova espécie de dicotomia: o novo é melhor que o antigo. Apesar de continuar a existir uma tradição de investigação crítica, o mais surpreendente é o aparecimento de uma lógica de estudo de tonalidade muito mais positiva. Aparece, então, uma oposição — que dura até hoje — entre o mundo académico, céptico em relação a esta "revolução" da informação e da comunicação por intermédio de novas técnicas, e o mundo dos estudos e da imprensa, muito mais favorável.

As "novas técnicas" criam as condições para um horizonte inédito. Encontramos, hoje em dia, quinze anos mais tarde, com as auto-estradas da informação, a Internet, a democracia electrónica, o ensino por meio da televisão, os mesmos argumentos. Os interesses, as lógicas económicas, os modelos culturais, a alienação foram esquecidos. Tudo, ou quase tudo se torna "livre" graças às novas técnicas, mesmo que os trabalhos sobre os seus utilizadores sociais não confirmem, muito longe disso, esse optimismo tecnológico.

4) A quarta fase começa por volta de 1985. Podemos qualificá-la como o período da abertura intelectual. No sector da investigação, assistimos a uma certa aproximação entre as posições opostas. Os defensores de uma atitude crítica do tipo marxista ou "frankfurtiana" reconhecem, progressivamente, que

o público é mais inteligente do que parece e que, apesar dos domínios culturais e ideológicos, os média não têm essa influência tão temida. O público aprendeu a "jogar" com os média. Quanto à "política-espectáculo" proposta pelos média, esgota-se em si mesma. A renovação do interesse pelos trabalhos sobre a recepção ilustra esta mudança. O facto de haver estudos específicos sobre a recepção e o público é bem a prova de que não conhecemos, a priori, o uso que será dado às mensagens logo, que existe uma autonomia e não uma determinação da recepção. A curiosidade crescente por uma problemática do "espaço público" ilustra, igualmente, as mudanças de atitude. Quem diz espaço público, diz confronto de pontos de vista, negociações, relações de forças. Isso não significa ausência de mecanismos de domínio mas, simplesmente, existência de uma autonomia relativa dos actores, logo de uma capacidade crítica por parte destes.

Enfim, o aparecimento de trabalhos sobre a história dos correios, do telefone, da rádio e da televisão conforta a evolução das opiniões, no sentido em que estes trabalhos põem em evidência a existência, em cada época, de uma autonomia relativa dessas técnicas em relação à sociedade. Redescobrimos assim, a importância do contexto sociocultural, simbolizado pelos cultural studies que insistem, principalmente, sobre a interacção entre técnicas, modelo dominante e identidades culturais.

Pelo contrário, os defensores de uma abordagem empírica crítica, aos quais os acontecimentos deram razão, são obrigados a reconhecer que a extraordinária expansão das indústrias da comunicação torna mais complicada uma visão optimista das relações entre comunicação e sociedade. Quanto mais as técnicas de comunicação se tornam eficazes, interactivas, omnipresentes, mais se instala a comunicação funcional. Em suma, opera-se uma certa aproximação de pontos de vista sem que, por isso, sejam suprimidas as diferenças teóricas. As orientações tornaram-se menos exclusivas umas das outras.

Por outro lado, a filosofia política, reencontrando, enfim, um interesse pela democracia pluralista, redescobre o conceito de espaço público e a problemática da argumentação da comunicação e, através desta, a questão da intercompreensão. Há um conflito que opõe "pós-modernistas" e "habermasianos", em que a relação com a comunicação é crucial. Aos olhos dos intelectuais a comunicação torna-se, finalmente, uma questão teórica e prática essencial, "digna", afinal, o que todos os investigadores que trabalham neste domínio afirmam há cerca de trinta anos...

As duas abordagens, crítica e empírico-crítica, têm em comum a vontade de salvar o modelo democrático da tirania da comunicação, de evitar que, a coberto da "novidade", as novas técnicas não acabem por reduzir ainda mais a autonomia individual, a vontade de tentar limitar os danos causados pela falta de regulamentação e pela influência dos grandes grupos da comunicação. Estas duas correntes de investigação — são as mais antigas — têm, afinal, em comum, apesar daquilo que as opõe, a vontade de conservar, relativamente à comunicação, uma certa perspectiva emancipadora.

Além destas, surgem outras duas orientações, radicalmente antinómicas das precedentes. Uma, que poderíamos qualificar de lisonjeira e que, retomando o discurso dos agentes, fala apenas de "revolução da comunicação". Outra, a que poderíamos chamar céptica, ou nihilista que, partindo da omnipresença da imagem, vê o aparecimento de uma espécie de sociedade virtual totalmente centrada sobre a comunicação narcísica.

Na realidade, em trinta anos, o campo de investigação diversificou-se, passando de duas para quatro correntes. As duas primeiras opunham os empiristas-críticos aos críticos, a propósito de uma análise divergente sobre o lugar da comunicação na sociedade e sobre a capacidade crítica dos indivíduos. As duas correntes posteriores, pelo carácter sistemático da sua orientação, aproximaram os "irmãos inimigos" anteriores, cujo ponto em comum é uma comum capacidade de raciocinar a partir da observação empírica da realidade.

Estas duas novas direcções da investigação, uma hipervalorizando as técnicas inéditas da comunicação, a outra criticando as situações de comunicação pela imagem, têm em comum o facto de seduzir facilmente as elites culturais. A reconversão destas últimas à democracia não suscitou nelas um forte interesse pela comunicação. Em todo o caso, não o suscitou à medida da importância das questões relativas ao elo entre comunicação e democracia de massas. Como se fosse preciso esperar ainda um pouco mais, para passar do reconhecimento teórico da democracia pluralista a um interesse real pela sua forma actual, a democracia de massas. Se redescobrimos os autores do século XIX, são principalmente os da primeira metade, e o campo do século XX continua ainda amplamente por decifrar...

Em contrapartida, houve um movimento de interesse real a partir da "base", ou seja, dos estudantes. Esta década de 1980-1990 vê multiplicarem-se os DEA e os "terceiros ciclos" em sociologia, antropologia, história, ciência política, ciência da informação e da comunicação. O aparecimento deste público académico favoreceu incontestavelmente as interrogações e os

trabalhos. Foi feita uma primeira estruturação com a criação da AFSIC (Associação Francesa das Ciências da Informação), em 1986. Pelo contrário, um parâmetro que praticamente não mudou em trinta anos: a procura social em relação a uma reflexão crítica acerca do estatuto da comunicação na sociedade, que continua fraca. O discurso comum, confortado e não matizado apesar do desenvolvimento dos estudos e da imprensa, oscila sempre entre a desconfiança e o fascínio. A procura, quando existe, é relativa aos modos de emprego, mais do que a reflexões sobre o sentido e as implicações das mutações. Como se o mais importante fosse, de momento, aproveitar esses "maravilhosos instrumentos" (G. P. Friedmann) relegando para mais tarde a reflexão crítica.

Por fim, depois de uma ausência de informação na imprensa, até aos anos 80, sobre os aspectos relativos à comunicação assistimos, pelo contrário a partir deste período a um manancial de informações, bem como à criação de emissões de rádio e de televisão, mais ou menos narcísicas, tendo os média como objecto. Resultado? O nível de informação do público aumentou, não sem uma certa desproporção. Os multimédia, a Internet..., são objecto de uma cobertura incessante, ao ponto de se poder julgar que a Europa e os países desenvolvidos já estão no cibernundo. A adesão ideológica suplantou amplamente o dever de informação da imprensa. A imprensa que mantém, em geral, uma distância crítica, adopta aqui, pelo contrário, o discurso mais directo entre todos os profetas da sociedade da comunicação. Ninguém duvida de que o nascimento de um público estudante neste domínio será acompanhado de uma abordagem mais crítica, que se satisfará menos com as informações e com as promessas ou que, pelo contrário, matizará os discursos catastróficos em benefício de uma procura de conhecimento.

Para resumir esta evocação rápida de uma história das ciências da comunicação em França poderíamos distinguir cinco factores.

A. Uma mudança radical de contexto em vinte anos

Nos anos 60 não havia meio intelectual a trabalhar sobre a comunicação e a França estava atrasada em relação aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à Alemanha. Muito poucas disciplinas tinham uma tradição de especialização nesta área, essencialmente a Literatura, a Psicologia e, um pouco, a Filosofia e a Linguística. Mas tratava-se de competências e de tradições centradas sobre o texto: comunicação verbal, teatro e cinema, tudo isto sem grande relação com a explosão da comunicação, dos média e da informática. Trinta anos depois,

existe uma comunidade científica, mesmo se é ainda fraca, que necessita, em permanência, de um trabalho interdisciplinar, sempre difícil. Um indício? A história das revistas. Nos anos 60 só existiam, realmente, Communications e Communication et Langage. Durante trinta anos quase não houve criação de revistas. Mas, a partir dos anos 90, assistimos, pelo contrário, a uma verdadeira explosão editorial em França e na Europa, nomeadamente com Hermès, Réseaux, Quaderni, MEI, European Journal of Communication, Les Cahiers de médiologie...

Além disso, as mudanças económicas, técnicas e culturais, a criação de empregos e as necessidades dos estudos deram origem a profissões, a actividades que, sem serem directamente consumidores de análise teórica constituem, contudo, um meio cultural favorável a uma reflexão. Mesmo se, de momento, a procura corresponde mais a uma necessidade de informação, como atesta o êxito da imprensa especializada neste sector, do que a uma sede de conhecimento propriamente dito. É preciso aqui, aliás, salientar o trabalho crítico de alguns raros parlamentares, menos de uma vintena, que, em vinte ou trinta anos, contra ventos e marés, navegando contra as modas, foram produzindo, regularmente, análises e propostas; estas conferiram ao Parlamento uma autoridade na matéria e permitiram-lhe conservar uma certa autonomia. No seio deste grupo, a constância do senador Jean Cluzel é um bom exemplo da independência de espírito.

A dificuldade continua a ser a distinção entre, por um lado, as abordagens técnico-económicas, por outro lado a lógica dos estudos e, por fim, as investigações. Preservar o conhecimento numa área onde florescem as condutas movidas pelo interesse e os múltiplos narcisismos é, a prazo, indispensável.

B. Um interesse crescente, mas dificuldades não resolvidas

A comunicação não é nem uma disciplina nem uma teoria, mas sim uma encruzilhada teórica; vimos que se constrói no cruzamento de uma dezena de disciplinas, o que explica uma dificuldade intelectual evidente...

Há duas tarefas que devem ser realizadas simultaneamente: desenvolver trabalhos sobre a comunicação em cada uma das disciplinas implicadas e favorecer a construção de objectos interdisciplinares. Numa palavra, trabalhar a partir de um ponto de vista teórico sobre a comunicação não consiste tanto em retomar, para o louvar ou para o criticar, o discurso dos agentes, como em

construir objectos de conhecimento, tal como se faz, desde sempre, em todos os aspectos da realidade. A dificuldade aqui é tanto mais real quanto não existe nenhum desfasamento histórico entre as perturbações geradas pela comunicação e pela sua análise. Ambos são síncronos. É construindo a autonomia intelectual deste campo de investigação, criando instrumentos teóricos, conceitos — por exemplo, em torno do espaço público, da comunicação política, da argumentação, da opinião pública, da recepção, das flutuações de opinião, da comunicação interpessoal, das funções de agenda, da espiral do silêncio, dos usos e gratificações, da comunicação não verbal, dos usos sociais, do interaccionismo, da comunicação intercultural, que conseguiremos escapar a esta "tirania da comunicação". A produção de conhecimentos interdisciplinares é, sem dúvida, o único contrapeso à influência crescente, na realidade e nos espíritos, das técnicas de comunicação e dos interesses económicos que as movem.

C. A abordagem ideológica mudou de forma em trinta anos

Os adversários da comunicação eram antigamente, no essencial, marxistas que levavam a cabo uma dupla luta: uma luta ideológica contra os mecanismos de domínio actuantes na comunicação internacional audiovisual, e uma luta económica para denunciar o peso das indústrias culturais. Hoje, essa abordagem perdura, reforçada, aliás, por acontecimentos que, com a mundialização da comunicação, confortam as múltiplas formas de domínio económico, simbólico ou cultural.

Contudo, a corrente dominante é outra: a ideologia em ascensão é mais a das indústrias de comunicação, ou seja, aquela que louva "a sociedade da informação e da comunicação" que estaria a desenhar-se no fundo dos televisores e dos computadores. No futuro, tudo irá mudar com a comunicação interactiva. Mesmo se isso já foi prometido há vinte anos, quando apareceu a televisão comunitária por cabo. A força da ideologia reside em nunca mudar, anunciando para amanhã o mesmo que prometeu ontem. A fraqueza dos homens consiste em não interrogar suficientemente a História para relativizar as promessas do futuro...

D. A explosão do mercado da comunicação

A desmesura está em toda a parte: ter trinta canais em casa parece um mínimo, cinquenta algo de razoável, cem a cento e vinte um sinal de

progresso... Sem falar das promessas da interligação com as redes. Sem nos perguntarmos se um indivíduo tem realmente o desejo, a necessidade, a capacidade, de assistir a tantos canais, de passar tanto tempo em frente do ecrã. Sem nos perguntarmos porque motivo lamentamos o tempo demasiado longo passado pelo cidadão em frente da televisão tradicional, desejando ao mesmo tempo que esse mesmo cidadão se transforme, o mais depressa possível, num perfeito cibernauta, interactivo e multimediatizado...

E. Distinguir estudos e investigações

No passado, as investigações do mundo académico eram o único modo de acesso ao conhecimento de um sector vital, mas acerca do qual a procura social era fraca. Hoje em dia, a necessidade de conhecimento não é mais forte, mas o fenómeno é mascarado pela superabundância de informações existente nos mercados, pelas estratégias dos agentes, pelas mudanças económicas, pelas perspectivas técnicas, pelos novos serviços e pela sua experimentação. Os estudos comandados pelos actores e pelos poderes públicos parecem fornecer os conhecimentos desejados. Entre a informação dos agentes, a dos centros de estudo, a dos média e a vulgarização, tudo parece claro! Há uma profunda sensação de saber tudo, que é acompanhada pela ideia de que as investigações não servem para nada se não puderem ser utilizadas. Para quê "arrepelar os cabelos", parece responder a sociedade ao mundo do conhecimento, se num universo dominado por tanto cepticismo, a comunicação aparece, pelo contrário, como um dos últimos territórios de aventura.

II. O itinerário de um investigador: "Circulem, não há nada para pensar!"

Há vinte anos que as minhas investigações giram em torno da questão das relações da comunicação com a sociedade. Tratei esse objecto fascinante e inapreensível de múltiplas maneiras: o que é a comunicação hoje? Qual é o seu modelo cultural? Como é que essa questão, tão antiga, é actualmente revolucionada pelo êxito maciço, por vezes violento, em todo o caso rápido, das técnicas de comunicação? Que laços existem entre comunicação e cultura de massas, por um lado, e entre estas e a democracia de massas, por outro?

Digamos que a dificuldade teórica da comunicação é inversamente proporcional à omnipresença desta na vida quotidiana. Como se a banalização, numa panóplia cada vez mais eficaz de instrumentos fascinantes e mágicos, pusesse fim à reflexão.

Por outras palavras: "Circulem, não há nada para pensar!" O êxito da comunicação, nas múltiplas situações da vida quotidiana parece trazer a resposta prática à falta de legitimidade teórica que sempre rodeou esta questão. Na realidade, este triunfo é enganador. Serão necessários conflitos sociais para fazer compreender que, para além das políticas e dos cálculos económicos, das performances e das seduções, existem implicações antropológicas essenciais. Em suma, para admitir, enfim, que a comunicação é uma das questões mais complexas nas nossas sociedades e entre as culturas.

Foi, sem dúvida, a angústia ligada ao desfasamento entre a importância das questões e o reduzido número de trabalhos existentes o que me levou, no CNRS (Centro Nacional de Investigação Científica) a iniciar investigações de envergadura neste sector. Ou seja, a construir uma política científica sobre a comunicação, condição única do aparecimento de uma comunidade científica.

Porque a experiência prova que não existe progresso do conhecimento sem a existência de uma comunidade científica. É certo que o trabalho de criação intelectual — sobretudo em ciências sociais é, geralmente, solitário, mas a recepção, a discussão, o acolhimento e a circulação das ideias dependem da existência de uma comunidade. Esta pode ser um travão à inovação — como a História das Ideias prova em cada geração —, mas pode, também, desempenhar um papel positivo e dinâmico quando se trata de um campo novo como o da comunicação. A comunidade tem também uma função positiva de protecção e de valorização. Não podemos trabalhar e pensar sós. Além disso, a investigação e, de um modo geral, a criação dos conhecimentos tornam-nos modestos, no sentido em que cada um tem necessidade do trabalho dos outros. Em suma, é essa consciência da importância das comunidades intelectuais na investigação que explica o tempo que dediquei a estas questões. Porque não existe comunidade sem política científica, quer dizer, sem orientação a prazo, com prioridades intelectuais, teorias, financiamentos, avaliações.

A. O programa Ciências-Tecnologia-Sociedade do CNRS (1980-1985)

A direcção do programa Ciência-Tecnologia-Sociedade (STS) do CNRS, entre 1980 e 1985 foi-me muito útil deste ponto de vista. Tratava-se, à semelhança do que existia nos Estados Unidos, na Alemanha e na Grã-Bretanha, de incentivar os trabalhos interdisciplinares que analisassem a interacção, nos dois sentidos, entre ciência e sociedade. Ou seja, as épocas em que a lógica científica e técnica se impôs à sociedade e, pelo contrário, aquelas em que as procuras sociais e económicas aumentaram e estimularam a investigação fundamental. Compreender esta interacção para sectores tão diferentes como a química, a aeronáutica, as telecomunicações, a física, o nuclear, a defesa ou a biologia, ajudou a admitir a impossibilidade de separar ciência e sociedade; foi, também, uma lição de modéstia.

Um programa STS é, em miniatura, um local de leitura de todas as relações complexas entre ciência e sociedade. com grande prejuízo, aliás, de todas as teorias unívocas que privilegiam uma visão linear do desenvolvimento das ciências.

Eram privilegiadas três dimensões: o estudo do lugar da ciência; o papel do Estado; o desenvolvimento das políticas da ciência e da tecnologia, e o seu impacte na sociedade. Tratava-se, a partir das tradições da filosofia e da história das ciências, de alargar a perspectiva tradicional sem cair no defeito de uma "sociologização da ciência" que, à força de mostrar a interdependência das ciências e da sociedade, acabasse por negar a autonomia do conhecimento científico e técnico. A fraqueza da comunidade científica francesa já me tinha chamado a atenção.

B. O programa sobre as ciências da comunicação do CNRS (1985-1995) ⁽³⁾

Éramos alguns — nomeadamente G. Delacôte, na época director do Departamento de Informação Científica e Técnica do CNRS, A. Mattelart e Y. Stourdzé — a ter consciência da importância da questão teórica. O Director-Geral do CNRS da época, P. Papon, pediu um relatório científico e incentivou a elaboração de um programa de investigação sobre as ciências da comunicação, em 1985, que foi apoiado por todos os seus sucessores.

³ Para mais pormenores sobre o projecto científico podemos reportar-nos aos excertos do relatório sobre as ciências da comunicação que redigi em 1985 e se encontra reproduzido no final do volume.

Porquê evocar, mesmo brevemente, a maneira como se elabora a política científica? Para que o leitor compreenda como um organismo de investigação como o CNRS decide sobre uma tal política.

O programa sobre as ciências da comunicação tinha como objectivo financiar e desenvolver trabalhos fundamentais em três direcções: as neurociências e as ciências cognitivas, em torno dos processos de compreensão e de produção da linguagem, do conhecimento e da memória; as ciências cognitivas e as ciências físicas para o engenheiro, no quadro do reconhecimento das formas, da representação dos conhecimentos em inteligência artificial, modelos de percepção e de raciocínio para a comunicação homem-máquina; as ciências humanas e sociais, para a imagem, a comunicação, a política e, de maneira mais geral, o impacte das técnicas de comunicação sobre a sociedade. Em dez anos, foram financiados cento e sessenta projectos de investigação, dois terços dos quais em ciências sociais. Os resultados mais importantes foram publicados, em grande parte, na revista *Hermès*, "Cognition, Communication, Politique" (CNRS Éditions), nascida em 1988.

Que balanço científico podemos fazer de um programa que, em dez anos, contribuiu para que a França recuperasse do atraso em que se encontrava neste domínio, esforçando-se por gerar um pouco de conhecimento numa área onde dominam os estudos e, muitas vezes, os efeitos das modas?

Impõem-se cinco conclusões:

1) A comunicação não é uma disciplina, mas é preciso partir das disciplinas e servir-se do seu capital de experiência e de conhecimento para estudar esse objecto interdisciplinar. Escaparemos assim à moda do instante que domina, sobretudo neste sector novo. Privilegiaremos os trabalhos históricos para encontrar um pouco de profundidade. É igualmente necessário incentivar uma abordagem comparativa para compreender como outros países, outras tradições culturais, apreendem essas mudanças técnicas e sociais.

2) Serão favorecidos os conhecimentos e não a sua descrição, as interpretações construídas em relação às opiniões superficiais, a fim de ultrapassar o fascínio associado à performance das máquinas. Afinal, do outro lado dessas técnicas, cada vez mais aperfeiçoadas, encontramos sempre a

velha questão da relação com o outro, muito menos "ultrapassada" do que parece. Nesta perspectiva, trabalhar sobre os conceitos é essencial para estruturar essa área de conhecimento emblemático das sociedades contemporâneas.

3) É preciso pensar a comunicação no seu contexto, ou seja, compreender que não há comunicação sem sociedades e que, na maior parte das vezes, são esses contextos sociais que dão sentido, cor e especificidade a processos de comunicação aparentemente estandardizados.

4) É preciso empreender trabalhos sobre a longa duração e quebrar, assim, a verdadeira tirania da prospectiva, que anuncia regularmente "para amanhã" reformas radicais. A simples enumeração, em vinte anos, das múltiplas rupturas que deveriam mudar tudo, permite relativizar de maneira salutar as pretensões da prospectiva.

5) Por fim, não há política científica sem projecto de construção de um meio científico, senão de uma comunidade, e sem revistas. Encontramos aqui o papel de colecções como *Hermès* mas, também, de revistas como *Quaderni*, *Réseaux*, *Communications*, *Intermédia*, *Media*, *Culture and Society*, *Les Cahiers de médiologie*... A multiplicação das revistas de há vinte anos para cá, atesta a renovação intelectual de reflexão sobre a comunicação, a cultura e a sociedade. O êxito de uma revista é sempre o encontro entre uma oferta, aqui científica e cultural, e uma procura, ou uma apetência.

III. As quatro posições teóricas

Entre as dez disciplinas mobilizadas, as naturezas múltiplas dos trabalhos sobre a rádio, a televisão, a informática, os novos média, os domínios de aplicação (trabalho, tempos livres, educação, serviços...), as perspectivas técnicas, económicas, sociais e culturais, há tanta diversidade que a síntese das posições teóricas presentes parece difícil. Tanto mais que esta área do conhecimento, beneficiando certamente de tradições antigas através da literatura, da psicologia, da filosofia, do estudo da imprensa escrita e da edição foi, contudo, completamente revolucionado pelo aparecimento das telecomunicações, da rádio e, depois, da televisão e da informática. Todo o

ordenamento deverá, pois, estar sujeito a cautela. A não ser que se defina em relação a que determinado factor discriminante é efectuado.

O ângulo escolhido aqui diz respeito às relações entre a comunicação e a sociedade. Esses são os dois eixos retidos, com duas hipóteses cada um. No que diz respeito à comunicação, a oposição situa-se entre os trabalhos que partem de uma hipótese favorável à comunicação e os que partem de uma hipótese desfavorável. No que diz respeito à sociedade, a oposição reside entre os trabalhos que assentam numa visão aberta da sociedade e aqueles que insistem mais sobre o tema do controlo social ou do domínio. Do meu ponto de vista é, por um lado, a atitude favorável ou desfavorável em relação à comunicação e, por outro, a visão mais ou menos fechada da sociedade e das relações sociais, que formam os dois eixos em torno dos quais se distribuem os trabalhos sobre a comunicação. É pois a maneira como a relação comunicação-sociedade é pensada que é o factor discriminante.

Por comunicação é preciso entender, aqui, o conjunto das técnicas, da televisão aos novos média, e as suas implicações económicas, sociais e culturais. Mas, também, os valores culturais, as representações e os símbolos ligados ao funcionamento da sociedade aberta e da democracia, como já expliquei na introdução. É pois, finalmente, em relação a uma concepção antropológica da comunicação, que as correntes de pensamento são classificadas em quatro grupos.

Essas quatro posições estruturam o sector muito para além da investigação e encontram-se na imprensa, no discurso dos agentes, ou no dos políticos. Lendo os artigos da imprensa ou ouvindo este ou aquele agente interveniente no campo da comunicação, podemos encontrar estas quatro posições e, principalmente, saber em qual delas se enquadra o artigo ou o agente.

Porquê insistir no facto de estas quatro posições, resultantes de um acto de conhecimento, estarem para além de posições estritamente teóricas e discriminarem, tanto os discursos de investigação, como os dos agentes ou da informação? Para recordar que em matéria de comunicação há sempre sobreposição de discursos. O discurso erudito nunca está muito longe do discurso do agente, do do jornalista ou do discurso comum. É o preço, pesado, a pagar à ambivalência fundamental da comunicação. Todo este trabalho sobre as diferentes posições teóricas no campo da comunicação pressupõe essa revolução mental prévia evocada na introdução, que transforma o indivíduo em sujeito da sua própria História. O aparecimento da comunicação na sua perspectiva normativa a partir do século XVIII, não teria tido lugar se não

tivesse havido, antes, esse lento reconhecimento da liberdade e da igualdade dos indivíduos, ou seja, o reconhecimento do lugar do outro. Em suma, não há "revolução da comunicação" sem revolução prévia do sujeito.

É por isso que as quatro posições teóricas correspondem a uma concepção das relações entre comunicação e sociedade através de quatro subconjuntos: o indivíduo, a democracia, a economia e a técnica. O que significa que cada uma delas implica, frequentemente, uma certa relação com o indivíduo, com a democracia, com a economia e com a técnica.

Por outras palavras, cada visão das relações comunicação-sociedade implica, frequentemente, uma abordagem da intersubjectividade, da relação com as técnicas e com a política e a economia. É neste aspecto que uma visão da informação e da comunicação encerra uma teoria implícita ou explícita da sociedade e do lugar dos indivíduos no seu seio.

Por fim, e este aspecto decorre dos dois pontos precedentes: não existem posições "naturais" acerca da comunicação, tanto no que diz respeito à imagem, como à recepção, ou à televisão, ou às novas técnicas de comunicação...

Deste ponto de vista, aconselharia ao leitor a fazer as seguintes perguntas práticas a cada discurso académico, político, técnico ou económico que tome posição em relação à informação ou à comunicação: quais são os pressupostos? De onde fala, quem fala tão "naturalmente" da comunicação?

Qual é a sua visão implícita da sociedade? De que modo esta influencia a sua concepção da comunicação?

Tendo feito estas observações, podemos voltar às quatro posições teóricas.

A. A primeira corrente: as lisonjeiras

Esta corrente, muito optimista sobre a sociedade e sobre as técnicas, agrupa aqueles que vêem nas rupturas da comunicação o aparecimento de uma nova sociedade, mais democrática, mais relacional e mais interactiva. Trata-se, aqui, quase de uma "crença". Esta posição está omnipresente nos média, nos jornais, nos trabalhos de prospectiva. Aí, tudo, ou quase tudo, é "positivo". As "resistências" das sociedades são identificadas como um "medo da mudança" e como arcaísmos. E, acima de tudo, não devemos atrasar-nos em relação aos Estados Unidos, nem aos dragões do Sudeste Asiático. Como se o modelo da sociedade do futuro tivesse que vir de lá e conquistar o mundo

inteiro. O tema? A economia do imaterial põe no centro do sistema produtivo a acumulação da informação e da comunicação, de que todos são produtores, fazendo assim com que essa sociedade seja a primeira em que os indivíduos se encontram no seio do sistema produtivo. O mercado, com a desregulamentação, é o instrumento desta transformação e, a aldeia planetária, a perspectiva para todos.

Se o público ainda não está convencido das virtudes desta mudança é por falta de informação, ou por medo da mudança. A lógica económica é o braço armado desta revolução mundial, que permitirá redefinir as relações Norte-Sul e dar uma oportunidade aos países do Sul. A educação, que é um dos complementos desta revolução da comunicação, permitirá a essas nações saltar uma etapa, a da sociedade industrial, para se acharem, directamente, na "sociedade pós-industrial".

Depara-se-nos, aqui, o discurso dominante das indústrias da comunicação e, mais amplamente, de todos os partidários desta "revolução".

B. A segunda corrente: os críticos

Esta corrente denuncia as derivadas da comunicação, das suas indústrias, dos seus interesses e das suas ideologias. Será possível escapar-lhe? Há quem julgue que sim, mas também há outros mais pessimistas que consideram, pelo contrário, esses múltiplos serviços de comunicação como "camisas de forças do amanhã". Esta alienação é mais perigosa do que o domínio e a instrumentalização que ameaça as sociedades modernas de comunicação. As indústrias da cultura e da comunicação são os principais artífices desta dominação ideológica. Contudo, é possível lutar, uma vez que se trata de "libertar" os indivíduos e as sociedades de uma influência que é cultural e ideológica antes mesmo de ser económica e política. Os mecanismos de domínio mudam, mas não mudam o domínio nem o poder, hoje em dia quase mais totalitário que antes através da gestão e da manipulação, até, da informação. No plano internacional, as ideologias da sociedade pós-industrial são apenas álibis de nova divisão internacional do trabalho que reforça o domínio do Norte sobre o Sul.

A referência aos conceitos marxistas está próxima desta visão das relações entre a comunicação e a sociedade, conduzindo à ideia de que só uma mudança radical permitiria inverter a lógica. As técnicas de comunicação podem ter um bom uso se tiverem, na sua base, um outro projecto político. É

aqui que se trata de uma perspectiva aberta da sociedade, uma vez que são possíveis as mudanças numa óptica igualitária e emancipadora.

C. A terceira corrente: os empiristas-críticos

Aqui, a ideia de uma margem de manobra nas relações entre comunicação e sociedade é essencial. A sociedade nunca será justa nem igualitária mas, pelo menos, gerou no seu seio, através do valor da comunicação e graças às técnicas que têm o seu nome, instrumentos e referências que estão em conformidade com o ideal democrático.

Se a comunicação não basta para construir uma sociedade democrática, pelo menos os seus valores permitem pôr a descoberto as contradições entre os ideais e a realidade. E permitem, portanto, levar a cabo combates intelectuais, culturais e políticos para que estes ideais, apoiados pela sociedade e plebiscitados pelas técnicas e pelos serviços, sejam mais conformes com os seus próprios discursos. É a ambiguidade fundamental da comunicação, com as suas dimensões funcional e normativa o que torna possível esta acção crítica. E eis a segunda hipótese: a inteligência do público é o guardião desta dualidade da comunicação, evitando a dissolução desta na sua dimensão funcional. A inteligência do público é, aqui, o simétrico da inteligência do cidadão no modelo democrático.

Aqui, a regulamentação é capital, para preservar um equilíbrio, em primeiro lugar, entre um sector público e um sector privado e, depois, entre média generalistas e média temáticos e, finalmente, entre os interesses das indústrias e as identidades culturais nacionais. A comunicação de massas não é a perversão da comunicação mas, sim, a condição normativa da democracia.

Em contrapartida, o tema da "sociedade da informação" é um discurso ideológico, ligado aos interesses das indústrias susceptíveis de criar novas desigualdades mas, sobretudo, abrindo caminho a um desastre antropológico. As elites têm responsabilidade nesta derrapagem da ideologia da informação e da comunicação, porque não souberam fazer o ponto da situação e, principalmente, por não levarem a sério, de um ponto de vista teórico, este campo imenso.

D. A quarta corrente: os niilistas

Esta corrente manifesta, à partida, uma dupla desconfiança em relação à sociedade e ao homem. A primeira ideia é a de que a sociedade basicamente não mudou, que nunca mudará estruturalmente, mesmo se a democracia melhorou parcialmente certas situações. A segunda ideia diz respeito à finalidade da comunicação, que não melhora substancialmente as relações humanas ou colectivas, constituindo, sobretudo, um mercado de ignorantes. Os lisonjeiros, mais ou menos cépticos, partilham com os thuriferários uma forte crença no poder das técnicas, mas de maneira oposta. Se os segundos vêm nelas um factor de mudança radical — principalmente com as novas técnicas — os primeiros inclinam-se para uma visão pessimista. Neste esquema, e ao contrário do precedente, os indivíduos não são dotados de um real sentido crítico. Na realidade os agentes são cegos, cegos dessa "virtualidade" de uma comunicação "emancipadora". Só uma minoria, desiludida mas realista, é capaz, pela sua cultura, de denunciar as armadilhas e as ilusões desta comunicação. A perspectiva desconfiada, elitista, é aqui dominante. No entanto, existe uma abordagem menos trágica. Em lugar de ver na imagem ou na comunicação alienação e domínio, retém, pelo contrário jogos, frivolidades e decadências mais ou menos festivas. Aqui, os indivíduos perdem-se no jogo e no simulacro, sem ilusões mas com alegria, escapando assim à cultura racional dominante.

Quer seja "pessimista" ou "optimista", esta quarta corrente manifesta, em todo o caso, uma certa desconfiança em relação à imagem. A imagem não diz a verdade, ela mente ou engana; de qualquer forma, não está do lado da emancipação mas, sim, do lado do poder. Reencontramos aqui a antiga reticência do pensamento ocidental em relação à imagem. Não vale a pena confiar no espírito crítico do público, porque está cheio de ilusões. Não vale a pena acreditar no grupo, porque está manipulado. Só há uma minoria capaz de exercer uma verdadeira crítica, sem esperança de ser ouvida. É o desespero da lucidez, por parte da minoria esclarecida, contra as ilusões da competência colectiva. O cepticismo está à medida da omnipresença da imagem e dos mundos virtuais que, no futuro, encerrarão os indivíduos e as colectividades em simulacros da realidade.

No primeiro grupo, encontramos os lisonjeiros, da revolução da informação e da comunicação, cujo número cresce à medida da expansão destes mercados.

No segundo grupo, estão aqueles que, em nome de uma abordagem marxista ou "frankfurtiana", denunciam a captação da comunicação e das suas indústrias em proveito de interesses económicos e ideológicos das indústrias

da comunicação. Estão próximos de uma visão estruturalista em que a lógica dos interesses predomina sobre a lógica dos actores.

O terceiro grupo reúne aqueles que desejariam utilizar a ambiguidade da comunicação para preservar as suas dimensões de emancipação e permitir aos indivíduos e às colectividades recusar a instrumentalização e a instrumentalização completa da comunicação. Depara-se-nos aqui a visão idealista crítica que existe, frequentemente, numa certa filosofia da história e da sociedade.

O quarto grupo reúne aqueles que não confiam nem na sociedade democrática, nem no número, nem na comunicação ou nas indústrias ligadas a ela, nem mesmo no indivíduo... A comunicação e a imagem criam uma liberdade ilusória e não melhoram a percepção do mundo e a sua transformação. A crítica radical é a única garantia. Poderíamos chamar-lhes pós-modernos.

Estas são as quatro posições teóricas existentes em França quanto à análise das relações entre comunicação e sociedade. Conhecê-las permite ao leitor situar-se melhor face às análises apresentadas. Escusado será dizer que a minha posição teórica está próxima da terceira corrente.

BIBLIOGRAFIA

capítulo 3

- ADORNO T., "L'industrie culturelle", *Communications*, n.º 3, 1963.
- BALANDIER G., *Le Détour, pouvoir et modernité*, Paris, Fayard, 1982.
- BEAU P., *La Société de connivence, médias, médiations et classes sociales*, Paris, Aubier, 1982.
- BERGOUNIOUX A. e GRUNBERG G., *L'Utopie à l'épreuve: le socialisme européen au XXè siècle*, Paris, Éd. de Fallois, 1996.
- BESNIER J.-M., *Les Théories de la connaissance*, Paris, Flammarion, col. "Dominos", 1996.
- BOLTANSKI L., *La Souffrance à distance*, Paris, Métailié, 1993.
- BOURDIEU P., *Choses dites*, Paris, Éd. de Minuit, 1987.
- BRETON P., *L'Argumentation de la communication*, Paris, La Découverte, 1996.
- CERTEAU M. de, *L'Invention au quotidien, t. I, Arts de faire*, Paris, UGE, col. "10/18", 1980.
- CHARTIER R., "Le monde comme représentation", *Annales ESC*, n.º 6, 1989.
- Colóquio de Cérisy. Em torno de A. Touraine, *Penser le sujet*, Paris, Fayard, 1995.
- Communications*, n.º 51, "Télévision mutation", Paris, Seuil, 1990.
- DEBRAY R., *Cours de médiologie générale*, Paris, Gallimard, 1991.
- ESCARPIT R., *L'Information et la communication. Théorie générale*, Paris, Hachette, 1991.
- FERRO M., *Analyse de films, analyse de société*, Paris, Hachette, 1976.
- FLICHY P., *Histoire de la communication moderne*, Paris, La Découverte, 1991.
- GIDDENS A., *The Transformations of Intimacy*, Stanford, Stanford University Press, 1992.
- GILLES B., *Histoire des techniques*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1978.
- HOVLAND C., JANIS I. e KELLY H., *Communication et Persuasion*, New Haven, Yale University Press, 1953.
- JEANNENEY J.-N., *Une histoire des médias*, Paris, Seuil, 1996.
- KATZ E., "La recherche en communication depuis Lazarsfeld", in *Hermès*, n.º 4, "Le nouvel espace public", Éd. du CNRS, Paris, 1989.
- LATOURET B., *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthologie symétrique*, Paris, La Découverte, 1991.
- LAZARSFELD P., "Les intellectuels et la culture de masse", *Communications*, n.º 5, 1965.

- LAZARSFELD P., Les Cahiers de la télévision, Paris, Julliard, entre 1963 e 1965.
- LÉVI-STRAUSS C., Le Regard éloigné, Paris, Plon, 1983.
- MARLEY D., Family Télévision: Cultural Power and Domestic Leisure, Londres, Comedia Publishing Group, 1986.
- MARLEY D., The "Nation Wide" Audience: Structure and Decoding, Londres, British Film Institute, 1980.
- MEUNIER J.-P. e PARAYA D., Introduction aux théories de la communication, Bruxelles, De Boeck Université, 1993.
- MIÈGE B., La Société conquise par la communication, Grenoble, PUG, 1989.
- MOLES A., Théorie structurale de la communication de la société, Paris, Masson, 1986.
- MORIN E., "Les intellectuels et la culture de masse", Communications, n.º 5, 1965.
- NEVEU E., Une société de la communication?, Paris, Montchrestien, col. "Clefs", 1994.
- PADIOLEAU J.-G., Sociologie de l'Information, Paris, "Textes fondamentaux", Larousse, 1973.
- PASSERON J.-C., Le Raisonnement sociologique, Paris, Nathan, 1991.
- SAPIR E., Anthropologie, Paris, Seuil (trad.), 1967.
- SILBERMANN A., Communication de masse. Éléments de sociologie empirique, Paris, Hachette, 1981.
- STOURDZE Y., Pour une poignée d'électrons, Paris, Fayard, 1988.
- THIBAUT-LAULAN A.-M., L'Image de la société contemporaine, Paris, Denoël, 1971.
- VÉRON E., La Semiosis sociale, Paris, PUF, 1988.
- WINKIN Y., Anthropologie de la communication: de la théorie au terrain, Bruxelles, De Boeck Université, 1996.
- WINKIN Y., La Nouvelle Communication, Paris, Seuil, 1981.

SEGUNDA PARTE

TELEVISÃO; O ELO SOCIAL

INTRODUÇÃO

O ELO SOCIAL DA SOCIEDADE INDIVIDUALISTA DE MASSAS

A história contemporânea viu sucederem-se duas rupturas radicais, que colocam ambas no seu centro a problemática do elo social. No plano sociológico, o aparecimento da "sociedade de massas" com a revolução industrial do século XIX e suas consequências: o crescimento da classe operária, da população urbana e a chegada tardia, depois das duas Guerras Mundiais e de numerosas lutas, da sociedade de consumo. No plano político, o aparecimento da democracia de massas, pela conquista do sufrágio universal.

O resultado é, aquilo a que eu chamo a sociedade individualista de massas, na qual coabitam dois dados estruturais, ambos normativos mas contraditórios, constitutivos da nossa realidade social e política: a valorização do indivíduo em nome dos valores da filosofia liberal e da modernidade; a valorização do grande número, em nome da luta política a favor da igualdade. A economia assegurou a passagem de um a outro, alargando sem cessar os mercados, até à instauração da sociedade de consumo de massas, onde encontramos as duas dimensões: escolha individual e produção em grande número. Somos obrigados, como já expliquei anteriormente, a gerir estas duas dimensões antinómicas: o indivíduo e as massas, cuja coexistência afecta o equilíbrio sociocultural anterior.

A crise do elo social resulta da dificuldade em encontrar um novo equilíbrio. Os elos primários, ligados à família, à aldeia, ao ofício, desapareceram e os elos sociais ligados às solidariedades de classes e de pertença religiosa e social esboroaram-se. O resultado é que já não há grande coisa entre as massas e o indivíduo, entre o número e as pessoas. Poucos laços

restam. É neste contexto de ausência de intermediários socioculturais entre o nível da experiência individual e o da escala colectiva que se situa o interesse da televisão. Ela oferece, precisamente, um elo estruturante, entre essas escalas e esses espaços.

Mas voltemos brevemente a falar da crise do elo social, ligada às contradições da sociedade individual de massas. Nenhuma das referências unitárias que, antigamente, organizavam o espaço simbólico das nossas sociedades é, hoje, estável. Por toda a parte dominam as dualidades contraditórias e a consequência é uma certa fragilização das relações sociais. Há, como vimos, o par indivíduo-massas, com finalidades evidentemente contraditórias; a oposição igualdade-hierarquia, onde a existência da igualdade não exclui a realidade de uma sociedade bastante imóvel e hierárquica; o conflito abertura-fechamento ligado ao facto de que a abertura e a comunicação se tornam referentes de uma sociedade sem grande projecto desde a queda do ideal comunista; o desfasamento entre a subida geral do nível dos conhecimentos e a realidade maciça de um desemprego desqualificante... Tudo isto num contexto de ruir das estruturas familiares, de desequilíbrios ligados aos movimentos de emancipação das mulheres, de crise dos modelos de trabalho, onde as identidades camponesa e operária desapareceram a favor de um terciário proteiforme, de dificuldades em fazer do meio urbano um quadro de vida aceitável...

O tributo à liberdade paga-se caro, como se paga caro o nascimento da sociedade de massas, em nome da igualdade. Mutações tanto mais difíceis de integrar quanto, por outro lado, os cidadãos, graças aos média, são projectados para o mundo exterior. Cada um, a partir da sua cozinha, ou da sala de jantar, pode dar a volta ao mundo várias vezes por dia, com a televisão. E, para aperfeiçoar o panorama, não esqueçamos que essa afirmação se acompanha de uma recusa das hierarquias, dos códigos e das regras impostas pelas múltiplas instituições que são a família, a escola, o exército, a Igreja... Cada um é livre, mesmo se o resultado é uma discreta, mas obsessiva, solidão que, explicando a importância crescente da problemática do elo social.

A minha hipótese, há muitos anos, é que a unidade teórica da televisão se situa em relação com esse desafio. Isso vê-se, aliás, na utilização da palavra. Quando falei disto a propósito da televisão, há cerca de quinze anos, as pessoas achavam a ideia, pelo menos, original, mas pensavam, acima de tudo, que ocuparem-se do elo social era menos importante do que criticar o domínio imposto pela televisão, a título de cultura de massas. Na época, éramos

poucos, nas ciências sociais, a utilizar o vocabulário do elo social, vindo dos primeiros trabalhos de sociologia e de antropologia do início do século.

Depois, tudo mudou. A violência das fracturas sociais ligadas à crise voltou a colocar esta problemática no centro da sociedade e da política. A tal ponto que hoje, erradamente, toda a gente fala de elo social a propósito de tudo. O abuso da palavra não impede o interesse crucial que esta questão bastante complexa continua a despertar.

A televisão é, actualmente, um dos principais elos sociais da sociedade individual de massas. É, aliás, igualmente, uma figura desse elo social. Como tenho afirmado repetidamente, a televisão é a única actividade partilhada por todas as classes sociais e por todos os grupos etários, fazendo assim o elo entre todos os meios. O que não impede, pelo contrário, uma crítica empírica daquilo que a televisão é. Mas é na medida dessa ambição e desse papel antropológico que é possível criticá-la. Na condição de não misturar os dois níveis, teórico e empírico.

É essencial distinguir os dois planos, e permite compreender o que me separa afinal, dos trabalhos da escola de Frankfurt. Em sua opinião, a instrumentalização da comunicação nas relações económicas e de poder do sistema capitalista, fizeram-lhe perder todo o valor normativo, fazendo-o passar, finalmente, para o lado dos aparelhos de domínio. Sem negar esta dimensão, ainda mais visível hoje em dia do que há cinquenta anos com a internacionalização das indústrias da comunicação, continuo a estar em desacordo com esta hipótese que visa instrumentalizar definitivamente a comunicação e fazer-lhe perder qualquer outra dimensão. Em contrapartida, esta tese tem muito êxito pelo facto de ser radical e sem ambiguidades. Infelizmente, o paradoxo das ciências sociais, inevitavelmente ciências da complexidade e da nuance, consiste em só terem êxito na condição de serem "radicais", como se radicalidade e verdade fossem sinónimos...

No entanto, em nome dos radicalismos sucessivos, tantos erros trágicos foram ditos e cometidos no século XX que este elo, sempre duvidoso, entre verdade e radicalidade deveria ser, de novo, posto em causa. Todavia seduz, inclusivamente nos trabalhos acerca da comunicação. O grande progresso epistemológico em ciências sociais terá lugar no dia em que se admitir que exigência crítica não é sinónimo de discursos violentos e catastróficos, nem de conclusões dicotómicas e radicais. E que, em ciências sociais, verdade não é sinónimo de radicalidade. Para quê este desvio? Porque há muitos anos que esta tese da televisão como elo social é criticada por aqueles que não a acham

suficientemente radical, logo pouco "certa", como se fosse preciso ser o mais hostil possível à televisão para estar perto da verdade.

Parece-me, pelo contrário, que os acontecimentos na Europa, depois de uns quinze anos que viram a televisão dominada pelo dinheiro, o Audimat e a aventura privada reconduzem, progressivamente, a práticas que ilustram esta hipótese do papel dos média de massas como elo social.

Naturalmente, não se trata de afirmar que a televisão "faz" o elo social — seria cair num determinismo tecnológico que eu aliás condeno — mas, sim que, num período de profundas rupturas sociais e culturais, ela continua a ser um dos elos sociais da modernidade. Não é o único, e outros seriam igualmente de desenvolver, mas o facto de não ser o único não impede que recordemos o seu papel, tanto mais importante pela sua visibilidade e popularidade. Ela contribuiu para esse "sentido", tão difícil de definir, das sociedades modernas. Aliás, dizer que a televisão contribui para o elo social não remete, antes de mais, para a técnica, como já afirmei muitas vezes, mas sim para o estatuto da sociedade individualista de massas, ou seja, para essa mescla de individualismo, de liberdade e de igualdade. E em relação a este triângulo da modernidade, espécie de estrutura antropológica da sociedade, que a televisão desempenha esse papel. Por outras palavras, prima o social sobre a técnica.

A força da televisão consiste em constituir esse elo social e em representá-lo. Retomando a hipótese de É. Durkheim sobre a religião, quase poderíamos dizer que a televisão é uma das formas elementares do social. Se há numerosas práticas sociais que contribuem para o elo social, sem visibilidade, o interesse da televisão é representá-lo, da maneira mais visível para todos. E a este nível de visibilidade e de representação, não há muitas actividades sociais e culturais tão transversais como a televisão. Não é ela, com a meteorologia, a única actividade realmente partilhada por todas as classes sociais e todos os grupos etários? É porque este papel social da televisão existe, que eu critico o discurso entusiástico, demasiado técnico, que rodeia a televisão temática, apresentada como o futuro da televisão. Uma tal orientação confunde, precisamente, a dimensão social e a dimensão técnica, reduzindo a televisão à segunda.

O problema não é a existência da televisão temática, um fenómeno clássico de segmentação dos mercados. O problema coloca-se quando esta evolução, tornada possível pela técnica, é apresentada como um progresso em relação à problemática da televisão generalista. Cai-se aí na ideologia técnica.

Recordar o papel dos média generalistas em relação ao elo social é, pois, repor o desafio da comunicação no quadro de uma teoria da sociedade. A posição a favor dos média generalistas é, antes de mais, a resposta à pergunta seguinte: como criar esse elo, por intermédio dos médias generalistas públicos ou privados, no seio de sociedades onde as fracturas e as exclusões sociais são fortes? E como criar o elo, por intermédio dos média nacionais, nas sociedades abertas onde a ideologia da "comunicação mundial", directamente isomorfa em relação aos interesses das multinacionais, desestabiliza ainda um pouco mais as identidades nacionais e desencadeia, nos países do Sul, uma profunda cólera contra os países ricos do Norte? Eis o duplo desafio essencial da relação entre uma teoria dos média generalistas e a problemática do elo social. A questão não é a abertura ao mundo, já amplamente assegurada em meio século e visível hoje em dia na economia mundialista dos grupos de comunicação. Está, antes, na busca dos meios que permitem reforçar a coesão social no interior das sociedades e continuar a oferecer, em conformidade com o modelo da democracia, uma possibilidade de se informar, de se cultivar e de se divertir à escala do maior número. E, à escala mundial, assegurar uma regulamentação para evitar que essa mundialização da comunicação não conduza, por uma nova lei da selva, ao reforço dos mais poderosos e dos mais ricos.

A ligação entre o elo social e os média generalistas fica ao nível do normativo, quer dizer, da referência ao universal, enquanto que a adesão ao temático, aparentemente mais adaptada às exigências do público é, na realidade, compatível com uma teoria da sociedade que aceita fracturas, desigualdades e segmentações. O ponto de equilíbrio entre as diferentes concepções de televisão e as teorias da sociedade diz respeito ao estatuto do público. Há, aqui, duas teorias em oposição.

Uma dissocia a realidade dos públicos da questão teórica do grande público. Para a outra, o público é a soma dos Audimat. Por um lado, a problemática do público, como a da televisão, remete para uma teoria das relações entre comunicação e sociedade. Por outro ela está, antes de mais, ligada às realidades do mercado e resume-se a uma lógica económica e quantitativa. Encontramo-nos face a duas teorias: a que liga comunicação e sociedade; a que considera a escolha dos públicos como a melhor das teorias. Duas filosofias da comunicação e, finalmente, duas concepções da sociedade. Porque não? Mas na condição de situar o antagonismo no nível teórico que é o dele e de não nos perdermos em categorias económicas ou em questões de tecnologia.

É neste sentido que não há teoria da comunicação sem uma teoria implícita ou explícita de sociedade. E se eu quisesse ser polémico, diria que há uma perfeita compatibilidade entre uma sociedade organizada sobre o modelo do "politicamente correcto", onde coabitam ordeira, democrática e representativamente todas as comunidades, na indiferença geral mútua e uma sociedade assente numa teoria dos média fragmentados, onde cada indivíduo e cada comunidade dispõem dos seus média para neles se encerrar confortavelmente.

É neste aspecto que qualquer organização da televisão, como da rádio, aliás, remete para uma teoria da sociedade. É neste aspecto, também, que a valorização dos média generalistas remete para uma certa exigência cultural e democrática. É neste aspecto, enfim, que qualquer defesa da televisão generalista é inseparável de uma defesa da televisão pública e, para o futuro, da manutenção do sistema misto equilibrado, público-privado. O sistema continua a constituir, aliás, a grande originalidade da Europa, que deveria estar dele orgulhosa em vez de duvidar dele, no momento em que se vê confrontada com a imensa batalha da desregulamentação.

CAPÍTULO 4

TELEVISÃO GENERALISTA E TEORIA DA SOCIEDADE

Há muito tempo que defendo a tese de que a televisão generalista é o média melhor adaptado à heterogeneidade social da sociedade individualista de massas (¹). Antes de desenvolver esta posição, desejo recordar que antes dela a rádio desempenhava — e desempenha ainda, hoje em dia em grande parte — o mesmo papel. Desempenha-o tanto mais que não é estorvada pela imagem, suscita menos vontade de controlo por parte das múltiplas autoridades e, sobretudo, veicula aquilo que está no seio de toda a comunicação e, poderíamos dizer mesmo, de toda a experiência humana: o som da voz. Como já afirmei muitas vezes, a rádio é provavelmente o grande média do século XX, o mais próximo do homem e de todos os seus combates pela liberdade. A análise centrada aqui na televisão não deve, pois, fazer-nos esquecer o papel crucial da rádio em toda a problemática do elo social e, de forma mais geral, em toda a antropologia da comunicação.

Mas regressemos à televisão. Por que motivo está ela adaptada à sociedade individualista de massas? Porque esta forma de sociedade é caracterizada por uma fraca comunicação entre as diferentes camadas sociais.

Evidentemente, todos são livres, mas no seu espaço. As relações sociais, apesar da visibilidade assegurada pelos média, permanecem hierarquizadas e a coabitação entre os meios socioculturais continua a ser difícil. O mais árduo é a integração das comunidades estrangeiras. Só a televisão generalista está apta a oferecer, ao mesmo tempo, esta igualdade de acesso, fundamento do modelo democrático, e esse leque de programas que pode reflectir a heterogeneidade social e cultural. A grelha dos programas permite encontrar os elementos indispensáveis ao "estar juntos". Ela constitui uma escola de tolerância, no sentido em que cada qual é obrigado a reconhecer que os programas de que não gosta têm tanta legitimidade como aqueles de que gosta, pelo simples facto de uns coabitarem com os outros. É aí que reside a força da televisão

¹ Para mais pormenores sobre a teoria da televisão, podemos reportar-nos ao *Éloge du grand public, une théorie critique de la télévision*, Paris, Flammarion, 1990.

generalista: colocar em pé de igualdade todos os programas e não dizer, a priori, quais os que se destinam a este ou àquele público. Ela obriga cada um de nós a reconhecer a existência do outro, processo indispensável nas sociedades contemporâneas confrontadas com os multiculturalismos. Isto é, aliás, amplamente confirmado pelos estudos de audiência. Se a grelha é feita em função dos supostos espectadores interessados ao longo das horas do dia, o estudo retrospectivo prova o carácter mais heterogéneo do público real. Alguns viram aquilo que se pensava que iriam ver, mas outros, nos quais não tínhamos pensado, fizeram o mesmo. E reciprocamente. O que justifica o papel da televisão generalista: oferecer um amplo leque de programas para satisfazer o maior número possível de públicos e deixar lugar para públicos inesperados. É aqui que a televisão é menos um instrumento de massificação da cultura que um meio de unir as heterogeneidades sociais e culturais. E reflectindo estas através dos programas, ela legitima as diferentes componentes dando-lhes a possibilidade de uma coabitação, ou até de uma integração.

É certo que a televisão não pode, por si só, conseguir realizar a integração social e cultural que falha parcialmente noutros campos!... Mas, na sua forma generalista, ela limita a dinâmica da exclusão. Esta exclusão, tanto social como cultural, acelera-se quando os meios socioculturais nas franjas da sociedade deixam de se rever nos média. Os estudos feitos em diversos países demonstraram que quanto mais a televisão for um espelho em que a maior parte das categorias sociais se possa rever, mais limita a exclusão de populações que se sentem já postas à margem da sociedade (²). Os meios próximos da marginalidade, encontrando nela um eco das suas preocupações, podem forjar nela uma imagem da solidariedade social. Sabemos hoje, através das investigações acumuladas desde há cerca de meio século, que o milagre da televisão reside nesta especificidade: a mesma mensagem dirigida a toda a gente nunca é recebida da mesma maneira. Precisamente porque os espectadores, independentemente da sua capacidade crítica, não vivem de maneira idêntica e igualitária. As diferenças de contexto jogam a nível da recepção. E a questão clássica não é tanto, então saber o que os média fazem aos públicos, como saber aquilo que os públicos fazem com as imagens.

A homogeneidade da mensagem não impede a heterogeneidade da recepção. Isto não significa ausência de influência da televisão, mas essa influência não é nem directa, nem mecânica. E isto explica igualmente o seu papel de elo social: os diferentes meios sociais recebem os programas de

² O problema coloca-se de maneira gritante no caso dos imigrados, cuja representação nos programas das televisões europeias tem tendência a diminuir, confundidas todas as categorias de programas. Como se as dificuldades de integração, de há umas duas décadas para cá, com a crise, se manifestassem através de uma presença ainda menor nos ecrãs... (Cf. inquérito Le Monde, 18 de Setembro de 1996.)

maneira diferente e tomam deles aquilo que lhes apraz. Na condição, evidentemente, de que a grelha seja, em parte, um reflexo das suas preocupações. Quanto mais aberta e generalista for a grelha, mais susceptível será de recolher o interesse dos públicos. É neste aspecto que a heterogeneidade dos programas da televisão generalista é uma figura da heterogeneidade social, oferecendo assim uma ocasião de "comunicação" e de "elo", no sentido de participação e não de transmissão. Sabendo agora que o espectador "negoceia" as imagens recebidas, adivinhamos de que maneira a grelha dos programas, pela sua heterogeneidade, legitima os outros programas e, principalmente, pode ilustrar um projecto de integração. Esta ambição possível da grelha de programas compensa, aliás, a polissemia da imagem. Esta pode ser, sucessivamente, reprodução da realidade, criação realista ou virtual, indício do invisível, como no caso das ligações com a religião ou, pelo contrário, acto de poder; a menos que sirva de informação sobre a realidade, no caso do jornalismo, ou que crie "imagem" em relação a outras situações de comunicação. À polissemia da imagem correspondem, aliás, a pluralidade de intenções dos emissores e a de interpretação dos receptores. Em suma, as condições de uma real "comunidade de interpretação" são, raramente, reunidas com facilidade no que diz respeito à imagem, de tal maneira são irreduzíveis os desfasamentos entre a intenção do emissor, a mensagem e as condições da recepção. Este facto advoga a favor da organização, parcial, assegurada por uma grelha de programas.

Na realidade, a televisão generalista nunca pode atingir completamente este objectivo: oferecer a todos os públicos os programas que desejam! Há inevitavelmente, à partida, escolhas e determinações dos gostos do público. E é, aliás, nesta representação mais ou menos explícita dos públicos pela televisão que vemos como se constrói esse conceito essencial do "grande público". Trata-se de um conceito e não de uma realidade, do mesmo tipo, por exemplo, do da "igualdade" dos cidadãos perante o sufrágio universal. Na realidade, sabemos que não existe igualdade perante o voto mas, do ponto de vista de uma teoria da democracia, esta igualdade é indispensável. Para a televisão, a atitude é idêntica. Todos sabemos que ela nunca é completamente generalista e que não pode realmente satisfazer todos os públicos, mas o essencial é a ambição de querer chegar a toda a gente.

É por este motivo que o sufrágio universal, a televisão generalista e o grande público são três grupos de palavras do mesmo nível teórico. Remetem para o modelo da democracia e, antes de cobrir realidades sociológicas

começam por ser conceitos. A sua dimensão teórica é importante para resistir à prova de realidade concreta que constituem o sufrágio universal e o corpo eleitoral; a televisão generalista e a heterogeneidade social; o grande público e os públicos. A tensão entre um conceito e a realidade sociológica é considerável. Não só a imagem não é recebida de maneira idêntica por todos mas, além disso, a heterogeneidade dos programas fornece uma abertura sobre a heterogeneidade social e cultural, sem por isso encerrar cada indivíduo nos seus programas, como acontece no caso da televisão temática. A televisão contribui para construir enquadramentos culturais colectivos e passagens entre as visões do mundo das múltiplas comunidades que compõem uma sociedade. Reflectir a heterogeneidade social e cultural não significa estar-lhe alienada, mas significa dar ao público a possibilidade de se identificar, de se encontrar em alguns desses programas, em todo o caso, de não ser excluído, ou relegado para canais populares do fundo da gama. A força da televisão generalista reside, não só em oferecer esta coabitação dos programas mas, também, e talvez sobretudo, em não hierarquizar essa coabitação. Todos os programas estão lá, e cada um acede livremente a eles sem que uma hierarquia defina, a priori, o significado mais ou menos cultural, mais ou menos popular, de alguns deles.

A igualdade de acesso e a gratuidade são figuras da igualdade do modelo democrático. A televisão generalista tem tanto mais esse papel de reflexo e ao mesmo tempo de estruturação colectiva quanto, à escala individual, deixa livre o indivíduo. Ninguém é obrigado a ver. É neste aspecto que a grelha de programas é um elemento tão importante do sistema audiovisual como a natureza jurídica desse sistema. É evidente que uma televisão pública é mais independente da tirania da audiência e pode oferecer uma grelha de programas mais aberta. A grelha traduz explicitamente o nível de ambição dos dirigentes da televisão, pública ou privada. Quanto maior e mais diversificada ela for, simultaneamente tradicional e inovadora, completa nos géneros e nos horários para tentar atingir todos os públicos potenciais, mais conforme será com o seu estatuto de média de massas. Quanto mais estiver, pelo contrário, fechada sobre alguns géneros de programas de sucesso assegurado, sem inovação, sem abertura para outros públicos ou outras preocupações, mais falha a sua missão essencial de espelho e de elo social da heterogeneidade social. Em matéria de teoria da comunicação, o conceito de "generalista" continua a ser, deste ponto de vista, inovador, mesmo se alguns, demasiado apressados em aderir às últimas palavras da moda (segmentação, interactividade, individualização) relegaram rapidamente o termo para o sótão das velhas ferramentas. É como se hoje em dia o êxito da imprensa escrita especializada invalidasse o conceito de uma imprensa generalista.

Com este debate como pano de fundo, o êxito, em todos os domínios, dos média temáticos, reflecte a atomização e a individualização das relações sociais. A individualização dos média é uma resposta funcionalista clássica à individualização das relações sociais. O contrasenso consiste em ver neste encontro entre um modelo social individualista e as técnicas do mesmo tipo um progresso, quando se trata, muito simplesmente, de uma visão funcionalista. Se os média generalistas hierarquizam evidentemente os programas, através da grelha, esta hierarquia só o é a priori, pois o público real nem sempre corresponde ao previsto. Os desfasamentos observados demonstram o carácter nómada dos comportamentos dos espectadores. Este é um argumento essencial a favor de uma grelha generalista, o mais ampla possível, a fim de deixar em aberto essa possibilidade de redistribuição dos comportamentos dos públicos. Foi o que bem demonstraram, há bastante tempo, M. Souchon e outros. Não existe concordância entre a previsão e o comportamento real do público. Este nem sempre vê os mesmos programas concebidos a priori para ele. Existe, pois, uma verdadeira autonomia do comportamento do público em relação às previsões, que justifica o interesse do conceito de televisão generalista. O paradoxo? A individualização, considerada como um progresso é, do ponto de vista de uma teoria das relações entre comunicação e sociedade, menos ambiciosa do que a problemática do grande público. com efeito, a televisão generalista é a única que admite o carácter compósito da sociedade, a mescla de tradições e de novidades, de injustiças e de inovações. Dirige-se a todas as camadas da sociedade, aliás na mesma tradição da rádio, do music-hall e da imprensa popular. Não escolhe, dirige-se a todos sem privilegiar a priori um determinado público. A televisão temática, pelo contrário, dá conta da complexidade social, dirige-se aos públicos identificados, e o fenómeno de agregação que constitui é necessariamente mais limitado, uma vez que o leque de programas também o é. É nisso que a representação social que um média temático implica é mais simples do que a que está por detrás de um média generalista.

De facto, a televisão assemelha-se pouco à metereologia. É certo que estamos interessados em primeiro lugar na metereologia da nossa região, como em certos programas e não em outros. Mas não tenhamos ilusões sobre a "autonomia" da metereologia da nossa região; não é possível isolá-la do resto do contexto mesmo se cada um crê viver num "micro-clima"... E, de resto, temos apesar de tudo curiosidade em saber o tempo que faz noutros lugares, porque toda a gente tem família ou amigos noutras paragens. Por outro lado, a metereologia torna-se cada vez mais compreensível à medida que nos distanciamos. Os movimentos dos ventos sobre a Europa permitem compreender melhor o que se passa em França ou na região que habitamos. O

mesmo princípio se aplica à televisão generalista. Quanto mais distâncias se tomam graças aos seus programas, melhor podemos compreender outra coisa. A televisão apresenta, pois, pontos em comum com a meteorologia: todos gostariam de se isolar, ao mesmo tempo que compreendem o risco de enclausuramento. É preciso uma visão de conjunto, tal como é preciso uma visão de conjunto dos programas para verificar a nossa escolha. Esta comparação com a meteorologia é tanto mais esclarecedora quanto os programas que dela tratam estão entre os mais vistos em todo o mundo! E observa-se em toda a parte a tendência para os acompanhar de explicações sérias, das quais o público é cada vez mais ávido. Poderemos ver aí uma prefiguração do que poderá vir a passar-se com a televisão generalista?

As representações inerentes à televisão generalista são, por fim, interessantes por outros dois motivos. Em primeiro lugar, tem um papel de identificação individual e colectiva. A televisão é, um pouco, tudo o que é necessário saber para ser membro de uma sociedade e de um estado-nação. Aliás, o que fazemos nós quando estamos em viagem? Vemos a televisão. Com efeito, ela é um atalho para ter uma pequena ideia do país onde estamos, precisamente porque é o espelho da sua identidade. Reencontrar os folhetins americanos de que se gosta, mas traduzidos para outras línguas, relativiza a afeição que lhes consagramos. É, também, um meio de tocar com o dedo a realidade da mundialização da comunicação, e dos interesses que lhe estão associados. Depois, e isto é particularmente importante nos momentos de fragilidade social, como eles existem actualmente, continua a ser, evidentemente, um instrumento de estabilização cultural.

Uma janela aberta contra a exclusão. Se aí se fala de tudo, inclusivamente dos excluídos, evita o fenómeno de auto-eliminação da espiral do silêncio³). Ela contribui para a coesão dos meios sociais ou culturais em via de fragilização social e cultural. É aqui que a amplitude dos programas é essencial: certos meios farão o elo através da informação, outros através do desporto, das variedades, dos jogos, das ficções... A importância da grelha é, um pouco, o símbolo da dimensão do espelho apresentado à sociedade. Quanto maior ele for, mais forte é a função de coesão social.

Com efeito, a ideia essencial da defesa de uma televisão generalista é a seguinte: reflexo da heterogeneidade social, ela torna-se factor de integração. E não apenas de integração social e cultural. Mas, também, de integração nacional. Na hora da mundialização da comunicação e da internacionalização das imagens, as televisões generalistas nacionais desempenham um papel

³ Espiral do silêncio: conceito introduzido por F. Neuman para dar conta do fenómeno segundo o qual, aquele que não se sente representado nos média e na vida pública em geral, tem tendência a excluir-se, fechando-se numa espiral de silêncio e, portanto, tendo ainda menos hipóteses de ser ouvido.

capital de identidade nacional — estão mesmo, por vezes, em certos países, entre os únicos que o fazem. O que explica o desafio político que a existência de televisões nacionais em todas as nações constitui e a importância das batalhas políticas a levar a cabo para evitar transformar as televisões, principalmente as dos países pequenos, em simples distribuidores de programas estrangeiros, evidentemente americanos. Lutar por uma televisão nacional é tão importante como lutar pela existência de uma escola, de um exército, ou de um sistema de cuidados médicos nacional. São factores essenciais de identificação colectiva.

Podemos dizer que a televisão generalista assegura o melhor possível essa tripla função: elo social, modernização, identidade nacional. É por este motivo, enfim, que existe um elo estrutural entre televisão e televisão pública. É certo que o conceito central continua a ser, aqui, o de televisão generalista, mas os seus custos e condicionantes são tais, que a televisão generalista privada está sempre ameaçada de deslizar para baixo. Ou seja, de se fechar em torno de alguns programas de êxito garantido... E de se assemelhar, assim, a uma televisão temática! Sobretudo no contexto actual de concorrência desenfreada. Pelo contrário, a televisão pública generalista, quando faz bem o seu trabalho, oferece um leque mais amplo. Por outras palavras, se se quer realmente garantir a qualidade da televisão generalista é preciso preservar o estatuto e o papel da televisão pública, a saber, um sistema audiovisual equilibrado na concorrência entre público e privado.

No futuro, a televisão pública, numa economia mundial da comunicação, será uma condição essencial para a manutenção da televisão generalista e um factor de identidade nacional.

BIBLIOGRAFIA

capítulo 4

- ALBERT P. e TUDESQ A.-J., Histoire de la radio-télévision, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 1904, 1994.
- ALBERT P., Histoire de la presse, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 368, 1993.
- BARBIER F. e BERTHO-LAVENIR C., Histoire des médias de Diderot à Internet, Paris, Colin-Masson, 1996.
- BELLANGER C., Histoire générale de la presse française, 5 vols., Paris, PUF, 1969-1976.
- BERELSON B., Content Analysis in Communication Research, Glencoe, The Free Press, 1952.
- BERTHO C., Télégraphes et téléphones, de Valmy au microprocesseur, Paris, Le Livre de Poche, 1981.
- BILGER P. e PRÉVOST B., Le Droit de la presse, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 2469, 1990.
- BLUMLER J. G., (org.) Television and the Public Interest. Vulnerable Values in West European Broadcasting, Londres, Sage, 1991.
- BOGART L., The Age of Television, a Study of Viewing Habits and the Impact of Television on American Life, Nova Iorque, Ungar, 1956.
- BOUDON R., L'Art de se persuader des idées douteuses, fragiles ou fausses, Paris, Seuil, col. "Points", 1992.
- BROCHAND Ch. e MOUSSEAU J., Histoire de la télévision française, Paris, Nathan, 1982.
- CAMPET P., L'Avenir de la télévision publique, relatório apresentado ao ministro da Comunicação, Paris, la Documentation française, 1994.
- CAZENEUVE J., Les Pouvoirs de la télévision, Paris, Gallimard, 1970.
- CHALVON-DEMERSAY S., Mille scénarios. Une enquête sur l'imagination en temps de crise, Paris, Métailié, 1994.
- Communications, n.º 51 "Télévision mutation", 1990.
- DEBRAY R., Vie et mort de l'image, Paris, Gallimard, 1995.
- DIWO J., Si vous avez manqué le début... Paris, Albin Michel, 1976.
- DUVAL R., Histoire de la radio en France, Paris, Moreau, 1979.
- FRIEDMANN G., Sept études sur la technologie, Paris, Denoël, 1966.
- GAUTHIER A., Du visible au visuel: anthropologie du regard, Paris, PUF, 1996.
- GRISSET P., Les Révolutions de la communication au XIX^e et XX^e siècle, Paris, Hachette, 1991.

- JEANNENEY J.-N. e SAUVAGE M., *Télévision, nouvelle mémoire, les magazines de grands reportages, 1958-1968*, Paris, Seuil/INA, 1982.
- LAZAR J., *Sociologie de la communication de masse*, Paris, Colin, 1991.
- LIEBES T. e KATZ E., "Six interprétations de la série "Dallas"", *Hermès*, n.os 11-12, Paris, Éd. do CNRS, 1992.
- LIEBES T. e KATZ E., *The Expert of Meaning. Cross-Cultural Readings of Dallas*, Cambridge, Polity Press, 1993.
- MATTELART A. e M., *Penser les médias*, Paris, La Découverte, 1986.
- MEHL D., *La Fenêtre et le miroir*, Paris, Payot, 1992.
- MICHEL D., *Les Grandes Dates de la télévision française*, Paris, PUF, col "Que sais-je?", n.º 3055, 1995.
- MOINOT P., *Pour une réforme de l'audiovisuel, Rapport au Premier ministre*, Paris, La Documentation française, 1981.
- MOLINER P., *Images et représentations sociales. De la théorie des représentations à l'étude des images sociales*, Grenoble, PUG, 1996.
- PASQUIER D., *Les Scénaristes et la télévision, approche sociologique*, Paris, Nathan Université, 1995.
- PERCHERON G., *L'Univers politique des enfants*, Paris, Colin, 1974.
- QEVAl J. e THEVENOT J., *T.V.*, Paris, Gallimard, 1957.
- QUERE L., *Des miroirs équivoques. Aux origines de la communication moderne*, Paris, Aubier, Montaigne, 1982.
- Relatório do Governo ao Parlamento, *L'Avenir du secteur audiovisuel public*, Paris, La Documentation française, 1989.
- REMONTÉ J.-F. e DEPOUX S., *Les Années radio, 1949-1989* Paris, Gallimard, L'Arpenteur, 1989.
- ROUSSEAU J. e BROCHAIN Ch., *Histoire de la télévision française*, Paris, Nathan, 1982.
- SINGLY F. de, *Le Soi, le Couple et la Famille*, Paris, Nathan, col. "Essais et recherches", 1996.
- THIBAU J., *Une télévision pour tous les Français*, Paris, Seuil, 1970.
- WOLTON D., "Values and normative choices in french television", *Television and the Public Interest. Vulnerable Values in West European Broadcasting*, J.-G. Blumler (org.), Londres, Sage, 1991.

CAPÍTULO 5

A CULTURA E A TELEVISÃO

I. O grande público; o equivalente do sufrágio universal

A questão do público, logo da recepção, é uma das mais importantes, mas foi, durante muito tempo pouco analisada, porque suscitou uma curiosidade menor do que o estudo dos dirigentes, das estratégias de poder, das estrelas ou dos programas.

Porquê este desinteresse? Porque a comunicação, actividade sedutora por excelência, encontra sempre um público, logo uma recepção. Mas o público, nesta "cadeia" da comunicação, é o elemento menos visível. Depois, o público confunde-se muitas vezes com a venda. Se o público compra, é porque aceita! É o caso da imprensa escrita e, até, dos média audiovisuais, onde a dimensão dos públicos basta para vender a publicidade. A partir do momento em que as indústrias da comunicação encontraram os públicos, a questão do público, parecia estar resolvida. Por outras palavras, as questões complicadas e um pouco misteriosas de saber quem recebe, porquê, como, com que resultado, parecem resolvidas pelo simples facto de os indivíduos pagarem para comprar ou para ver aquilo que se lhes oferece. Se há um público, porquê acrescentar-lhe análises? Tanto mais que as medições de audiência permitem, hoje em dia, quantificar o público, logo, ter deste uma certa representação.

A passagem de uma reflexão, já difícil, acerca do público a uma teoria do grande público parece ainda mais difícil, uma vez que se mesclam, então, dados qualitativos e quantitativos. Sabemos, pelos níveis de audiência, isolar os públicos, mas ignoramos o que é o grande público, bem diferente de uma simples soma dos públicos. Reencontramos aqui uma das dificuldades principais da democracia: que representação do público será possível fora das eleições? Evidentemente, as sondagens oferecem-nos uma, e os jornalistas propõem também uma outra, mais qualitativa. Mas até que ponto é que estes dois conceitos, do espaço público e do público, são complementares ou

contraditórios? No caso da política, o voto permite fazer o corte mas no caso comunicação, a questão é mais delicada, uma vez que não há voto. Na lógica comercial a questão simplifica-se: o público é aquele que compra. Mas, em matéria de comunicação não comercial, o público não pode reduzir-se ao mercado. Como atenuar esta distância entre uma lógica de mercado e uma lógica normativa?

É aqui que a problemática do grande público encontra a da televisão generalista. Vimos que esta última é um conceito e não uma simples organização técnica da televisão, uma vez que, no termo "generalista", se encontram a ideia do laço social e a vontade de fazer a ligação entre diversos públicos. O mesmo se verifica quanto ao grande público. Na realidade, este nunca existe; só existem públicos... O grande público é um conceito, uma representação, uma escolha, uma orientação, um valor, uma vontade. É a tradução, no domínio da comunicação, do conceito de sufrágio universal na política. Tal como não há nenhuma igualdade sociológica entre os múltiplos eleitores, também não há igualdade entre os múltiplos públicos da comunicação, escrita e audiovisual. Mas trata-se, em ambos os casos, de um objectivo normativo: reunir os indivíduos que partilham alguma coisa, para além daquilo que os separa. É neste aspecto que um público e, a fortiori, o grande público, é sempre uma conquista. É um conceito qualitativo, sem relação com os dados quantitativos da audiência ou, antes, a questão do grande público não se reduz à da audiência.

A observação quantitativa da audiência substituiu a problemática qualitativa do grande público. Ou pareceu, erradamente, trazer-lhe uma resposta prática, mesmo apesar de se tratar de duas relações radicalmente diferentes com o público. O que é a audiência? É, principalmente, a reacção à oferta de programas e, não, a procura do público. Ela reflecte a representação dos públicos que têm os directores de programas mais do que exprime uma orientação sobre o que o grande público possa ser. Ela corresponde a uma espécie de painelização. Mas como o grande público é um dado impossível de definir e os números dos níveis de audiência são tangíveis, é grande a tentação de encontrar, nas "grandes audiências", em toda a boa fé, a marca do "grande público". O Audimat, pela sua eficácia quantitativa, matou a problemática qualitativa do grande público. Um pouco como as sondagens dizimaram toda a problemática qualitativa da opinião pública. Apareceram as duas, aliás, no momento em que foi preciso compreender e contar o grande número. O grande público continua a ser uma ambição, a audiência uma realidade contingente.

Qual é, hoje em dia, o problema para a comunicação? A difícil distinção entre grande público e audiência. Antigamente, a ausência de medições quantitativas de audiência arriscava-se a cavar um fosso entre as expectativas do público e a representação desse mesmo público feita pelos dirigentes. Nos nossos dias, a precisão das medições de audiência arrisca-se, pelo contrário, a fazer crer na adequação entre a ideia do grande público e a realidade sociológica dos públicos. O desfasamento entre uma procura potencial, que não se pode exprimir por falta de uma oferta susceptível de a fazer aparecer, e o conhecimento quantitativo dos públicos pelas audiências aumenta, sem que ninguém disso se aperceba. E, como a oferta aumenta de volume, sem se diversificar, a tendência para estabelecer uma continuidade entre o aumento da oferta, um melhor conhecimento das audiências e o grande público como soma desses públicos sai reforçada.

Só uma crise permitirá que o desfasamento entre uma problemática teórica do grande público e a realidade da audiência apareça à luz do dia.

O aumento do nível de vida e dos conhecimentos favorece uma diversificação da procura. As indústrias culturais, a começar pela imprensa de revistas e, depois, especializada, a explosão das rádios, a chegada, por fim, das televisões temáticas, ilustra esta variedade, saudada por todos. Quem pode, com efeito, criticar a relativa diversificação da oferta a que se assistiu? O contra-senso consiste em acreditar que esta diversificação significa o fim do grande público. Há, na ideia de grande público, uma exigência que resiste à descoberta da variedade dos públicos. Não só os média temáticos não põem em causa a problemática do grande público como, sobretudo, não constituem um "progresso" em relação a ele.

Contudo, a referência dos públicos temáticos apareceu como um degrau suplementar de complexidade na reflexão sobre o público, como uma melhoria em relação ao problema do grande público. A televisão generalista de massas correspondia ao estádio "primitivo" da televisão, como aliás a problemática do grande público. Com esta ideia, implícita e falsa, de que é "mais fácil" conseguir uma comunicação de massas do que uma comunicação temática. No entanto, aqueles que trabalham na comunicação sabem que, pelo contrário, a verdadeira dificuldade consiste em "captar" e conservar o grande público e não em encontrar públicos temáticos.

A crise da ambição do grande público não resulta nem da diversidade dos gostos do público — que sempre existiu — nem da multiplicação dos

suportes mas, sim, de uma crise da representação da sociedade e do papel da televisão nessa sociedade.

Uma vez que já não sabemos muito bem o que constitui o "estar junto" de uma sociedade, temos a tendência, de há vinte anos para cá, para abandonar esta problemática do grande público. Tanto mais que ela remete, em primeiro lugar, para uma preeminência da oferta, onde a primeira responsabilidade não vem do público mas, sim, da maneira como os dirigentes encaram o seu papel. Não sabendo que oferta propor e que concepção da televisão fazer prevalecer, viram-se para o comportamento do telespectador e fazem apelo à sua "liberdade" como prova suprema de "maturidade".

O paradoxo da evolução observado há cerca de trinta anos é, pois, ter apresentado como um progresso o simples deslocamento da problemática da oferta em direcção à da procura. Na medida em que o estudo do consumo pela publicidade era necessário, confundiu-se ter em linha de conta os comportamentos do público numa lógica da concorrência, com uma "filosofia" da televisão e, até, da oferta. Abandonou-se toda a ambição autónoma, sob pretexto que o consumidor é soberano. A maturidade de uma democracia não se vê no reinado do público? É assim que, hoje, a procura, identificada com o consumo, é considerada uma prova de maturidade, quando toda a gente sabe que, em matéria de actividade cultural, a oferta é primordial. Em suma, a televisão da oferta teria sido a dos pioneiros, enquanto a televisão da procura seria, pelo contrário, a da idade adulta.

Se quisermos uma comparação, há tantas diferenças entre as sondagens e o sufrágio universal como entre a audiência e o grande público. As sondagens, tal como a audiência, são uma representação quantitativa, mas não comportam nenhuma interpretação qualitativa. Em política, o papel do sufrágio universal consiste em transcender a soma dos comportamentos individuais; na comunicação, o papel do grande público consiste em transcender o conhecimento empírico do comportamento dos públicos.

É neste sentido que a problemática do grande público nunca é um dado adquirido. É uma escolha, sempre frágil, o resultado de uma certa ambição relativa ao papel da televisão. E podemos mesmo prever o regresso de uma problemática do grande público, como sintoma do regresso de uma ambição para a televisão. O grande público, à semelhança do sufrágio universal, é um conceito central em toda a reflexão teórica sobre a democracia de massas.

II. O desafio da cultura grande público

Valorizar a problemática da cultura do grande público não é mais fácil do que valorizar o grande público, uma vez que ambos se encontram, aliás, ligados. Baseando-me em trabalhos anteriores, gostaria de sublinhar a importância de uma reflexão sobre as relações entre comunicação e cultura. E isto no momento em que a expansão da comunicação reforça a ideia, falsa, de que a comunicação de massas mata a cultura. A televisão de massas é considerada como um factor de "embrutecimento", para não dizer de alienação, em comparação com os média individualizados. Evolução paradoxal, uma vez que os pioneiros, nos anos 50, tinham desejado fazer da televisão um utensílio de democratização da cultura (1). Era a época em que se discutia a cultura popular e a democratização da cultura. Mas este objectivo parece ter desaparecido com a sociedade de consumo, a subida do nível de vida e o desenvolvimento da televisão, ao ponto de termos chegado à situação actual, quase caricatural, em que o nível cultural dos programas e o lugar dado à cultura no seio destes são inversamente proporcionais à multiplicação dos canais. Como se um maior número de televisões, a concorrência público-privado e a subida do nível cultural das populações, chegassem ao resultado paradoxal de eliminar a cultura da televisão, um pouco mais.

As relações televisão-cultura nunca foram boas mas, hoje em dia, estão péssimas. Se as elites não são responsáveis pela baixa na qualidade dos programas, em vinte anos não opuseram grandes resistências a este movimento, como foram capazes de fazer noutros domínios culturais em que se sentem implicadas. Acharam nesta evolução, a confirmação dos seus preconceitos. Persuadidas de que a televisão era nefasta à cultura viram nesta tendência a confirmação não da sua análise, mas dos seus a priori.

São, contudo, essas mesmas elites que, no seu conjunto, estão a favor da democratização da cultura e que deveriam encontrar na televisão o instrumento do seu combate. Mas viram nela sobretudo — erradamente — uma ameaça ao seu próprio lugar na sociedade. Desconfiadas em relação a uma cultura de massas, que sentem como uma ameaça foram, evidentemente, hostis à rádio e, depois, sobretudo, à televisão, que era um dos seus principais instrumentos.

Não lhe consagraram pois, grandes esforços. O estádio seguinte era, pois, previsível. Quando a evolução técnica permitiu a multiplicação dos canais,

encontraram muito naturalmente na ideia de televisão cultural a solução para este duplo problema: a sua exclusão da cultura de massas e o da sua cultura não estar presente na televisão. E os mesmos que condenavam a influência da televisão sobre a cultura foram os primeiros a apresentar a televisão cultural como um meio de salvar a cultura! As elites que se opunham à maneira de tratar a cultura na televisão converteram-se à ideia da televisão cultural para elites, preconizando, ao mesmo tempo, uma democratização da cultura.

A questão, com esse média tão particular que é a televisão, consiste em saber a que tipo de cultura ela se adapta melhor. Deverá ela fornecer, em primeiro lugar, mais um instrumento cultural a uma minoria cultivada que possui já outros meios para se cultivar, ou deverá ela sensibilizar o maior número de pessoas às diversas formas de cultura? Estará adaptada a todas as formas de cultura? Este é o debate de fundo e não a questão de saber se os média de massas dão lugar à cultura de elite. A questão central consiste em compreender a que forma de cultura a televisão se adapta melhor e não em saber se a televisão generalista deixa lugar para a cultura de elite! Como se compreende, o problema não é a existência de um canal cultural temático — bem possível se o mercado existe — mas, antes, o estatuto que se lhe quer dar. Se se tratar de um canal temático entre outros, o problema não se põe. Mas a situação é completamente diferente se considerarmos a cadeia cultural como um meio de salvar a "honra perdida" da televisão. O mais importante, numa perspectiva democrática, não consiste em saber se a televisão é útil ou não à cultura de elite, a qual dispõe de muitos outros utensílios e pontos de referência, mas antes, avaliar o que a televisão pode trazer à cultura do maior número.

A questão torna-se então mais complicada e interessante, de outro modo. Além disso, a televisão cultural serve de álibi às televisões generalistas para fugirem às suas responsabilidades neste domínio; ela constitui um ghetto para a minoria culta, sem ter função de mobilização em relação a outras camadas sociais; e principalmente, reforça a influência da televisão sobre a cultura. Influência que as elites achavam demasiado forte no caso da televisão generalista mas que acham justificada no caso da sua televisão temática... Basta verificar a atitude favorável da imprensa "cult" em relação ao canal Arte desde a sua criação, apesar de os resultados de audiência terem sido sempre mantidos muito confidenciais, para compreender o poder deste lobby. Se as elites culturais nunca se interessaram muito pela televisão, a não ser para a criticar, souberam, em contrapartida, encontrar gradações de expressão, jogando muitas vezes com os complexos culturais dos tecnocratas e dos

políticos, para justificar a necessidade absoluta da criação e de manutenção de um canal cultural sem público. Por outro lado, os detentores da cultura do "grande público" foram facilmente considerados como simples merceeiros... A crítica mais radical contra o conceito de televisão cultural está na expressão, ou seja, no elo estrutural que se estabelece entre televisão e cultura (¹). Em vez de reflectir sobre as condições em que a televisão, instrumento de comunicação bem particular, pode servir certas formas culturais, mas não estar adaptada a outras, chega-se à ideia perigosa de uma possível adequação entre cultura e televisão. O melhor serviço a prestar à cultura e à televisão consiste, pelo contrário, em precisar as condições da sua relação e, sobretudo, em admitir uma descontinuidade entre cultura e televisão. Por outras palavras, é preciso reconhecer que, para certas formas de cultura, a televisão não é o melhor instrumento de comunicação.

Esse é, afinal, o debate de fundo: isolar o tipo de relações possíveis entre cultura e comunicação de massas. A força, mas também o limite da comunicação de massas, é a simplificação. Na televisão só passam ideias, sentimentos, emoções, simplificados. É por isso que o maior número pode aceder a tudo através da televisão. É, também, por isso, que não podemos encontrar de tudo na televisão. Ou antes, que lá podemos encontrar de tudo, mas de um certo modo, sob certas condições. O tratamento dado ao facto cultural pela televisão é, pois, limitador.

Eis o ponto de onde devemos partir. Antes de condenar a televisão e, antes dela, a rádio, pelas hipotéticas "traições" à cultura perpetradas por alguns indivíduos, teria sido preferível tentar compreender de que modo estas características fazem com que esta seja um instrumento adaptado a certas formas culturais e inadaptado a outras. Admitir que a comunicação, nomeadamente audiovisual, requer regras particulares, apropriadas ou não segundo as expressões culturais, desloca a questão. Esta deixa de ser: a televisão é favorável à cultura ou trai-a? Mas sim, tendo em conta as suas condicionantes: a que forma de criação e de expressão cultural se adapta, ou não se adapta, a televisão? E esta maneira, mais realista, de pôr o problema, torna subalterna a questão da televisão cultural. Esta poderá existir se houver uma procura, mas sem o estatuto normativo que lhe atribuem aqueles que a incenseiam.

¹ Cf. os trabalhos de E. Morin, G. Friedmann, O. Burgelin, G. Balandier, M.-J. Chombart de Lauwe, J. Dumazedier, em que todos se interrogaram sobre a cultura de massas e sobre o papel da televisão no seio desta. Reflexão relacionada com a ideia de emancipação cultural que encontramos no teatro popular (cf. o TNP), nos cineclubes, nas casas da cultura de André Malraux e o início das grandes exposições culturais.

No espaço de um século a questão do lugar da cultura mudou. No passado, o debate residia na oposição entre cultura de elite e cultura popular. Quando se falava de cultura, tratava-se da primeira, nas obras, nos gostos, na educação ou na comunicação. Quanto à cultura popular, tratava-se da cultura do maior número mas sem real "valor cultural". Foi preciso esperar pelo século XIX e pela luta de classes para valorizar essa cultura popular e democratizar o acesso à cultura de elite. Hoje em dia já não há duas culturas, elitista e popular mas, sim, quatro: cultura de elite, de grande público, popular e particularizante (minorias étnicas ou religiosas...).

A grande mudança foi o aparecimento desta cultura média, de grande público, maioritária, geral ⁽²⁾, a que está mais difundida nas nossas sociedades, aquela a que todos pertencem de qualquer maneira, mesmo se aderem para além dela a uma outra forma cultural.

A causa do aparecimento dessa cultura média de grande público resulta da conjunção de três factores. Em primeiro lugar, a democratização que alargou o círculo dos públicos cultos e incentivou essa cultura do grande público, levando a cabo, nomeadamente, políticas culturais de que os grandes museus de massa constituem o mais belo símbolo (o Louvre, o centro Pompidou, la Villette). Em seguida, o aumento do nível cultural por meio da educação. Por fim, a sociedade de consumo e a entrada da cultura na era da indústria. Assim se criou essa cultura do grande público que os média, por sua vez, favoreceram e distribuíram.

Daqui resulta uma contradição típica da sociedade individualista de massas onde existem, simultaneamente, uma cultura que valoriza o indivíduo e uma cultura do grande número. A consequência? Assistimos a uma diversificação real das culturas e à sua legitimação, ao mesmo tempo que a um desinteresse em relação à cultura de massas, uma aquisição recente e frágil depois de muitas décadas de lutas.

III. De duas para quatro formas de cultura

A cultura "de elite". Estava antigamente numa posição dominante e sente-se, portanto, despojada desse lugar hegemónico pelo aparecimento

² Para mais pormenores, cf. *Éloge du granel public. Une théorie critique de la télévision*, quarta parte: "L'illusion de télévision culturelle, ou l'espace public fragmente", Paris, Flammarion, col. "Champs", 1993.

dessa cultura média, ligada ao consumo, ao desenvolvimento dos tempos livres, das viagens e da "indústria cultural". De maneira nenhuma ameaçada em qualidade, sente-se esmagada pelo número e sofre uma perda de prestígio.

A cultura média. Tem as suas próprias normas, valores e barreiras e situa-se menos em posição de inferioridade em relação à cultura de elite que a cultura popular de antigamente. A novidade resulta do facto de esta cultura do grande número traduzir todos os movimentos de emancipação política, económica, social, que aconteceram na última metade de século. Ocupa, em volume, o lugar da cultura popular de antigamente, tendo além disso, a legitimidade. É simultaneamente a música, o cinema, a publicidade, os média, as viagens, a televisão, a moda, os estilos de vida e de consumo. É a cultura moderna, a tendência da época que desperta o sentimento de pertença a uma época, de estar "na jogada". De não estar excluído. É uma das forças essenciais do elo social.

A cultura popular. Está desfasada, partilhada por muito menos indivíduos do que há cinquenta anos, devido às mudanças sociais, à diminuição da população camponesa e operária, à urbanização maciça e ao aumento da cultura média. Ligada, antigamente, a um projecto político, frequentemente de esquerda, sofre hoje, nas suas formas ideológicas, as consequências do refluxo da classe operária e da desvalorização dos meios populares.

As culturas particulares. Antigamente incluídas na cultura popular, tendem a distinguir-se em nome do direito à diferença (mulheres, regiões, minorias...). Sem atingir dimensões consideráveis, elas põem, contudo em causa a cultura popular, no sentido em que esta já não tem o monopólio da legitimidade popular nem o poder de integração simbólica que eram antigamente os seus.

As culturas particulares, em nome do "direito à diferença" já não têm a função de unificação assumida anteriormente pela cultura popular. Antigamente, esta unificava os meios sociais. Hoje, não só as distâncias sociais são maiores, não só a classe média e a cultura média tomaram o lugar e a legitimidade da cultura popular como, além disso, esta está um pouco acantonada na gestão e na valorização dos patrimónios populares. Com efeito, as culturas particulares, orgulhosas da sua diferença, desejam distinguir-se tanto da cultura média como da cultura popular. Neste sentido, há uma explosão real de culturas.

Estas quatro formas de cultura coabitam e interpenetram-se, graças, nomeadamente, ao papel essencial dos média. Podemos mesmo dizer que uma boa parte da população é "multicultural", no sentido em que cada indivíduo

pertence sucessivamente e, por vezes até simultaneamente, a várias destas formas de cultura. Assim, a cultura de elite, por muito que se diga, abriu-se muito à comunicação; quanto à cultura de massas, diferencia-se a si própria tanto quanto a cultura popular. Por fim, muita gente se preocupa com o crescimento das culturas particulares, ligadas ao movimento de afirmação das comunidades. O paradoxo vem do facto de a relação de forças entre as quatro formas de cultura ser visível graças aos média, mas esta visibilidade torna simultaneamente mais fácil a sua coabitação... Age-se como se a "luta das culturas" fosse para amanhã no seio das democracias quando, na realidade, nunca houve tanta tolerância em relação às diferentes formas de cultura, nem tanta visibilidade, nem, provavelmente, tanta coabitação e até, por vezes, interpenetração... Em contrapartida, esta formidável mudança não cria, infelizmente, nenhuma valorização dos média generalistas, os quais, da rádio à televisão, fizeram, em cinquenta anos, bastante para valorizar as diferentes formas de cultura, expondo-as e fazendo-as coabitar.

A referência à noção de cidadão multicultural não significa a instauração de um multiculturalismo, impossível de facto, mas traduz a ideia de que, na realidade, um indivíduo acede, nomeadamente através dos média, a diversas formas de cultura ou, em todo o caso, sabe que elas existem. O que constitui a grande diferença em relação ao passado, quando cada qual permanecia no seu meio cultural. Ainda que as barreiras culturais se mantenham são pelo menos mais visíveis, o que já é um progresso.

Por outras palavras, quando a elite guardiã do património denuncia o fim da cultura académica devido à influência dos média, está a esquecer metade da problemática. É certo que a cultura veiculada pelos média está muito mais adaptada à cultura do grande público do que à cultura de elite, mas a origem dessa cultura média não começa por ser audiovisual. Ela resulta do lento movimento de democratização e de enriquecimento que se produziu num século. A televisão só vem depois. É o mesmo erro de raciocínio que se faz quando se atribui à televisão a responsabilidade pelo isolamento dos indivíduos. Não foi ela que fez o êxodo rural, que apinhou as populações nos subúrbios, que dispersou as famílias alargadas. Digamos que, tanto num caso como noutro, a televisão torna visível um fenómeno que se produziu anteriormente.

Fazer da cultura de massas o produto dos média é um contrasenso, uma vez que ela é, em grande parte, o resultado de uma democratização e de um aumento do nível de vida, mesmo se é certo que os média de massas desempenharam aí um papel. Mas, também aí, as coisas são mais complexas

do que parece, pois essa cultura do grande público (³), vilipendiada pela elite, tem também uma dimensão de progresso para todos aqueles que a ela acedem. Ela é o primeiro andar do edifício cultural. Aliás, essa cultura não reivindica a destruição da cultura de elite, respeita-a mesmo se, de facto, lhe "faz sombra". Se há hoje um problema em garantir o acesso à cultura minoritária, a sua existência ou o seu papel não são, por isso, ameaçados. É até o contrário. Quanto mais democratização houver, inclusivamente da cultura, mais se manifesta uma necessidade de distinção, de diferença, de promoção que, por sua vez, é favorável à cultura de elite!

Podemos, assim, colocar a hipótese inversa. Quanto mais formas culturais houver, menos as culturas académica e patrimonial estão ameaçadas, e maior importância assumem. Com a condição de assumirem o seu lugar, sem ostentação nem desprezo pelas outras culturas e que não se sintam ameaçadas pelas outras formas culturais, nem obcecadas pelo estatuto de cultura de elite.

IV. As cinco relações entre cultura e televisão

As relações entre cultura e sociedade são tributárias da comunicação e da televisão, mas em graus diferentes. E são estas diferenças que desempenham um papel essencial.

1) A cultura de elite não precisa da televisão, uma vez que o livro, o teatro, a música, a pintura, a ópera, as artes plásticas, são actividades culturais que existem por si só e que "passam mal" para o pequeno ecrã. O erro do conceito de televisão cultural está em crer que uma televisão centrada sobre essa cultura de elite, académica, é possível. É-o, mas não pode encontrar um "grande público" pela simples razão de que o número de espectadores susceptível de lhe aceder é limitado, e que a maioria das formas dessa cultura se prestam mal à tirania da imagem. Só podem suportar as restrições trazidas pela imagem a essas formas de cultura (à excepção, sem dúvida, da música) os públicos que já integraram os modelos culturais da ópera, da escultura, da pintura... Para os outros trata-se, muitas vezes, de algo demasiado árido, pouco compreensível, provocando mesmo um fenómeno de rejeição, acompanhado

³ A bibliografia sobre esta questão essencial da cultura grande público é fraca, em todo o caso inversamente proporcional à importância do problema. Houve trabalhos nos anos 60-70 mas poucos depois disso, devido ao domínio da abordagem crítica que não estava longe de ver nesta cultura a forma mais sofisticada da alienação... E, depois, a explosão desta cultura do grande público noutras tantas culturas específicas foi, também, considerada como um progresso...

de uma boa dose de complexos culturais, mesmo se não são confessados. A cultura, quando não é comunicada nas formas susceptíveis de serem recebidas, suscita rejeições e complexos. A não ser, evidentemente, no caso daqueles que já ultrapassaram as barreiras da "selecção cultural".

Pode, no entanto, existir uma televisão cultural se houver um público suficientemente numeroso para fazer viver esse canal. Na condição, como já afirmei muitas vezes, de não apresentar essa televisão temática, uma entre outras, como aquela que dá o sentido de toda a televisão ou aquela que salva a cultura. Quanto à televisão generalista, ela pode muito bem, se os dirigentes o desejarem, como aconteceu no passado, oferecer uma sensibilização, uma introdução, a essa cultura minoritária. Compete, em seguida, ao público, fazer o esforço de ir mais longe sem televisão pois que, de qualquer modo, quer se trate de televisão cultural ou generalista, a questão da passagem aos actos continua a ser essencial. Quer dizer que qualquer prática cultural — à excepção da televisão, por si mesma — exige que se "saia" da televisão. Para ler um livro, ver um museu, uma exposição, ouvir um concerto, é preciso sair de casa.

A sensibilização pela televisão não suprime a experiência. Deste ponto de vista, a televisão generalista é menos perniciosa, nas suas relações com a cultura de elite, do que a televisão cultural, uma vez que admite à partida os limites do seu papel. Modesta, aceita esta função de sensibilização, mas não pretende ir ao fundo das coisas.

2) A cultura do grande público encontra, naturalmente, na televisão, o seu principal aliado, tanto para a criação como para a difusão. Ignoramos demasiadas vezes que a televisão contribui directamente para criar essa cultura comum através do estilo, das imagens, das referências. É verdade, no caso da informação, dos jogos, das variedades, do desporto, dos documentários, dos telefilmes, da música. Tratando de todas as actividades humanas e para o maior número, é evidente que a televisão ajuda à elaboração dos quadros culturais da sociedade contemporânea. É criadora dessa cultura do grande público que simultaneamente difunde. É por isso que o conceito de televisão generalista é essencial: a qualidade dessa criação cultural, comum a todos, depende, evidentemente, da ambição da televisão generalista. A televisão do grande público é, não só um dos lugares de criação dessa cultura contemporânea, à qual todos pertencem mas é, também, o local de sensibilização às outras formas de cultura. Essencialmente, a do património, à qual a elite é tão sensível. É, pois, esta dupla função que faz da televisão grande

público um dos instrumentos principais de toda a problemática autenticamente democrática.

3) Ela é, também, um factor de identidade cultural nacional, indispensável face à internacionalização da cultura. Que seria a batalha pela identidade cultural, essencial em todos os países, se este média de massas, respeitado por todos, não existisse? Através dos filmes, dos documentários, da informação, das variedades, dos jogos, da publicidade, da língua, dos estilos de imagens, das alusões a um património comum, contribui directamente para a fabricação da identidade cultural nacional e para o acesso às outras formas de cultura. A publicidade é um bom exemplo do casamento, possível e frutuoso, entre criação, indústria e identidade nacional. Todos conhecemos hoje por exemplo, as diferenças e a importância dos modelos culturais no seio da publicidade americana, inglesa, francesa ou italiana. É a existência de média generalistas nacionais fortes que permite este duplo movimento indispensável da cultura contemporânea: a abertura ao mundo e a preservação de uma identidade. Amplamente implantados e respeitados entre a população, os média generalistas podem, então, assumir essa dupla função e não ser, por exemplo, cavalos de Tróia da cultura estrangeira ou "mundial".

4) A cultura popular. A televisão generalista tem aqui, igualmente, um papel essencial, à medida do lugar que essa cultura ocupa, ligada à existência de três grandes classes sociais. Estas, com fortes identidades, valores e símbolos representaram, durante vários séculos, a cultura do grande número. Foi simplesmente de há um século para cá que essa cultura popular foi desestabilizada pelo aparecimento da cultura média do grande público, com o consumo, a imagem, o turismo, a sociedade terciária, a liberdade individual, o fim do mundo camponês e do mundo operário. Mas esta cultura popular operária, camponesa, de comerciantes, constitui ainda a infra-estrutura das nossas culturas europeias nacionais. Se ela desaparecesse do "triângulo da modernidade", a própria modernidade ficaria desequilibrada. Tomemos o exemplo do desporto para compreender a importância da ligação entre estas duas culturas. A televisão contribuiu para relançar as práticas desportivas, para democratizar certos jogos, mas não poderia ter desempenhado esse papel se não tivesse integrado toda a tradição popular do futebol, do rugby, do basquete... Por outras palavras, a cultura popular nunca está muito longe por detrás da cultura moderna. A cultura do grande público de hoje não seria nada sem as raízes da cultura popular. E se a televisão fosse apenas o elo da cultura

moderna do grande público, haveria um risco de desestabilização. Na realidade, para a cultura, como para os outros tipos de programas, a televisão tem uma função de "continuidade", que é tanto melhor assegurada quanto todas as formas de cultura estiverem presentes.

5) Quanto às culturas particulares que emergem, seja como reivindicação extrema da modernidade (minorias culturais, sexuais, religiosas...), seja como vontade de manter a tradição no contexto moderno (movimentos regionalistas, ecológicos...), é preciso que possam manifestar-se no espaço público mediático. Se se diz que a televisão é simultaneamente o espelho e o elo da sociedade, todas as formas de cultura devem poder rever-se nela. Não encarnar-se nela, mas ser "visíveis" nela.

Talvez seja em relação à cultura, que melhor se desenhe o papel positivo da televisão, ainda que o discurso dominante veja nela, pelo contrário, a sua principal crítica. Não só a televisão não mata a cultura como pode contribuir para reduzir as desigualdades culturais de uma sociedade que, ao mesmo tempo que promove um modelo de liberdade, de abertura, de emancipação e de cultura, permanece muito hierarquizada. Mostrando e oferecendo uma ponte às diferentes culturas, a televisão permanece fiel a um certo ideal democrático. com a condição, evidentemente, de que os seus dirigentes partilhem dessa ambição.

V. Da comunicação à não comunicação

Em resumo, as relações entre a televisão e a cultura são de cinco ordens.

Retomo aqui a palavra cultura no sentido francês de criação e de obra e no sentido britânico de "savoir-vivre" e de modo de vida. Para o terceiro sentido da palavra, próximo da definição alemã, que insiste na ideia de civilização, trata-se de uma abordagem que não se adapta, em geral, aos média audiovisuais. Por cultura entendo, pois, o conjunto constituído pelas obras e pelo estilo de vida que diz respeito, da mesma maneira, à cultura média, popular e de elite.

1) Em primeiro lugar, a televisão é simultaneamente criadora e difusora da cultura do grande público, transversal a todos os meios sociais, e que constitui, um pouco, a identidade da modernidade.

2) É, depois, um lugar de exposição e de sensibilização à cultura popular e às culturas particulares que emergem ou reaparecem.

3) É um lugar de sensibilização à cultura patrimonial, que não impede a existência de canais culturais, se o mercado existir.

4) Deve colocar claramente, inclusive no caso de um canal temático cultural, o princípio segundo o qual existe uma incompatibilidade, uma não comunicação entre televisão e cultura. A televisão não está sempre adaptada à cultura. Sublinhar esta descontinuidade é evitar uma influência demasiado forte da imagem sobre as práticas culturais. É, enfim, recordar ao espectador que a cultura tem que ver, afinal, com lógicas que, na maioria das vezes nada têm que ver com a imagem.

É essencial redizer esta posição teórica a favor da descontinuidade entre imagem e cultura para preservar a especificidade de uma e de outra. Nada seria mais prejudicial ao mundo da cultura, ou ao da comunicação, do que crer resolvido o problema da sua relação.

Essa descontinuidade, necessária e benéfica aos dois mundos é, infelizmente, negada, quando existe uma televisão cultural. O simples facto de acoplar as duas palavras dá a ilusão de uma boa comunicação possível. Quanto mais depressa os limites da televisão, para certas formas de cultura, forem reconhecidos, mais depressa poderão ser valorizadas outras formas de comunicação mais propícias a essas expressões culturais. Insisto também nas descontinuidades entre cultura e média por outras duas razões essenciais. Na hora da comunicação, é indispensável utilizar os média para favorecer uma certa sensibilização à cultura. Pelo contrário, não devemos subestimar a relação de forças violenta entre cultura e comunicação. Quanto mais a segunda aumenta o seu império, mais a primeira deve preservar a sua especificidade. É por isso que eu sou favorável à cultura no seio dos média generalistas e pouco favorável aos canais culturais. No primeiro caso, sabe-se imediatamente que a televisão e, mais amplamente, a comunicação, não podem ser o todo da cultura enquanto que, no segundo, é possível ter a ilusão de uma "comunicação" entre as duas.

Porquê terminar evocando a relação de forças existente entre cultura e comunicação? Porque, no futuro, o mundo intelectual e cultural deverá manter as suas distâncias em relação à tirania da comunicação. Deverá, nomeadamente, mostrar o que, na ordem da cultura, escapa à lógica da

comunicação. Os média temáticos culturais não fazem mais, na realidade, que adiar a inevitável prova de força entre o mundo da cultura e o da comunicação.

5) Falta uma última relação, essencial, entre televisão e cultura: trata-se do papel da televisão como factor de identidade cultural. Num mundo aberto, onde as indústrias culturais alargam os mercados à escala mundial, a televisão é indispensável como factor de identidade cultural nacional. Isto diz respeito não só às obras mas, também, e principalmente, aos estilos, às modas, às atitudes. Quando viajamos, apercebemo-nos imediatamente destas duas características da televisão: ela difunde programas internacionais, na sua maioria americanos, dobrados em todas as línguas mas, também, programas nacionais. A informação, os jogos, o desporto, os documentários, a ficção permitem igualmente traduzir e reflectir uma identidade de língua e de cultura. E é essa dualidade que é preciso preservar. A televisão, factor de identidade nacional, é a condição indispensável para lutar contra o imperialismo cultural.

Mencionaremos aqui o exemplo brasileiro que ilustra admiravelmente esse laço cultura-televisão. Eis um país onde a televisão privada, a Globo, é amplamente dominante e onde, contudo, a preocupação de preservar uma identidade cultural e a capacidade de criação desse jovem povo resultaram na criação das Telenovelas. As telenovelas são séries de êxito considerável, cujo conteúdo evolui em função das reacções e das propostas do público, que reflectem, todas elas, a realidade social e cultural brasileira. E sobretudo, são vistas por todas as classes sociais. São difundidas quotidianamente entre três e cinco telenovelas. Estas têm feito, sem dúvida, mais para preservar um certo orgulho cultural, para valorizar a criação e para manter uma certa coesão, que muitas outras políticas públicas. Os brasileiros, qualquer que seja a sua situação numa hierarquia social que permanece impiedosa, têm parte activa, simultaneamente, nos episódios e como espectadores. Prova do papel de uma televisão generalista num país imenso e cheio de contrastes. Quanto mais se internacionaliza o mercado da comunicação, mais as televisões nacionais desempenham um papel essencial. É o principal desafio das negociações do GATT e da OMC, onde a violência das posições americanas basta para compreender em que medida a preservação dessa identidade cultural é, para eles, contraditória em relação aos interesses económicos das multinacionais da cultura.

Em conclusão, podemos afirmar que apesar dos discursos dominantes que condenam o papel da televisão na cultura, se observam quatro fenómenos:

1) Existe uma margem de manobra real. Na condição de as elites saírem da sua posição hostil a priori para com a televisão, de fazerem, finalmente, o esforço de investimento intelectual e teórico que nunca chegaram a fazer para reflectir sobre este problema complexo das relações entre a cultura e a comunicação.

2) Uma segunda condição é a de que os poderes públicos, como os dirigentes públicos e privados dos média, exerçam a sua responsabilidade e definam uma política ambiciosa de defesa da identidade cultural nacional e de revalorização do estatuto da televisão generalista, pública e privada.

Aqui tudo está por reafirmar, não através de um salto em frente em direcção às novas técnicas — estas não adiantam nada ao problema complicado das relações entre cultura, comunicação e sociedade —, mas através de uma vontade de garantir o papel essencial da televisão como elo social.

O domínio da cultura não é o único onde se coloca esta questão de uma redefinição do papel da televisão mas é, sem dúvida, um dos sectores-teste.

3) Por fim, deve ser urgentemente levada a cabo uma reflexão sobre o "lado de fora da comunicação". A tendência dos últimos cinquenta anos é para pensar tudo em relação à comunicação. Mas, no entanto, nem tudo passa por uma problemática da comunicação. Isto vale para a cultura como para a ciência, para a religião como para a política. E, se é necessário reflectir sobre as condições das relações cultura-comunicação, comunicação-ciência ou comunicação-política é igualmente urgente reflectir sobre aquilo que, de qualquer modo, na política, na ciência, na religião ou na cultura, não se pensa em relação à comunicação.

Hoje em dia é vital, com efeito, sublinhar a partir de quando é que "o bilhete da comunicação deixa de ser válido". O que evitará que se refira a comunicação erradamente, para explicar certos desvios na política, na ciência, na religião e na cultura... Pelo contrário evitará, talvez, que os grandes impérios sucumbam, uns a seguir aos outros, às delícias ambíguas da comunicação. Não só demasiada comunicação mata a comunicação, como, principalmente, os

"erros" ligados à hipertrofia da comunicação constituem outras tantas ocasiões para que seja invocada como bode expiatório.

4) A cultura, a política, a educação, a saúde, o trabalho e não se esgotam na comunicação. Ou não se resumem a ela. Ou não se fundem nela. Continua a haver um antes e um depois da comunicação sobre os quais podemos reflectir para reequilibrar a relação de forças com a comunicação.

Porque toda a comunicação é uma relação de forças e, hoje, mais ainda, porque se misturam aí as dimensões funcional e normativa, bem como interesses económicos e financeiros. É, portanto, indispensável para a cultura e para a política pensar essas práticas, esses valores, fora da comunicação. Argumentei já bastante a favor da problemática da comunicação para sublinhar aqui, para o caso da cultura e, também, para o caso da política e de outras actividades sociais, a necessidade de reflexões teóricas a fim de sair da problemática da comunicação.

BIBLIOGRAFIA

capítulo 5

- ANG I., *Watching Dallas. Soap Opera and the Melodramatic Imagination*, Londres, Routledge, 1989.
- ANG I., "Culture and communication. Pour une critique ethnographique de la consommation des médias", *Hermès*, n.os 11-12, "À la recherche du public", Paris, Éd. du CNRS, 1993.
- BALLE F., *La Politique audiovisuelle extérieure de la France. Relatório apresentado ao ministro dos Negócios Estrangeiros*, Paris, La Documentation française, 1996.
- BIAGI S., *Media Impact. An Introduction to Mass Media*, 3.^a edição, Wadsworth, Belmont, 1995.
- BOMBARDIER D., *La Voix de la France*, Paris, Laffont, 1975.
- CAREY J.-W., *Communication as Culture. Essays on Media and Society*, Boston, Unwin Hyman, 1989.
- CAUNE J., *Culture et communication. Convergences théoriques et lieux de méditations*, Grenoble, PUG, 1995.
- CERTEAU M., *La Culture au Pluriel*, Paris, Seuil, col. "Points essais", 1993.
- CHEVEIGNÉ S. de e VÉRON E., "La science sous la plume des journalistes", *La Recherche*, n.º 5, 1994.
- CHOMBART DE LAUWE M.-J. e BELLAN C., *Enfants de l'image*, Paris, Payot, 1979.
- CLOSETS F. de, *Le Système E.P.M.*, Paris, Grasset, 1980.
- CLUZEL J., *La Télévision*, Paris, Flammarion, col. "Dominos", 1996.
- CORBIN A., *L'Avènement des loisirs (1850-1960)*, Paris, Aubier, 1996.
- DAYAN D. e KATZ E., "Télévision d'intervention et spectacle politique: agir par le rituel", *Hermès*, n.os 17-18, "Communication et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- 135
- DELACOTE G., *Savoir apprendre: les nouvelles méthodes*, Paris, Odile Jacob, 1966.
- ECO U., *Du superman au superhomme*, Paris, Grasset, 1993.
- FISKE J., "British cultural studies and television", Allen, Robert (org.), *Channels of Discourse*, Londres, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1987.

- FUCCHIGNONI E., *La Civilization de l'image*, Paris, Payot, 1972.
- GITLIN T., *Inside Prime Time*, New York, Pantheon Books, 1985.
- HOLLORAN J. D., *The Effects of Television*, Londres, Panther, 1970.
- JACOBS N., *Culture for the Millions?* Princeton, D. Van Nostrand, 1959.
- LÉVI-STRAUSS C., *Regarder, écouter, lire*, Paris, Plon, 1993.
- LIEBES T. e KATZ E., *Watching Dallas, the Export of Meaning*, New York, Oxford University Press, 1990.
- LIVINGSTON S. e LUNT P., "Un public actif, un téléspectateur critique", *Hermès*, n.os 11-12, "À la recherche du public", Paris, Éd. du CNRS, 1993.
- LIVINGSTON S. e LUNT P., *Making sense of Television: the Psychology of Audience Interpretation*, Oxford, Pergamon, 1990.
- LOCHARD G. e BOYER H., *Notre écran quotidien; une radiographie de l'audiovisuel*, Paris, Dunod, 1995.
- MEHL D., *La Télévision de l'intimité*, Paris, Seuil, 1996.
- MOUNIER V. (sob a direcção de), *Comment vivre avec l'image*, Paris, PUF, 1989.
- POMONTI J.-L., *Éducation et télévision, relatório ao ministro do Estado, ministro da Educação, Juventude e Desportos*, Paris, La Documentation française, 1989.
- RIGAUD J., *L'Exception culturelle; culture et pouvoirs sous la Ve République*, Paris, Grasset, 1995.
- SOUCHON M., *Petit écran, grand public*, Paris, La Documentation française/INA, 1980.
- TANON F. e VERMES G., *L'individu et ses cultures*, Paris, L'Harmattan, 1993.

CAPÍTULO 6

FORÇAS E LIMITES DO TEMÁTICO

Somos confrontados com o paradoxo seguinte: com a crise, o tema do elo social tornou-se central. Contudo, simultaneamente, a explosão dos média generalistas e a sua substituição por uma miríade de média temáticos são anunciadas como o símbolo do progresso. Por um lado, procura-se a coesão social e os factores de integração de que os média de massas são uma das componentes essenciais; por outro, apresenta-se como factor de progresso tudo aquilo que, pelo contrário, vai no sentido de uma individualização...

No momento em que as elites, as Igrejas, os poderes públicos e as autoridades morais de todos os tipos procuram ocasiões para reduzir as divisões, os média temáticos, ligados à individualização da comunicação, são apresentados como sendo o futuro. Esta contradição é ignorada porque a maioria dos analistas não faz "a ligação" entre o fascínio pela individualização da comunicação e a tomada de consciência da fragilidade dos elos sociais. Contudo, nestes períodos de desestabilização geral, todos observam o papel essencial de ritual e de cerimónia colectiva que a televisão desempenha nos casos de acontecimentos importantes ou graves: guerras, acidentes, atentados, catástrofes naturais, grandes manifestações desportivas, comemorações, jogos olímpicos... Nestas ocasiões, instintivamente, os média generalistas reencontram o seu papel de agentes da coesão social, coisa que os média temáticos são incapazes de fazer. Os grandes acontecimentos mediáticos tornaram-se constitutivos do universo simbólico de toda a sociedade. Por outras palavras, a partir do momento em que um acontecimento diz respeito a toda a gente, toda a gente se vira para a televisão generalista, como, antigamente, para a rádio.

Gostaria de resumir os argumentos a favor dos média temáticos e as objecções que tenho contra eles através de uma série de dez perguntas e respostas. Lembremos, mais uma vez, que o problema não é a existência de média temáticos no audiovisual, tal como existem na imprensa escrita e na rádio, na sequência de um fenómeno clássico de segmentação de um mercado. Não, a questão tem que ver com o facto de esta evolução ser apresentada como um "progresso" em relação à televisão generalista, com o facto de o

"temático" ser visto como um grau de requinte suplementar na história da comunicação.

Numa palavra, sim aos média temáticos quando são apresentados por aquilo que são — uma "declinação" da comunicação num mercado em expansão —, não, quando são apresentados como um "progresso" da comunicação.

I. Os média temáticos permitem, finalmente, a individualização da comunicação

É o argumento mais antigo contra os média de massas. Mesmo se admitirmos, enfim, que a mesma mensagem dirigida a toda a gente não é recebida da mesma maneira por todos, a objecção da falta de individualização continua a subsistir. Como defender um programa único dirigido a todos quando todas as indústrias favorecem a individualização das escolhas? A televisão generalista não estará "atrasada"? Não reforçará os efeitos negativos denunciados na sociedade de massas? Defender a televisão generalista é ignorar a evolução técnica mas, também, os danos causados pela cultura de massas. Os média temáticos são, simultaneamente, o futuro e a encarnação do ideal individualista.

De facto, o problema, hoje, não é tanto a individualização como a dificuldade em preservar o estar junto. Contrariamente às aparências, o obstáculo não é a massificação mas, sim, a questão dos laços entre indivíduos e sociedades. É um facto que a sociedade de massas existe mas, paralelamente, o movimento de individualização é mais poderoso, com as mudanças a nível da família, das classes sociais, com a sociedade de consumo. É no que diz respeito à coesão social e à solidariedade colectiva que as dificuldades são mais numerosas. E é contra o "melhoramento" factício da comunicação dos média temáticos que eu me insurjo. Não só não melhoram a comunicação, como reforçam o movimento de individualização que toma os valores emancipadores do indivíduo como caução, simplesmente para gerir "a sociedade das solidões organizadas". Como já disse, observamos, por detrás do tema da individualização da comunicação, uma regressão em relação a uma problemática geral do elo social. E, principalmente, circula esta ideia falsa e afinal perigosa, de que com os temáticos haveria "finalmente" uma "boa" comunicação.

Como seria um país com quarenta ou com cem canais, segundo as promessas menos ambiciosas? Que teriam os indivíduos em comum para trocar? Que experiência colectiva? Que elo entre meios sócio-culturais separados por tanta coisa? Que tipo de conversas? Todos sabemos, por experiência, que a televisão é um dos melhores assuntos de conversa. A sua grande força consiste em fazer com que as pessoas falem umas com as outras, em ser a ocasião de uma troca. Na condição de que todos tenham visto, mais ou menos, os mesmos programas.

II. Os média temáticos estão adaptados à comunicação das comunidades

O ponto de partida do raciocínio é o seguinte: "O grande público já não existe mas, em contrapartida, as múltiplas comunidades procuram comunicações adaptadas às suas escalas e aos seus valores. Os média temáticos são um factor simultaneamente de identidade e de trocas entre comunidades electivas. Correspondem à passagem da "comunidade dos cidadãos" à "comunidade dos destinos".

Isto é exacto na condição de nos lembrarmos de que existe o risco de encerramento de cada comunidade no seu sistema de valores e de representação. Porquê comunicar com outras comunidades se temos tudo em nossa casa? O crescimento do movimento comunitário é uma resposta a duas contradições actuais. Por um lado, exprime a busca de novas solidariedades face ao ruir de numerosas estruturas sociais da sociedade de massas na última metade do século. Por outro lado, a comunidade é um horizonte para o profundo movimento de libertação individual. Os indivíduos livres e iguais experimentam a necessidade de "comunicar" à escala do grupo. A comunidade electiva resolve, então, a dupla questão do "estar junto" e da "liberdade individual". Nos dois casos, a questão não resolvida é a da passagem à sociedade. Resolver a questão da comunicação ao nível da sociedade! Voltamos a encontrar aqui o limite dos média temáticos. O *small is beautiful* não basta. Talvez explique o efeito mágico da palavra rede. Tudo o que é comunicação em rede é, hoje em dia, valorizado. Escolher os destinatários, construir uma "comunidade" a que chamamos rede, é visto como um progresso. Mas, passado o efeito de moda ligado à palavra, descobriremos que a comunicação "em rede" pode ser muito fechada, apesar de parecer, pelo contrário, mais aberta. Há nisto, aliás, um contra-senso: a ideia de abertura,

ligada à comunicação, não se revê forçosamente na ideia de rede que lhe está actualmente associada. Até uma época muito recente as palavras rede, malha ou teia de aranha não eram símbolos de liberdade... Foi só com as redes informáticas e com a comunicação audiovisual que o sentido mudou, sem que saibamos o que, da performance técnica ou da suposta maior liberdade individual dos utilizadores suscita maior admiração... E, quando a delinquência por redes interpostas tiver inventado novas formas de roubo e de exploração, falar-se-á, ainda, das redes como de uma nova forma de liberdade?

Os médias interactivos e temáticos, evidentemente favoráveis ao movimento actual de individualização, não se terão tornado, afinal, factores de rigidez, acentuando as solidões que deveriam, pelo contrário, reduzir? Não há nada mais triste do que um cibercafé se ninguém falar, estando todos "ligados" a uma comunicação à distância, com um ser sem carne nem presença, seguramente menos constrangedor do que esse ser físico presente ao nosso lado com o qual, além dos temas do ciberespaço é verdadeiramente difícil estabelecer um intercâmbio?

Desde o início que o problema não consiste tanto em comunicar entre comunidades homogéneas, como entre comunidades heterogéneas para não dizer indiferentes umas às outras. Só os média generalistas permitem atravessar diversas comunidades. O desafio, hoje, não está em oferecer médias temáticos aos católicos, aos protestantes, aos muçulmanos, aos judeus, mas em encontrar um meio de ligar essas diferentes comunidades a uma comunidade mais vasta...

III. Os média temáticos são o futuro, como os média generalistas são o passado

Aqui, o argumento é muito simples: "Os dois média correspondem a duas etapas da inovação científica e técnica. A comunicação moderna remete para a comunicação individualizada e interactiva, por oposição àquela, unilateral e maciça, da primeira etapa da comunicação."

Este raciocínio ilustra perfeitamente a ideologia técnica que confere um valor normativo ao tipo de comunicação assegurado por uma técnica, na ocorrência, os média individualizados. Hoje, com a explosão das estruturas sociais, é mais fácil satisfazer os gostos particulares do que criar um interesse por problemáticas generalistas.

Apresentar como um progresso técnico o facto de se ocupar de si e pouco dos outros é uma hipocrisia, no momento em que o individualismo dominante corresponde à atmosfera da época e aos interesses industriais e comerciais que o acompanham! A individualização era um valor progressista numa sociedade fechada, ignorante da igualdade dos indivíduos e das comunidades; já não tem o mesmo sentido numa sociedade que, do ponto de vista económico e social, valoriza o indivíduo. A temática não é uma ruptura em relação a uma ordem ambiente, desposa-a.

Os "combatentes" da televisão individualista saberão que são enganados por um discurso que não tem grande coisa que ver com o ideal proclamado? Mas há mais: a maioria dos média temáticos serão pagos, no futuro. Até que ponto deve a televisão ser paga? Até que ponto deve impôr-se a lógica do mercado? Por outras palavras, a partir de quando deve ser impulsionada a problemática do interesse geral! Fala-se muito, hoje, de um serviço universal, no caso do telefone, por que motivo essa ideia não conviria à televisão, que é realmente, a actividade de comunicação mais democrática? Até que ponto se deve aplicar à televisão a lei da selva do mercado? Ninguém admitiria que a escola, a saúde, os transportes, a investigação e outras funções colectivas, essenciais, fossem unicamente regidas em função dos critérios de rentabilidade, por uma lógica do dinheiro. Porquê admiti-lo no caso da televisão, a única actividade transversal das nossas sociedades?

É no momento em que a União Europeia quer introduzir nos seus textos, correctamente, a problemática do interesse geral, que olhamos com admiração para o desenvolvimento de cadeias temáticas pagas na Europa...

IV. Os média temáticos abrem uma nova era da comunicação

Sim, se não nos esquecermos que, do ponto de vista teórico, os média temáticos são um subconjunto dos média generalistas e não um melhoramento. Se nos lembrarmos também de que o grande público não é igual à soma dos públicos temáticos, mas sim a reunião temporária de diferentes públicos, naquilo que eles têm em comum, de humano, para além das irremediáveis diferenças que os distinguem.

O desafio para o futuro não é o desaparecimento desta referência ao grande público, mas sim o fim de uma certa ambição na maneira de o conceber. Tanto pode haver um grande público de má qualidade como um grande público de boa qualidade! Os média generalistas continuam a ser capazes de oferecer,

futuramente, programas de má qualidade ao grande público, enquanto os programas interessantes se tornariam apanágio dos média temáticos. Chegaríamos assim a uma comunicação a duas velocidades, oposta ao objectivo perseguido pelos média de massas, mas perfeitamente adaptada a uma sociedade individualista de massas.

A ideia de grelha generalista é menos uma referência do passado, do que uma ideia de futuro. Na realidade, existem duas representações diferentes da sociedade e duas maneiras de responder à questão da heterogeneidade social. Num caso tenta-se transcendê-la, noutra é tida como um facto. A questão não é o desaparecimento do grande público, tendo em conta os interesses ligados a uma economia de massas, mas antes a lenta e inelutável vitória da ambição que tem este nome há um século.

V. No futuro, ao fazer o zapping, o espectador fará o seu próprio canal generalista

Fazer um zapping entre cadeias temáticas não leva à construção de um programa generalista, uma vez que a relação com a imagem é diferente. A expectativa não é a mesma. Face a cadeias generalistas, o leque é evidentemente mais amplo, logo a possibilidade de surpresa, uma das causas do êxito dos média, mais alargada. Mas, acima de tudo, a atitude é diferente: gostamos de ver a mesma coisa que os outros, a partir de nossa casa. Gostamos de participar naquilo que os outros fazem, mas à distância. O génio dos média generalistas é permitir essa participação individual numa actividade de massas. Fenómeno que não encontramos, evidentemente, no média temático, onde sabemos à partida, através de que segmentos de programas circulamos.

A relação com a oferta também é diferente. Num caso, com a grelha generalista, o espectador volta a encontrar essa vontade de implicar toda a gente, sem distinção. Em contrapartida, perante a oferta temática, a selecção do público já teve lugar, a priori. Num caso, o acaso tem um grande papel. No outro, não. De qualquer modo, não nos posicionamos da mesma maneira face a um média temático ou a um generalista. Num caso, tomamos a iniciativa. Noutra, seleccionamos. Nenhum deles é melhor do que o outro, mas a experiência prova que a escolha final é mais vasta quando se selecciona a partir de uma oferta alargada do que quando se parte de uma procura explícita. Muito simplesmente porque há sempre esse acesso "casual" às imagens. Será

que há muitas situações sociais onde aos públicos podem partilhar experiências, apesar das suas diferenças sociais e culturais? Como já disse muitas vezes, felizmente a televisão e a meteorologia estão aí para alimentar as conversas, pois muitas vezes não há outras experiências partilhadas entre os indivíduos chamados a conviver...

Existe um outro argumento a favor do média generalistas. Diz-se, geralmente, que os média temáticos têm a vantagem de fazer de cada um de nós o seu próprio director de programas: em vez de "sofrer" os programas não desejados, "escolhemo-los". Mas será que o espectador se quer transformar em "director de programas"? A cada um a sua profissão. O espectador gosta de fazer a sua escolha, mas através de uma oferta organizada. Não é certo que queira fazer a oferta. É um pouco a diferença entre os móveis que se compram já prontos e aqueles que temos que montar. Quem prefere móveis em kit? A maior parte das vezes preferimo-los montados! Mesmo se, de vez em quando, por gosto do "bricolage" ou por economia, o podemos fazer nós. Numa palavra, os canais temáticos têm um papel evidente de complementariedade, mas não de substituição em relação aos média generalistas.

VI. Os média temáticos permitem finalmente ao público ser activo

A ideia, falsa, do espectador "passivo" perante uma televisão generalista e "activo" perante um média temático tem a vida difícil, mesmo se há muito tempo as investigações provam que, o espectador é activo em todos os casos, pois filtra e selecciona as mensagens que recebe. Ninguém recebe passivamente uma mensagem escrita, audio ou audiovisual. As expectativas não são, muito simplesmente, as mesmas. Uma outra ideia falsa é a de que com o média temático o público selecciona, enquanto, no caso inverso, recebe. Mas o público selecciona em todos os casos; só que o tipo de selecção não é o mesmo, uma vez que a oferta e a expectativa são diferentes.

Parte-se do princípio de que o público olha para aquilo que se lhe oferece como se fosse desprovido de capacidade crítica. É sempre a mesma hipótese implícita sobre a estupidez dos espectadores... Em trinta anos de televisão, os públicos adquiriram uma cultura crítica do audiovisual e, mesmo sem fazer grandes discursos, sabem muito bem distinguir entre programas generalistas e temáticos. No futuro, quererão provavelmente conservar as duas abordagens, dando sem dúvida primazia à oferta generalista. E isso apesar dos discursos que, desde o aparecimento do temático há mais de vinte anos,

predizem o fim do generalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, país que não se atrapalha em teorias, os prospectivistas, sempre certos de que "tudo vai mudar amanhã" anunciam, há duas décadas, o desaparecimento das grandes redes generalistas (ABC, CBS, NBC). Era o que eu ouvia dizer, quando fiz a minha primeira viagem de investigação sobre a televisão, em 1976, aos Estados Unidos... E depois, apesar dos enormes progressos dos canais temáticos, os média generalistas continuaram à cabeça dos níveis de audiência, em mais de 60%. Provavelmente devido ao desejo de "estar junto" e de manter o "elo social".

VI. A televisão temática cultural permite salvar a cultura na televisão

Já tomei amplamente posição sobre esta questão teórica essencial. Sim à televisão cultural se ela se apresentar como uma cadeia temática entre outras, se ela encontrar o seu público e se for financiada, quer por esse público, quer pelo mecenato ou por meio de assinaturas. Não, à televisão cultural apresentada como o "coração da televisão", como lugar dos "verdadeiros" programas culturais, financiada com fundos públicos, quando se trata de programas muito específicos que só podem agradar a uma "elite". Por que razão é que o dinheiro público não vai para os canais generalistas, onde falta cruelmente, para que possam desempenhar a sua missão que é a de oferecer uma sensibilização à cultura? Porque não reconhecer que existe uma verdadeira aspiração cultural dos públicos que não pertencem à elite que é necessário satisfazer? Por outras palavras, um canal cultural financiado com fundos públicos é uma má solução para o problema real da insuficiência dos programas de carácter cultural, oferecidos pelos média generalistas, nomeadamente públicos. A ideia de uma televisão especializada na "cultura" e financiada com fundos públicos é antinómica da própria ideia de promoção cultural que está na origem dos média de massas, pois só veicula a cultura de uma minoria, reforçando "as barreiras e os níveis" que seria necessário reduzir.

Não evoco aqui a televisão de conhecimento, como a experiência da 5 em França, pois o problema, aí, é um pouco diferente. É um facto que não existe cultura sem conhecimentos, mas as maquettes dessas televisões começam por não se situar numa perspectiva de hierarquia cultural. Os conhecimentos são certamente um sistema de hierarquia, mas, de momento, os canais temáticos acerca do conhecimento não tiveram essa vontade de

"distinção", em todos os sentidos do termo, que encontramos nos canais culturais e no "Arte".

É mesmo o contrário: são feitos oficialmente para ampliar os conhecimentos de toda a gente. Para vulgarizar. Pertencem, assim, ao paradigma das televisões generalistas e dependem, a maior parte das vezes, de estatutos públicos. Estamos, então, na área da televisão do serviço público e do seu objectivo de emancipação. Quanto mais os canais temáticos culturais colocam o problema do elitismo e da segregação, mais, em contrapartida, o conceito da cadeia do saber e dos conhecimentos se situa na tradição da cultura do grande público da televisão.

A televisão é feita para ampliar e não para encerrar. Aliás, a audiência, em França, do canal Arte, sempre se manteve numa média inferior a 2% e isto apesar de uma atitude muito favorável da imprensa escrita e das elites. Criticar a ideia de um canal cultural é muito mal visto, de tal modo o conformismo neste sector é forte. Pouco falta para sermos suspeitos de ser adversários da cultura e da emancipação dos povos! A esquerda que, em França, deveria criticar o projecto em nome de uma certa ideia da democratização cultural, não só o concebeu, como sempre o defendeu. A direita, na alternância do poder, será mais corajosa? Mas há tanta hipocrisia quando se trata de cultura que tudo é possível. O pior é, sem dúvida, a boa consciência com que as elites, que nunca pensaram nem apoiaram a televisão generalista, que é contudo um instrumento de cultura indispensável, se precipitaram sobre a ideia da televisão cultural, confundindo a sua cultura com a cultura. Expor uma cultura minoritária num canal especializado nunca constituiu um projecto cultural! Isto traduz, também, uma falta de reflexão acerca da especificidade da televisão como técnica de comunicação.

Mas há mais, e esse é, certamente, o argumento decisivo do ponto de vista teórico. Este tipo de canal cultural mantém a ilusão de uma continuidade possível entre cultura e televisão. Não só não há qualquer abertura às outras formas de cultura como, na maneira de consagrar essa forma muito particular de cultura de elite, se reforça a ilusão que a televisão poderia assegurar a continuidade com todas as formas de cultura. Ora, como já expliquei anteriormente, é preciso pelo contrário preservar, a bem da comunicação e da cultura, uma certa descontinuidade entre as duas. Sobretudo se tivermos presente que um dos problemas do mundo cultural e intelectual será, no futuro, o de manter um certo distanciamento em relação à comunicação triunfante para preservar a especificidade e a visibilidade dos diferentes

sistemas de valores. A aproximação entre o canal Arte e a TV 5, em França, não faz mais que repor o problema. Qual dos dois modelos vencerá? Será um "super" Arte — e encontrará então todos os problemas teóricos anteriores? Ou a extensão do modelo de um canal educativo? Ou assistiremos à instalação de um falso canal generalista, que some as duas legitimidades e que quererá ser a televisão "topo de gama" com todos os riscos, já evocados, de uma televisão a duas velocidades? Em todos os casos, a questão da identidade, do estilo, dos objectivos, é essencial e merece ser debatida. As criações de canais de televisão, sobretudo no sector público, são demasiado raras para que não se verifique uma reflexão de conjunto.

VIII. A televisão temática corresponde a uma nova relação com a comunicação

Podemos afirmar que a televisão temática corresponde a uma nova relação com a comunicação, uma vez que o temático está em sintonia com o movimento de diferenciação das ofertas e das procuras culturais das sociedades avançadas. Com a condição de não esquecer que é sempre mais fácil conseguir ter êxito com um média temático do que com um média generalista. O desenvolvimento da imprensa especializada e, mais tarde, dos média temáticos, nos últimos trinta anos, prova a existência de uma procura neste sentido. Mas a experiência histórica mostra também que os melhores grupos da comunicação especializada só desejam uma coisa: confrontar-se com a comunicação do grande público que continua a ser o horizonte desta comunicação. Apesar de ser menos rentável. Vemo-lo com as rádios temáticas que tiveram êxito: esperam tornar-se generalistas. É esse, igualmente, o caso dos grandes grupos de imprensa especializados, que sonham fundar ou comprar jornais diários generalistas.

Porquê esta tentação do grande público? Muito simplesmente porque o desafio, a grandeza, o sentido de toda a situação de comunicação continua a ser, evidentemente, a conquista do grande público, dessa "pessoa qualquer" da sociedade que, de certa maneira, é o verdadeiro destinatário da comunicação. É nessa capacidade de ter podido atingir essa "pessoa qualquer" que residiu o êxito do circo, depois do music-hall, da rádio, do cinema e, por fim, da televisão. A prova do grande público continua a ser o horizonte da comunicação. Sobretudo numa sociedade democrática onde a cultura comum a todas as classes sociais tomou o lugar que lhe conhecemos.

Em contrapartida, continua a haver uma procura de comunicação que não se satisfaz na comunicação grande público, mas que também não o está mais com os média temáticos: trata-se da comunicação directa, imediata.

Pressupõe-se que essa necessidade poderá ser satisfeita através do correio electrónico, da Internet e das múltiplas promessas das auto-estradas da informação. Veremos, na quinta parte, as vantagens e os limites desses serviços. A ideia que eu defendo é simples: essas técnicas não estarão, provavelmente, em melhores condições para resolver essas necessidades, do que os média generalistas ou temáticos actuais, uma vez que amplificam a circulação, e o problema é o de uma procura de partilha.

IX. Com o temático, a oferta é maior

Sim, aparentemente mas, em trinta anos de diversificação, apercebemo-nos de que não há relação entre o aumento do número dos suportes e a do número de programas. Porquê? Porque sendo a concorrência cada vez mais viva, é em torno de alguns géneros de programas que a diferença se faz. Há mais canais, mas encontramos sempre o mesmo género de programas. Esta constatação vale tanto para os canais generalistas, como para os canais temáticos. E ainda mais para os segundos, que dependem mais ainda do seu público. Afinal, os média temáticos contribuem pouco para a diversidade da oferta. O nível dos programas dos média temáticos pode ser melhor, mas nada nos diz que os média generalistas não reagirão no futuro. Afinal, cerca de quinze anos na existência da televisão, que não tem mais de cinquenta anos, não chegam para tirar conclusões definitivas. De qualquer modo, além do que os separa, os média generalistas e temáticos são confrontados com as mesmas condicionantes: admitir os limites da comunicação mediática.

Dois exemplos: a ciência e a cultura na televisão. Falar publicamente de grandes questões científicas é um dado adquirido da democracia, mas o limite é, evidentemente, a competência do público e a tecnicidade dos dados. Mais vale um canal especializado através do qual o público científico possa aceder a certas informações e debates científicos, em todo o caso, de maneira incompleta, ou pelo contrário fazer um esforço em cada caso para definir o nível a que as questões científicas deverão ser tratadas nos grandes média — por outras palavras, propor uma vulgarização da qualidade, completada pelo recurso a especialistas que expliquem certos problemas num diálogo com os

jornalistas, e à organização de debates sobre a ciência e a sociedade? Num caso, temos um acesso ao conhecimento mais preciso, mais limitado para o público, sem aliás poder ultrapassar os condicionalismos impostos pelo média imagem. No outro caso temos uma maior simplificação mas um público mais vasto.

A mesma coisa se passa no caso da cultura. Será melhor um canal especializado, mas de audiência limitada, ou uma utilização da televisão generalista para sensibilizar para as diferentes formas culturais? As duas orientações têm as suas vantagens e os seus inconvenientes, mas parece, do ponto de vista da relação entre comunicação e democracia, que a televisão generalista apresenta uma vantagem: dirige-se ao público mais vasto e não dá a ilusão que a televisão, no caso da ciência, como no da cultura, pode ir ao fundo das coisas. Deixar aparecer os limites da comunicação audiovisual é menos "alienante" do que dar a ilusão de uma "comunicação" completa. É preciso tirar as consequências da simplificação imposta para toda a comunicação audiovisual, e abandonar a ideia de que a comunicação temática eliminaria esses condicionalismos. A simplificação inerente ao média televisão, generalista ou temático é compatível com alguns géneros de programas e deixa espaço para outras formas de comunicação não audiovisual. Por outras palavras, trata-se menos de apontar o malogro da comunicação de grande público, que seria compensado pela comunicação temática, do que situar o nível a que a comunicação mediática é possível, quer seja temática ou generalista.

Finalmente, o temático e o generalista traduzem duas relações com a incomunicação e com a heterogeneidade social. A primeira espera reduzir a incomunicação, mas sem poder ultrapassar a heterogeneidade social. A segunda admite a incomunicação, mas procura atacar a heterogeneidade social oferecendo pontes de passagem entre públicos que não pertencem aos mesmos universos socioculturais.

X. Porquê opormo-nos à televisão temática?

Não se trata de nos opormos, mas de situar o nível a que o temático é complementar do generalista, evitando encontrar, no temático, a solução para as contradições dos média de massas. As evoluções são demasiadamente recentes para permitir análises definitivas e a modéstia impõe-se. O temático como segmentação de um mercado não coloca problema algum; apresenta

mais problemas como nova teoria das relações entre comunicação e sociedade. Em relação à contradição central da sociedade individualista de massas, encarregada de gerir em permanência dois níveis, o do indivíduo e o da comunidade, o interesse do média generalista consiste, pelo contrário, em tentar manter juntas estas duas dimensões.

O média temático renuncia a fazê-lo e tenta, principalmente, satisfazer o nível individual.

Além disso, o temático também não é a solução para um outro problema essencial: o de saber como reduzir a onnipresença da televisão e da imagem na nossa sociedade. Deste ponto de vista, as limitações do média generalista permitem ver, ainda mais depressa, as limitações da televisão e, portanto, o interesse em fugir a ela para fazer outra coisa... Pelo contrário, o temático amplifica o predomínio da imagem sobre o conjunto das situações sociais, sem admitir limites a priori.

BIBLIOGRAFIA

capítulo 6

- BLOOM A., L'Ame désarmée. Essai sur le déclin de la culture générale, Paris, Julliard (trad.), 1987.
- CAZENEUVE J., L'homme téléspectateur, Paris, Denoël-Gonthier, 1974.
- CHABERON M., CONNET P. e SOUCHON M., L'Enfant devant la T.V., Paris, Casterman, 1979.
- CLUZEL J., La Télévision après six reformes, Paris, Lattès, 1988.
- DENIS M., Image et Cognition, Paris, PUF, 1989.
- DIDI-UBERMAN G., Devant l'image, Paris, Éd. de Minuit, col. "Critique", 1990.
- DUNS SCOT J., L'Image, Paris, Vrin, 1993.
- FAYARD P.-M., La communication scientifique publique, de la vulgarisation à la médiatisation, Lyon, La Chronique sociale, 1988.
- GAUTHIER A., L'Impact de l'image, Paris, L'Harmattan, 1993.
- GHIGLIONE R., "La réception des messages. Approches psychosociologiques", "À la recherche du public: Réception télévision, médias", Paris, Éd. du CNRS, Hermès, n.os 11-12, 1993.
- JEANNERET Y., Écrire la science. Formes et enjeux de la vulgarisation, Paris, PUF, 1994.
- LEGENDRE P., Dieu au miroir, Paris, Fayard, 1994.
- LURÇAT L., Violence à la télé: l'enfant fasciné, Paris, Syros, 1989.
- MARIN L., Des pouvoirs de l'image, Paris, Seuil, 1993.
- MEHL D., La Télévision de l'intimité, Paris, Seuil, 1996.
- MOLES A., L'Image, communication fonctionnelle, Paris, Casterman, 1981.
- MORLEY D., Family Television Cultural Power and Domestic Leisure, Londres, Comedia, 1986.
- MORLEY D., (sob a direcção de), Dernières questions aux intellectuels, Paris, Olivier Orban, 1990.
- PASQUIER D. (em colab. com CHALVON S.), Les Scénaristes et la Télévision, approche sociologique, Paris, Nathan, 1996.
- PERRIAULT J., La logique de l'image, Paris, Flammarion, 1989.
- ROQUEPLO P., Le Partage du savoir, science, culture, vulgarisation, Paris, Seuil, 1974.
- SAID E. W., Des intellectuels et du pouvoir, Paris, Seuil (trad.), 1996.

TERCEIRA PARTE

COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

INTRODUÇÃO

NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM COMUNICAÇÃO

Mais vale dizê-lo já: a comunicação não é a perversão da democracia é, antes, a condição do seu funcionamento. Não há democracia de massas sem comunicação e por comunicação é preciso, evidentemente, entender os média e as sondagens mas, também, o modelo cultural favorável às trocas entre as elites, os dirigentes e os cidadãos. Nesta perspectiva, os média e as sondagens são, simultaneamente, o meio dado aos cidadãos para compreender o mundo e a concretização dos valores da comunicação, indissociáveis da democracia de massas.

Mas é preciso ir mais longe: que seriam as nossas sociedades complexas, em que o cidadão está longe dos centros de decisão políticos e económicos, alguns dos quais em países longínquos, se não existissem os meios, pela comunicação, de nos informarmos sobre o mundo? E encontramos sempre essa dupla dimensão da comunicação. Simultaneamente normativa, como que indissociável do paradigma democrático, e funcional, como único meio de gerir as sociedades complexas. Hoje em dia tudo é complicado e longínquo e nem sempre nos apercebemos de como o modelo normativo da comunicação e as múltiplas ferramentas que o instrumentalizam também são o meio de reduzir as distâncias entre dirigentes e dirigidos.

Por outras palavras, se a simplificação da realidade e a personalização, que são as leis implacáveis da comunicação, suscitam os inconvenientes que se conhecem, elas são, também, o meio dado aos cidadãos para aceder à compreensão de uma realidade social, cultural, económica e política complicada. A comunicação de massas, com as suas vantagens e os seus

inconvenientes é inseparável do modelo da democracia de massas, que mistura dimensões funcionais e normativas. Dentro do mesmo espírito, as críticas justificadas relativas à racionalização operada pelos média, pelas sondagens, pela comunicação política, pelo marketing, deverão também ser matizadas por este dado de facto: serão elas o preço a pagar pelo estabelecimento de um elo entre realidades e meios sem nenhuma relação uns com os outros? Só a comunicação permite, hoje, uma certa visibilidade entre a base e o cume. Ser compreendido por toda a gente tem um preço: a simplificação e a racionalização.

E encontramos aqui o elo forte existente entre a comunicação e a valorização do cidadão. Este elo estrutural entre comunicação e democracia desempenha também o seu papel perante as duas grandes questões das nossas sociedades individualistas de massas.

A primeira questão diz respeito à crise do modelo de troca intersubjectivo. Já falei suficientemente dos limites da comunicação mediatizada, em relação ao conjunto de uma problemática da comunicação, para recordar que, no contexto das "solidões organizadas" das nossas sociedades, se os média não trazem uma solução suficiente, constituem, contudo, uma solução parcial. Se a comunicação mediatizada não resolve a falta de comunicação intersubjectiva, evita, pelo menos, um afastamento ainda maior entre a escala individual e a da sociedade. O mesmo se passa com a outra contradição: o desfasamento entre o conhecimento e a acção. O cidadão ocidental é, como já tenho afirmado muitas vezes, um anão em matéria de acção e um gigante em matéria de informação no sentido em que, em meio século, alargou consideravelmente a sua percepção do mundo, sem poder alargar, proporcionalmente, a sua capacidade de acção. Mas, pelo menos, esta superinformação tem a vantagem de dar ao cidadão ocidental — o único que acede livremente a todas as informações — a sensação de estar mais ou menos ao corrente dos problemas essenciais. A situação seria pior se o cidadão não só não tivesse grande capacidade de acção como estivesse, além disso, isolado do mundo. Tenho tendência para devolver a crítica muitas vezes feita, com razão, ao lugar da comunicação nas nossas sociedades. Não, ela não resolve estas duas contradições, cujas causas são, aliás, amplamente exteriores a ela mas, pelo menos, evita que o cidadão esteja ainda mais perdido e dominado.

A segunda questão diz respeito à dupla crise que as democracias de massas atravessam: a da representação e a da soberania. Em ambos os casos a comunicação relativiza os seus efeitos negativos. Que representação de forças

sociais, ideológicas e culturais é possível assegurar quando as mutações económicas e sociais destruíram, em meio século, os critérios da representação social? Tanto mais que, por outro lado, o fim da clivagem Leste-Oeste eliminou o eixo principal em relação ao qual se fazia a representação política. O resultado? Já não distinguimos muito bem os critérios que estruturam as representações sociais das nossas sociedades, nem os critérios ideológicos sobre os quais assenta a representatividade política, uma vez que todas as forças políticas são favoráveis à mudança e à modernidade... A crise da soberania diz respeito, pelo contrário, à relação das sociedades com o exterior. O que resta da soberania nacional em economias interdependentes onde domina um modelo de sociedade aberta? Esta crise da soberania está directamente ligada à crise da identidade nacional, nomeadamente na Europa.

Em ambos os casos a comunicação, sem oferecer uma solução de substituição, tempera os aspectos negativos. Por mais imperfeitos que sejam estes modelos de comunicação normativos, constituem um meio de estabelecer um elo entre a escala individual e a do mundo exterior. Mas sublinhar o papel normativo da comunicação na sociedade individualista de massas pressupõe que se vá mais longe, pois o fenómeno é demasiado proteiforme para não ser, por sua vez, pervertido pela sua própria ambivalência. Se queremos evitar que a dimensão, finalmente favorável, dos média e das sondagens se transforme, por sua vez, numa tirania, temos que construir conceitos que permitam limitar os seus efeitos negativos. Porque nada garante, a priori, que média e sondagens continuem a ser, numa economia da comunicação em plena expansão, os mensageiros da informação e da opinião que foram na teoria democrática... As derivadas observadas nos últimos vinte anos, com a hipermediatização da realidade e a influência das sondagens, obrigam a um trabalho de "fechamento teórico".

O primeiro conceito a reexaminar é o de espaço público, cujo papel essencial para a democracia de massas já várias vezes descrevi. Ao assegurar a passagem entre a sociedade civil e a sociedade política, o seu papel aumenta à medida que a maioria dos problemas da sociedade passam à praça pública e se encontram debatidos de modo contraditório. Se quisermos evitar um alargamento infinito desse espaço público é preciso limitá-lo. Para ser mais claro, existe o risco de ver o vocabulário e as dicotomias políticas invadirem todo o espaço público e tornarem-se o único modo de apreensão do real. Para conjurar esta unidimensionalização é necessário manter as distâncias entre as múltiplas referências necessárias, culturais, simbólicas religiosas, estéticas, sem as quais não há funcionamento de sociedade, a fortiori democrática.

O mesmo acontece com o outro conceito central, o da comunicação política, onde se observa o mesmo fenómeno. A extensão da lógica política a todas as esferas da sociedade aumenta mecanicamente o papel da comunicação política, mas com o risco de fazer dela um fenómeno totalmente proteiforme, sem qualquer capacidade discriminatória e sem efeito estruturante. Também aí é necessário um trabalho teórico de fechamento e de definição dos critérios de validade, se quisermos conservar a função normativa da comunicação.

Qual é o risco? É duplo. Em primeiro lugar é o de uma "economia geral da expressão", sem relação com os condicionalismos de toda a comunicação autêntica. O desequilíbrio a favor da expressão arriscar-se-ia, então, a favorecer, por reacção, a lógica ao especialista que, em nome das competências e dos saberes, se coloca acima das leis da política, e de quase todas as leis. Por outro lado, o triunfo de uma lógica da expressão e da igualdade de opinião pode reforçar a ideia de uma "nova" forma de democracia, chamada a democracia da opinião ou democracia do público. Esta, apoiando-se no ruir das ideologias e na igualização dos pontos de vista, acabaria por promover um modelo de democracia política centrado, principalmente, na expressão das opiniões.

Se, fiel às hipóteses de partida, eu assumo um elo normativo entre comunicação e democracia, faço-o na condição de definir, de maneira mais rigorosa, os papéis do espaço público e da comunicação política, que são os utensílios teóricos indispensáveis para pensar e gerir a democracia de massas. É também a condição para recordar que, se a comunicação permite, talvez, gerir de maneira mais pacífica as relações de força, não as elimina.

CAPÍTULO 7

O TRIÂNGULO INFERNAL: JORNALISTAS, POLÍTICOS, OPINIÃO PÚBLICA

O triunfo da comunicação desestabilizou a relação de forças existente entre as lógicas da informação, da opinião pública e da acção ou, antes, mudou a sua forma. No passado, a lógica do poder resistia ao contrapeso da informação e do público. Hoje em dia é a omnipresença da comunicação e da opinião pública o que desestabiliza uma lógica política menos arrogante.

I. Os elementos do desequilíbrio

1) Se não há política sem comunicação, chegamos hoje à inversão da relação: a comunicação ganha à política em detrimento dos políticos, assim fragilizados. Qual é a situação deles?

Os políticos dos países ocidentais são eleitos por um curto período de tempo, com uma fraca margem de manobra em sociedades burocratizadas onde a soberania nacional está fortemente desfalcada pela Europa e pela mundialização. Apesar disso, têm que dar a impressão de que sabem para onde vão e de que vêm a longo prazo. Sem grande capacidade de acção vêem-se, contudo, constrangidos a dar a impressão contrária, de que dominam o futuro quando, a maior parte deles sabe que, daí a cinco anos, já não estará no poder (em todo o caso, não no mesmo cargo)... A rádio e a televisão, forçando-os a responder rapidamente, sem demasiada conversa, aceleram o seu relativo descrédito, uma vez que o público verifica, com a continuação, que nem sempre têm grande coisa a propor. São confrontados com a contradição seguinte: os média são necessários para valorizar a sua acção, mas sublinham, ao mesmo tempo, a fragilidade da sua margem de manobra... Além disso, o político sofre a pressão do acontecimento e a do cortejo dos jornalistas. Estes

comentam todos os dias, encontram significados escondidos em estratégias improváveis, põem facilmente em causa a capacidade de acção dos políticos, e estes vêem-se, então, obrigados, a correr de emissões de rádio para estúdios de televisão para responder aos boatos, para confirmar alguns deles, para desmentir outros, para se demarcarem dos concorrentes, para construir a sua própria imagem, para não comprometer o futuro e não dar a sensação de serem incapazes de fazer face ao presente. É difícil nestas condições não ver que, por vezes, o rei vai nu... Depois de uma eleição presidencial, por exemplo, "considera-se" que tudo se decidirá no primeiro ano, e "concedem-se" seis meses a um Primeiro Ministro para dar provas! Quanto aos ministros, quantos conseguem não ser esquecidos e suscitar algum respeito? Os presidentes de câmara das grandes cidades ou os presidentes dos conselhos regionais não estão em melhor situação: só existem localmente, e precisam de empreender um esgotante percurso de combatentes para sair da sua região e dos média locais e para se fazerem notar à escala nacional. A situação é comparável em todos os países democráticos. Seria necessário fazer, hoje, uma verdadeira sociologia do homem político esmagado pela comunicação triunfante. Mas não devemos contar, para isso, com a ajuda dos responsáveis políticos: não ousam dizer a verdade, tal como os jornalistas, aliás, que não estão preparados para reconhecer que, a maior parte das vezes, a situação é invertida a seu favor.

A pressão da informação e do acontecimento é tal, que o agente é desestabilizado. A imagem e a informação atravessaram, finalmente, este último. É certo que o homem político não se julga apenas pela sua capacidade de acção, uma vez que a política é, também, a gestão de um espaço simbólico e uma mescla sábia e complicada de símbolos e de acção. Mas a partir de quando é que o predomínio do simbólico é prejudicial à capacidade de acção do homem político? Tanto mais que o desfasamento entre a rapidez da informação e a lentidão da acção cria um mal-estar, perfeitamente entendido pelo cidadão. Mas, se este último não deseja ser enganado pelos políticos, também não deseja ver, em directo, a fragilidade destes. Porquê? Porque a fraca capacidade de acção dos homens públicos e a sua fragilidade também desestabilizam o cidadão. E é aqui que o chorrilho de sondagens continua a obra de desestabilização da informação. A partir de uma imagem, positiva ou negativa, cuja diferença é frequentemente bem pequena e tem muito que ver com o papel das elites, que nunca deixam de ter uma opinião definitiva e autorizada sobre tudo, os políticos são assediados por "barómetros" e por cotas de popularidade. Em iô-iô. E como as sondagens são continuamente comentadas pelos média — são eles aliás quem, na maior parte das vezes, as

encomendam —, os políticos estão sempre na baila. Resultado? Abusam da demagogia dizendo que as sondagens não os influenciam e confirmam que a sua única preocupação é realizar uma acção de grande fôlego... Discursos em que ninguém acredita e que acentuam a sensação de mal-estar. Tanto mais que, na realidade, uma parte crescente das ocupações dos políticos, por interposição dos médias, visa, precisamente, tentar conjurar a sorte destes barómetros desfavoráveis... Aqui, os agentes têm uma responsabilidade, ao aceitar afinal que os média e a comunicação sejam os árbitros das suas relações com os cidadãos. Que fazem, com efeito, sempre e cada vez mais, os políticos? Não só dão uma confiança cada vez mais cega a especialistas em comunicação que, ao mesmo tempo que se apresentam modestos se comportam, na realidade, como verdadeiros Rasputines, mas ainda multiplicam as operações de comunicação mediática todos os três a seis meses, inventando um estilo novo de cada vez, que embevece os média e os coloca, cada vez mais, numa lógica comunicacional. Contudo, nunca se reconquista um capital político por meio de operações de comunicação! E, aliás, essas emissões, de efeitos incessantemente renovados, transformam-se em shows julgados como tais pelos média. À força de se situarem num território que não é o seu, os políticos perdem a alteridade que lhes é indispensável.

Estamos, aqui, longe do esquema ideal do homem político que se alimenta da informação e da opinião pública, avalia a acção desenvolvida e dá a conhecer a hierarquia dos problemas que lhe parecem importantes para o futuro. Se, pelo menos, a realidade se parecesse com esse quadro... Os agentes políticos, apesar das suas fanfarronadas são, na realidade, os perdedores desta hipermediatização; e, em trinta anos, só um número muito pequeno entre eles soube resistir a esta situação inédita. Poucos souberam aproveitá-la, uma vez que o público, com a continuação, desmascara bastante depressa os políticos que se tornam especialistas da comunicação — espectáculo. E não lhes dá a sua confiança por muito tempo.

2) A pressão exercida pelos média é considerável, mas os jornalistas reconhecem dificilmente esta inversão da relação de forças a seu favor. Reportam incessantemente as "dificuldades" de relação com as dez ou vinte personalidades que estão no topo da hierarquia do Estado — e que conseguem gerir, mais ou menos, a sua relação com a comunicação —, mas calam os casos mais frequentes que os vêem, pelo contrário, em posição favorável com os outros homens políticos. Aliás, é preciso distinguir aqui, entre os jornalistas, a pequena minoria que, por editorial, chefe de redacção, contactos regulares

com as empresas de sondagem e com os gabinetes de consultadoria, desempenha um papel essencial na propagação dos boatos, e a grande maioria da corporação, mais modesta, que não tem acesso a este primeiro círculo, que vive apenas de julgamentos apressados e definitivos. Mesmo os malogros consideráveis — como em França, as previsões unânimes a favor de É. Balladur contra J. Chirac, "o eterno perdedor" — não deixaram qualquer rasto! Seis meses depois tudo estava esquecido e a elite mediática recomeçou a mesma roda, com a força das mesmas certezas. O poder do jornalismo, que consiste em passar de um acontecimento a outro sem nunca parar, torna-se, aqui, um defeito. E nesta relação de forças com os políticos, os jornalistas têm a enorme vantagem de não serem confrontados com nenhuma sanção. Existe, é certo, a percepção crítica do público, mas ela parece tão longínqua...

Tudo isto deveria ser objecto de uma sociologia específica. O que chama a atenção, no contexto actual, é a maneira como, com algumas excepções, os políticos se tornaram modestos. Conscientes da sua fraca margem de manobra e constantemente "esclarecidos" pelos média, são obrigados a uma maior prudência enquanto que, pelo contrário, o mundo da comunicação está muito mais seguro de si. Por jornais, rádios e televisões interpostas, sobrepostas até, o cidadão não pode permanecer ignorante durante muito tempo dos boatos que circulam nos "meios bem intencionados" da comunicação. O resultado é, em todo o caso, que os políticos estão terrivelmente dependentes dos comentários desta nomenclatura jornalística, que tem muito menos influência sobre a opinião do que aquilo que julga mas que, em contrapartida, tem muita influência sobre os dirigentes políticos, cansados e ansiosos, e sobre o resto daquilo a que se chama as "elites". Afinal, só uma pequena parte da população vive, neste momento, sob a pressão da comunicação mas, como se trata de um meio próximo do poder e sempre seguro de estar "adiantado" em relação ao resto do país, compreende-se o efeito de duplicação de um tal processo. Face ao assédio mediático, os políticos são, na verdade, impotentes, tanto mais que continuam expostos à sanção da eleição cujo rigor o mundo da comunicação não conhece. Este vê, descreve, analisa, mas não é responsável. E como o "risco" dos jornalistas se chama Audimat e a perda de leitores, isso leva-os, pelo contrário, a "aumentar" o "assédio".

Resumindo, é certo que os jornalistas, grandes beneficiários do movimento actual, deveriam abrandar a pressão sobre a classe política visto que os dois campos já não têm armas iguais. Não se trata de reduzir a função crítica indispensável da imprensa, mas sim de admitir a diferença radical de realidades. É preciso fazer um aggiornamento, como veremos na quarta parte,

pois o papel de contra-poder da imprensa é capital, desde que não ultrapasse certos limites. E, também, desde que a imprensa aceite ser criticada e não comece a protestar contra os "atentados à liberdade da imprensa" a partir do momento em que alguém ousa pôr em causa alguns dos seus comportamentos. De resto, a autocrítica não é uma prática corrente na imprensa.

3) A influência das sondagens não é menos desestabilizante. É um facto que a França constitui um caso original, pois é o primeiro produtor e consumidor de sondagens, mas esta tendência também se encontra noutros países. O problema é simples. Esse instrumento complementar de apreensão da realidade tornou-se omnipresente, diminuindo, assim, qualquer outra abordagem, sobretudo qualitativa, considerada "menos rigorosa". E, principalmente, a sua omnipresença faz esquecer o principal limite da sondagem: nunca é a expressão natural da opinião pública mas, sim, a resposta a esta, em condições muito particulares, a uma pergunta feita por quem a encomenda; deste modo, a resposta começa por não se inscrever numa lógica de informação pública.

Por outras palavras, as sondagens são consideradas como medições de opinião, quando se trata de respostas tendenciosas a perguntas orientadas numa direcção que não é verdadeiramente informacional. Mas, como se repercutem e são comentadas por jornalistas, esquece-se a sua origem. A informação das sondagens precisa sempre de ser completada por outros elementos e restituída em relação à encomenda. Mas esta contextualização desaparece no momento em que os resultados se tornam públicos. Já só há percentagens. Esses números sintéticos, repetidos incessantemente durante um, dois ou três dias pelos média em competição, dão a uma mesma sondagem tanto eco como se se tratasse de uma bateria de sondagens. Além disso, os próprios média que as encomendam chegam a agrupar-se, por vezes, para as comprar. O resultado é um efeito amplificado da sondagem: com efeito, cada um dos média que participou no seu financiamento procura valorizar-se, assegurando a sua ampla difusão, aumentando assim, em alguns pontos, o seu impacte.

Se o público permanece, afinal, distante e crítico em relação a estas mensagens — como acontece em relação à informação em geral —, as elites e os homens políticos são-lhes muito sensíveis. São as elites quem mais sofre a influência das sondagens, apesar de disporem de outros sistemas de informação e de fingirem, devido a uma constante preocupação de distinção,

desinteressar-se... São elas que, apesar das suas afirmações — e talvez porque estão isoladas das realidades — vêm nas sondagens um "bom espelho". As sondagens influenciam as elites que exercem, por sua vez, a sua influência sobre os políticos os quais, apressados e cansados, vêm nelas um "resumo da realidade".

Não é aqui o lugar para uma reflexão de conjunto sobre a questão, difícil, das relações entre opinião pública, sondagem, funcionamento do espaço público e comunicação política; também não se trata de criticar a existência das sondagens que, pelo seu carácter público, contribuem para uma certa abertura da sociedade. O problema vem do desequilíbrio actual, nascido da sua omnipresença, que veicula uma representação muito particular da realidade, ruidosamente retransmitida pelos média e que acentua essa pressão, cujas consequências sobre os políticos são difíceis de ver. Simplesmente, à força de reagir às sondagens, os políticos reproduzem a lógica destas, acentuando assim o papel deste espelho tão particular da realidade. O desequilíbrio criado pelas sondagens é tanto mais claro quanto, noutros aspectos o esboroamento das grandes escolhas ideológicas, o enfraquecimento das instituições intermédias, o fim das diferenças entre o mundo rural, o mundo operário e o mundo terciário, e a lenta homogeneização dos modos de vida fazem desaparecer os outros pontos de referência. Antigamente as diferentes estruturas sociais, culturais e ideológicas eram outros tantos filtros através dos quais passavam os números e as interpretações. Hoje em dia, com a diminuição do papel destas outras infraestruturas, já só estão face a face os políticos e a "opinião". Esta torna-se um corpo imenso e liso, ainda mais angustiante e inacessível, dando cada vez mais prestígio às sondagens. Estas parecem ser, mais do que nunca, a via de acesso a este "oráculo misterioso".

Por muito úteis que sejam, as sondagens medem apenas o primeiro dos três níveis da opinião pública, aquele que se liga à actualidade e aos acontecimentos. O segundo, já mais profundo, corresponde às escolhas ideológicas e às representações, e só pode ser apreendido parcialmente por este modo de recolha de informação. O elo entre estes níveis é complexo e provoca sempre surpresas, não nas sondagens, mas no jogo social concreto. Por fim, existe um terceiro nível, que é o das infraestruturas culturais religiosas, sociais, de que não sabemos grande coisa, nomeadamente de que forma se articulam com os dois níveis anteriores. A força e o limite das sondagens consistem em dar forma ao primeiro nível da opinião, aquele que é "activado" pelos acontecimentos e pelas informações. Tanto mais que, apesar das precauções recordadas pelos agentes de sondagens, todos confundem, na

sondagem, fotografia e previsão. A sondagem que é, acima de tudo, um retrovisor ou um instantâneo, mas praticamente nunca um elemento prospectivo, é evidentemente apreciada e procurada por esta última dimensão. É um meio de garantir, um pouco, a incerteza do futuro.

A onnipresença das sondagens acentua, então, a cultura do instantâneo onde se sucedem, a um ritmo desenfreado, acontecimentos, sondagens, informações, como numa espécie de gigantesco jogo de perguntas e respostas. A consequência é uma redução de qualquer distância crítica. Tudo é imediato, criando essa ilusão de transparência ou, no mínimo, de racionalidade possível da História instantânea... Cria-se uma espécie de "cultura tampão", à base de sobreinformação e de sondagens, entre o eu e o mundo. Em lugar de fornecer bússolas suplementares aos políticos, os únicos que são confrontados com a questão capital da acção, esta escansão do tempo por meio de sondagens, desorienta-os um pouco mais, conduzindo-os a uma pilotagem à vista. Um ano parece a eternidade. Deste ponto de vista, a influência conjunta dos média e das sondagens é nefasta; ela amplifica o curto prazo e obscurece tanto uma perspectiva de médio como de longo prazo. Ora, a política, principalmente quando a margem de manobra é estreita, precisa de perspectivas para mobilizar os cidadãos desiludidos e lúcidos.

O paradoxo é, pois, que a informação e as sondagens, as quais deveriam permitir aos homens políticos apreender melhor a realidade e, aos cidadãos, relativizar o discurso dos dirigentes, chegam ao resultado contrário, confundindo a visão e provocando uma sobreexposição a curto prazo.

II. Três consequências deste desequilíbrio

1) Apesar da hipermediatização da realidade e da onnipresença de todo o tipo de indicadores, as crises sociais são sempre igualmente inesperadas e violentas. As "elites mediáticas", que parecem saber tudo acerca de tudo quando as ouvimos, não têm melhores capacidades de previsão do que as elites tecnocráticas, também elas seguras de si...

Na verdade, opera-se um desprendimento entre as categorias dirigentes da sociedade. Essa tecnocratização da percepção da sociedade por meio de média, sondagens, indicadores e boatos coloca à democracia um problema considerável: com efeito, as elites e os políticos gostariam de ver a realidade, mas só são confrontados com ela através de uma tal cortina de números,

barômetros, estatísticas, hábitos mentais, visões do mundo, que se esquecem da existência de uma outra realidade social. Tudo lhes parece de tal maneira coerente, completo e racional que identificam os transformadores com a realidade. Quanto aos cidadãos, sem terem demasiadas ilusões precisam, contudo, de acreditar que os dirigentes sabem o que querem. Nada pior, aliás, do que este despreendimento: conduz aos movimentos sociais, às greves e aos conflitos que custam, afinal, mais caro à colectividade do que um mínimo de diálogo social. Porque o efeito perverso de todos estes sistemas de informação é o de fazer crer, erradamente, que a realidade é bem conhecida. A comunicação funciona como um sistema de auto intoxicação no seio dos meios dirigentes.

2) Quando a crise social explode, a lógica do acontecimento ganha demasiado espaço numa economia da comunicação onde os efeitos de concorrência são tão fortes como a lógica do acontecimento. Tudo se desequilibra e se joga no instante. Na maior parte das vezes a crise que, todavia, já vem muitas vezes de longe, não foi prevista por ninguém e, no espaço de alguns dias, seria preciso que, numa espécie de catarse, tudo se remediasse. Os média e as sondagens encontram-se ainda mais "ao meio da ponte", amplificando a crise social pelo simples efeito mecânico da sua concorrência e da sua repetição. A ponto de, no espaço de dias, uma crise social ou política se assemelhar a uma situação insurreccional. Não só os média colocam, então, o problema da "capacidade de poder" para resolver a crise como, em breve, é a "autoridade" e até a "legitimidade" política que são postas em causa. Como se se tratasse de regimes ditatoriais desestabilizados pela pressão popular, evidentemente democrática! Numa situação destas, os média acentuam o desvario através da impaciência, da dramatização das informações e dos comentários. E, neste jogo de oscilações, que não é, afinal, orquestrado por ninguém, e que tende a cair em seguida, depois de alguns dias cruciais, o papel da comunicação, devido à hipermediatização das tensões, não é secundário. Tem-se a impressão de que já só há crise. Esta invade tudo, desestabiliza tudo. A seguir a cada fase crítica, os média concluem que os dirigentes estão enfraquecidos, desestabilizados, deslegitimados até. Sem nunca se perguntarem se, pela sua maneira de agir, não terão eles próprios contribuído para a desestabilização que depois analisam tão doutamente! E estas observações, que não têm todavia a terrível responsabilidade do poder, sopram as brasas, sublinhando a fragilidade das nossas democracias.

3) Por fim, e este é o terceiro tempo de uma espécie de subida de potência do papel dos média, estes tendem, numa situação tensa, a agir como se fossem mediadores, para "desbloquear" a crise e "fazer avançar o diálogo", argumentando que as coisas iriam mais depressa se os protagonistas estivessem melhor informados. Reduzem assim as crises, a um problema de "informação", quando, na maioria dos casos, o problema não está aí mas sim na gestão de uma relação de forças políticas, onde a informação é apenas um elemento.

Esta tendência dos agentes da comunicação para querer, através da rádio e da televisão, "fazer avançar" o debate em tempo de crise, é cada vez mais preocupante. Vimo-lo, até, no plano internacional, durante a crise que precedeu a Guerra do Golfo, em Janeiro e Fevereiro de 1991. Durante o Outono de 1990, depois da invasão do Kuwait, em Agosto, os média ocidentais estacionados na Arábia inauguraram uma espécie de "diplomacia mediática" interposta, através da qual procuravam "aproximar" os pontos de vista, como que para "acelerar" a diplomacia. Uma ideia muito forte na época era a da necessidade de remediar a "ausência de comunicação" em directo entre os agentes. Através dos média, sem outros intermediários, poder-se-ia encontrar uma solução que evitasse a guerra. Houve mesmo uma troca de cassetes entre os senhores Busch e Hussein. Para além de semelhante atitude fazer tábua rasa de toda a experiência de relações internacionais e dos projectos reais dos agentes, veicula uma ideia ingénua. A de acreditar que, estabelecendo a comunicação em directo entre os agentes é possível chegar a uma solução...

Numa escala menor, e com menores riscos, é a isso que assistimos nas democracias mediatizadas. Uma vez que os estúdios de rádio e de televisão são os locais de confronto dos pontos de vista, porque não utilizá-los para esse fim em tempos de crise? O sonho da maior parte dos jornalistas é, pois, transformar os estúdios em locais de negociação. Obrigar, em directo, os agentes a negociar sob o olhar dos cidadãos tornou-se o fantasma jornalístico e uma figura do ideal democrático. Mas um tal desvio esquece que só há vida social e política quando mediatizada pelos ritos, pelos tempos, pelos códigos, pelas instituições e que a lógica da sociedade não é a do directo. Na verdade, há sempre, numa sociedade, vários palcos e não há nada pior do que querer meter tudo num só. Há um tempo e um lugar para cada situação social.

Assim como a comunicação foi incontestavelmente um factor de abertura em relação aos palcos tradicionais fechados do início do século, também é preciso ver que, hoje em dia, o problema é outro e não pode ser

reduzido a essa ideia simples e falsa segundo a qual, quanto mais os média asseguram a transparência, mais contribuem para a democratização. Se, nos nossos dias, os agentes não negociam mais depressa, nem melhor, não é porque se organize aí um jogo de relações de forças cujo desafio já não é a informação sobre os projectos respectivos, mas sim a capacidade de influenciar, por todos os meios (silêncio, retirada, ameaça), a relação de forças. A História, a política e a sociedade não existem no mesmo espaço-tempo que a informação.

Em situação de crise, o problema não é, à partida, de comunicação, mas sim político, e é na cena política que as coisas se devem jogar. Há na "diplomacia mediática" e na "negociação mediática" uma ideia elementar, mas errónea, segundo a qual nos compreenderíamos melhor se nos falássemos directamente. Se é verdade no caso de numerosas situações humanas e sociais, é-o muito menos no quadro dos conflitos existentes no seio das democracias onde reinam já, em permanência, a informação e a comunicação e onde os bloqueios sociopolíticos não têm que ver, em primeiro lugar, com uma problemática da comunicação. É-o muito menos no plano internacional, onde toda a experiência da diplomacia, desde a noite dos tempos, consiste em gerir os tempos, em distinguir os momentos onde são precisos intermediários, daqueles em que as relações directas são possíveis. A lógica dos poderes e das relações de força, em certas situações, é superior à da comunicação. Vimo-lo bem no Outono de 1995 quando, de boa fé e rapidamente, os média desejaram "organizar" debates para poderem ter uma "visão clara do assunto e informar o público". Este não desempenhou o seu papel na maioria das vezes, pois os diferentes agentes recusaram encontrar-se face a face, falar e negociar em público. Os sindicatos estavam prontos a fazê-lo, mas o governo nem por isso. E os agentes económicos esperaram, para ver a maneira como situação iria evoluir. Quando, já no final do conflito, em Dezembro de 1995, as diferentes forças em presença aceitaram esses debates públicos, estes foram verdadeiras cenas de peixeirada de tal modo o número e a heterogeneidade das posições em presença criava uma verdadeira cacofonia. Um resultado destes tem, talvez, um efeito negativo dando ao público a sensação de que "ninguém se entende".

Por que insisto eu nestas derrapagens? Para mostrar a estreita margem de manobra existente nas relações entre a comunicação e a política nas nossas sociedades.

III. As portas de saída

1) Para os políticos trata-se, antes de mais, de abrandar "a pressão do acontecimento" que pesa sobre eles devido aos média e às sondagens e de revalorizar o seu papel, que não é gerir a comunicação política, mas sim agir sobre a realidade. Em abono dos jornalistas, que podemos lamentar que exerçam uma pressão exagerada sobre os políticos, é preciso recordar que são muitas vezes esses mesmos políticos quem solicita os média e as sondagens de que se queixam em privado... Abrandar a pressão e manter as distâncias significa, evidentemente, recusar-se a saltar de emissão em emissão para repetir incessantemente a mesma coisa, com uma demagogia estafada que o público, ainda que não diga nada, não deixa de perceber. É, também, para os agentes, recusar-se a entrar na lógica perversa do comentário constante das sondagens e ter, por vezes, a coragem de contestar publicamente a problemática de certas sondagens, os temas, a maneira de os apresentar, as perguntas, os seus ritmos... Um tal distanciamento seria certamente bem recebido por um público que os aguenta da mesma maneira e que apreciaria esse traço de carácter nos políticos. Encontraria também aí a confirmação de que não existe forçosamente um conluio entre o mundo da política e o da comunicação...

Afinal, se os homens políticos sofrem com essa situação de hipercomunicação, têm apenas que o dizer em público. E não apenas em privado, como fazem todos. Enquanto não reagirem publicamente, os média e as empresas de sondagens têm bases para pensar que os políticos lhes são favoráveis. E, para sermos honestos, é preciso reconhecer que essa hipermediatização constitui ainda, aos olhos dos agentes políticos, um factor determinante na concorrência que os opõe uns aos outros.

Digo isto para evitar uma visão errónea, opondo os políticos bons e fracos aos jornalistas maus e irresponsáveis. Na verdade trata-se, geralmente, de um par satânico, em que cada um deles remete para o outro a responsabilidade das suas próprias lacunas. Os políticos também devem tentar encontrar "as palavras" para explicar a dificuldade da acção política e sublinhar a sua especificidade em relação a qualquer outro tipo de acção humana. Para o público que, no seu conjunto, não é nada favorável a este assédio mediático, o facto de ver os políticos demarcarem-se dos jornalistas e das sondagens seria, com certeza, bem recebido e constituiria um passo na direcção de uma reconquista da sua confiança. O que provavelmente incomoda o conjunto dos cidadãos é menos a fraca capacidade de acção dos políticos do que a sua

dificuldade em dizer publicamente aquilo que os distingue de uma lógica de comunicação e de opinião. Muitos já não vêem, aliás, grande diferença entre os homens políticos e o mundo da comunicação...

2) Revalorizar o par político-cidadão.

Num período favorável aos média e às sondagens, não é pedindo a estes que se autodisciplinem — quem aceitaria fazê-lo? — que a situação mudará. É, antes, favorecendo a aproximação entre políticos e cidadãos que as possibilidades de um equilíbrio entre a política e a comunicação podem concretizar-se. Senão poderiam produzir-se fenómenos de rejeição da comunicação, incluindo média e sondagens, cujas consequências seriam catastróficas para a democracia de massas. A revalorização do par político-cidadão passa pela do ofício de homem político: é precisamente mostrando a sua fraca margem de manobra que contribuímos para valorizar essa função. M. Crozier propôs um dia a fórmula do "Estado modesto". Deveríamos falar de "político modesto". Tanto mais que o público vê a fraca capacidade dos políticos.

Apostar na inteligência crítica do público seria, assim, para estes últimos, um bom meio de se libertar da pressão da comunicação e de reencontrar as raízes do seu comprometimento. É a questão dos militantismos que aqui se coloca. Hoje em dia os média fazem um curto-circuito entre os dirigentes e os militantes — estes, aprendendo tudo pelos média, têm a justa sensação de que tudo se joga a alto nível e que a sua acção não serve para nada. Compete aos dirigentes inverter este esquema e mostrar que, na realidade, a sua "vida no topo" só vale porque existem, na base, milhares de iniciativas. E não é pelo facto de os média não falarem dessa vida militante local que ela deixa de ter importância. Cabe, antes de mais, aos políticos, mostrar aos média que o essencial da vida política democrática não se joga apenas na capital. É preciso quebrar essa impressão desastrosa de que o comprometimento deixou de fazer sentido e de que tudo se joga a outros níveis. Tanto mais que, na primeira crise social, nos apercebemos de que o Estado e a sociedade política ficam rapidamente bloqueados e desamparados. Os actores dos conflitos, antes soberbamente ignorados, vêm-se então catapultados, da base para os veludos dos salões dourados dos palácios da República, tornando-se "parceiros sérios". Revalorizar a política em relação à comunicação é, em primeiro lugar, da parte dos dirigentes políticos, dar aos militantes e simpatizantes a sensação de que a política não está nos palácios nacionais ou internacionais.

3) Alargar o círculo dos que falam.

Tem que ver, em primeiro lugar com a responsabilidade dos média. Que observamos na maior parte dos países? A tendência para ver centenas de personalidades (políticas, económicas, culturais, diplomáticas, académicas...) nos média. Como se só houvesse uma centena de pessoas capazes de falar! Por que motivo vão os jornalistas buscar sempre as mesmas personalidades bem identificadas? Por que não conseguem aumentar a sua agenda? Porque esse jogo de espelhos, em troca, os valoriza: interrogar alguém que é "conhecido" eleva-os ao nível da pessoa interrogada. O resultado é um evidente estrelato deste meio mediatizado, que se põe, por sua vez, a falar demagogicamente. À força de falar nos média, "fala-se média", com frases curtas, matizadas, equilibradas. As águas mornas. Para o público, uma evidente saturação: vêem-se sempre os mesmos, já se sabe o que vão dizer. Neste meio mediatizado, há uma confusão entre ser conhecido, ser mediatizado e ter coragem. O interesse da comunicação, que é surpreender, encontra-se aqui fortemente atenuado; o jogo de papéis instala-se, com os indignados, os sérios, os bons, os maus, os sorridentes, os maçadores, os revoltados... Os jornalistas deveriam quebrar esse círculo vicioso. Não fazendo apelo, como acontece cada vez mais, a "gente vulgar", a quem se dá a palavra em emissões mais ou menos encenadas, numa perspectiva onde se misturam o voyeurismo e uma espécie de atitude de base duvidosa. Não, eles deveriam ampliar o círculo da palavra", indo procurar muito simplesmente um pouco mais longe os indivíduos capazes de intervir. Que existem! Basta querer encontrá-los: hoje em dia toda a gente sabe falar na rádio e na televisão, mesmo sem nunca o ter feito, simplesmente porque tendo ouvido e visto como se faz desde a infância sabe, quase instintivamente, como fazê-lo. Há vinte anos não era assim. Ampliar o círculo, ampliar as palavras, as referências, os vocabulários suscitaria a curiosidade, criaria surpresas e consolaria os jornalistas no seu papel de "descobridores de talentos". Ao fazê-lo, justificariam a sua função e dariam também, a um público cada vez menos inclinado a acreditar em qualquer coisa, a sensação que estão lá "para toda a gente".

O problema da política moderna é que passou de um jogo a dois para um jogo a três. Antes, tratava-se, sobretudo, do face-a-face político-jornalista. Hoje em dia, esse face-a-face faz-se em público, perante uma audiência que vê tudo ou quase tudo, mas nem os políticos nem os jornalistas, apesar do que dizem, tiraram do facto as suas ilações. A primeira dificuldade é, paradoxalmente, para o público. Assediado por informações sobre o mundo vê tudo sem poder fazer grande coisa. O facto cria uma frustração que oscila entre a sensação de impotência e a de revolta. A segunda dificuldade é a dos

políticos. Ainda não se aperceberam até que ponto o olhar do público mudou. O cinismo e a linguagem dupla são cada vez menos admitidos, devido nomeadamente, ao nível cultural do público, que continua a aumentar, e à cultura crítica trazida pelos média. Mas a terceira dificuldade, relativa às relações do público com os jornalistas não é menos real, apesar de ser menos visível. Estes transformam-se em cavaleiros brancos da verdade, mas o público não é cego. Simplesmente não se manifesta. Deste ponto de vista, o conluio, prejudicial para a democracia, entre certos jornalistas e os magistrados deve ser questionado. Nem os magistrados, nem os jornalistas podem estar acima da lei. E a tentação de se apresentar como últimos redutos da verdade e da justiça contra políticos necessariamente suspeitos — à revelia, aliás, dos dirigentes dos grandes grupos industriais —, coloca problemas consideráveis. Em primeiro lugar, de desvalorização dos que são confrontados com a acção e com a responsabilidade. Depois de desconfiança em relação a qualquer autoridade. Por fim, de deslocamentos progressivos no sentido de duas ideias aparentemente sedutoras mas, afinal, perigosas: a imprensa como quarto poder e o governo dos juizes.

As três dificuldades da política moderna são, pois: um acréscimo da esfera política, acompanhado de uma maior dificuldade de acção; uma visibilidade acrescida da política, que conduz a uma espécie de inversão da relação de forças a favor dos média; um público cada vez mais aguerrido, mas desprovido de meios de acção ou, até, de meios para exprimir o seu rancor. Cuidado com o público quando ele sair da sua espiral do silêncio...

BIBLIOGRAFIA

capítulo 7

- AKOUN A., La Communication démocratique et son destin, Paris, PUF, 1994.
- BOUDON R., "Petite sociologie de l'incommunication", Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public", Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- BOURRICAUD R., L'Individualisme institutionnel. Ensaio sobre T. Parsons, Paris, PUF, 1977.
- BOUVIER A., L'Argumentation philosophique, Étude de sociologie cognitive, Paris, PUF, 1995.
- COLLIOT-THÉLÈNE C., Le Désenchantement de l'État. De Hegel à Max Weber, Paris, Éd. de Minuit, 1992.
- DESROSIERES A., "Masses, individus, moyennes: la statistique sociale au XIXè siècle", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. du CNRS, 1988.
- DUMONT L., Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne, Paris, Seuil, 1983.
- DUPRÉEL E., "Y a-t-il une foule diffuse?", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. du CNRS, 1988.
- EHRENBERG A., L'Individu incertain, Paris, Calmann-Lévy 1995.
- GALLINI C., "Scipio Sighele et la foule délinquante", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. du CNRS, 1988.
- GINGRAS A.-M., "L'impact des Communications sur les pratiques politiques", Communication et politique, Hermès, n.os 17-18, Paris, Éd. do CNRS, 1995.
- GINNEKEN J. van, "Les grandes lignes d'une histoire culturelle de la psychologie politique", Individus et Politique, Hermès, n.os 5-6, Paris, Éd. do CNRS, 1989.
- GUILLEBAUD J.-C., La Trahison des lumières. Enquête sur le désarroi contemporain, Paris, Seuil, col. "Fiction et Cie.", 1995.
- KELSEN H., "La notion d'Etat et la psychologie sociale", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. do CNRS, 1988.
- KORNHAUSER W., "Société de masse et ordre démocratique", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. do CNRS, 1988.
- LEFORT C., L'invention démocratique, Paris, Fayard, 1981.
- MACHEREY P., "Figures de l'Homme d'en bas", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. do CNRS, 1988.

- MEYER M., Questions de rhétorique, Paris, Le Livre de poche, col. "Essais", Paris, 1993.
- PARODI J.-L., "Ce que tu es parle si fort qu'on n'entend plus ce que tu dis", Hermès, n.º 4, "Le nouvel Espace public" Paris, Éd. do CNRS, 1989.
- PEYREFITTE A., La Société de confiance, Paris, Odile Jacob, 1995.
- REYNIE D., "Le nombre dans la politique moderne", Hermès, n.º 4, "Le nouvel Espace public", Paris, Éd. do CNRS, 1989.
- ROSANVALLON P. (sob direcção de), La Pensée politique, t.1 "Situations de la démocratie", Paris, Hautes Études/ Gallimard/Seuil, 1993.
- SLAMA A.-G., L'Angélisme exterminateur. Essai sur l'ordre moral contemporain, Paris, Grasset, col. "Pluriel", 1995.
- STOETZEL J., "Les comportements dans les foules", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. do CNRS, 1988.
- TCHAKHOTINE S., "Le symbolisme et la propagande politique", Masses et politique, Hermès, n.º 2, Paris, Éd. do CNRS, 1988.
- WATZLAWICK P., La Réalité de la réalité. Confusion, désinformation, communication, Paris, Seuil, 1978.
- WOLTON D., "Les médias, maillon faible de la communication politique", Hermès, n.º 4, "Le nouvel Espace public", Paris, Éd. do CNRS, 1989.
- ZYBERBERG J. (sob a direcção de), Masses et Post-Modernité, Paris, Méridien-Klincksieck, 1986.

CAPÍTULO 8

O ESPAÇO PÚBLICO

Ampliar o espaço público ⁽¹⁾ (cuja definição se encontra no glossário) tem sido um objectivo constante, mas até que ponto pode haver publicitação e discussão contraditória dos assuntos da cidade? Até que ponto as condicionantes da racionalização e, necessariamente, de polarização, indispensáveis a uma discussão colectiva de problemas de diferentes naturezas são compatíveis com a complexidade social e cultural? Até que ponto será possível o ideal democrático que visa favorecer o diálogo sem conduzir a uma espécie de coabitação burocratizada de interesses contraditórios? A questão dos limites do espaço público é nova, uma vez que, até uma data recente, o processo consistia, pelo contrário, em querer ampliar essa esfera pública, em recusar o segredo e em favorecer a informação. A ideia consiste em reintroduzir o heterogéneo, as diferenças e não em alargar a transparência. Por outras palavras, pensar os limites do espaço público para salvar este conceito essencial.

I. A fronteira público-privado

É um problema considerável que tem sido objecto de confrontos culturais e políticos de uma violência inusitada desde o século XVII. Lentamente, a filosofia, a antropologia e a sociologia trazem a lume os conflitos e as relações de força que atravessaram esta batalha violenta.

Não se trata, aqui, de retomar os termos do debate mas, simplesmente, de colocar a questão na perspectiva sincrónica. A vitória da categoria público

¹ Acerca da definição e das características do espaço público contemporâneo, veja-se o glossário, bem como J. Habermas, *L'espace public*, Paris, Payot, 1986; Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public", Paris, Éd. du CNRS, 1989; Hermès, n.os 5-6, "Individus et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1990; Hermès, n.º 10, "Espaces publics, traditions et communautés", Paris, Éd. du CNRS, 1992; Hermès n.os 11-12, "À la recherche du public, réception, télévision, médias", Paris, Éd. du CNRS, 1993; Hermès, n.os 13-14, "Espaces publics en images", Paris, Éd. du CNRS, 1994.

mistura três factores. Em primeiro lugar, o factor político ligado ao movimento a favor da democracia que, há mais de um século, identifica a emancipação com a luta contra um espaço privado dominado por valores morais e religiosos. Depois, o factor social: os formidáveis movimentos sociais que se produziram, em cem anos, com o êxodo rural, a urbanização e a transformação dos modos de vida, transformaram as fronteiras entre estas duas categorias. Por fim, o factor cultural, em que se misturam a ideia de emancipação e a generalização da comunicação e que favorece uma certa abertura. A socialização crescente da vida pública, a multiplicação das políticas da família e, depois, das políticas sanitárias por fim, o profundo movimento de libertação da mulher, acompanhado pela evolução dos média, que contribuíram para que seja possível "falar de tudo", modificaram radicalmente as fronteiras entre público e privado, recusaram os territórios do secreto, favoreceram a tomada da palavra e facilitaram essa realidade, hoje em dia tão banal, mas impensável há cinquenta anos: fala-se de tudo na praça pública. Tudo se pode dizer e discutir, sem tabus, incluindo sobre a sexualidade e a religião que foram, durante muito tempo, os últimos bastiões do território privado. Até que ponto pode o público prevalecer sobre o privado? Se a tomada da palavra pública sobre questões privadas esteve ligada ao movimento de emancipação, o preço a pagar foi o modo como esta se organiza. Um modo racional, laico e político. O reconhecimento, depois de muitas lutas, da "pessoa", passou por uma batalha encarniçada pelos direitos do indivíduo que misturavam vida privada e vida pública (duração do trabalho, escola, saúde, educação, reforma...). A condição e o preço a pagar por esta batalha foram a laicização e a politização dos vocabulários. O resultado? Hoje, qualquer defesa da esfera pública remete para a ideia de emancipação e, qualquer defesa da vida privada para uma concepção "conservadora". Esta distinção deixa de fazer sentido a partir do momento em que as categorias "públicas" ganharam e começam a aparecer novos problemas, ligados à procriação médica assistida, ou ao estatuto do embrião. Para começar, o que está em jogo por exemplo, nos confins da vida, não pode ser evocado através dessas categorias políticas. A mudança consistirá em abandonar esse vocabulário dicotómico para abordar, de outro modo, a complicada problemática da relação público-privado nas sociedades onde domina a publicidade, no sentido etimológico. O vocabulário público, social e político, já não pode ser o único modo de qualificação e de descrição das realidades "privadas", sob pena de suscitar um real empobrecimento. É este o risco principal.

Para além das questões antropológicas e ontológicas, defender a fronteira público-privado é afirmar o direito à coexistência, sem hierarquia de referências diferentes. Preservar esta distinção é, antes de mais, admitir a multiplicidade dos discursos, sem receio de que uma maior tolerância para com os discursos morais, espiritualistas

e religiosos provoque um "regresso à Idade Média"... Por outras palavras, preservar a função de debate, inerente ao espaço público, obriga, hoje em dia, a reintroduzir no seu seio vocabulários e referências que foram excluídos dele devido aos confrontos ideológicos do passado e a admitir, lado a lado com estes, a presença de outros códigos simbólicos e de linguagem. Os outros sistemas de interpretação e os antigos valores não são "demais" para abordar os novos problemas da sociedade, muitos dos quais têm que ver com a definição da vida, da morte e da liberdade individual. As sociedades laicas, igualitárias, individualistas e de massas são confrontadas com contradições para as quais faltam, dramaticamente, os utensílios conceptuais. E, salvação de uma das aquisições do modelo democrático, a saber, a capacidade de deliberação, passa pela coexistência com outros sistemas de referência e de valores.

Resumindo, o espaço público não pode ser o único lugar onde pensar a legitimidade da sociedade democrática. Esta tinha conseguido circunscrever ao espaço público as principais categorias de vocabulário e de referências para pensar a sociedade moderna; a sobrevivência do modelo requiere uma reabertura desse espaço a outros sistemas de valores. Um exemplo: o debate acerca da definição da vida e da pessoa. São, por um lado, evidentemente, os conceitos essenciais de liberdade, de pessoa, de ética, de regra, de convenção e, por outro, os progressos do conhecimento do genoma e da célula, em neurobiologia, que vão obrigar a uma redefinição da vida e da consciência. A complexidades destes problemas, onde as categorias filosóficas, religiosas e sociais se vêem como que ao telescópio vai, por ricochete, acarretar uma reflexão mais geral sobre as relações público-privado e sobre a categoria do privado. As reacções perceptíveis contra os excessos da socialização são factores favoráveis a um exame da maneira de pensar as relações público-privado. Como os progressos da biologia e da medicina o são no caso das ciências. É, talvez, a conjunção desses dois movimentos de naturezas diferentes o que permitirá uma retoma do debate teórico e normativo sobre as relações público-privado, na base de toda a problemática do espaço público.

II. Recriar as distâncias

O preço a pagar ao modelo da democracia foi uma certa racionalização das maneiras de pensar e de nomear os problemas da sociedade. E isto através da afirmação progressiva e conflitual de dois valores essenciais, a liberdade e a igualdade. Não existe espaço público sem liberdade e sem a igualdade dos indivíduos. As duas batalhas foram tanto mais difíceis quanto opuseram e opõem ainda, sistemas de pensamento e visões do mundo que podemos designar, para irmos mais depressa, a direita e a esquerda. Se a direita defende a liberdade, a esquerda, de há um século para cá, responde-lhe que não há liberdade sem igualdade. Foi o conceito de igualdade que se foi impondo progressivamente com a perspectiva, senão com a realidade, das sociedades individualistas de massas, a ponto de o modelo social-democrata, que é a sua tradução, se ter tornado o modelo social dominante na Europa. Mesmo nos regimes políticos conservadores. "Tenho o direito" é hoje em dia o conceito central das nossas sociedades, a ponto de ter eclipsado a problemática da liberdade, considerada como um dado adquirido, e a dos deveres, considerada muito menos importante. Quanto ao conceito de igualdade, passou para o vocabulário comum e pertence a todas as famílias políticas. O resultado é, evidentemente, uma imensa socialização dos vocabulários. A partir do momento em que as sociedades se desligaram de uma referência transcendente, foi necessário um vocabulário susceptível de dar conta dos factos sociais, pelo que eles são. E nesta batalha, onde a luta pelos conhecimentos foi contemporânea da democracia e do socialismo até, o vocabulário das ciências sociais, marcado pelo laicismo, pela racionalidade e pela igualdade, desempenhou um papel essencial. Houve, portanto, uma espécie de adequação entre o pensamento das ciências sociais e o vocabulário político. O elo é tanto mais visível quanto, durante muito tempo, as forças políticas conservadoras foram pouco favoráveis, ou mesmo hostis, às ciências sociais, enquanto, pelo contrário, as "forças do progresso" desejavam promovê-las. Portanto, se há uma palavra que caracteriza o funcionamento do espaço público, essa palavra é igualdade.

Porquê este desvio sobre a igualdade para compreender a necessidade das distâncias a introduzir no funcionamento do espaço público? Porque este excelente movimento a favor da igualdade reduz perigosamente, afinal, a legitimidade e o lugar das "distâncias". As distâncias são suspeitas. Ora, não há sociedade sem distância. Mas, hoje em dia, num contexto dominado pelo paradigma da igualdade, reivindicar as distâncias é uma maneira indirecta de

justificar, de reabilitar até, a hierarquia, logo, de combater o ideal da igualdade. Aliás, os trabalhos de filosofia política e antropológica acerca do assunto são pouco numerosos. É esta consequência lógica, mas diabólica, que deveria ser interrogada. Admitir que o conceito de democracia de massas só pode subsistir na condição de preservar as distâncias entre as experiências, os vocabulários, os símbolos. Mas isso pressupõe uma verdadeira revolução mental, a mesma que visa a interrogar os efeitos de nivelamento operados pela sociedade igualitária. É a equação reivindicação das distâncias como sinónimo de visão conservadora e hierárquica da sociedade que é preciso conseguir criticar. Assim como é preciso admitir que, reivindicar o direito às diferenças também não conduz, forçosamente, ao diferencialismo, a pôr em causa o universalismo ou à instauração de um modelo da sociedade "politicamente correcto". A escolha para o espaço público? Continuar a ser o local dos debates, dos valores contraditórios ou tornar-se progressivamente o espaço da materialização dos valores igualitários, racionais, democráticos. Como foi em nome da igualdade de pontos de vista que o espaço público pôde constituir-se, o risco, é evidentemente, que essa condição normativa de partida se torne, muito simplesmente, a norma ideológica ou até a lei e a ordem. É um pouco o que já acontece. Coitado de quem, nas nossas sociedades, não pense de maneira laica, científica, racional, igualitária. Este facto explica a necessidade imperiosa de reintroduzir outros sistemas de valores, logo uma maior tolerância para com as categorias religiosas mas, também, científicas, médicas, estéticas. Não que estas categorias se oponham declaradamente aos valores dominantes no sistema democrático, mas não se reduzem a eles. A sua lógica é mais complexa do que a do espaço público democrático. Os padres são capazes de se exprimir publicamente e de debater, os cientistas de expor as grandes escolhas, os médicos de colocar os problemas sociais e humanos da saúde... Mas, simultaneamente, todos sabemos que o essencial do discurso religioso, científico, médico ou estético não se esgota nesta dimensão pública. Há outras origens, valores, referências e objectivos em cada um destes quatro discursos. E, a não ser que se tenha uma visão muito estreitamente sociológica da realidade, ninguém pode, com seriedade, reduzir o padre, o cientista, o médico, o artista e outros, ao discurso que eles sustentam dentro do espaço público. Mas a tolerância para com essa "outra dimensão do seu discurso" não é forte nas nossas sociedades democráticas.

Acha-se normal que os padres se ocupem dos pobres, o facto corresponde à definição "sociológica" do seu papel, mas tolera-se mal que emitam dogmas que contradigam o dogma laico, racional e democrático

dominante respeitante à vida, à família, à pessoa. E até a Igreja é tentada, para melhor se fazer compreender, a tornar o seu discurso mais sociológico, correndo o risco de ser totalmente absorvida por essa lógica e de deixar de poder defender o resto do seu sistema de valores e de interpretações, exterior ao paradigma sociológico dominante. Também não se suporta melhor que os cientistas, qualquer que seja o seu sector, venham sustentar, a propósito da atmosfera, da Terra, dos oceanos, do ambiente ou da sociedade, raciocínios opostos aos valores dominantes. Do mesmo modo, o médico não é ouvido quando se afasta da problemática actual da maneira de ver a vida e a morte.

Não se trata do conflito clássico, existente em todas as sociedades, entre os conhecimentos do momento e a resistência à inovação. Não, trata-se de uma rejeição mais violenta, que exclui os discursos e as visões do mundo que não correspondam aos discursos dominantes no espaço público laico e democrático. Este, ao triunfar, é ameaçado pela mesma derivada observada na primeira parte do livro a propósito da passagem da modernização à modernidade. Do mesmo modo que, quando a modernização triunfa, se arrisca a crispar-se em modernidade, também o espaço público se arrisca a suportar ainda menos os discursos que não tenham que ver com o sistema de valores dominante. Ou, por outras palavras: o preço a pagar pela constituição deste imenso espaço discursivo, acessível a todos e, principalmente, compreensível por todos foi, evidentemente, a racionalização e a redução do número de discursos e de referências. E foi assim que o objectivo democrático de reduzir as distâncias e as hierarquias conduziu a um espaço público onde o número de sistemas de valores e de referências em coabitação é demasiado estreito. Da igualdade ao conformismo e, depois, à standardização, vai só um passo. É o que ameaça hoje em dia o espaço público democrático, com a desvantagem suplementar de termos a sensação de que tudo se faz em nome da referência democrática. O número nem sempre tem razão, mesmo quando se trata de uma escolha democrática. E a grande dificuldade da sociedade actual consiste em encontrar o equilíbrio certo. Como evitar que a legitimidade concedida ao título do número se transforme em conformismo ou em dogmatismo? Trata-se de um velho problema já colocado por Tocqueville no século XIX mas que, com o alargamento da democracia assume ainda maior importância.

De facto há, hoje em dia, uma confusão entre espaço público, lugar de expressão e de meditação e lugar de hierarquização normativa. Esse espaço, vocacionado para receber todos os discursos emitidos publicamente e para assegurar a sua mediação, não tem — em teoria — vocação para se transformar num sistema normativo de hierarquização dos bons e dos maus

discursos. A questão consiste em saber se o espaço público deve permanecer um espaço de expressão e de mediação e, portanto, de conflitos, entre representações e símbolos contraditórios, ou se a legitimidade crescente do paradigma democrático reforça o tema do espaço público, como lugar de normatividade. O espaço público democrático não pode ser o juiz, e a palavra é escolhida propositadamente, do conjunto das situações sociais e culturais. Separar as ordens simbólicas e aceitar a existência de hierarquias entre as diferentes funções não vai contra o modelo democrático.

III. Espaço público contra comunidades parciais

A história do espaço público é a da passagem de um modelo de sociedade onde coabitam de maneira hierárquica diversas comunidades, a um modelo de sociedade onde as comunidades parciais perderam importância a favor desse espaço mais universal.

Por comunidade parcial ou restrita, devemos entender as comunidades religiosas, bem como as científicas, médicas, militares, artísticas... Em suma, todos os meios estruturados por regras e normas. Estas estão ligadas à adesão a um mesmo corpus de conhecimentos, no caso da religião; à definição da vida, da morte, à obrigação de cuidados, no caso da medicina... Quer dizer, comunidades definidas simultaneamente por regras estritas de funcionamento, por um sistema de autocontrolo e de autolegitimação e por regras de reconhecimento mútuo. Estas comunidades parciais são, evidentemente, muito antigas. Se algumas delas perderam o seu poder social, como as comunidades religiosas, outras, pelo contrário adquiriram, em dois séculos, uma legitimidade bem real, com a comunidade científica. Traduzem relações muito antigas com a realidade e, por vezes, mutuamente antagónicas.

Toda a História da sociedade moderna consistiu em reduzir o peso e a legitimidade destas comunidades parciais a favor do nascimento de um espaço público universal. Foi o que aconteceu, em nome da luta contra a influência política das religiões, com a separação dos poderes temporal e espiritual, a laicização do Estado e, finalmente, do poder. Depois, a partir do século XVIII, esta batalha transformou-se, em nome dos ideais da Revolução, a favor da constituição, lenta e difícil, de um espaço público como espaço de expressão e de deliberação dos cidadãos, livres e iguais de direitos. Tratou-se, a seguir, de integrar aí a ideia de justiça económica; por fim, a partir da segunda metade do século XIX, a batalha consistiu em querer reduzir as desigualdades sociais. A

própria ideia de espaço público é, pois, uma conquista contra os poderes dessas comunidades restritas, cuja autoridade ia, no passado, muito além das suas regras profissionais, uma vez que estas definiam morais, valores e hierarquias para a sociedade no seu conjunto. Aliás, a perda progressiva de autonomia e de poder destas comunidades fez-se a favor da consolidação e da ampliação do espaço público. Podemos mesmo dizer que os dois movimentos foram simultâneos, mas de sentido contrário. Houve portanto, sempre, uma relação de força entre estes dois conceitos, o de espaço público e o de comunidade parcial. Qual é, hoje em dia, o problema? A relação de forças inverteu-se de tal maneira que as comunidades restritas já não têm qualquer autonomia na gestão do seu sistema de referências e de símbolos, e estão cada vez mais submetidas às regras que regem o espaço público. Mas uma sociedade não pode assentar na legitimidade e na autoridade de um único sistema de valores, mesmo que se trate do sistema de valores democrático; e esta problemática não esgota o sentido de todas as actividades humanas, quer se trate da religião, da ciência, da arte militar, da medicina, das artes... O problema não é o direito à expressão de cada uma destas comunidades, mas sim o lugar atribuído a esses sistemas simbólicos heterogêneos em relação às regras democráticas dominantes no espaço público.

Há dois problemas teóricos diferentes, mas complementares, que resultam desta situação de hegemonia do espaço público democrático.

1) Em primeiro lugar, os riscos de uma sociedade sem mediação, ou seja, de uma "sociedade em directo". A sociedade do passado era a dos intermediários, mas a batalha democrática consistiu em lutar contra eles em nome da igualdade. Daqui resultou uma sociedade sem intermediários, onde os únicos princípios de hierarquia são os que se ligam ao saber e à eleição. Com exclusão de quaisquer outros. Vemos as conquistas democráticas, adivinhamos, igualmente, os excessos! Se, por um lado, os intermediários são suprimidos em nome da igualdade, os riscos de os ver regressar apoiados em valores muito mais "hierárquicos" são reais. Além disso, as sociedades têm necessidade de mediações de todo o tipo. Hoje em dia, as nossas sociedades precisam mais de mediação do que de mediatização. A mediatização não substitui a mediação humana ou seja, o conjunto dos contratos, ritos e códigos indispensáveis à comunicação social e à vida quotidiana. Quanto mais informação e comunicação houver, quanto mais transparência e imediatez, mais necessário se tornará introduzir mediações. Filtros cognitivos. É neste aspecto que o encontro dos dois movimentos de extensão da lógica do espaço

público, da informação e da comunicação é "diabólico". Reforça o movimento de racionalização quando seria necessário, pelo contrário, contrabalançar esse modelo de uma "sociedade em directo" por meio de mais intermediários. Por um lado, desvalorizam-se os intermediários, por outro, valoriza-se o "do it yourself" com a implementação de técnicas que permitem fazer tudo sozinho e em sua casa, através do computador, tanto no caso do trabalho como no da formação profissional, das relações com o banco, da educação e dos tempos livres... A consequência é que o indivíduo é livre, desembaraçado dos intermediários inúteis, mas está só perante o mundo e no quadro de redes acerca de cuja rigidez ninguém se questiona...

De repente, desliza-se facilmente da ideia de liberdade devida à ausência de intermediários, para a ideologia da imediatez. Tudo é público e imediato. Mas poderá existir uma sociedade que deixe o indivíduo, o cidadão, o trabalhador, o consumidor, só, sem intermediários, face ao mercado, ao Estado e à política? E, conseqüentemente, muito mais frágil?

Voltamos a encontrar aqui a questão das distâncias: já não há distância entre o próximo e o longínquo, tudo é "legal e democrático", num presente imediato. O risco é, evidentemente, o aumento de um duplo problema, o de uma homogeneização excessiva, ligada ao ruir das comunidades parciais e ao problema, complementar, de uma confusão dos sujeitos, ligados à sociedade apenas pelos fios do tecido democrático. Eis, sem dúvida, um dos problemas antropológicos mais complexos, que resulta do triunfo do modelo da sociedade democrática, dominado pelo espaço público.

Um dos efeitos paradoxais do modelo cultural de sociedade sem hierarquia, sem intermediários e em directo que emerge, é a valorização extrema do poder do perito. Trata-se aqui de um princípio de hierarquia muito mais difícil de contestar do que os outros, uma vez que assenta na legitimidade democrática do saber. Eis o paradoxo, do qual falarei na parte seguinte. A sociedade igualitária, individualista e sem intermediários reforça o poder do especialista, talvez um dos mais hierárquicos e menos contestados de hoje.

2) O segundo problema teórico ligado à hegemonia do espaço público democrático é o do estatuto do papel e do valor das comunidades restritas. Não só as comunidades parciais (arte, religião, ciência, medicina, exército) são portadoras, pela sua existência, de histórias mais antigas do que as da democracia, como os seus sistemas de valores e de referência não têm, na maioria das vezes, relação com o modelo dominante do espaço público laico e democrático. Ao fazê-lo, elas constituem outros tantos desvios que permitem

evitar os desgastes dessa sociedade em directo. Elas têm outros dois papéis essenciais. Preservar um princípio de hierarquia, não ligado ao sistema electivo e manter princípios de competência independentes do modelo democrático. Em suma, preservam as fontes da alteridade perante os valores democráticos. São, sem dúvida, o melhor reduto contra o aparecimento de outros princípios de mobilização: as seitas, as para-ciências ou as medicinas paralelas, cujo prestígio cresce proporcionalmente às dificuldades das igrejas, da ciência e da medicina. Por outras palavras, a valorização das comunidades parciais ligadas ao património cultural das nossas sociedades é, provavelmente, o melhor meio de evitar que a necessidade crescente de mediação e de locais para a realizar, favoreça o aumento de movimentos comunitários mais ou menos hostis ao espaço público democrático. A necessidade que tem o indivíduo de escapar às "solidões interactivas" reforça o desejo de aderir a comunidades. Se não se valorizam as comunidades parciais tradicionais, impôr-se-ão outras novas, mais radicais do que elas, e mais próximas de uma constestação do espaço público democrático. Reconhecer o papel central das comunidades restritas no espaço público democrático evita reduzir a ciência, a religião, a medicina, os costumes, o exército, a cultura e a escola a problemas de opinião. Sim, à democratização da sociedade; não, à igualdade dos saberes, das opiniões, dos símbolos e das representações, para além dos que se ligam ao exercício da legitimidade política. E não à sondagem como meio "universal" de acesso às representações, símbolos, crenças que relevam de outros sistemas cognitivos. Aliás, a generalização das sondagens no conjunto das práticas sociais, sobre o mesmo modelo que a sondagem política, contribui para esta ideologia da igualdade e do paradigma único. Em nome da "igualdade" da opinião pública fazem-se sondagens sobre o primeiro ministro, o Papa, a contracepção, as "vacas loucas", a conquista do espaço, a homossexualidade, o casamento dos padres, as manipulações genéticas... Encontramos, de novo, o problema com que é confrontada a democracia de massas: a confusão dos planos em matéria de igualdade. A igualdade política e a referência igualitária, visíveis na maioria das esferas sociais, não fundam, por tão pouco, um conceito de igualdade válido para todas as práticas sociais, em todos os espaços cognitivos. Colocar esse problema não significa aderir a um modelo antigo, hierárquico, nem ser nostálgico do passado. É, muito simplesmente, sublinhar uma das contradições principais do espaço público triunfante.

Por outras palavras, é essencial valorizar o papel e a legitimidade das comunidades parciais; elas são um complemento normativo indispensável. Quanto a crer que estas comunidades poderiam pôr em perigo os valores

democráticos, é confiar pouco no triunfo desses valores... Por outras palavras, é o próprio triunfo do espaço público alargado e mediatizado que comanda a revalorização do lugar e do valor dos outros espaços simbólicos e culturais das comunidades parciais. É a maneira que tem a democracia de massas de caminhar sobre ambas as pernas.

Se a relação de forças se tornasse demasiadamente desfavorável às comunidades restritas, talvez algumas abandonassem as suas referências universais para se fecharem e aderirem então à lógica do ecumenismo comunitário. Existe um risco real de empobrecimento simbólico do espaço público democrático mediatizado; e, se queremos salvar esse conceito, essencial à democracia, é preciso limitar-lhe a extensão sobre o modo político, racional e laico. Limitar-lhe a extensão também é devolver o lugar e a legitimidade aos outros sistemas de valores, para evitar um certo empobrecimento da esfera pública. Em suma, recriar distâncias quando o movimento democrático dos últimos dois séculos se esforçou por reduzi-las.

BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO 8

- ARCY F., (sob a direcção de), La Représentation, Paris, Economica, 1985.
- BADIE B., Culture et politique, Paris, Economica, 1990.
- BALANDIER G., Le Pouvoir sur scènes, Paris, Balland, 1992.
- BERGER P. e LUCKMANN Th., La Construction sociale de la réalité, Paris, Méridien-Klincksieck (trad.), 1986.
- BERGOUNIOUX A. e GRUNBERG G., L'Utopie à l'épreuve: le socialisme européen au XXè siècle, Paris, Éd. de Fallois, 1996.
- BESNIER J.-M., Toqueville et la démocratie: égalité et liberté, Paris, Hatier, 1995.
- BOUDON R., La logique du social, Paris, Hachette, col. "Pluriel", 1979.
- C.U.R.A.P.P., La Société civile, Paris, PUF, 1986.
- CANETTI E., Masse et puissance, Paris, Gallimard (trad.), col. "Tel", 1966.
- DACHEUX E. e ROSSO R., La Communication entre associations et élus en Île-de-France. Étude de cas, Paris, Harmattan, 1996.
- DAHLGREN P., "L'espace public et les medias: une nouvelle ère?", Hermès, n.os 13-14, "Espaces publics en images" Paris, Éd. du CNRS, 1994.
- DEBRAY R., L'État séducteur: les révolutions médiologiques du pouvoir, Paris, Gallimard, 1993.
- DELMAS-MARTY M., Vers un droit commun de l'humanité. Entretien avec P. Petit, Paris, Seuil, 1996.
- ELIAS N., La Société des individus, Paris, Fayard, 1991.
- FINKIELKRAUT A., L'Humanité perdue, Paris, Seuil, 1996.
- FOUCAULT J.-B. de, La société privée de sens, Paris, Seuil, 1995.
- FRIEDBERG E., Le Pouvoir et la règle, Paris, Seuil, 1993.
- GAUCHET M., La Révolution des pouvoirs. La souveraineté, le peuple et les représentations 1789-1799, Paris, Gallimard, 1995.
- GAUTHIER G., "L'argumentation périphérique dans la communication politique: le cas de l'argument "ad hominem", Hermès, n.º 16, "Argumentation et rhétorique", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- HABERMAS J., L'Espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise, Paris, Payot, 1986.
- HAMMOND P., The Sacred in Secular Age, Berkeley, University of California Press, 1985.
- Hermès, n.os 13-14, "ESpaces publics en images" Paris, Éd. du CNRS, 1994.

- Hermès, n.os 15-16, "Argumentation et rhétorique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- MAFFESOLI M., Le Temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse, Paris, Méridien-Klincksieck, 1988.
- MANIN B., Principes du gouvernement représentatif, Paris, Calmann-Lévy, 1995.
- MARCUSE H., L'Homme unidimensionnel; étude sur l'idéologie de la société industrielle avancée, Paris, Ed. de Minuit, 1968.
- MERMET G., Démocrature, comment les médias transforment la démocratie, Paris, Aubier-Montaigne, 1987.
- MEYER-BISCH P. (sob direcção de), Les Droits culturels. Une catégorie sous-développée des droits de l'homme, Friburgo, Éditions de l'Université de Fribourg, 1993.
- MIÈGE B., "L'espace public: au-delà de la sphère politique" Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- NOËLLE-NEUMANN E., "La spirale du silence", Hermès, n.os 4, "Le Nouvel Espace public" Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- PAILLART I. (sob a direcção de), L'Espace public et l'emprise de la Communication, Grenoble, ELLUG, 1995.
- ROSANVALLON P., La Nouvelle Question sociale, Paris, Seuil, 1995.
- SLAMA A. G., La Régression démocratique, Paris, Fayard, 1995.
- TASSIN E., "Espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté et de la publicité", Hermès, n.º 10, "Espaces publics, traditions et communautés", Paris, Éd. du CNRS, 1992.
- TÉTU J.-F., "L'espace public local et ses médiations" Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- VÉRON E., "Interfaces", Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public" Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- VÉRON E., "Médiatization du politique: stratégies, acteurs et construction des collectifs", Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- WOLTON D., "Les contradictions de l'espace public médiatisé", Hermès, n.º 10, "Espaces publics, traditions et communautés", Paris, Éd. du CNRS, 1992.

CAPÍTULO 9

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA

I. As difíceis relações entre expressão, comunicação e acção

Historicamente, a longa batalha pela democracia consistiu em fazer reconhecer o elo existente entre expressão, comunicação e acção. Não há política democrática sem capacidade de expressão de opiniões e sem comunicação entre os agentes (¹). Hoje em dia, a comunicação política triunfa, mas é ambígua, à medida da definição que se encontra no glossário.

1) A legalização da liberdade de expressão facilita é certo, a circulação de um número incrível de opiniões de todo o tipo, mas estas não correspondem todas aos critérios da opinião esclarecida do cidadão. "Exprime-te", "Sê tu mesmo" que ouvimos tantas vezes na nossa cultura da liberdade, não têm muito que ver com a opinião elaborada da teoria democrática. A expressão não é a opinião construída e reflectida. Além disso, são sempre os mesmos meios que se exprimem enquanto outros ficam "frustrados de expressão"; as desigualdades nesta matéria continuam a ser relativamente fortes. Somos, então, confrontados com o problema seguinte: a liberdade favorece a expressão sobre a opinião razoável do cidadão do século XVIII, obrigando cada vez mais a comunicação política a gerir fluxos de opiniões de valores diferentes. Não existe uma solução simples para a questão da confusão entre expressão e opiniões, nem para a necessária regulação desses dois movimentos. É a descoberta da necessidade insatisfeita de expressão e de comunicação, perceptível por ocasião das crises, que permite entender a dificuldade que há em legislar nesta área. Além disso, uns e outros não entendem a mesma coisa por opinião. Para os jornalistas ela está ligada, antes de mais, à lógica do acontecimento; para o público trata-se, antes, de exprimir opiniões, e para os políticos é um elemento do seu jogo estratégico. Por outras

¹ Para a definição da comunicação política, ver o glossário. E para a problemática, ver os artigos: "Communication politique: construction d'un modèle" e "Les médias, maillon faible de la communication politique", *Hermès*, n.º 4, "Le Nouvel Espace public", Paris, Éd. du CNRS, 1989.

palavras, nenhum dos agentes dá o mesmo sentido ou tem a mesma expectativa acerca desta "expressão de opiniões", condição fundamental do funcionamento da comunicação política.

2) Se nos colocarmos agora, do lado daquilo que é tornado público, aparecem outros dois limites. O primeiro, diz respeito à qualidade das opiniões emitidas. O que se torna público nem sempre é o mais interessante. A publicidade, princípio essencial da teoria democrática, não é sinónimo de qualidade: o que é conhecido não é forçosamente importante e, em contrapartida, o que é importante nem sempre é conhecido. O segundo limite vem do facto de existir uma ligação directa entre liberdade de opinião e diversidade de opiniões emitidas. Na realidade, assistimos por uma espécie de efeito perverso a uma redução do número dos pontos de vista em debate. Por outras palavras, o número crescente de média não conduz, forçosamente, a um maior número de opiniões debatidas. Opera-se uma espécie de selecção, visando a eliminação das opiniões "desviadas" e conduzindo a um processo de empobrecimento, de forma nenhuma controlado, mas que se traduz pelo reforço de certas opiniões em detrimento de outras. É, evidentemente, toda a comunicação política que está desequilibrada.

3) O terceiro problema diz respeito ao aumento de poder da lógica do especialista, fenómeno em parte contraditório em relação ao paradigma da liberdade e da igualdade de opiniões, mas que se exprime pela necessidade de hierarquizar as opiniões que, de outro modo, se exprimem livremente e igualitariamente. O desenvolvimento da função do especialista é uma das respostas à pergunta seguinte: a quem dar a palavra quando as palavras são todas iguais? Os jornalistas também são confrontados com este considerável problema de escolha, ao qual respondem, em geral, de três modos. Dando a palavra àqueles que são "representativos", porque foram eleitos ou designados pelo seu organismo, dando-a àqueles que são competentes na sua área e, por fim, àqueles que "representam" bem o ponto de vista de "toda a gente". A palavra concedida ao cidadão comum do terceiro grupo é uma tradição antiga que assume, sem dúvida, um lugar cada vez mais significativo, sobretudo em tempos de crise, quando os média querem "dar a palavra" e permitir que cada um se exprima. Mas os seus limites são rapidamente visíveis.

Esta generalização da expressão na sociedade de comunicação coloca, portanto, dois problemas. Se toda a gente se exprime, quem ouve? A sociedade da expressão não é a sociedade da comunicação: pode haver tantos

esquizofrénicos como pessoas que se exprimem. Por um lado, a necessidade de uma palavra competente autorizada aumenta à medida que cresce o número daqueles que se exprimem. Por outras palavras, quanto mais expressão houver, mais necessidade de especialistas haverá. A comunicação política é, então, confrontada com a contradição seguinte: construída sobre um modelo de igualdade de expressão, favorece, afinal, os peritos e os especialistas. O recurso ao perito apresenta três "vantagens". Em primeiro lugar, uma reacção ao igualitarismo ambiente. O perito oferece alívio e competência quando a palavra pública nivela. É, depois, um processo de acordo com a lógica de "jurisdicisação" da sociedade. A sociedade democrática, onde todos têm direitos, transforma-se a pouco e pouco, infelizmente, num imenso tribunal onde cada qual, por meio de um advogado, se defende dos ataques que põem em causa a sua identidade e os seus interesses. Basta, para nos darmos conta deste desvio jurídico, observar a evolução da sociedade americana. Será a "guerra do Direito" um preço a pagar pela passagem da luta de classes à luta dos lugares? Em todo o caso, face à "juridicização" da sociedade, o especialista apresenta todas as garantias pois é, em toda a parte, um dos "pivots" desta lógica jurídica. Por fim, o perito é um meio de resolver a relação competência-poder, uma vez que, em princípio, não toma decisões. Na realidade, os elementos de decisão são, na maioria das vezes, tão complexos, que a análise dos peritos se torna muitas vezes a decisão, mas este processo lida com a ficção de uma independência da autoridade de decisão. O lugar do perito na comunicação política resolve, portanto, vários problemas: o saber e a competência, a hierarquia e a igualdade, a autoridade e o poder. E no entanto, o aumento do seu papel é o sintoma de uma crise da política. Este aumento de poder simboliza a questão da tecnicidade, que encontramos também junto dos altos funcionários, a tecnocracia, e que poderá no futuro atingir, do mesmo modo, os cientistas, quando lhes pedirem que se envolvam mais nas questões públicas. Em cinquenta anos, a tecnicização do poder conduziu à inversão da relação de forças. É, evidentemente, a função de arbitragem do político que está em causa, aliás como a obrigação, para todas as funções ligadas a uma especialização, de saber manter-se no seu lugar.

4) Falta ainda tratar um último problema, talvez mais difícil de resolver: o da distância entre a informação e a acção. Nos últimos dois séculos o modelo democrático construiu-se em função deste elo estrutural: a informação é a condição da acção, permite ao cidadão compreender o mundo, ter uma opinião acerca dele, para depois agir através do voto. É em nome deste elo normativo

que as batalhas pela liberdade de informação foram, e ainda são, levadas a cabo no mundo. A liberdade de informação é a condição do estatuto do cidadão. Hoje em dia, a desproporção estabelece-se entre os dois: o cidadão sabe tudo acerca de tudo. Como digo muitas vezes: o cidadão ocidental é um gigante em matéria de informação e um anão em matéria de acção. O alargamento da comunicação política a um número crescente de sujeitos torna mais visível esta contradição: de que serve saber tudo acerca de tudo se não posso fazer nada? Tanto mais que, na última metade de século, se desmoronaram as estruturas militantes, associativas, sindicais, políticas que davam, precisamente, ao cidadão, a sensação de poder agir. Este é literalmente invadido pela comunicação e está desarmado face à acção. O fim das solidariedades colectivas, com o desaparecimento das classes sociais e, depois, dos meios profissionais e das estruturas familiares alargadas, acentua esse sentimento de isolamento. O indivíduo está só face à sociedade. O seu único terreno de acção é o do consumo. Talvez numa ou duas gerações tenhamos dado a volta a isso... O problema central, para o futuro da democracia de massas, continua a ser o da acção política. No par comunicação-política, o mais frágil é, hoje, a política, como se viu no caso dos políticos e como voltamos a ver aqui, mais ainda, para o conjunto dos cidadãos.

II. A democracia de opinião: o triunfo ambíguo das sondagens e dos média

A lógica da especialização é apenas uma das maneiras de resolver a questão da hierarquia e do sentido a dar aos inúmeros fluxos de comunicação. A outra solução consiste pelo contrário, ousaria dizer, a levar até ao fim a lógica da opinião e a procurar estruturar nesta base a comunicação política e o espaço público. Vimos que a primeira, mais ainda do que a segunda, se vê confrontada com o difícil problema da escolha de quem fazer falar. O que coloca a questão da representação cujas vantagens e, sobretudo, cujos inconvenientes, ligados à técnica das sondagens, já evoquei acima: simplificação das opiniões expressas, que correspondem apenas ao primeiro nível da opinião; simplicidade das sondagens em relação à complexidade dos acontecimentos; desvio estrutural introduzido pelo facto de a sondagem ser, muitas vezes, uma encomenda comercial antes de ser um elemento de informação; dificuldade em delimitar o conteúdo e a importância das opiniões não expressas; hipótese de continuidade entre sondagem e voto...

Mas gostaria de retomar a questão do peso demasiado da lógica da opinião no modelo da comunicação política, não do ponto de vista de uma crítica das sondagens — que começa a ser feita —, mas da tentação de organizar um modelo político a partir da lei da opinião. É a referência ao tema da democracia da opinião ou democracia de deliberação. Esta é apresentada como uma etapa no aprofundamento do modelo democrático. Por um lado, considera como um dado adquirido a lógica da opinião pública e, por outro, integra o papel normativo dos média e das sondagens, os dois instrumentos privilegiados da opinião pública, para fazer deles o motor de uma nova comunicação política. Uma vez que o ideal da democracia é o regime da opinião, e que os meios de informação permitem que esta se estruture e se exprima através das sondagens, porque não resolver as contradições anteriores indo até ao fim do esquema democrático? Quer dizer, construindo uma verdadeira democracia da opinião, modelo acabado da democracia representativa.

De onde vem o tema recente da democracia do público e da democracia de opinião? Apareceu há cerca de vinte anos, por oposição aos modelos políticos centrados sobre o carácter primordial dos factores ideológicos. Falar de democracia de opinião era demarcar-se das teorias, influenciadas pelo marxismo, que insistiam sobre a dominação e a alienação e para as quais a mudança era, muitas vezes, sinónimo de "revolução". Ao valorizar a deliberação, marcava-se a escolha a favor de uma visão pluralista, democrática, da política. E foi, aliás, neste movimento que o conceito de espaço público foi revalorizado. A opinião ou as opiniões contra a luta de classes e a ideologia. Falar de "democracia do cidadão" era recordar a importância das ideias, dos argumentos, da discussão por oposição à dicotomia dominação-subversão. Na democracia de opinião há lugar para opiniões que mudam e que podem entrar em deliberação. Com as opiniões, discutimos, opomo-nos, não preparamos a guerra civil. De resto, a partir do final dos anos 80, com a aquisição definitiva da ideia de democracia pluralista, deu-se uma inversão. Para insistir no carácter aberto desta democracia pluralista, houve quem falasse de democracia de opinião. E fez-se o deslocamento: a democracia de opinião tornou-se uma outra maneira de sublinhar as escolhas individuais por oposição às escolhas colectivas. Era valorizar o indivíduo racional que, pela sua capacidade de julgar, é capaz de relativizar o quadro das ideologias e pode, assunto por assunto, ter a sua própria opinião. A ligação com as sondagens, que são precisamente o meio de conhecer as opiniões, aparece neste esquema.

A sondagem está, para a opinião, como a ideologia colectiva para um certo rosto do socialismo. Falar de democracia da opinião daria valor à capacidade crítica do indivíduo e para resistir aos determinismos. Ia de par com a descoberta do "voto volátil" ou seja, esse comportamento eleitoral não definido à partida pela escolha ideológica. Concretamente, os eleitores podem votar em função dos sujeitos, dos momentos e não apenas em função da sua escolha ideológica habitual. Tudo parecia, então, ir no mesmo sentido: o fim das grandes ideologias, a individualização dos comportamentos eleitorais, a independência em relação ao grupo, a capacidade de criar a sua própria opinião em função do contexto e dos problemas. Passou-se do indivíduo autónomo, senhor da sua opinião, ao eleitor estratega e racional.

Foi a conjunção destes factores que criou o êxito do tema da democracia de opinião, ou democracia deliberativa, ou democracia do público, conforme se insistir na opinião, na capacidade de discussão ou no público, por oposição à ideologia. Esta evolução é até, muitas vezes, apresentada como uma ruptura qualitativa. Alguns, como P. Rosanvallon falam de três modelos políticos. Antigamente, a democracia representativa, de que o Parlamento era o centro; depois, a democracia de participação, com os movimentos sociais e os sindicatos; hoje em dia, e no futuro próximo, a democracia de opinião, com os média e as sondagens. Passamos da escolha colectiva, centrada na ideologia, a uma escolha individual, centrada na informação. Depois dos partidos de massas e dos grandes comprometimentos, temos a democracia racional onde a inteligência do público obriga os homens políticos a um outro discurso e a uma outra acção. E reencontramos a valorização do indivíduo, da inteligência do público, do papel da comunicação. Em suma, três factores aos quais eu próprio adiro. No entanto, não tiro deles, necessariamente, as mesmas conclusões.

É certo que existe, incontestavelmente, um fundo de verdade nesta descrição, mas é demasiado cedo para a considerar definitiva. Principalmente, é preciso desconfiar da sedução oferecida por este modelo que resolve quase que por milagre o conflito entre duas lógicas antinómicas. Em primeiro lugar, a da opinião pública, decalcada sobre o sufrágio universal. Se o voto é um acto que permite passar da sondagem à realidade, a sondagem continua a ser um conceito, com a eterna questão: até que ponto é ela porta-voz da opinião pública? Depois, a do cidadão racional, que se assemelha de tal modo ao actor económico racional que a semelhança é perturbadora. A objecção principal tem que ver com a hipótese de continuidade entre as diferentes formas de racionalidade e de comportamento. Por exemplo, sabemos desde sempre que a economia é radicalmente diferente da política. Num caso, trata-se do

interesse, noutra de valores e, de qualquer modo, mesmo na lógica económica onde reina o interesse, encontra-se muito dificilmente o carácter racional do agente económico... A lógica do interesse nem sequer basta para o fazer agir racionalmente, a não ser nos manuais e nas teorias. Alguma vez se viu um agente decidir racionalmente, maximizando os seus interesses e minimizando os seus riscos? A fortiori, para a política, onde os valores e as paixões vencem os interesses. Há, pois, nesta "tradução" da suposta racionalidade do agente económico para uma racionalidade nova do agente político, mais do que wishfull thinking.

O problema é, então, o seguinte: alguma coisa está a mudar, lentamente, no modelo político, mas é demasiado cedo para saber se se trata do desaparecimento das grandes fracturas ou de uma simples reorganização ideológica conjuntural com incidência em duas décadas. O que é longo para uma biografia é muito breve para a História. Em todo o caso verifica-se um comportamento mais distanciado do cidadão. Toda a questão incide sobre a avaliação desta mudança e sobre o seu significado. Só uma minoria de analistas adere ao tema da democracia de opinião mas, como essa minoria, através das sondagens, dos comentários, dos jornais, de trabalhos de ciências políticas e de gabinetes de estudos está em contacto com os homens políticos, relativamente desorientados pela perda de pontos de referência, constata-se uma influência deste discurso. Além disso, ele dá a sensação de que alguma coisa está a mudar: há, finalmente, algo de novo em política, algo novo que combina, de maneira positiva, dados actuais: muita comunicação, sondagens, a importância da escolha individual, a independência das escolhas. Tudo o que está em concordância com as ideias do momento. Numa palavra, a ideia de democracia de opinião é "moderna" e síncrona com as mutações do momento. É inútil dizer, também, que ela agrada aos média e aos institutos de sondagens, porque os instala no centro deste novo modelo político.

Além disso, este modelo distingue-se de duas outras tendências vindas do outro lado do Atlântico, que se conjugam mal com a tradição do Velho Continente. A primeira tendência é a do politicamente correcto, que tende a estabelecer uma correlação e uma certa transparência entre estruturas socioculturais e comportamento político. A segunda tendência é o movimento comunitário, que também respeita a escolha individual, mas que é combinado com a lógica do grupo. Está mais em consonância com as características da sociedade norte-americana do que com as das sociedades antigas e complexas da Europa. Estas duas tradições não entram suficientemente em linha de conta com a interacção entre a escolha individual e a permanência das estruturas

ideológicas e sociais no seio do espaço público, como se verifica no modelo da deliberação. Este corresponde melhor à tradição europeia, onde sempre existiu um conflito entre as lógicas individualista e colectiva.

Em suma, no "mercado das ideias" a ideia de democracia do público seduz, porque leva a lógica do indivíduo, da opinião e da estratégia individual, até às últimas consequências.

Mas o problema consiste em saber até que ponto há continuidade entre as lógicas do consumidor, do agente económico e do cidadão. O facto de se tratar do mesmo indivíduo bastará para privilegiar o mesmo modelo e querer encontrar nele mecanismos idênticos? É certo que querer aproximar as lógicas económica e política legitima o modelo do agente económico racional livre e calculador, e conduz à existência de um único modelo. Mesmo os teóricos do individualismo metodológico, como R. Boudon, são mais prudentes acerca da continuidade dos comportamentos como, aliás, os filósofos ingleses do século XVIII, que não foram tão longe na hipótese desta continuidade, no indivíduo, entre os seus comportamentos económico e político. Sabemos já que a racionalidade nas relações custo-eficácia, objectivo-meios, nem sempre é o que anima o agente económico. Podemos assim, compreender facilmente que os desfasamentos são ainda mais claros quando o mesmo agente se comporta como cidadão... De qualquer modo, alguma vez se viu a política, sempre implicada em conflitos de valores, fazer-se sem paixões, sem arbitrariedades e sem mentiras? Também aí há uma adequação demasiado rápida entre o comportamento conjuntural, observado de há uns dez anos a esta parte, de um indivíduo que se liberta da escolha ideológica, a um modelo de teoria política que coloca precisamente no seu centro as mesmas categorias. Além disso encontramos, no caso da democracia de opinião, a mesma ambiguidade que no caso da opinião. O grande número nem sempre tem razão, a não ser no caso específico do voto. Uma democracia da opinião centrada sobre opiniões maioritárias, suscitaria mais do que inconvenientes. Não só a democracia de opinião dá uma importância demasiado grande à opinião, como estabelece uma ligação demasiado rápida e racional entre informação e opinião. Não existe ligação directa, como vimos, entre informação e verdade, por um lado e entre informação e opinião, por outro. As opiniões não são a origem sábia das informações reunidas e elaboradas. E as ideologias podem vir a fazer amanhã os mesmos estragos que fizeram ontem.

Há de facto, na adesão ao tema da democracia de opinião, uma aposta e uma hipótese. A aposta diz respeito ao fim das grandes infra-estruturas ideológico-culturais colectivas em proveito da escolha individual. A hipótese

consiste em acreditar que, se forem dados ao cidadão todos os meios de informação, através dos média e das sondagens, se resolve a contradição existente na sociedade individualista de massas entre a escala individual e a realidade colectiva. O tema da democracia do público lembra outras duas expressões que se impuseram, há cerca de duas décadas, para caracterizar fenómenos novos, mas das quais não há a certeza de que tragam, afinal, uma capacidade de compreensão superior. Trata-se, em primeiro lugar, do "voto volátil", expressão que caracteriza o voto cuja racionalidade não se compreende e que inverte as classificações habituais. Trata-se, depois, da expressão corrente "voto de protesto", para caracterizar o Partido Comunista Francês ou a Frente Nacional, muito simplesmente porque as categorias referenciadas não entram no credo liberal dominante. Apesar das aparências, falar de democracia do público ou de democracia de opinião talvez não seja mais esclarecedor do que falar de voto de protesto ou de voto volátil...

III. A crise da representação

O tema da democracia do público ilustra a crise do modelo político de comunicação, também ele ligado ao da representação política — que remete para o desfazamento existente entre a sociedade e a sua representação política.

No passado, as classes e camadas sociais reflectiam mais ou menos este tipo de representação socio-económica. Hoje em dia, esse fenómeno de delegação encontra-se confundido, porque as estruturas sociais também o estão. Há aí, portanto, um primeiro nível de indeterminação. O segundo, diz respeito ao elo entre as ideologias e os discursos dos actores. Antigamente, esse elo entre as diferentes ideologias de direita, de esquerda e os grupos sociais era suficientemente claro. Hoje em dia é mais difuso. É portanto, a este duplo nível essencial que se dá a crise da representação política.

Ela é, por este facto, em primeiro lugar, uma crise de representação social, no sentido em que as estruturas sociais e ideológicas são menos visíveis do que antes. Daí a preencher pela comunicação, ou seja, pela via das sondagens e dos média, o declínio de influência das ideologias e a falta de correspondência entre estruturas sociais e comportamentos políticos, vai apenas um passo. Tanto mais que o desmoronar das estruturas ideológicas

reforça, aparentemente, o reino da opinião pública, como o da informação e da comunicação.

Não é certo, e isso é um ponto importante, que essa lógica sociológica da informação e da comunicação resolva a "panne de representação" e, logo, da comunicação política. Há poucos estudos sobre a crise da representação e sobre a questão da representação em geral, para além dos trabalhos clássicos de ciência política, que não cobrem as dimensões antropológicas, sociológicas e filosóficas. Trata-se, todavia, de um dos conceitos essenciais da democracia. com efeito, o sufrágio universal generalizado, o final da relação entre estrutura social e ideologia, o desaparecimento relativo das estruturas sociais, o ruir dos grandes discursos ideológicos que asseguravam um mecanismo de representação, convidam à reflexão acerca da representação. Supondo, até, que média e sondagens assegurassem uma melhor visibilidade e, por outro lado, uma melhor passagem entre a esfera da sociedade e a da política, isso nada acrescentaria ao problema, mais fundamental, da falta de existência ou de visibilidade de princípios estruturais. Nada diz que a visibilidade das relações sociais baste para criar uma lógica política. As sondagens e os média não asseguram, forçosamente, uma melhor passagem da representação social à representação política do que, no passado, as classes sociais e as ideologias. A informação e a comunicação não podem ser o substituto das estruturas sociais e das visões do mundo. Por outras palavras, a sociologia do futuro, partindo do princípio de que seria visível através das sondagens e da comunicação, não é a política do futuro. Chegamos assim ao paradoxo seguinte: ontem, a comunicação empurrava e atropelava os sistemas de representação anteriores, para os suavizar e até para os contestar. Hoje em dia, apresenta-se como o motor possível de uma nova representação. Mas os progressos na representação, obtidos por meio de técnicas de comunicação, não bastam para organizar uma nova comunicação política.

A verdadeira dificuldade consiste em perceber que a maioria das palavras e conceitos oriundos da sociologia da comunicação (público, opinião pública) remetem mais para uma problemática sociocultural do que para uma lógica política, e que é difícil construir categorias políticas com conceitos socioculturais. O paradoxo tem que ver com o facto que serem os especialistas em questões políticas, tradicionalmente desconfiados em relação à sociologia, que introduzem hoje, com os média e com as sondagens, as palavras e as referências para tentar pensar a política actual. E é um sociólogo que recorda aos especialistas em política o limite da competência do discurso sociológico para pensar realidades políticas...

O resultado é a eliminação da violência histórica. Tudo se torna ajuizado; a política é reduzida à lógica do público e o vocabulário político aproxima-se do vocabulário económico e sociológico. E a opinião pública vê-se no centro da História, tornando-se quase o projecto da História. E eis o risco de inversão: se bem que a opinião pública seja um conceito central para identificar uma capacidade de reacção social e cultural a projectos políticos, não pode ser a força principal do espaço público. Sobretudo numa época onde já só se trata de discursos. No passado, numa sociedade violenta, o discursivo e a deliberação constituíam um progresso. Preferir as palavras aos murros era uma novidade radical. Mas hoje em dia a situação é diferente, uma vez que tudo é discursivo e deliberativo. A ruptura consistiria, antes, em introduzir a alteridade, no que respeita à capacidade de acção, e não no que diz respeito ao discurso.

Finalmente, esta crise da representação, que explica o êxito do tema da democracia de opinião, favorece o discurso de uma certa elite onde se incluem, novamente, altos funcionários, homens de comunicação e universitários. São indivíduos autónomos em relação às grandes estruturas sociais e ideológicas que conduzem "racionalmente" a sua opinião e para quem a política é um vasto campo de debate e de análise. Alguns, para justificar ainda mais essa "racionalização" da política, não hesitam em falar, apossando-se das palavras do vocabulário económico, do "mercado político" sobre o qual os agentes fazem as suas "ofertas" de programas e dos seus discursos, e a partir dos quais os cidadãos fazem as suas "escolhas". O perigo de uma tal visão é o de poder veicular um esquema falso da "racionalidade política" mas, também, valorizar o papel dessa categoria tão particular a que chamamos elite no funcionamento de sociedades complexas. Com efeito, quem estaria no centro de uma democracia de opinião e de deliberação? Quem tem naturalmente as capacidades simbólicas e cognitivas para decifrar as opiniões hierarquizá-las, interpretar os debates, animar e hierarquizar o espaço público? Quem, senão esta camada privilegiada que tem a possibilidade de nomear, de gerir e de argumentar em termos abstractos?

Mas não é pelo facto de dominarmos a deliberação que a deliberação passa a estar no centro da política... Ser capaz de rebater uma ideia após outra não basta para ter uma ideia correcta da realidade e, principalmente, não garante uma melhor acção. Bom exemplo de tropismo que descarta o facto de o centro da política continuar a ser o poder e a acção, muito mais difíceis de conseguir do que a análise e a deliberação. Hoje em dia, a moda da "deliberação racional" entre certos analistas não basta para fazer esquecer

que, num passado muito recente, os mesmos e outros caucionavam muito "racionalmente" as análises ideológicas e os regimes políticos mais discutíveis...

Esta visão ajuizada, discursiva e racional tem, enfim, um inconveniente: não impede de maneira nenhuma o aparecimento da violência histórica. Exemplos? Todos os conflitos de identidade, nacionalistas e religiosos que surgiram depois da queda do comunismo, a guerra na ex-Jugoslávia, o aparecimento do racismo, a fractura social duradoira nos países europeus e a incompreensão entre a Europa e o Médio Oriente depois da Guerra do Golfo, produziram-se, de modo inesperado, nos escassos trinta países ocidentais onde o funcionamento do espaço público é mais satisfatório. Estas tragédias surgiram em nações onde o "mercado das ideias" é mais livre e onde as sondagens dão conta, em tempo quase real, das evoluções de opinião. Então, porquê estes desfasamentos? Por que é que estas democracias de opinião super-informadas onde tudo é debatido à luz do dia, se encontram na mesma situação de imprevisibilidade e de fractura que a maioria das outras sociedades políticas que não beneficiam de uma tal "logística democrática"? Se é preciso tornar a política racional, para moderar as paixões e as violências da História, não é razão, como dizia R. Aron, para acreditarmos que a sociedade e a política são racionais...

Em conclusão, é preciso notar que o papel capital desempenhado hoje em dia pelo espaço público e pela comunicação política na democracia de massas não é isento de contradições. A primeira, é a ilusão da transparência que reporia, no centro, a lógica da especialização que, por sua vez, em nome da competência, reintroduziria a hierarquia. Por outras palavras, é necessário reafirmar os princípios de hierarquização, para evitar que outros mais dissimulados se imponham subrepticamente. Na mesma ordem de ideias, o modelo deliberativo arriscar-se-ia a reforçar ainda mais a autoridade das elites, em nome da competência e da argumentação racional. A segunda contradição diz respeito ao princípio de representação. Este também não é solução para os limites desta lógica da transparência e da comunicação, pois que instrumentaliza a representação das sondagens. Esta não resolve, aliás, o problema essencial, que é o da crise da representação política. Além disso, corre-se o risco de uma extensão sem limite da política. Tudo se torna político, em nome do progresso da democratização. O perigo, então, é o do fim da separação, indispensável, entre espaço público e sociedade civil.

A questão com a qual nos confrontamos, para o futuro do modelo da democracia de massas é a dos limites em relação a uma lógica da comunicação que invade progressivamente o campo político. Hoje em dia, o rei vai nu ou,

antes, essa transparência adquirida só resolve imperfeitamente a questão do poder na sociedade democrática. Neste equilíbrio sempre frágil entre comunicação e política, o desequilíbrio a favor do primeiro termo, na última metade do século obriga, pelo contrário, a uma reflexão teórica sobre a política e o poder. De facto, se a extensão da democratização, de que a comunicação é simultaneamente instrumento e símbolo permitiu resolver certas contradições, a lucidez e a modéstia obrigam a reconhecer os limites destas conquistas.

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 9

- BALIBAR E., Les Frontières de la démocratie, Paris, La Découverte, col. "Cahiers libres", 1992.
- BAUTIER R., De la rhétorique à la communication, Grenoble, PUG, 1994.
- BLANCHOT M., La Communauté inavouable, Paris, Éd. de Minuit, 1983.
- BOUDON R., "Sens et raisons: théorie de l'argumentation et sciences humaines", Hermès, n.º 16, "Argumentation et rhétorique II", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- C.U.R.A.P.P., La Communication politique, Paris, PUF, 1992.
- CAYROL R., La Nouvelle Communication politique. Essai politique, Paris, Seuil, 1986.
- DORNA A., "La psychologie politique: un carrefour pluridisciplinaire", Hermès, n.os 5-6, "Individus et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- FUMAROLI M., L'Âge de l'éloquence, Paris, Albin Michel, 1994.
- GAUTIER C., L'Invention de la société civile, Paris, PUF, 1993.
- GERSTLÉ J., La Communication politique, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 2652, 1992.
- GOSELIN A., "Les attributions causales dans la rhétorique politique", Hermès, n.º 16, "Argumentation et rhétorique II", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- GRIZÉ J.-B., "Argumentation et logique naturelle: convaincre et persuader", Hermès, n.º 15, "Argumentation et rhétorique I", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- HUNYADI M., La Vertu du conflit: por une morale de la médiation, Paris, Cerf, 1991.
- KATZ E., "L'héritage de Gabriel Tarde. Un paradigme pour la recherche sur l'opinion et la communication" Hermès, n.os 11-12, "À la recherche du public", Paris, Éd. du CNRS, 1993.
- L'Année sociologique, Argumentation dans les sciences sociales, vol. 44, Paris, PUF, 1994.
- L'Année sociologique, Argumentation dans les sciences sociales, vol. 45-I, Paris, PUF, 1995.
- LEBLANC G., "Du modèle judiciaire aux procès médiatiques", Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- LEMIEUX V., "Un modèle communicationnel de la politique" Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.

- LIVET P., "Médias et limitations de la communication", Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public" Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- MEYER M., "Problématologie et argumentation ou la philosophie à la rencontre du langage", Hermès, n.º 15, "Argumentation et rhétorique I", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- MEYER-BISCH P., La Culture démocratique: un défi pour les écoles, Paris, Unesco, col. "Culture de paix", 1995.
- MOUCHON J., "La communication présidentielle en quête de modèle", Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- NEVEU E., "Les émissions politiques à la télévision: les années 80 ou les impasses du spectacle politique", Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- NIMMO D. e SANDERS D., Handbook of Political Communication, Beverly Hills, Sage, 1981.
- PADIOLEAU J.-G., L'Ordre social. Principes d'analyse sociologique, Paris, L'Harmattan, 1986.
- SWANSON D. e NIMMO D., New Direction in Political Communication, Londres, Sage, 1990.
- TOURAINÉ A., "Communication politique et crise de la représentation" Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public" Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- VEYRAT-MASSON I., "Lesstereotypes nationaux et le rôle de la télévision", Hermès, n.os 5-6, "Individus et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- VIGNAUX G., "Des arguments aux discours. Vers un modèle cognitif des opérations et stratégies argumentatifs", Hermès, n.º 15, "Argumentation et rhétorique I", Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- VIGNAUX G., L'Argumentation. Essai d'une logique discursive, Genève, Droz, 1976.
- WINDISCH U., AMEY P. e GRÉTILLAT F., "Communication et argumentation politiques quotidiennes en démocratie directe", Hermès, n.º 16, "Argumentation et réthorique II" Paris, Éd. du CNRS, 1995.
- WINDISCH U., AMEY P. e GRÉTILLAT F., "L'argumentation politique: un phénomène social total. Pour une sociologie radicalement quotidienne", L'Année sociologique, Junho, 1995.
- WOLTON D., "La communication politique: construction d'un modèle", Hermès, n.º 4, "Le Nouvel Espace public", Paris, Éd. du CNRS, 1989.

WOLTON D., "Les contradictions de la communication politique"
"L'information", Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique", Paris,
Éd. du CNRS, 1995.

WOLTON D., "Le statut de la communication politique dans les démocraties de
masse. Ses rapports avec les médias et l'opinion publique", Crise et
modernisation, Paris, Éd. du CNRS, 1991.

QUARTA PARTE

INFORMAÇÃO E JORNALISMOINTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

TUDO SE COMPLICAA

Antigamente, o objectivo era simples: assegurar a liberdade de informação, a legitimidade da imprensa e do jornalismo constituía um combate na mesma linha do combate pela democracia, ambos iam a par através de lutas épicas, por vezes trágicas.

Foi preciso lutar para criar o estatuto de jornalista (1935 em França), sem o qual não pode existir imprensa autónoma: foi objecto de longas e numerosas batalhas em todos os países ocidentais no início do século XX. Hoje em dia, dois séculos mais tarde, o essencial foi conquistado. É certo que a liberdade política de informação nunca é "natural", uma vez que subsistirá sempre uma relação de força entre os agentes políticos e a imprensa mas, nos países ocidentais, a imprensa e a informação são legítimas. A imprensa soube fazer pressão muitas vezes, por intermédio da opinião pública, para obter do poder político aquilo que queria.

O combate está, pois, ganho e as contradições a resolver decorrem directamente de uma tripla vitória.

Vitória política: os jornalistas e a informação situam-se no centro de qualquer democracia e a realidade das relações de força não põe em causa estas conquistas. Vitória técnica: antigamente, fazer informação era uma actividade do foro da aventura. Hoje em dia tudo é, tecnicamente, possível. Os sistemas de produção e de transmissão permitem cobrir qualquer acontecimento de um lado ao outro do mundo e informar instantaneamente o resto do planeta. O sonho de saber tudo acerca de tudo, o mais rapidamente

possível, comunicando-o ao maior número possível de pessoas, tornou-se realidade. Vitória económica, por fim: a informação e a comunicação tornaram-se um dos sectores mais lucrativos das nossas economias. Mesmo se os jornais têm dificuldades financeiras, os semanários, a imprensa especializada, as estações de rádio e a televisão, pública ou privada, os grupos de comunicação, são sectores em expansão e a próxima aliança com a informática, a televisão e as telecomunicações é mesmo apresentada como a "chave do século XXI".

Porque motivo, então, se complica tudo? Porque a maior parte dos agentes continua a argumentar e a lutar entre si como se ainda estivesse no século passado, apesar de os obstáculos resultarem, não de uma falta de liberdade de informação mas, pelo contrário, da dificuldade em gerir o seu exercício. Os jornalistas pensam os problemas da informação com os olhos do passado; como se a liberdade de informação não fosse um dado adquirido; como se a relação de forças com o poder político ainda fosse frágil. As contradições não têm que ver com a falta de liberdade, mas sim com as dificuldades em não abusar dela: overdose de informação, erros ligados à concorrência desenfreada entre os média, falta de profissionalismo por parte dos jornalistas, ritmo demasiado rápido da produção da informação...

A imprensa, em vez de assumir uma certa autocritica ligada aos erros da sua própria vitória, age como se a sua existência legal ainda estivesse ameaçada. Apresenta-se frágil como em 1850, ao mesmo tempo que sucumbe às miragens do "quarto poder". Em vez de reconhecer que a técnica veio facilitar a produção de informação, os jornalistas continuam a evocar as complicações "técnicas" do ofício. Em vez de reconhecer que o problema, hoje, já não é a liberdade política da informação, mas sim o peso da economia e dos seus efeitos sobre a liberdade de informação, a imprensa persiste em batalhar no plano político e em perder, no campo económico, títulos, jornais, rádios e, no futuro, televisões e novos média, passando de um proprietário para outro ao sabor das concentrações e das fusões. Em vez de admitir que a dificuldade actual é o estatuto da informação num universo saturado de informação, a imprensa age como se a informação continuasse a ser um bem escasso. Em suma, em vez de olhar para a realidade do século XXI, pensa-se nas categorias do século XIX. Fala dos seus direitos para não ter que falar dos seus deveres, olha-se no retrovisor do passado para não reflectir sobre as obrigações associadas às suas vitórias.

É neste aspecto que tudo se complica para a imprensa ocidental. Avalia mal os desgastes que, década após década, estão no oposto do seu discurso. Não se apercebe do lento mas inexorável movimento de desafecção das

opiniões públicas a seu respeito. Os jornalistas consideram-se ainda paladinos da verdade no combate épico da informação do século passado e ignoram as contradições ligadas ao seu próprio poder. Querem esse poder, gozam-no e jogam com ele, mas não estão prontos nem a analisá-lo, nem a assumi-lo, nem a ser alvo de críticas a seu respeito, criando progressivamente uma distância em relação ao público (o qual é, contudo, a sua única fonte de legitimidade), mas cuja surda desilusão não querem escutar.

Há três exemplos que ilustram a mudança de escala e de natureza dos problemas.

Antigamente, as dificuldades de produção, de difusão e de recepção da informação davam origem a uma relação bastante simples entre o acontecimento, o facto e a informação. Entre a enorme quantidade dos acontecimentos quotidianos, os homens da imprensa seleccionavam certos factos significativos: a escassez da informação podia ser uma certa condição da sua qualidade. Pelo menos no plano normativo. Hoje em dia, tudo pode ser transformado em informação; já não há limites para a produção e para a difusão da informação. Mas é por isso que a saturação espreita. Até que ponto poderá o cidadão ocidental absorver tanta informação, a maioria da qual nem lhe interessa, nem lhe diz respeito? O limite está do lado da recepção.

Outro exemplo: antigamente, o caminho era simples: a informação simbolizava a luta contra o segredo, contra a mentira, contra o boato, pela verdade. Tinha que arrasar os seus adversários à medida que ia assegurando a sua vitória. Hoje em dia triunfou, mas o segredo, a mentira, o boato, continuam bem vivos! Desenvolveram-se à velocidade da informação. Esta, tanto favoreceu a verdade como propagou o segredo e a desinformação...

Terceira ruptura: o esquema universalista da informação ocidental fazia da "mundialização" o horizonte simultaneamente da democracia e da informação. Hoje em dia, a mundialização das técnicas e a constituição de grandes grupos de comunicação à escala mundial tornam possível a realização deste ideal. Mas a mundialização da informação já não tem muito que ver com o ideal de universalidade da informação ocidental.

A quarta parte deste livro analisa esta perturbação do ideal da informação e do jornalismo face ao aumento dos perigos e das contradições. Em ambos os casos, quer se trate dos limites da liberdade de informação ou do triunfo do jornalismo, assistimos à vingança da geografia. A informação e o jornalismo libertaram-se das condicionantes do tempo, mas esbarram com o segundo termo, o espaço. A mesma informação não tem o mesmo sentido segundo as áreas culturais e os sistemas simbólicos. A informação ocidental poderia até reivindicar esse universalismo, tanto mais que corresponderia ao domínio do Ocidente sobre o mundo. A partir do momento em que esta é contestada, o universalismo da informação também o é. A informação é, hoje em dia, confrontada com o relativismo histórico e geográfico. É no momento em que os valores democráticos, com o desmoronar do comunismo, parecem ter conquistado o mundo, que os princípios da informação universal do Ocidente se chocam com outros valores... Há um outro que nos recorda. Se o tempo está conquistado e até domesticado, com as novas tecnologias, a geografia não. Quanto mais mundial é a informação, mais essencial se torna a noção de ponto de vista. Ao negá-la, a informação ocidental arrisca-se a transformar-se em simples culturalismo, na caricatura, até, do ocidentalismo. Os capítulos X e XI examinam essa mudança da informação e da comunicação, do ideal à ideologia. O capítulo XII é consagrado às três crises do jornalismo. Este acha-se na situação paradoxal de nunca ter tido tanto prestígio — e mesmo legitimidade —, tendo-se tornado a profissão simbólica dos tempos modernos, como vemos nos romances, na televisão e no cinema, e de ser, ao mesmo tempo, silenciosa mas seriamente posto em causa.

A questão que se coloca é a de saber como salvar os valores de liberdade e de emancipação que estão subjacentes à história da luta pela informação e pela comunicação. A solução consistiria em fazer o contrário do que geralmente se faz. Abrandar, em vez de acelerar, organizar e racionalizar, em vez de aumentar os volumes da informação, introduzir intermediários, em vez de os suprimir, regulamentar, em vez de desregulamentar.

CAPÍTULO 10

ENTRE IDEAL E IDEOLOGIA

O ideal tornou-se caricatura: esta é, sem dúvida, a percepção que os cidadãos ocidentais têm, afinal, da informação e da comunicação. Sem que o mundo dos média tenha consciência dessa viragem. O público é menos admirativo, talvez menos cego do que o próprio mundo da comunicação.

Há cinco factos que são outros tantos sintomas, e que permitem compreender o desfasamento existente entre o discurso oficial e a realidade. Será, provavelmente, pela capacidade de tomar consciência disso que o indispensável aggiornamento será avaliado. O ângulo escolhido neste capítulo ilustra a linha teórica do livro. Há um sério desfasamento entre o ideal da informação e a realidade, mas também existe uma margem de manobra. Por outras palavras, o objectivo não consiste em denunciar o desfasamento existente entre o discurso normativo sustentado pelos jornalistas acerca de si próprios e o que mantêm acerca da informação. Consiste antes em reflectir sobre as condições a satisfazer para que, para além das contradições, o mundo da informação e da comunicação permaneça fiel aos valores que o fundamentam e que ele exhibe. É por esse motivo que este capítulo, consagrado aos cinco sintomas da crise, surge antes do estudo da informação e do jornalismo.

1) A confusão relativa à situação da imprensa nas democracias e nas ditaduras.

Quando se fala aos jornalistas de simplificação, de conformismo, de tirania do acontecimento, de ausência de distanciamento, de lógica de scoops, de efeitos perversos da concorrência, de falta de trabalho, de ausência de perspectiva da actualidade, de resistência ao conhecimento, do peso demasiado grande dado ao acontecimento sobre a análise, de excesso de narcisismo, respondem:

"Atenção! Se critica demasiado está a atentar contra a liberdade da imprensa e a dar crédito a todos aqueles que querem limitá-la. Denunciar o

excesso é fazer o jogo daqueles, e são numerosos neste mundo, que desejariam reduzir a frágil liberdade da informação." Põe-se assim, em pé de igualdade, a vontade ainda bem tímida de regulamentar melhor a profissão de jornalista, a deontologia da informação, os entraves à investigação... e os múltiplos atentados à liberdade de informação nas ditaduras. Toda a crítica da informação é encarada como uma caução dada aos inimigos da liberdade. Qualquer crítica aos jornalistas do Ocidente suscita a resposta seguinte: sabe quantos jornalistas morreram já desde o início do ano, em todo o mundo, no exercício da sua profissão? Como se houvesse alguma relação entre os dois factos. Como se os jornalistas mortos pela liberdade de informação em dezenas de ditaduras servissem de caução à vida, felizmente normal, das dezenas de milhares de jornalistas que trabalham nos países democráticos. Como se houvesse alguma relação entre a facilidade em produzir informação nestes últimos e a luta árdua, frequentemente trágica, travada nesses países para assegurar a mesma liberdade. Como se as dificuldades da informação e do jornalista nas ditaduras pudessem servir de caução à informação no Ocidente. Em suma, uma lógica de amálgama.

2) O segundo sintoma diz respeito à mudança de estatuto da informação na nossa sociedade.

A informação, que foi, no passado, apanágio da luta pela democracia está, hoje, omnipresente. Não só porque é indispensável ao funcionamento da sociedade complexa, mas também, porque todos os agentes, económicos, políticos, militares desejam comunicar. O resultado, em todo o caso, é que toda a gente se exprime e que o público tem cada vez mais dificuldade em fazer o ponto da situação. Como distinguir a informação ligada à imprensa, de milhares de outras informações, económicas, comerciais, institucionais, que circulam na sociedade? Distinção tanto mais difícil de fazer quanto todos os agentes manipulam a informação, utilizando a legitimidade da informação-imprensa para justificar a sua própria informação. Certos jornalistas-vedetas, ao aceitar dar a sua colaboração a este florescimento da informação institucional, contribuem afinal para baralhar as pistas. Resultado? As agências noticiosas, de comunicação e de relações públicas multiplicaram-se em trinta anos e estão omnipresentes junto dos grandes grupos industriais, comerciais e financeiros. As relações informação-verdade tornaram-se, então, mais complexas. Antigamente, nas sociedades fechadas e não democráticas, o segredo era a regra e as informações tinham muitas vezes o objectivo de fazer surgir a verdade. Mas hoje, quando toda a gente informa, a informação já não é

sinónimo de verdade, ainda que também não seja totalmente falsa. Está, muitas vezes, entre duas águas, obrigando a informação-imprensa a radicalizar-se na investigação, nas revelações, no desvendar de segredos, para se distinguir desse fluxo de informações que a macaqueia. Há uma segunda razão que torna difícil a relação entre informação e verdade. Nas sociedades contemporâneas, a maioria destes problemas já não se reduzem a oposições do tipo preto-branco, verdadeiro-falso. Não só a complexidade das situações económicas e institucionais, torna difícil a relação entre informação e verdade como, ainda por cima, a omnipresença da informação e da comunicação na estratégia dos agentes desloca o sentido da verdade. O paradoxo é que esta dupla evolução é, em grande parte, o resultado da luta pela publicidade, pela democracia... Mas complica imenso a noção de verdade, muito mais simples no passado, durante a batalha pela informação e pela democracia, nos séculos XVIII e XIX. Não só os jornalistas tem que se "distinguir" de todos aqueles que fazem informação e comunicação como, principalmente, o seu trabalho de inquérito passou a ser bastante mais difícil. Com efeito, é mais difícil desvendar e revelar quando tudo está já, aparentemente, à vista na praça pública! Mas, evidentemente, nem tudo está na praça pública e há hoje tantos segredos como antes, só que são mais difíceis de explicar. Assiste-se, então, a um deslocamento imperceptível de scoop, de acontecimentos, de segredos e de revelações. A informação-imprensa, para se distinguir, reforça uma lógica de "revelações", que sempre existiu na imprensa, mas cujo papel poderia ser menos importante com a subida geral do nível cultural e com o espírito crítico acrescido do público.

3) O terceiro sintoma desta mudança diz respeito ao estatuto desse meio da informação e da comunicação.

Hoje em dia é muito mais importante em número do que há cinquenta anos e os jornalistas, ao conviver quotidianamente com os publicitários, com os especialistas em comunicação, os especialistas em relações públicas, os conselheiros de todo o género, não se arriscam a perder a sua identidade mas, sim, a sua visibilidade! Ao mesmo tempo, os jornalistas são muito mais solicitados do que antes, uma vez que toda gente quer aceder ao espaço público. Vêm-se, então, simultaneamente banalizados, numa gigantesca lógica de comunicação, e valorizados, porque são eles que detêm o acesso ao espaço público através dos jornais, da rádio e da televisão. Numa sociedade aberta, não há ninguém que não queira aceder ao espaço público e, para isso, é preciso passar pelos jornalistas. Estes são os "passadores", que gerem o acesso

ao espaço público e que se tornaram "seleccionadores", para não dizer "censores" daquilo que deve ou não existir publicamente.

Há três fenómenos que se acumulam, então, para explicar o reforço da sua situação. Têm que se distinguir deste vasto meio da comunicação que faz, aparentemente, o mesmo ofício que eles e é controlando o acesso ao espaço público que assinalam a sua diferença. Hoje há muito mais mensagens e informações do que antes, o que obriga, de qualquer modo, a uma maior selecção daquilo que deve ou não ser tornado público. Enfim, na nossa sociedade aberta, o espaço público torna-se o principal lugar de visibilidade e, na maioria dos casos, infelizmente, de legitimidade. O resultado? Todos fazem pressão para estarem presentes nele reforçando, quase mecanicamente, o papel daqueles que guardam o seu acesso. Existem, pois, causas objectivas, independentes do comportamento dos jornalistas, que explicam o poder, aliás discutível, que estes detêm hoje na gestão do espaço público.

O meio da informação e da comunicação passou a ser o "maestro" que decide quem pode aceder ao espaço público. Com o efeito perverso bem conhecido do gargalo: os mediadores, para se protegerem das pressões que sofrem do exterior, autolegitimam-se e consideram as suas escolhas objectivas e justas. Confundem a luz que projectam sobre o mundo com a luz do mundo. Estão convencidos, e isto é verdade sobretudo para a elite jornalística, de que desempenham um papel essencial. O enorme sistema de comunicação das nossas sociedades chega, assim, ao resultado paradoxal de iluminar apenas um número muito limitado de problemas e de interlocutores. São, com efeito, sempre as mesmas personalidades políticas, culturais, científicas, religiosas e militares que se exprimem nos média. O pequeno círculo mediático ilumina com a sua luz o pequeno círculo daqueles que considera mais competentes para se exprimir. Os dois meios têm, assim, a ilusão de que só eles são representativos da realidade...

Isto tem três efeitos viciantes. O primeiro é o de seleccionar, mais do que abrir. O segundo é o de conceder uma legitimidade demasiado grande aos que fazem parte desse primeiro círculo. O terceiro é o de instaurar um sistema em que os seleccionadores e os seleccionados se protegem mutuamente. O mundo da informação e da comunicação beneficia de um prestígio muito maior do que os mundos da ciência, da economia, da religião... A cultura seduz muito menos que a comunicação, tanto mais que, com um pequeno esforço, o mundo da comunicação se apresenta como se fosse culto. E é tido por tal.

Um exemplo simples? A proporção crescente de livros escritos todos os anos pelo meio da imprensa. Se é verdade que sempre houve livros publicados

por jornalistas, também é um facto que o seu número era, antigamente, muito limitado. Hoje em dia, a proporção de romances, ensaios, testemunhos e visões do mundo escritos por gente vinda do meio da comunicação não pára de crescer. E como os seus autores são "conhecidos", os editores são muito menos exigentes em relação a eles do que em relação aos outros autores, pois têm a certeza de vender os livros e de obter "boas críticas" nos média. E como a rubrica "livros" nos jornais quotidianos e nos semanários, na rádio e na televisão, tem um lugar muito limitado, chega-se ao resultado paradoxal seguinte: as obras de que falam os média são geralmente as que foram escritas por gente que pertence ao próprio meio da comunicação... a luz que a comunicação faz incidir sobre certos planos da realidade transforma-se em legitimidade, reduzindo assim a curiosidade em relação a tudo o que se encontra fora do círculo. Sempre houve um "círculo de luz", a iluminar certos aspectos da realidade em detrimento de outros, mas mudou a legitimidade atribuída a esse círculo de luz, ou seja, ao meio da comunicação. Nos nossos dias, com a omnipresença da informação, dos valores da publicidade e da transparência, impôs-se a ideia implícita de que tudo o que é importante é visível. Quando nos apercebemos, para terminar, de que o mundo da comunicação lê apenas jornais e revistas, compreendemos de que maneira se reforça a ideia de que o que é público é legítimo. Instala-se uma ideia simples e falsa: a de que o que é importante é conhecido, logo mediatizado.

Os jornalistas não são os únicos responsáveis por esta situação, tanto mais que só uma minoria de entre eles beneficia dela mas, na medida em que, de um ponto de vista teórico, eles são os "passadores" do espaço público, compreende-se que beneficiem e que abusem, por vezes, dessa situação.

4) A quarta mudança diz respeito às relações entre informação e História.

A História sempre foi violenta e sangrenta mas há, no paradigma democrático, a hipótese de uma relação entre ignorância e violência. A violência seria aumentada pela ignorância e um dos fundamentos da informação seria o de reduzir a ignorância para limitar a violência. Isso foi verdadeiro durante muito tempo mas, hoje, a omnipresença da informação torna este esquema mais complexo. Há três factos recentes que provam os limites deste laço. O primeiro, diz respeito à experiência humanitária. O poderoso movimento que transformou, numa geração, as fronteiras tradicionais da acção política e que demonstrou que a coragem, a vontade de dar testemunho e de agir podiam erradicar a violência, foi ilustrado, durante

um certo tempo, pela fórmula célebre segundo a qual "se mata menos quando as câmaras estão presentes". Foi verdade durante cerca de vinte anos. Mas o jogo foi-se complicando. Da Somália ao Ruanda, passando pela Jugoslávia, sabemos hoje que ver, dizer, mostrar e testemunhar, não impedem a violência. As pessoas aprenderam a matar em frente das câmaras sem grande apreensão. De repente, uma das ideias mais fortes da associação humanitário-

-informação foi posta em causa. Isto não invalida, de modo nenhum, o esquema geral, mas complica-o. Em pouco tempo compreendemos que as ditaduras, inclusivamente a de Saddam Hussein no Iraque, aprendem a jogar com a informação e com a comunicação ocidental. Viu-se, e já foi esquecido depressa demais, durante a Guerra do Golfo. E principalmente, apercebemo-nos que, em muitas situações históricas, nada impede a violência. A Jugoslávia é um exemplo trágico. A informação, continuamente presente, não impediu nem a violência, nem a barbárie. É certo que não foi inútil, uma vez que contribuiu para fazer com que os governos agissem, apesar de estarem divididos quanto ao tipo de intervenção a levar a cabo. E, principalmente, facilitou a criação de tribunais internacionais contra os crimes de guerra. Mas todos sentimos, apesar de tudo, que a margem de manobra continua a ser pequena, que nada pode obrigar o cidadão a interessar-se pela informação se ele não o desejar. Ora, no dispositivo humanitário-informação, o público espectador ocidental tem um papel essencial, uma vez que é ele quem faz pressão sobre os governos para que ajam em situações de violência histórica. Mas não há meios para obrigar esse público a informar-se quando este decide virar as costas à informação. A decepção que, década após década, corre o risco de conquistar a opinião pública ocidental, pode ter efeitos determinantes, pois a indignação, no caso do humanitário, continua a ser o principal motor da acção política. É algo que se observa, a uma escala mais modesta, no empolamento dos grandes serões mediáticos destinados a reunir fundos para causas humanitárias ou científicas. A "elasticidade" da opinião pública ocidental — para retomar uma palavra do vocabulário económico — em relação às suas próprias misérias e às do mundo tem limites, dos quais é preciso ter consciência. Poderemos viver permanentemente sob o peso das desgraças do planeta, principalmente quando sabemos que não podemos fazer nada para as aliviar?

O segundo facto tem que ver com o estatuto da informação à escala internacional. Com as facilidades técnicas de uma informação mundial instantânea, é a própria relação entre informação e mundialização que está em causa. No passado, num mundo onde a informação era rara, esta podia

contribuir para aproximar os pontos de vista. Hoje em dia, com a instantaneidade da informação, o mundo está imediatamente presente; demasiadamente presente, depressa demais, sem mediação. Ao ponto de suscitar uma necessidade de afastamento. O cidadão ocidental, o único que assiste em directo às catástrofes planetárias, cansa-se dessa "responsabilidade mundial" que deveria ser a sua. A informação, que se supunha aproximá-lo do mundo, suscita nele um fenómeno de rejeição: "Antes a Corrèze que o Zambeze", segundo a célebre fórmula de R. Cartier. E a expressão é ainda mais verdadeira hoje do que antes, uma vez que, graças à informação e à comunicação, o Zambeze está tão presente como a Corrèze nas cozinhas e nas salas de jantar! A consequência? As condições a satisfazer para que esta informação mundial desempenhe o papel positivo que lhe desejamos, são muito mais difíceis. Numa palavra, seria preciso restabelecer a distância, nos casos em que ela é suprimida devido à eficácia técnica. Como reintroduzir uma distância para evitar a rejeição? Através do conhecimento. É através dele que se "cativa" o outro e que nos familiarizamos com ele. O resultado a que se chega é assim, paradoxal: o conhecimento, que exige sempre esforço, tempo e distanciamento para ler e compreender, torna-se o complemento indispensável para aceitar a imediatez do outro. A lentidão do conhecimento torna-se o meio de contrabalançar a velocidade da informação.

O terceiro facto diz respeito àquilo a que chamamos a ingerência mediática. Uma vez que saber tudo, imediatamente, parece uma solução demasiado simples para reduzir a violência da História, os média ocidentais reflectem sobre uma estratégia mais subtil, de ingerência mediática. Esta consiste em escolher as situações sobre as quais é possível pesar, a priori. Visar certas situações e fazer pressão torna-se mais eficaz do que agir. Mas, até que ponto podem as nações ocidentais sustentar, em certos países, a existência de "média independentes" ⁽¹⁾? Que deveremos entender por média independentes? Não existirá um risco de boomerang, afinal idêntico ao que acontece com as ONG (Organizações Não Governamentais) e com certas acções humanitárias, onde a lógica da comunicação ocupa um lugar crescente? Uma coisa é certa: a omnipresença dos média no plano internacional cria uma situação inédita na História, sobre a qual ainda não se reflectiu o suficiente e que não pode consistir em acreditar, como se pensou de boa-fé durante umas três décadas, que quanto mais média e informação houver, melhor. Até que ponto é que a mundialização dos média perturba, ou é um factor favorável do jogo eminentemente complexo das relações internacionais? As tentações de

¹ Segundo a terminologia da Unesco.

"diplomacia mediática" são, evidentemente perigosas, mas o simples facto de numerosos agentes da comunicação pensarem nisso é um indício desta ideia, corrente nos média ocidentais, de que é "normal" que intervenham nas relações internacionais. Também neste caso a Guerra do Golfo (²) deveria, pelo contrário, ter feito tomar consciência do perigo desta atitude. Mas como o conflito foi curto, aparentemente justo e ganho pelos Ocidentais, não constituiu para eles o sinal de alarme que deveria ter sido. Em suma, quanto mais importante for o lugar ocupado pelos média na cena internacional, maior será, para eles, a tentação de querer pesar sobre as relações entre os países. A questão está em saber até que ponto isso é possível, uma vez que sabemos agora que a realidade já não opõe a informação pura, honesta, ao serviço da verdade, à lógica política obscura e duvidosa.

5) O último sintoma da inversão da relação com a informação diz respeito à confiança do público.

Vimos que, na teoria democrática, essa confiança é a base da legitimidade jornalística. É porque os jornalistas têm a confiança do público — apreciação eminentemente qualitativa — que podem desempenhar o seu papel essencial de contra-poder. É devido a esta confiança que podem trabalhar. Se esta se desagrega, a sua autonomia em relação aos diferentes poderes desaparece. Ora, há cerca de duas décadas que esta confiança tem vindo a ser abalada, em quase todos os países, devido aos excessos da informação e da comunicação, directamente ligados às facilidades técnicas da produção de informação, às consequências da concorrência e ao factor, mais geral, da expansão do mundo da comunicação.

Os jornalistas aproveitam-se disso, mas o público vê a distância que vai dos discursos à realidade. Está consciente do desfasamento existente entre o discurso de neutralidade e as mil e uma maneiras através das quais os média se ligam, quanto mais não seja por meio de laços financeiros, aos múltiplos condicionalismos dos mundos industrial, financeiro e político. Se a História demonstra que a informação sempre esteve associada ao dinheiro, os laços entre ambos nunca foram tão fortes, nomeadamente devido ao desenvolvimento das diversas indústrias da comunicação e nunca antes a informação e a comunicação tiveram um papel tão importante na sociedade. O resultado, em todo o caso para o público, é que alguma coisa se quebrou no

² Para mais pormenores sobre o encadeamento dos factos, veja-se: War Game. L'Information et la guerre, Capítulo I, "La guerre du Golfe en direct" e capítulo IV, "La presse va plus vite que l'événement". Para a análise veja-se ibid., capítulo IX, "L'Information devant l'histoire et l'action" e o capítulo XI, "Les mutations culturelles".

"contrato de confiança" sem que os jornalistas se preocupem com isso. Já ninguém acredita "naturalmente" em nada. A informação e os jornalistas são facilmente postos em causa, mas o mundo da informação não tem consciência disso, porque os cidadãos não dizem nada e continuam a informar-se, num mercado florescente. Na verdade, a procura de informação aumenta e, simultaneamente, verificamos uma desconfiança crescente em relação à qualidade daqueles que informam. O que acontecerá à informação-imprensa, já marginalizada, num mundo onde circulam tantas informações de todo o tipo, se o público evolui para um cepticismo real em relação aos que a fabricam? É no momento em que a informação passou a ser, finalmente, instantânea, permitindo saber tudo acerca de tudo, que nos apercebemos da importância do ponto de bloqueio constituído pelo público. Se o receptor não dá a sua confiança ao jornalista, a informação perde grande parte do seu valor. Durante cinquenta anos houve tendência para "esquecer" o receptor, de tal modo essa confiança era tida como um dado adquirido e o grande problema, durante esse período, era melhorar a eficácia da informação. Hoje em dia esta é um dado adquirido, mas a confiança estiola...

A dificuldade que existe em discutir os desgastes sofridos pela informação com os jornalistas ilustra a resistência à lógica do conhecimento de que já falei no início do livro. Com efeito, estes não estão prontos a entender uma análise crítica, apesar de, contudo, a manejarem facilmente, e isto por duas razões. Face às pressões externas, o meio desenvolveu uma espécie de cultura de rejeição e de desconfiança para se proteger, uma vez que se trata de um meio frágil, sobre o qual pesam múltiplos lobbies. Por outro lado, o meio jornalístico não está habituado, contrariamente ao que afirma, a sofrer reprovações. E isto porque a maioria dos agentes que gostariam de aceder ao espaço público têm que passar pelo intermediário que os jornalistas constituem e não têm vontade de os desacreditar, com receio de verem barrado o seu acesso ao espaço público. Os jornalistas são, por esse facto, muito mais poupados a censuras, cortejados até, que criticados. O que não seria nada de surpreendente se os beneficiários de tanta solicitude não se tivessem habituado a isso e não suportassem tão mal as análises que vão contra esta prática dominante...

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 10

- BALLE F., Et si la presse n'existait pas..., Paris, Lattès, 1987.
- BAUDRILLARD A., La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu, Paris, Galilée, 1991.
- BRAUMAN R., L'Action humanitaire, Paris, Flammarion, col. "Dominos", 1995.
- BRAUMAN R., Somalie, le crime humanitaire, Paris, Arléa, 1993.
- CHAMPAGNE P., Faire l'opinion, Paris, Éd. de Minuit, 1990.
- CHARON J.-M., La Presse en France: de 1945 à nos jours, Paris, Seuil, 1991.
- CONSTANT B., De la liberté chez les modernes, Paris, Hachette, col. "Pluriel", 1980.
- DE JAUCOURT, "Article "Peuple"", excerto da Encyclopédie de Diderot, Hermès, n.º 2, "Masses et politique", Paris, Ed. du CNRS, 1988.
- DAHLGREN P., "Television Journalism as Catalyst", Hermès, n.os 11-12, "À la recherche du public, réception, télévision, médias", Éd. Du CNRS, 1992.
- DEBRAY R., Le Pouvoir intellectuel en France, Paris, Ramsay, 1979.
- EMMANUELLI X., Dernier Avis avant la fin du monde, Paris, Albin Michel, 1994.
- EMMANUELLI X., J'attends quelqu'un, Paris, Albin Michel, 1996.
- FARGE A., Dire et mal dire. L'opinion publique au XVIIIe siècle, Paris, Seuil, 1992.
- FERENCKZI T., L'Invention du journalisme en France, Paris, Plon, 1993.

222

- HALBERSTAM D., Le pouvoir est là, Paris, Fayard, 1979.
- JAUME L., Les Déclarations des droits de l'homme, 1789, 1793, 1848, 1946, Paris, Garnier-Flammarion, 1989.
- KOSELLEK R., Le Règne de la critique, Paris, Éd. de Minuit (trad.), 1979 (ed. original: 1959).
- LAZAR J., L'Opinion publique, Paris, Sirey, 1995.
- LE BON G., Psychologies des foules (1895), Paris, PUF, 1988.
- LIPPMANN W., Public Opinion, Nova Iorque, Mac Millan, 1922.
- MARTIN M., Histoire et médias, journalisme et journalistes français, 1950-1990, Paris, Albin Michel, reed. 1991.
- PADIOLEAU J.-G. (sob a direcção de), L'Opinion publique, Paris, Mouton, 1981.
- RAWLS J., Libéralisme politique, Paris, PUF (trad.), 1995.

SILVERSTONE R., "Televison, myth and Culture" in Carey J. W., Media, Myths and Narratives. Television and the Press, col. "Sage Annual Reviews of Communication Research", 15, Newbury Park, Sage, 1990.

CAPÍTULO 11

O FRÁGIL TRIUNFO DA INFORMAÇÃO

O ideal da informação perseguido desde o século XVIII, que consiste em saber tudo, imediatamente, para o comunicar a toda a gente, tornou-se uma realidade em menos de trinta anos, pelo menos nos países democráticos.

É evidente que não é possível saber tudo, imediatamente, acerca de tudo, mas o princípio é um dado adquirido. Mas é no momento em que o ideal se torna realidade que o sonho se quebra e isto, por dois motivos: a lógica da informação torna-se demasiado simples em relação à complexidade da História; as perturbações criadas pela informação aumentam tão depressa quanto a sua capacidade técnica. A descoberta destas três últimas décadas é amarga. O sonho de milhares de jornalistas, democratas e militantes de todo o tipo revela-se muito mais difícil, quando passa a estar inscrita nos factos. Por outras palavras, apesar das facilidades técnicas e dos consensos de que é objecto, a informação continua a ser tão frágil, hoje, como no passado, mas por motivos diferentes. Nunca é, afinal, dada mas, sim, conquistada e, geralmente, com esforço. O seu êxito aparente não deve, portanto, fazer esquecer que continua a ser um bem escasso e frágil. A informação, na encruzilhada dos valores políticos, das técnicas e do mercado ilustra essa estreita margem de manobra de que falei no início do livro, mas que é, apesar de tudo, possível preservar.

I. A pressão demasiado forte exercida pelos factos

Em trinta anos assistimos a um deslocamento cujos efeitos se vieram revelar, depois, prejudiciais. A vitória política da informação comutou-se num verdadeiro bombardeamento informativo pois, no mesmo espaço de tempo, a mudança técnica foi permitindo saber muitas coisas, rapidamente. A informação tornou-se omnipresente, confinando uma tirania do instante. Sabemos tudo, de todos os cantos do mundo, sem ter tempo de compreender,

ou de respirar e sem saber, afinal, o que predomina, se é o dever de informar, a loucura da concorrência ou o fascínio pelos meios técnicos, ou os três ao mesmo tempo.

O segundo factor explicativo desta pressão resulta do papel das guerras. Se as guerras não são períodos de liberdade para a informação dão, muitas vezes, ocasião a inovações técnicas ou, pelo menos, a proezas jornalísticas. Isso foi verdade no caso da Indochina, da Argélia, do Vietname, das Malvinas, da guerra do Golfo, da Jugoslávia... Os conflitos militares dão ocasião a um tratamento especial da informação, em que todos os problemas se colocam em dimensão real: eficácia técnica e censura, impossibilidade da parte dos jornalistas, apesar do discurso se situar acima dos campos envolvidos em nome da neutralidade do seu trabalho, efeitos perversos de imagens recebidas simultaneamente nos dois campos em guerra, desfasamento entre a capacidade de aceder à informação e a capacidade de agir, ilusão de julgar que tudo deve ser visível, com o seu corolário, a dúvida em relação a tudo o que não é mostrado... Até que ponto será o direito à informação compatível com os condicionalismos da guerra, logo da censura e da política? A partir de quando é que a mentira, o silêncio ou a autocensura se tornam parte integrante da informação?

O terceiro factor diz respeito às situações de crise social ou política. Elas últimas são, igualmente, reveladoras de uma outra contradição da informação triunfante. A cobertura muito mais rápida das crises não é, de maneira nenhuma, um factor da sua resolução. Antigamente, as crises surgiam, mas a lentidão da informação não permitia nem aos agentes, nem aos públicos, apreciar correctamente a situação. Hoje em dia passa-se o contrário. A informação "em directo" acerca das crises permite saber imediatamente, mas sem que isso contribua, forçosamente, para as explicar ou para as resolver melhor. Os factos esmagam tudo. A desestabilização que atinge os agentes, em caso de crise, afecta igualmente os média que se vêem, afinal, apanhados na maioria dos casos na mesma trepidação que os agentes, quando o seu papel deveria ser, pelo contrário, contemporizar e permitir, a uns e a outros, um certo distanciamento. De facto, os média não escapam à desordem que atinge os agentes, apesar de uma longa tradição jornalística da urgência e do acontecimento. Mas, como a experiência não se transmite — raramente são os jornalistas que seguiram uma crise a cobrir a seguinte —, a dramatização da informação amplifica a dramatização dos acontecimentos. A "comunicação de crise" nem sempre está à altura da missão de informação dos média e provoca, muitas vezes, uma "crise da comunicação".

Por outras palavras, os meios técnicos de que dispõem hoje em dia as redacções, que deveriam permitir-lhes reagir mais depressa, logo manter melhor a calma, não impedem, nem as confusões, nem as dramatizações, nem os erros, nem os atrasos e os contra-sensos na produção da informação de crise. Porquê? Porque o desfasamento existente entre a eficácia dos meios técnicos e a dificuldade em analisar e em reagir em directo é ainda mais nítido. A eficácia dos meios esbarra com a incapacidade de análise em directo. A informação imediata não é mais fácil de fazer do que antigamente, quando os meios técnicos eram mais rudimentares, uma vez que o mais difícil continua a ser a análise e não a cobertura do acontecimento. É um facto que tudo se passa em directo, mas em desordem. O directo não é sinónimo de verdade, e o sentido é ainda mais difícil de determinar quando nos colamos aos acontecimentos. Por outras palavras, a informação requer distância. A distância, ou seja aquilo contra o que, precisamente, os jornalistas lutaram durante mais de um século, para fazerem uma informação que estivesse o mais perto possível dos factos. O resultado é paradoxal: quanto mais em directo se está, mais necessário se torna voltar a introduzir o recuo.

Os limites da informação em directo, em tempo de guerra ou de crise são, pois, o revelador do problema mais geral da qualidade da informação. Não "sabemos necessariamente mais, hoje" que ontem, muito simplesmente porque a informação não se reduz ao relato do acontecimento. Se é possível ver tudo, é impossível tudo compreender. A aventura já não é o acesso ao acontecimento mas, sim, a sua compreensão. Demasiada informação mata os factos e a sua compreensão. Este é o resultado paradoxal da vitória do paradigma da informação: o acontecimento satura a informação. Ou melhor, a informação, em vez de ser a escolha entre diversos acontecimentos, torna-se, simplesmente, a sua soma.

O facto estrutural mais importante para compreender a crise da informação é, portanto, o peso exagerado do acontecimento em relação à compreensão da realidade. A informação passou a ser um fluxo contínuo, sempre mais dramático e dramatizado sem que, por esse facto, se vejam melhor os factores de compreensão. Assoberbada por uma mescla de acontecimentos, de boatos, de opiniões, de comentários, a informação constitui um dilúvio ao qual o espectador tem dificuldade em se subtrair. Por outras palavras, quanto mais acontecimentos houver, menos a informação se pode reduzir ao relato dos factos, tanto mais interpretações exige.

II. Informação: uma pirâmide ao contrário

O desfasamento entre a eficácia técnica que caracteriza a cobertura dos acontecimentos e a dificuldade em compreendê-los melhor é acentuado por um facto pouco conhecido: a desproporção entre o pequeníssimo número de jornalistas das agências que estão na origem das informações, e o volume das informações que circulam no mundo. Há menos de vinte mil jornalistas, se somarmos as três grandes agências ocidentais (Associated Press, Reuter, AFP) que criam a esmagadora maioria das informações retomadas pelos média do mundo inteiro. Isto significa que há três níveis.

Originalmente, o pequeníssimo número de jornalistas de agência, produtores da maioria das informações que circulam no mundo. A seguir, um número muito maior de jornalistas que, noutros lugares, mais tarde, reproduzem e completam esta informação das agências introduzindo-lhes comentários e anexos. Por fim, todos os outros agentes que intervêm, por sua vez, sobre estes dois primeiros fluxos. O resultado? A produção da informação é uma gigantesca pirâmide invertida. As contradições ligadas a este estado de facto não são, de forma nenhuma, entendidas, uma vez que, simultaneamente, o volume e a oferta da informação aumentam sem cessar, num mercado globalmente em expansão. Estas duas dimensões contraditórias explicam muitas distorções, tanto mais que cada estilo de jornalismo (imprensa, rádio, televisão, generalista, especializada), quando intervém sobre a informação, deseja deixar nela o seu cunho, introduzindo comentários e complementos. Finalmente, o menos importante passa a ser a informação bruta, sem a qual as outras não existiriam. Os "agenciadores" permanecem amplamente desconhecidos do público, apesar de serem eles quem, de todas as partes do mundo, produzem essa informação bruta que está na origem de toda a cadeia. O paradoxo é que, do outro lado, os jornalistas-apresentadores se transformaram nas vedetas dos tempos modernos. Antigamente, as dificuldades de produção e de difusão da informação valorizavam os jornalistas que estavam na sua origem. Hoje em dia, em que tudo é "fácil", são valorizados os apresentadores e os comentadores. Num fluxo contínuo de informação dá-se menos valor à fonte do que à maneira de dar nas vistas.

III. A autarquia do meio

Quando observamos este meio profissional damos-nos conta de que os jornalistas que observam o mundo têm, paradoxalmente, tendência para viver fechados sobre si próprios. Como se o facto de se exporem os obrigasse, em contrapartida, a proteger-se do barulho e das pressões. O meio jornalístico, afinal pequeno, vive, trabalha, encontra-se constantemente nos mesmos lugares, obedece aos mesmos ritos, aos mesmos hábitos, vive num círculo estreito, observa os mesmos estilos, partilha dos mesmos códigos culturais e dos mesmos reflexos, numa espécie de mimetismo silencioso sem dar provas, contudo, de grande solidariedade mútua. Isto é ainda mais verdadeiro no caso da nomenclatura jornalística, ou seja, das cinquenta a cem pessoas que, em cada uma das capitais do mundo, dirigem os jornais da imprensa escrita, da rádio, da televisão e estão em relação com os mundos político, diplomático e económico. Em todo o caso, é grande o desfasamento entre o carácter fechado deste meio e o facto de ser ele quem, dia após dia, informa e faz a abertura do mundo...

IV. A tentação do conformismo

Tem duas causas. Por um lado, o efeito de gargalo: entre os jornalistas e os seus diferentes interlocutores, não há "correntes de ar" suficientes, vindas de outros aspectos da realidade; a sociedade reduz-se aos ruídos e aos rumores da capital. Por outro lado, um reflexo de autodefesa para se proteger da complexidade do mundo. Qual é, hoje em dia, a angústia dos jornalistas? Não é relatar os factos, porque isso faz parte, hoje em dia, da ordem natural das coisas, mas sim saber se os seus colegas escolheram os mesmos factos, e se têm deles a mesma compreensão. O que separa e distingue hoje os jornalistas uns dos outros não são tanto os factos como a interpretação destes. Se vários jornalistas, pertencentes a diferentes formas de imprensa, verificam que reagiram da mesma maneira a este ou àquele facto nacional ou internacional, tendem a concluir que, apesar das suas divergências, viram o essencial do acontecimento. Por outras palavras, reagir mais ou menos da mesma maneira é, para eles, a prova de uma boa percepção da realidade. Mas não se apercebem de que esta reacção semelhante não remete forçosamente para uma percepção objectiva da realidade e, sim, para a existência de uma cultura profissional comum. Isto já é importante, mas terem, vários, os mesmos

reflexos, nem sempre garante que tenham razão. Eis o que explica que a imprensa tenha tendência, apesar das suas diferenças, para tratar ao mesmo tempo e quase da mesma maneira, os acontecimentos e os problemas, antes de passar, como um pardal esvoaçante, de um assunto a outro. Esta tentação de conformismo na maneira de ver e de falar do mundo não é reconhecida pelo próprio meio que vê nisso, pelo contrário, a prova de um certo profissionalismo. Isto é em parte verdade mas, num universo sobreinformado, também é preciso ver no facto uma marca da inevitável ortodoxia que é um meio tanto de se protegerem da desordem do mundo como de o ordenar. Falar ao mesmo tempo da mesma coisa, da mesma maneira, já não é, forçosamente, uma prova de verdade.

V. Um acontecimento tem sempre prioridade sobre a análise

A força do jornalismo, que compensa a tentação do conformismo está em ter uma grande sensibilidade em relação aos acontecimentos, mas a contrapartida desta disposição é que nem sempre os relativiza em relação aos factos de estrutura. E, muitas vezes, prefere-se o acontecimento à análise. Ou muda-se frequentemente de análise em função das circunstâncias. A grandeza do jornalismo está em preferir um acontecimento a uma análise, pois é essa a essência do seu ofício; mas, ao mesmo tempo, os acontecimentos só têm valor quando acompanhados pela análise e, como hoje em dia há cada vez mais análises susceptíveis de se tornarem informações, compreendemos de que modo a relação, sempre difícil, entre facto e análise pende a favor do primeiro. O aspecto positivo continua a ser a facilidade de adaptação ao acontecimento, o aspecto negativo é que este cada vez é menos suficiente para dar um sentido à História. Por outras palavras, a força do jornalismo está em estar no fluxo do tempo, a sua fraqueza em estar na superfície do tempo, o seu talento, em passar de um para o outro. De qualquer maneira e é o que a História demonstra, há um grande número de análises que conserva a sua pertinência independentemente de certos factos contraditórios, muito simplesmente porque, acontecimentos e análises, não pertencem ao mesmo registo de conhecimento da realidade.

VI. Os excessos da informação

São demasiado conhecidos para que seja necessário determo-nos sobre eles. No entanto, os jornalistas têm deles menos consciência do que o público. Quais são esses excessos?

A tirania do acontecimento; a lógica do scoop e das revelações para se distinguir da concorrência; o assédio mediático sobre certos acontecimentos ou personalidades, em detrimento de áreas inteiras da realidade que são deixadas em silêncio; a ausência de distanciamento e de cultura profissional para pôr em perspectiva os acontecimentos; a facilidade no tratamento dos factos; a escassa sequência na informação; a obsessão das revelações, dos segredos e dos desvendamentos que, semana após semana, tanto nos média "sérios" como nos média "populares", chamam o público à parte para lhe permitir, enfim, "saber tudo" sobre este ou aquele aspecto da realidade; o fascínio pela urgência e pelas situações de crise, que correspondem aos estereótipos da cultura do meio jornalístico; a imposição de temas que, muitas vezes, mobilizam mais os jornalistas que o público; a confusão entre a cobertura instantânea do acontecimento e a sua compreensão; o silêncio sobre os efeitos da lógica impiedosa da concorrência; a sobremediatização de um pequeníssimo meio de personalidades "representativas" da sociedade, que circulam incessantemente de um média para outro; o narcisismo do meio mediático, que leva a imprensa a consagrar um lugar considerável às mudanças de emprego, ou de empregador das "vedetas", bem como à novas maquettes de emissão, como se se tratasse sempre de informações importantes, para todo o mundo... E a lista poderia facilmente continuar. Resulta daqui uma espécie de mal-estar difuso. O público já não sabe muito bem até que ponto todas estas práticas têm alguma relação com o dever de informar e a partir de quando servem de caução a uma concorrência desenfreada entre agentes da comunicação, cujo narcisismo é perceptível...

VII. Quanto mais informação, mais segredos

O volume crescente de informações esbarra com um outro obstáculo que não estava previsto na teoria democrática: a informação deveria reduzir o lugar do segredo e dos boatos; mas verifica-se o contrário. Porquê? Porque toda a gente se sente mais valorizada pelo facto de partilhar informações

conhecidas apenas por um pequeno número, do que por estar ao corrente daquilo que toda a gente sabe... Se o segredo tem o inconveniente de ligar os parceiros, o boato tem a vantagem de valorizar o narrador e o receptor, o que explica que o boato seja a informação de mais rápida difusão. Uma informação pública é muito menos valorizadora do que um boato. O que explica que ambos cresçam tão depressa como a informação pública procurando, cada um, uma maneira de saber algo que não seja conhecido por toda a gente, com esta ideia implícita: a verdade está sempre mais ou menos escondida; alguém procura dissimular-nos alguma coisa que os jornalistas nos vão revelar. Este fenómeno explica o êxito de todas as "cartas confidenciais" publicadas pelos grupos de imprensa, mesmo se algumas têm, por vezes, tiragens de cinco mil ou até de dez mil exemplares... Aliás, elas serão tanto mais caras quanto menor for a sua tiragem prova de que, no inconsciente colectivo, a informação semi-secreta e o boato, que é seu primo, têm sempre mais valor do que a informação pública...

VIII. O déficit de legitimidade

Os jornalistas andam em busca de uma legitimidade que sabem posta em causa, mesmo se hoje em dia têm maior influência do que há um século. Encontram-na, evidentemente, no fenómeno de grupo mas também, frequentando "os grandes deste mundo". Os seus interlocutores tornam-se assim, o que é normal, os seus parceiros de legitimidade. Aliás, o ano está escalonado em entrevistas, em encontros regionais ou mundiais onde se encontram os grandes agentes económicos, políticos e militares. Estes aceitam, cada vez mais, nestas entrevistas, em nome da "transparência", a presença da nomenklatura jornalística mundial. Participando nestes encontros — o de Davos, na Suíça, em Janeiro, todos os anos, talvez seja o arquétipo — esta "elite" tem assim a sensação de entrar para a "comunidade dos grandes". E, principalmente, de ter a possibilidade, em pouco tempo, o que é sempre a obsessão dos jornalistas, de aceder ao essencial dos problemas do momento. Não só têm a convicção — falsa, mas partilhada pelos outros participantes deste tipo de reunião — de dominar, assim, os problemas do momento, como têm, também, a sensação de partilhar, um pouco, da legitimidade dos grandes deste mundo. Mesmo se esses sábios trabalhos de prospectiva mundial se revelam inúteis na maioria dos casos dão, no momento da sua enunciação, a impressão de fornecer uma síntese e "um sentido ao estado do mundo". Esta

busca angustiante do sentido, que pressiona todos os responsáveis, é um dos resultados mecânicos da mundialização da informação e dos problemas. Com efeito, ter uma consciência maior dos problemas do mundo e da dificuldade de os resolver, cria uma necessidade de racionalização da História.

Este fenómeno de legitimação mútua entre as "elites" e a "elite jornalística" observado à escala internacional, é idêntico no quadro das nações. Provoca uma tendência para se protegerem mutuamente e isto por três razões. Acedendo às mesmas fontes, falando com os mesmos interlocutores, reagindo da mesma maneira, os jornalistas têm reacções em comum com as das elites mesmo se, depois, pelo facto de exercerem o seu ofício, se "distinguem" delas. A um certo nível hierárquico, as elites e os média têm que agradar, de qualquer modo, às outras elites económicas e políticas, uma vez que o mercado profissional continua a ser instável e as oposições políticas de hoje estarão facilmente no poder amanhã, obrigando todos a "dar uma no cravo e outra na ferradura". Além disso, as constantes mudanças do sector da comunicação — provocando concentrações, compras, licenciamentos e partidas voluntárias — obrigam os jornalistas a tentar manter boas relações com muita gente. Inclusive com colegas com os quais nem sempre partilham as análises, mas com os quais poderão talvez vir ser chamados a trabalhar amanhã, de tal modo caprichosos são os caminhos deste mercado tão particular. Enfim, partilhar com outros confrades os segredos dos grandes deste mundo cria laços, que estão em relação com a autolegitimação do meio.

Este meio muito individualista mantém, pois, um verdadeiro espírito de corporação perante as críticas e manifesta mesmo reacções corporativistas, como se qualquer desaprovação fosse, afinal, um atentado à liberdade de imprensa. No seu conjunto, os jornalistas não pronunciam muitas opiniões críticas acerca do seu "pequeno território", o que, para o público, cria uma sensação de mal-estar. Porque motivo os jornalistas, que têm a resposta e a crítica tão fácil em relação a todos os meios, se recusam a que se proceda do mesmo modo para com eles?

IX. O quarto poder, ou a ideologia jornalística

O ideal de um grande número de jornalistas ocidentais, que nunca ousarão confessá-lo, não será transformarem-se em K. Bernstein ou B. Woodward, os dois jornalistas heróis do caso Watergate? Conseguir, em nome da verdade, desestabilizar o poder político legítimo de uma democracia,

demitir-lo até, é certamente o sonho inconfessável de um número considerável de jornalistas... Não será colocar o ideal da informação acima de todos os poderes?

Quanto mais se instala a concorrência no seio da informação, mais os jornalistas querem ficar por cima e tornar-se os purificadores da democracia. O jornalismo de investigação passa a ser a referência e o horizonte, com essa decorrência, aliás bem conhecida, que consiste em tender para um jornalismo de denúncia o qual, em nome das grandes virtudes da democracia, vai ao encontro de uma outra tradição muito antiga do jornalismo popular, nomeadamente nos países anglo-saxónicos, a do "jornalismo de sargeta". Limitado aqui aos faits-divers, este toca hoje em dia todos os aspectos da sociedade, à medida, aliás, da extensão do campo da informação. As "revelações" dizem hoje respeito tanto à política como à ciência, como à religião, como à medicina, à vida pública ou à vida privada... A grande dificuldade desta derivação ideológica em direcção ao quarto poder é ilustrada pela figura mítica do jornalismo de investigação, que renasce regularmente de vinte em vinte anos como tema central da essência do jornalismo. É verdade que o inquérito, símbolo da tradição jornalística, é ainda mais necessário num universo saturado de informações mas, com a condição de não ser identificado com um trabalho de justiceiros! Se a informação nunca é um dado adquirido, hoje como ontem, apesar da sua legitimidade aparentemente reconhecida, isso não é razão para que nos transformemos em justiceiros. E se pensarmos na cooperação que pode estabelecer-se entre a justiça e a imprensa veremos, também, as decorrências que daí podem resultar, nomeadamente do facto de não existirem contra-poderes da imprensa e da justiça. Tanto mais que os agentes políticos e económicos, tão frequentemente postos em causa, hoje em dia, pela imprensa e pela justiça, se vêem confrontados com a temível prova da acção. Como fazer o ponto da situação entre o direito à crítica, a necessidade de respeitar a lei e a dificuldade de acção? Por outro lado, a referência à verdade para explicar certos comportamentos da imprensa e da justiça deixa-nos cépticos. O público tem, por vezes, a sensação de que esta busca da verdade se processa em duas velocidades. Obsessiva, asfixiante até em certos casos, torna-se pelo contrário mais discreta noutros, nomeadamente no que diz respeito às mutações, aos malogros e, até às exigências do meio da imprensa e da comunicação, ou aos erros da justiça. O pior que poderia acontecer à democracia seria uma espécie de "conluio purificador" entre a imprensa e a justiça.

X. Guardiões ou juízes do espaço público

O aumento crescente do poder e do papel dos jornalistas no espaço público conduz a uma degradação das suas relações com os outros sacerdotes desse espaço, que são os intelectuais. Antigamente, os seus interesses eram comuns e a história da democracia está marcada por batalhas onde jornalistas e intelectuais caminharam de mãos dadas. Hoje, a mediatização de certos intelectuais faz com que o meio intelectual perca lugar de especialista exterior ao jogo social que antes detinha. E o papel cada vez maior dos jornalistas no espaço público torna menos útil o recurso aos intelectuais. Do ponto de vista dos jornalistas, estes estariam melhor colocados para denunciar as injustiças e para ocupar a posição moral dos intelectuais do século passado (¹). São então tentados, com alguns intelectuais mediáticos, a transformar-se em mestres de pensamento; aliás, cada vez escrevem mais livros sobre temas cada vez mais afastados da sua competência estrita. E o êxito dessas obras reforça a sua legitimidade. A consequência deste estado de coisas é que a elite jornalística não hesita em falar acerca tudo, adquirindo progressivamente um duplo estatuto: o de jornalista e o de pensador, a quente, da sociedade. É assim que alguns deles chegam a participar em emissões onde são entrevistados por outros jornalistas... Passando do estatuto de pessoa que interroga ao de pessoa interrogada, manifestam a sua mudança de lugar no espaço público.

De certo modo, estabelece-se uma rivalidade entre esta minoria e os outros jornalistas. Porque não? Surge, assim, uma certa competição na interpretação dos acontecimentos mas o problema vem, então, do facto de certos jornalistas considerarem que podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. Há, assim, uma minoria de jornalistas-sábios e de intelectuais, jornalistas que se acha constantemente no centro dos média, prontos a comentar a História, e não está longe de pensar que se encontra no centro dela. Apesar de não haver relação directa entre comentar a História e estar no centro dela...

¹ A este respeito veja-se o artigo de J.-D. Bredin, "Les habits neufs da la justice", Le Monde, quinta-feira, 10 de Outubro de 1996: "Os média sonham sempre com um Direito e com uma Justiça que não possam controlá-los. Vemos as imagens agitar-se e opor-se: o juiz todo-poderoso contra o intratável, o jornalista purificador contra o político corrupto, o intelectual generoso que desejaria esvaziar as prisões contra o francês mesquinho que só quer enchê-las. Debate de imagens. Podemos tentar fugir-lhes por um instante?"

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 11

- BALLE F., *Le Mandarin et le Marchand: le just pouvoir des médias*, Paris, Flammarion 1995.
- BOMBARDIER D., *La Voie de la France*, Paris, Laffont, 1975.
- BOUGNOUX D., (Sob a direcção de) *Sciences de l'information et de la communication*, Paris, Larousse, "Textes essentielles", 1993.
- BOYD-BARRETT O. E PALMER M., *Le Trafic de nouvelles. Les agences mundiales d'information*, Paris, A. Moreau, 1981.
- CHALIAND G., *La Persuasion de masse: guerre psychologique, guerre médiatique*, Paris, Pocket, 1996.
- CHARON J.-M., *La Press quotidienne*, Paris, La Découverte, 1996.
- DAHLGREN P., "L'espace public et médias. Une nouvelle ère?", *Hermès*, n.os 13-14, "Espaces publics en images", Éd. du CNRS, 1994.
- DURANDIN G., *L'information, la désinformation et la réalité*, Paris, PUF, 1993.
- FERRO J.-M. e WOLTON D., "Guerre et déontologie de l'information", *Hermès*, n.os 13-14, "Espaces publics en images", Éd. du CNRS, 1994.
- FERRO M., *L'Information en uniforme: propagande, désinformation, censure et manipulation*, Paris, Ramsay, 1991.
- FOGEL M., *Les Cérémonies de l'information dans la France du XVIe au XVIIe siècle*, Paris, Fayard, 1989.
- SCHUDSON M., *Discovering the News. A Social History of American Newspaper*, Nova Iorque, Basic Books, 1978.
- UNESCO, *Rapport sur la communication dans le monde*, Paris, La Documentation française, 1990.
- VOLKOFF V., *La Désinformation; armes de guerre; textes de base*, Lausanne, Âge de l'Homme, 1992.
- WIEVIORKA M. E WOLTON D., *Terrorisme à la une. Média, terrorisme et démocratie*, Paris, Gallimard, 1987.
- WOLTON D., "Le déclin de l'information universelle", *Columbia Journalism Review*, Nova Iorque, Primavera 1979.
- WOODROW A., *Information, manipulation*, Paris, Félin, 1991.

CAPÍTULO 12

AS TRÊS CRISES DO JORNALISMO

Os jornalistas são os grandes beneficiários da vitória da informação e da comunicação. E serão, também, as suas vítimas? Saberão controlar a sua vitória ou serão apanhados por ela? Beneficiários ou vítimas, a resposta dependerá, na realidade, da sua capacidade de ultrapassar essa vitória e de não confundir o carácter público da sua profissão, a sua visibilidade, a sua notoriedade até, com a sua legitimidade. Porque, depois de trinta anos, está a cavar-se, lentamente, um fosso entre a representação que os jornalistas fazem de si próprios e a confiança que o público tem neles (¹).

Há dois factos que abonam a seu favor. O fenómeno é recente e deve-se, principalmente, à explosão da televisão. Antigamente os jornalistas eram mais modestos, trocistas e irónicos em relação a si próprios. Mas a visibilidade e a notoriedade conferidas pela imagem mudaram tudo.

"A televisão enlouquece" — como diz o título de uma obra de B. Mazure — é bem sabido, e enlouqueceu um número considerável de pessoas que com ela se cruzaram: jornalistas, animadores, produtores e dirigentes. Em segundo lugar, a maior parte dos jornalistas não corre esse perigo, porque não são "vedetas" e fazem o seu trabalho de maneira bastante modesta. Mas o público só vê e só conhece os tais cerca de cinquenta jornalistas mediatizados e é a partir deste pequeno grupo que cria uma imagem da profissão no seu conjunto. Ora esta profissão é muito hierarquizada e a maior parte dos que fazem parte do meio jornalístico sofre as consequências das imagens positivas ou negativas veiculadas por essa pequena nomenclatura, sem conseguir distinguir-se dela. Talvez porque, estando na base da hierarquia, certos

¹ Esta representação é caracterizada pelo imutável calendário anual dos encontros entre jornalistas, como demonstra o artigo de A. Cojean, "La tribu des marchants d'images", Le Monde, segunda-feira, 14 de Outubro de 1996: "... Janeiro nos Estados Unidos (o muito americano Natpe em Las Vegas ou em Nova Orleães), Fevereiro em Monte-Carlo (festival e mercado), Abril em Cannes (MIP), Junho em Budapeste (para os compradores dos países de Leste), Outubro em Cannes (Mipcom), Dezembro em Hong Kong (MIP-Ásia)."

jornalistas não conseguem fazer-se ouvir. Ou talvez porque esses mesmos jornalistas aspiram a juntar-se ao clube dos privilegiados... O desafio é duplo: por um lado, a perda de confiança do público que reduziria a legitimidade dos jornalistas, logo o seu papel de contra-poder e, por outro lado, a ilusão de que, graças às novas tecnologias, seria possível reduzir o papel dos jornalistas. A prazo, é o estatuto do jornalista, intermediário entre o espectáculo do mundo e o público, que está em causa, na sequência dessa evolução técnica e da crise de confiança do público em relação à profissão. É inútil dizer que uma tal evolução seria catastrófica, tanto para a profissão como para a informação, para o público e para a democracia. Como tenho afirmado já muitas vezes, quanto mais informação, mais comentários e mais opiniões houver, mais a função do jornalista como intermediário para seleccionar, organizar e hierarquizar a informação se torna indispensável.

Também de nada serve, então, denunciar os desvios da profissão que toda a gente conhece. É preciso, em vez disso, compreender as suas causas e encontrar possíveis soluções. Há um preço a pagar por esta revalorização do jornalista: um sério exame de consciência, que ultrapassa a autocrítica narcisista observada em certos colóquios sobre a "crise do jornalismo". Se o público dos países ocidentais não encara este aggiornamento nos próximos dez a vinte anos (e, sem dúvida, mesmo antes disso), o contrato de confiança, silencioso mas indispensável, entre o público e os seus informadores, corre o risco de se quebrar. Seria lamentável, pois é uma bela profissão: agarrar no dia-a-dia a passagem do tempo, distinguir o importante do secundário, tentar explicá-lo a públicos invisíveis. Mas é mais difícil fazê-lo hoje em dia do que no passado, devido à omnipresença da informação. Quanto mais fácil é, tecnicamente, fazer informação, mais dificuldades coloca o seu conteúdo. O que se ganha em facilidade técnica perde-se em significado. Este facto desestabiliza a actividade jornalística, necessariamente artesanal, cujo sentido continua a ser o de, como espectador da História, distinguir, dia após dia, o trágico do supérfluo. O jornalista é frágil, uma vez que é quotidianamente exposto aos fogos da História e ao olhar do público. Nada seria pior que a lenta degradação dessa função de "vigilante da democracia" no momento em que os valores da informação triunfam.

A minha intenção é, pois, revalorizar a função do jornalista e não diminuí-la, tanto mais que um certo número de dificuldades com as quais é confrontada virão a dizer respeito, em breve, ao mundo intelectual e cultural. A prazo, o problema será, com efeito, em grande parte, o mesmo: como resistir à lógica da comunicação? Como preservar uma certa alteridade na maneira de

ver o real? Tanto mais que o aparecimento, em vinte anos, da categoria dos "intelectuais mediáticos" permite imaginar o problema. Será possível assumir, simultaneamente, várias legitimidades? A partir de quando deverá o mundo intelectual e cultural recusar a simplificação e o lado espectacular inerentes à existência dos média, quando estes fazem desaparecer a lógica do conhecimento? A partir de quando deverá o mundo jornalístico recusar a tentação de passar do estatuto de contra-poder ao de quarto poder, que lhe faz perder a alteridade indispensável à sua função? Em ambos os casos trata-se da mesma questão: como evitar que a comunicação nivele todas as diferenças e suprima as distâncias indispensáveis? Estas dificuldades observadas aqui na evolução do jornalismo dizem respeito, pois, a prazo, ao mundo académico, ao dos especialistas e à franja dos tecnocratas que intervêm no espaço público. Mas adquire um valor exemplar quando se trata da profissão de gente que faz a informação e a comunicação.

I. As três crises do jornalismo

Não têm as mesmas causas mas reforçam-se todas para desestabilizar a identidade de uma profissão recente e frágil.

1) Os condicionalismos económicos: os jornalistas ocidentais lutam pela liberdade política como se ela estivesse ameaçada quando a lógica económica é, pelo menos, tão ameaçadora para a liberdade da imprensa quanto a repressão política. As leis do capitalismo — que sempre estiveram omnipresentes no sector da imprensa, não idealizemos o passado — têm, hoje em dia, efeitos implacáveis, à medida do desenvolvimento do sector. Os jornais são comprados, eliminados, fundidos. Os grupos de comunicação jogam com as rádios, com os canais de televisão e com as indústrias de programas. Os grupos multimédia combinam, com as novas tecnologias, ofertas de programas e de serviços que desestabilizam toda a tradição da informação e da comunicação. Os jornalistas estão pouco à vontade perante este lugar crescente da lógica económica, pois não dispõem nem de palavras, nem de referências, para lutarem neste terreno. Tanto estão à vontade com a luta política, com a qual partilham as referências, como são incomodados e tomados de surpresa pelos condicionalismos económicos. A standardização e o racionalismo que daí resultam perturbam a divisão tradicional do trabalho, deixando sem defesa um meio profissional pouco familiarizado com este tipo de luta. O individualismo

da profissão acentua os efeitos de desestabilização e, como o mercado de trabalho está simultaneamente em recessão e em expansão, muitos jornalistas, como aconteceu tantas vezes ao longo da história da imprensa, pensam poder "desenvencilhar-se" individualmente. A lógica individualista opõe-se, aqui, à defesa da identidade profissional. E a ideologia da desregulamentação que domina o sector da comunicação apressou-se a identificar com a "defesa de um corporativismo estreito" aquilo que é, na realidade, uma luta política essencial, no quadro do modelo democrático.

Na luta económica implacável que domina todo o sector da comunicação, os jornalistas, apesar dos sorrisos e dos bons discursos, são muitas vezes "carne para informação". Os grupos e os capitães de indústria sabem que, na condição de investirem bastante dinheiro na negociação das vedetas da profissão, como acontece com as estrelas do futebol, passarão de um grupo de comunicação para outro. O resto da profissão é, por outro lado, pouco capaz de se opor às lógicas de reestruturação. No Ocidente, este meio foi mais desestabilizado, em trinta anos, pela lógica económica, do que pela pressão política. Mas não ousa reconhecê-lo.

2) Os condicionalismos técnicos: aparentemente, trata-se menos de condicionalismos do que de facilidades. Na realidade, estas últimas afectam estruturalmente, como vimos, o trabalho jornalístico. Hoje em dia, tudo se passa muito depressa, depressa demais. Já não há distância entre o acontecimento e a informação. O sonho do directo, tornado realidade, transforma-se em pesadelo. Tanto mais que a condicionante da concorrência leva a encurtar mais ainda a distância entre o acontecimento e a informação. Os jornalistas são apanhados de surpresa também aí, uma vez que é no momento em que a realidade atinge o seu ideal que vêem os limites deste. Não é forçosamente por estar com o nariz em cima do acontecimento que se faz uma melhor informação. Cruel tomada de consciência. De qualquer modo, mesmo partindo do princípio que os jornalistas pudessem seguir o ritmo dos acontecimentos sem demasiados erros, isso não significa que o receptor, do outro lado, tenha a mesma capacidade de absorção. O tema da mundialização da informação é o que melhor ilustra esta contradição entre performance técnica e conteúdo da informação. Tecnicamente, pode existir uma "mundialização da informação", mas não existe "receptor mundializado". O tema da aldeia global é uma realidade técnica e uma ilusão, do ponto de vista do conteúdo da informação. Quanto mais fácil é, tecnicamente, fazer informação, mais a dificuldade está na selecção e na construção da informação,

por um lado, e da sua recepção, por outro. A mudança técnica, acentuada pelos condicionalismos da economia, quebrou a cadeia que, ontem, era relativamente contínua entre o facto e o acontecimento, a técnica e o jornalista, a informação e o público. O paradoxo está no facto de ter sido o progresso técnico a romper esta cadeia, quando durante um século e meio se procurou, através desse mesmo progresso técnico, reduzir a extensão dessa cadeia de informação.

3) Os condicionalismos políticos: também aí a dificuldade resulta de uma melhoria! A liberdade política da informação é um dado adquirido. É um facto que a relação de forças entre os jornalistas e os agentes continua a ser inultrapassável, mas não é comparável com o que se passou durante um século. O problema é, como vimos, evitar que os jornalistas abusem desta vitória. A maior parte do tempo já não são os jornalistas quem está nas mãos dos políticos, mas o contrário. No entanto, os políticos têm interesse em fazer crer que dominam a sua relação com o mundo e os jornalistas em fazer crer que lhes continua a ser difícil trabalhar... De uma maneira geral, é o lugar da informação no funcionamento da democracia que, num século, mudou. Qualquer cidadão considera normal, hoje, o facto de ser informado publicamente, livremente, contraditoriamente até, acerca da maioria dos problemas da sociedade. A informação está omnipresente. Mas como evitar os abusos dessa situação? Isto significa duas coisas: por um lado, avaliar o impacto do bombardeamento da informação, visível com a multiplicação das cadeias temáticas de informação na rádio, na televisão e nos novos média. Por outro lado, apreciar a convicção de que o essencial da realidade é hoje em dia perceptível graças à informação. Por outras palavras, como admitir que a informação, por muito omnipresente que esteja, nunca conseguirá dar conta do essencial da realidade? E que existem áreas inteiras da realidade muito pouco tratadas, no plano da informação, que não são menos importantes por esse facto? O resultado destas três crises é, em todo o caso, uma desestabilização profunda do mundo dos jornalistas, que é simultaneamente beneficiário e vítima desta tripla evolução.

II. As dez vias do aggiornamento

A. Quebrar a aparente unidade do grupo dos jornalistas

Falar "dos" jornalistas não faz qualquer sentido porque existe, neste caso como noutros, uma hierarquia e porque a maior parte dos desvios observados diz respeito a uma minoria de "jornalistas líderes" à frente da rádio, dos jornais, da televisão, dos grupos de comunicação, ou seja, no cume da hierarquia. Há muitos jornalistas que nem pertencem a este grupo, nem partilham estes comportamentos, mas não o dizem abertamente, por todos os motivos explicados anteriormente. Enquanto os jornalistas não quebrarem essa falsa unidade, que lhes é mais prejudicial que favorável, o público continuará céptico a seu respeito. Esta diferenciação consistiria, em primeiro lugar, em valorizar os jornalistas de agência que desempenham, como vimos, um papel crucial na produção da informação e se mantêm, sem dúvida, mais fiéis ao ideal da profissão. Mas esses, não sendo nem conhecidos nem mediatizados, não dão que falar. Há, igualmente, outras diferenças a pôr em evidência, para melhor distinguir os múltiplos ofícios do jornalismo: na escrita, na rádio, na televisão, nos novos média no futuro, há sempre um trabalho de especificação a fazer. A imprensa da capital não é a da província e isso não justifica, de forma nenhuma, o complexo de superioridade da primeira em relação à segunda. Nem a preguiçosa hierarquia onde a segunda aceita demasiadas vezes situar-se em relação à primeira. É indispensável diferenciar, tanto mais que, em meio século, apareceram diversas formas de jornalismo: económico, social, militar, territorial e científico, que põem em causa a hierarquia "natural" que costuma colocar no topo, em primeiro lugar, os jornalistas do serviço no estrangeiro seguidos dos que se dedicam à política interna. Por que motivo é que as múltiplas formas de jornalismo que se desenvolveram a seguir à guerra não conseguiram questionar o estereótipo da profissão, que tem que ver com uma outra época da imprensa? Trata-se de uma lição a meditar para um meio que, noutros casos, "se espanta" com a "lentidão" com que são efectuadas as mudanças necessárias noutros meios profissionais ou culturais. Poderíamos aplicar exactamente o mesmo raciocínio ao meio profissional da informação...

Não só há novas formas de jornalismo que deveriam ser integradas numa reflexão crítica acerca da profissão, como se colocam, também, problemas consideráveis de fronteiras. Não serão certas funções documentalistas dos média electrónicos jornalismo? Porque motivo em certos países, os apresentadores dos jornais audiovisuais são jornalistas, sendo os outros considerados animadores? Quais são as diferenças entre certas funções de relações públicas e o jornalismo? Onde termina o jornalismo e começa a comunicação? Aqueles que asseguram a comunicação das grandes instituições (empresas, cidades...) serão jornalistas? Qual é o preço da informação neste

vasto mercado? Quem o fixa e, sobretudo, quem paga? Será preciso também neste caso haver conflitos nas margens da profissão entre os OS da informação e as estrelas para que surjam os problemas? Até quando é que este meio compósito aceitará ser identificado com umas cinquenta personalidades?

B. Relativizar as imagens mitológicas da profissão

A. Londres, Rouletabille, P. Lazareff, B. Woodward, F. Giroud e tantos outros... Estas referências têm, como em qualquer meio profissional, um papel essencial, mas talvez mais aqui do que noutros casos, devido à dimensão pública da profissão. Há uma grande distância entre as figuras míticas ou imaginárias da profissão, e as realidades da vida profissional. Que impacte terão ainda esses seres "emblemáticos" sobre a profissão? Quais são, hoje em dia, os verdadeiros valores do jornalismo, no momento em que este triunfa caricaturando-se? Dois exemplos concretos: como salvar uma concepção do jornalismo diferente da evolução verificada nos Estados Unidos, onde tudo se termina pela instauração de uma lógica jurídica? O jornalismo democrático estará condenado a acabar no espaço judiciário por intermédio de advogados? O jornalista será um superadvogado e a informação poderá escapar à sua juridicização? O que está em causa é, simultaneamente, a evolução da sociedade e a das representações do papel de jornalista. Outro exemplo: o das fontes. Até que ponto pode o jornalista proteger as suas fontes e a partir de quando deve torná-las públicas? Um problema essencial ligado ao lugar crescente do direito na vida pública. Para salvar o seu lugar numa sociedade onde tudo é "informação", deverá o jornalista aceitar essa corrida-perseguição das "revelações", dos "segredos", dos "scoops", protegendo as suas fontes e fazendo com que o público, ou a justiça, participem da sua "luta" contra os poderes? O jornalista, jurista e advogado será uma nova figura ao lado do jornalista de inquérito e de investigação? Que aconteceu à função tão antiga do repórter? O jornalismo institucional não ocupará demasiado espaço? Que pensar do jornalismo de relação e de apresentação, ligado aos média audiovisuais e cujo importante papel ninguém pode negar, uma vez que a sua força é a relação de confiança com o público? A hipermediatização da realidade será ainda compatível com um dos papéis clássicos do jornalismo há mais de um século, a saber, fazer pressão sobre a política?

C. Reencontrar a confiança do público

Esta confiança é o fundamento da legitimidade do jornalismo. Apesar dos seus discursos, os jornalistas são pouco curiosos acerca do público. Têm, muitas vezes, em relação a ele uma relativa indiferença e nunca estão longe de pensar que a profissão lhes dá "um avanço" sobre ele. Como se o facto de saber antes dos outros, criasse uma diferença... Além disso, os jornalistas têm uma visão qualitativa do público demasiado sumária, onde emergem dois pólos: o paternalismo e o medo de serem criticados. Recorrem com exagerada frequência a sondagens para terem uma opinião acerca do público e a alguns testemunhos favoráveis ou desfavoráveis. Qualquer profissão constrói, para si, uma representação mais ou menos simplificada do público, mas poucas encontram nesta, a este ponto, o sentido e a legitimidade do seu ofício. Muitos subestimam a inteligência do público e, principalmente, não compreenderam que, em meio século, este adquiriu uma cultura audiovisual crítica, à medida, nomeadamente do aumento dos conhecimentos. A informação não basta, já não surpreende. O público quer compreender; quer, especialmente, compreender a informação no seu contexto. O que deveria, aparentemente, revalorizar o papel do jornalista. Quanto mais informações houver, mais necessários se tornam os laços complementares entre informação e saber.

D. Informar acerca das armadilhas e das dificuldades da hipermediatização

É necessário, em primeiro lugar, porque as técnicas vão mais depressa do que a informação. Antigamente era uma conquista, hoje em dia é uma banalidade, apesar de os jornalistas continuarem a dramatizá-la. Mas esta dramatização é mais autoreferencial. Depois, porque as facilidades técnicas e a pressão da concorrência conduzem a uma escalada da dramatização. A maior parte das informações é apresentada de um modo dramático, arquejante e grave (por exemplo, a crise das vacas loucas). As "revelações" sucedem-se em ritmo rápido criando, a prazo, o risco evidente de uma "overdose informacional". O tema da "informação mundial" participa deste processo de inflação. Cabe aos jornalistas recordar que, quanto mais informação houver, mais a noção de ponto de vista se torna determinante porque já não há cidadão mundial. Os jornalistas sabem-no bem: quando se debruçam muitos sobre um mesmo acontecimento, verificam rapidamente que nem todos o vêem da mesma maneira! Mas em vez de ver uma força nesta diversidade, vêem nela uma fraqueza...

Enfim, há um imenso trabalho a fazer sobre a imagem a fim de manter muito clara, para o público, a diferença entre imagens da realidade, ligadas à actualidade, imagens de ficção e imagens virtuais. Hoje em dia, num universo saturado de imagens, o elo entre imagem e verdade já não é directo. A partir do momento em que há uma abundância de imagens, estas já não dizem, naturalmente, "a verdade". Supondo que alguma vez a tenham dito... com a imagem nunca nada é simples e hoje menos ainda em sociedades que fizeram dela a relação privilegiada e mais directa com a realidade. O seu estatuto vê-se, então, modificado devido ao volume de imagens em circulação. Isto cria uma situação inédita em que a imagem constitui a realidade, pelo menos tanto como a representa. É, pois, toda a questão do estatuto da imagem e da sua relação com a realidade que está em causa. O elo entre imagem, realidade e verdade deve ser tanto mais interrogado quanto, com o lado espectacular da realidade, esta é reduzida a uma sucessão de imagens fortes que simbolizam, a maior parte das vezes, acontecimentos graves ou trágicos. Um exemplo: todas as televisões do mundo recorrem a montagens de imagens violentas, não apenas para os noticiários mas, também, para a publicidade, para os magazines e para os documentários. Para nos apercebermos do peso desta dramatização, basta ver os genéricos de quase todos os magazines de informação nas televisões privadas ou públicas: uma sequência sacudida de imagens sobre os acontecimentos mais trágicos dos últimos anos. Como se o público precisasse dessa dramatização para se interessar pela informação! Como se o público pudesse esquecer o carácter trágico da História! Como se fosse preciso, todos os dias, um pouco mais de violência para não falhar as notícias... Na realidade, com a manipulação destas imagens dramáticas comete-se uma violência considerável sobre o público.

Em suma, se queremos que a imagem mantenha o seu papel na economia geral da informação e da verdade, é indispensável, depois de vinte a trinta anos de explosão de imagens de todos os géneros, que seja levado a cabo um trabalho crítico por parte daqueles que as fazem e que as gerem. Não só não basta estar informado para saber, como já não basta ver, para saber. Em trinta anos, os pontos de referência tradicionais da relação entre informação e conhecimento modificaram-se, justificando um esforço teórico que deveria ser levado a cabo, em primeiro lugar, pelos jornalistas. Senão poderá surgir um fenómeno de rejeição em relação à informação, inclusive em relação às imagens mais sofisticadas, por parte de um público saturado de sangue, de imagens e de sentidos.

E. Valorizar a função de intermediário generalista

Em que consiste a informação-imprensa relativamente a todos os outros géneros de informação? Porque deverá esta distinção, vital, ser mantida? Que acontece à especificidade do jornalista se toda a gente faz informação e comunicação? Como recusar a dissolução desta profissão num meio profissional mais vasto, o da comunicação? Podemos seguir duas pistas. Por um lado, reafirmar o laço existente entre a informação-imprensa e os valores democráticos, para resistir às miragens de uma informação objectiva. O desafio do jornalismo não é competir com a Internet. Por outro lado, reivindicar o carácter generalista da informação-imprensa, já não no sentido do nível zero da informação, mas sim de uma escolha remetendo para o imperativo democrático. É sendo capaz de compreender os problemas do momento, graças à informação recebida por todos, que o cidadão pode exercer a sua soberania.

Isto significa reafirmar o papel essencial do jornalista, como intermediário generalista entre o espectáculo do mundo e o grande público, destinatário do seu trabalho. Num universo de numerosos discursos, complexos e contraditórios, a força do discurso jornalístico consiste em simplificar os problemas para os tornar acessíveis ao maior número. Voltamos a encontrar, aqui, a questão normativa do público e da sua relação com a informação e a com democracia. Quanto mais níveis de discursos de conhecimentos, de saberes hierarquizados e de especialidade, de interesses, de mentiras, de meias-verdades houver, mais a função do jornalista generalista se torna essencial. Por fim, o volume crescente de informações reforça o papel do jornalista como intermediário entre o mundo e os cidadãos. O progresso não consiste em aceder directamente de sua casa a um número incalculável de informações, mas sim em compreender melhor o mundo, em poder confiar naqueles que têm o mérito de ser os intermediários entre a História e a realidade dos públicos.

F. Revalorizar o inquérito

Inquirir é, antes de mais, sair dos caminhos conhecidos, tentar compreender, não se contentar com os discursos oficiais, conferir as informações. "Inquirir e relatar", como se dizia na grande tradição jornalística. O jornalista é o "repórter", aquele que reporta ao público o fruto dos seus inquéritos. Orientação original em relação às outras profissões que intervêm no

campo da informação e que coincide, ainda, com a especificidade da profissão: ir ver. Neste sentido, o inquérito jornalístico é primo de um outro grande tipo de inquérito, o das ciências sociais. O inquérito permite, também, iluminar as qualidades do trabalho jornalístico: independência de espírito, curiosidade, espírito crítico, subjectividade. Favorece uma reflexão acerca da especificidade da informação-imprensa em relação aos outros géneros de informação e permite, nomeadamente, resistir a três obstáculos. O da "informação-sensacionalista" que visa, à força de revelações e de inquéritos-choque propagar, quer a imagem do jornalista de escândalos, quer a do jornalista justiceiro. O segundo obstáculo, pelo contrário, diz respeito à "informação-comentário", que transforma o jornalista em simples comentador e pseudo-ordenador dos acontecimentos do momento. O terceiro, é a tendência para a informação "objectiva" de que já falei bastante e que, com base em números e em estatísticas, afasta a informação do seu princípio na teoria democrática: ser o relato da História dos homens feito por outros homens. O inquérito permite, assim, ao jornalista, desemaranhar os fios cada vez mais ténues dos sistemas de informação geridos pelos lobbies, que sabem muito bem gerir, hoje em dia, a lógica da informação e da comunicação. Curiosamente, os jornalistas não falam suficientemente do atentado à liberdade de informação que a acção dos lobbies representa. Relatar para o público também é reconhecer-lhe a capacidade de compreender esses problemas. É, também, o meio de recordar que o horizonte da informação é menos a objectividade, do que a honestidade. Reivindicando a honestidade mais do que a objectividade, o jornalista é mais credível junto do público, uma vez que o volume de informações trocadas, num incessante movimento browniano, torna caduca a ideia de objectividade. Esta última podia servir de referência num universo pobre em informação. Está, hoje, inadaptada a um mundo hipermediatizado.

G. Reconstruir uma hierarquia da informação

Isto significa examinar o peso respectivo das rubricas nos média, a hierarquia entre os serviços e, portanto, o número de jornalistas em cada serviço. Nos média generalistas, a melhor parte continua a ser considerada a internacional e a política interna em detrimento da economia, da sociedade, da ciência, da educação, do ambiente, da religião e da cultura. Isto coloca, não só o problema da formação e da competência dos jornalistas mas, também, da desproporção no tratamento de áreas inteiras da realidade. "Diz-me a repartição dos jornalistas pelas diferentes rubricas, dir-te-ei a tua

representação da sociedade através dessa hierarquia." Apercebemo-nos, aliás, ao reflectir sobre as rubricas, até que ponto a visão da informação que têm os média se encontra directamente ligada à descodificação institucional da sociedade. A imprensa está dividida segundo os mesmos critérios que os grandes ministérios e as grandes administrações. Bela prova de independência... Repartir as rubricas de outro modo e modificar a sua ponderação permitiria hierarquizar a informação de outro modo; a imprensa poderia adquirir, então, um pouco de independência em relação às pressões múltiplas que sofre. Isso talvez reforçasse, também, a ligação com o público, ligação essa que se reduz frequentemente, hoje em dia, a um simples "correio dos leitores" relegado para as páginas menos lidas e menos valorizadas... Em paralelo com o exame crítico da hierarquia da informação, deve iniciar-se uma reflexão sobre "os limites do dever da informação". Num universo hiperconcorrencial, onde são permitidos todos os golpes, saber dizer não à difusão de certas informações trará crédito aos jornalistas. Isso quer dizer reabrir os dossiers da deontologia, da política do segredo, da relação entre vida privada e vida pública, da necessidade de não "mentir" e ousar denunciar as ovelhas ranhosas que, em nome de um direito demagógico do público à informação, transgridem todas as regras deontológicas... Em suma, admitir que, paralelamente a um trabalho crítico sobre a hierarquia da informação se impõe uma reflexão acerca da sua deontologia. Se os jornalistas não a levarem a cabo, sem ficarem, por isso com o seu monopólio, outros se encarregarão de o fazer...

H. Criticar a ideologia da transparência e da imediatez

Mostrar tudo e tudo dizer já não é sinónimo de verdade. Isto obriga a voltar a trabalhar o estatuto da imagem, os limites do directo e o papel da autocensura. Não é difícil compreender que uma certa concepção do "tudo dizer, tudo mostrar", em nome do "direito de saber" do público seduz o voyeurismo deste último. Voltar a examinar a relação com a informação também é reabrir uma reflexão sobre o futuro do papel do jornalismo. Até onde deve ele entrar numa lógica de comunicação, senão de animação, e a partir de quando é que, ao fazê-lo, perde a sua especificidade? Se não há informação sem comunicação, a partir de que momento é que a hipertrofia da segunda transforma o jornalista em animador? Até que ponto é que a transformação da informação em espectáculo será necessária devido à pressão da concorrência e à necessidade de interessar um público desmotivado? Os

condicionalismos do "charity business" autorizarão, por exemplo, que os jornalistas mais apreciados se transformem em batalhadores e em heróis da generosidade pública? Até que ponto o fim justifica os meios, numa época em que qualquer iniciativa passa por uma lógica da comunicação? Tudo isto coloca a questão da definição da profissão e da capacidade para distinguir os diferentes especialistas. No passado, o sonho do jornalista era, por meio da investigação da verdade, tornar-se actuante, na perspectiva dos dois heróis do Washington Post. No polo oposto está o papel de testemunha privilegiada da actualidade, o do jornalista-apresentador que, todos os dias, entra nos lares e explica o mundo. É difícil conservar o sentido das proporções entre a humanização da informação que o jornalismo assegura e a valorização do jornalista assegurada pela informação... Voltar a trabalhar o perfil do animador, do mestre dos talk-shows permitiria, sem dúvida, clarificar melhor as distinções. O papel de produtor de talk-show e de outras emissões em diálogo, mais ou menos em directo, é uma nova identidade profissional jornalística. É um facto que não é preciso ser jornalista para animar talk-shows, mas a legitimidade jornalística melhora, em geral, a credibilidade dessas emissões. Até onde deveremos ir? Até onde, igualmente, a multiplicação de emissões que tratam de factos de sociedade, de costumes, de cultura, de religião, deverá continuar a ser regida por uma lógica da informação; e, se outras lógicas devem intervir, quais são elas? Existem, certamente, outros perfis profissionais para além dos quatro rapidamente evocados aqui. A pergunta é sempre a mesma: que princípio deve orientar-nos para qualificar a natureza da actividade? Tratar-se-á do aparecimento de um segmento de mercado rentável, sofrendo de legitimidade, capaz de conduzir a uma extensão da profissão de jornalista? Ou será, antes, a chegada de novos suportes, cujos riscos de desvio será necessário limitar? Ou uma reflexão sobre a natureza da informação fornecida? O velhíssimo debate acerca da identidade do jornalista deve ser retomado. Que relação devemos estabelecer entre essas três funções tão antigas de testemunha, de actor e de porta-voz, todas três valorizadas pela evolução actual mas cada vez mais contraditórias?

I. Informar é menos perigoso nas democracias do que nas ditaduras...

Admitir a diferença radical de situação entre as duas formas de jornalismo é essencial para evitar amálgamas enganadoras. As dificuldades, muitas vezes trágicas, do jornalismo nas segundas não podem servir de caução aos erros e ao desleixo dos jornalistas nas primeiras. O problema não está só na

necessidade de diferenciar mais claramente os papéis e as responsabilidades, está sim, também, em assegurar, no caso dos jornalistas dos países ocidentais, uma maior solidariedade com os seus confrades que, na esmagadora maioria dos países do mundo, vivem dificilmente a sua profissão. A informação é instantânea e omnipresente mas, ao mesmo tempo, num número de países que continua a ser impressionante, mesmo ao lado dos computadores e dos satélites, os jornalistas continuam a penar nas prisões ou a ser martirizados. De que serve falar de uma "informação mundial" e sonhar com redes interactivas quando não se protegem, em nome dos direitos elementares do homem e da liberdade de informação, aqueles que, frágeis, estão na origem das informações que são repercutidas pelos quatro cantos do mundo poucos segundos depois? Lutar pela promoção de uma certa visão universalista da informação é, também, e talvez sobretudo, defender os profissionais da informação e aqueles que os ajudam: advogados, testemunhas, políticos, sindicalistas, religiosos, intelectuais, homens de cultura...

J. Aprender a resistir às indústrias da informação e da comunicação

As indústrias da informação e da comunicação, à força de compras e de concentrações, e por intermédio das figuras aparentemente épicas dos capitães de indústria que fazem fortuna, hoje em dia, com a comunicação — como outros, antes, o fizeram com o petróleo, com o aço, com a aeronáutica ou com o automóvel —, perturbam regularmente todos os equilíbrios, comprando, vendendo, licenciando e transformando as linhas editoriais. Estes empresários comportam-se com a informação e com os jornalistas da mesma maneira que qualquer capitão de indústria com o mundo dos negócios. Depois de garantirem às redacções, no momento das compras, vendas, fusões ou reestruturações, "o respeito pela liberdade dos jornalistas", bem como, pela independência destes e a sua vontade de não interferir no conteúdo dos jornais, esses mesmos industriais fazem despedimentos mais ou menos rapidamente, oferecendo aos jornalistas, graças ao sistema das cláusulas profissionais, a possibilidade de abandonar as redacções. Os jornalistas acentuam, aliás, a sua própria desestabilização veiculando, através de inquéritos, de editoriais e de boatos uma visão demiúrgica destes novos capitães. Os média são, de qualquer modo, mais benevolentes e mais fascinados pelos grandes predadores da finança do que pelos grandes industriais, os grandes comerciantes, os políticos, os homens de ciência e de cultura... Porquê esta diferença? Dito isto, a imprensa generalista continua a

ser mais digna do que a imprensa especializada que, sob a capa de "personalizar a informação", se aproxima muitas vezes, perigosamente, de uma "informação-promoção". Não se passa uma semana, um mês, em que a imprensa especializada não ponha em evidência um ou outro capitão do monopólio financeiro e industrial mundial.

Como pode o público levar a sério os jornalistas quando já não os vê lutar, de todos os modos possíveis, entre greves e conflitos, quando acontecem operações económico-político-financeiras de concentração que atentam manifestamente contra a liberdade de informação e de comunicação? É certo que não se passa facilmente de um lado para o outro da informação, do estatuto de quem faz as perguntas sobre os motivos de uma acção, para o estatuto de quem age. Mas, este mesmo problema coloca-se no caso de todas as profissões que observam a realidade e a reflexão avançaria com a simples colocação do problema. Agir é, de qualquer modo, muito difícil, mas não é negando as dificuldades da acção que esta se torna mais fácil. Resulta daqui, para o público, a percepção surda de uma defesa da liberdade de informação e de comunicação a duas velocidades. Resoluta, forte e espectacular, quando se trata de atentados à liberdade política, mais modesta, matizada e hesitante quando se trata de atentados ligados à lógica económica.

Os jornalistas não são a única profissão intelectual, individualista e, a priori, protegida, que se vê apanhada no remoinho dos interesses contraditórios. No futuro, o mundo académico e o da investigação, ambos tão individualistas e tão pouco à vontade com as lógicas do dinheiro, estarão na mesma situação. Lutar pela preservação de um certo estatuto jornalístico é, portanto, também, lutar para garantir as condições de uma certa liberdade de informação cujo desafio, como vemos, ultrapassa esse grupo profissional. Estas evoluções no domínio da informação, tão diametralmente opostas aos valores da verdade e do conhecimento, que nele dominam, prefiguram de resto, outras batalhas semelhantes noutros meios profissionais que gerem informação, conhecimento, cultura. É neste aspecto que lutar pela defesa de um certo modelo normativo do jornalismo tem repercussões que ultrapassam amplamente a simples defesa de uma profissão.

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 12

- BRAUMAN R. e BACKMAN R., Les Médias et l'humanitaire. Éthique de l'Information charité spectacle, Lille, 1996.
- CHARDON J.-M. e SAMAIN O., Le journaliste de radio, Paris, Economica, 1995.
- CHARON J.-M., Cartes de presse, Inquérito sobre os jornalistas, Paris, Stock, 1993.
- "Communication et journalisme", Avenirs, n.os 472-473, Onisep, Março-Abril, 1996.
- COLOMBANI J.-M., De la France en général et de ses dirigeants en particulier, Paris, Plon, 1996.
- DELPORTE C., Histoire du journalisme et des journalistes en France, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 2926, 1995.
- FASSIN É., "Une morale de la vérité; journalisme et pouvoir dans la culture politique américaine contemporaine", Esprit, n.º 226, Paris, 1996.
- FERENCZI T., Ils l'ont tué. L'affaire Salengro, Paris, Plon, 1995.
- GUÉRY L., Les Droits et devoirs du journaliste: textes essentiels, Lille, CFPJ, 1992.
- LEPIGEON J.-L. e WOLTON D., L'Information demain, de la presse aux nouveaux médias, Paris, La Documentation française, 1979.
- LIBOIS B., Éthique de l'Information. Essai sur la déontologie journalistique, Bruxelles, Éd. de l'Université de Bruxelles, 1994.
- MATHIEN M., Les journalistes et le système médiatique, Paris, Hachette Supérieur, 1992.
- MERCIER A., "L'institutionnalisation de la profession de journaliste", Hermès, n.os 13-14, "Espaces publics en images", Paris, Éd. du CNRS, 1994.
- MERCIER A., Le Journal télévisé, Paris, Presses de la FNSP, 1996.
- MONERY A., Les Journalistes de la liberté et la naissance de l'opinion publique (1789-1793), Paris, Grasset, 1989.
- PADIOLEAU J.-G., Le Monde et le Washington Post, précepteurs et mousquetaires, Paris, PUF, 1985.
- PLENEL E., Un temps de chien, Paris, Stock, 1994.
- POIVRE D'ARVOR P., Lettre ouverte aux violeurs de vie privée, Paris, Albin Michel, 1997.
- RUELLAN D., Le Professionnalisme du flou: identité et savoir-faire des journalistes français, Grenoble, PUG, 1993.

WOLTON D., "Journalists: the Tarpeian Rock is closed to the Capitol", *Journal of Communication*, vol. 42, n.º 3, Verão de 1992.

QUINTA PARTE

AS NOVAS TECNOLOGIAS

INTRODUÇÃO

OS DANOS DA IDEOLOGIA TÉCNICA

As novas técnicas ilustram de maneira exemplar o lugar central que a informação e a comunicação ocupam na sociedade ocidental uma vez que, a partir de novos serviços na informática, das telecomunicações e da televisão é anunciado, muito simplesmente, o nascimento de uma nova sociedade. Em menos de vinte anos o tema da sociedade da informação impôs-se com um êxito considerável, legitimado pela perspectiva, pelas indústrias da comunicação, pelos tecnocratas, por um certo discurso de engenheiros e pelos média. Está de tal maneira na ordem das coisas que parece insensato fazer-lhe oposição.

É preciso sublinhar aqui a especificidade, para não dizer a originalidade da ideologia técnica. É certo que esta, como qualquer ideologia, é "um conjunto de ideias, de convicções, de doutrinas próprias a uma época, a uma sociedade ou a uma classe" (segundo o Petit Robert), mas a sua configuração é relativamente marcada pelo contexto histórico.

Não se trata de uma ideologia da ciência, no sentido em que esta existiu no século XIX através dos livros, jornais, publicações, assente na ideia dos conhecimentos e do progresso, uma vez que hoje em dia a ciência, como valor, está em crise. É certamente o último valor que resta numa sociedade laica, mas a manipulação da matéria, com a energia atômica e a da vida, bem como com a biologia, fizeram-lhe perder a aura que foi a sua durante mais de dois séculos.

Trata-se, agora, de uma ideologia mais modesta, por duas razões. A primeira está ligada ao facto de incidir sobre as técnicas. Até mesmo as suas performances têm qualquer coisa de excepcional, não estão ao mesmo nível

teórico que os saberes. Directamente ligadas ao indivíduo e à sociedade, elas não transformam nem a Natureza, nem a matéria. Se fascinam os homens, porque podem decuplicar a sua capacidade de tratamento da informação, não têm o mesmo prestígio que as ciências e que as técnicas que modificaram, directamente, a relação com o cosmos. Enquanto a ideologia científica do final do século XIX e início do século XX estava ligada a uma noção de progresso dos conhecimentos, do saber, a das técnicas de comunicação situa-se mais modestamente quanto à capacidade de melhorar as relações individuais e sociais. A segunda razão do carácter aparentemente mais modesto desta ideologia é que ela surge sobre os escombros das grandes ideologias políticas que pretendiam transformar o mundo. O malogro torna-nos modestos e a ideologia técnica não teve, a priori, o mesmo nível de ambição histórica que as grandes ideologias religiosas, políticas ou científicas. Na verdade, verifica-se que a ideologia técnica tem um impacte social considerável, precisamente por ser modesta e instrumental. É certo que ela pretende, como qualquer ideologia, transformar o mundo, mas a partir de realidades compreensíveis por toda a gente. Por outras palavras, a sua modéstia aparente é uma garantia do seu êxito, ligado à sua dimensão instrumental. Desconfia-se da ciência, desconfia-se menos de uma técnica, principalmente se esta tem que ver com a comunicação. Uma vez que há sempre comunicação numa sociedade e que as promessas técnicas permitem uma comunicação em pleno, a saída sonhada é, naturalmente, o aparecimento de uma sociedade da comunicação. Um exemplo: a Internet. Esta rede que hoje fascina ilustra sem dúvida melhor as expectativas e as esperanças significa, na realidade, pelo sufixo "net" a rede; e Webs, a "teia de aranha". O que simboliza o aparecimento da liberdade individual designa, na realidade, um fio, uma teia de aranha. Quer dizer que toda a gente, intuitivamente, se quer libertar. E quem diz teia de aranha ou fio, diz alguém que o atira e que o apanha. Quem apanha aqui? E o que é que se apanha? A quem aproveita? Estranho...

Até que ponto as técnicas da comunicação serão realmente o sector-chave da economia do futuro e até que ponto desenham elas o modelo de uma nova sociedade? Aquilo a que eu chamo, com outros, a ideologia técnica, consiste, precisamente, em estabelecer um elo directo entre os três e a reflexão crítica procura mostrar as contradições mas, sobretudo, as descontinuidades, entre estas três lógicas. Não é porque as técnicas de comunicação afectam o funcionamento das nossas economias que dão origem a uma nova sociedade. É próprio da ideologia estabelecer continuidades e correspondências entre fenómenos de natureza diferente. A dificuldade de

uma reflexão teórica vem do facto de, nos anos 50, com os primeiros computadores, ter nascido um discurso que não parou de se amplificar depois, segundo o qual não se tratava apenas da gestão cada vez mais rápida do fluxo de informação mas, também, do aparecimento de uma nova sociedade. Nenhuma outra técnica, desde o século XIX, a não ser a "fada electricidade", deu origem a um tal discurso sintético, ligando de forma tão natural o mundo dos artefactos, o dos interesses e o dos valores. É nisto que a ideologia técnica, apesar da sua aparência modesta, é terrível, porque combina as três dimensões de todas as ideologias: por meio dos fantasmas que projecta sobre a sociedade da informação, ela veicula um projecto político; pela sua dimensão naturalmente antropológica, constitui um sistema de convicção; pelas suas implicações económicas, é uma ideologia de acção.

Quais são os elementos que condicionam o desenvolvimento da ideologia técnica? O mercado e o público. O mercado porque, apesar das previsões é quem constitui, afinal, a prova de verdade. O público porque, a cavalo entre a economia e a sociedade manifesta, pelo seu comportamento, aquilo que espera dessas técnicas. Se os agentes técnicos e económicos têm, evidentemente, interesse na desregulamentação, é pela capacidade dos actores políticos para preservar uma regulamentação independente dos interesses estritos das indústrias da comunicação que será medida, realmente, a sua distância em relação à "revolução" da informação na sociedade.

Se o discurso ideológico parte das capacidades técnicas para remontar à economia e terminar num modelo de sociedade, o discurso de bom senso recordará a autonomia de cada um destes níveis e sublinhará até que ponto é à ordem política, por intermédio da regulamentação, que compete organizar as relações entre técnicas, economia e sociedade. A força da ideologia técnica vê-se na sua incapacidade para ouvir um argumento adverso, na sua prontidão em desqualificar o argumento contrário e na sua facilidade em apelidar de passadistas, conservadores, medrosos e hostis ao "progresso" todos os que se lhe opõem. Vêmo-lo no escasso interesse manifestado pelos trabalhos dos investigadores, especialistas neste sector que, na sua maioria, contestam essa utopia da sociedade da informação. São preteridos de maneira quase ostensiva a favor de alguns autores que apoiam a ideologia da revolução da comunicação. Se a força de um discurso ideológico, como foi o caso, por exemplo, do marxismo, se mede pela sua capacidade de desqualificar as

objecções então, aquele que rodeia as técnicas de comunicação assemelha-se, realmente, a uma ideologia.

Três efeitos perversos resultam desta ideologia. Em primeiro lugar, a confusão entre estas três palavras, próximas, mas de sentido bem diferente: mundial, global, universal. Qual é a diferença? As técnicas da comunicação tornam-se hoje mundiais; a economia capitalista globaliza-se e o Ocidente defende valores universais. A ideologia técnica estabelece um sentido entre os três: as técnicas da comunicação, mundializando-se são um instrumento necessário à globalização da economia e ambos, ao ampliar as fronteiras, transformam-se no braço armado do universalismo ocidental. Daí a crer que os três são sinónimos, vai apenas um passo, a não dar. Não remetem nem para as mesmas realidades, nem para os mesmos valores, mas o desafio da ideologia técnica consiste, precisamente, em estabelecer uma correspondência entre os três. Se a mundialização das técnicas fascina, a globalização das economias inquieta, enquanto a ideia de universalismo seduz. Para eliminar estas dúvidas, o melhor será investir a mundialização das técnicas e a globalização das economias da dimensão normativa que rodeia a referência ao universal. O universalismo serve de caução a um desenvolvimento das técnicas de comunicação à escala mundial e a uma globalização constante da economia capitalista. Mas estas duas realidades técnicas e económicas têm pouca relação com o sistema de pensamento do universalismo que, como vimos na parte desta obra dedicada à democracia e à informação, é contestado pelos países do Sul. Estes últimos vêm nele, sobretudo, a marca de um imperialismo. Para o Sul, e mesmo para certos países do Norte, a mundialização das técnicas de comunicação e a sua inserção numa economia mundial nada têm que ver com um certo ideal de universalismo proposto pela civilização ocidental e pensado aliás, num tempo, o século XVIII, que não conhecia nem o mundo finito e os seus mercados, nem as técnicas de comunicação e a conquista do tempo. O risco é, portanto, que o valor universal ligado ao sistema ocidental e já em parte contestado no plano mundial, sirva de caução a lógicas técnicas e económicas afastadas de qualquer referência normativa. Quanto mais se dissociam estas três palavras, mais se evita a unidimensionalização da realidade, premissa de todos os conformismos. Se referências exteriores à lógica do mercado e das técnicas já não conseguem impor-se, a que assistiremos? À incorporação de referências universalizantes numa estrita linguagem técnica e económica. E portanto, a prazo, à sua contestação radical.

Não, as três palavras não têm o mesmo sentido e a mundialização das técnicas, como a globalização da economia, não constituem a instrumentalização dos valores do pensamento universalista.

O segundo efeito perverso da ideologia técnica consiste em crer que as técnicas de comunicação são sinónimo de liberdade. Foi verdade no passado, já não é verdade hoje. As ditaduras aprenderam a jogar com os média ocidentais, a virar contra eles os seus discursos, a utilizar as mesmas técnicas em seu proveito. Já não existe uma ligação directa entre técnicas de comunicação e valores ocidentais. Por outras palavras, as parabólicas dos satélites não são o primeiro passo em direcção à democracia e os fundamentalistas de todos os tipos aprendem, como vemos, a servir-se deles e a virá-los contra o Ocidente. A técnica não basta para definir o uso. O que é uma inversão copernicana na história das técnicas da comunicação. Porque, com poucas excepções, a história da imprensa escrita e, mais tarde, a da rádio e da televisão foram, afinal, factores de liberdade. Numa palavra, pode haver, simultaneamente, muitos computadores, muitas parabólicas e regimes autoritários.

O terceiro efeito perverso da ideologia técnica consiste em pôr no mesmo plano a oferta e a procura. De momento, a oferta está grandemente adiantada em relação à procura o que, afinal, é bastante frequente na história da técnica e que se explica pelo facto de as necessidades de comunicação dependerem em primeiro lugar da satisfação das necessidades fundamentais. Mas, em vez de admitir esta incerteza, a ideologia técnica age, pelo contrário, como se as necessidades fossem desenvolver-se naturalmente.

A procura em matéria de comunicação depende, contudo, do ambiente social e cultural e nada nos diz que não irá ao encontro da oferta de serviços. A História fará talvez aparecer outras necessidades, reclamando outros meios para além dos oferecidos pelas técnicas de comunicação. Portanto nada, a priori, que garanta que a nova procura de comunicação achará a sua satisfação na oferta actual de técnica e de serviços. É um exemplo típico de fuga para a frente tecnológica: uma vez que existe uma crise da comunicação entre os indivíduos, os meios sociais e as gerações, postula--se que a oferta cada vez mais potente das técnicas trará os elementos de resposta. É sempre a mesma ideia característica da ideologia técnica: confundir eficácia técnica e eficácias humanas e sociais.

Para avaliar o impacto das novas técnicas de comunicação e tentar compreender aquilo que elas irão mudar ou não irão mudar é preciso voltar aos dois princípios seguintes. Em primeiro lugar: reconhecer que toda a comunicação é uma relação de força. Sendo o horizonte de qualquer comunicação a relação com o outro, ela nunca tem a certeza de ter êxito. E isto desde sempre, tanto a nível individual como a nível colectivo. Ora, a maioria dos discursos acerca das novas técnicas de comunicação negam esta realidade da relação de forças fazendo mesmo da comunicação o sector que, por excelência, lhe escaparia... Em segundo lugar: a partir do momento em que qualquer comunicação é uma relação de força, o que é que se ganha e o que será que se perde em cada nova forma de comunicação? As técnicas, nomeadamente de comunicação, permitem geralmente economizar um esforço. Mas se oferecem um serviço superior, é sempre com um custo, não só financeiro, como antropológico, pois que qualquer técnica, sobretudo de comunicação, consiste em substituir uma actividade humana directa por uma actividade mediatizada através de um instrumento ou de um serviço. E, portanto, em suprimir uma experiência humana cujo conteúdo nem sempre se encontra nessas técnicas. Hoje em dia, nenhuma das promessas técnicas refere aquilo que se perde nesta comunicação mediatizada pelas novas técnicas. Dizer que elas permitem melhorar a comunicação humana é um pouco curto... Discernir o que se perde em relação ao que se ganha por cada novo serviço de comunicação é, pois, essencial, para evitar as decepções posteriores. Os desafios económicos ligados às novas técnicas de comunicação são de tal modo consideráveis, à escala do mundo, que parece muito improvável que ninguém pague pelos outros...

Comunicar com os outros tem sempre um preço. E o preço remete aqui, cada vez mais, para estratégias financeiras e comerciais mundiais, muito longe dos ideais de liberdade e de fraternidade que florescem, aliás, nos discursos acerca da "sociedade da informação". Na realidade, na relação entre comunicação e sociedade está-se sempre sobre o fio da navalha. Entre, por um lado, o que permanece conforme com um certo ideal de democracia e de libertação do homem e, por outro, aquilo que passou a ter que ver com lógicas de poder e de interesse.

CAPÍTULO 13

AS CHAVES DO ÊXITO: TRANSPARÊNCIA, RAPIDEZ E IMEDIATEZ

Há mais de vinte anos que se fala da "sociedade da informação e da comunicação". As primeiras obras de economistas, muitas vezes norteamericanos e certos trabalhos de prospectivistas, datam dos anos 70. Mas o tema popularizou-se a partir dos anos 90, ao ponto de se tornar um dos temas principais do espaço público e dos média. Não se passa uma semana sem que um semanário ou um jornal diário louve os méritos e as promessas das autoestradas da informação, as virtudes da interactividade e os prodígios da Internet. É como se, em menos de dez anos, tivéssemos passado do arcaísmo para as utopias da informação e, depois, para os mercados florescentes e, por fim, para as mutações sociais e culturais que revolucionam tudo ao mesmo tempo: o trabalho, a educação, os tempos livres, os serviços. Em suma, como se tudo, ou quase tudo, já tivesse mudado...

I. As condições técnicas

Os discursos são tão inflacionistas que nos esquecemos da realidade, acreditando que cada um está já, em sua casa, perante esse famoso "muro de imagens", must da modernidade tecnológica, que permite fazer um zapping entre, pelo menos, sessenta a cem canais (¹). No entanto, em todos os países, a esmagadora maioria dos espectadores veem entre cinco a sete canais, e a

¹ Recordemos que em França há vinte e três milhões de aparelhos de televisão e que, ainda que a montagem de equipamento no caso das parabólicas seja rápida, deverá haver actualmente menos de dois milhões, ou seja, o mesmo número que o dos fogos que recebem televisão por cabo. Há portanto, ainda, uma grande distância entre a realidade e os fantasmas da sociedade interactiva. Pressupondo evidentemente, que se trate de um ideal a atingir...

audiência concentra-se apenas em três ou quatro. Mas a realidade não interessa porque, se ainda não mudou, ainda irá mudar... O mesmo desfasamento se verifica no caso da Internet. Fala-se tanto dela no quotidiano que nos esquecemos de que há apenas trinta ou quarenta milhões de computadores no mundo que estão ligados a ela, que vinte e quatro milhões dos quais estão nos Estados Unidos, quando, a julgar pela cobertura feita pela imprensa, se poderia facilmente julgar que o bilião de habitantes dos países ricos já são utilizadores. À escala da França já ninguém fala do êxito excepcional dos seis milhões de Minitel e dos seus catorze milhões de utilizadores o que constitui um êxito mundial no género. Só se fala dos 120 000 a 200 000 utilizadores da Internet em França, apresentados como o "sal da França" e como a vanguarda da sociedade de amanhã... Quem é que não leu reportagens nem viu programas de televisão acerca dos "cibercafés", esses lugares "do futuro" onde qualquer pessoa pode, numa atmosfera de convívio, dialogar com o outro lado do mundo? Há uma desproporção considerável entre esses poucos cafés e o número de emissões que lhe são consagradas, e somos levados a crer que os cafés "antigos" desapareceram porque se fala menos deles... No entanto, é possível ser um perfeito internauta e ser incapaz de falar com os outros. Esquizofrénicos, mas ligados à Internet. Em suma, se o fenómeno continua a ser amplamente minoritário a nível dos factos, é amplamente maioritário nos média, nas conversas, nas referências. Todos aqueles que têm medo de não estar dentro do assunto, acrescentam um comentário. Se não fosse a cruel realidade dos factos, poderíamos julgar que todos os franceses "inteligentes", bem como os ingleses, os alemães, enfim, todos os que "vivem no seu tempo" e se preocupam com o futuro estão ligados à Internet...

De facto, o que se impõe e que me interessa em primeiro lugar é o significado cultural. Antes de ir mais longe na análise crítica do tema da "sociedade da informação" é preciso compreender as razões do êxito das novas técnicas. O computador tornou-se, um pouco, o objecto-farol, como o carro dos anos 50-60. Falar de alienação aos interesses das indústrias não dá crédito à inteligência do público. É preciso regressar ao facto, não desacreditar, a priori, esse vasto movimento a favor da sociedade de informação e compreender as suas motivações. Elas são, na minha opinião, numerosas e de estatuto diferente, mas eu colocaria de bom grado a hipótese de que se trata, antes de mais, de motivações de ordem cultural.

Parece-me que há cinco razões de natureza diferente mas que se completam, capazes de explicar o movimento actual. São elas: a ruptura com

os média de massas, a aventura de uma geração, o símbolo da modernidade, a resposta a uma certa angústia antropológica e o sonho de um "curto-circuito" para o desenvolvimento dos países pobres.

Mas, antes, é preciso recordar em que é que consiste essa "revolução".

As condições técnicas são, evidentemente, primordiais. Não há auto-estradas da informação sem interligação dos serviços de informática, de telecomunicações e do audiovisual. Em matéria industrial, a forma dos mercados que se desenham não será a mesma segundo o tipo de tecnologia que vencer (informática, telecomunicações, audiovisual...). O terminal será relativamente diferente conforme se tratar de um computador, de uma antena de televisão ou de uma super central telefónica. Mas, de qualquer maneira, o utilizador terá acesso, qualquer que seja o terminal, aos serviços interligados destas três tecnologias, e o transporte do texto, do som e da imagem permitirá os "3 A" do multimédia: anytime, anywhere, anything. Para que isto seja possível, sem fila de espera — o que está longe de ser o caso, hoje em dia —, é preciso uma numerização e uma compressão dos dados. A terceira condição é o aperfeiçoamento de suportes de armazenamento à medida da gestão destes fluxos de informações. Por fim, a quarta condição, a instalação de redes de bandas duplas permitindo a interactividade e a circulação das informações "em pacotes". É, pois, simultaneamente, a capacidade de cálculo, de armazenamento, de transporte nos dois sentidos e a descida dos custos que explicam o êxito das tecnologias da informação cujo símbolo talvez seja a Internet, mesmo se não é nem a tecnologia, nem o serviço mais difundido. Como dizia em 1993, o vice-presidente Al Gore, grande defensor e propagandista do tema, trata-se de "oferecer à população a possibilidade de aceder a uma multidão de serviços de informação e de distração, por um preço módico." E como lembrava também G. Thery, autor do relatório sobre as auto-estradas da informação (Out. 94), "a revolução do ano 2000 será a da informação para todos".

A grande mudança é assim: a perspectiva dos mercados de massas. É certo que a oferta é, de momento, superior à procura, mas esta parece ter-se acelerado nos últimos dez anos. A economia, condição prática para o desenvolvimento das possibilidades técnicas, será a segunda condição desta inovação de massas. A terceira é de ordem política e chama-se desregulamentação. Como será possível constituir um mercado mundial da informação e da comunicação se as fronteiras impedirem os fluxos transnacionais? Esta é a batalha ideológica, económica e política travada pelos

Estados Unidos desde o final dos anos 80, nomeadamente através das negociações do GATT e da OMC. É aqui que convergem, muito precisamente, os ideais de uma sociedade de informação e os interesses vitais das indústrias da informação, infinitamente ligadas à batalha jurídica a favor da desregulamentação.

A configuração desta sociedade não será exactamente a mesma se forem os fabricantes de informática e de electrónica a levar a melhor, quer se trate dos operadores de telecomunicações ou dos agentes dos grandes grupos de comunicação (televisão e cinema). O panorama mudará, igualmente, se for a lógica da fibra óptica ou a dos satélites a dominar, se as negociações internacionais permitirem a normalização ou, pelo contrário, a competição pelas consolas de acesso, se a imagem numérica for o mercado vencedor, a menos que não continue a sê-lo, muito simplesmente, ainda, o telefone ou os dados informáticos, se forem os produtos "off-line" ou "on-line" a impor-se ou se o mercado principal for o profissional ou o doméstico... Mas, em qualquer dos casos, os desafios económicos são consideráveis. Pode mesmo dizer-se que, apesar dos discursos optimistas acerca do mercado do futuro, a violência das batalhas pela desregulamentação traduz uma certa inquietação acerca da amplitude deste mercado. Se este tem que ser tão natural e rapidamente internacional, porquê tanta precipitação na sua abertura? Bastaria esperar pelos seus benefícios. É, sem dúvida, porque continua a haver uma incerteza em relação à dimensão e à rapidez da constituição deste mercado "mundial" que os agentes económicos querem ter todas as possibilidades do seu lado, assegurando imediatamente a abertura das fronteiras.

II. As cinco razões do êxito

A. A ruptura com os média de massas

Ruptura por três razões. Em primeiro lugar, a televisão faz parte do presente indefinido, enquanto que a "Net" está do lado do futuro. Como se costuma dizer: "A coisa está a mudar!" Depois, o utilizador tem a sensação de se tornar activo. Já não recebe imagens, toma a iniciativa. É certo que, com a televisão temática, a impressão de escolher é mais forte, mas continuamos a estar numa lógica da recepção: olha-se e depois, fala-se mas, com o

computador, estamos noutra espaço. Em primeiro lugar não estão as imagens mas, sim, o teclado e o utilizador tem a sensação de agir individualmente, de dialogar até, com alguém. A interacção assegurada pelo teclado dá uma sensação de responsabilidade e de acção. Por fim, as novas técnicas satisfazem uma formidável necessidade de comunicação imediata. A Internet é o contrário da televisão, o intercâmbio tem prioridade sobre a imagem. O conteúdo é tanto menos importante quanto o dispositivo e a instantaneidade parecem mais satisfatórios que o conteúdo da mensagem recebida. Iniciar a comunicação por si próprio cria uma sensação de igualdade. As novas tecnologias, mesmo se isso é falso na realidade, dão a impressão de uma maior liberdade que os média de massas. Com o computador, o utilizador tem a impressão de ser o agente daquilo que faz. É a força do "do it yourself".

B. A aventura cultural de uma geração

É impossível compreender o êxito das tecnologias da informação sem ver nelas, em primeiro lugar, o sinal de uma geração. Uma geração que nasceu com a televisão, viu os pais consagrar-lhe uma parte considerável do seu tempo e que, de repente, tem a sensação de criar o seu próprio terreno de aventuras, de poder inventar alguma coisa e distinguir-se, assim, das gerações anteriores. Aliás, este universo é pouco compreensível para os adultos, os jovens acrescentam-lhe códigos, vocabulários e o esboço de uma subcultura para fazer compreender a sua diferença e o facto de que se trata de uma "outra época"...

É um terreno novo de "gosto vindo de outros lugares" aberto às aventuras individuais, e ninguém duvida que a promoção rápida de génios do "bricolage" telemático seduz uma geração que tem a sensação de poder inventar, sem ter que se justificar por isso. Além disso, o domínio do vocabulário inglês reforça a ideia de pertença a uma outra cultura, diferente da dos seus pais. Os intercâmbios na Internet que têm lugar em francês são menos de 5%. Por fim, é uma aventura valorizante para uma geração que só conheceu a crise e o desemprego. São actividades que têm um futuro onde é possível criar outras solidariedades e inventar uma arte de viver. Todas estas dimensões culturais, exteriores às características propriamente técnicas, são importantes. A cultura da rapidez e o fim das distâncias também agradam, bem como, a origem militar desses serviços, ainda que implícita. Em todo o caso, o carácter sofisticado destas tecnologias é, incontestavelmente, um factor de sedução. Poder comunicar com qualquer pessoa a qualquer hora, a partir de qualquer

lugar, sobre qualquer assunto, tem qualquer coisa de fascinante. Há sempre alguém, algures, com quem podemos entrar em relação; uma espécie de duplo, com o qual é possível "dialogar" instantaneamente sem precisar de o referir a ninguém.

Esta ruptura reintroduz, assim, a ideia de mudança radical. Os jovens podem ter acesso a um mundo técnico no qual os progressos são ainda possíveis. Nem tudo é conhecido. Desenha-se uma nova fronteira que escapa à cultura dos adultos, permitindo ser agente de uma nova etapa do progresso. Com a Internet predomina a esperança de um progresso possível, já não apenas na ciência física, na conquista do espaço ou na ciência biológica e no conhecimento dos seres vivos mas, também, no caso da sociedade e dos homens (²).

A Internet, como meio de empreender um salto qualitativo na história da comunicação e de estabelecer novas solidariedades. Que assim seja é, evidentemente, discutível, mas o mais importante é a certeza, para uma juventude em busca de ideais, de ser agente de um mundo novo.

Voltamos a encontrar a ideia desta ruptura cultural no vocabulário: Internet, ciberespaço, navegação, interactividade, internautas, redes, plataformas, serviços em linha, Newsgroups... Não só as palavras são mágicas, como funcionam como chaves de um outro mundo, em via de constituição. As BD e os desenhos animados de há duas ou três gerações atrás tornam-se realidade. O que uma geração já não procura numa ideologia política, como acontecia nos caso da dos anos 60, encontra hoje em dia na cibercultura, no ciberespaço. Tem também aí a sensação de um progresso uma vez que se trata de algo de tangível, que afecta imediatamente o indivíduo e a sua liberdade, ou seja, que está no seio do modelo da sociedade individualista de massas. A ligação entre o indivíduo e o número é, enfim, possível. O instrumento torna-se aqui, directamente, o suporte deste valor tão procurado: a comunicação com o outro. Estes serviços têm mesmo uma qualidade superior, uma vez que permitem passar, da sociedade da informação, à sociedade da imaginação abrindo, assim, outros espaços. É nisto que "a geração Internet" não tem a impressão de ser instrumentalizada, esmagada até, numa batalha industrial que a ultrapassa tendo, pelo contrário, a impressão de ser pioneira da primeira sociedade do imaginário...

² Cf. por exemplo, as obras de: Negroponte N., *L'Homme numérique*, Paris, Laffont, 1995; Rosnay J. de, *L'Homme symbiotique. Regards sur le troisième millénaire*, Paris, Seuil, 1995; Lévy P., *Qu'est-ce que le virtuel?* Paris, La Découverte, 1995.

Terrível contra-senso, mas que corresponde à realidade vivida. O significado cultural da Internet parece mais importante do que a batalha económica e industrial, uma vez que essas redes condensam todas as aspirações da sociedade individualista de massas: o indivíduo, o número, a liberdade, a igualdade, a rapidez, a ausência de condicionalismos. As diásporas podem, assim, entrar em relação, permitindo combinar o desejo de viver em grupo sem ficar isolado dos outros grupos semelhantes do outro lado do mundo. Uma espécie de nova figura do universal que se liberta dos territórios, autorizando as comunidades a reforçar as suas identidades e os seus laços através das redes extraterritorializadas. É, um pouco, o sonho de uma utopia imaterial. Como se, depois da conquista da Natureza e da matéria, as tecnologias da informação fossem dominar o tempo e o espaço abrindo, assim, a via para uma sociedade de relação. A liberdade, o imaginário, "o fora da lei", mais do que o "sem lei", com uma mistura de transparência e de novidade, imperam neste Far West da comunicação. É por isso, por exemplo, que a batalha essencial da desregulamentação não é encarada como um desafio político fundamental, como foi para a geração precedente, o Terceiro Mundo, por exemplo, pois a desregulamentação é sentida, a priori, como uma mudança em sincronia com outras: é preciso que tudo circule. É preciso que haja mais "liberdades". É assim que qualquer vontade de regulamentação da Net para limitar os tráficos, as máfias, a pornografia, o tráfico de medicamentos, é amplamente entendida como uma censura à liberdade. E a amálgama é tanto mais rápida quanto os regimes comunistas e religiosos querem, por outro lado, limitar o acesso e o uso da Internet. "Demasiada regulamentação mataria a rede", parece dizer uma boa parte dos seus fãs... Os adeptos da Internet, sem o dizer explicitamente, não estão longe de pensar que são artífices de uma utopia que talvez consiga ter maior êxito em mudar o estado de coisas do que as gerações anteriores. E é provavelmente assim que a geração da Internet se inscreve numa filiação e numa história. Assiste-se a dois fenómenos contraditórios. A instauração numa cultura do instante, do tempo indefinido, onde tudo é possível com, simultaneamente, a sensação de contribuir com mais uma pedra para a história do progresso. De boa-fé, esta geração, à qual não se anuncia outro destino além de uma eventual saída do desemprego, tem a convicção de ser portadora, com estas suas técnicas e estes serviços, de ideias e de projectos que relançam a esperança. E de ser a primeira a criar uma espécie de cultura, de sociedade até, baseada na "solidariedade tecnológica". Como não respeitar essa percepção de uma juventude que tem a sensação de que histórica e politicamente tudo foi tentado pelos mais velhos e que só lhe

resta acomodar-se ao consumo, à crise e ao desemprego? O investimento afectivo e cultural, considerável, nestes novos serviços, vai bastante além do seu carácter técnico. Constitui, com efeito, um investimento na História e no progresso. É neste aspecto que se torna difícil fazer uma crítica simples do fenómeno.

C. O símbolo da modernidade

A Internet não é apenas o símbolo de uma geração, é também o símbolo da modernidade. No caso das técnicas de comunicação tudo é limpo, desprovido de dejectos. Nada ameaça a Natureza, como o nuclear. É imaterial, convivial, directo, soft, instantâneo, criando uma realidade virtual que não precisa de se justificar perante uma tradição. Lúdicas, sem quadro definido a priori, "as redes" favorecem a iniciativa individual e o conhecimento. O que é mágico com as técnicas de comunicação e tão em consonância com a modernidade, é o facto de se tratar de instrumentos que não exigem qualquer esforço e que libertam o homem de toda a aflição, para o fazerem navegar num universo silencioso. É aqui que se faz a ligação, sem dúvida, entre a ecologia e a comunicação. Nos valores da modernidade, a protecção do ambiente desempenha um papel essencial, quase semelhante ao tema da luta de classes no século passado. E perante esta problemática, os valores da informação e da comunicação são aliados objectivos. A cibersociedade não degrada a Natureza, observa-a e respeita-a. No futuro os seus cidadãos serão tão respeitadores do ecossistema como de todas as diferenças culturais... De certo modo reencontramos, na cibercultura, os mitos do pensamento socialista e comunista dos séculos XIX e XX. Mas — e esta diferença é capital — sem ódio nem violência. Como se as "gerações do computador" tendo compreendido, por fim, as violências da História, quisessem preencher uma nova página da história da humanidade, livre de sangue e de conflitos...

Tanto mais que, no caso da Internet, se gere conhecimento que é, talvez, um dos símbolos mais fortes do século XX. Depois de ter posto em dia as origens da matéria e, depois, da vida, e de ter conhecido as piores barbaridades, este século não estará, com a Internet, prestes a reconciliar-se com os conhecimentos e, portanto, com uma certa sabedoria? Colocando os conhecimentos numa posição central, valoriza-se a cultura logo, a educação, as quais se acham no seio destes instrumentos.

É o sonho de um mundo fraterno, sem fronteiras, sem hierarquia entre pobres e ricos, do qual as técnicas da comunicação seriam, um pouco, o porta-

estandarte. Comunicar de um lado ao outro do mundo já não custa nada, na condição de ter terminais. Todos os indivíduos podem, pois, entrar na grande rede. Imensa desforra das desigualdades económicas tradicionais. Nunca o sonho de uma espécie de igualdade, liberta de territórios e de fronteiras, pareceu estar tão perto. As fronteiras estão vencidas, com os seus territórios de miséria e de exploração possibilitando, enfim, uma sociedade da omnipresença⁽³⁾. O ecrã torna-se o lugar das representações da modernidade, com aquilo que ela tem de melhor: o ideal da transparência e da imediatez.

As auto-estradas da informação e o seu cortejo de virtualidade encarnam os valores da modernidade, onde dominam a conquista do tempo e do espaço, o fim do esforço, uma certa visão da instantaneidade, um sonho de convivialidade. Apercebemo-nos do lado idealista, senão perigoso, de uma tal utopia, mas porquê desqualificá-la à partida, quando vemos ao que conduziram os outros sonhos de sociedades ideais dos últimos dois séculos? É a ficção científica ao contrário, pois é surpreendente observar até que ponto são, afinal, humanistas e altruístas os discursos acerca "da sociedade da Internet". Os adeptos da "Net" querem, aliás, aprender a fazer o papel de polícias para manter nestas redes o carácter de liberdade e de convivialidade que faz a sua força. Do sonho de uma geração ao ideal da modernidade, encontramos aí elementos de sedução difíceis de desqualificar a priori. Tanto mais que, simultaneamente, as promessas de um trabalho mais livre e descentralizado fazem sonhar com o que poderia ser uma outra cultura do trabalho, livre de hierarquias inúteis. Quanto à educação, também tem a certeza de ser mais inovadora. Em suma, para qualquer lado para onde nos viremos, os ideais da modernidade encontram-se em consonância com os instrumentos informacionais de navegação...

D. Uma resposta à angústia antropológica moderna

³ Pierre Lévy também é um dos apologistas da "poesia do virtual"; escreve, a concluir o seu livro: "Escutai a interpelação desta arte, desta filosofia, desta política nunca vista: seres humanos, gente daqui e de qualquer lugar, sereis arrastados no grande movimento da desterritorialização, vós que estais agarrados ao hipercorpo da Humanidade e cujo pulso ecoa as suas gigantescas pulsações, vós que pensais, reunidos e dispersos por entre o hipercortex das nações, vós que viveis apanhados, divididos, neste imenso acontecimento do mundo que não pára de voltar sobre si mesmo e de se recriar, vós que sois atirados vivos para o virtual, sois apanhados neste enorme salto que a nossa espécie efectua em direcção a montante do fluxo do ser, sim, no próprio coração deste estranho turbilhão, estais em vossa casa. Bem-vindos à nova morada do género humano. Bem-vindos aos caminhos do virtual!" P. Lévy, *Qu'est-ce que le virtuel*, Paris, La Découverte, 1995, p. 146.

O êxito da Net não vem, somente, do facto de se tratar do símbolo de uma geração e da modernidade, mas também resolve certas angústias culturais contemporâneas. E, deste ponto de vista, podemos introduzir a hipótese seguinte: a adesão, quase excessiva, que as novas técnicas suscitam talvez seja, também, um meio de domesticar o medo que despertam. Uma espécie de "adesão por reacção" ou de fenómeno contrafóbico. Há, com efeito, algo de misterioso, de inquietante até, nesta comunicação plena mas, como é difícil estar contra a ciência e a tecnologia, mais vale aderir a elas completamente, como que para esconjurar a má sorte. Protegemo-nos aproximando-nos dela. Aderindo a ela maciçamente, temos menos medo e domesticamos a nossa apreensão. E, depois, criticámos tanto a geração dos anos 80-90 por se ter centrado no consumo, que esta encontra aí o meio de conciliar consumo e conhecimento. Das consolas aos computadores, dos jogos aos CD-Roms, fica com a sensação de que não "consome estupidamente". É certo que consome, nesse caso como noutros, mas por uma "boa causa", o que não é negligenciável no contencioso que opõe, tantas vezes, esta juventude, com um nível de consumo elevado, ao mundo dos adultos que vive dificilmente a crise económica, o desemprego e o fim de um certo modelo de consumo. Além disso, esta forma de comunicação por meio da máquina é menos constrangedora que a comunicação directa.

A vantagem dos dispositivos técnicos é, com efeito, limitar o face-a-face. O prazer está aí, sem que seja preciso gerir a presença do outro. Reencontramos aqui uma das contradições da antropologia moderna: comunicar, mas sem os condicionalismos impostos pelo outro.

Estes serviços interactivos resolvem, com efeito, simultaneamente, dois problemas existenciais da modernidade: a solidão e a necessidade de solidariedade. É possível sair da solidão e a disponibilidade facilitada por esses instrumentos abre espaço a toda a procura de solidariedade que poderia manifestar-se. O exemplo do correio electrónico ilustra bem estas duas dimensões. É pessoal, individual, barato e secreto, reflectindo assim o que está no centro do modelo individualista. Além disso, é uma possibilidade de entrar em diálogo com alguém, mais facilmente do que por meio do telefone ou do correio. Enfim, devido à rapidez das trocas e ao seu carácter anónimo, o correio electrónico facilita a solidariedade e a necessidade de dar, tão importante nas nossas sociedades. Temos, pois, simultaneamente, o indivíduo, o antídoto para a solidão e a porta aberta à solidariedade.

Tudo isto é tanto mais sedutor quanto não há sanção imediata da realidade. Reencontramos aqui o encanto e a ambiguidade da palavra virtual. Se a virtualidade seduz tanto, é também porque ela não abre para uma sanção do real. Fica-se num universo "do intervalo". Navegando no virtual, estamos no mundo, ao mesmo tempo que lhe escapamos e esta situação corresponde bastante bem ao contexto contemporâneo: simultaneamente presente e ausente do mundo. Desde o nascimento, o indivíduo, por intermédio dos média e do consumo sabe tudo acerca do mundo, mas aprendeu, também, a manter-se à distância. Para não ficar dividido entre o facto de saber tudo e o de não poder fazer nada, o cidadão moderno prefere instalar-se numa espécie de postura "entre duas águas", à qual as técnicas de comunicação interactivas estão adaptadas. Tanto mais que, por outro lado, o ruir das grandes ideologias não cria o desejo de um maior envolvimento na transformação do mundo. A comunicação virtual, com todos os seus serviços, corresponde pois, bastante bem, à lucidez um pouco desesperada do momento. Desejamos envolver-nos, mas sem acreditar; comunicar com os outros, mas sem ter que pagar o preço. A comunicação virtual constitui, também, uma espécie de substituto parcial das ideologias desastrosas do século XX. A Internet surge, assim, como primeira ultrapassagem da torre de Babel, sem as ilusões da grande noite, como uma busca de uma nova solidariedade baseada na comunhão à distância, sem a proximidade física.

O êxito das novas técnicas estaria, portanto, à altura das decepções ideológicas do século XX e é nisto que estas técnicas se ligam a uma certa angústia antropológica. Porque motivo esta ideologia, discutível é certo, seria pior do que todas aquelas que a precederam no século XX, e que foram muitíssimo mais mortíferas? Será preciso encontrar na palavra rede que, como observámos, é espantoso que seja símbolo de liberdade, a busca de um princípio de solidariedade? Serão as redes meios de manter coesas sociedades que não têm outros laços para além da comunicação? Os outros valores, políticos, religiosos, sociais, que deveriam assegurar uma melhor compreensão entre os homens terão falhado, ao ponto de ser difícil condená-la a priori sob o pretexto de ser mais recente e ligada a um novo mercado. O liberalismo, o socialismo, o comunismo e, antes deles, o catolicismo triunfante, não eram simultaneamente valores de emancipação e temíveis lógicas económicas e políticas sem grande relação com o seu ideal? Porquê negar à comunicação essa ambiguidade que se reconheceu, aliás, a todas as outras grandes filosofias e visões do mundo?

E. O "curto-circuito" do desenvolvimento mundial

Esta última razão, que poderia explicar o movimento actual é, sem dúvida, essencial, mesmo se nem sempre é verbalizada. Diz-se tanto que as novas técnicas da comunicação permitem uma comunicação instantânea de um lado ao outro do mundo, que muitos vêem nela a condição para saltar uma etapa desta interminável corrida ao desenvolvimento — para não dizer ao subdesenvolvimento — iniciada nos anos 60 e inscrever-se, assim, de súbito, na economia do século XXI. Se os satélites podem ser recebidos em toda a parte e se os computadores são tão eficazes em Hong Kong como em Yaundé ou em Bogotá, estão presentes os instrumentos de um outro desenvolvimento. As técnicas de comunicação constituem então, os meios de fazer o curto-circuito às etapas do desenvolvimento, reduzindo assim um pouco a distância entre os países ricos e os outros. Não só seria o meio de reequilibrar as relações Norte-Sul como, também, a maneira de desenvolver o diálogo Sul-Sul. Quebrar os laços Norte-Sul e estabelecer, enfim, uma comunicação Sul--Sul é, sem dúvida, uma hipótese para a emancipação em relação ao Norte e para ir beber a outras fontes de cooperação e de desenvolvimento. Utilizando os mesmos instrumentos que o Norte e criando novos circuitos de comunicação e de troca entre países do Sul, esses países encontrariam um dos factores da sua autonomia futura.

Esta geração do ano 2000, sensível à comunicação e à solidariedade vê, pois, nestes instrumentos, o meio de neutralizar os implacáveis efeitos do capitalismo. É certo que o desenvolvimento destes países se faz, também, de um modo capitalista, mas a ideia é que esses povos, uma vez equipados de terminais e integrados nas redes mundiais, saberão servir-se delas para os seus próprios interesses. As novas técnicas de comunicação permitiriam uma outra solidariedade, a abertura das fronteiras e a afirmação de novas competências...

Basta ver o enorme êxito da informação na Europa do Leste e na Rússia depois de 1900, para compreender as esperanças que esses países e as suas economias depositam nestas indústrias de um novo tipo. Encontramos aí, centuplicado, tudo o que já agrada ao Ocidente: a novidade, a ideia de Far West, a rapidez, o carácter "limpo", a dimensão de juventude, a liberdade de invenção, a criação de novas solidariedades, um meio de cortar radicalmente com um passado que se cola à pele... Sem esquecer a ideia de desforra, pois os povos da Europa de Leste têm a sensação de que, depois de 1945 — ou de

1917 no caso dos Russos — não tiveram as mesmas oportunidades que os Ocidentais. Hoje em dia e, principalmente, no futuro, com a ajuda de instrumentos comuns, mesmo apesar desta desvantagem inicial, estes povos orgulhosos e cultos sentem-se capazes de enfrentar os desafios. Se nas duas partes da Europa estiverem disponíveis, ao mesmo tempo, instrumentos idênticos, então as oportunidades, talvez pela primeira vez desde o início do século XX serão enfim, iguais. Este sentimento de desforra pacífica e de competição com armas iguais é muito forte no antigo campo comunista, como aliás em numerosos países do Sul. A Leste, como no Sul, achamos um pouco, em eco à etimologia da palavra cibernética, "ciência do leme e do governo", a ideia de que estes instrumentos permitem, finalmente, uma nova pilotagem da economia. Compreendemos, assim, porque motivo as novas técnicas de comunicação são encaradas, não como uma nova forma de domínio ou como uma ideologia mas, antes, como a condição de um novo começo. As primeiras verdadeiras oportunidades de um novo desenvolvimento para o Leste e o meio de reduzir a distância trágica entre o Norte e o Sul.

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 13

- AFTTEL, La Télématique française en marche vers les autoroutes de l'information, Paris, Les Éditions du téléphone, 1994.
- "Signification" BELL D., Vers la société post-industrielle, Paris, Laffont, 1976.
- BOURETZ P., Les Promesses du monde. Philosophie de Max Weber, Paris, Gallimard, col. "NRF essais", 1996.
- CASTEL F. du, La Révolution communicatinnelle. Les enjeux du multimedia, Paris, L'Harmattan, 1995.
- CHAMBAT P., CASTEL F. du e MUSSO P., L'Ordre communicationnel, Paris, La Documentation française, 1990.
- GOLDFINGER C., L'Utile et le Futile. L'économie de l'immatériel, Paris, Odile Jacob, 1994.
- GOUYOU-BEAUCHAMPS X., Les Nouvelles Techniques de télévision, Relatório a G. Longuet (Ministro da Indústria, dos Correios e Telecomunicações) e A. Carignon (Ministro da Comunicação), Agosto de 1993.
- JOHNSTON W., Post modernismo e bi-milenarismo, Paris, PUF, 1992.
- LAIDI Z., Un monde privé de sens, Paris, Fayard, 1994.
- LEMOINE P., Les Technologies de l'Information: en jeu stratégique pour la modernisation économique et sociale, Relatório ao Primeiro-ministro, Paris, La Documentation française, col. "Les rapports officiels", 1984.
- MACHLUP F., The Production and Distribution of Knowledge in the U.S., Princeton University Press, 1962.
- MATTELART A. e STOURDZE Y., Technologie, culture et communication: rapports complémentaires, Paris, La Documentation française, 1983
- MONET D., Le Multimédia, Paris, Flammarion, col. "Dominos", 1994.
- MUSSO P. (sob a direcção de), Communiquer demain; nouvelles technologies de l'information et de la communication, Paris, Datar, Éditions de l'Aube, 1994.
- NORA S. e MINC A., L'informatisation de la société, Paris, La Documentation française, 1978.
- PORAT M., The Information Economy. Definition and Measurement, 9 vols. Washington DC, Government Printings, 1977.
- RABOY M. et al., Développement culturel et mondialisation de l'économie, Quebeque, Institui québécois de recherche sur la culture, 1994.

- Relatório do Senado: Les Autoroutes de l'information et la mise en place d'une industrie globale de l'information aux États-Unis, Paris, Sénat n.º 245, 1995.
- Rapport sur l'Europe et la société d'information planétaire, Luxembourg, União Europeia, Office des publications européennes, 1994.
- REICH R., L'Économie mondialisée, Paris, Dunod (trad.), 1993.
- THERY G., Les Autoroutes de l'information, Paris, La Documentation française, col. "Les rapports officiels", 1994.
- TOFFLER A., La Troisième Vague, Paris, Denoel (trad.), 1980.
- VASSEUR F., Les Médias du futur, Paris, PUF col. "Que sais-je?", n.º 2685, 1993.
- WIEVER N., Cybernétique et société, Paris, UGE (trad.), 1962.
- WOLTON D., "Paradoxes et limites de la communication instrumentale", Une démocratie technologique, Québec, Université du Québec, ACFAS, 1989.

CAPÍTULO 14

AS SOLIDÕES INTERACTIVAS

Desde o Renascimento que tem sido atribuída à ciência e à técnica, periodicamente, a transformação da sociedade e não menos periodicamente, houve acontecimentos que vieram sublinhar os desfasamentos existentes entre as três lógicas, científica, técnica e social. Recordemos a que ponto a sociedade foi transformada pelo motor de explosão, pela electricidade, pelo petróleo, pelo automóvel, pelo comboio, pelo avião... Mas nunca houve um laço tão forte como no caso da comunicação, uma vez que, neste caso, é a forma da sociedade que adquire o nome da técnica dominante. E isto tanto mais que já não há, hoje em dia, no mundo ocidental, outros sistemas de referência.

A ideologia da comunicação passou a ser a ideologia de substituição. Não se opõe a nenhuma outra, é a ideologia dominante. Com um factor suplementar de legitimação, o de encarnar a mudança. Ora, no Ocidente, pelo menos de há um século para cá, a mudança é identificada com o progresso e, como as técnicas de comunicação são chamadas a modificar a sociedade de modo considerável, são duplamente legitimadas e valorizadas. Instala-se uma espécie de par-modelo, de interesses complementares: "técnica de comunicação e mudança". A ideologia técnica passa a ser a ideologia da sociedade actual. Tanto mais que, com as técnicas de comunicação, estamos "do lado bom" da ciência, uma vez que estas não ameaçam nem a Natureza, nem a matéria e têm, como objectivo, uma melhoria das relações humanas e sociais. Além disso, estes instrumentos parecem fazer directamente a ligação entre as dimensões funcionais e normativas. Ou antes, vemos nas suas capacidades funcionais (estabelecer intercâmbios mais depressa; gerir um grande número de informações; abolir as distâncias...) a possibilidade de resolver os problemas da sociedade, já não de um ponto de vista funcional mas normativo (compreender-se, falar-se...). As capacidades funcionais são completadas através de uma capacidade normativa; pressupõe-se que as performances funcionais irão resolver os problemas de solidão e de solidariedade.

A ideologia técnica é isto: por um lado, investir a técnica de uma função que, antes, residia na religião, depois na política e, por fim, na ciência; por outro lado, dotar essas técnicas da capacidade de mudar a sociedade encarnando os valores mais fortes das sociedades democráticas: a liberdade, a igualdade e o intercâmbio. É a intersecção destas duas dimensões que explica a valorização destas técnicas que permitem, além disso, fazer a ligação entre a escala individual e o número. Pressupõe-se que a presença dos mesmos computadores e dos mesmos ecrãs, do trabalho aos tempos livres, da educação aos serviços, de casa ao hospital... seja um factor de racionalização determinante. Estamos aí no seio da ideologia técnica, nessa tentação de investir um instrumento da capacidade de resolver um problema cultural, social, político, que tem que ver com uma outra lógica. A sua força, enquanto ideologia, é tripla. Desqualificar qualquer discurso que ouse pôr em causa este elo entre eficácia dos instrumentos e problemas da sociedade. Ser "transaccional" e apostar na juventude. Permanecer modesto, não se apresentando sob a forma de um discurso construído e coerente, como foi o caso do racionalismo e do cientismo. Surge como uma forma do bom-senso, explicando a dificuldade da crítica, pois a ideologia nunca é tão forte como quando é banal e quotidiana. Tanto mais que é impossível contestar os progressos objectivos da comunicação nos últimos cinquenta anos, ou excluir a hipótese de que a rapidez das trocas de hoje seja uma oportunidade de melhor compreensão futura.

Para compreender a sedução operada do tema da sociedade de informação é preciso distinguir três planos. Os autores destes discursos. O papel da prospectiva. As próprias características deste discurso.

I. Quem fala da sociedade da informação?

Há que recordar aqui dois factos. Em primeiro lugar, o discurso acerca da sociedade da informação não é, nem homogéneo, nem construído. É, antes, uma extrapolação da capacidade técnica. E como esta progride sem cessar nos últimos vinte anos é, por ricochete, a própria ideia de sociedade de informação que se implanta com maior força.

A eficácia crescente, a miniaturização, as baixas de preços e a mundialização dos mercados são, afinal, os melhores argumentos a favor desta ideologia. Se ninguém sabe muito bem o que a sociedade de informação

significa, todos podem constatar "que para lá caminhamos". Se amanhã, em casa e no trabalho, nos tempos livres e na educação, toda a gente utilizar os mesmos serviços, como não se verá nisso uma verdadeira revolução? É, pois, esta mistura de evidência, de sedução técnica, de ausência de grandes discursos, de capatação pela juventude e da ignorância das desigualdades sociais e culturais tradicionais que explica o êxito do tema da sociedade da informação.

O segundo facto diz respeito aos autores deste discurso. Também aí não existe homogeneidade. Não se pode dizer que exista um corpo de doutrina, com um grupo social e profissional que, através de brochuras, de publicações, de congressos, seja dele propagandista. Não, o fenómeno é mais difuso. É certo que certos livros contribuíram para popularizar o tema mas não se pode dizer que se trate de uma escola ou de uma corrente de pensamento. São, provavelmente, as revistas e os média o que constitui o melhor amplificador de um discurso "que caminha por si só". Tanto mais que não se confronta com verdadeiros adversários. O discurso científico é, hoje em dia, muito mais modesto, o discurso político anda em busca de novos "amanhãs que cantem", o discurso religioso está empedernido na dificuldade de gerir as suas relações com a tradição e com a modernidade. É, pois, afinal, a situação, mais do que os autores, o que explica a adesão a este tema. O carácter um de saco onde tudo cabe assumido por este discurso da sociedade de informação é, aqui, um factor favorável. Mais do que um discurso, trata-se, antes, de um pronto a pensar. O paradoxo é que os cientistas desempenham, afinal, um papel bastante modesto na criação deste discurso. Os cientistas da investigação fundamental (informáticos, matemáticos, especialistas de informação teórica...) não dizem nada. O que quer dizer que nem condenam, nem aprovam. É certo que se trata para eles de ciências aplicadas e de técnicas, logo de actividades que não relevam da esfera da sua competência directa mas, a duração do seu silêncio vale mais como aquiescência do que como crítica... O meio dos engenheiros é, evidentemente, o primeiro produtor e difusor dos discursos deste tipo. Como censurar-lho? Da inteligência artificial às redes, passando pelos diálogos homens-máquinas, eles são os autores e os criadores desta enorme aventura científico-industrial. Que através de publicações, entrevistas, livros, eles popularizem essa história, é tanto mais compreensível quanto, se olharmos com atenção, verificamos que o triunfalismo é bastante modesto. O discurso é, com certeza, firme, sem vestígios de dúvidas inúteis mas, para terminar com menos arrogância do que há um século atrás, sem dúvida também porque a

ideologia científica e técnica, tal como o racionalismo é, hoje em dia, menos desdenhosa.

Há ainda mais três fontes deste discurso sobre a sociedade de informação e da comunicação que estão em vias de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, o discurso tecnocrático-estatal, que existe há mais de vinte anos no Japão e na Europa. Discurso de dominante prospectivista, que faz previsões sobre o decorrer da informatização real para legitimar grandes planos de equipamentos destinados, de facto, a manter a indústria nacional. O acento é posto nos sectores não lucrativos como a educação, a saúde, os transportes, a luta contra a poluição, mesmo quando a perspectiva é, evidentemente, a de ir no sentido do reforço do sector industrial. O tema da sociedade de informação dá coerência a planos que têm mais que ver com a lógica da política industrial do que com a da ideologia (¹).

O discurso cultural-modernista sobre a sociedade da informação é mais recente, tem cerca de uma década. Podemos simbolizar o seu nascimento pelo acontecimento que constituiu o êxito do Macintosh. O êxito já não pertence àqueles que faziam do computador o instrumento de uma racionalização tayloriana das organizações mas, sim, a quem soube fazer dele o instrumento de uma expressão individual e de uma transformação cultural da empresa. A referência à sociedade de informação corresponde, aqui, a um objectivo preciso: "etiquetar" um produto ou uma estratégia, de modo a fazer compreender claramente que este se inscreve numa perspectiva de ruptura em relação à "velha" sociedade industrial. A vaga da Internet mostra que este discurso assenta em bases poderosas e que não se trata nem de uma ideologia nem de um conjunto de argumentos vazio mas, sim, de um verdadeiro dinamismo de marketing. Na hora em que a informática permeia actividades cada vez mais variadas, é investida de um forte desejo de transformação das relações de intercâmbio e de trabalho. A informatização não se reduziria à penetração de novos instrumentos em todas as esferas da vida pública e privada mas, pelo contrário, ao aparecimento de uma sociedade nova, que se revela pouco a pouco e se lança nas organizações.

¹ Um exemplo entre uma dezena: em França, a 2 de Outubro de 1996, o comissariado para o Plano tornou público um relatório alarmante sobre "as redes e a sociedade de informação". O assunto era o atraso da França neste sector-chave. Atraso significando que apenas 1% dos lares franceses estava ligado à Internet e que eram, portanto, necessárias medidas de urgência para aumentar o consumo de comunicação. Compreende-se o argumento industrial que está por detrás disto, mas nunca se pôs a questão de saber o que é que se ganha com o facto de 30% dos lares franceses estarem ligados à Internet... É o imperativo categórico da modernidade que se impõe (cf. Le Monde, 3 de Outubro de 1996).

Por fim, o discurso político acerca da sociedade de informação é o único que comporta uma dimensão ideológica. Tem a sua origem no trabalho de regresso às origens da ideologia liberal. O êxito político da vaga liberal que marcou os últimos vinte anos tem que ver, nomeadamente, com o trabalho teórico que consistiu em reformular os conceitos de Estado de Direito e de mercado à luz da cibernética e da teoria da informação. O pensamento liberal encontrou aí uma modernidade tal, que os temas da desregulamentação passaram a dominar completamente o universo económico. Ainda não se tratava, até uma data recente, da referência explícita à sociedade de informação. O passo foi dado, há alguns anos apenas, pelos neo-conservadores americanos como Newt Gingrich, que construíram os seus discursos políticos sobre essa lógica central. O debate público americano foi, então, submetido a propostas do tipo "Internet ou o mercado puro e perfeito", ou "o ciberespaço como extensão da lógica democrática" ou, ainda, o tema da "democracia electrónica" como complemento "do mercado electrónico". Podemos falar aqui de propostas ideológicas, mas não é certo que esse discurso encontre um eco real, precisamente devido ao seu carácter demasiado sistemático.

Em suma, o discurso tecnocrático-estatal procura legitimar grandes programas. O discurso cultural-modernista quer "vender" sistemas interactivos e multimédia mesmo em organizações até aqui mono-linguísticas e unidimensionais. O discurso político deseja relançar uma batalha ideológica tendo como pano de fundo o velho conflito liberalismo-estatismo.

Mas não sealaria tanto de sociedade de informação se só existissem estes discursos. O tema é retomado noutros lugares e é este facto que lhe assegura essa visibilidade. Há três meios que desempenham aqui um papel importante: os meios académicos, os meios da comunicação e os meios europeus.

Os meios académicos não têm, directamente, qualquer parte activa no discurso sobre a sociedade da informação. Estão mesmo, pelo contrário, irritados há muito tempo com o lugar assumido pela informática e pelas tecnologias da informação nos discursos. Estão um pouco irritados ao ver como estas novas técnicas são tão facilmente apresentadas como "as primogénitas da ciência". Possuindo uma cultura mais aprofundada da história das ciências, não estão prontos a ver tão depressa, nestas técnicas tão eficazes uma ruptura radical. Tanto mais que sabem que o conhecimento, a investigação e a invenção dependem de muitos outros factores além dos que estão ligados à informatização. O computador tornou-se um instrumento banal e indispensável, mas não é ele que faz a ciência. E, além disso, o meio académico,

devido à sua cultura e à sua visão do mundo tem, um pouco mais de ironia em relação a tudo o que aparece e que é, de forma demasiado imediata, classificado como revolucionário. Enfim, este meio, ele próprio bastante dividido e hierarquizado, já não adere com o mesmo entusiasmo ao cientismo e ao tema do progresso do conhecimento como no século XIX. Mas essa atitude mais reservada não conduziu, sequer, ao desenvolvimento de uma problemática "ciência, tecnologia e sociedade", incluindo uma reflexão sobre as disciplinas fortes das matemáticas, da física e da biologia, que teria restituído à informática o seu lugar, modesto afinal. Em vez de favorecer este distanciamento, benéfico para todos os discursos acerca da sociedade de informação, a comunidade científica não disse grande coisa. Só recorrendo amplamente a essas técnicas é que ela tem, de alguma maneira, por deslocamentos sucessivos, legitimado os discursos acerca da "revolução da informação" os quais, em contrapartida, citam sistematicamente o meio académico como primeiro sector da "sociedade da informação"... Em suma, pelo seu silêncio, o meio académico caucionou os discursos sobre a sociedade de informação, tanto mais que esse silêncio se fez acompanhar de uma atracção pela teoria dos sistemas, pelas ciências cognitivas e pela teoria da informação, sectores do conhecimento em desenvolvimento, próximos do discurso ideológico.

Os meios de comunicação são uma segunda fonte de empolamento. A expressão "sociedade da informação" pareceu-lhes ir no bom sentido, mas ampliaram-na falando, também, de comunicação. Falando de sociedade de informação e da comunicação querem mostrar que as tecnologias da informação, na realidade, só fazem sentido integradas numa problemática da comunicação. O que é exacto e implica uma constante relação de força — muito interessante — entre aqueles que falam da informação em primeiro lugar, deixando aberta a questão da utilização e aqueles que, pelo contrário, ao falar de comunicação querem imediatamente socializar o problema.

Os meios europeus estão à frente de todos os outros no que diz respeito ao empolamento relativo a estes temas. À partida, a Europa pôs-se a falar de sociedade da informação no quadro preciso dos discursos tecnocráticos estatais. Em ligação com os grandes industriais europeus, tratava-se de agir de forma a que a Europa empreendesse grandes programas de investigação-desenvolvimento e de infra-estrutura de telecomunicação, substituindo as políticas industriais nacionais. Mas esse objectivo foi rapidamente ultrapassado. Fala-se hoje em dia muito mais de sociedade de informação em

Bruxelas do que em qualquer outra parte do mundo. Esta sociedade é apresentada como o grande desafio do amanhã.

Mesmo se, retomando igualmente depressa o discurso dos americanos e dos japoneses, este é ainda mais legitimado, dando-lhes a sensação de que têm razão. Mas o tema tem, no discurso europeu, um outro significado. A sociedade da informação faz as vezes de desculpa e de esperança. De desculpa, em primeiro lugar, porque a letargia económica e o nível atingido pelo desemprego já não seriam um assunto de utilidade política mas, sim, o sintoma de uma crise histórica, a da passagem de uma sociedade a outra. De esperança, depois, porque a expressão "sociedade de informação" não põe o acento numa noção de eficácia ou de tecnologia mas, sim, numa noção de conteúdo que dá todas as oportunidades a velhas nações, ricas de uma cultura sem igual: a sociedade da informação, como nova fronteira e desafio a enfrentar em relação aos Estados Unidos e ao Japão. O drama é que o retomar deste discurso não manifesta nenhuma singularidade europeia mas visa, antes, legitimar este tema lançado além-Atlântico e no Japão, logo, a acreditar a ideia de que se trata realmente da próxima "revolução mundial". Nenhum dos interesses industriais e económicos ligados às tecnologias da informação podia desejar melhor legitimação, no momento em que viram as elites tecnocratas, carentes de um projecto político para a Europa, retomar o tema da sociedade da informação como grande horizonte da Europa... Quem teria podido dizer, há vinte anos, que os países mais velhos do mundo definiriam como o seu futuro principal a sua adesão a esse discurso mal acabado, que mistura preocupações económicas, técnicas e vagamente sociais...

Porquê fazer a distinção entre estes três tipos de discurso? Em primeiro lugar, para recordar que não há um corpo de doutrina, nem uma estratégia de agentes ou de discursos mas, sim, uma mistura de lógica e de valores. Para sublinhar depois, que há, neste caso como noutros, uma margem de manobra, e que nada seria pior do que dar a estes discursos com origem, género e ambições diferentes acerca da "sociedade de informação" uma coerência ideológica que eles não têm. Existe, é certo, uma ideologia técnica ambiente mas é, por um lado, possível criticá-la e, por outro, necessário recordar que ela não é homogénea. O humor é, sem dúvida, a prazo, uma lógica argumentativa bem melhor do que a resposta demasiadamente séria a esses discursos que veriam aí a prova do seu carácter sério...

II. A prospectiva e as suas falhas

Para compreender o interesse de um pensamento crítico acerca da sociedade da informação há um método simples: passar em revista os numerosos erros cometidos pela prospectiva. Basta retomar as promessas feitas nos últimos trinta anos acerca de tudo aquilo que iria mudar na vida quotidiana, no trabalho, na educação, nos tempos livres, para nos darmos conta, em cada caso, dos limites do discurso prospectivo. Este é sempre definitivo, preciso e seguro de si, apesar de ser invalidado pelos factos, na maioria dos casos. Uma recolha dos disparates avançados pelos trabalhos de prospectiva nos trinta anos em que floresceram introduziria já essa relativização necessária ao conhecimento e esse humor indispensável à liberdade de espírito... Qual é o tom geral destes trabalhos de prospectiva? "No futuro tudo será melhor, convivial, interactivo, sem condicionalismos, livre, mundial, instantâneo, sem hierarquia, livremente aceite, desprovido de qualquer lógica de poder e de domínio; à escuta do outro (²)..." Tudo é possível, na condição de nos apressarmos, pois a força do discurso prospectivista consiste em fixar um calendário. E é em relação a esta previsão "racional" do futuro que é preciso reagir. Se não o fazemos imediatamente, amanhã será "tarde demais". A prospectiva oscila sempre entre uma visão coerente e tranquilizadora do futuro e uma imagem mais pessimista do presente, a não ser que nos preparemos, desde já, para as mudanças...

Mutatis mutandis, as promessas miríficas da sociedade de informação e da comunicação lembram, curiosamente, os discursos religiosos acerca daquilo que deveria ser o mundo finalmente cristianizado nos séculos XVII e XVIII, então no período máximo do poder da Igreja... O domínio da Igreja era incontestável, tal como acontece hoje com o discurso técnico. Na aceleração a que se assiste desde 1990, o mais espantoso é, sem dúvida, o pequeno número de documentos sérios, oficiais, sobre os quais se baseiam as promessas, os boatos e as estratégias. Além dos discursos norte-americanos, amplamente continuados, a partir de 1992 pelo vice-presidente Al Gore, há poucos textos na Europa. Todos foram publicados a partir de 1993, à excepção do relatório Nora-Minc (1975) que foi o primeiro a popularizar estes temas na perspectiva muito

² "Com a Internet, essa famosa consciência planetária tão apregoada por precursores como Teilhard de Chardin torna-se palpável. No cibernundo, a noção de estrangeiro não existe... O que é grande na Internet é esta bela palavra: a partilha. A partilha de informações é uma longa tradição científica. Procurámos abolir as fronteiras..." Jean Pierre Luminat, *Télérama*, número fora de série, "Le delire du multimédia", Abril de 1996.

voluntarista e modernista insuflada pelo Presidente Valéry Giscard d'Estaing, cujo papel essencial na modernização da França é muitas vezes esquecido.

O relatório Bangeman de 1993, "Europe and the global information society, recommendation to the European Council", muito entusiasta acerca do futuro, distinguia dez aplicações-piloto, afinal muito heteróclitas (teletrabalho, tele-ensino, redes universitárias, teleserviços de PME, telegestão de transportes terrestres e aéreos, redes no sector da saúde, tele-informação sobre margens de oferta, serviços públicos electrónicos, cidades virtuais).

Jacques Delors, no relatório Croissance, compétitivité, emploi (CEE 1994) via igualmente na sociedade da informação a grande oportunidade tecnológica, económica, social e cultural da Europa (³). Por fim, em França, o relatório G. Thery de 1994, o pai do Minitel, ia no mesmo sentido, prevendo cinco milhões de fogos ligados no ano 2000 (⁴)...

Prova do dinamismo deste tema, o G7 de 7 de Fevereiro de 1995 define onze projectos-piloto ambiciosos, a realizar pelos diferentes países: inventário global do impacte da sociedade de informação; utilização das redes de banda larga; educação e formação transculturais; bibliotecas electrónicas; museus e galerias de arte electrónicas; gestão do ambiente e dos recursos naturais; gestão das situações de urgência; sistemas de saúde; redes de dados administrativos; PME; sistema de informações marítimas.

O que salta à vista nestes relatórios, afinal pouco numerosos, é a certeza inabalável nos prognósticos. Como se não tirassem qualquer lição dos múltiplos malogros da prospectiva que, regularmente, nos últimos vinte ou quarenta anos, previu mutações que nunca se realizam. Por exemplo, o imperativo absoluto do crescimento zero, proposto pelo Clube de Roma nos anos 70 como único meio de salvar o mundo dos desastres ecológicos, antes que a crise económica o mergulhasse nesta outra obsessão: como voltar a encontrar o crescimento? Porque motivo, então, terá a prospectiva tanto êxito? Porque se trata de um verdadeiro exercício de metonímia, onde a parte é tomada pelo

³ J. Delors, Pour entrer dans le XXI^e siècle, le Livre blanc de la Commission européenne, Michel Laffont/Ramsay, 1994.

⁴ G. Thery, Les Autoroutes de l'Information, Paris, La Documentation française, 1994. G. Théry vê nas "auto-estradas da informação" um "desafio universal". "A revolução do ano 2000 será a da informação para todos. Comparável em amplitude técnica à dos caminhos-de-ferro ou à da electrificação, ela será mais profunda nos seus efeitos porque as redes de telecomunicações passarão a constituir o sistema nervoso das nossas sociedades. Ela será, também, muito mais rápida, porque as tecnologias evoluem mais depressa do que há um século atrás [...]. Esta revolução, tornada possível devido a rupturas tecnológicas recentes, caracteriza-se pelo aparecimento de novas concepções sobre o fim da penúria da informação. O desenvolvimento da numerização, associado, em particular, ao da fibra óptica, vai provocar uma verdadeira ruptura libertadora..." (p. 11)

todo. A partir de alguns elementos de certeza extrapola-se para uma escala completamente diferente. Mas o desfasamento entre o pequeno número de certezas e o grande número de incertezas nunca é mencionado. E, principalmente, ninguém vai verificar, retrospectivamente, as alegações da prospectiva. O essencial, no caso da prospectiva, consiste em tranquilizar, no aqui e no agora da produção de textos. É neste aspecto que por detrás das suas referências racionais, da sua seriedade de engenheiro e de especialista, os trabalhos de prospectiva são, na sua maioria, exercícios de convicção. Servem para acalmar a angústia criada pelo futuro. A sua força consiste, na realidade, em fornecer um sentido para hoje, apesar de todos parecerem falar de futuro. E como se trata, em cada ocasião, de um problema novo: hoje o impacte das novas técnicas de comunicação; ontem o terceiro mundo ou a crise petrolífera, o fim do comunismo, a fome, etc... quem lida com o problema nunca tem oportunidade de ser criticado. O credo de qualquer trabalho de prospectiva é: "Tudo começa hoje; estamos perante uma ruptura radical com o passado. Tudo vai mudar e o passado é inútil." E aí de quem contestar. com efeito, os autores de prospectiva não gostam que se critique o seu trabalho. Investiram tanto tempo na ordenação e no desenho de uma perspectiva coerente, partindo de apenas alguns pontos de referência, que sentem qualquer crítica como um questionamento do conjunto... E quanto mais sérios e científicos parecerem os autores de prospectiva tanto melhor recebidas são as suas ideias. A prospectiva não passa, afinal, de um exercício de convicção, revestido dos atributos da racionalidade. Por que não? Mas por que não dizê-lo?

É preciso ler esses trabalhos para ver a necessidade angustiante de domínio do futuro que neles predomina e a convicção na capacidade da técnica para mudar a sociedade. Muito simplesmente, porque se confundem batalhas industriais e relações sociais. Tudo acompanhado, em geral, por um calendário de medidas urgentes a tomar, sob pena de acumular um atraso irre recuperável. O desfasamento existente entre o carácter inevitavelmente aproximativo das previsões e a maneira definitiva de concluir acerca do carácter imperativo desta ou daquela política é sempre considerável. E, no entanto, basta olhar para os múltiplos erros de política industrial cometidos nos diferentes países durante os últimos trinta anos, para encontrar razões suficientes para sermos modestos quanto às capacidades de previsão.

Encontramos todas estas características na "sociedade de informação". Partindo de um domínio, mais ou menos possível, das técnicas e da área industrial, aventuramo-nos em seguida, com menos segurança, para a antecipação do serviço, depois para uma procura mais difícil de avaliar e,

portanto, para o mercado, para terminar com uma incerteza ainda maior, numa perspectiva das diferentes instituições (saúde, educação, urbanismo...) e da sua "adaptação" à sociedade "moderna". As avaliações mais verosímeis dizem respeito aos jogos e aos tempos livres uma vez que os mercados existem. Em matéria de serviços, o que melhora a vida dos cidadãos apressados e cansados (relação com os bancos, os serviços administrativos, o telecomércio, as viagens) é concebível, mas a questão é mais complicada quando se trata da saúde ou da educação, onde não se trata de informação em primeiro lugar mas, sim, de conhecimentos. No caso do trabalho ou do teletrabalho, a não ser em empregos muito subqualificados — ou, pelo contrário, superqualificados —, as dificuldades são muito mais reais do que o que tínhamos racionalmente imaginado. Contrariamente às promessas sedutoras, a instalação de cidades no campo parece mais complicada do que parecia... Quanto à educação, para além dos CD-Rom e de algumas aplicações interactivas, constata-se rapidamente um desfasamento entre as capacidades de diálogo homem-máquina e o papel considerável que se lhe quer fazer desempenhar em relação a questões muito mais complexas como a aprendizagem, a síntese dos conhecimentos, a didáctica, o desejo de saber ⁽⁵⁾... Em suma, a partir do momento em que se avança em cada um destes imensos territórios verificamos que tudo se torna muito complicado.

Finalmente, o carácter heterogéneo das perspectivas encontra-se ao nível das experiências cuja necessidade todos reconhecem para evitar a repetição de certos erros do passado. Em 1995 o G7 aprovou, como vimos, onze projectos-piloto e a França, a uma escala mais modesta, na sequência do relatório Théry, reteve igualmente quarenta (dos cem apresentados na sequência de um pedido de ofertas), a maioria dos quais financiados com fundos privados. A realidade é trivial: as incertezas são consideráveis; as dificuldades técnicas cada vez maiores à medida que se avança; os mercados e a procura difíceis de prever; os custos amplamente aleatórios. Mas todos sabemos que é preciso estar presente neste Far West para garantir o futuro. Então, todos os agentes económicos, industriais e técnicos e todos os estados fazem "dumping". Toda a gente "mente", pois o importante é ocupar o terreno, à espera de vislumbrar um verdadeiro mercado ao virar da esquina de uma experiência. O mercado das novas tecnologias assemelha-se a um gigantesco jogo de póquer mentiroso. Toda a gente tem que seguir, sob pena de ser afastado, sem saber para onde vai, mas procurando dar, firmemente, a impressão contrária.

⁵ Cf. G. Delacôte, *Savoir apprendre: les nouvelles méthodes*, Paris, éditions Odile Jacob, 1996.

Em suma, continua a haver muitas incertezas e incógnitas, mas são negadas em nome da guerra impiedosa, técnica e económica, levada a cabo pelos grandes grupos e pelos governos. Na realidade, todos estão envolvidos nesta partida, por razões diferentes. O primeiro a dizer a verdade é imediatamente eliminado. É assim que os diferentes grupos multimédia agem, fazendo de conta de que sabem exactamente o que querem, em que calendário, porquê e para obter que lucro...

III. A sociedade de informação e o seu discurso

A. O mundialismo

"As técnicas de comunicação estão tão adaptadas à escala do mundo como à escala do indivíduo. Pela primeira vez, estão reunidas as duas escalas..." É o tema bem conhecido da aldeia global, do mundo finito, vencido pelas técnicas de comunicação, como prefiguração de um mundo dominado pelos valores da comunicação. Não só o elo entre a ideologia mundialista e os interesses das indústrias da comunicação não se vê mas, também, a relação complementar entre esse tema da mundialização e a lógica do liberalismo económico é igualmente ignorada. No entanto, a aldeia global é a melhor caução ao liberalismo económico, no sentido em que ele corresponde ao sonho de um mercado mundial liberto de regras inúteis, nomeadamente nacionais. O liberalismo económico encontra no mundialismo das técnicas de comunicação a sua melhor justificação ideológica. E "funciona". Deste ponto de vista, a Internet condensa perfeitamente a ideologia técnica de um mundo sem fronteiras e a ideologia liberal do free flow e da desregulamentação. O que se supõe representar a inovação mais radical em matéria de comunicação está, pelo contrário, no seio dos interesses económicos do momento. Faz-se uma amálgama entre a informação como valor democrático e a informação como valor económico, sobre a referência de fundo à "cibercivilização". É graças a esta ambivalência fundamental que o tema da aldeia global tem tanto êxito. Se não houvesse um tal entrelaçar dos interesses, dos valores e das aspirações seria mais fácil fazer a sua crítica. Além disso, falar de mundialização tem duas vantagens: por um lado, mascarar o desequilíbrio Norte-Sul e acreditar que o Sul, com o acesso rápido às redes encontrou, igualmente, um meio de "desenvolvimento acelerado"; por outro lado, oferecer às reivindicações de identidade, cada vez mais numerosas e violentas no mundo, uma panóplia de

serviços e de técnicas susceptíveis de serem utilizados. Quanto mais se ampliarem as condições de comunicação, mais a reivindicação de identidade terá ocasião de se exprimir, logo, de se racionalizar.

O problema é, contudo, exactamente o inverso: é porque há cada vez mais comunicação que a questão da identidade ganha força, pois cada um receia perder a sua identidade num fluxo generalizado de comunicação. E a perspectiva que visa dividir o mundo em quatro grandes regiões (América, Europa, Ásia do Norte e do Sul) não muda nada. É um facto que, falar de "regiões", remete para um vocabulário mais familiar e para pontos de referência que todos nós temos. Mas as regiões não se podem fazer nem fácil, nem rapidamente. Pressupondo que cheguem a constituir-se, realização cuja complexidade é bem ilustrada pela própria história da Europa, continuarão a ser confrontadas com a violência das relações de força entre as economias nacionais, as formas multinacionais e factores paralelos de mundialização da economia. Em suma, a mundialização, apresentada como a "única" perspectiva de desenvolvimento deveria, tal como todas as outras "certezas" económicas que fizeram tantos estragos na história económica do último século, ser abordada com mais prudência. E, principalmente, não deveríamos esquecer que, quanto mais a comunicação progride, mais crucial se torna a questão da identidade. Aliás, certos analistas, apercebendo-se do risco de uma crescente reivindicação de identidade, proporcional ao crescimento da comunicação, encontram a solução do problema na promoção deste par milagroso: o global e o local ou, para retomar uma fórmula do mesmo tipo: a mundialização e a individualização. Mas este grande desvio, realizável no plano técnico, não o é nem no plano individual, nem no da sociedade. O que corre o risco de se produzir é, antes, a explosão e a fragmentação, como consequência das imensas contradições existentes entre a lógica do global e a do local. Tanto mais que o movimento de globalização da economia não é novo e tem-se, muito simplesmente, acelerado desde os anos 50. Pelo contrário, o que é novo é a presença da comunicação. Não só não é certo que a mundialização das técnicas de comunicação seja susceptível de gerir a reivindicação de identidade surgida como reacção a esta globalização da economia como, principalmente, não devemos esquecer que esta mundialização da comunicação tem um efeito de desvendamento: hoje em dia, graças a ela, vemos os danos causados por esta globalização, ou seja, as desigualdades. Sempre houve danos, mas estes não eram simultaneamente visíveis. A verdadeira mudança está aí: a mundialização da comunicação torna ainda mais visíveis os danos da globalização económica.

A informação e a comunicação não podem, ao mesmo tempo, ser o valor dominante da sociedade individualista de massas, da democracia de massas e constituir o sistema de representação da sociedade mundial do futuro... É preciso que apareçam outras referências filosóficas, ideológicas, religiosas, exteriores à informação e à comunicação, para que esses dois valores essenciais possam desempenhar o seu papel. Há qualquer coisa de louco na ideia de acreditar que a informação e a comunicação serão, simultaneamente, os instrumentos e os valores presentes ao nível da economia, da sociedade, dos ideais e da sociedade mundial...

B. O tempo suprimido

Não só as técnicas curto-circuitam a duração de qualquer comunicação, permitindo uma comunicação instantânea que exigia tempo no passado, mas também, com os progressos dos satélites e da fibra óptica, a comunicação à distância passou a ser tão barata como a comunicação local. Já nem sequer encontramos, na diferença de preços, as marcas da duração e do espaço. A baixa radical dos custos da comunicação à distância, ontem no caso da informática, hoje no caso da imagem, amanhã no das telecomunicações, cria um mundo instantâneo. A conquista do tempo vai ao encontro da ideia pós-moderna de um tempo indefinido, sem passado nem presente, que integra em permanência o presente e o futuro. Tudo se torna síncrono, presente no espírito e na visão. Aliás, com a Internet, desde que aceitemos desencontrar os horários, podemos passar o dia a navegar através dos fusos horários. Gerir a comunicação à distância, sem fronteiras e sem duração, confere uma inefável sensação de poder, tanto menos desagradável quanto tudo parece lúdico. De facto, o pós-modernismo, que é mais uma atitude de época do que uma ideologia, tem o mesmo defeito que a comunicação: acreditar que é possível desligar-se do tempo, ou conseguir a sua compressão. Evidentemente, qualquer filosofia exprime uma escala do tempo e uma visão do espaço, mas a revolução operada nestas duas escalas pelas novas técnicas não basta para criar um modelo de sociedade. É aqui que actua o silogismo da ideologia técnica: uma vez que toda a filosofia da existência comporta uma visão do tempo e do espaço, e que as técnicas de comunicação revolucionam as suas definições, concluímos que as técnicas de comunicação estão na origem de uma nova filosofia... Na realidade, as auto-estradas da informação encarnam a ilusão de um tempo único da informação e, portanto, afinal, de um tempo único para tudo. A ilusão de um tempo mundial, em oposição aos tempos

históricos locais. O sonho do tempo único é uma constante das utopias e das derivadas sedutoras da ideologia técnica.

C. Tudo vai mudar

A consequência? Impõe-se o mesmo ritmo à técnica e à sociedade, obrigando o tempo social a decalcar-se sobre o tempo técnico. Isto traduz-se por um desinteresse para com o passado: "Tudo vai mudar tanto que é inútil conhecê-lo." Há tantas coisas a fazer para nos prepararmos para o futuro que é inútil olhar para o passado. Esta atitude estorva mais do que seria útil. Em suma, o passado prescreveu.

Uma outra versão desta ideologia da comunicação, talvez mais angustiante ainda, consiste em subavaliar a importância das mudanças ocorridas e a sobrevalorizar as mudanças futuras. "Amanhã as mudanças serão ainda mais radicais." Isto cria uma espécie de "pressa" permanente, tanto mais desestabilizante quanto a maior parte da população nem sequer integrou ainda as mudanças anteriores. Porquê essa impressão de corrida louca e implacável? Porque os trabalhos prospectivos são garantidos pela assinatura dos melhores cientistas do sector e porque crêem estabelecida a hipótese, nunca colocada, de que a explosão das inovações técnicas geraria, a uma velocidade idêntica, mudanças em toda a cadeia: aperfeiçoamento das aplicações, criação de serviços, oferta, nascimento dos mercados, existência de uma procura.

Não é pelo facto de imaginarmos aplicações na medicina, na educação, na agricultura, no teletrabalho, no comércio, que estas terão efectivamente lugar. Nem, sobretudo, que estas se farão segundo as modalidades encaradas actualmente e que têm que ver, na sua maioria, com uma lógica de engenheiros. Um exemplo pessoal. Em 1979 publiquei (com J.-L. Lepigeon) uma investigação comparativa acerca da imprensa escrita e (já então...) da chegada dos novos média à França, à Grã-Bretanha, aos Estados Unidos e à Escandinávia (*De la presse écrite aux nouveaux médias*, Documentation française, 1979). Segundo a maioria dos interlocutores, a informatização da fabricação e, depois, a generalização das redacções electrónicas e, por fim, o acesso mais fácil às bases de dados deveriam "revolucionar" a imprensa escrita e a informação. Já na época tínhamos relativizado grandemente esse discurso idílico. Mas, vinte anos mais tarde, é possível ver, uma vez que todas as mudanças se realizaram, em que medida é que essas mutações técnicas, todavia consideráveis, não revolucionaram a concepção da imprensa e da informação! É certo que a informatização de todas as fases da produção apresenta as suas vantagens,

mas também inconvenientes inesperados, nomeadamente em termos de rigidez. Mas, acima de tudo, a entrada na "revolução da informação" não provocou a revolução anunciada, a saber, "uma nova concepção da informação e do jornalismo"... Hoje em dia, com uma omnipresença da informática e de todos os meios técnicos mais sofisticados, não me parece que a informação e a imprensa tenham mudado muito do ponto de vista do conteúdo, e do seu papel. Isto mostra, mais uma vez, que uma inovação técnica, por mais forte que seja não implica, mecanicamente, uma transformação profunda do conteúdo das actividades. Não só o tempo técnico não é o tempo social, como também, acima de tudo, a mudança técnica suscita problemas novos, inesperados, que não estavam previstos nos famosos discursos da prospectiva... Todas estas falhas deveriam fazer-nos reflectir, mas de nada vale. Por exemplo, o facto de a sociedade de informação, que já deveria existir nos anos 90, ainda não estar evidentemente implantada, em vez de provocar uma reflexão crítica leva, muito simplesmente, a que seja anunciada para depois de amanhã. Em vez de se entender que as sociedades não evoluem ao ritmo das inovações técnicas fala-se de "resistência à mudança" e de medo do futuro... Tudo, menos pôr em causa a racionalidade sintética tranquilizadora, mas falsa, da prospectiva. Tudo menos pôr em causa essa urgência do tempo e essa confusão entre tempo técnico e tempo social.

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 14

- ADDA J., La Mondialization de l'économie, 2 t., Paris, La Découverte, 1996.
- BRENDER A., L'Impératif de la solidarité. La France et la mondialisation, Paris, La Découverte, 1996.
- BRESSARD A. e DISTLER C., La Planète relationnelle, Paris, Flammarion, 1995.
- CARPENTRAS J.-Y., L'Épreuve de la mondialisation, Paris, Seuil, 1996.
- COHEN E., La Tentation hexagonale. La souveraineté à l'épreuve de la mondialisation, Paris, Fayard, 1996.
- DELORS J., Pour entrer dans le XXIe siècle; le Livre blanc de la commission européenne, croissance, compétitivité, emploi, Paris, Ramsay, 1993.
- ENGELHARD P., L'Homme mondial. Les sociétés peuvent-elles survivre? Paris, Arléa, 1996.
- FLICHY P., Les Industries de l'imaginaire: pour une analyse économique des médias, Grenoble, PUG, 1980.
- GOULDNER A.-W., The Dialectic of Ideology and Technology, New York, Seabury Press, 1977.
- KENNEDY P., Préparer le XXIe siècle, Paris, Odile Jacob, 1994.
- LÉVY P., L'Intelligence collective: pour une anthropologie du cyberspace, Paris, La Découverte, 1994.
- MIÉGE B., La Pensée communicationnelle, Grenoble, PUG, 1995.
- NEGROPONTE N., L'Homme numérique, Paris, Laffont, 1995.
- NORA D., Les Conquérants du cybermonde, Paris, Calmann— Lévy, 1995.
- QUEAU P., Éloge de la simulation, Paris, Champ-Vallon/INA 1986.
- RICOEUR P., La Critique et la conviction, Paris, Calmann-Lévy, 1995.
- ROSNAY J. de, L'Histoire symbolique. Regards sur le troisième millénaire, Paris, Seuil, 1995.
- TURNER B. S. (sob a direcção de), Theories of Modernity and Postmodernity, Londres, Sage, 1990.
- VATTIMO G., La Société transparente. Paris, Desclée de Brouwer, 1990.

CAPÍTULO 15

MANTER AS DISTÂNCIAS

E se tudo isso fosse verdade? E se estivéssemos a assistir, finalmente, a uma mudança positiva, que não ameaçasse ninguém e que resolvesse os problemas de solidão e de comunicação das nossas sociedades? E se, por uma vez, fosse possível confiar no progresso científico e técnico, sem a apreensão que rodeia o nuclear, a conquista do espaço, ou a biologia? Se, enfim, se tratasse de uma revolução pacífica, universal, convivial, total, uma desforra do progresso em relação a tantas decepções e angústias?

Manter as distâncias e o espírito crítico é tanto mais difícil quanto, intuitivamente, ninguém deseja deixar-se levar pelas promessas da modernidade e todos receamos que nos achem "resmungões" e "medrosos". E como será possível, pelo contrário, manter a distância em relação ao outro discurso, ultra-pessimista, que denuncia os desvios da comunicação nas múltiplas indústrias do mesmo nome e só vê, no tema da sociedade de informação, a marca de um novo domínio? Em resumo, é difícil manter o distanciamento quando, em vinte anos, tudo foi anunciado ou denunciado, por vezes realizado, por vezes esquecido e as nossas sociedades se encontram, por fim, embriagadas com todas as promessas de inferno ou de paraíso feitas pelas técnicas de comunicação. Conservar o distanciamento é conjugar cinco verbos: distinguir, regulamentar, relativizar, abrandar, reavaliar.

I. Distinguir

É, sem dúvida, a palavra-chave. Porquê? Porque, da parte das técnicas assistimos, pelo contrário, a uma integração crescente da informática, das telecomunicações e do audiovisual que permite, mais perto da origem, serviços integrados individualizados, interactivos, universais, pouco onerosos, serviços esses que contribuíram para difundir o tema da sociedade da informação. Integrando serviços que antes estavam separados, popularizou-se a ideia de que existem serviços universais de informação e de comunicação, tal

como se popularizou o tema sintético da sociedade da informação. Este nunca teria tido o êxito que lhe conhecemos se não tivéssemos todos podido constatar a eficácia desta integração crescente. Distinguir, reintroduzir o jogo, mostrar o carácter hipotético, discutível até, de certas promessas é tanto mais necessário quanto o indivíduo tem que escolher: se adere, fá-lo totalmente, se duvida ou critica, é desqualificado. Entre as duas possibilidades não há discussão, argumentação, debate, apesar de ser este espaço discursivo que seria necessário criar para avaliar, relativizar, hierarquizar as promessas. Distinguir o que parece verosímil daquilo que parece mais incerto.

Entre as muitas distinções a estabelecer há duas que se impõem. Primeira distinção: hierarquizar inovação científica e técnica; aplicação e serviço. Não se passa directamente de um a outro, uma vez que as "resistências" sociais, culturais, institucionais, aumentam à medida que se evolui, do nível da técnica para o da realidade empírica. A história das ciências e das técnicas está cheia de descobertas que nunca foram aplicadas ou que o foram com um timing radicalmente diferente do previsto ou, até, segundo modalidades totalmente imprevistas. Vai sempre um grande passo da ciência à técnica, bem como da técnica à sociedade. Basta ver como o telefone, que constituiu a primeira ruptura nas técnicas de comunicação, foi não só objecto de múltiplas controvérsias mas, principalmente, de calendários de implantação diferentes nos diferentes países. Evidentemente, o facto de se tratar de técnicas de comunicação reforça a ilusão de uma ligação directa entre ciência, técnica e sociedade, pois é em geral porque se investe uma técnica da capacidade de resolver um problema social e cultural, que se saltam etapas entre estes três estádios. Hoje em dia, a forte procura de comunicação não satisfeita na sociedade explica o investimento, em todos os sentidos da palavra, nas novas técnicas de comunicação.

Esta distinção a manter entre os três níveis (descoberta, aplicação e serviço) deve ser posta em paralelo com aquilo que tem que ver com o conhecimento estrito (descoberta), com a batalha industrial (aplicação) e com a regulamentação (serviço). Não há nada pior do que misturar os problemas relativos à procura potencial, com os que dizem respeito à concorrência industrial ou às políticas de investigação. Na realidade os agentes, sobretudo industriais, com pressa de ocupar territórios onde a concorrência é viva, cedo misturaram os planos, o que é normal. Mas os agentes económicos não são os únicos agentes "legítimos" da sociedade!

Segunda distinção: separar, nos novos serviços, o que diz claramente respeito ao trabalho, aos serviços, à educação e aos tempos livres. Não é

porque tudo se faz a partir do mesmo terminal que as diferenças entre o trabalho, a educação e os serviços desaparecem. É próprio da ideologia técnica fazer crer que o uso do mesmo instrumento cria uma integração. O uso do mesmo teclado não muda nada à heterogeneidade das actividades a que acedemos... Quanto mais as aplicações parecem fáceis para o sector dos tempos livres e dos serviços, mais complicadas são para o trabalho, para a educação e para a saúde. Mas as dificuldades das segundas são mais ou menos mascaradas pelas facilidades das primeiras. Como se as experiências em tamanho real, num sector, fossem servir directamente noutro. Contudo, os factos deveriam tornar-nos prudentes. Há vinte anos que se promete "a explosão do teletrabalho que deve, simultaneamente, desconcentrar as cidades, facilitar um trabalho inteligente, pôr o trabalho no campo, criar novas solidariedades". O teletrabalho continua a ser, na realidade, marginal (menos de 100 000 empregos hoje em dia, menos de 200 000 em 2005) e as dificuldades aumentam na medida das aplicações. Mas, em vez de se reconhecer que as dificuldades estão ligadas à complexidade daquilo a que chamamos trabalho, responde-se que, no futuro, haverá uma nova geração de instrumentos capazes de resolver todos os problemas. Por outras palavras, tecniciza-se o problema em vez de admitir que, na automatização das tarefas, depressa somos confrontados com dificuldades de divisão e de organização social do trabalho, pouco compatíveis com uma certa visão do trabalho automatizado. A questão não é recente, pôs-se desde as primeiras automatizações do trabalho humano nos anos 30 e 50 (¹). Alguém lhe prestou atenção, na época? Meio século depois, o carácter mais sofisticado dos instrumentos não mudou em nada esta problemática do desfaseamento, incompreensível, entre a imensa complexidade e interactividade do cérebro nas situações de trabalho e as inelutáveis simplificações que a automatização das tarefas e das funções implica. Num outro sector, as dificuldades repetidas nos últimos trinta anos em matéria de tradução automática ou de inteligência artificial nos sistemas especializados, também deveriam tornar-nos mais modestos... Uma das questões centrais consiste em saber até que ponto é possível individualizar as relações de trabalho, de educação, de saúde, de tempos livres... Até que ponto este tipo de tarefas se pode organizar no modo interactivo do sistema de informação e, a partir de quando é que a performance assegurada por uma tal individualização se torna contraditória

¹ Cf. todas as investigações dos sociólogos do trabalho que consagraram numerosas investigações à questão da automatização do trabalho, entre 1960 e 1980. G. Friedmann; A. Gorz; P. Naville; A. Touraine; S. Mallet; M. Crozier; R. Tréanton...

com, por exemplo, a necessidade insuperável que têm os seres humanos de viver em colectividade? Além disso, quanto mais sofisticadas são as actividades, mais a automatização, que pressupõe uma certa normalização, causa problemas.

A questão central já não é, aliás, automatizar o acesso à informação, mas sim saber para que uso? E a resposta é radicalmente diferente segundo os sectores de aplicação. De que informação necessitamos realmente para fazer o quê? Ninguém consome "informação" em si e esta só existe em relação a uma capacidade de interpretação, de selecção e de reorganização, que varia de indivíduo para indivíduo, e de actividade para actividade. O indivíduo nunca está só com uma máquina; está sempre em sociedade, em interacção com outros problemas, outras lógicas, outras referências que interferem inevitavelmente com as tarefas cognitivas. Em suma, não existe nenhuma ligação entre o acréscimo do volume de informações disponível e o acréscimo da sua utilização. Quanto mais informações há, mais importantes são os filtros dos saberes e dos instrumentos culturais necessários à sua utilização. Por outras palavras, as desigualdades culturais de acesso e de utilização aumentam, à medida que se passa das informações para os serviços, ou para os tempos livres, para as informações ligadas ao teletrabalho ou para a tele-escola. Distinguir consiste, então, em quebrar o discurso que confunde simplicidade de acesso com hierarquia de competências. Estas não mudam. É possível que haja igualdade de acesso, mas não existe igualdade na capacidade de utilização. As desigualdades de conhecimento não se modificam com a simplificação do acesso e da utilização.

Nesta ordem de ideias impõe-se uma outra distinção: as necessidades de novos serviços (e em primeiro lugar os mais imediatamente utilizáveis, que são o correio electrónico e o acesso às bases de dados) não são idênticos, quer estejamos no Ocidente ou no Leste, no Norte ou no Sul. Os países ricos do Norte da Europa e da Europa Ocidental vivem já num universo saturado de informação. Pelo contrário, no caso da ex-Europa de Leste, a necessidade é imensa. O correio electrónico é, por exemplo, um meio cómodo e rápido de intercâmbio, que permite remediar as carências dos sistemas de informação tradicionais, tantas vezes deficientes, como o telefone ou a informática, e quebrar as redes tradicionalmente centralizadas da comunicação. Nos dois casos, vemos a vantagem destes serviços mas, apesar de tudo, com uma pergunta: qual é o preço do curto-circuito permitido, por exemplo, pelo correio electrónico? É certo que ele está conforme com o tempo da modernidade, mas o tempo da Europa de Leste e dos países do Sul não pode ser idêntico ao dos

países do Norte. E, à força de querermos acelerá-lo, criam-se desequilíbrios no seio destes países e entre eles e os países ricos. Por outras palavras, não só as necessidades reais não são as mesmas no Leste, no Ocidente, no Norte e no Sul, como também a rapidez dos instrumentos introduz distorções e desequilíbrios no próprio seio dos países beneficiários.

II. Regulamentar

A mundialização das técnicas de comunicação é muitas vezes considerada como a condição da globalização da economia e a fonte de todos os progressos. Eis a equação diabólica que se instalou nos últimos vinte anos, e cujo terceiro termo se chama desregulamentação (²).

Ora, o desafio da mundialização para a comunicação é simples e essencial: regulamentar ou suscitar violentas reacções de identidade. Contrariamente ao discurso modernista ingénuo, as novas técnicas nada podem contra a violência política ou religiosa. Ou, para o dizer por outras palavras, não serão as parabólicas a ganhar ao fundamentalismo mas, sim, o fundamentalismo a instrumentalizar as parabólicas ou a proibi-las. Poderíamos pensar, há vinte anos, que o melhor meio de lutar contra os regimes autoritários seria abrir as fronteiras. Que se verifica hoje? A abertura é um dado adquirido com as perspectivas de mundialização através dos satélites, da Internet e de outras redes mundiais, mas não desestabiliza esses regimes autoritários. Pior ainda, suscita resistências de identidade onde se faz a amálgama entre a abertura e o imperialismo. Nomeadamente nos países do Sul, onde o fundamentalismo religioso encontra, na luta contra o ocidentalismo — identificado com a ideologia e os interesses da abertura — um dos seus recursos preferidos. A ideia, que durante muito tempo foi dominante, de que graças à abertura, ao comércio, às trocas, logo à desregulamentação, se favorecia uma melhor compreensão e, a prazo, a democracia, encontra hoje o seu limite. Precisamente porque hoje, contrariamente ao século passado, tudo é abertura. A abertura já não garante a democracia. Os regimes tirânicos sabem agora gerir a abertura económica e o fecho político e virar contra nós os valores da comunicação. A abertura e a mundialização já não bastam para se identificarem com o progresso e com a democracia, principalmente depois de os países pobres terem compreendido até que ponto os valores mundialistas

² Renaud de la Baume e Jean-Jerôme Bertolus falam aliás de uma "deificação da concorrência" orquestrada pelos "Novos Senhores do Mundo" (Belfond, 1995).

do Ocidente coincidiam bem, através das técnicas da comunicação e do comércio mundial, com os seus interesses. O que significa: atenção ao boomerang da comunicação. O Ocidente não se apercebe suficientemente até que ponto a mundialização, que é a sua ideologia, ligada aos seus interesses é encarada, antes de mais, como um factor de desestabilização, económica, social, cultural.

Até que ponto é que o que é bom para a economia é bom para as sociedades? Voltamos a encontrar, mais uma vez, a contradição entre lógica capitalista e realidades sociais e culturais. O problema reside no facto de já não haver uma relação directa entre a mundialização das técnicas e o progresso da comunicação no sentido democrático da palavra, ou seja, de uma melhor compreensão mútua. Passa-se até o contrário. Se queremos melhorar a compreensão entre os povos, as culturas, os países ricos e os outros é preciso impor condições à comunicação, ou seja, ir contra a corrente dominante dos interesses e das ideologias, quer dizer, regulamentar. Quanto mais comunicação houver, mais falta fazem as regras. É recordando que não existe um público mundial, um acontecimento mundial, um cidadão mundial, um espaço público mundial, que compreenderemos melhor os limites do discurso mundialista e as necessidades de uma regulamentação como meio de preservar as diferenças.

Se é possível que exista, eventualmente, uma economia globalizada, não existe sociedade globalizada e, a fortiori, comunicação globalizada. Se as técnicas e os mercados podem ser internacionais, os públicos continuam a ser nacionais, mesmo se recebem os mesmos programas e usam os mesmos computadores. Os nacionalismos não se criam ipso facto. Surgem, há já meio século por reacção a este enorme movimento de identificação do progresso com a mundialização.

Dizer que "os desafios são mundiais" é retomar o discurso dos agentes, cujos interesses são, efectivamente, mundiais. Senão, está-se a sustentar um outro discurso que visa, antes de mais, não amplificar as desigualdades e respeitar as diferenças. Se não se organizar a comunicação com base nas identidades nacionais, culturais, linguísticas, surgirá um movimento nacionalista de recusa, bem diferente do que existe actualmente no seio de qualquer sociedade. O seu aparecimento seria a prova do malogro de todos os valores ocidentais.

A tomada em consideração das questões de identidade é, portanto, também, o meio de salvar a referência ao universal, para não identificar

mundialização e universalismo. O essencial é, como vimos, quebrar esta ilusão de que a mundialização seria a encarnação do universal e recordar que a identidade não é um obstáculo ao universalismo mas sim a sua condição. Se o Ocidente não conseguir inscrever a capacidade mundialista das técnicas de comunicação na realidade das identidades socioculturais da comunicação, está a pôr em marcha os instrumentos da sua própria destruição. De qualquer modo, o carácter "naturalmente progressista" da mundialização é contestável. É certo que a mundialização das técnicas de comunicação foi um instrumento formidável para todos os dissidentes dos países comunistas e para todos os combatentes pela liberdade contra as ditaduras. Os dissidentes da Europa de Leste e da ex-URSS souberam tirar proveito desta mundialização da informação, bem como as ONG, nomeadamente com o apelo ao tema da comunidade internacional. O movimento humanitário, a partir dos anos 70, fez a mesma coisa. Mas o terrorismo utiliza hoje em dia, de forma igualmente eficaz, a mundialização das técnicas de comunicação e sabe muito bem repercutir, com a mesma eficácia que os média, a sua acção no plano internacional.

Enfim, é preciso deslocar a problemática, falsa, mas sedutora, segundo a qual as novas técnicas de comunicação permitiriam reduzir o desfasamento existente entre o Norte e o Sul, bem como no seio dos países desenvolvidos. Na realidade, o subdesenvolvimento tem causas bem mais numerosas e complexas do que o acesso à informação. Mais ainda do que no caso dos países ricos. Atribuir um lugar exagerado à informação entre as razões do êxito ou do malogro do desenvolvimento é subestimar amplamente as outras dimensões (alfabetização, educação, saúde, capacidade de produção agrícola, organização dos mercados de matérias-primas, política urbana...). E, antes de mais, as capacidades de mobilização social, cultural e política, que não têm nada que ver com um acesso mais fácil à Internet... Não é possível reduzir o desenvolvimento dos países do Norte nos últimos cinquenta anos a uma problemática da informação. A fortiori, para os países do Sul, que gerem dimensões antropológicas ainda mais numerosas e complexas. Isso equivale a efectuar uma redução duvidosa das causas do desenvolvimento a um único factor. E suspeita, de tal modo esse raciocínio é isomorfo às ideologias da informação. Fazer da informação o valor central da economia e da sociedade é, muito simplesmente, fazer um truque de ilusionismo e confundir a dimensão funcional da informação com a sua dimensão normativa. É transformar a Internet, símbolo da ideologia funcional da comunicação, em arquétipo da informação normativa.

III. Relativisar

Para pôr em "perspectiva" as promessas da revolução da comunicação, devemos privilegiar três orientações. As novas técnicas de comunicação não resolvem melhor a relação entre o indivíduo e as massas do que os média de massas. São apresentadas, evidentemente, como o meio de resolver o problema delicado das nossas sociedades: o da relação entre a escala individual e a escala colectiva. Contudo, como expliquei na segunda parte, hoje o problema principal é menos o esmagamento do indivíduo pelo número, do que o rompimento do laço social e a dessocialização. Que acontecerá ao laço social, na sociedade, se tudo for no sentido da individualização? As novas técnicas de comunicação não permitem reequilibrar o laço entre o indivíduo e o número; elas não são o pós-comunicação de massas, e constituem mais um retrovisor do que um projector. Ao valorizar excessivamente a procura sobre a oferta, elas não modificam a problemática do "estar junto". É certo que se criam elos através da procura e da interactividade, mas a problemática é, aqui, a do mercado e não a de um projecto cultural. As novas técnicas reúnem aqueles que já falam a mesma linguagem e pertencem à mesma cultura. A televisão, com a sua inépcia e as suas enormes insuficiências, dirige-se a toda a gente. E a proliferação do número de canais não muda em nada esta problemática do "estar junto". Na realidade, as novas técnicas de comunicação são o simétrico dos média de massas quanto à questão central da integração cultural, sem a deslocar, nem a melhorar.

Continua a haver, por outro lado, uma desproporção considerável entre a dimensão dos desafios económicos e a modéstia das aplicações e dos serviços. Uma das forças do discurso das técnicas de comunicação reside em se apresentar como universal. Na realidade, não o é, por duas razões. A primeira prende-se com a desproporção entre os discursos e a realidade dos mercados. Neste momento estamos na fase de constituição de grandes grupos do sector e não em fase de definição dos serviços, nem da organização dos mercados. com efeito, cada grupo industrial faz dumping para se distinguir dos seus concorrentes, anunciando "para amanhã" o lançamento no mercado de um produto revolucionário mas, na realidade, os produtos não estão prontos.

Na guerra psicológica travada pelos grupos industriais, cada qual marca o seu território, mas os mercados vão mais lentamente que os discursos.

A segunda direcção está ligada ao problema, já evocado, dos limites da prospectiva. O que tem que mudar é "considerável", mas os calendários da experiência vão sempre atrasados e incidem sobre escalas de aplicação mais modestas. Que relação existe entre os acordos laborais entre os operadores, os poderes públicos, os fornecedores de serviços, os 2000 a 5000 lares que é preciso convencer do interesse da experiência e, por outro lado, o discurso acerca da sociedade da informação? É um pouco como se, de cada vez, a montanha parisse um rato. Mas como as experiências, ainda mal começadas, já têm repercussões e são comentadas em todo o mundo, citadas nos colóquios científicos e comerciais, acabamos por ter a sensação contrária, de que foi feita uma multidão de experiências quando, afinal, se fala sempre das mesmas. O Far West jurídico e a ausência de regras acentuam este fenómeno, bem como a caução laudatória dos meios científicos. Sob pretexto de que estes recorrem muito a estes sistemas de informação e cada vez mais a nível mundial, conclui-se que será igual para toda a gente! Mas há muitas diferenças entre os cientistas e o grande público...

De momento, o único resultado concreto da ausência de regulamentação não é uma capacidade superior de criação original, mas sim a utilização destes sistemas de informação para as causas mais duvidosas: droga, mafia, pornografia... Prova, uma vez mais, de que uma liberdade sem condicionantes nem sempre é sinónimo de progresso. E, contrariamente ao discurso ideológico ambiente, é possível regulamentar a Internet, desde que os poderes políticos o queiram ⁽³⁾. Todos os juristas que trabalham sobre as novas técnicas de comunicação dispõem de conceitos, de referências e de métodos para racionalizar e organizar aquilo que é, hoje em dia, apresentado como uma espécie de universo "orgiaco" da informação, onde cada qual faz o que quer, quando quer. A Internet tornou-se o fantasma de um planeta que chegou ao fim da desregulamentação e ilustra o sintoma, a interrogar, do desejo violento de suprimir qualquer condicionalismo. Uma vez regulamentada, a Internet encontrará, como é normal, as dificuldades das outras experiências. A triagem far-se-á assim, progressivamente, entre dois tipos de aplicação radicalmente diferentes. Por um lado, as informações de serviços e de trocas acessíveis a todos, que constituem um vasto mercado, uma espécie de super-Minitel ou de computador familiar. Por outro lado, serviços especializados, requerendo uma

³ Cf. o artigo de F. Pisani, "Internet soumis à la propriété artistique et intellectuelle", Le Monde, 24 de Dezembro de 1996.

competência técnica para serem eficientes e que ilustram o problema universalmente conhecido segundo o qual a comunicação especializada, qualquer que seja o tema (astronomia, física, química...), requer um saber partilhado, competências e uma especialização mútua para ser eficaz.

A questão central, hoje em dia, já não é o acesso à informação mas sim, o que fazer com a informação? Que pergunta fazer a esta informação hoje omnipresente? E saber colocar uma pergunta a um estoque de informações requer, previamente, uma competência. É por isso que os discursos que confundem o acesso à informação e a competência necessária para saber utilizar a informação são enganadores. Por exemplo, a ideia de que a Internet permite aos médicos trocar informações de um lado ao outro do mundo acerca de um diagnóstico ou de um tratamento, para salvar vidas humanas é tipicamente o género de referências que legitima a Internet. O mesmo se passa com a Meteorologia, as catástrofes naturais, as epidemias...

Mas, confundem-se sempre os dois fenómenos: a estreita especialização necessária para que o intercâmbio de informações seja possível, com a facilidade de acesso. A rapidez de intercâmbio e de interação não reduz em nada a hierarquia dos saberes e das competências. Se não sou médico não me serve de nada aceder imediatamente a um diagnóstico. A facilidade das trocas não altera em nada a hierarquia dos saberes, nem a distância entre as competências. Nada seria mais demagógico do que ver aí as primícias de uma república dos sábios para todos. A existência de uma procura não é forçosamente sinónimo de progresso. Em primeiro lugar, porque a procura, através das novas técnicas, exige previamente a existência de uma infraestrutura a partir da qual ela possa emergir. Existe portanto, sempre, uma oferta prévia à procura. Depois, se as novas técnicas de comunicação favorecem as trocas, chega um momento onde se manifesta um certo cansaço. Tudo pode ser trocado, todos podem aceder a tudo, e depois? Para quê? Para que projecto? Numa palavra, as novas técnicas não criam uma nova cultura ou novos saberes, elas continuam dependentes de culturas e de saberes anteriores. De resto, a comparação com os média de massas é esclarecedora. Se estes tiveram o eco que lhes conhecemos foi, certamente, porque constituíam uma inovação técnica mas foi, sobretudo, porque, antes deles, tinha existido um projecto político de democratização da cultura. Qual é hoje o projecto exterior que está por detrás das novas técnicas de comunicação?

Para quê, com que fim, aceder de sua casa à biblioteca do Congresso ou de Alexandria? A eficácia técnica e a autonomia da procura não constituem um projecto. Os conhecimentos são ilimitados, mas ninguém pode aceder a todos

os conhecimentos. E os conhecimentos só valem em relação a um contexto e a um projecto. Por outras palavras, o conhecimento inscreve-se numa relação que o estrutura e lhe dá um sentido. Se não temos um projecto, de que nos serve podermos aceder a todas as informações? E, entre o projecto e nós, é preciso um intermediário, a maioria das vezes humano.

A ideia de um acesso directo, sem a ajuda de um especialista, ou seja, sem o saber do documentalista, é uma ilusão. Quanto mais numerosas e complexas são as mensagens, mais necessários se tornam os intermediários. Mas é próprio das novas técnicas criar a ilusão de uma comunicação directa, ainda que seja necessário, no futuro, revalorizar os interfaces. Nos anos vindouros, o ofício de documentalista será essencial, à medida do volume de informações e de conhecimentos ao qual é possível aceder. Um dos paradoxos desta situação de "comunicação directa" será, sem dúvida, revalorizar o papel desses intermediários de que pensava poder libertar-se.

IV. Abrandar

O que é que nos fascina mais? O tempo ganho pelas novas técnicas da comunicação. Mas para quê? Que se perde e que se ganha nesta nova situação? Ganhar tempo não constitui um projecto. Questão tanto mais pertinente quanto, há trinta anos, toda a gente estava já convencida de que a chegada do computador faria ganhar um tempo considerável e permitiria aos homens ter actividades mais enriquecedoras. O resultado não foi convincente e, no entanto, renascem hoje em dia as mesmas promessas...

O grande desprezo das técnicas de comunicação consiste em encarnar a ideia de um curto-circuito histórico que é o sonho do Ocidente. Mas as sociedades, tal como os indivíduos, não podem escapar ao tempo, e a grande vantagem da experiência destes últimos trinta anos é mostrar que o tempo ganho pelas tecnologias da informação não permitiu nem aos indivíduos, nem às sociedades, ganhar tempo. O tempo comprimido que aproxima o futuro e o presente ao ponto de os confundir, deve ser compensado por uma valorização da memória. Não para viver no passado, mas para escapar à tirania do presente e voltar a introduzir uma certa gradação. Para que o futuro tome de novo forma é preciso abrandar o tempo, voltar a introduzir as gradações, logo, a memória. Lembrar, com o apoio dos exemplos, o desfazimento constante existente entre a aceleração da circulação da informação no plano mundial e a extrema lentidão de evolução das sociedades. Recordar, também, que o tempo

do acontecimento nem sempre é o da informação, e menos ainda o da sociedade. Recordar por fim, que a performance do tempo técnico nada tem que ver com a dos indivíduos e das sociedades e que, quanto mais o tempo se comprime por um lado, mais necessário se torna descomprimi-lo, por outro. Aquilo a que se chama o triunfo da cultura "zapping" ilustra este fenómeno. Quer-se aceder a tudo, como se se passasse de um programa para outro. Recusa-se a integralidade e, portanto, o tempo que a acompanha, só se consomem "condensados" e "resumos". Lutar contra o zapping é voltar a introduzir a ideia de duração e de um tempo completo, em oposição à ideologia da compressão, que reencontramos no âmago do êxito do multimédia. O multimédia é rapidamente, um pouco de tudo, acerca de tudo. Como se o zapping permitisse fazer a economia da prova do tempo. A questão certa consiste em perguntar: porquê fazer circular, cada vez mais depressa, um número cada vez maior de informações? Por que motivo não se diz nunca que, ao nível mundial, o benefício principal desta aceleração do tempo pelos sistemas de informação em vinte anos, foi a criação e a expansão desta enorme bolha financeira especulativa ⁽⁴⁾ que perturba, de modo regular e selvagem, todas as tentativas de cooperação económica? Por que motivo é que os economistas não denunciam esta perversão, que torna caduco qualquer esquema económico? Do mesmo modo, porque motivo se fala do milagre da comunicação à distância, sem falar das utilizações mafiosas e especulativas da Internet? É difícil, contudo, evocar as delícias futuras da sociedade da informação, feita de trocas pacíficas sem lembrar que, historicamente, o aparecimento das sociedades se acompanhou sempre de desigualdades. Quem terá esquecido as violências que se desenrolaram paralelamente à sociedade industrial e as que acompanharam a sociedade terciária, as do êxodo rural e do fim das fábricas? Por que motivo seria essa sociedade mais pacífica do que as outras? A omnipresença de sistemas de informação não dá origem a uma sociedade da informação, muito simplesmente porque uma sociedade se organiza em torno de sistemas de valores e não de sistemas técnicos.

Dois exemplos. Falar de "novas técnicas de comunicação", como se tem feito nos últimos vinte anos é inadequado, porque as gerações que nasceram com elas as consideram, pelo contrário, como fazendo parte do seu presente. É

⁴ Cf. O artigo de P.-A. Delhommais, *Le Monde*, 18 de Dezembro de 1996: "trocam-se hoje em dia no mercado internacional de divisas 1300 milhares de dólares ou seja, aproximadamente, o equivalente do produto interno bruto anual da França" (excerto) e o artigo de E. Le Boucher, *Le Monde*, 6 de Janeiro de 1997: "O Banco de França, por exemplo encontra-se, de facto, sem recursos, perante mercados bem mais ricos do que ele. As suas reservas de trocas elevam-se a 122 milhares de francos quando nos mercados se trocam mais de 1000 milhares de dólares por dia." (excerto)

só para as gerações que têm entre trinta e sessenta anos que a palavra "novo" faz sentido. Segundo exemplo, das centenas de milhares de empregos que foram criados em torno da informática nos anos 60, com os nomes soberbos de programador, analista de sistemas, etc... Não só estes empregos desapareceram, como os sistemas de formação e de educação que eram demasiado decalcados sobre estes empregos, também eles ligados a um determinado estágio da técnica, se revelaram caducos. Numa visão "racional e eficaz" do tempo, quis-se aproximar demasiado sistema de formação e profissão. Não só as profissões desapareceram como, aqueles que as exerciam, devido à sua formação demasiado ligada a esses instrumentos, têm dificuldade em se reconverter. O exemplo deveria ser meditado no momento em que nos anunciam um "planeta Apple" para o qual deveríamos preparar desde já as crianças. O desaparecimento dos empregos, das formações e das qualificações das profissões ligadas hoje com o mundo da informática, depois de trinta anos de um crescimento quase insolente, experimentam já os limites desse tema da moda que é o "planeta ciber" e o "ciberespaço".

V. Revalorizar a experiência

Limitar a influência da comunicação passou a ser um desafio cultural fundamental, sobretudo para as gerações mais jovens, que vivem neste império sem fim há vinte anos. E isto não significa recusar o "progresso" mas, simplesmente, preservar a dimensão normativa da comunicação.

A. Reduzir a influência da imagem e dos teclados

Não há qualquer relação entre o número de horas passadas em frente do pequeno ecrã ou do computador, e a realização pessoal. Deste ponto de vista, o discurso dominante que afirma que os quinze canais de hoje não são nada em comparação com os cinquenta, ou os cem que virão a ser recebidos no futuro deve ser tomado por aquilo que é: uma estupidez. Trata-se de algo que é tecnicamente possível mas que não faz qualquer sentido do ponto de vista social ou, então, ao preço do desaparecimento de todos os laços sociais e do encerramento de cada um num universo esquizofrénico. Como é possível que nos interroguemos simultaneamente sobre os problemas antropológicos colocados pelas três horas quotidianas, em média, de consumo audiovisual nos países desenvolvidos, e que esperemos, com avidez, a chegada dos cinquenta

canais e dos seus complementos, da panóplia de todos os serviços multimédia ao domicílio?

Por detrás destas técnicas, cada uma mais eficaz do que a outra, encontramos a mesma questão: a dificuldade de entrar em contacto com o outro. Poderá o homem realizar-se durante muito tempo no prolongamento de sistemas de comunicação de todo o tipo? E o tema do "Cibionte" avançado por certos adeptos da revolução da comunicação ⁽⁵⁾, ilustra perfeitamente esta contradição. Para eles, o homem definido como cibionte, ou seja, como prolongamento humano das redes, é um progresso, no sentido de uma integração das características técnicas e humanas. Podemos, pelo contrário, ver aí o símbolo de uma tecnicização completa do homem e não o triunfo de uma humanização da técnica. Que significa esta ideia do progresso em que as técnicas "prolongam", naturalmente, as características do homem?

B.O livro é a expressão directa para sair das tiranias da comunicação

O livro, será necessário recordá-lo? Continua a ser, evidentemente, a "nova" técnica mais sofisticada, mais interactiva, mais móvel, mais barata, graças aos prodígios de todas as edições de bolso, mais universal, mais livre e, principalmente, mais imaginativa, no sentido em que a polissemia da recepção abre incessantemente novas vias à interpretação. É certo que o livro exige um esforço e um tempo ou seja, aquilo que as novas técnicas da comunicação permitem economizar. Mas, precisamente, o preço desse tempo é esse esforço que é preciso recordar, contra uma cultura do instante e da facilidade. Todos nos lembramos dos livros que lemos realmente, do tempo que passámos, da experiência que isso constituiu. Ninguém se lembra da sua "navegação" pelas diferentes bibliotecas acessíveis através das redes. A não ser no caso da primeira experiência. E o livro é, também, as bibliotecas — cujo papel humanista nunca é demais sublinhar. Uma biblioteca real, com os cheiros, os locais, com os livros que seguramos, abrimos e pousamos, e não apenas as bibliotecas virtuais. É por isso que se deveria instituir a seguinte regra: cada franco dado pelos poderes públicos às novas tecnologias, deveria ser

⁵ Joël de Rosnay (L'Homme symbiotique, Regards sur le troisième millénaire, Paris, Seuil, Março de 1995) descreve as revoluções mecânicas, biológicas e informáticas que conduzem ao aparecimento de um novo ser colectivo, o "cibionte"... que diz muito acerca do futuro da tecno-utopia!

"Para mim, o homem do futuro será o homem simbiótico. Pouco diferente física e mentalmente do homem do século XX, mas dispondo, graças às suas ligações biológicas, psicológicas ou bióticas com o cibionte, extraordinários meios de conhecimento e de acção [...] o aparecimento da biótica augura interfaces ainda mais íntimos entre o homem e as suas máquinas, conduzindo, nomeadamente, à criação de novos órgãos e de novos sentidos..." (p. 128)

acompanhado de um franco para multiplicar as bibliotecas, modernizar as que existem, contratar bibliotecários. A força insubstituível do livro? É físico, cada um diferente do outro, ocupa espaço, reclama um esforço e simboliza, para cada indivíduo, uma vitória: a de ter sido lido. É objecto das memórias mais profundas: as próprias, da descoberta maravilhosa da leitura; as dos nossos pais, que constituem a cadeia do tempo. E é o tempo, o tempo que falta para ler, que constitui a força do livro. Por outras palavras, as suas limitações fazem o seu génio.

Que significa o frenesim actual da multiplicação de catálogos automatizados, cada vez mais completos, eficazes, interactivos? Em que é que isso conduz à leitura? A leitura não consiste em circular por bibliotecas virtuais como se circula nas discotecas. Hoje em dia o problema não é o acesso, mas sim o desejo, problema, como sabemos, muito mais complexo. Demasiada informação mata o desejo de conhecer. E provoca o reflexo de fechamento pois — será necessário recordá-lo? —, o homem tem dificuldade em se transformar num sistema técnico. E toda a gente pode ter essa experiência numa livraria. Uma livraria pequena demais não é satisfatória, mas uma livraria demasiado grande e, ainda por cima com uma grande superfície suscita, muitas vezes, um sentimento de rejeição, em vez de criar um desejo de leitura. Muito simplesmente porque a abundância revela a impossibilidade de ler tudo. Em matéria de cultura, como em matéria de comunicação, o prazer está ligado à experiência e, portanto, à escolha, sempre limitada e frustrante.

No oposto da leitura é preciso, evidentemente, revalorizar a expressão directa, com as artes do espectáculo, a começar pela mais antiga, a mais "arcaica" mas a mais sofisticada das artes da comunicação: o teatro. Se os jovens passam horas a comunicar de um lado ao outro do planeta, livres de qualquer impedimento e de qualquer prova do tempo, é urgente recriar situações onde voltemos a encontrar, pelo contrário, as condicionantes do espaço e do tempo. Não constituirá o teatro um maravilhoso exemplo do valor, insubstituível, do "aqui e agora"? Num cibercafé a dificuldade não consiste em se ligar à "Net", mas em ser capaz de falar com o vizinho.

Há trinta anos que se observa nas escolas a existência de uma fuga para a frente, em direcção aos sistemas técnicos de comunicação que se supõem "preparar" melhor as crianças para viver no mundo moderno. Depois da moda da televisão, que deveria "familiarizar" as crianças com o mundo do amanhã, passámos hoje à instalação, com a maior urgência, da informática e do multimédia, com o mesmo argumento que já se revelou inoperante no caso da televisão. A saber, que familiarizando os jovens com as técnicas da

comunicação do "nosso tempo", estes se adaptariam melhor ao mundo do futuro... Mas ninguém se lembrou de dizer que, na maioria dos casos, as crianças dispõem já, em casa, de todas as técnicas de comunicação; não estão privados delas e são, até, utilizadores com opiniões sobre a matéria. Não é, pois, certo que a sua melhor "preparação" para a integração no mundo moderno consista em amplificar o uso de serviços e de técnicas com os quais já estão familiarizados.

O melhor meio de preparar para o mundo multimédia do futuro não consiste em equipar os estabelecimentos de ensino com televisões, consolas, suportes e teclados interactivos, mas sim em valorizar aquilo que se liga com a comunicação directa. A começar pelo livro e pelo intercâmbio directo com o professor mas, também, através do teatro que foi na História da Humanidade a primeira forma de representação e de distanciamento em relação à realidade. Tudo está já no teatro. Sobretudo por oposição a uma cultura da comunicação tecnicizada. Experimentar o próprio corpo no espaço, respeitar as regras da encenação, inventar as convenções indispensáveis a qualquer jogo, aprender a falar, a criar uma realidade a partir de uma ficção, suscitar a atenção de um público, aceitar a prova do tempo real são, não só experiências indispensáveis mas, sobretudo, meios de relativizar a cultura da "cibersociedade". Não existe qualquer relação entre o facto de se ser um ás da Internet, de saber ligar-se às redes, e ser capaz de falar em público, aprender um texto de cor, representá-lo, suscitar a adesão e, principalmente, criar emoção. Tudo, graças às convenções mais simples e mais arcaicas, que dizem respeito à deslocação de certos indivíduos num mesmo cenário, num palco que, na maior parte dos casos, não ultrapassa os 100 metros quadrados! Há nas convenções das regras do teatro antídotos para um número considerável de situações modernas de comunicação e a descoberta do carácter eternamente "moderno" do teatro. É por isso, por exemplo, que os estabelecimentos escolares, em vez de investirem avidamente em parques de técnicas potentes e caras, fariam melhor em construir palcos. Salões de festas, como se dizia antigamente, em vez de parques multimédia. Tanto mais que os ditos parques enferrujam bem depressa, sempre abandonados por crianças que têm em casa técnicas mais potentes e mais actualizadas do que as que existem nos estabelecimentos de ensino. A escola não pode rivalizar com a modernidade. Não é esse o seu papel, ela é, pelo contrário, o seu melhor remédio, principalmente numa época onde já só há modernidade. Ao contrário do discurso modernista dos adultos, as crianças não reclamam, forçosamente, que a escola duplique a modernidade exterior, mas sim, que as introduza num outro espaço discursivo, cognitivo,

simbólico, que faça a diferença em relação ao mundo real. A escola deveria preferir a alteridade ao mimetismo, e as recordações que temos da escola estão ligadas à descoberta e à alteridade. A escola não está dentro do mundo, mas ao lado do mundo e, neste aspecto, permite aos jovens prepararem-se para o mundo.

É inútil, pois, querer fazer da escola, em sentido amplo, o lugar da hipermodernidade: não é essa a sua função. E, mais uma vez, os jovens não o pedem, mesmo que se revoltem perante a cultura e a tradição. A experiência prova que todo o acesso conseguido ao património suscita neles um júbilo sem relação com esse prazer, banal, "natural" com que acedem a todos os bens e serviços da modernidade. E o contra-senso consiste em dizer que lerão mais com os livros electrónicos ou que visitarão mais os museus depois de terem circulado pelos museus virtuais... Os jovens precisam é, pelo contrário, de experiências de natureza diferente e se todas as experiências de relação com o mundo são mediatizadas por uma técnica, surge o risco de um empobrecimento. A escolha não se faz, pois, entre o teatro, o salão de festas e os computadores. É preciso, pelo contrário, investir em ambos e, mais ainda, no primeiro. Os professores que, por gosto da profissão, são sensíveis à realidade do património cultural, sofrem uma pressão técnica tal que não ousam opor-se à ideologia modernista e reivindicar aquilo que esteve muitas vezes na origem da sua vocação: o desejo de transmitir às gerações mais jovens o gosto pelo património, pela História, pelo conhecimento, pelo tempo, pelo inútil, sem os quais não há nem vida individual, nem vida colectiva. Foi preciso quase um século para reconhecer que o ginásio é tão importante para o desenvolvimento da criança como as salas de aula. Quando é que as nossas sociedades voltarão a descobrir que o teatro, ou seja, todo o lugar consagrado ao trabalho sobre a voz e sobre a encenação do corpo é tão importante como o parque multimédia, desactualizado antes de estar instalado? Que governo ocidental, que ministério da educação terá a coragem de dizer que, para o futuro, o teatro é pelo menos tão importante como o computador? E que sai mais barato à colectividade? E depois de termos redescoberto o ginásio e, depois, o teatro, talvez seja possível revalorizar a terra e a agricultura como meio, também aí, de contrabalançar uma experiência de relação com o mundo, demasiadamente centrada na gestão dos signos. Mas a redescoberta da terra e da natureza não será já o que se verifica nos países ocidentais, onde se observa um formidável desenvolvimento da jardinagem? Este facto atinge mais de um em cada dois franceses e um número semelhante em todos os países da Europa. Ninguém obriga os indivíduos a dedicar-se à jardinagem e, contudo,

esta está em plena expansão. Também isso se deve, sem dúvida, a uma espécie de busca de equilíbrio. Cibernauta e jardineiro? Será que o tempo que se ganha no campo dos signos permite experimentar, pelo contrário, a lentidão da Natureza? Porque não, isso completa até muito bem as duas outras experiências de relação com o mundo, a da leitura e a do teatro.

C. Valorizar a experiência humana

No Ocidente há muito tempo que se postula o princípio do elo entre comunicação e acção. Se as técnicas de comunicação são sempre justificadas em nome de uma melhor capacidade de acção (cf. os argumentos a favor do telefone, da rádio...), a experiência prova, também, que a comunicação nem sempre é a melhor condição para a acção. As novas técnicas voltam a lançar o debate: o que é, na realidade, a experiência humana? O contrário da comunicação mediática ou da Internet. Demora tempo, não é comunicável nem se pode reproduzir, resulta quase sempre, de erros e de falhas, e depende de factores não controláveis. Assim como a identidade é uma construção, resultado de um processo e não um dado, também a experiência é o resultado de uma trajectória, o que é o oposto da instantaneidade da comunicação moderna. A experiência demora tempo, pressupõe um confronto com o mundo ou com os outros, enquanto que, com as máquinas, estamos perante o mesmo, ou perante a performance. É aliás por isso que gostamos delas, porque nos evitam o confronto com a alteridade.

Evidentemente, com as técnicas de comunicação existe também uma relação com o outro, mas ensurdecida, à distância, amortecida, "pasteurizada". Nada que se assemelhe à experiência do outro na realidade...

É, afinal, em torno da relação com a experiência que se jogará o futuro das técnicas de comunicação. Ou é possível uma aculturação às técnicas, e estabelecer-se-á uma forma de diálogo entre as duas formas de relação com o mundo que são a comunicação mediatizada e a experiência directa, ou esta aculturação não é possível e, então, poderá vir a desenhar-se um sério desequilíbrio antropológico, resultante da distância crescente entre o mundo da experiência e o da comunicação. Esta revalorização da experiência teria também a vantagem de valorizar a dúvida, que é uma grande característica da cultura europeia mas que foi, hoje em dia, largamente afastada pelo racionalismo técnico. A dúvida é um outro meio de recordar que o horizonte da comunicação humana continua a ser a comunicação intersubjectiva e não a comunicação via Internet.

Numa palavra, o homem é confrontado com três tipos de comunicação: a comunicação intersubjectiva ou humana, a menos eficaz, a mais arcaica, a mais lenta mas, sem dúvida, a base de qualquer sociedade; a comunicação mediática, condição do elo social; a comunicação Internet, evidentemente aquela com performance, mas cuja eficácia se faz à medida das dimensões antropológicas que deixa de lado. A escolha? Não escolher, mas procurar as três formas de comunicação. A primeira, porque dá sentido à vida, a segunda, porque está ligada à sociedade e à democracia de massas e, a terceira, porque está em sintonia com a abertura das sociedades e o lugar crescente dos fluxos imateriais.

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 15

- ANIS J. e LEBRAVE J.-L. (sob a direcção de), Texte et ordinateur: les mutations du lire-écrire, La Garenne-Colombes, Éd. de l'espace européen, 1991.
- BERTRAND A., Le Droit d'auteur et les droits voisins, Paris, Masson, 1991.
- BRETON P., L'Utopie de la communication, le mythe du village planétaire, Paris, La Découverte, 1995.
- CASTEL F. du e CHAMBAT P. e MUSSO P. (sob a direcção de), L'Ordre communicationnel. Les nouvelles technologies: enjeux et stratégies, Paris, La Documentation française, 1989.
- CASTEX J., COHEN J.-L. e DEPAULE J.-C., Histoire urbaine. Anthropologie de l'espace, Paris, Éd. du CNRS, PIR Villes, 1995.
- CHÉNAUX J.-L., Le Droit de la personnalité face aux médias internationaux, Genève, Droz, 1990.
- DELMAS R. e MASSIT FOLLEA F., Vers la société de l'information, savoirs pratiques, médiations, actas do colóquio CNE-CE/DG XIII, Paris, Apogée, 1995.
- DESSEMONTET F., Internet, le droit d'auteur et le droit International privé, SIZ 92, 1996.
- DUFOUR A., Internet, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 3073, 1992.
- FITOUSSI J.-P. e ROSANVALLON P., Le Nouvel Âge des inégalités, Paris, Seuil, 1996.
- FUKUYAMA F., "The end of History, The public interest", trad. francesa: "La fm de l'Histoire", Commentaire, n.º 47, Verão 1989.
- GAUTIER P.-Y., Du droit applicable dans le "village planétaire", au titre de l'usage immatériel des oeuvres, D., 1996.
- ITEANU O., Internet et le droit: aspects juridiques du commerce électronique, Paris, Eyrolles, 1996.
- LAMBERTERIE I. De, Le Droit d'auteur aujourd'hui, Paris, Ed. Du CNRS, 1991.
- LEMOINE P., Le Commerce de la société informatisée, Paris, Economica, 1993.
- LIVET P., La Communauté virtuelle. Action et communication, Paris, Éd. de l'Éclat, 1994.
- MATTELART A., La Communication-monde. Histoire des idées et des stratégies, Paris, La Découverte, 1992.
- MATTELART A., La Mondialisation de la communication, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 3181, 1996.

- MONGIN O., "Les tournants de la mondialisation; la bataille des interprétations", Esprit, n.º 226, 1996.
- POIRRIER J., De la tradition à la post modernité, Paris, PUF, 1996.
- Rapport sur la communication dans le monde, Paris, Unesco/La Documentation française, 1989.
- VIVANT M., LE STANC C. et al. Lamy, droit de l'informatique; informatique, multimédia, réseaux, Paris, Éd. Lamy SA, 1996.
- WOLTON D., Giraud A. e MISSIKA J.-L., Les Réseaux pensants, télécommunications et société, Paris, Masson, 1978.

SEXTA PARTE

A EUROPA

INTRODUÇÃO

A COMUNICAÇÃO FACE À HISTÓRIA

As dificuldades da construção política da Europa e, depois, Maastricht (1992), ilustram os limites do voluntarismo e, por ricochete, as da informação e da comunicação, as quais desempenharam, desde sempre, um papel favorável nessa construção. Ao passar de uma Europa feita por uma elite de 370 000 pessoas à Europa dos 370 milhões, a do sufrágio universal, apercebemo-nos da imensa dificuldade em mobilizar cidadãos já pertencentes a velhas democracias, habituados à política, aos debates e cujo entusiasmo em relação à Europa política é inversamente proporcional ao dos discursos governamentais. E recordar-lhes todas as manhãs que a União é o único meio de evitar a decadência não os motiva mais. É evidente que todos gostariam que esta soberba utopia tivesse êxito, para ultrapassar séculos de guerra e realizar a maior democracia do mundo. Mas as imensas dificuldades para passar da construção económica à construção política fazem reflectir, tanto mais que, entretanto, o adversário, o comunismo, que servia de factor de coesão, se afundou sozinho...

Em todo o caso, a construção europeia ilustra os limites do papel da informação e da comunicação como factores de mobilização. com efeito, a informação sobre a Europa é hoje abundante em todos os países — nem sempre foi assim —, sem que, por isso, a adesão dos cidadãos tenha aumentado. Estes são informados de todos os lados, sem que a causa europeia progrida. Prova que, mesmo no caso de um objectivo aceite por todos os países, conduzido pública, democrática e abertamente por todos os governos, com debates e ratificações parlamentares não basta informar ou comunicar

para convencer. É uma experiência essencial, pois trata-se de uma situação nova, onde tudo tem que ser inventado e onde os acontecimentos se sucederam muito rapidamente nos últimos cinquenta anos. Poderíamos pensar que o voluntarismo e o carácter inegavelmente democrático deste excelente projecto teriam concedido à informação, também ela tão ligada à história democrática, um papel determinante. Um papel um pouco semelhante, afinal, ao que se passou no século XIX durante a longa batalha pela informação levada a cabo pela imprensa. Isso não aconteceu e a Europa é, até, o revelador inverso, ou seja, da pouca influência dos média; estes são, na sua maioria, favoráveis à Europa e encaram de maneira positiva esta construção política difícil. Reencontramos aqui, brutalmente, algo que é muitas vezes esquecido pelas teorias da comunicação, a saber, a "resistência do receptor". A informação não esbarra apenas com as barreiras da História, das línguas, dos símbolos e das representações mas, também, com a dificuldade de constituição e de expressão da opinião pública. Vai, enfim, contra os interesses contraditórios de uns e de outros.

Numa palavra, a Europa é um lugar de leitura da dificuldade das relações entre informação, comunicação, cultura, sociedade e política. É por isso que este livro, que tenta apresentar uma síntese das investigações sobre as relações entre comunicação, História e sociedade, termina com a Europa. Faz-se aqui, in situ, o retomar da maioria dos problemas teóricos anteriormente evocados. A Europa é, para um investigador que trabalha sobre as relações entre comunicação e sociedade, um terreno de experimentação de teorias e um local de observação empírica essencial. Fornece uma lição de modéstia à eficácia do modelo racionalista da informação. Não basta informar, comunicar, fazer pressão sobre as opiniões públicas, abrir as culturas umas às outras, para criar interesses mútuos...

A questão é, pois, a seguinte: até que ponto é que a informação e a comunicação são úteis para a construção de um novo espaço político? Questão tanto mais crucial quanto o observador é surpreendido por um duplo fenómeno.

Em primeiro lugar, o estilo da comunicação não evoluiu muito desde Maastricht mas, que entre 1990 e 1995, o sentido da construção europeia mudou, passando de um projecto de construção económica para um projecto político, de um esquema inevitavelmente tecnocrático, para uma ambição mais democrática. Esta mudança radical no objectivo e na perspectiva europeia não modificou nem o tom, nem o estilo dos discursos acerca da Europa. Depois, a ausência de um discurso específico da Europa na grande batalha da

comunicação é imediatamente visível. A Europa não proclama nenhuma análise particular apesar de, devido à concentração da sua população, ao seu alto nível de vida e de cultura, constituir o primeiro mercado de todas as indústrias da comunicação informática, da telecomunicação e do audiovisual. Esta passividade da Europa num sector crucial da actividade económica e cultural é tanto mais surpreendente quanto, para além do mercado tem, neste sector, graças à tradição das suas indústrias de apoio e de programa, um papel de força quanto à desregulamentação, com os Estados Unidos e o Japão. Nota-se, evidentemente, uma vontade de preservação das identidades culturais, visível através da batalha dos direitos de autor e das quotas de difusão da Directiva Televisão Sem Fronteiras, mas adivinha-se também um certo fascínio pelas novas técnicas de comunicação e pela ideologia da "liberdade" de que já falei na quinta parte.

O que é que falta, então, na Europa, nesta batalha essencial da informação e da comunicação? O desejo e a convicção, que são uma coisa muito diferente da informação. Um grande número de informações não basta para criar um "desejo de Europa", a informação e a comunicação não podem substituir-se a um projecto político inexistente.

A Europa permite, na realidade, retomar uma questão teórica fundamental, a das relações entre comunicação e comunidade. Quando uma comunidade existe, com uma identidade, fronteiras, uma história, como acontece na maioria dos estados-nações, o papel da comunicação consiste em facilitar uma certa representação desta. Pela comunicação, a comunidade representa-se e actualiza a sua identidade. No caso da Europa, a situação é diferente. A comunicação é, aqui, uma acção ou seja, um meio de criar uma identidade ainda incerta. A questão é então saber até onde é que a comunicação e a informação podem agir. Até que ponto podem elas contribuir para a constituição de uma identidade, contribuir para um projecto político e a partir de quando é que esse voluntarismo ⁽¹⁾ se arrisca a virar-se contra si próprio? Pensar o papel da informação na Europa é situá-lo em relação a um projecto. E todo o problema vem da escassa clareza do projecto. Encontramos nele, de momento, muito de realidade institucional e pouco de realidade simbólica.

Há duas orientações a seguir para sair da institucionalização artificial da Europa, bem visível na preparação da conferência intergovernamental de 1997 onde as instituições, em vez de traduzirem uma maturidade política

¹ Fiz uma análise mais pormenorizada dos limites do voluntarismo no quadro da Europa democrática em: *Naissance de l'Europe démocratique*, cap. 3 e 5, col. "Champs", Paris, Flammarion, 1997.

amplamente insuficiente tentam, criá-la: revalorizar o passado, que é o grande cadinho da identidade europeia, e valorizar a utopia, que é o sentido deste projecto.

Revalorizar o passado é, antes de mais, reabilitar, como já afirmei ⁽²⁾, "o bando dos quatro", o passado, a identidade, a nação, a religião. Ou seja, os elementos da História que permitem compreender a unidade da Europa, para lá da violência das divisões de todo o tipo que a atravessaram.

Aqui, a História é a base da utopia. Esta só pode desenvolver-se porque o passado, na sua heterogeneidade é "validado", tido em linha de conta, aceite. A utopia precisa de ter "ajustado as contas com o passado". Quer dizer, com a legitimação das histórias para se expandir, tanto mais que, pela primeira vez, a Europa não se faz contra um inimigo mas para si própria, num universo não fechado e tanto mais aberto quanto não se sabe onde terminam as fronteiras da Europa. A utopia é indispensável, mas difícil de desenvolver, pois nunca depende de um trabalho voluntarista: não se cria um "Ministério da Utopia". Também não se podem retomar as utopias socialistas do século XIX, pois houve rupturas definitivas em relação ao século passado. Os estados europeus já são todos democráticos. Todos conhecem as vantagens e as desvantagens dos princípios triunfantes da igualdade e da liberdade; as desilusões do século XX impossibilitam que se acredite no sonho de uma mudança radical; as tragédias dos dois totalitarismos mataram a ideia de revolução; as sociedades europeias já são "abertas" no sentido duplo das realidades económicas e dos valores; hoje em dia a comunicação está omnipresente e repercute tanto os êxitos como os malogros e, até, o vazio dos projectos... Uma das maneiras de fazer a ligação entre a História e a Utopia consiste em olhar para a ex-Europa de Leste. Exterior à construção europeia, torna-se uma das condições do êxito depois da queda do comunismo. Em primeiro lugar, porque certos países são, desde sempre, candidatos à integração e, depois, porque a Europa de Leste é um pouco o "duplo" da nossa história. Vemos nela os laços entre História e Utopia de maneira mais clara do que no Ocidente, onde predominam a racionalidade e a modernidade. Ela é, enfim, o lugar de leitura da maior parte dos problemas futuros porque, na gestão das relações entre identidade e nação, história e religião, economia e valores se acham condensados, não os problemas anteriores da Europa Ocidental, mas os que estão por vir. A União Europeia não poderá constituir-se se no Leste predominarem o rancor, a incompreensão ou

² Cf. Naissance de l'Europe démocratique, op. cit., cap. 4: "Que faire? Réhabiliter la bande des quatre: passe, identité, nation, religion."

até a desordem, tratando-se, em grande parte, de países que foram atravessados pela mesma história que nós e, também, porque esses países apresentam uma relação entre tradição e modernidade quase inversa à nossa. E esta relação invertida é uma oportunidade para a elaboração de um novo quadro simbólico e cultural ligado à Europa política. A Europa do Leste apresenta uma segunda vantagem para a Europa Ocidental. Permite um certo afastamento da influência do modelo tecnocrático que prevaleceu na nossa experiência da construção política. É certo que esse modelo foi útil no primeiro meio século da construção mas torna-se, hoje em dia, quase perigoso devido à falsa racionalidade que introduz num projecto que é, em primeiro lugar, uma imensa aposta utópica. O pior de tudo seria acreditar numa continuidade entre a Europa tecnocrática e a Europa democrática. Tudo o que permite manter o distanciamento em relação à experiência da Europa tecnocrática é favorável ao desenvolvimento do imaginário e da abertura de espírito, necessários para pensar este projecto insensato: a construção pacífica e livre da maior democracia do mundo, a partir de países muito velhos, já democráticos, cuja história é feita de diferendos, de guerras, de mortes e de incompreensões...

Para resumir a reflexão sobre o papel da informação e da comunicação na construção europeia, podemos dizer que nos encontramos perante o paradoxo seguinte. Por um lado, a Europa põe em evidência as limitações da informação e da comunicação para modificar uma realidade histórica. Por outro, é preciso ter consciência de que não existe Europa sem comunicação. É impossível ao cidadão aderir a este projecto sem um papel essencial da informação e da comunicação, que são meios normativos e não funcionais de ultrapassar as clivagens actuais. No caso da Europa, a informação e a comunicação encontram-se directamente cara a cara com a história.

CAPÍTULO 16

DO MULTICULTURALISMO À COABITAÇÃO

I. A prova das culturas

O que une os Europeus nos fundamentos da sua cultura é também aquilo que os separa. Principalmente depois da queda do comunismo, que opunha dois blocos artificialmente homogêneos. Hoje em dia o que predomina são as diferenças, para não dizer as divergências, não só no seio dos países momentaneamente reunidos sob a designação de Europa de Leste mas, também, no seio dos países da Europa Ocidental, onde as oposições se manifestam à medida da passagem à Europa política e ao alargamento da União. Elas já existiam antes, mas o contexto histórico era pouco favorável à sua expressão. A Europa vê-se hoje em dia confrontada, com uma prova radical: como continuar a construção da unidade económica e, sobretudo, política, num momento em que os factores de coesão, que ontem impunham unidades artificiais, se esbatem e se desenvolve um movimento profundo de afirmação nacionalista? Esta contradição entre a globalização progressiva da economia europeia, que se traduz por uma abertura dos mercados e das fronteiras, e o movimento contrário de afirmação das identidades é, provavelmente, um dos desafios históricos mais difíceis de resolver. E nada é mais simplista, para nos desembaraçarmos desta verdadeira aporia, do que ver, neste movimento de afirmação de identidade um "medo" da abertura, como julgam as elites, desejosas de se tranquilizar. É-o certamente em parte, mas só em parte, pois o processo tem raízes bem mais profundas do que a simples reacção ao economismo ambiente. Não é fácil, para a Europa, ser confrontada com a prova das culturas, no momento em que já só se põe a questão da "globalização dos mercados". Ou, mais exactamente, já não é fácil para ela gerir este movimento crescente de identidade cultural, no momento em que a busca de um modelo político comum vai noutra sentido e em que, simultaneamente, no plano económico, são elogiadas incessantemente as

vantagens dos "grandes mercados". Se todos sabem que o êxito da Europa passa pela tomada de consciência do seu formidável capital cultural, todos estão igualmente conscientes de que esse património não basta para fazer vencer o imenso projecto político. Precisamente porque a cultura constituiu ao longo da história, tanto um factor de aproximação como de divisão.

II. A perspectiva

A questão consiste em saber até que ponto é que as questões culturais podem jogar no sentido da integração e a partir de que momento se arriscam, pelo contrário, a tornar-se um factor de bloqueio. A frase apócrifa de J. Monnet segundo a qual "se voltássemos atrás começaríamos pela cultura" é tão falsa hoje como ontem. Felizmente os fundadores começaram pela economia e pelos interesses e não pelos valores e pela cultura; com certeza que a Europa não teria conseguido fazer-se tão depressa.

Contudo, é impossível ir mais longe na Europa política sem reintegrar a história e as suas diferenças culturais, sabendo, ao mesmo tempo, que estes se arriscam a ser factores de divisão. Verdadeira quadratura do círculo.

De facto, talvez seja a relação com a cultura o que constitui o ponto de viragem na construção da Europa. Tudo passa por ela, com uma condição que complica um pouco o problema: não fazer dela um "objecto" de política, como a política agrícola, industrial, urbana... A adesão dos povos à Europa não depende de uma "política cultural" ambiciosa mas, sim, de uma maior atenção a este factor determinante e inacessível que mistura estilos de vida, tradições, patrimónios, História, línguas... Sem esta tomada de consciência da urgência em integrar as heterogeneidades culturais poderá acontecer, com a Europa, aquilo que já se desenha no Sul: o aparecimento de um nacionalismo cultural religioso e violento como reacção à insuficiente atenção dada ao simbólico. E neste esquema, a comunicação que é, em geral, um factor de progresso e de difusão da cultura, pode muito bem tornar-se, pelo contrário, o veículo de todos os fanatismos. As parabólicas dos satélites, vemo-lo bem há quinze anos para cá e, no futuro, todas as Internet veiculam tanto a modernidade, a abertura como podem difundir o ódio do outro, do Ocidente. Por outras palavras, se o lugar dos fenómenos culturais não for reconhecido por aquilo que é, sem hierarquia em relação a qualquer bitola da "modernização", então a comunicação, que é geralmente o seu braço armado, também poderá tornar-se instrumento de um considerável combate ideológico de identidade. A cultura

talvez seja uma causa mais importante do êxito da Europa política do que a moeda única. Mas quem estará, hoje em dia, pronto a aceitar esta evidência, de tal modo a ideia banal e falsa de que a moeda única trará crescimento e, portanto, unidade política, predomina? A dificuldade do factor cultural está no facto de não bastar falar dele ou até pô-lo em primeiro lugar, para o resolver. É preciso, pelo contrário, pensar continuamente nele sem o nomear, ou fazer dele um "objecto" de política como a moeda, a indústria, a saúde... Tanto mais que as desigualdades culturais no seio da Europa Ocidental e entre esta e a Europa do Leste são tão prementes como entre o Norte e o Sul. O erro consiste em querer partir da cultura para construir a Europa política sob pretexto de que ambas estão ligadas; a boa ideia consiste, pelo contrário, em continuar com a economia e com a política sabendo que a cultura se tornará, sem dúvida, de maneira silenciosa mas determinante, a causa do êxito ou do malogro do tema central da gestão da alteridade.

O objectivo não consiste, pois, em pôr a cultura em primeiro lugar, mas em integrar o peso das alteridades culturais como condição de êxito do projecto democrático. Consiste ainda menos em importar para a Europa o modelo do multiculturalismo existente nos Estados Unidos, que teria por natureza — a coberto do reconhecimento da legitimidade da diversidade cultural — a legitimação de uma espécie de "diferencialismo cultural". Tudo separa, com efeito, as relações entre comunidade-diferencialismo-universal nos Estados Unidos e na Europa. À chegada aos Estados Unidos, os imigrantes tinham que abandonar as suas culturas, as suas línguas, as suas ideias. Era esse o preço a pagar pela integração na sociedade americana. E a perda da identidade cultural anterior, preço da integração, encontrava-se no reconhecimento e na legitimidade das comunidades culturais que sempre mantiveram um grande peso do outro lado do Atlântico. Foi nesta relação particular integração-comunidade, sobre um fundo de grande violência política destinada a suprimir a identidade, que se construiu a sociedade americana, sem referência, afinal, ao universal. Na Europa a situação é completamente diferente. Em primeiro lugar, nunca se trata de indivíduos mas sim de povos, de nações, que decidem livremente construir um novo espaço político sem nada negar do seu passado nem da sua tradição desejando, pelo contrário, integrá-los numa perspectiva mais vasta, a qual ninguém sabe ainda se será uma sociedade, um Estado, uma confederação... Aqui, o que prima não é o indivíduo, arrancado ao seu quadro religioso, cultural e histórico mas, pelo contrário, a adesão voluntária de colectividades, sobre o pano de fundo da recordação de duas guerras mundiais.

Na Europa, a história nunca se faz por abandono e ruptura com as outras histórias, mas por integração sucessiva. A Europa não deita nenhuma das suas culturas para o "caixote do lixo da História", tem de as integrar todas. Não esquece a história e a cultura, "acumula-as". E, se amanhã assistirmos a um retrocesso sob a forma de uma afirmação culturalista, de identidade religiosa, violenta, como aconteceu na Jugoslávia, será a prova do malogro desta acumulação das Histórias. Não podemos apoiar-nos no modelo norte-americano de tipo comunitário por uma outra razão fundamental: a ausência, na Europa, de um Estado forte que seja garantia do poder simbólico, como nos Estados Unidos. A cidadania norte-americana e o dólar forjaram a identidade norte-americana ou melhor, permitiram fazer com que o preço a pagar pelo abandono das identidades anteriores fosse aceite. Nada disso se passa na Europa. Não só a forma política não tem qualquer poder de coacção como, se o tivesse, esbarraria com a reacção de povos que investiram séculos para se tornarem soberanos e entendem continuar a sê-lo mas, além disso, a economia, através do Euro, não tem a força da sedução... do dólar.

Voltamos, pois, a cair, na especificidade europeia: o peso determinante ao factor cultural como condição de êxito do projecto político e económico, sem que este possa transformar-se em culturalismo. Para que o culturalismo desempenhasse o papel do fermento da construção simbólica europeia era preciso que estivesse associado a um universalismo, ligado a uma utopia mobilizadora neste momento inexistente. Por outras palavras, o modelo da coabitação cultural é o único adaptado à fase actual de construção da Europa, mas pode assumir duas formas relativamente diferentes. A de uma simples coabitação de identidades culturais sem projecto de integração, sob a forma de coabitação dos estados-nações a que a soberania política teria sido reduzida. Ou a de uma coabitação ligada a um projecto político de integração, mas este projecto de integração depende de uma fase anterior de valorização das diferenças e das tradições. Não é possível fazer a economia desta etapa e é a razão pela qual continuo a repetir que a recuperação e a valorização das identidades não constituem um obstáculo para a Europa política, mas são a sua condição. As identidades talvez constituíssem um obstáculo no quadro da primeira etapa, mas hoje já não o são. É nesta perspectiva que a questão da identidade nacional deve ser tida em consideração. Ela é hoje inultrapassável; e o argumento de que a identidade constitui um obstáculo à integração europeia ignora a mudança de contexto histórico e conduz a transpor para a realidade actual os esquemas do passado. Do mesmo modo, o argumento de que diversos países (Bélgica, Espanha...) têm uma identidade nacional fraca ou

discutível não é aceitável de maneira nenhuma pois a problemática nacional é, então, muitas vezes, completada pela das regiões. Reencontramos então uma ideia de identidade, ainda que a escala já não seja a mesma. O que importa, de qualquer maneira, é o aparecimento da problemática de identidade na construção política europeia.

III. Os desafios

Para compreender a imensidão da tarefa basta ver a dificuldade que têm os diversos países em lidar com o multiculturalismo no interior do seu próprio país. Como falar, então, de multiculturalismo ou de identidade cultural europeia? Recensear hoje as diferenças e organizar a coabitação cultural é já um objectivo ambicioso, pois quem diz coabitação pressupõe o reconhecimento das identidades culturais. Através da recuperação e da legitimação das diferenças é possível, depois, ir mais longe. Este levantamento e este reequacionamento serão as condições ulteriores de um real "querer estar juntos". E não o inverso. A coabitação precede o multiculturalismo e não é síncrona com ele. A via a seguir, para favorecer a coabitação, é a do turismo. A descoberta da Itália e, depois, de Espanha e de Portugal, nos anos 60 e, a seguir, da Grécia e da Jugoslávia nos anos 70, com o nascimento do turismo de massas, favoreceu uma forma de iniciação, não ameaçadora, ao outro. O turismo é um bom meio de abordar o outro, é certo que, muitas vezes, por intermédio de estereótipos, mas estes são uma etapa necessária. No turismo, o outro não é ameaçador, uma vez que vamos ao seu encontro durante um breve período de tempo. Hoje, com a abertura das duas Europas e a desregulamentação da viagem aérea, encontramos duas condições favoráveis o gosto da viagem, a curiosidade cultural e a desorientação sem riscos. Conhecendo o outro um pouco melhor, pelas viagens e pelo turismo, temos menos medo, logo é favorecida uma certa coabitação. Seria evidentemente formidável se se acompanhasse de um questionamento do "turismo-betão" que há trinta anos que predomina na Europa do Sul...

De uma maneira mais geral, o destino que separou as duas Europas durante meio século passou a ser, hoje em dia, um factor favorável ao seu destino comum, uma vez que a Europa de Leste oferece um ponto de vista original sobre toda a construção da Europa. As diferenças e as semelhanças lêem-se nela simultaneamente. Tudo, desde os níveis de vida aos estilos, passando pelo vestuário, as línguas e as religiões, cidades e engarrafamentos,

pelas cores, pelos monumentos e pelas referências se opõe, permitindo ver, em directo, as dificuldades de organização da coabitação entre as duas Europas. Sem esquecer as diferenças de modelos de racionalidade, de espiritualidade, de verdade, de relações com o património e as experiências tão divergentes da democracia e do socialismo. Em suma, todas essas diferenças são outras tantas vias de acesso a uma melhor compreensão mútua. Tanto mais que as diferenças não existem só entre o Leste e o Ocidente mas, também, no seio de cada um dos dois antigos campos. E cada uma das duas Europas é um lugar de leitura das dificuldades da outra. Finalmente, tudo separa as tradições católicas, protestantes, ortodoxas, como as do Islão e do Judaísmo, tal como, aliás, a maneira como se impuseram os diversos modelos de modernização. Mas, ao mesmo tempo, este entrelaçar de histórias, violentas e numerosas, aparece também como uma figura da história feita em comum e a fazer em comum. Apesar de todas as diferenças, existe um destino europeu, e é passando pelas múltiplas diferenças que este se funda. Encontrar os laços com a Europa de Leste talvez não seja mais difícil do que construir os da Europa Ocidental.

O diálogo entre as duas Europas, com as suas semelhanças e as suas diferenças, é uma das figuras daquilo que pode passar-se no seio da União Europeia. Um diálogo que, de resto, não deve simplesmente visar a revisitação da história contemporânea devendo passar, também, por um esforço de conhecimentos históricos. Como será possível ir mais longe sem rever não só a história do Império Austro-Húngaro" ⁽¹⁾ ou do Império Otomano mas, também, a do Império Bizantino, da Arménia, dos reinos Escandinavos, da Liga Hanseática ou do Sacro Império Romano-Germânico? Um desconhecimento desses quinze séculos de história europeia seria uma das causas mais profundas do malogro do diálogo entre a Europa Latina e Oriental, a do Norte e a do Sul. Não se trataria apenas do malogro do diálogo entre essas Europas mas, também, do fracasso da União como incapacidade de assumir a sua história. O diálogo com a Europa do Leste representa o lugar de leitura da executabilidade do projecto europeu no seu conjunto. Tal é o balanço positivo destes inesperados encontros.

O velho debate entre a marcha em direcção à ocidentalização ou o respeito pelas diferenças orientais que caracteriza o diálogo entre as duas Europas, encontra-se, na realidade, no interior dos dois campos. É este movimento contínuo entre a descoberta de pontos comuns e de diferenças que

¹ Como esquecer que, no Império Austro-Húngaro, sobretudo depois do compromisso de 1867, coabitavam doze línguas e cinco religiões?

caracteriza, afinal, a matéria deste trabalho intercultural a levar a cabo. Na verdade, a Europa é, provavelmente, um dos modelos de comunicação intercultural mais complicados com: a ausência de fechamento da Europa que passa de 6 para 12, para 15 e, no futuro, para 25 ou para 30; a ausência de uma língua comum; a ausência de pontos de vista comuns sobre a História... A Europa e a sua cultura reflectem as tragédias da História e obrigam à modéstia quando é preciso ser, simultaneamente, ambicioso.

Neste contexto, o silêncio dos "intelectuais" é, sem dúvida, um dos factos que mais saltam à vista. A sua tomada da palavra a favor da Europa foi tardia pois que, no clima de guerra fria que dominou a Europa durante meio século, o acto de tomar a palavra era identificado com um projecto imperialista, dirigido contra o socialismo e, ainda por cima, benéfico para o capitalismo ⁽²⁾. A reviravolta aconteceu durante os anos 80, sem levantar realmente a dúvida acerca do facto de saber se, na construção europeia as dimensões políticas venceriam, ou não, as dimensões económicas. O final do comunismo, em 1991, não simplificou o problema, uma vez que foi preciso redescobrir a Europa de Leste, esquecida durante muito tempo. Em suma, a Europa foi encarada com reserva pelos intelectuais durante meio século, por razões sucessivas. Não tendo sido investida nem intelectualmente, nem ideologicamente, nunca se tornou um "objecto nobre", permanecendo apanágio de uma minoria de políticos, de altos funcionários e de empresários que só tinham, afinal, o apoio de uma pequeníssima parte do meio académico e, muitas vezes, da menos prestigiada. Com efeito, a parte mais "publicitada" do meio académico, a que chamamos "inteligentsia" esteve, durante este período, muito mais ocupada em apoiar os combates revolucionários do Terceiro Mundo em nome da ruptura do Imperialismo do que em interessar-se pela Europa, considerada como um projecto capitalista. Em suma, os intelectuais "falharam a Europa". Sem que nunca, depois, tenham feito autocritica por isso, mas foi algo que fez falta à Europa, que nunca beneficiou do prestígio dos debates sobre a classe operária, o movimento revolucionário, a ruptura com o capitalismo, o Terceiro mundismo, a re-fundação do socialismo... Os militantes europeus no meio intelectual ⁽³⁾ foram pouco

² Cf. Naissance de l'Europe démocratique, op. cit., capítulo 5: "Les intellectuels de cour."

³ A história do comprometimento dos intelectuais na batalha da Europa está por fazer. E, como os que eram favoráveis à Europa eram, na sua maioria, favoráveis à Aliança Atlântica, logo aos Estados Unidos contra a URSS durante a Guerra Fria, tratava-se daquilo a que se chamava, com desprezo, "os intelectuais de direita". Muito poucos intelectuais de esquerda se envolveram na batalha da Europa. O que explica a pouca "legitimidade intelectual da construção europeia" até aos anos 80. Sobre este assunto, cf. nomeadamente Preuves, revista europeia editada em Paris, obra colectiva, introdução de P. Grémion, posfácio de François Bondy, Commentaire, Julliard, 1989.

numerosos e este meio silêncio contribuiu para lançar uma espécie de suspeita sobre a virtude e a legitimidade desta área imensa. E, contudo, o apoio do mundo intelectual teria, sem dúvida, sido útil aos políticos, permitindo-lhes encontrar aliados no plano da cultura e da história. Sem nada mudar à orientação económica, que era a solução correcta, o facto teria, contudo, permitido lembrar mais claramente a dimensão cultural e política do projecto. Nem sequer se mobilizaram os historiadores e os antropólogos, cujo saber é hoje indispensável à compreensão da heterogeneidade europeia. O contraste entre o número impressionante de intelectuais que durante meio século deram o seu apoio, em nome do radicalismo, aos combates mais discutíveis e o pequeníssimo número de entre eles que investiu na questão europeia, continua a ser impressionante. A Europa ilustra, na realidade, os limites, não do mundo académico e cultural, mas daquilo a que se chama os "intelectuais". Tiveram uma atitude e um comportamento nos antípodas daquilo que se espera de universitários ou seja, de abertura de espírito, de curiosidade, de tolerância e de espírito de análise. Em todo o caso, nem estes "intelectuais" que condenaram a Europa como projecto capitalista, nem, infelizmente, a maior parte dos outros universitários, se comprometeram na questão europeia até aos anos 90. Por detrás da desmotivação dos intelectuais aparece a do conhecimento. O conhecimento mobilizado foi essencialmente prático, administrativo, político e económico, mas de modo nenhum intelectual e cultural. É por isso que é preciso evitar, no momento da passagem da Europa económica à Europa política, menosprezar demasiado os tecnocratas que, durante meio século foram os únicos a acreditar na Europa. Sem eles, e sem uma minoria de homens políticos cristãos, democratas e socialistas, esta nunca teria podido realizar-se. Não é pelo facto de hoje em dia, no momento do nascimento da Europa política, as tecnocracias terem demasiado peso, acreditando erradamente que a Europa monetária e económica permitirá fazer a Europa política, que devemos esquecer o papel que desempenharam no passado próximo. Afinal, o peso exagerado que têm hoje é consequência do facto de ontem terem sido as únicas a querer a Europa. Não é razão para não reduzir o seu papel hoje em dia, mas é uma razão para lhes prestar homenagem pelo trabalho considerável que fizeram no seio de uma meia indiferença. Hoje, as ciências sociais deveriam ser valorizadas, pois os olhares cruzados sobre as diferentes sociedades são um meio de fazer avançar a causa europeia. Mas, também aí, as compartimentações disciplinares, as tradições e as diferenças de abordagem nos vários países reduzem erradamente o papel que as ciências sociais poderiam desempenhar. Pelo menos podemos

constatar, depois de Maastricht, graças à multiplicidade dos processos europeus de intercâmbio de estudantes, de professores e de traduções, que surja um movimento intelectual e universitário entre as Europas. O movimento continua a ser disperso mas, pelo menos, começa! Para além do comprometimento insuficiente das ciências sociais e, mais amplamente, de um conhecimento da Europa e da sua história, seria preciso sublinhar a necessidade de revalorizar os fenómenos espirituais.

Para aumentar o conhecimento da Europa, parece necessário caminhar sobre ambos os pés, ou seja, sobre os valores racionais e espirituais. Uma vez que hoje triunfaram os primeiros, vemos melhor as suas limitações para dar um sentido à vida. Completá-los com valores religiosos — sem receio de ver aí uma ameaça ao laicismo — seria um meio de repor a Europa sobre as duas pernas. Os dois sistemas não são demais para conseguir fazer vencer "a última utopia".

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 16

12 historiens, Paris, Hachette, col. "Histoire de l'Europe", 1992.

BADIE B. e SADOUD M. (sob a direcção de), L'Autre. Études réunies par A. Grosser, Paris, Presses de FNSP, 1966.

BANNIARD M., Génèse culturelle de l'Europe, Paris, Seuil, col. "Points", 1989.

BASFAO K. e HENRY J.-R., (sob a direcção de), Le Magreb, L'Europe et la France, Paris, Éd. du CNRS, 1991.

BAYARD J.-F., L'Illusion identitaire, Paris, Fayard, 1996.

BERENGER J., L'Histoire de l'empire des Habsbourg (1273-1918), Paris, Fayard, 1990.

BEUTLER B. (sob a direcção de), Réflexions sur l'Europe, Bruxelles, Complexe, 1993.

BILLIQUOD J.-M., Histoire des chrétiens d'Orient, Paris, Harmattan, 1995.

BRAUDEL F., L'Europe, Paris, Flammarion, AMG, 1997.

CORM G., L'Europe et l'Orient, de la balkanisation à la libanisation, histoire d'une modernité inaccomplie, Paris, La Découverte, 1989.

DESJEUX D., Le Sens de l'autre. Stratégies, réseaux et cultures en situation interculturelle, Paris, UNESCO/ICA, 1991.

EISENSTADT S., Approche comparative de la civilisation européenne, Paris, PUF, 1994.

Futuribles, "L'évolution des valeurs des Européens", n.º 200, 1995.

GIDDENS A., La Constitution de la société: éléments de la théorie de la structure, Paris, PUF (trad.), 1987.

GIORDAN H., Les Minorités en Europe. Droits linguistiques et droits de l'homme, Paris, Kimé, 1992.

Haut conseil à l'Intégration. Intégration à la française, Paris, UGE, col. "10/18", Paris, 1993.

HERVIEU-LÈGER D., La Religion pour mémoire, Paris, Cerf, 1993.

HUNTINGTON S., The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order, New York, Simon and Schuster, 1996.

IMHOF U., Les Lumières en Europe, Paris, Seuil, 1993.

LADMIRAL J.-R. e LIPIANSKY E.-M., La Communication interculturelle, Paris, A. Colin, 1989.

- LE COUR GRANDMAISON O. e WITHOL DE WENDEN C. (sob a direcção de), Les Étrangers dans la cité: expériences européennes, Paris, La Découverte, 1993.
- LECERF J., Histoire de l'unité européenne, Paris, Gallimard, col. "Idées", 1965.
- LEPENIES W., Les Trois Cultures. Entre science et littérature, l'avènement de la sociologie, Paris, Éd. de la MSH, 1990.
- MAGRIS C., Le Mythe et l'Empire dans la littérature autrichienne moderne, Paris, Gallimard, col. "L'Arpenteur", 1991.
- MILLON-DELSOL C., L'Irrévérence. Essai sur l'esprit européen, Tours, Mame, 1993.
- PASTOUREAU M. e SCHMIDT J.-C., Europe: mémoire et emblème, Paris, Éd. de l'Épargne, 1990.
- POLET J.-C., Patrimoine littéraire européen, 12 vols., Bruxelles, De Boeck Université, 1992-1996.
- POMIAN K., L'Ordre du temps, Paris, Gallimard, 1984.
- Réseaux, dossier: "Médias, identité, culture des sentiments", n.º 70, 1995.
- ROUGEMONT D., Vint-huit siècles d'Europe, la conscience européenne à travers les textes d'Hésiode à nos jours, Paris, Payot, 1961.
- TAYLOR C., Multiculturalisme. Différence et démocratie, Paris, Aubier, 1994.
- TODOROV T., Nous et les autres, Paris, Seuil, 1989.
- TONNIES F., Communauté et société, Paris, PUF, 1944.
- VELTZ P., Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel, Paris, PUF, 1996.
- VIARD J. (sob a direcção de), La Nation ébranlée, La Tour d'Aigues, Éd. de l'Aube, 1996.
- WEBER E., La Fin des terroirs, Paris, Fayard, 1983.
- WIEVIORKA M., Une société fragmentée? Le multiculturalisme en débat, Paris, La Découverte, 1996.
- WINDISCH U., Les Relations quotidiennes entre Romands et Suisses allemands, 2 vols., Lausanne, Payot, 1992.
- ZWEIG S., Le Monde d'hier. Souvenirs d'un Européen..., Paris, Belfond, 1993.

CAPÍTULO 17

IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO

I. A inversão da problemática da identidade

Na cultura Ocidental, a identidade tem sido objecto de uma contradição inultrapassável, entre a escala individual e a escala colectiva. No primeiro nível é sinónimo de liberdade, no segundo, foi factor de ódio. À escala individual, o laço entre identidade e emancipação é evidente: as lutas pela emancipação, desde o século XVIII, passam todas pela afirmação dos direitos da pessoa humana, da liberdade de pensamento, de expressão e depois, da igualdade. Logo, pelo direito à identidade. O movimento de libertação das mulheres, depois dos anos 20 e, a seguir a este, o da libertação dos costumes, depois dos anos 60 vieram acentuar esta evolução: libertarmo-nos é sermos aquilo que somos, afirmar a nossa identidade, em todas as suas dimensões. Em suma, a identidade é um dos símbolos mais fortes da luta pela emancipação individual; e uma das características essenciais do modelo cultural europeu. É, aliás, esta contradição entre a valorização da identidade individual e a realidade de uma sociedade de massas, que está no seio do modelo actual, a que chamo sociedade individualista de massas, de cujas características tentei dar conta na segunda parte do livro. Quando se desenha o modelo da sociedade de massas, na segunda metade do século XIX, foi acompanhado do desaparecimento do modelo anterior, centrado sobre as províncias, as corporações, as famílias alargadas, e favoreceu o aparecimento do individualismo. A massificação e a estandardização só tiveram esse impacto porque iam ao encontro de indivíduos cada vez mais isolados face à sociedade.

Factor de progresso no plano individual, a identidade foi por outro lado, muitas vezes, no plano colectivo, factor de ódio.

É a mesma palavra, mas não tem o mesmo sentido. A História está marcada por guerras em que comunidades e nações lutaram umas contra as outras em nome da sua identidade, para conseguir a extensão do seu território ou para conquistar outros povos, cujo poder ou identidade estavam menos

afirmados. A identidade colectiva foi, sempre, um argumento de poder e um factor de expansão política, nomeadamente no século XIX, através do elo criado entre identidade e nacionalismo cujo resultado foi a instabilidade política que conhecemos nos últimos dois séculos. As tragédias da guerra de 14-18 e da de 39-45 representam o "triunfo" do princípio da identidade nacional ou seja, uma busca belicosa da conquista de território e a afirmação da superioridade dos povos uns sobre os outros. Factor de progresso no plano individual, tornou-se um factor de ódio e de conflito na passagem ao plano político. E aliás, os regimes marxistas foram, depois, beber ao nacionalismo guerreiro da segunda metade do século XIX e do início do século XX, uma vez que instauraram a sua ditadura em nome da síntese de um projecto nacionalista e de um projecto político. O fascismo actuou da mesma maneira.

Em suma, no final do século XX, a identidade já não tem boa reputação nas democracias. Lutar para afirmar a identidade colectiva evoca recordações sombrias e a ideia da comunidade internacional, surgida depois de 1945, com a criação da ONU — como o tinha tentado já, sem êxito a Sociedade das Nações entre 1920 e 1935 — era construir uma ordem internacional que tentasse ultrapassar o princípio de identidade. Isso explica que o progresso tenha passado a ser assimilado à "ultrapassagem" das identidades nacionais em proveito de organizações internacionais mais vastas de cooperação económica e cultural. Foi estritamente sobre este modelo que se construiu a Europa, depois da conferência de Haia em 1948: ultrapassar as identidades nacionais a favor de uma cooperação para evitar o regresso da guerra e transcender as reivindicações de identidade irreduzíveis, em nome de um novo princípio colectivo democrático. Hoje em dia, reivindicar a identidade colectiva, a pátria, a nação, passou a ser algo de suspeito, que remete para um pensamento "conservador". A única identidade colectiva valorizada é a que transcende as identidades comunitárias e nacionais, a favor de organismos de cooperação mais ou menos internacionais. Sim à ALENA, à ASEAN, à APEC, ao MERCOSUR, à Europa..., que são outros tantos meios de ultrapassar as identidades nacionais; não, a tudo aquilo que pode reforçá-las. Na hora da mundialização, as identidades nacionais parecem ultrapassadas e perigosas, sendo mesmo a ideia predominante favorecer os grandes agrupamentos a fim de que o planeta se divida em alguns conjuntos e já não sucumba à loucura nacionalista de identidade da Europa do último século.

Este é o ponto de partida para compreender o cepticismo que rodeia a problemática da identidade.

E, contudo, a hipótese que venho desenvolvendo desde o início deste livro e, muito particularmente, no quadro da construção da Europa política, consiste em dizer que os povos, e não as elites, só aceitarão a constituição deste vasto espaço político com a condição prévia de uma revalorização das identidades colectivas. Afirmção tanto mais difícil quanto toda a história passada vai, exactamente, no sentido inverso, incluindo a construção europeia: mas é a mudança de natureza do projecto europeu que obriga a reabrir o dossier da identidade. As identidades, nomeadamente nacionais, e até regionais, já não são, no quadro do projecto da Europa política, um obstáculo mas sim uma condição. Eram-no no passado recente, no tempo do nacionalismo triunfante e cheio de ódio. Eram-no, também, nos anos 50, no início da Europa, quando era preciso fazer nascer a ideia da Europa contra as identidades. Já não o são hoje em dia quando se trata de passar da Europa económica para a Europa política e, principalmente, da Europa tecnocrática para a Europa democrática, a dos cidadãos.

Mas poucos analistas se aperceberam desta inversão de problemática, os acontecimentos e os conflitos que estão na base das reivindicações nacionalistas de identidade continuam a dar a sensação de que a identidade continua a ser um obstáculo. E não é só a tragédia da Jugoslávia que prova que estejam errados a priori. Ela vem apoiar, pelo contrário, a ideia de que a identidade continua a ser o inimigo. No entanto, aí como noutros casos, no Próximo e no Médio Oriente, o nacionalismo belicoso está tanto na origem de comportamentos guerreiros quanto é, ele próprio, a consequência de processos históricos que foram incapazes de gerir as identidades e as suas coabitações.

A minha hipótese é simples. Tendo em conta a extraordinária aceleração dos acontecimentos europeus nos últimos dez anos, a dificuldade "em fechar" a Europa, ou seja, em saber afinal onde ela começa e onde acaba, o princípio de identidade é um parâmetro, uma referência, um ponto de estabilidade, na difícil passagem da Europa tecnocrática à Europa democrática. E, mesmo no quadro deste novo e grande espaço democrático, são de preservar as ideias colectivas que são, hoje, democráticas e não guerreiras e, portanto, indispensáveis para resistir ao forte movimento de racionalização e de standardização ligado à abertura dos mercados. As identidades colectivas não são um obstáculo à Europa, são a sua condição. Muito simplesmente porque, sem elas, o projecto perde profundidade e não conseguirá passar do plano económico. Os interesses nacionais eram um travão à criação da Europa económica que visa, em primeiro lugar, ser um grande mercado sem

"fronteiras". Continuam a ser ainda, evidentemente, factores de resistência, no quadro da constituição da Europa política mas são, ao mesmo tempo, a condição para que esse novo espaço mantenha algumas vértebras. Contrariamente ao discurso ambiente, o nacionalismo não é um obstáculo à construção da Europa, mas tornar-se-á um obstáculo se recusarmos tomar em consideração o peso e a legitimidade da identidade nacional e comunitária no seio deste novo conjunto.

A Europa ilustra, à sua maneira, a problemática central deste livro, a saber, que quanto mais comunicação houver mais necessárias se tornam as identidades. Ontem, num universo fechado, a identidade foi um obstáculo à abertura e à comunicação. Hoje, num universo aberto é o contrário, a preservação das identidades é a condição da manutenção de uma problemática de emancipação ligada à comunicação. Por outras palavras, o fechamento na identidade ou na agressividade é menos a causa do que a consequência de uma insuficiente tomada de consideração da identidade. Na hora da comunicação triunfante, o que está em jogo não é a dissolução das liberdades individuais mas, sim, a desvalorização das identidades colectivas e dos laços sociais que são, contudo, as condições prévias para a instauração e para a eficácia de todas estas redes interactivas. Sem a "almofada" destas identidades colectivas, as redes tecnológicas modernas não podem desempenhar o seu papel; arriscam-se, mesmo, a favorecer uma formidável desordem. É uma das razões que explicam as violências ligadas às reivindicações de identidade no Próximo e no Médio Oriente, bem como no Norte de África, nos últimos vinte anos. Se se tivessem respeitado melhor as identidades culturais, religiosas, sociais e simbólicas desses velhos países já abalados pela colonização e, depois, pelo "imperativo da modernização", é provável que o Ocidente se visse menos a braços com as violências que tem conhecido nos últimos trinta anos. É muito fácil denunciar a identidade belicosa no outro, quando vemos a maneira como tudo foi simplesmente ignorado, durante tantas décadas... Verifica-se a mesma situação, em simetria, no caso da Europa de Leste. Todos se congratularam com a forma como os diferentes países se libertaram do comunismo, mas como analisar a capacidade de resistência, durante vinte a trinta anos, sem a força do sentimento nacionalista, quer dizer, dessa famosa identidade da qual suspeitamos hoje? Por outras palavras, foi realmente a partir desse modelo cultural, dessas tradições e dessas identidades que esses países puderam atravessar a prova da descomunização. Porque motivo é que aquilo que é uma força no caso de um combate de libertação passa a ser uma desvantagem no caso de um projecto aberto e livremente consentido?

II. Informação e identidade

Durante um século, a informação foi sinónimo de abertura e de comunicação logo, considerada como um meio de ultrapassar a identidade das sociedades fechadas, contribuindo para o nascimento de uma sociedade mais aberta. Hoje em dia, a relação inverte-se, muito simplesmente porque, entretanto, o modelo dominante mudou. Informar para ter abertura já não constitui uma inovação; é uma banalidade... Restituir a informação em relação com o desafio da Europa, quer dizer, à da sua identidade potencial torna-se, pois, determinante e é preciso admitir, também neste caso, que a informação europeia está muitas vezes adiantada em relação à identidade europeia. Ela tanto pode portanto ter um efeito estabilizador como desestabilizador. Assim, não devemos confundir o rolo-compressor institucional europeu, do Parlamento à Comissão, passando pelo Tribunal de Haia, a CIG onde tudo se desenrola segundo um calendário impecável, com a consciência e a adesão do cidadão! Esta consciência do cidadão vai muito mais devagar do que a lógica institucional e vai ser preciso, um dia, dar-mo-nos conta da importância do desfaseamento existente entre as preocupações das elites e a realidade das opiniões públicas. E deixar de desqualificar as segundas em relação às primeiras. Com o sufrágio universal, já não há aqueles que estão adiantados e os que estão atrasados. Já ninguém domina "a escala da europeização". Senão, não valia a pena passar à Europa democrática... Em suma, seria preciso tirar a informação europeia destes estereótipos, parar de distribuir os bons pontos e os maus, em relação a uma hierarquia que confunde as inevitáveis relações de força entre Estados com o difícil nascimento de uma identidade colectiva europeia. Por outras palavras, ninguém pode saber, apesar dos dois estereótipos sobre o britânico "adversário da Europa" e o alemão "bom aluno", qual dos dois povos e não dos dois governos, ou das duas elites será, afinal, o mais favorável ao aparecimento dessa nova entidade política.

Respeitar as diferenças de ponto de vista na informação europeia e, para lá dela, na política europeia, não constitui um obstáculo à identidade europeia mas, sim, um meio de reconhecer o seu carácter problemático. Nada pior, perante cidadãos informados mas cépticos, do que fazer-lhes crer que só a Grã-Bretanha, agarrada ao seu passado, constitui obstáculo para o êxito da Europa. É preciso, pelo contrário, virar o argumento e agradecer aos britânicos. Mantendo um discurso céptico sobre a Europa política, permitem que certos

cidadãos se reconheçam nessa tese e lembrem aos outros que não é possível avançar ao ritmo das elites.

Numa palavra, face ao projecto da Europa política, os eurocépticos têm tanta legitimidade como os eurofanáticos. Não há indivíduos ou povos "adiantados" em relação aos outros — ou, então, voltamos à tese das "vanguardas"... Valorizar a identidade através da informação no seu conjunto não é, pois, um travão à Europa mas representa, sem dúvida, o meio de preservar o desejo da Europa. Eis onde se situa, concretamente o elo entre informação e identidade. Num universo onde impera a ideologia modernista de abertura, de desregulamentação, de interactividade, a informação não deve reforçar esta ideologia mas, pelo contrário, recordar a legitimidade da problemática da identidade.

Na relação identidade-informação, há uma outra revolução a fazer. É preciso deixar de acreditar que quanto mais rápida, directa, for a informação, mais próxima estará da verdade. Este raciocínio é verdadeiro ao nível de um estado-nação, apesar de existir aí um limite a essa ligação entre velocidade e verdade, como vimos na quarta parte, mas é menos verdadeiro no caso da situação europeia, onde toda a informação é recebida contraditoriamente nos diferentes países. Um mesmo acontecimento, por exemplo, uma decisão de Bruxelas, não é explicado da mesma maneira pelos diversos correspondentes. Porque cada um fala para a sua opinião pública e modula essa decisão, ou essa informação, em função das especificidades da sua opinião pública. Quanto mais depressa caminha a informação menos se faz esta descodificação-recodificação e mais esta informação, em vez de favorecer lentamente o aparecimento da consciência europeia, se arrisca, pelo contrário, a provocar um fenómeno de rejeição. Quanto mais os jornalistas "mediatizam" toda a informação europeia em função do seu contexto cultural, quanto mais "a traduzem" de um espaço mental a outro, mais a mesma informação pode ser aceite. A crise das vacas loucas, na Primavera de 96, é um exemplo típico dos danos que uma informação demasiadamente global e difundida depressa demais pode causar. Em menos de dois dias essa crise e a maneira de falar de uns e de outros, para não dizer de desconfiar mutuamente uns dos outros, quebrou numerosos fios pacientemente tecidos através da política agrícola comum. Os velhos contenciosos e os estereótipos destruíram, num mês, quase quarenta anos de pacientes esforços. Todas as distâncias entre os interesses nacionais se tornaram visíveis e os processos de intenções voltaram a estar na ordem do dia, os vocabulários recuperaram desconfianças ancestrais... Os conflitos de interesses e a maneira demasiado simplista como a informação foi feita

contribuíram para esta explosão e para o regresso de desconfianças que não serão facilmente apagadas pelos discursos chãos e racionais dos ministros da Agricultura. A rapidez da informação foi, aqui, um factor de desestabilização.

A Europa de Leste também é um bom lugar de leitura para compreender os limites de um certo modelo de informação. Age-se como se a informação e a comunicação fossem, em si, um factor de progresso, deixando supor, implicitamente, que a Europa de Leste era uma parte do mundo "subinformada" e que bastaria aumentar o volume de informação — feita actualmente sobre o modelo ocidental — para aumentar o sentimento de pertença à Europa dos países da Europa de Leste. Na realidade, o modelo ocidental da informação acerca da Europa de Leste deveria ser modulado pela tomada em consideração da dinâmica própria da Europa de Leste. A informação e o apelo à livre palavra tiveram um papel determinante na queda do comunismo, muito simplesmente porque não havia muita informação — e seria preciso ainda matizar esta afirmação de acordo com os vários países — mas, cinco anos depois, o problema é bastante mais complicado. Depois da fase de libertação da palavra, ligada ao fim da ditadura, assistiu-se a uma espécie de banalização da informação. Em primeiro lugar, porque os factos contradisseram muitas vezes as promessas, e os grupos de comunicação que se instalaram nesses países favoreceram o aparecimento de uma informação cada vez mais afastada do ideal de verdade dos tempos da resistência. Depois, porque a seguir a esta fase de libertação começou a criar-se uma relação de força inevitável entre os média, a opinião pública e os poderes políticos. A informação e a palavra expressa não mantiveram a influência que tinham no tempo do comunismo onde, num universo de mentiras eram um elemento de verdade. Tudo se tornou mais matizado e as informações verdadeiras coabitam hoje com as informações falsas, como em qualquer sociedade ocidental. Por outras palavras, neste fenómeno complexo da passagem de uma sociedade totalitária a um sistema democrático, a informação só teve o papel de lugar da verdade e da palavra durante um tempo limitado. Hoje em dia, na Europa de Leste a questão é, sobretudo, a construção de um sistema livre e democrático da informação, como aconteceu em França, por exemplo, entre 1944 e 1946. Estamos já no momento das concentrações, do fascínio com o multimédia e das relações complicadas entre agentes económicos e agentes políticos, afastadas do esquema romântico e idealista de uma informação que é lugar da verdade e da palavra livre...

Este curto desvio pela Europa de Leste ilustra a complexidade das relações entre informação e identidade existentes na Europa e os limites da

ideia de que o sentimento europeu seria uma função directa do volume de informação difundido. A dificuldade em ter em conta as especificidades nacionais e culturais na maneira de abordar a questão da informação arrisca-se a suscitar uma reacção violenta de identidade nacionalista. Em primeiro lugar, como reacção à influência dos capitais estrangeiros no sector da informação nacional que é, muitas vezes, o caso da imprensa escrita mas, mais ainda, da televisão e dos novos média. Depois, como reacção a um modelo de sociedade cujo ideal de abertura se assemelha mais aos interesses das indústrias do que à tomada em linha de conta das identidades nacionais e culturais reprimidas durante demasiado tempo.

A Europa Ocidental deveria meditar sobre as relações delicadas que a Europa de Leste mantém com a identidade. Esta vê nelas, facilmente, uma simples reacção à supressão das identidades nacionais durante o comunismo, apesar de este ter sido, na maior parte das vezes, mais uma forma de "nacional-comunismo" do que de comunismo internacionalista. E os países do Ocidente, aparentemente melhor instalados na sua identidade, recusam-se a admitir o facto de serem confrontados em termos diferentes com um problema idêntico. Exemplo? O malogro do modelo de integração das populações imigradas nos últimos trinta anos. Hoje em dia, os dezassete milhões de imigrantes "na Europa Ocidental estão mais acampados que integrados". Encontram-se quase face a face com os vinte milhões de desempregados do universo europeu. Como é possível que se fale do carácter secundário do factor identidade, quando se vêem os conflitos, tantas vezes trágicos, que a presença desses imigrantes que tanto contribuíram para o crescimento da Europa suscita?

O face a face visível destes dezassete milhões de imigrantes e desses vinte milhões de desempregados explica por si só os limites de um modelo de informação demasiadamente virado para a abertura e para a circulação. Sem falar dos problemas muito mais antigos, mas em nada menos complicados, ligados às identidades bascas, irlandesas, corsas, flamengas, wallons, macedónias, gregas, que regularmente quebram o esquema simplista do cidadão europeu moderno e racional...

III. Comunicação e identidade

A inversão da relação entre comunicação e identidade não é mais simples de elucidar do que a relação existente entre informação e identidade

pois, em ambos os casos, considerava-se que o progresso consistia em ultrapassar a problemática da identidade.

Também aí a Europa de Leste pode ser útil à Europa Ocidental. No Ocidente é possível, depois de quarenta anos de construção, ter por um instante a ilusão de uma ultrapassagem das identidades nacionais, mas no Leste as identidades nacionais resistem. Ainda que as elites escolham deliberadamente "a ocidentalização", basta passear pelos campos e pelas cidades para ver como os povos, além de uma evidente aspiração a um melhor bem-estar defendem, num segundo tempo, a sua identidade nacional quando esta é confrontada com o "maelström" da comunicação mundial. Trata-se, neste caso, de nações, no sentido de comunidades culturais, linguísticas, ligadas por uma história e por recordações. O problema é, aliás, mais amplo do que a informação, uma vez que incide sobre todas as formas de comunicação (filmes, variedades, publicidade, jogos...) e, portanto, sobre as representações, os estilos e os símbolos. Será em relação a este domínio de comunicação global que a reacção da identidade se irá manifestar. Tanto mais que o Leste vai aperceber-se rapidamente da contradição em que se encontra. Por um lado o Ocidente, por meio de satélites, telecomunicações e informática, não pára de vender, no sentido próprio do termo e no sentido figurado, a modernidade e os modelos ocidentais de comunicação; por outro lado, e paralelamente, o mesmo Ocidente recusa a entrada da Europa de Leste na União Europeia... O resultado é, portanto, paradoxal. O fim do comunismo e a omnipresença dos mesmos fluxos de comunicação dos dois lados vão apagar a falsa oposição que separava as duas Europas. Mas cedo emergirão outras diferenças, entre o Leste e o Ocidente, anteriormente mascaradas pelo comunismo. Assim, o fim deste não simplifica a comunicação entre as duas Europas, reforça a Europa de Leste na sua posição de dominada sem, por outro lado, criar muita curiosidade do Ocidente em relação a ela, a não ser quanto aos seus mercados... Ninguém duvida de que o Leste, que já sofreu um movimento de despersonalização durante cinquenta anos com o domínio do comunismo, sem poder opor-se a ele, não suportará passar segunda vez pelo mesmo processo.

Por outras palavras, os fluxos de comunicação mais numerosos, se não respeitarem melhor as identidades culturais nacionais e linguísticas, arriscam-se a suscitar reacções violentas. E para eliminar a questão embaraçosa da identidade nacional no Leste, fala-se do difícil nascimento das "sociedades civis", o que tem a dupla vantagem de negar qualquer especificidade a estas sociedades e de valorizar, ainda mais, os nossos conceitos, aplicando-os às outras sociedades... Mas, no Ocidente, a questão não é mais simples, uma vez que o alargamento sem fim da Europa duplica a questão do fechamento e da identidade. Abrir cada vez mais só pode reforçar o mal-estar de um universo

sem identidade. E isto tanto mais que não há sentido para esse alargamento. Este último acentua o desconhecimento mútuo, impossível de compensar pelo facto de milhões de Europeus verem os mesmos programas de televisão recebidos pelos mesmos satélites, utilizarem os mesmos computadores, verem os mesmos CD-ROM de origem americana, etc... O desfasamento entre um desconhecimento mútuo que não diminui de década para década, e o acesso aos mesmos programas de comunicação arrisca-se a criar, a prazo, reacções violentas.

Na Europa Ocidental qual será o adulto ou o estudante capaz de citar uma data e o nome de uma personalidade importante da história dos outros catorze países? O teste seria aliás, esmagador, se fosse apresentado aos governantes dos quinze países da União. E falamos aqui da história recente. Que diríamos se recuássemos na história Europeia, dominada por factos religiosos? Recordamo-nos, por exemplo, das perturbações criadas pelo Papa João Paulo II quando quis prestar homenagem aos dois monges Cirilo e Método que evangelizaram a Europa Oriental e inventaram o alfabeto que permitiu escrever as línguas eslavas no século IX. Surgiram então abismos de desconhecimento religioso, histórico, cultural, mostrando a dificuldade em conhecer, nem que fossem as grandes datas da história dos outros. Verifica-se em cada país europeu a mesma importância de acontecimentos, de datas, de locais ou de personagens, repartidos por uma história de mais de mil anos, mas totalmente ignorados pelos outros. Esta observação geral explica porque motivo a Europa não escapará a um trabalho sobre a sua própria história. Há, aliás, um paradoxo. A Europa quer-se uma entidade política nova, agarrada a uma visão moderna e racional da História e, ao mesmo tempo, observa-se em cada estado-nação uma tendência acentuada para celebrar as grandes datas e para valorizar os acontecimentos mais antigos da consciência nacional.

Porquê negar a importância da História no quadro da construção europeia e ficar fascinado por ela quando se trata de aniversários e de comemorações no seio dos estados-nações? Um único exemplo para a França, mas os mesmos exemplos existem em todos os outros países. No Outono de 96 o Papa veio prestar homenagem ao baptismo de Clovis acontecido há mil e quinhentos anos, em Reims, e ao papel desempenhado por São Martinho de Tours há mil e setecentos anos. Estes dois acontecimentos deram lugar a uma grande comunicação e a confrontos típicos da identidade francesa. Mas adivinha-se o esforço que os outros países terão tido que fazer para compreender o lugar destes dois nomes na sua própria história. E o esforço que será preciso fazer, em troca, para compreender os acontecimentos, as datas, os símbolos e raízes características dos outros catorze países da União... Sem falar nos nomes e nas datas da Europa Central e Oriental... Isto significa que não

basta que haja muita comunicação para haver conhecimento e respeito pelas identidades, pois o respeito das identidades requer um tempo longo. O risco, hoje em dia, é que a comunicação global, rápida, instantânea, horizontal, crie a ilusão de uma melhor compreensão das identidades e provoque, em contrapartida, reacções violentas. Para reduzir este risco é preciso reintroduzir, em toda a parte, a palavra mestra da diferença. Recensear as diferenças, todas as diferenças, para preservar as identidades e evitar a armadilha do fanatismo da identidade.

Nesta perspectiva é preciso, igualmente, acabar com a oposição entre arcaísmo e modernismo. A Europa política não tem nada que ver com esse vocabulário económico e, contudo, ele é constantemente utilizado pelas elites políticas e económicas, com uma intenção evidentemente desqualificante para todos aqueles que são brindados com o doce termo de "arcaicos". Mas quem é detentor das bússolas da História? Quem poderá, face a uma situação política totalmente inédita, decidir o que é moderno e "útil" e o que é arcaico e "inútil"? Tanto mais que há boas razões para crer que, na prodigiosa reordenação política a empreender no quadro da Europa política, muitos dos pontos de referência, códigos, comportamentos, etc., julgados a priori ultrapassados, se revelarão na realidade factores determinantes para fazer avançar a consciência europeia. Além disso, mesmo que as elites se satisfaçam com uma certa modernização, o mesmo não acontece com os cidadãos. Estes terão tanto mais necessidade de pontos de referência do passado quanto mais incerto lhes parecer o futuro.

Num universo transbordante de comunicação há palavras que matam. A dicotomia moderno/arcaico já "polui" suficientemente as relações Norte-Sul para não ser reintroduzida no seio das duas Europas. E, contudo, a palavra é usada a cada passo. Mas que quer dizer moderno ou arcaico quando se fala da construção política da Europa? O sentido do projecto europeu não se define, de forma nenhuma, em relação à modernidade! A palavra remete para a experiência europeia posterior ao século XVII mas, hoje, o desafio é completamente diferente. A mesma palavra não traz nada de discriminatório em relação ao desafio que é o de saber até que ponto poderão mais de 370 milhões de indivíduos pôr em comum o seu destino. Na realidade, utilizar esta dicotomia no plano da política equivale a procurar introduzir aí a hierarquia existente no plano económico. O único meio de compensar as ilusões de um conhecimento mútuo ligado à omnipresença da comunicação consiste em desenvolver uma antropologia cultural, para isolar "tudo o que há de idêntico no diferente e de diferente no idêntico". As palavras identidade, tradições, islamismo, modernismo e nacionalismo devem ser retomadas nas diferentes tradições para que se consiga compreender de que modo se separam e se

interseccionam. Do mesmo modo, recuperar as grandes famílias de argumentação em torno do conflito presente um pouco por toda a parte entre modernismo e tradição é, certamente, um melhor "factor de comunicação" entre as Europas do que julgar toda a gente "embarcada" da mesma maneira na grande "aventura da modernidade". A homogeneização dos modos de vida, de um lado ao outro da Europa, através das modas de vestuário, da alimentação, da música, dos automóveis, dos computadores... não prefigura, de modo nenhum, uma identidade cultural comum. As aparências são as mesmas, mas as referências não. Nem, aliás, os reflexos, os estereótipos, as recordações. E quanto mais as palavras parecem assemelhar-se, aproximar-se, tanto mais podemos colocar a hipótese do papel discriminatório assegurado por outros símbolos e por outras representações. Por outras palavras, quanto mais o universo social, comercial, económico, político até, se abrir, fazendo desaparecer as diferenças visíveis, mais estas permanecerão, só que mais escondidas. Será preciso fazer um dia, neste sentido, o balanço das acções do Conselho da Europa e da UNESCO a favor dos direitos humanos, para ver como as mesmas palavras encobrem as diferenças de abordagem. As grandes instituições internacionais e a ideologia democrática que nelas domina mascaram, de facto, diferenças consideráveis. Todos agem como se se compreendessem, sabendo que é melhor não aprofundar demasiado esta compreensão... Mas, se o carácter ambíguo destes vocabulários comuns não coloca demasiados problemas no plano internacional devido à necessidade de fazer "coexistir" a comunidade internacional, o mesmo não acontece no plano europeu, pois trata-se aqui de realizar algo em conjunto. Fazer aparecer essas diferenças não põe em causa, de modo nenhum, o património comum dos valores. É, pelo contrário, depois de passar por todas as diferenças e explicitado um pouco os mal-entendidos que é possível encontrar os pontos comuns, quando existem. Do mesmo modo seria preciso, paralelamente a este exame crítico, reafirmar o papel de uma regulamentação no domínio da comunicação. Ou seja, recusar, para a Europa, a ideologia da desregulamentação, adaptada de modo demasiado evidente aos interesses das indústrias da comunicação. Mas quem diz regulamentação, diz autoridade e legitimidade do Estado. E, sem dúvida, seria preciso admitir que a Europa política passa primeiro por uma revalorização da autoridade dos estados nacionais mesmo se, na História da construção europeia, foram muitas vezes adversários desta. Também aí o contexto mudou. Antigamente, era necessário travar a diminuição do papel dos estados-nações hoje, o que está em jogo é o contrário: trata-se, num contexto económico e político amplamente aberto, de podermos apoiar-nos sobre o que resta de soberania nacional para "organizar" esta abertura.

Num contexto de abertura, de comunicação e de diminuição das soberanias, todos devem sentir que a sua identidade é preservada e que existe um Estado para a garantir. Por outras palavras, contrariamente a uma ideia ingénua, a Europa política não passa por uma "ultrapassagem" das identidades políticas, impossível de obter em pouco tempo mas, pelo contrário, por uma reafirmação do papel dos estados e da regulamentação.

A "televisão europeia" é prematura do ponto de vista dos programas, mas não do da informação. O Euronews é um exemplo a desenvolver com toda a urgência, pois encontram-se aí, simultaneamente, as diferenças e os pontos em comum. Além de uma cooperação evidente a desenvolver em matéria de informação, para melhor compreender o que aproxima e o que distingue os Europeus, a televisão pode desempenhar um papel positivo de duas outras maneiras. No plano nacional, a televisão generalista, pública ou privada deve continuar a ser o principal instrumento de comunicação nacional e de integração cultural. Voltamos a esbarrar, aqui, com toda a problemática desenvolvida na segunda parte. No plano europeu, é quase o contrário. Através do intercâmbio de programas as televisões nacionais permitem compreender melhor as diferenças culturais. Este intercâmbio deverá facilitar a coabitação cultural, sem ter pretensões a fabricar uma integração prematura. O desfasamento existente entre a imensidão dos desafios ligados à televisão e a fragilidade da política europeia neste sector é inquietante quanto ao futuro. Neste caso, o que falta é a vontade política. Contudo, com mais de trezentos canais de televisão públicos e privados na Europa, haveria por onde agir. Mas a televisão sofre, infelizmente, da desconfiança das elites, ao mesmo tempo que continua a ser, para os povos, o principal instrumento de diversão, de informação e de cultura. Cada europeu passa, uma média de três horas por dia em frente do pequeno ecrã... A televisão é um instrumento amplamente subutilizado, não para "impor" a ideia europeia, mas para constituir uma via de acesso ao conhecimento mútuo. Quando haverá grandes projectos audiovisuais, à altura deste grande projecto político?

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 17

- ANDERSON B., L'Imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme, Paris, La Découverte, 1996.
- BADIE B. e SADOUM M. (sob a direcção de), L'Autre: études réunies pour Alfred Grosser, Paris, Presses de la FPSP, 1996.
- BADIE B., La Fin des territoires, Paris, Fayard, 1995.
- BADIE B., Les Deux États. Pouvoir et société en Occident et en terre d'Islam, Paris, Fayard, 1986.
- BARRETT-DUCROCQ F. (sob a direcção de), Traduire l'Europe, Paris, Payot, 1992.
- BASTAIRE J., Éloge des patries. Anthologie critique, Paris, Éditions universitaires, 1991.
- BECKER J. e SZECSKO T., Europe speaks to Europe, Oxford, Pergamon Press, 1989.
- BRUNET R. (sob a direcção de), Les Mots de la géographie. Dictionnaire critique, Paris, La Documentation française, 1992.
- COMPAGNON A. e SEEBACHER J. (sob a direcção de), L'Esprit de l'Europe, 3 vols., Paris, Flammarion, 1993.
- DEUTSCH K., Nationalism and Social Communication, Cambridge, Cambridge University Press, 1966.
- DUROSELLE J.-B., L'Europe: l'histoire de ses peuples, Paris, Perrin, 1990.
- FREMONT A. e FREMONT-VANAGRE A., Le Nouvel Espace européen, Paris, La Documentation française, 1993.
- GELLNER E., Nations et nationalisme, Paris, Payot, 1989.
- GREMION P. e HASSNER P. (sob a direcção de), Vents d'Est vers l'Europe de l'État de droit, Paris, PUF, 1990.
- GREMION P., Intelligence de l'anticommunisme. Le congrès pour la liberté de la culture à Paris (1950-1975), Paris, Fayard, 1995.
- GROSSER A., Les Identités difficiles, Paris, Presses de la FNSP, 1996.
- GUIOMAR J.-Y., La Nation entre l'histoire et la raison, Paris, La Découverte, 1990.
- HAGÈGE C., Le Souffle de la langue. Voies et destins des parlers d'Europe, Paris, Odile Jacob, 1992.
- HANKISS E., Hongrie: diagnostics. Essai de pathologie sociale, Genebra, Georg Éditeur, 1990.

- HAVEL V., Interrogatoires à distance, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 1989 (1.^a edição: Praga, 1986).
- LABASSE J., L'Europe des régions, Paris, Flammarion, 1991.
- LENOBLE e DEWANDRE N., L'Europe au soir du siècle. Identité et démocratie, Paris, Éd. Esprit/Seuil, 1992.
- LÉVI-STRAUSS C., L'Identité, Paris, PUF, col. "Quadrige", 1987.
- LLOYD A. e WINCKLER A., L'Europe en chantier, Paris, Hachette, 1993.
- MASCLET J.-C. e MAUS D., Les Constitutions nationales à l'épreuve de l'Europe, Paris, La Documentation française, 1994.
- MATTELART A., La Communication-monde, Paris, La Découverte, 1992.
- MICHEL B., Nations et nationalismes en Europe centrale XIXe-XXe siècle, Paris, Aubier, 1995.
- MICHEL H., Les Télévisions en Europe, Paris, PUF, col. "Que sais-je?", n.º 2719, 1994.
- MICHEL P., La société retrouvée. Politique et religion dans l'Europe soviétisée, Paris, Fayard, 1986.
- PHILONENKO A., L'Archipel de la conscience européenne, Paris, Grasset, 1990.
- PITTE J.-R. (org.), Géographie historique et culturelle de l'Europe, Paris, Presses universitaires Paris-Sorbonne, 1995.
- RUPNIK J., L'Autre Europe: crise et fin du communisme, Paris, Seuil, 1993.
- SCHNAPPER D. e MENDRAS H., Six manières d'être européen, Paris, Gallimard, 1990.
- SEGALEN M. (sob a direcção de), L'Autre et le semblable, Paris, Éd. du CNRS, 1989.
- SEMELIN J. (sob a direcção de), Quand les dictatures se fissurent... Résistances civiles à l'Est et au Sud, Paris, Desclée de Brouwer, 1995.
- SZUCS J., Les Trois Europes, Paris, Harmattan, 1985.
- TAGUIEFF P.-A. e DELANOI G., Théories du nationalisme. Nation, nationalité, ethnicité, Paris, Kimé, 1991.
- THUAL F., Les Conflits identitaires. Paris, Ellipse/IRIS, 1995.
- TODOROV T., La Vie commune. Essai d'anthropologie générale Paris, Seuil, 1995.
- WIEVIORKA M. (sob a direcção de), Racisme et modernité, Paris, La Découverte, 1993.

CAPÍTULO 18

O DIFÍCIL NASCIMENTO DO ESPAÇO POLÍTICO

I. Reavaliações difíceis

A Europa é um dos projectos políticos mais ambiciosos do século XX, mas a partir de 1990 tudo mudou, desde o contexto à perspectiva. No passado tratava-se de lutar contra o comunismo. Hoje, este desmoronou-se. A Europa, que se fazia no plano económico por acção de uma minoria de altos funcionários e de empresários, passou a ser, depois de Maastricht, um projecto político cujo progresso depende do sufrágio universal. Tratava-se, anteriormente, de um espaço relativamente fechado e hoje é muito mais aberto, ao ponto de já ninguém saber onde acaba a Europa, nem a Leste nem a Sul.

Em resumo, tudo mudou, e estamos perante uma situação quase inverosímil, da construção de um espaço político de 370 milhões de habitantes que falam mais de dez línguas, reunidos em torno de temas, vocabulário e desafios cujas dimensões ninguém domina. Sem adversário declarado, tendo como objectivo não a mobilização das elites, mas a de povos e opiniões públicas sem qualquer experiência directa da Europa, os quais, quando têm uma, se tornam reservados a seu respeito. Com efeito, a Europa, que deveria garantir pelo menos o crescimento, tem-se debatido, nos últimos dez anos, com uma crise económica e os seus dirigentes vão repetindo continuamente aos povos europeus que esta é sintoma de uma decadência devida aos dragões da Ásia e de outros lugares... E isto num calendário que diminui constantemente, uma vez que o alargamento obriga a refazer as instituições, para um projecto cuja clareza não salta aos olhos. Tendo como pano de fundo o imperativo categórico da moeda única, que não pode ser posto em causa de maneira nenhuma, seja de que maneira for, sob pena de "fazer o jogo dos adversários da Europa"...

Que força tem um projecto que não pode ser discutido sob pena de ser destruído? E quando alguns jornalistas, políticos, empresários ou universitários põem em causa o calendário ou a perspectiva, caem imediatamente sob o duplo anátema de serem anti-europeus e de dar "argumentos" aos britânicos considerados, desde sempre, como adversários da Europa.

Com a indiferença, a incompreensão, a falta de vocabulário e de interesses comuns, a desconfiança e a impecável lógica institucional que continua a avançar sozinha, como se todos soubessem para onde vão, estão reunidos os ingredientes de um formidável contra-senso. Tudo está por reexaminar, e as palavras, os vocabulários, as implicações, as referências, os símbolos, sem os quais não pode haver espaço político, quase não são identificáveis. Um excelente terreno de futebol, mergulhado no nevoeiro britânico, cujos limites já não se vêem, com equipas cujos nomes e composições exactas desconhecemos, num desafio cujas regras do jogo se desconhecem...

É preciso inventar tudo, o que já é difícil mas, além disso, tudo se faz publicamente. A Europa tem que inventar a sua identidade política sob os olhos omnipresentes dos média que, apesar de uma atitude favorável, acabam por ser amplificadores consideráveis de tudo o que não corre bem. E a visibilidade que asseguram neste imenso terreno de construção, sem arquitecto nem planos exactos, é ainda mais perturbadora para o cidadão, que já não sabe muito bem o que quer, nem como avançar nessa direcção, ao mesmo tempo que é alvo do discurso imperioso e sem nuances das elites políticas.

Já tentei explicar ⁽¹⁾ em que medida é difícil criar artificialmente um espaço político quando nenhuma das condições históricas, simbólicas ou culturais está, realmente, reunida; em que medida é difícil animar um espaço político, quando quase não há espaço comum e ainda não há um espaço político ⁽²⁾; em que medida é que não é possível comprimir o tempo histórico e em que é que o voluntarismo, mesmo munido das mais belas referências, chega aos seus limites. Mas não há nada a fazer. Os políticos e os tecnocratas não ouvem nada. Para resolver a grave crise de inadaptação das estruturas da Europa, depois do seu alargamento a quinze estados-membros, os governos

¹ Cf. Naissance de l'Europe démocratique, op. cit., 2.ª parte: "Les paradigmes usés"; 3.ª parte: "À la recherche des concepts politiques fondamentaux".

² A este respeito, o conjunto de títulos da página 4 do Monde de 12 de Outubro de 1996 é muito revelador dos problemas ligados à construção da Europa: "A declaração de reconciliação checo-alemã permanece em suspenso", "As primeiras eleições europeias na Áustria poderão reforçar a direita nacionalista", "Duzentos chefes religiosos lançam em Roma um apelo à tolerância" e "Os mosteiros romenos voltam a ser "o pulmão da ortodoxia".

organizaram, a seguir ao Outono de 96, uma enorme conferência intergovernamental. Esta ficou encarregada, sem qualquer ligação com as populações ou qualquer compreensão das opiniões, de inventar as estruturas da futura Europa! Por outras palavras, procura-se construir a Europa com os mesmos métodos tecnocráticos do passado. Tanto mais que, simultaneamente, continua a avançar o projecto da moeda única, impondo às economias e às sociedades reformas consideráveis.

Sem qualquer pretensão de exaustividade podemos, pelo menos, salientar dez pistas de trabalho, dez reexames, mais ou menos dolorosos, para favorecer essa inversão de perspectiva necessária a essa imensa aventura política pacífica.

II. A inadaptação das estruturas políticas europeias

As estruturas políticas europeias traduzem a triste realidade do momento: a ausência de utopias, de ideias novas e a tendência geral para conceber a Europa com as mesmas regras institucionais que existem no seio de cada estado-nação. A Europa como um super-estado-nação. Encontramos nelas tudo aquilo que costumamos encontrar no nosso país; um legislador: o Parlamento; um executivo bicéfalo: o Conselho da Europa e a Comissão; um poder judiciário: o Tribunal de Justiça; uma burocracia inatacável: "Bruxelas". Muitas personalidades sábias, autorizadas, de fato cinzento, que animam a dança das viaturas oficiais e debitam declarações solenes. Para que imaginário? Que projecto, que não seja o de um super-estado democrático para o qual se procuram cidadãos e do qual ninguém se atreve a querer saber se é, afinal, federal ou confederal, com medo de relançar guerras religiosas muito antigas? O debate sobre a soberania nacional está em parte caduco pois, na realidade, ela já foi amplamente desfalcada por Bruxelas. Mas como os cidadãos ignoram esse facto, é difícil mobilizá-los para a etapa seguinte, uma vez que ainda não se aperceberam de que as suas soberanias nacionais estão amplamente diminuídas apesar das declarações feitas nas reuniões do Conselho da Europa. Criar uma sensibilização política a partir deste desconhecimento é ainda mais difícil uma vez que se observa, simultaneamente, a ausência de identidade política, de linguagem, de território, de imaginário. Tanto mais que, paralelamente ao discurso oficial, virado para "os cidadãos", se descobre o peso considerável dos "lobbies" (mais de mil em Bruxelas), em relação aos quais ninguém sabe como agir: se legitimando-os, como nos Estados Unidos, se

fingindo ignorá-los, como na tradição europeia. Acrescentemos a isso o silêncio das relações de força, as negociações entre peritos e o "estilo alto funcionário" que prevalece nos negócios europeus e compreendemos porque é que tudo isto não consegue reduzir o sentimento de impotência que a domina para o cidadão no seio de cada estado-nação. Se o cidadão já não consegue apreender a realidade do seu país, como poderia consegui-lo no caso de um território tão longínquo e inacessível?

Todas as brochuras, programas de televisão, campanhas de comunicação e debates serão impotentes para reduzir a percepção desta distância intransponível entre o cidadão e "o que se passa lá em cima". O voto do Parlamento de quatro em quatro anos não constitui um meio de acção. A Europa, deste ponto de vista, ilustra na perfeição o problema evocado na terceira parte deste livro: o cidadão ocidental é, ao mesmo tempo, um gigante em matéria de informação e um anão em matéria de acção política.

A única capacidade de acção continua a ser, para os cidadãos, um dos mais antigos meios de expressão, a saber, a manifestação. Mas de que valem as manifestações perante essas excelentes construções jurídicas e institucionais que a Europa inventa? Se alguém quisesse verdadeiramente levar a sério os cidadãos europeus deveria ocupar-se seriamente das manifestações — na maior parte dos casos hostis, mas isso não é o mais importante — que abundam na história da Europa, pois são verdadeiros actos públicos cujos vestígios, aliás, são sempre procurados. Mas esta maneira de fazer política não é "politicamente correcta", é sistematicamente esquecida e desvalorizada. Por outras palavras, deseja-se que os cidadãos "se invistam na Europa" mas na condição de o fazerem de maneira bem comportada e respeitadora. A Europa é, assim, o lugar da leitura, em tamanho real, dos limites do modelo da democracia de massas. Todas as dificuldades com que deparamos neste caso são, um pouco, o simétrico das deficiências que existem no seio do Estado: confiança média no Parlamento, percepção de uma perda de soberania nacional, dureza das políticas de reestruturação como as da siderurgia, da pesca ou da indústria, poder dos lobbies, tecnocracia todo-poderosa... A Europa é, aqui, uma lupa. Estas dificuldades não são catastróficas no seio dos estados-nações porque existem, paralelamente, as tradições, as culturas, a experiência comum, que são outros tantos estabilizadores complementares. Mas nada disso existe no caso da Europa. Para inventar um novo sistema institucional suficientemente distanciado do anterior, para motivar cidadãos fatigados e desmotivados que, ao mesmo tempo que continuam favoráveis à causa europeia gostariam encontrar razões para acreditar nela de maneira adulta,

seria preciso um pouco mais de fôlego. De fôlego e não de sermões; porque são sermões o que os cidadãos ouvem quando ousam dizer, por fim, em voz alta, o que todos pensam calados, a saber, que neste momento há poucas ideias originais e ainda menos utopias.

III. Já não há sentido para a História

Esta "descoberta" cobre duas realidades acontecidas em 5 anos. Em primeiro lugar, não foi a democracia que destruiu o comunismo mas, sim, o comunismo que se autodestruiu, tanto pelo efeito da pressão do capitalismo, como pela da democracia. O que se passou a seguir é muito mais complicado do que aquilo a que o Ocidente chamou, para se valorizar, "a transição", uma vez que as eleições realizadas depois de 1995 nos ex-países comunistas mostraram a relação difícil que estas sociedades têm com o seu passado imediato. Isso não significa o "regresso do comunismo" mas, sim, que a escolha não se faz, simplesmente, entre a luz e as trevas. Por outras palavras, o conceito de "transição", tão narcisicamente tranquilizador para o Ocidente, porque pressupõe um sentido para a História, para a nossa, está aqui deslocado.

Se não há transição é porque não existe uma direcção para a História; não há, a priori, aqueles que têm razão, que estão adiantados em relação aos outros e aqueles que estão errados, os atrasados. Naturalmente, as democracias ocidentais aderem desde sempre a este historicismo. Mas não é certo que a imensa maioria dos países do mundo partilhem da nossa visão da História. E o Ocidente tem cada vez menos meios para impor esta maneira de ver. O nosso universalismo encontra outros filósofos da História e arrisca-se sempre a ficar reduzido a um culturalismo, a um estrito ocidentalismo até... Cruel decepção para os democratas que, depois dos socialistas e dos comunistas, acreditaram durante quase um século, que havia um sentido para a História e que eram, evidentemente, a bússola. Ausência de sentido não quer dizer ausência de valores, mas isto torna difíceis certos combates, pois é mais fácil lutar quando se acredita agir para o bem de todos do que quando outros sistemas de valores, opostos ao nosso, suscitaram tanta adesão colectiva.

Esta incerteza quanto ao sentido da História é particularmente difícil no momento do nascimento da Europa política. As dificuldades da Europa seriam melhor aceites se todos tivessem a sensação de desempenhar um papel pioneiro em relação a uma orientação cujos valores são partilhados por todos.

Por outras palavras, os acontecimentos avançam depressa. O regresso ao poder de antigos comunistas não impede que ocorra, em simetria, uma crise capaz de abalar as conquistas, bem frágeis, de Maastricht. E face a este regresso da História, o "voluntarismo democrático" que consiste em querer acelerar a construção política, arrisca-se a ter efeitos indesejáveis. Quem teria podido prever uma tal reviravolta em 1990-1992? Só quem se atreveu a lembrar que a vitória do capitalismo não significava vitória da democracia tinha razão. Mas eram uma minoria.

Numa palavra, atenção ao boomerangue da Europa do Leste. O que, de resto, adquire um sentido concreto quando sabemos que numerosos países da ex-Europa de Leste são hoje candidatos à União Europeia. Se houver demasiadas humilhações a acompanhar essa fila de espera, surgirão evidentemente reacções prejudiciais a esse formidável projecto.

IV. Oposições políticas ainda não constituídas

Apesar da boa consciência dos que se arrogam a etiqueta de "pró-europeus" e que, portanto, se permitem há anos desqualificar todos aqueles que recusam um certo modelo de Europa, o conflito já não opõe os pró e os anti-europeus. Maastricht foi, sem dúvida, o último debate onde esta dicotomia, para não dizer este exclusivo, teve ainda uma eficácia política. Os partidários do "sim" puderam culpabilizar uma última vez aqueles que votavam "não", amalgamando esse não a uma recusa da Europa. Os que votavam "não" bem podiam dizer que não eram forçosamente anti-europeus e justificar o seu voto com o facto de se tratar de um tratado confuso, complexo, inaplicável, mas não havia nada a fazer. A dicotomia consistia em traduzir o "não" por uma recusa disfarçada da Europa. Mesmo se, depois, todos reconheceram que o tratado não era aplicável... e não poderá sê-lo. Era o que diziam exactamente os que incitavam a votar contra, sem serem forçosamente anti-europeus disfarçados. Um dos efeitos principais da passagem ao sufrágio universal foi o de quebrar a lógica de culpabilização que existia em torno da Europa. Aceitar o sufrágio universal é optar por todas as posições políticas em pé de igualdade, sem hierarquia a priori entre os partidários da Europa e os outros. Foi neste aspecto que a campanha de Maastricht fechou definitivamente um modo de comunicação política. Aquele em que as elites "sabem", e dão lições aos povos "que não sabem". Os povos já viram tantos erros causados por essas mesmas elites no último meio século, que suportam cada vez menos o tom arrogante

ou paternalista destas a seu respeito. E como o imperativo económico da moeda única não é acompanhado, de momento, de nenhuma vantagem política para os povos, é provável que apareçam na Europa verdadeiras dificuldades políticas. A não ser que as elites se apercebam do enorme aggiornamento que têm que fazer. Mas porque imporiam a si próprias um esforço desses?

Reconhecer que as oposições políticas ainda não são visíveis seria útil para toda a gente. Significaria que se tinha virado uma página e que estávamos num outro contexto. Enquanto os discursos se reduzirem a argumentos pró e contra a Europa, o aparecimento das reais oposições políticas do futuro será travado.

Um teste ao fim da falsa opinião entre os bons, partidários da Europa, e os maus, os outros? No dia em que se deixar de qualificar a posição britânica e de a usar como bode expiatório para tudo o que impede a Europa de avançar. Os britânicos não são "anti-europeus", só não defendem a mesma concepção de Europa. E podemos até dizer que os acontecimentos, principalmente depois de 1991, lhes têm dado, em parte, razão. A prova da reordenação cognitiva e simbólica do debate sobre a Europa aparecerá quando deixarmos de desconsiderar a posição britânica, para a considerar tal como ela é: uma posição tão legítima como as outras, numa certa visão política da Europa.

A incapacidade manifestada pela Europa em fazer avançar a Europa social é um exemplo do carácter prematuro das oposições políticas futuras. A Europa social é, incontestavelmente, apesar das diferentes tradições políticas e religiosas, um dado adquirido e um atributo positivo da Europa. Da esquerda à direita, de Norte a Sul, apesar de diferenças verdadeiras, existe uma certa visão comum da Europa social. E, contudo, de momento, este dossier não consegue avançar. Porquê? Porque a Europa social, antes de ser uma realidade institucional ou um tema unificador das opiniões públicas europeias, pertence ao património sindical europeu. Foi através de lutas que não assumiram, nem as mesmas formas, nem os mesmos calendários, que os sindicalistas europeus pesaram sobre esse dossier essencial. É, portanto, mobilizando esta dinâmica sindical, principal "autor e actor" desta Europa social, que se relançará o debate. Mas, o que é que se verifica? A imensa dificuldade de cooperação entre duas grandes tradições sindicais europeias que se opuseram, por outro lado, violentamente, durante cinquenta anos de guerra fria. Enquanto os próprios actores desta Europa social não chegarem a cooperar, há poucas possibilidades de esta avançar. Ora, cala-se essa dificuldade que têm as organizações sindicais em cooperar entre si, em ultrapassar os bloqueios

ideológicos, em definir objectivos comuns, em mobilizar as opiniões públicas. Age-se como se se tratasse de uma falta de vontade da sua parte e espera-se, na grande tradição do método Coué, que as opiniões, de motu próprio, se mobilizarem em torno da Europa social que é, efectivamente, um dos grandes patrimónios europeus. Mas com a Europa social, como com a Europa política, não há curto-circuito possível. É preciso admitir o tempo, a duração, as experiências.

V. A crítica das elites

Não poderá haver nascimento do espaço político europeu sem uma crise do papel das elites, apesar de terem sido elas quem fez a Europa. Há três razões que explicam este facto.

Em primeiro lugar, uma crise é a maneira de os eleitos, os cidadãos, a "gentinha", se apropriar do debate político que, de momento, se passa "lá em cima". Se queremos alargar o debate é preciso alargar o círculo. Logo, fazer com que aqueles que têm o monopólio dele compreendam que já não são os seus donos e que devem dar lugar aos outros. O que há de terrível nas vanguardas é quererem fazer a História em lugar dos outros, e para bem deles...

Depois, é uma maneira de sair do tom definitivo, muitas vezes pretencioso, competente, sem apelo, com que as elites falam da Europa. Os outros "não sabem", mas eles sabem. Sabem tudo, desde a decadência próxima da Europa, ao domínio futuro da Ásia, ao Pacífico, ao novo Mediterrâneo... Estas certezas são sempre económicas, mesmo se a economia se engana sempre. A ouvi-los, a História é sempre económica. Há, aliás, uma contradição em querer fazer a felicidade dos povos, por um lado, e em nunca querer ouvir nada do que eles dizem, a não ser que vá no mesmo sentido do que diz essa elite.

O sentido da História não pertence forçosamente a quem se encontra no topo da sociedade. Para além do tom e dos argumentos, é toda uma postura que é contestada, tanto mais que, em todos os países, os cidadãos recusam cada vez mais o comportamento do alto funcionário e do especialista que tem sempre razão.

Numa palavra, os tecnocratas já são objecto duma constestação surda, mas crescente, nos estados-nações, para que isso não venha a ter repercussões na maneira como "colonizaram" a Europa. Esta será, também, o lugar de leitura

da recusa de um estilo de debate, de vocabulário, de linguagem política, imposto pelas elites tecnocráticas em quase todos os países europeus.

Por fim, quebrar o domínio das elites também é recusar a ideologia dos calendários, tão cara aos altos funcionários, a qual foi indispensável para a construção da primeira Europa.

Mas quem diz calendário e maratona de negociações, diz populações que falam o mesmo vocabulário e partilham dos mesmos valores. O que foi incontestavelmente o caso durante quarenta anos nas negociações europeias. Mas, com a democracia de massas, as relações de força misturam, também, conflitos simbólicos, representações, oposições de linguagens e de estilos. Em suma, realidades que obrigam a inventar uma outra forma de negociação política.

Numa palavra, a crítica das elites será o sintoma de uma apropriação da Europa política pelos cidadãos. Mas ninguém duvida que as elites aceitarão dificilmente esse questionamento da sua tranquila hierarquia. A relação de forças far-se-á ao nível essencial das palavras e das formas de argumentação. Podemos, aliás, fazer um teste. Enquanto a moda, o estilo, o vocabulário tecnocrático continuarem a dominar na comunicação política da Europa, é sinal de que os cidadãos não se apropriaram do novo espaço político. Depois da revolução de 1789, já não se falava de política da mesma maneira que nos anos 1760-1780... A ilegibilidade dos textos europeus é, enfim, reconhecida pelos funcionários europeus e constitui um símbolo gritante deste desfasamento inevitável, mas prejudicial, entre a lógica política tecnocrática e a lógica política democrática. A complexidade dos textos está ligada é normal na complexidade das situações, mas é a ausência de qualquer outro tipo de texto, vocabulário, referência, argumentos que ilustra a situação actual, marcada pela ausência de outras linguagens para além da linguagem tecnocrática. E, se só há esta linguagem, é porque ninguém fala outra... ⁽³⁾

VI. O conflito entre lógica económica e lógica política

A Europa económica significa a supressão das barreiras a favor de um grande mercado. A Europa política tem que ver com uma perspectiva

³ Cf. O "Rapport sur le fonctionnement du traité sur l'Union européenne" (10 de Maio de 1995) excerto de La Conférence intergouvernementale, enjeux et documents, Paris, Presses de la FNSP, p. 150).

diametralmente oposta, uma vez que não há democracia sem o respeito pelas diferenças, logo sem a manutenção das barreiras e das fronteiras que a lógica económica entende, pelo contrário, suprimir. Quanto às desigualdades entre países, interessantes de um ponto de vista económico, são pelo contrário abordadas de maneira oposta, numa lógica política, uma vez que o ideal democrático não visa a exploração das diferenças e das desigualdades mas, sim, a sua redução. No final do século XX é difícil satisfazeremo-nos com o credo liberal do século passado que via no crescimento económico — partindo do princípio de que isso fosse exacto — as condições para o aparecimento da democracia... A História mostrou que não existe uma ligação directa entre o nível de desenvolvimento económico e a democracia. E, para a Europa, a partilha dos mesmos modos de vida não basta para criar a adesão colectiva. Confunde-se, de maneira demasiadamente fácil, a estandardização do consumo com a consciência política. Ou, por outras palavras, o cidadão europeu não é apenas um consumidor com um boletim de voto. É muito mais do que isso. A Europa dos "blue jeans", dos automóveis, dos "Mac Donalds" não cria a Europa das consciências e menos ainda a Europa política. As aparências são aqui muito enganadoras. E as diferenças persistem, tanto mais que são marcadas por evidentes parecenças a nível dos modos de vida. Esta oposição bem real entre lógica económica e lógica política observa-se igualmente, de maneira exemplar, na questão da mundialização.

Qual é o discurso comum, amplamente espalhado pelas elites e pelos média a respeito da Europa e da mundialização? "A Europa reticente vacila e envelhece. É incapaz de se adaptar à abertura e sofrerá a concorrência destes novos agentes, nomeadamente da Ásia. Em todo o caso, parece pouco capaz de conseguir ter êxito na mutação da terceira revolução digital como se, depois de ter trazido ao mundo a primeira revolução digital e de ter orquestrado a segunda, estivesse hoje cansada, para não dizer ultrapassada. O seu tamanho poderia fazer dela um agente poderoso, mas a sua história, as suas tradições demasiado democráticas, quer dizer, demasiado institucionalizadas, para não dizer burocráticas, sem falar da sua demografia, constituem desvantagens. Em suma, a Europa estaria em dificuldades perante o desafio da mundialização e, por fim, no patamar da decadência, tal como Roma e Atenas antes dela." Qual é a lógica dominante desta mundialização a não ser, precisamente, o ideal de um mundo sem fronteiras, de um gigantesco mercado? Nunca as contradições entre os interesses da economia, onde a eliminação das fronteiras constitui o ideal e os interesses da democracia, onde o objectivo não é suprimir as diferenças mas respeitá-las e gerir a sua relação, foram tão fortes como agora.

Recear a ineficácia da Europa face à mundialização, denunciar o seu envelhecimento e louvar a "vitalidade" dos países do Sul é esquecer todas as tradições económicas, sociais, históricas e, principalmente, todos os conhecimentos que contribuíram para a sua História. É, muito simplesmente, retomar o vocabulário mais cru do liberalismo de 1820, onde se identificava vitalidade com capacidade de fazer trabalhar durante o maior período de tempo possível povos inteiros sem lhes pagar... É reduzir as capacidades da Europa a um problema de aumento dos custos do trabalho, sem ter em conta qualquer outro parâmetro. Como se a História, sobretudo quando se trata de uma história política, não tivesse mostrado já a importância essencial de outros parâmetros. Podemos, por exemplo, avançar a hipótese simples de que este mesmo capitalismo selvagem asiático que tanto seduz as elites europeias tenha todas as possibilidades de vir a esbarrar, em breve, como aconteceu na Europa de 1850, com recusas, greves, conflitos por parte das populações. E que perderá então essa eficácia capitalista "pura" que tanto fascina certos europeus. Retomar sem nuances esse vocabulário da mundialização é também adoptar os termos e os interesses da primeira potência económica mundial. Quem, fora dos Estados Unidos, raciocina em termos de mundialização? Nenhuma economia pode estar simultaneamente em todos os continentes e o esforço conseguido consiste em fazer crer que todas as economias têm a mundialização como escala de referência. De qualquer modo, face a mercados por vezes mundiais, as empresas conservam identidades nacionais: as quinze primeiras multinacionais têm todas uma nacionalidade, bem marcada e valorizada. E aliás, um dos elementos da sua estratégia consiste em jogar constantemente com esta dupla escala nacional e internacional. Se a Coca-Cola, a IBM, a Apple ou a GM são tão apreciadas é porque se trata, simultaneamente, de firmas mundiais e de símbolos dos Estados Unidos...

O problema principal da Europa não é a mundialização, mas sim a construção da sua própria economia com a integração da Europa do Leste, a construção de um sistema político viável e a manutenção de boas relações com a Europa do Sul. O verdadeiro desafio consiste em conseguir realizar o seu projecto. Ou, por outras palavras, a mundialização é um desafio muito mais fácil que o projecto da Europa política e económica. É mais difícil para a Europa conseguir essa dupla integração económica e política do que ser eficaz nos dez mercados principais. Mas hoje em dia há uma tal vertigem em torno da ideia de mundialização que tudo o que não diz respeito directamente a esta lógica é considerado secundário! E, contudo, conseguir realizar a "região" Europa será,

sem dúvida, mais importante para a economia do mundo e para o futuro da democracia, do que ser capaz de rivalizar com "dragões" de todo o tipo.

Há muito mais ambições no projecto da Europa do que, na realidade, de livre-troca da mundialização. Será que temos consciência da imensa energia que custou aos europeus sair das ruínas da Segunda Guerra Mundial? Para conseguir reerguer-se e começar a construir alguma coisa a 6, a 9, a 12 e a 15? Essa energia foi uma coisa bem diferente da energia tão admirada nos dragões da Ásia. Também aí, a incapacidade da Europa para se aperceber do imenso trabalho que conseguiu efectuar sobre si própria e para ser orgulhosa dele é um indício do seu enfeudamento às lógicas puramente económicas da mundialização.

Que a Europa não seja capaz de relativizar, de quebrar até, esse discurso acerca da mundialização, mostra que ela não está suficientemente orgulhosa do desafio que se impôs a si própria, e diz muito sobre a sua alienação ao economismo ambiente! É mesmo perturbador que, no momento em que a finalidade política do projecto europeu predomina sobre a dimensão económica, a Europa não seja capaz de relativizar esse discurso sobre a mundialização. Um dos paradoxos da situação actual é a coabitação de dois discursos contraditórios. Por um lado, o da livre-troca e da desregulamentação que acabamos de ver e, por outro, um apelo igualmente imperioso para uma maior cooperação internacional a fim de regulamentar os mercados mas, sobretudo, os fluxos financeiros e monetários que, graças aos recursos informáticos, acentuam a velocidade de circulação dessa massa de capitais especulativos que desestabilizam todas as tentativas de cooperação económica e internacional. Todos os anos, no G7 e noutros lugares, os dirigentes dos países mais ricos tentam organizar um pouco os mercados, afirmando durante o resto do tempo que o liberalismo e a desregulamentação são condições de todos os progressos. Seria necessário escolher... Perante o "dumping ideológico" da mundialização, a Europa comporta-se como se fosse inexperiente e desprovida de capacidade de análise. Ela foi, contudo, durante mais que um século, o centro da economia mundial e sabe, pela sua história, que essa mundialização não deixa de ter relação com as tragédias que sofreu. Hoje em dia quase pede desculpa por reivindicar a sua identidade. Em vez disso, faria melhor se reivindicasse, para o futuro, a força do conceito de identidade.

E principalmente se recordasse, aquilo que sabe pela sua história, as diferenças existentes entre três formas de identidade. A identidade nacionalista, que predominou entre o final do século XIX e a Segunda Guerra

Mundial; a identidade-refúgio, que se desenvolveu no final do século XX, no momento em que o rolo compressor da modernidade e da mundialização esmaga todas as diferenças culturais e sociais e podendo assumir um rosto religioso ou político como vemos, nomeadamente, no Próximo e no Médio Oriente. E por fim, a identidade-acção, ligada ao projecto europeu, que recorda que não existe cooperação sem valorização das identidades, de acordo com o projecto democrático, sobretudo no caso dos velhos países e das velhas culturas. A Europa é, hoje, o agente e a pioneira de toda esta inversão da lógica de relação com a identidade. Ora, em lugar de valorizar o nascimento de uma outra concepção da identidade que tenha em conta as tragédias do século XX e as aquisições da democracia, a Europa passa o tempo a desvalorizar a sua própria experiência e a justificar-se. Como se estivesse atrasada em relação à "mundialização", quando está adiantada em relação à questão seguinte: sobre que base organizar uma cooperação, uma vez admitida a pobreza deste "modelo" mundialista, simples disfarce da eterna lei da selva? Estranha e masoquista Europa, que não consegue retirar orgulho e auto-confiança do extraordinário trabalho que conseguiu fazer sobre si mesma em meio século...

Um bom exemplo desta dificuldade em se distanciar do discurso económico mundialista? A atitude hesitante da Europa no caso da regulamentação das indústrias da comunicação. "Os interesses" ligados à desregulamentação são evidentes. E, pelo contrário, a Europa é, sem dúvida, a região do mundo onde melhor se sabe que não existe comunicação sem identidade, linguagem, tradição, valores, protecção dos autores, etc... Ora, perante os imensos interesses a favor da desregulamentação, esta continua a ser espantosamente modesta, como se também aí a Europa receasse ser criticada por não ser suficientemente "aberta". Mas como construir a Europa política sem reivindicar a sua identidade num sector tão crucial? Como criar a adesão dos cidadãos, se estes não vêem a capacidade dos dirigentes para reivindicar essa identidade colectiva europeia que lhes pedem, a eles, cidadãos, que construam? Porque motivo acreditariam os cidadãos na identidade europeia quando observam a incapacidade dos dirigentes para a levar avante contra a ideologia liberal dominante?

Os cidadãos apercebem-se todos os dias deste desfasamento trágico entre o discurso dos políticos, virados para a promoção da identidade europeia e o seu comportamento, de livre intercâmbio, banalmente submetido à ideologia económica. Porque motivo confiariam os cidadãos no projecto da identidade europeia quando vêem que as suas elites nem sequer o reivindicam?

A Europa deveria ser a primeira, se tirasse as lições do seu passado, a recordar-se de que em matéria de comunicação não se podem separar os "canais" dos conteúdos. E se se quer promover a identidade europeia, é preciso, em primeiro lugar, que haja uma atitude mais ofensiva contra o discurso e os interesses mundialistas das indústrias da comunicação...

VII. Reexaminar o conceito de opinião pública

Isto implica um profundo trabalho sobre a linguagem, a retórica e a argumentação. Age-se como se houvesse entre o Estado-Nação e a Europa apenas uma mudança de escala, sem mudança de natureza. Como se dialogar, debater, opor-se a 370 milhões fosse a mesma coisa que com 370 000 pessoas. Sabemos, contudo, que é preciso tempo para passar do aparecimento de um espaço público à constituição de um espaço político e, depois, à construção de uma linguagem política comum. Com a Europa, estamos à espera de um curto-circuito. Desejaríamos que o espaço público e o espaço político já existissem, que a opinião pública estivesse constituída, que as opiniões fossem visíveis (⁴). Ora, ainda não há espaço público europeu, e muito menos espaço político e opinião pública. No entanto, é o que erradamente podem levar a pensar os eurobarómetros que persistentemente, mês após mês, registam as "opiniões" dos europeus acerca dos grandes temas do momento. Na realidade, fazer as mesmas perguntas a povos que não falam a mesma linguagem, que não têm as mesmas recordações, nem os mesmos interesses, nem as mesmas relações com o mundo não cria uma opinião pública europeia! Mesmo se acrescentarmos os resultados e os ponderarmos por factores qualitativos. A própria ideia de barómetro, simples deslocamento da sondagem nacional a uma escala mais vasta, constitui um problema. Se se quisesse realmente obter sondagens significativas acerca do estado da opinião pública europeia, supondo que ela exista, seria necessário realizar um trabalho semântico considerável de conceptualização e de interpretação. De resto, os eurobarómetros, mais ainda do que as sondagens, dormem tranquilamente nas gavetas dos dirigentes. Se estes quisessem servir-se deles seria ainda mais grave. É prematuro fazer sondagens na Europa e, mesmo quando se trata de questões bem circunscritas, como no caso da ratificação do Tratado de Maastricht, apercebemo-nos até que ponto as mesmas palavras não designam

⁴ Cf. Naissance de l'Europe démocratique, op. cit., capítulo 9: "La recherche désespérée d'un espace public."

as mesmas realidades. As sondagens são ainda mais tranquilizadoras no plano europeu do que no plano nacional, mas a compreensão simplificada a que conduzem é ainda mais perigosa do que a ausência de compreensão. Mais vale estar consciente do facto de que não sabemos como funcionam as opiniões públicas, do que acreditar na existência de técnicas susceptíveis de compreender a dinâmica da "opinião-pública" europeia. Vemo-lo na Rússia, onde a indústria das sondagens está em plena expansão, mas onde se verifica o carácter muitas vezes extravagante dos resultados: como é que os Russos, que aprenderam a desconfiar de tudo nos últimos sessenta anos, que praticam com requinte a linguagem dupla e até tripla, podem exprimir o que pensam a uns desconhecidos que lhes vêm fazer perguntas? Esta desconfiança existe também, cada vez mais, no Ocidente. Como acreditar, então, que não seja ainda mais forte no Leste?

Na realidade, se quiséssemos realmente compreender a estruturação das opiniões seria necessário, não ficar no primeiro nível da opinião pública mas, através de inquéritos qualitativos, compreender a própria dinâmica das representações, dos símbolos e dos estereótipos ou, por outras palavras, passar aos dois outros níveis da opinião de que já falei na terceira parte.

Trabalho complicado, difícil, que precisaria de uma metodologia sofisticada para resolver a questão do comparatismo, que todos os investigadores sabem ser um verdadeiro quebra-cabeças heurístico... Pelo contrário, isso não impede o trabalho sobre um levantamento dos estilos, dos vocabulários, das figuras de retórica e de argumentação existentes nos diferentes países. Mais uma vez, o espelho da Europa de Leste é útil para compreender o que aproxima e o que separa as estruturas de opinião e de argumentação. Tal como a falsa unidade do comunismo não suprimiu as diferenças, também poderíamos reconhecer que o êxito da Europa tecnocrática não basta, de momento, para fundar a unidade da Europa política. Apesar de o regime comunista não ter conseguido unificar a Europa de Leste, todos reconhecemos, contudo, que criou estilos, reflexos, hábitos, que perduram nos antigos países de Leste. Os quais, além do mais, lhes são úteis para estreitar relações entre si, com base nessa cultura comum. O mesmo acontece com a Europa Ocidental. Meio século de construção não basta para criar uma identidade, mas constitui um capital simbólico para o futuro. Nos dois casos, é preciso saber mobilizar aquilo que está na base de uma experiência comum e valorizá-lo. A partir de experiências políticas opostas, o Leste e o Ocidente são confrontados com o mesmo problema: valorizar a

experiência passada; avaliar o que pode ser conservado e o que tem que ser inventado.

A Europa de Leste, num contexto radicalmente diferente do nosso, permite-nos também reflectir acerca dos laços existentes entre o passado e o presente. Nos dois casos, no Leste como no Ocidente não existe uma ruptura, mas sim uma continuidade.

Um exemplo da utilidade de um olhar sobre o Leste para a Europa Ocidental, diz respeito ao debate que aí se desenrola acerca da modernização. Até que ponto será necessário sacrificar à modernização? Pergunta a antiga Europa de Leste, pressionada por todos os lados ajuntar-se ao modelo económico do Ocidente e a esquecer toda a sua experiência de meio século. Até que ponto os condicionalismos económicos impostos como condições da Europa política poderão ser aceites? Perguntam-se as opiniões públicas ocidentais que já não estão persuadidas de que a força da Europa seja o seu crescimento económico. A Europa de Leste, pelo seu simples "atraso", volta a colocar a questão da contradição existente entre o economismo dominante e fragilidade do projecto político. Ninguém acredita que a economia seja a condição da Europa política mas, na ausência de uma ideia política suficientemente estruturada, todos agem como se o fosse. Não haverá aí um bom objecto de debate? Há outros domínios onde a experiência do Leste é útil para reflectir sobre o nascimento da Europa política. São, por exemplo, as diferenças entre legalidade e legitimidade. A União Europeia é legal. Será legítima? Se ninguém critica a legalidade da Europa, a sua legitimidade, principalmente política, está ainda por construir. A experiência da Europa de Leste, onde existiam todas as distâncias entre legalidade e legitimidade, é indispensável para um sistema político que tenta construir novos princípios de legitimidade. O mesmo trabalho comparativo tem que ser feito para se compreenderem os laços existentes entre sociedades civis e sistema político nas duas partes da Europa. São mesmo todas as diferenças no modo de articulação entre as duas que interessam à Europa política. Na condição de que haja, pelo menos, uma curiosidade em relação a estas duas tradições tão próximas e tão diferentes.

VIII. A heterogeneidade dos vocabulários políticos

Antes de construir "debates europeus" seria necessário começar por recensear aquilo que separa as mesmas palavras, para não acentuar as incompreensões ligadas às distâncias semânticas. As palavras Estado, nação, fronteiras, pátria, religião, identidade, espaço público, legitimidade, classe social, redistribuição, modernizações têm, evidentemente, significados radicalmente diferentes no Norte e no Sul, no Leste e no Ocidente. Recenseá-los já evita hierarquizá-los. Do mesmo modo, os estereótipos, as representações, os valores e os símbolos de cada cultura são, evidentemente, diferentes, porque ligados à História. Dar conta das distâncias, das conotações e das aproximações é tão importante para a causa política da Europa como criar artificialmente debates acerca dos "grandes problemas" da Europa...

O trabalho sobre as palavras é um preâmbulo a qualquer capacidade de diálogo. Nesta fase de reapropriação das palavras, o testemunho daqueles que têm uma experiência da Europa é essencial apesar de, infelizmente, esta nem sempre ser positiva como se vê no caso dos agricultores, dos pescadores, dos siderúrgicos... Esses, em todo o caso, têm uma opinião; só pedem para a exprimir. Mas, curiosamente, desconfia-se dos seus testemunhos e das suas análises. Como se os debates "sérios" acerca da Europa só pudessem acontecer "no topo", e os "de baixo" não pudessem realmente compreender...

Pela mesma ordem de ideias, abrir um debate político sobre a moeda única permitiria sair do economismo ambiente e daria ocasião a um encontro sobre um dos desafios principais da construção europeia. A cacofonia a que um tal debate conduziria seria útil para compreender as estruturas de linguagem dos diferentes países. Com efeito, no caso da moeda que, pelas suas referências históricas e culturais mergulha em espaços simbólicos muito mais ricos e complexos do que o espaço económico único encontramos, simultaneamente, as bases de uma certa identidade europeia e a marca das divisões. Acreditar que um tal debate aumentaria as divisões é um erro. Ele permitiria, pelo contrário, tirar essa questão do espaço limitado dos especialistas e dos economistas em que está encerrada. Erradamente. Criar outras formas de debate político além das monopolizadas pelas elites é uma condição sine qua non do nascimento do espaço político europeu. Senão, os cidadãos desviar-se-ão cada vez mais do projecto e encerrar-se-ão numa espiral de silêncio. Esse silêncio não incomodaria aqueles "que sabem", mas afastaria ainda um pouco mais a grande maioria dos cidadãos, que parece não ter qualquer influência sobre a construção europeia nem, sobretudo, meios de se fazer ouvir. Essas elites que não param de bradar à Europa dos cidadãos são as mesmas que continuam a "bloquear o acesso" aos debates sobre a moeda, a

identidade, a mundialização, desqualificando tudo aquilo que não é "politicamente correcto"...

IX. O desfasamento entre os espaços políticos nacionais e os embriões do espaço político europeu

A existência de problemas e de decisões políticas comuns na Europa, nos últimos cinquenta anos não basta para criar um espaço político comum. A não ser no caso das 370 000 pessoas da elite europeia que, ou fazem a Europa, ou têm nisso um interesse directo. E as outras centenas de milhões de europeus? O que está em causa no reconhecimento destas descontinuidades entre espaços políticos é a intermitência das experiências políticas. Não só essas experiências não são partilhadas entre as elites de cada país e o resto dos cidadãos, como também já não o são entre os diferentes países. Certos Estados confrontaram-se mais rapidamente do que outros com debates políticos europeus, mas isso não significa que estejam "adiantados" ou que haja uma "boa" e uma "má maneira" de debater. Cada qual inscreve-se na realidade europeia à sua maneira, ao seu ritmo, na condição de não hierarquizar, a priori, os diferentes estilos. Isso permite, além disso, iniciar uma reflexão acerca da diferença de ritmo de constituição das opiniões e dos debates e, portanto, relativizar a ideia de uma cronologia única. Ninguém duvida de que os gregos, os dinamarqueses, os britânicos, os alemães e os franceses não têm a mesma experiência dos debates europeus. Muito simplesmente porque não fazem parte da Europa desde as mesmas datas e, principalmente, porque nunca tiveram a mesma relação com a Europa, nem histórica nem geograficamente. Recordar as descontinuidades existentes entre espaço público, espaço político e opinião pública no seio de cada estado-nação e entre estados europeus é essencial, se queremos quebrar a hierarquia simplista entre os "bons meninos", os "bons discursos", e os outros...

O espaço político europeu está "no ar", não existe e de nada serve acreditar que ele existe através dos esboços de confronto a que assistimos. De momento, a comunicação política propriamente europeia tem dificuldade em emergir, não por falta de desafios comuns, mas de desafios comuns debatidos e partilhados.

X. O que separa as tradições políticas é mais forte do que a natureza dos problemas comuns

Muito simplesmente porque o peso das tradições religiosas, culturais e históricas leva a melhor sobre a dimensão propriamente política de um projecto europeu.

A ecologia é um exemplo perfeito deste desfasamento. Problema europeu por excelência, suscita uma extrema mobilização na Alemanha e na Europa do Norte mas, em contrapartida, nunca conseguiu quebrar as clivagens políticas tradicionais da Europa do Sul.

Do mesmo modo, a Europa social que, apesar das diferenças de sistema institucional é, como vimos, uma das conquistas importantes da Europa, não conseguiu despertar, até ao momento, interesse europeu. Todos estão de acordo para salvar o modelo "europeu da Europa social" mas, como cada um "construiu" o seu, é difícil passar a uma posição comum. Não que haja indiferença em relação ao vizinho, mas o conhecimento mútuo é fraco e a gravidade da crise leva cada qual a tentar salvar o seu património, adiando para mais tarde o momento de pôr em comum as experiências. Estes dois exemplos, no pólo oposto um do outro, ilustram as dificuldades existentes em construir linguagens e debates políticos propriamente europeus. E que dizer dos problemas políticos difíceis da Irlanda, da Macedónia, da Córsega, do País Basco que despedaçam as vidas políticas nacionais sem nunca interessar os outros países? E, principalmente, sem que nunca a aceleração da construção política da Europa tenha mudado o que quer que seja a estes confrontos políticos... Num primeiro tempo, recensear os temas que estruturam as oposições políticas nacionais e dá-los a conhecer aos outros países é um meio de se sensibilizar mutuamente esperando conseguir compreender de que modo se combinam, de maneira singular, os factores religiosos, ideológicos, culturais e os factores propriamente nacionais.

XI. As analogias ideológicas actuais são compelidas a evoluir

O empirismo da construção europeia permite muitas vezes ultrapassar oposições que pareciam inultrapassáveis e surgiam no passado sob a forma de guerras de religião. Os factos vencem por vezes as ideias; o que é reconfortante para o futuro.

Dois exemplos: a oposição federalista-confederalista conduziu a uma verdadeira guerra ideológica durante trinta anos. Antes mesmo de propor o que quer que fosse sobre a Europa, todos eram chamados a manifestar a sua preferência, o que tinha aliás como resultado bloquear qualquer discussão, pois que a escolha de um dos campos desqualificava o indivíduo aos olhos do outro. Hoje, perante a limitação real, bem visível nas dificuldades da Conferência Intergovernamental em inventar uma forma política para a Europa, verificamos o carácter artificial de uma e de outra. Empiricamente, a forma política institucional tomará elementos das duas tradições para tentar inventar uma estrutura compatível com a coabitação de quinze países com tradições e níveis económicos diferentes, e com a obrigação de deixar a porta aberta ao alargamento. Deste ponto de vista, a construção empírica revela-se muito mais rica no número de parâmetros a mobilizar, do que as anteriores oposições ideológicas entre federalistas e confederalistas. Isto remete para um facto insuficientemente sublinhado: o carácter inédito deste projecto e o seu calendário apertado obrigam a inventar, inclusivamente no plano jurídico, facto de que, paradoxalmente, a Europa nem sequer está orgulhosa, apesar de se tratar de um dos resultados mais surpreendentes da sua construção. Em pouco tempo os europeus contribuirão brilhantemente para a criação do Direito, o que retrospectivamente é uma prova da ambição deste projecto.

O segundo exemplo diz respeito, pelo contrário, a um tema que esteve muito na moda durante dez anos e que pesou nos discursos políticos europeus, a ponto de ser apresentado como o "sésamo" da Europa política saber, o princípio de subsidiaridade. Vagamente oriundo de uma tradição da Igreja, onde nunca foi realmente utilizado, era o princípio a partir do qual se devia distinguir o que era da competência europeia, do que era da competência dos estados-nações. Segundo este "conceito-milagre", tudo o que podia ser levado a cabo a um nível subalterno não era da competência europeia; os debates, nomeadamente por ocasião de Maastricht, em 1991-1992, foram intermináveis entre adversários e partidários da subsidiaridade, cada qual atirando à cabeça do outro exemplos que não convenciam ninguém, de tal maneira os europeus, velhos povos cansados de política, sabem bem que a tendência de qualquer poder é intervir até nos níveis mais baixos, sem respeitar nenhuma regra...

As fronteiras de competências de uns e de outros têm mais que ver com a experiência e com as relações de força, do que com distinções a priori mesmo legitimadas por uma vaga história de mosteiros. Tanto mais que, em matéria de subsidiaridade, as igrejas nem sempre deram o exemplo... Em todo o caso, essa palavra-chave constituiu uma espécie de ponto de passagem, artificial, para

todo o debate político europeu, durante quase cinco anos. Mas, em vez de simplificar os debates, obscureceu-os. E talvez não deixe de ter relação com o facto de ter sido introduzido por tecnocratas em busca de sentido, orgulhosos de referências históricas em relação às quais, por outro lado, os historiadores se mantinham prudentes... Em suma, este "sésamo" da Europa política passou, felizmente, depois do ano de 1995, sem que ninguém tenha reparado ou lamentado... O abuso da palavra subsidiaridade, no debate sobre Maastricht fez com que ficasse gasta durante um certo tempo e os políticos evitam, hoje em dia, referir-se muito a ela. Prova, uma vez mais, de que os laços entre tradição e novidade não são fáceis de tecer. Não nos podemos contentar com querer inventar tudo, para poder inventar, e também não basta encontrar na caixa das ferramentas políticas da tradição ocidental, mesmo religiosa, uma palavra antiga, para que ela restructure o futuro. As vicissitudes da palavra subsidiaridade deveriam fazer reflectir todos os que imaginam que pode fazer aparecer conceitos novos no campo político europeu.

Estes dois exemplos, opostos, são um factor de optimismo, mostram que a pressão dos factos é capaz, sobretudo em política, de ultrapassar problemáticas aparentemente inatacáveis. O empirismo é, por vezes, mais forte que o dogma. Ninguém duvida de que a construção concreta da Europa permitirá ultrapassar outros obstáculos considerados, durante muito tempo, como "intransponíveis".

BIBLIOGRAFIA

Capítulo 18

- ABÉLÈS M., La Vie quotidienne au Parlement européen, Paris, Hachette, 1992.
- ARON R., L'Opium des intellectuels, Paris, Calmann-Lévy, 1955.
- ARON R., Plaidoyer pour l'Europe décadente, Paris, Laffont, 1977.
- BADIE B. e SMOUTS M.-C., Le Retournement du monde, Paris, Presses de la FNSP, 1992.
- BAECQUE A. de, Une histoire de la démocratie en Europe, Paris, Le Monde éditions, 1991.
- BERNSTEIN S. e MILZA P., Histoire de l'Europe contemporaine, Paris, Hatier, 1992.
- BOURLANGES J.-L., Le Diable est-il européen? Paris, Stock, 1992.
- BRAGUES R., Europe: la voie romaine, Paris, Critérion, 1996.
- CAIRE G., L'Europe sociale: faits, problèmes, enjeux, Paris, Masson, 1992.
- Centre européen de sciences politiques, La Conférence intergouvernementale. Europe et documents, Paris, Presses de la FNSP, 1996.
- CLAVAL P., La Géographie au temps de la chute des murs, Paris, L'Harmattan, 1993.
- COHEN-TANUGI L., Le Choix de l'Europe, Paris, Fayard, 1995.
- DACHEUX É., Les Stratégies de communication persuasive dans L'Union européenne, Paris, L'Harmattan, 1994.
- DEBRAY R., Les Empires contre l'Europe, Paris, Gallimard, 1985.
- DELORS J., Le Nouveau Concert européen, Paris, Odile Jacob, 1992.
- DEMORGON J., Compléxité des cultures et de l'interculturel, Paris, Anthropos, 1996.
- FONTANA J., L'Europe en procès, Paris, Seuil, col. "Faire L'Europe", 1995.
- FOUCHER M., Fragments d'Europe, Paris, Fayard, 1993.
- FRYBES M. e PATRICK M., Après le communisme: mythes et légendes de la Pologne contemporaine, Paris, Bayard, 1996.
- HUNTINGTON S., "The Clash of Civilizations", Foreign Affairs, vol. 72, n.º 3, Verão de 1993.
- KILANI-MONDHER, L'Invention de l'autre. Essai sur le discours, Lausanne, Payot, 1994.
- LAGADEC P., Cellules de crise: les conditions d'une conduite efficace, Paris, Organisation, 1995.

LEMARCHAND P. (sob a direcção de), L'Europe centrale et balkanique, Paris, Complexe, 1996.

Le Traité de Maastricht mode d'emploi, Paris, UGE, col. "10/18", 1992.

LUSTIGER J.-M., Nous avons rendez-vous avec l'Europe, Tours, Mame, 1991.

MATTELART T., Le Cheval de Troie audiovisuel. Le rideau de fer à l'épreuve des radios et télévisions transfrontières, Grenoble, PUG, 1995.

MICHEL B., Nations et nationalismes en Europe centrale XIXe-XXe siècle, Paris, Aubier, 1996.

MONNET J., Mémoires, Paris, Fayard, 1977; Paris, Le Livre de poche, reed. 1988.

MORIN E., Penser l'Europe, Paris, Gallimard, 1987.

QUERMONNE J.-L., Le Système politique européen, Paris, Montchrestien, 1993.

REAU E. du, L'Idée d'Europe au XXe siècle, Paris, Complexe, 1996.

SCHNAPPER D., L'Europe des immigrés, Paris, François Bourin, 1992.

SCHNAPPER D., La Communauté des citoyens, Paris, Gallimard, 1994.

STOETZEL J., Les Valeurs du temps présent: une enquête européenne, Paris, PUF, 1983.

THÉRET B., L'État, la finance et le social. Souveraineté nationale et construction européenne, Paris, La Découverte, 1995.

TAGUIEFF P. A., Les Fins de l'antiracisme, Paris, Michalon, 1995.

TODD E., L'Invention de l'Europe, Paris, Seuil, 1990.

TOFFLER A. e H., Guerre et contre-guerre. Survivre à l'aube du XXIe siècle, Paris, Fayard, 1994.

TOULEMONT R., La Construction européenne, Paris, Le Livre de Poche, 1994.

VOYENNE B., Histoire de l'idée européenne, Paris, Payot, 1964.

WOLTON D., "L'espace public européen", L'Esprit de l'Europe, t. 3, Paris, Flammarion, 1993.

CONCLUSÃO GERAL

O FIO DA NAVALHA

As sociedades modernas e democráticas estão condenadas à comunicação por duas razões complementares.

A primeira diz respeito à dimensão normativa, ligada ao intercâmbio e à partilha que estão no centro da experiência humana e no do modelo da sociedade individualista de massas que tenta gerir as duas dimensões contraditórias da liberdade e da igualdade. A dimensão funcional está, em contrapartida, ligada à complexidade crescente das economias e dos sistemas políticos e requer a instalação de redes de informação fiáveis e interactivas, colectivas e individuais. Nos dois casos, trata-se de comunicação, ligando os indivíduos entre si, mas não do mesmo significado. Sobretudo no momento em que a explosão das técnicas e as promessas desse gigantesco mercado se apresentam como "a encarnação" da comunicação normativa.

A questão consiste, portanto, em saber em que condições é possível salvar a dimensão normativa da comunicação e fazê-la escapar aos dois desvios técnicos e económicos, cuja influência se faz à medida das inovações e dos mercados. Não é certo que, no final do lento e profundo movimento de modernização começado há mais de um século, onde a comunicação teve um papel essencial, esta continue a ser o valor de liberdade e de emancipação que já foi no passado... As performances técnicas e as promessas dos mercados ocupam tanto espaço que reduzem as dimensões normativas, que não desaparecerão, tendo em conta a referência ontológica da comunicação, mas poderão ser reduzidas às devidas proporções. Uma coisa é certa: quanto mais performance e integração técnica houver mais necessário será, para salvar a dimensão humana da comunicação, diferenciar, distinguir, voltar a introduzir tempo e intermediários. É preciso admitir que a racionalidade da comunicação das técnicas é sempre mais eficaz, mas mais limitada que a comunicação humana e que não existe ligação directa entre eficácia dos instrumentos e compreensão entre os homens. De uma maneira mais geral, compreender que o desafio essencial continua a ser o do estar junto, da coesão social, e não o da afirmação dos direitos individuais. Recordar, também, que as diferenças entre mundialização, globalização e universalização continuam a ser radicais e que a

mundialização das técnicas de comunicação não constitui, de modo algum, a encarnação do ideal do universalismo. Recordar enfim, nesta necessária inversão de reflexão, que já não há ligação directa entre comunicação e emancipação. Para melhor nos compreendermos e tolerarmos não basta que comuniquemos instantaneamente de uma ponta à outra do mundo. Numa palavra, é perfeitamente possível que haja, simultaneamente, parabólicas e fundamentalistas; computadores e ditadores. Triunfando e tornando-se uma indústria, a comunicação perdeu a sua ligação directa com os valores que a sustentam. Mas continua sempre a haver uma margem de manobra.

I. As principais conclusões respeitantes aos trabalhos empíricos levados a cabo sobre a comunicação?

1) A propósito de televisão, a ideia essencial diz respeito ao papel da televisão generalista como elo social. Papel que remete para uma hipótese acerca das relações entre comunicação e sociedade e, de forma nenhuma, para o estado das técnicas. No futuro, os média generalistas, num universo multimédia, interactivo e repleto de redes, terão um papel ainda mais importante que no passado pois serão um dos únicos laços da sociedade individualista de massas. A televisão generalista remete para este objectivo: continuar a partilhar algo numa sociedade fortemente hierarquizada e individualizada. Os média temáticos limitam-se a adaptar-se às desigualdades sociais e culturais em nome da liberdade de escolha. São a expressão audiovisual deste subtil veneno das democracias, onde o respeito pelas diferenças conduz à sua inflexibilidade. Todos são reconhecidos, mas no seu lugar... Por fim, os média generalistas são fiéis a uma certa exigência em relação ao público que está para a comunicação como o sufrágio universal está para a política. Em ambos os casos deparamos com a mesma aposta na inteligência dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma tese "idealista", no sentido em que põe os valores e os ideais em primeiro plano, antes dos interesses.

2) A propósito das relações entre a comunicação e a política, o objectivo está em reabilitar a política contra a comunicação, para tentar inverter a ordem que lentamente se instala nas democracias, a favor da comunicação. A acção política, que se tornou muito difícil num mundo aberto, institucionalizado,

caracterizado por uma margem de manobra reduzida, arrisca-se a ficar ainda mais enfraquecida por uma comunicação omnipresente. Essa omnipresença em nome da informação dos cidadãos reforça, afinal, o poder da imprensa e dos média, enfraquecendo a autonomia e o prestígio da acção política. Não desejariam os média, aliás, muitas vezes, passar do estádio de contra-poder ao de quarto poder desprovido de sanções? Além da relação entre comunicação e política, o que está em causa é o limite de um espaço público que se alarga sem parar sob a pressão da democratização e que se arrisca a perder a sua indispensável complexidade em proveito de uma representação dominada pela lógica política e de uma visão racionalista da informação e das sondagens. A comunicação política e o espaço público, que são duas das conquistas da luta pela democracia, saberão resistir à sua própria vitória?

3) É a mesma questão que se põe, paradoxalmente, à informação e ao jornalismo. "Ganharam" os dois. Nos países democráticos a informação é reconhecida, tal como o papel dos jornalistas. Abusarão eles da sua vitória? Tanto mais que tudo, com os meios técnicos e a liberdade política, caminha depressa, depressa demais. O cidadão ocidental, o único que pode aceder livremente às informações, sabe tudo acerca de tudo, sabe muito, em todo o caso, mas poderá aguentar esta torrente informativa durante muito tempo? Continuar a ser o gigante da informação e este anão da acção política? A rapidez que foi, durante muito tempo, um ideal, torna-se obsessão e tirania. Abrandar constitui o único meio de preservar a dimensão normativa da informação e de respeitar o ritmo dos homens e da História. É, também, o único meio de evitar que a informação, sinónimo de liberdade no Ocidente, se transforme, à medida que a sua mundialização se for processando, numa espécie de imperialismo para os outros povos do Sul mas, também, do Leste. O que implica um rigoroso aggiornamento dos jornalistas, um trabalho sobre a profissão, para eliminar os seus aspectos mais caricaturais e, infelizmente, mais visíveis. O desafio? Conservar a confiança do público que continua a ser a única fonte da sua legitimidade.

4) A propósito das novas técnicas, o imperativo consiste em não ser cego quanto às promessas da "aldeia global". A mundialização das técnicas não cria a comunicação mundial, nem mesmo o aparecimento de um "só mundo". Pelo contrário, torna mais visíveis e, portanto, menos aceitáveis, as diferenças, mas não dá origem a uma nova sociedade, livre dos poderes, das ideologias e das desigualdades. Nunca se dirá suficientemente que as diferenças culturais,

religiosas e políticas eram mais suportáveis no passado, porque não eram facilmente conhecidas por uns e por outros. Hoje, as diferenças são imediatamente visíveis, o que implica um esforço real para as suportar. Além disso, as técnicas não podem ser separadas dos mecanismos do poder mesmo se os discursos que as rodeiam dizem o contrário. Do lado de lá das técnicas há sempre desigualdades e a mundialização da informação instala-se através de mecanismos de domínio consideráveis, muito longe dos édens da sociedade de informação. Organizar a comunicação no plano internacional, estabelecer as regras, será um meio de limitar os danos de uma desregulamentação que, como sempre, aproveita, em primeiro lugar, aos poderosos. O próprio abuso da utilização da palavra mundialização é já um sinal deste domínio.

5) Quanto à Europa, é o lugar de leitura das contradições da dupla vitória da informação e da comunicação. Criar o maior espaço democrático do mundo com 370 milhões de habitantes, sem tradição partilhada nem projecto visível e coerente, sem real mobilização dos cidadãos, toca as raias do prodígio. Tanto mais que as línguas, tal como os símbolos e as recordações, só parcialmente criam a sensação de uma união possível... O espaço público europeu não existe, tal como não existe espaço político, nem qualquer princípio de "fechamento" da Europa, uma vez que o número de candidatos à adesão não pára de aumentar. E contudo, perante esta dificuldade de construção de um projecto e duma identidade tangível à Europa, só se fala de abertura e de comunicação, com uma desconfiança não dissimulada em relação a tudo o que possa evocar o passado, a tradição, a identidade... No entanto, são esses pontos de referência que subsistem para povos que são empurrados bruscamente para uma nova aventura política. O terreno político da Europa obriga a compreender, principalmente depois da queda do comunismo, que a informação e a comunicação só podem desempenhar o seu papel se houver previamente um quadro e uma identidade. Não podem constituir por si só e também não constituem a identidade do futuro. Mas falar de identidade é, hoje em dia, tabu, devido aos ódios a que esta deu origem no passado. Contudo, num mundo aberto, a identidade já não tem o mesmo sentido que tinha no mundo fechado de ontem. Já não é obstáculo à Europa política, é a sua condição. Se recusarmos a inversão de sentido relativa à identidade, a informação e a comunicação podem suscitar, pelo contrário, um violento fenómeno de rejeição. Não só não há comunicação sem valorização da identidade, como nos apercebemos, progressivamente, de que também não pode haver identidade sem valorização do território. Trata-se de um outro

finca-pé ao discurso modernista que desconfia da identidade e do território e só menciona as redes e as interactividades.

Depois desta rápida panorâmica impõe-se uma conclusão: do ponto de vista de uma teoria das relações entre comunicação e sociedade, há uma estreita margem de manobra entre os dois entraves seguintes: o primeiro é o de uma fragmentação das comunidades, compatível com as novas técnicas de comunicação. Já que é difícil preservar o elo social num universo aberto, organizemos a coabitação amigável de comunidades indiferentes umas às outras. O segundo é o abandono de toda a política voluntária a favor da mundialização da comunicação, na linha do movimento de desregulamentação e de globalização das nossas economias. Porque é mais fácil ter êxito nos mercados mundiais do que construir ideias políticas... E porque a fragmentação, tal como a mundialização, são duas respostas possíveis à dupla hélice da comunicação, a essa imbricação das dimensões normativas e funcionais que podem ter êxito, mas que podem também ser combatidas.

II. A comunicação, entre modernização e modernidade

A comunicação só adquire o seu sentido na tensão com o outro mas, como a relação directa com o outro comporta sempre mais riscos do que a comunicação à distância, compreende-se o êxito da comunicação mediatizada pelas técnicas. Com elas, o outro está ali, mas "à distância". Quanto mais fáceis, rápidos, globais são os processos de comunicação, menos suportamos as dificuldades de todo o diálogo, as limitações de toda a duração, os contra-sensos e as repetições. Desejaríamos, finalmente, uma comunicação humana tão eficaz e racional como aquela que as máquinas asseguram. De resto, quem suporta esperar em frente do computador? Esta eficácia da comunicação técnica reflecte-se portanto, necessariamente, sobre a comunicação humana e explica que, perante as dificuldades da segunda, muitos preferam as facilidades da primeira... As técnicas têm a vantagem de reduzir os condicionalismos associados à existência do outro. Numa palavra, hoje em dia o que incomoda na comunicação é o outro mas, infelizmente, ou tanto melhor, a eficácia das técnicas não garante, de modo nenhum, uma melhor comunicação entre os homens.

Para permanecer fiel aos valores normativos, a comunicação tem que gerir três tensões. A tensão entre liberdade e igualdade; a tensão entre

comunidade nacional e internacional e, por fim, a tensão entre identidade e território. A comunicação intersubjectiva continua a ser a mais difícil, incerta, complexa e polissémica, mas a mais próxima da troca e da partilha; a comunicação mediática é essencial à coesão do grupo e da comunidade; a comunicação via Internet é, de longe, a mais eficaz do ponto de vista técnico, mas está mais adaptada aos condicionalismos inesgotáveis da comunicação funcional do que aos da comunicação intersubjectiva. Quanto mais eficaz for a comunicação técnica, mais valiosa será a comunicação humana pois, no fim de todas estas eficácias, no fim de todas as interactividades, uma vez apagadas as máquinas, a questão que fica é sempre a mesma e sempre igualmente difícil: quem é, para mim, o outro? Como posso falar-lhe? Como serei compreendido por ele? Como poderei interessar-me realmente por ele?

O êxito da comunicação e da constante ambiguidade entre lógica de interesse e lógica de valores explicam os conflitos que aparecerão no futuro. Admitir o seu papel é tão importante, para o futuro das sociedades democráticas como ter reconhecido, há quarenta anos, com os primeiros conflitos ligados à ecologia, que a Natureza se estava a tornar um jogo de sociedade à medida do desfasamento entre o ideal de Natureza e os estragos causados pela sua industrialização. O mesmo processo terá lugar com a comunicação. Passando da norma ao interesse, do valor à indústria, tornar-se-á objecto de conflitos. Aliás, a Natureza e a comunicação são dois aspectos fundamentais de qualquer antropologia e não há nada de surpreendente, no momento da conquista definitiva do mundo, da Natureza e da comunicação, que haja antagonismos a opor, não só os interesses e os valores mas, também, diversas concepções da comunicação.

É preciso voltar aqui a ter presente a lição do século XIX. A Europa, na época, impôs ao mundo, em marcha forçada, a modernização, em nome do progresso, da ciência e dos seus próprios interesses. Ora, o que se passou no século XX?

Uma sucessão de guerras e de conflitos que resultaram, em boa parte, de uma reacção violenta a esse não menos poderoso movimento de modernização e de racionalização imposto ao mundo entre 1850 e 1914, durante o qual a Europa não deixando outra alternativa a esses continentes e a essas culturas que não fosse o assentimento. E, se depois da Segunda Guerra Mundial, os movimentos socialistas e depois nacionalistas e, hoje em dia, religiosos e terroristas, se manifestaram com esta violência foi, em grande parte, também, por reacção contra a modernização capitalista imposta pelo

Ocidente. E no futuro, será que vai acontecer o mesmo, contra a comunicação e as suas indústrias, impostas hoje com tanta força, mesmo se temos a sensação, um pouco apressada, de que todos os povos do mundo aderem aos valores e aos instrumentos da comunicação ocidental? Tal como no século XIX, sem dúvida, quando havia a ideia de que todo o mundo aderiria aos valores da modernização, impostos pelo Ocidente... A lição será ouvida? A experiência do século passado servirá para alguma coisa? Podemos, evidentemente, duvidar, se nos recordarmos de que a experiência, na História, de pouco serviu... É, no entanto evidente que, à força de instrumentalizar os valores da comunicação, de querer identificar dimensões normativas e funcionais, de confundir performance das máquinas com comunicação humana e social, de impor ao mundo o modelo ocidental da comunicação e de o cobrir de satélites e de redes, o Ocidente arrisca-se a repetir o erro do século passado. Os países do Sul, mas também os do Leste, podem simplesmente devolver-nos os valores da comunicação tal como fizeram há um século atrás no caso dos ideais da razão, da ciência e do progresso que lhes havíamos imposto. É por isso que as investigações sobre a comunicação não se interessam apenas pelo conhecimento, mas também pelas realidades históricas...

Gostaria de dar um exemplo do carácter não exclusivamente académico dos problemas de comunicação, muito ligado às questões históricas e políticas da situação mundial. Desde o final da Guerra Fria, nos anos 90, que todos se perguntam qual será o novo princípio de organização do mundo e quais serão os novos factores de tensão. E se a obra de Samuel Huntington (¹), que faz da cultura o centro dos conflitos futuros, teve o êxito que se lhe conhece, não foi apenas por se tratar de uma visão sintética, um pouco simplista mas, também, por se tratar de uma chave, entre outras, para tentar compreender os critérios de divisão do mundo de amanhã. O que é notável nesta hipótese que tem, pelo menos, o interesse de recordar que o que explica os mais violentos antagonismos são mais os valores do que os interesses, é que ela não menciona o papel da comunicação. Quando Samuel Huntington apresenta o papel central das línguas, das culturas e das religiões como factor de divisões e de guerra, esquece-se de dizer que só podem ter esse papel de estabilização, ou de desestabilização, porque estão ligadas ao paradigma da comunicação. É porque vivemos num universo aberto, de circulação, logo de comunicação, que os factores culturais como as línguas, a religião, a história, têm um papel essencial. É a ausência de referência a uma problemática específica da

¹ Huntington, S. The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1996.

comunicação que é surpreendente nas hipóteses de S. Huntington e na maior parte dos trabalhos de geopolítica. Ora, esta última pode explicar o papel crescente das línguas, da religião, da história...

Não será exactamente isso que eu digo, quando avanço a hipótese de que quanto mais comunicação e abertura houver, mais as questões de identidade — de línguas, de religião, de História... — se tornarão essenciais? Mas, ao contrário de Samuel Huntington, a minha conclusão é menos sistematicamente pessimista, porque ele não situa os fenómenos culturais, linguísticos, de identidade em relação à problemática da comunicação, que coloca sempre a questão do outro... um factor de desestabilização podemos, pelo contrário, fazer uma suposição um pouco mais complexa. Podemos dizer que — e esse é todo o sentido deste livro —, se aceitarmos o papel normativo da comunicação, esses factores de exclusão podem tornar-se factores de relação com os outros.

Este é o cerne teórico das minhas investigações: a inversão da relação identidade-comunicação e a necessidade de as repensar em conjunto para as salvar em conjunto. Pertencem as duas ao mesmo paradigma, o da modernização. Mas existe uma contradição entre a identidade valorizada, no plano individual, e desvalorizada no plano colectivo. No passado, a identidade era um obstáculo à comunicação, hoje em dia ela torna-se a sua condição. A palavra é a mesma, mas o sentido evoluiu, pois a identidade constitui menos a recusa da comunicação do que a resistência aos danos causados por ela. E compreendendo em que é que a identidade está ligada à dimensão normativa da comunicação que poderemos salvar esses dois conceitos, essenciais, da cultura ocidental.

Por outras palavras, é preciso — apesar das aparências — considerar menos a identidade como um obstáculo do que como uma condição indispensável à comunicação. E, aliás, o conceito a repensar hoje em dia, paralelamente ao de comunicação é, precisamente, o de identidade.

III. Os três níveis do desafio

Escrevi no preâmbulo que a comunicação é, sem dúvida, um dos principais lugares de leitura das contradições da sociedade moderna, a que chamo a sociedade individualista de massas. Este facto é visível se examinarmos o papel da comunicação nos três níveis de funcionamento da sociedade.

A. A nível social

O lugar crescente da comunicação nas nossas sociedades é inegável, graças aos simples factos da individualização das relações sociais, do aumento das deslocações e da gestão dos problemas do grande número no seio de sociedades complexas e abertas.

O risco é, evidentemente, que a omnipresença das técnicas se torne a capa de uma crise dos laços sociais. As técnicas funcionam como substituto de uma crise do modelo antropológico da comunicação nos seus dois aspectos: a interacção, para preencher a solidão individual; as redes, para resolver as contradições dos dois níveis de comunicação da sociedade individualista de massas. É preferível, sem dúvida, que haja sociedades menos transparentes, mas que ofereçam vários níveis de integração, do que uma sociedade aberta onde a violência é mais mascarada. A opacidade das relações sociais e os mal-entendidos devidos à existência de múltiplas comunidades parciais talvez sejam condições para uma melhor comunicação social. Quanto mais comunicação houver, mais as sociedades e os indivíduos precisarão de mediação e de tradução, logo, de tempo, para reduzir os danos consecutivos às numerosas situações em que cada qual se encontra "em directo" face ao outro. Quanto mais comunicação houver, mais se torna necessário o distanciamento.

B. A nível político

Comunicar nunca fez desaparecer as hierarquias, o que significa que qualquer comunicação é acompanhada de poder. É certo que este pode mudar de forma sem por isso desaparecer. No futuro haverá conflitos políticos em torno da comunicação tal como os há, hoje em dia, em torno da educação, da saúde e da protecção social. A comunicação é, deste ponto de vista, um indício do movimento geral que, nas sociedades complexas, coloca os problemas culturais no centro dos conflitos sociais. Preservar a comunicação é, pois, recordar que ela é inseparável de relações de força e que a problemática da organização é uma questão central. Regulamentar não é restringir a liberdade de comunicação como clamam, com um certo êxito, aqueles cujos múltiplos interesses estão ligados às indústrias da comunicação, que vêem a desregulamentação como o horizonte dos seus mercados. Regulamentar é, pelo contrário, o meio de preservar a dimensão normativa da comunicação. Distinguir entre a dimensão mundial dos suportes e o carácter contingente dos

conteúdos é uma necessidade para recordar, também, que não existe comunicação sem aculturação, logo, sem reconhecimento da igualdade dos diferentes parceiros. Isso é tanto mais difícil quanto, no plano internacional, não existe qualquer igualdade e que só os países ricos e poderosos parecem ter qualquer coisa a comunicar. Compreendemos, assim, porque motivo a comunicação se pode tornar um fantástico factor de instabilidade internacional. A regulamentação continua a ser o único meio de preservar a legitimidade dos diferentes pontos de vista, bem como a referência à existência de uma certa norma comum.

C. Ao nível antropológico

Que progresso antropológico haverá se, no futuro, o indivíduo das "sociedades modernas" passar entre oito e doze horas em frente de um ecrã, somando as horas de trabalho, de tempo livre, de serviços e de educação? A questão continua a ser a mesma: será que o outro se torna mais facilmente acessível do outro lado dessas máquinas? Em que medida permitem elas uma comunicação mais autêntica? Como fazer para que essas múltiplas situações interactivas não se limitem a ser ocasião de "solilóquios interactivos?" Preservar o lugar do outro na comunicação significa manter em aberto a possibilidade de uma certa referência exterior. Suprimindo-a, abrimos o caminho a um processo onde a comunicação se encontra deificada. Para evitar que a comunicação passe a ser a religião dos tempos modernos o mais simples é separar, o mais cedo possível, as ordens simbólicas. E não pedir à comunicação que resolva problemas de ordem ontológica, que não são da sua competência, nem investi-la de projectos de utopia política... Do mesmo modo que é preciso conservar as distâncias em relação à comunicação, a nível social, também, a nível antropológico, é preciso manter separados os sistemas simbólicos e as referências.

Em resumo, ao longo deste livro quis mostrar a importância simbólica, cultural e social da comunicação mas, também, os riscos que advêm dessa dupla vitória normativa e funcional e, portanto, das condições a satisfazer para evitar a sobreposição destas duas dimensões. Em suma, recordar que não há comunicação sem regras nem interditos, sem falhas nem malogros. É por isso que é inútil pedir-lhe que faça a felicidade individual, instaure uma sociedade em seu nome, se substitua a uma referência transcendental ou acreditar que o desenvolvimento da comunicação instrumental irá favorecer

proporcionalmente a comunicação humana. Nenhuma técnica, afinal, pode assumir a intersubjectividade, nem garantir o acesso ao outro, nem fazer esquecer que o desafio da comunicação é menos a descoberta da semelhança, que a gestão das dissemelhanças.

A comunicação bem sucedida não conduz ao domínio do "mesmo", mas sim ao do "diferente". E este horizonte da alteridade e da incomunicação constitui, provavelmente, a definição, a beleza da comunicação, limitando assim as imagens um pouco simplistas de um mundo de semelhança. Recordar que o horizonte da comunicação não é a gestão do semelhante mas, sim, a das diferenças, também permite sublinhar o interesse em "sair da comunicação". A comunicação não é a totalidade da experiência humana. Sair da comunicação, relativizá-la, não retira nada, aliás, à sua grandeza, pois ela é uma dos mais belos valores da nossa cultura, ligada ao indivíduo, à razão e à liberdade. Depois dela, não há muitas palavras igualmente substanciais. Há, evidentemente, a palavra humanidade, e vê-se imediatamente a ligação existente entre as duas. Por outras palavras, contribuir para salvar o paradigma da comunicação também é contribuir para preservar o que se lhe segue e que talvez seja o último valor à nossa disposição: a humanidade.

AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

A comunicação é um campo de investigação em pleno desenvolvimento no qual se distinguem três pólos particularmente activos.

O primeiro pólo, na interface das neurociências (neurobiologia, neurofisiologia, neurofarmacologia, neuropsicologia, informática) e das ciências cognitivas (psicolinguística, lógica, informática, psicologia cognitiva, linguística) estuda a comunicação nas suas relações com o cérebro, tanto a nível da percepção, como a nível da memória, do tratamento das informações e da linguagem.

O segundo pólo, na interface das ciências cognitivas e das ciências de engenharia (informática, electrónica, modelos matemáticos, automatização) está centrado sobre os problemas da comunicação entre o indivíduo e as máquinas, a partir de uma padronização e de uma simulação das características da comunicação humana.

O terceiro pólo, centrado sobre as ciências humanas e sociais, estuda o impacto das técnicas de comunicação (informática, telecomunicação, audiovisual) sobre o funcionamento da sociedade. Analisa a reacção dos

diferentes meios sociais à chegada destas técnicas e as condições da sua aceitação ou recusa. Procura avaliar igualmente a influência real destes novos modos de comunicação sobre os mecanismos do poder e da hierarquia.

Os três pólos correspondem, aliás, aos três níveis em que se verificam progressos substanciais nas investigações sobre a comunicação durante a última geração. O cérebro, quer do ponto de vista da compreensão dos mecanismos do sistema nervoso, quer do ponto de vista da sua relação com a compreensão da linguagem. O diálogo homem-máquina, em cuja área aumentam as aplicações informáticas, graças aos progressos realizados na formalização das capacidades cognitivas transformando as capacidades de comunicação humana. A sociedade, onde o êxito rápido de todas as técnicas no trabalho, nos tempos livres e no funcionamento da cidade, contribui para modificar os mecanismos de comunicação e de poder.

A investigação sobre a comunicação é, por natureza, uma investigação interdisciplinar. Há, por um lado, temas verticais que correspondem a cada um destes pólos e, por outro, questões transversais que encontramos em cada um destes pólos. A unidade actual assenta no facto existir uma mesma questão, actuante nos três pólos: que mecanismos permitem aos indivíduos apreender as informações, tratá-las, comunicar com o exterior e de que maneira poderão, depois, alguns destes mecanismos ser padronizados, reproduzidos ou simulados pelas máquinas? O CNRS, neste contexto, apresenta uma dupla vantagem. É a única instituição científica que possui no seu seio as disciplinas mobilizadas em cada pólo. É também aquela que mais facilmente pode desenvolver trabalhos que tenham em conta questões transversais. Ora, a maioria das questões mais interessantes estão, geralmente, na fronteira de duas ou mais disciplinas.

OS TRÊS PÓLOS DA INVESTIGAÇÃO

PÓLO I: NEUROCIÊNCIAS, CIÊNCIAS COGNITIVAS

Os progressos recentes da neurobiologia e da neurofisiologia renovaram as abordagens tradicionais relativas à compreensão da comunicação ao nível do cérebro. Os mecanismos de percepção (visual e auditiva), de tratamento de informação e de produção da linguagem são abordados numa perspectiva mais analítica.

O objectivo é tentar explicar os fenómenos ao nível mais elementar e proceder, depois, por integração crescente para dar conta dos mecanismos complexos. A diferença em relação às ciências cognitivas é, por vezes, ténue uma vez que têm frequentemente os mesmos objectos de investigação: percepção, tratamento de informação, reconhecimento das formas, memória, representação dos conhecimentos, resolução de problemas... Contudo, há diferenças acerca do lugar e dos limites da neurobiologia e da neurofisiologia. Até que ponto é que aquilo que é compreensível e se pode reproduzir a nível elementar e fisiológico modifica as abordagens tradicionais da neuropsicologia? Até que ponto poderá ser extrapolado para funções mais complexas ou sintéticas? De facto, é na área e nas perspectivas da neurofisiologia que se concentram a colaboração e as oposições entre as neurociências e as ciências cognitivas. As primeiras, em nome dos progressos realizados em biologia molecular, pensam poder deslocar a problemática e renová-la e, no essencial, conseguir "despsicologizar" os problemas, para os "objectivar". Quer dizer, muitas vezes, para os padronizar.

Os cognitivistas opõem uma outra tradição intelectual e teórica. São mais inclinados ao estudo dos modelos de raciocínio e de compreensão do que dos modelos de percepção e à análise dos comportamentos. O que conduz a privilegiar o estudo dos indivíduos em situação. A desvantagem é que existe uma desproporção entre as disciplinas em presença. A fraqueza actual da neuropsicologia, da psicofisiologia, da psicolinguística e da psicologia cognitiva impede o estabelecimento de debates frutíferos com os neurofisiologistas e os neurobiologistas. O essencial desta colaboração incide, portanto, sobre o estatuto e o papel da psicologia, como disciplina capaz de oferecer uma perspectiva diferente à lógica dominante das neurociências. O conhecimento e a modelização dos mecanismos elementares tais como a neurobiologia e a neurofisiologia os encaram, permitirão compreender fenómenos complexos como a palavra e a memória? Ou será necessário admitir que há saltos e mudanças de perspectiva, ou seja, que nem tudo pode ser compreendido em termos de complexidade crescente? Será possível compreender os processos cognitivos a partir de uma padronização neuronal? Se se observa hoje em dia um certo acordo no sentido de uma abordagem lógica, racional e formalizadora, as oposições incidem sobre a continuidade ou sobre a descontinuidade entre o conhecimento dos mecanismos elementares e o comportamento. Esses debates teóricos, muito antigos, são renovados pelos progressos das ciências do cérebro. Obrigam a uma confrontação das abordagens entre fundamentalistas, clínicos e investigadores em ciências

humanas (filosofia, epistemologia, lógica). Este tema de investigação, na interface das neurociências e das ciências cognitivas, tem dois campos de aplicação. O primeiro, conduz ao estudo dos mecanismos patológicos e dos seus efeitos. É a vertente da neurobiologia, da neuroquímica, da neuro e psicofarmacologia que conduz à medicina e à psiquiatria. O segundo, conduz ao estudo e à formalização dos mecanismos normais da comunicação e a uma colaboração com as ciências ligadas à engenharia.

A comunicação na criança

Este tema tem a vantagem de abordar o problema da comunicação do ponto de vista da complexidade crescente das funções de comunicação (ouvido, vista, palavra), nomeadamente na criança muito jovem. O conhecimento dos estados iniciais é, com efeito, fundamental, para o estudo da génese dos sistemas de comunicação e da sua coordenação. Permite igualmente avaliar os papéis respectivos dos factores cognitivos e dos factores afectivos e valorizar outros aspectos da comunicação, nomeadamente gestuais. Mobiliza os especialistas em neurofisiologia e em neurobiologia; em neuropsicologia e em psicologia linguística; em linguística; em informática; em psicologia.

A compreensão e a produção da linguagem

Trata-se aqui menos dos aspectos linguísticos que dos aspectos psicológicos. Os progressos realizados na compreensão dos mecanismos cerebrais deveriam renovar um certo número de trabalhos na área das ciências da linguagem e do comportamento. O papel do ambiente e do contexto é determinante e obriga a precisar as relações entre as teorias da linguagem e as teorias da aprendizagem.

Este tema interessa muito particularmente à neurofisiologia e à psicofisiologia; à psicolinguística e à sociolinguística; à linguística; à pragmática e à semiologia.

Conhecimento e memória

São, talvez, os problemas mais teóricos e mais difíceis. Dizem respeito às outras grandes funções associadas à comunicação humana: a construção dos conhecimentos; o seu armazenamento na memória; a sua utilização nas

situações de acção. A sua abordagem será provavelmente modificada pelas alterações intervenientes na compreensão dos mecanismos elementares que são o suporte dos processos cognitivos. Este tema mobiliza nomeadamente a neurobiologia e a neurofisiologia; a lógica; a psicologia cognitiva; a antropologia dos processos cognitivos; a informática e a automatização; a filosofia do conhecimento. A dinâmica induzida pela biologia molecular assegura um dinamismo intelectual e institucional que falta às disciplinas psicológicas. No caso destas últimas, a principal desvantagem é a fraqueza da neurofisiologia e da psicofisiologia. As relações com a medicina são igualmente insuficientes para melhorar a cooperação entre a neuropsicologia e a neuropatologia. A colaboração com os matemáticos e com os informáticos é crescente, mas sofre pelo facto de se tratar de disciplinas ligadas a outras áreas científicas (matemáticas, física de base e ciências físicas ligadas à engenharia). Isto é ainda mais verdadeiro no caso dos lógicos, dos filósofos, dos antropólogos e dos linguistas, que dependem das ciências do homem e da sociedade.

PÓLO 2: CIÊNCIAS COGNITIVAS, CIÊNCIAS FÍSICAS LIGADAS À ENGENHARIA

As ciências informáticas e matemáticas (modelos informático, automático, sinais, microelectrónica) são aqui dominantes. O ponto de partida não é uma abordagem fundamentalista, mas sim instrumentalista, e os objectivos de padronização, de simulação e de reprodução prevalecem. Contudo, reencontramos aqui um certo número de questões do pólo anterior, consideradas de um outro ponto de vista. As aplicações técnicas (sistema perito, robótica, diálogo homem-máquina...) ocupam um grande lugar tanto nas orientações como nos objectivos. A comunicação é aqui entendida no sentido de diálogo entre os homens e as máquinas para simular, decuplicar, melhorar, substituir as capacidades humanas de comunicação.

A questão-chave é a das relações entre a informática e a linguagem. Os progressos em informática fundamental (arquitectura de sistemas, comunicação homem-máquina, inteligência artificial...) passam por uma padronização das funções da linguagem, logo por uma capacidade de simulação das funções cognitivas ligadas a esta. Há quem pense que os progressos realizados no estudo do sistema nervoso abrirão novas possibilidades à informática. Outros, pelo contrário, constatando a evolução da

informática no sentido das problemáticas da linguagem (mais capacidade de raciocínio do que de cálculo, interactividade...), pensam que será difícil aos informáticos fazerem o impasse sobre um trabalho teórico relativo à linguagem e suas relações com as lógicas formalizadas e as lógicas naturais. Por outras palavras, é quanto ao lugar e ao papel do nível simbólico entre as neurociências e as realizações informáticas que as posições divergem. De qualquer modo, os problemas colocados pela formalização da língua remetem para a filosofia, para a lógica e para as ciências da linguagem. O desafio é aqui, pois, a maneira como as informações vão evoluir à medida das suas confrontações com os problemas mais complexos. Seja em direcção às neurociências, para tentar contornar certas dificuldades de análise da linguagem nas suas relações com a memória, o raciocínio e a comunicação; seja em direcção às ciências da linguagem, na condição de que estas integrem mais questões de lógica, de sintaxe e de gramática numa perspectiva informática. Se todos estão de acordo sobre a padronização, as divergências incidem sobre as suas relações com os processos cognitivos. Alguns pensam poder inventar, por meio de inferências originais, simulações mais ou menos independentes dos processos cognitivos. Outros, pelo contrário, pensam que ambas devem ir a par. É, aliás, possível, que o esclarecimento de certas operações cognitivas do ponto de vista gramatical, semântico ou sintáctico dê indicações por feed back sobre a sua realização neuronal. As realizações em fonologia e em sintaxe progridem mas, na área muito mais difícil da semântica, a colaboração entre informáticos e linguistas deve ser reforçada. Os progressos realizados nas capacidades de simulação relançam o debate inato-adquirido, uma vez que se começam a fabricar máquinas capazes de modificar o seu próprio funcionamento. O desenvolvimento cognitivo e as capacidades de aprendizagem são aspectos fundamentais da inteligência humana, e os sistemas inteligentes do amanhã deverão ser dotados de mecanismos que lhes permitam construir a sua própria eficácia. Vemos aqui que as ciências da linguagem, a lógica, a filosofia, a psicologia estão em interface constante com as ciências da engenharia.

Reconhecimento das formas e representação dos conhecimentos em inteligência artificial

Como conseguir apreender e formalizar as imagens mentais? Será preciso partir de processos cognitivos ou, pelo contrário, inventar novas regras? A inteligência artificial precisa de modelos de invenção e procura inferências heurísticas novas, diferentes das inferências lógicas, mais adaptadas

à prova do que à descoberta. É por isso que as ligações com as disciplinas lógicas são indispensáveis. Os limites actuais incidem sobre as capacidades conceptuais (modelização, simulação) de inferência e de armazenagem de conhecimentos. Esta questão do reconhecimento das formas e da representação dos conhecimentos obriga a uma colaboração com as ciências humanas e sociais: psicologia, filosofia e, muito particularmente, com a corrente originária do positivismo lógico e da filosofia analítica. Necessita, além disso, de um trabalho sobre os modelos, com os matemáticos e os especialistas da linguagem formal. As aplicações em termos de sistemas especializados, de ajuda à decisão, de tradução e de ensino assistido por computador demonstram bem a ligação da inteligência artificial com a comunicação instrumental no que ela tem de mais próximo das funções complexas da comunicação.

Modelos de percepção e de raciocínio para a comunicação homem-máquina

Trata-se aqui da formalização de funções cognitivas com a finalidade de pôr de pé processos de interactividade com os computadores. A compreensão da linguagem natural, constrangida a um trabalho sobre as condições de passagem entre os modelos linguísticos e os modelos de programação, coloca a questão da diversidade e das invariantes cognitivas. Essa compreensão pressupõe que se tenha em conta a comunicação homem-máquina, nomeadamente a tarefa na qual o sujeito se implica e os objectivos que persegue. A colaboração com linguistas, psicólogos e lógicos é aqui indispensável, bem como com fonéticos e especialistas do tratamento do signo.

Condições e estratégias da comunicação

Os modelos utilizados para analisar a comunicação continuam a ser os da comunicação dual, pessoal, apesar desta ser, geralmente, mediatizada por suportes técnicos cujas características modificam as próprias condições da comunicação.

A comunicação homem-máquina é apenas o estágio mais afastado de uma gama de situações de comunicação sem qualquer relação com o que existia apenas há cinquenta anos, e não sabemos, exactamente, o que muda realmente com esta comunicação instrumental. Trata-se, nomeadamente, de estudar a influência das desigualdades, dos modelos de recepção e da

combinação dos sons, da voz, dos dados e das imagens. Trata-se igualmente de estudar os factores que condicionam a eficácia da comunicação: as implicações ligadas ao contexto, os modos de raciocínio, as estratégias de argumentação. Tanto no caso do trabalho como no dos tempos livres e da educação.

PÓLO 3: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A questão é, aqui, de outra natureza. Trata-se de estudar a interacção entre as técnicas de comunicação (informática, telecomunicações, audiovisual) e o funcionamento da sociedade. Tarefa difícil, pois as mudanças técnicas são muitas vezes muito mais rápidas do que as mudanças socioculturais e falta-nos distanciamento. Neste contexto, o risco consiste em avaliar mal a influência real da mudança produzida por essas tecnologias. Por um lado, é sobre-estimada e fala-se já de "sociedade de comunicação". Por outro, subestima-se e afirma-se que os mecanismos de poder não mudam, fundamentalmente. A dificuldade consiste, portanto, em chegar a uma visão ponderada que escape ao triunfalismo, ou ao pessimismo — afinal semelhante — do discurso técnico. A segunda dificuldade é a imensidão do campo. Afinal, todas as disciplinas das ciências humanas e sociais são mobilizáveis, porque as técnicas de comunicação estão presentes, hoje em dia, a todos os níveis de funcionamento da sociedade. A terceira dificuldade é o facto de uma tal análise dizer respeito a disciplinas que colaboram muitas vezes dificilmente entre si.

A última dificuldade vem do facto de as ciências sociais não serem ciências exactas ao mesmo título que as ciências da vida ou as ciências físicas ligadas à engenharia. Os conceitos de descoberta, de verdade, de facto e de objectividade não têm o mesmo sentido, e os consensos são raros. Disciplinas interpretativas na sua maioria, trabalham para explicar fenómenos individuais e colectivos, indissociáveis das representações e dos sistemas de valores. Mas são raramente predictivas. Têm mais que ver com a compreensão do que com a experimentação. Para melhorar as possibilidades de um trabalho sério, é desejável estabelecer uma certa distância entre a nossa experiência e o objecto de investigação e, para isso, integrar uma abordagem histórica e geográfica. Estas disciplinas facilitam a comparação e permitem pôr em evidência o papel do Estado, a acção dos profissionais, a criação dos mercados, a reacção das instituições e o acolhimento do público. As ciências sociais têm, de qualquer forma, hoje em dia, um papel essencial na compreensão da maneira como as sociedades contemporâneas abordam a etapa seguinte das novas tecnologias:

telemática, cabo, satélites, redes multimédia. O segundo sector de investigação diz respeito ao impacte destas técnicas no funcionamento das sociedades. De que modo afectam estas técnicas a produção, a difusão e a apropriação da informação pelos diferentes grupos sociais, tanto mais que, ao pôr em prática as redes, se corre o risco de afectar os equilíbrios de poder entre o centro e as colectividades locais?

A imagem e o seu impacte

Hoje em dia, a imagem animada está omnipresente sem que se saiba realmente como é que os utilizadores a recebem e o que fazem com ela. Contudo, a imagem de televisão tem um estatuto particular e a sua presença na sociedade, há uma geração, bem como as suas perspectivas de desenvolvimento com as novas tecnologias (cabo, fibra óptica, satélites) explicam a necessidade de um trabalho específico sobre as condições de produção e de recepção da imagem no domicílio. O trabalho sobre a imagem televisiva deve ser, evidentemente, posto em relação com a tradição mais antiga da investigação sobre a imagem-filme. É preciso, também, dar conta do desenvolvimento da imagem de síntese. Há pois, um esforço específico a fazer sobre estes três tipos de imagens que mobiliza investigadores em: fisiologia, psicologia, estética, sociologia, semiologia, etnometodologia, ciências políticas, ciências da linguagem, sociolinguística. Um trabalho desta natureza implica, também, uma colaboração com as neurociências e as ciências cognitivas para analisar as relações destes diferentes tipos de imagens com as imagens mentais. Tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista da padronização. Conduz, igualmente, a uma investigação sobre os modelos culturais e sobre as relações existentes entre a comunicação pela imagem e aquela que é mediatizada por outros suportes (textos, sons, dados).

Direito e economia da comunicação

O rápido desenvolvimento das técnicas de comunicação obriga a uma modificação das legislações respeitantes à produção e à circulação dos bens imateriais que são a informação e a comunicação. O direito e a economia são aqui confrontados com problemas teóricos novos que implicam um esforço de investigação doutrinal, legislativo e jurisprudencial. Por outro lado, a instalação das grandes redes modifica completamente o equilíbrio de trocas entre o centro e as regiões, assim como entre países. Uma boa parte dos dados

científicos, técnicos e financeiros pode, por intermédio das redes, dos bancos de dados e dos fluxos transfronteiriços de dados, circular de país para país. Aqui a questão das liberdades públicas é apenas a ponta visível do icebergue. Nas economias modernas é difícil distinguir as actividades produtivas das actividades improdutivas e medir o papel exacto da informação nas actividades de produção. Porquê, e como, são elas fontes de riqueza?

O impacte das técnicas de comunicação na sociedade e nas relações entre o Estado e as comunidades locais

Se o tema da comunicação está hoje em dia investido de valores positivos, sinónimos de modernidade e de "saída de crise", é preciso recordar que há menos de vinte anos tudo o que tinha que ver com a informação era considerado como uma ameaça às liberdades, ao emprego, às qualificações. O mesmo acontecia no caso da televisão, cujo desenvolvimento é, hoje em dia, desejado por todos os poderes públicos, depois de a terem travado durante vinte anos e de terem receado os seus efeitos... Nestes sectores, os discursos mudam depressa frequentemente mais depressa que as realidades. As sociedades antigas e estruturadas não mudam pela simples influência de novas tecnologias, mesmo que estas sejam as da comunicação. O interesse consiste em observar os conflitos, as resistências, os deslocamentos e as modificações de relações de força, bem como a integração dessas técnicas na cultura, símbolos e representações sociais. A análise do papel do Estado neste sector, onde é, simultaneamente, um actor industrial determinante, legislador e árbitro, está por aprofundar. As relações entre o sector público e o sector privado são um dos desafios do desenvolvimento das indústrias da comunicação, tanto ao nível das infraestruturas, das redes, como ao nível dos serviços e dos programas.

OS TEMAS TRANSVERSAIS

São tão importantes como os temas verticais, porque constituem a prova de um certo número de questões comuns aos três níveis da problemática da comunicação (cérebro, indivíduo, sociedade).

Tema 1: Teorias da informação e da comunicação nos três pólos de investigação sobre a comunicação.

Nos três níveis de análise encontramos essas palavras que, ao mesmo tempo que têm um papel essencial, nem sempre têm o mesmo sentido ou o mesmo valor explicativo. São, por vezes, noções, outras vezes, conceitos ou metáforas. São, em todo o caso, os únicos que temos à nossa disposição para dar conta de certos fenómenos e processos de um ponto de vista descritivo ou analítico. Um trabalho de comparação teórica seria útil para todos. Tanto mais que todos reconhecem o interesse e o limite destes esquemas tomados da cibernética dos anos 40-50.

Tema 2: As relações entre os níveis biológicos, fisiológicos e psicológicos das actividades cognitivas.

É o problema fundamental, presente em muitos temas, das condições de passagem entre níveis de análise. Poderá haver continuidade ou ruptura nos esquemas de explicação do nível neurofisiológico e ao nível psicológico e colectivo? E se há rupturas, a que níveis se verificam? O que obriga a estudar a autonomia dos níveis de funcionamento e a natureza das relações que mantêm entre si?

Tema 3: Epistemologia em filosofia e antropologia do conhecimento.

A questão da relação entre o pensamento e o cérebro pertence a uma longa tradição teológica, filosófica e antropológica. Por que processo é que um certo número de representações mentais, construídas pelos indivíduos, se acham noutros sistemas de pensamento e noutras culturas? E que haverá de comum, do ponto de vista cognitivo, nas estruturas da comunicação existente entre indivíduos e sociedades diferentes? O que implica, entre outras coisas, desencadear uma epistemologia da psicologia e criar interesse pelos debates relativos aos sistemas intencionais. Este conjunto de problemas permitirá estudar as relações entre a competência gramatical universal e a maior parte das línguas e compreender se o espírito não será um programa de que o cérebro seria apenas uma materialização entre outras.

Tema 4: As relações entre cognitivo e afectivo.

A maior parte dos modelos de comunicação em neurociências, ciências cognitivas, ciências da engenharia põem o acento nos processos cognitivos e subestimam a dimensão afectiva. Esta necessidade, muitas vezes de ordem metodológica, arrisca-se a ter consequências teóricas na explicação dos processos de comunicação tal como eles funcionam na realidade. A tendência natural, numa abordagem científica, consiste em querer dissociar os

problemas. O resultado prático é, então, muitas vezes, o de subestimar a dimensão afectiva. Aqui, a questão que se põe é a dos laços com a psicanálise e, através da análise das disfunções, a das relações entre a psiquiatria e as dimensões não verbais da comunicação.

Tema 5: O contexto em situações de comunicação.

É determinante na análise de qualquer processo de comunicação, mas é sempre difícil definir o seu papel e analisar realmente a influência. Tanto do ponto de vista do desenvolvimento da comunicação na criança, como em qualquer outra situação deste tipo. Encontramo-lo no caso das máquinas, que devem, precisamente, poder funcionar independentemente do ambiente em que se encontram.

Tema 6: O impacto das neurociências cognitivas e das ciências físicas ligadas à engenharia sobre as representações sociais.

Os progressos realizados nestas disciplinas têm influência nos modelos existentes nas ciências sociais. E o caso, por exemplo, da inteligência artificial e das múltiplas situações de diálogo homem-máquina, que modificam a nossa concepção das relações entre conhecimento e comunicação. Por outro lado, a transformação das representações é, por vezes, tão importante como a evolução dos modelos de conhecimento, uma vez que afecta a vida de todos os dias.

Dominique Wolton.

Excertos do relatório sobre as ciências da comunicação; feito a pedido do Director Geral do CNRS, Pierre Papon, em Maio de 1985. Tendo em vista o estabelecimento de uma política científica a desenvolver pelo CNRS nesta área.

GLOSSÁRIO

- Ciências da comunicação
- Comunidade
- Comunicação
- Comunicação normativa e funcional
- Comunicação política
- Cultura
- Espaço público
- Identidade
- Indivíduo
- Modernização
- Modernidade
- Sociedade Civil
- Sociedade Individualista de Massas
- Tradição

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

As ciências da comunicação têm por objecto o estudo da comunicação, mas não existe uma ciência da comunicação, uma vez que a comunicação faz apelo a várias disciplinas. A comunicação é um objecto de conhecimento interdisciplinar, no cruzamento das disciplinas tradicionais e dos saberes recentes ligados a uma formidável expansão. Podemos distinguir três pólos nas ciências da comunicação.

O primeiro pólo, no interface das neurociências e das ciências cognitivas, estuda a comunicação nas suas relações com o cérebro: percepção; memória; tratamento da imagem e da linguagem.

O segundo pólo, no interface das ciências cognitivas e das ciências físicas ligadas à engenharia, está centrado nos problemas da comunicação entre o homem e as máquinas.

O terceiro pólo, centrado nas ciências do homem e da sociedade, estuda a comunicação entre os indivíduos e as colectividades, bem como o impacte das técnicas de comunicação no funcionamento da sociedade.

Dez disciplinas são aqui mobilizadas: Filosofia; Economia; Direito; Ciências Políticas; História; Antropologia; Psico-linguística; Geografia;

Sociologia; Linguística. É nisto que as ciências da comunicação são, por natureza, interdisciplinares, uma vez que a dimensão inelutavelmente antropológica da comunicação impede qualquer reduccionismo disciplinar. A comunicação é, provavelmente, uma das actividades humanas em relação às quais o homem tem menos distância, uma vez que é directamente constitutiva da sua relação com o mundo.

COMUNIDADE

Segundo o Robert, a comunidade é "um grupo social caracterizado pelo facto de viver em conjunto, possuir bens comuns, ter interesses e objectivos comuns". A ideia de comunidade pressupõe que estão reunidas com o objectivo comum de um bem, normas e uma forma determinada de solidariedade entre os seus membros. O principal conceptualizador da noção de comunidade foi o sociólogo alemão Tönnies. Os etnólogos definem a comunidade como "uma unidade social restrita, vivendo em economia parcialmente fechada, num território de que retira o essencial da sua subsistência. Submete os seus membros a disciplinas colectivas, numa espécie de tensão constante no sentido da manutenção da sua coesão e a perpetuação da sua existência (¹)". Se alargarmos este ponto de vista à escala da sociedade, é claro, para Raymond Boudon e François Bourricaud, que a comunidade se torna uma relação complexa "uma vez que associa, de forma muito frágil, sentimentos e atitudes heterogéneas; é aprendida, uma vez que é apenas graças a um processo de socialização, nunca acabado, que aprendemos a participar em comunidades solidárias. Nunca é pura, uma vez que os laços comunitários estão associados a situações de cálculo, de conflito ou mesmo de violência. É por isso que parece preferível falar mais de "comunalização" do que de comunidade, e procurar saber como se constituem e se mantêm certas "solidariedades difusas" (²). Um dos sectores onde o processo de comunalização é mais visível é o das comunidades religiosas, que formam aquilo a que Weber chamava as "comunidades emocionais". A carga afectiva que a ideia de organização comunitária requer é, com efeito, essencial. É por isso que R. Boudon e F. Bourricaud concluem as suas observações sublinhando

¹ J.-F. Gossiaux, "Communauté", in P. Bonte e M. Izard, Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie, Paris, PUF, 1991.

² R. Boudon e F. Bourricaud, "Communauté", Dictionnaire critique de la sociologie, Paris, PUF, 1982, p. 75.

que: "quando a sobrevivência de um grupo se torna para os seus membros um objectivo sobreponível, a seus olhos, aos objectivos individuais que se consideram autorizados a perseguir, diremos que esse grupo pode constituir uma comunidade, ou que está em vias decomunalização (³)".

COMUNICAÇÃO

Que devemos entender por comunicação? Essencialmente quatro fenómenos complementares, que vão muito além do que entendemos por comunicação, identificada com os média.

A comunicação é, em primeiro lugar, o ideal de expressão e de troca que está na origem da cultura ocidental e, conseqüentemente, da democracia. Pressupõe a existência de indivíduos livres e iguais. Adivinham-se as terríveis batalhas levadas a cabo desde o século XVII para estabelecer estes conceitos inseparáveis do conceito de modernização.

É, também, o conjunto dos média de massas que, da imprensa, à rádio e à televisão transformaram consideravelmente, no espaço de um século, as relações entre a comunicação e a sociedade.

É, igualmente, o conjunto das novas técnicas de comunicação que, a partir da informática, das telecomunicações, do audiovisual e da sua interrelação vêm, em menos de meio século, modificar as condições de troca mas, também, de poder a nível mundial.

São, enfim, valores, símbolos e representações que organizam o funcionamento do espaço público das democracias de massas e, de maneira mais geral, da comunidade internacional através da informação, dos média das sondagens, da argumentação e da retórica. Quer dizer, tudo o que permite às colectividades representar-se, entrar em relação umas com as outras, e agir sobre o mundo.

Estas quatro dimensões da comunicação caracterizam, pois, tanto a comunicação directa como a comunicação mediatizada pelas técnicas; as normas e os valores que a promovem, bem como os símbolos e as representações que animam as relações sociais.

Deste ponto de vista, não existe diferença fundamental entre informação e comunicação; ambas pertencem ao mesmo sistema de

³ R. Boudon e F. Bourricaud, "Communauté", Dictionnaire critique de la sociologie, Paris, PUF, 1982, p. 76. Acerca da distinção entre "comunidade" e "sociedade", Veja-se F. Tönnies, *Communauté et société*, Paris, Retz, 1978 (ed. Original alemã, 1887).

referências ligado à modernidade, ao Ocidente e à democracia. Se a informação tem como objectivo dar forma ao mundo, dar conta dos acontecimentos, dos factos e contribuir directamente para o funcionamento de sociedades complexas, é inseparável da comunicação que, para além do ideal normativo de troca e de interacção, constitui o meio de difundir essas informações e de construir as representações. Ambas são inseparáveis.

Por comunicação é preciso, pois, entender o conjunto das técnicas, da televisão aos novos média, e a sua implicação económica, social e cultural. Mas, também, os valores culturais, as representações e os símbolos ligados ao funcionamento da sociedade aberta e da democracia. A perspectiva escolhida neste livro não é, portanto, a da técnica, mas a da técnica ligada à sociedade. Trata-se de uma análise da democracia, à prova de comunicação. Os principais conceitos da democracia são passados pelo crivo da comunicação. É finalmente, em relação a uma concepção antropológica da comunicação, que as posições teóricas respeitantes a esta são classificadas. As quatro posições teóricas correspondem a uma concepção das relações entre comunicação e sociedade através de quatro subgrupos: o indivíduo, a democracia, a economia, a técnica. Cada uma das quatro posições implica, portanto, uma certa relação do indivíduo com a técnica, a economia e a democracia. É neste aspecto que uma visão da comunicação e da informação encerra, muitas vezes, uma teoria implícita ou explícita da sociedade e dos indivíduos no seu seio. É neste aspecto, também, que não existe uma "posição natural" acerca da comunicação, tanto no que diz respeito à imagem, como à recepção, à televisão, às novas tecnologias... Porquê? Porque a dimensão antropológica da comunicação remete sempre para uma visão do mundo.

As quatro posições relativas às relações entre comunicação e sociedade são:

- os entusiastas
- os críticos
- os empiristas críticos
- os niilistas

Para mais pormenores, conferir com o final do capítulo 3 (⁴).

⁴ Para as referências bibliográficas, veja-se a bibliografia "clássica", no final da introdução geral e a bibliografia dos três primeiros capítulos.

COMUNICAÇÃO NORMATIVA E FUNCIONAL

A comunicação é sempre um intercâmbio entre um emissor, uma mensagem e um receptor. Os dois sentidos da palavra explicam a coabitação permanente entre a dimensão normativa e a dimensão funcional. Etimologicamente, essa palavra significa pôr em comum, partilhar (*communicare* — 1361 — lat.). É o sentido de partilha que remete para aquilo que todos esperamos da comunicação: partilhar alguma coisa com alguém. Mas o segundo sentido, mais recente, surgido a partir do século XVII, remete para a ideia de difusão e fará eco ao desenvolvimento da livraria e, depois, da imprensa. Evidentemente, difundir será concebido com o fim de partilhar, mas progressivamente, os dois sentidos dissociar-se-ão, graças ao volume de documentos e de informações difundidas. A difusão já não será naturalmente, a condição da partilha.

A mesma diferença existe entre comunicação normativa e comunicação funcional. A comunicação normativa remete para o ideal de partilha. A comunicação funcional desenvolveu-se muito mais há um século para cá, com os suportes da escrita, do som, da imagem e dos dados informáticos. Remete mais para as necessidades de trocas no seio das sociedades complexas, para a divisão do trabalho e para a abertura das sociedades umas em relação às outras. Desde que haja especialização das actividades, há intercâmbio, logo desenvolvimento de comunicações funcionais que preenchem uma função prática sem ter, por isso, outros significados. Mas a sociedade ocidental continua a valorizar, simultaneamente, o ideal da partilha. Compreende-se que o desenvolvimento da comunicação funcional se faça por referência à comunicação normativa. Essas são as duas dimensões quase ontologicamente ligadas da comunicação mas, evidentemente, contraditórias, uma vez que as condições de uma partilha real se afastam à medida que se trata da comunicação de um grande número de bens e de serviços destinados a um grande número de pessoas que não partilham forçosamente os mesmos valores. Encontramos também esta ambiguidade da comunicação na informação. Informação tem dois sentidos. O primeiro remete para a etimologia (*informare* — 1190 — lat.), que significa dar uma forma; modelar, ordenar, dar um significado. O segundo, mais tardio (1450), significa pôr alguém ao corrente de qualquer coisa. E é a partir deste último que se fará a ligação entre informação e acontecimento. A informação consistirá em relatar o acontecimento, ou seja, em dizer tudo o que perturba e modifica a realidade.

Chegamos, então, ao duplo sentido de informação. É o que dá forma; o que dá um sentido, que organiza o real e, ao mesmo tempo, é o relato do que surge e perturba a ordem. Esta ambiguidade da informação faz eco à da comunicação.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA

À partida, a comunicação política designou o estudo da comunicação feita a partir do governo para o eleitorado e, depois, a troca de discursos políticos entre a maioria e a oposição. Mais tarde, o sector alargou-se ao estudo do papel dos média na formação da opinião pública e, depois, à influência das sondagens sobre a vida política. Hoje em dia, engloba o estudo do papel da comunicação na vida política em sentido amplo, integrando tanto os média, como as sondagens, o marketing político e a publicidade, com um interesse particular nos períodos eleitorais. Afinal, a comunicação política designa qualquer comunicação que tenha por objecto a política!... Esta definição, demasiado extensiva, tem contudo a vantagem de ter em conta duas grandes características da política contemporânea: o alargamento da esfera política e o lugar crescente concedido à comunicação, com o peso dos média, e da opinião pública através das sondagens.

Eu prefiro uma definição mais restritiva. A comunicação política é "o espaço onde se trocam os discursos contraditórios dos três agentes que têm legitimidade para se exprimir publicamente acerca da política, que são os políticos (⁵), os jornalistas e a opinião pública através das sondagens". Esta definição insiste na ideia de interacção entre os discursos sustentados por agentes que não têm, nem o mesmo estatuto, nem a mesma legitimidade mas que, pelas suas posições respectivas no espaço público, constituem, na realidade, a condição de funcionamento da democracia de massas.

O conceito de comunicação política, por seu lado, vê-se confrontado com dois limites: por um lado, as relações entre expressão e acção; por outro, o espaço crescente que toma a lógica representativa como meio de regular os fluxos de comunicação numerosos e heterogéneos. Estes dois limites estão directamente ligados ao conceito de igualdade de opiniões no seio da comunicação política. É evidente que sem estas duas condições teóricas (o

⁵ É preciso entender "político" em sentido amplo. São naturalmente, os políticos eleitos, que se tornam, pela eleição, o coração do modelo democrático, mas são, também, os actores políticos, sindicalistas, associativos que se comprometem na luta política tendo como objectivo a tomada e o exercício do poder.

direito à expressão e a igualdade) o modelo democrático não se veria confrontado com estes limites. É preciso pois, ter prudência na análise e na crítica e ter bem presente que se trata de contradições de um pequeníssimo número de democracias no mundo. Das que beneficiam de todas as liberdades e que são as únicas a reconhecer, pela primeira vez na História, o direito à expressão e a igualdade de opinião. Os desvios, erros e limites do funcionamento do espaço público e da comunicação política não devem, pois, fazer-nos esquecer o seu carácter recente e o facto de estarem ligados a situações eminentemente favoráveis da história política (⁶). A comunicação política continua a ser o "motor" do espaço público.

CULTURA

A palavra é imensa, as referências incontáveis. Trata-se aqui de a situar em relação à comunicação.

1) Os três sentidos da palavra

O sentido clássico francês remete para a ideia de criação, de obra. Pressupõe uma capacidade de definição daquilo que, num momento dado, é considerado como património, saber, criação e conhecimento, entendendo-se que as definições evoluem com o tempo. O sentido alemão está próximo da ideia de civilização e integra os valores, as representações, símbolos e património tal como são partilhados por uma comunidade num momento dado da sua história. O sentido anglo-saxão é mais antropológico e tem em conta as maneiras de viver, os estilos, os saberes quotidianos, as imagens e os mitos.

No passado, a questão era, afinal, a oposição entre cultura de elite e cultura popular. Quando se falava de cultura, tratava-se da primeira, tanto nas obras como nos gostos, na educação e na comunicação. Quanto à cultura popular, tratava-se da cultura do grande número, mas sem "valor cultural" real. Foi preciso esperar pelo século XIX e pela luta de classes para valorizar essa cultura popular. Num século, esta situação modificou-se consideravelmente.

⁶ No caso da comunicação política, veja-se: Hermès, n.º 15, "Argumentation et rhétorique I", Paris, Éd. du CNRS, 1995; Hermès, n.º 16, "Argumentation et rhétorique II", Paris, Éd. du CNRS, 1995; Hermès, n.os 17-18, "Communication et politique", Paris, Éd. du CNRS, 1995; L'Année sociologique, "Argumentation et sciences sociales", PUF, t.1, 1994 e t. 2, 1995; J. Gerstlé, La Communication politique, Paris, PUF, "Que sais-je?", n.º 2653, 1992; D. Swanson e D. Nimmo, New Direction in Political Communication, Londres, Sage, 1990; J. Gerstlé, La Communication politique, Paris, PUF, "Que sais-je?", n.º 2652, 1992.

Hoje em dia já não há duas culturas, de elite e popular, mas sim quatro: cultura de elite, cultura do grande público, cultura popular e cultura particularizante (minorias éticas ou religiosas...). A grande mudança foi o aparecimento desta cultura média, do grande público, maioritária, geral (⁷) em todo o caso daquela que é mais numerosa nas nossas sociedades, a que cada um pertence de qualquer modo mesmo quando adere, além disso, a uma outra forma cultural. A causa do aparecimento desta cultura média do grande público resulta da conjugação de três factores. Em primeiro lugar, a democratização, que alargou o círculo dos públicos cultivados e favoreceu esta cultura de grande público, nomeadamente com o estabelecimento de novas políticas culturais de que os grandes museus de massas constituem o mais belo símbolo (O Louvre, o Centro Pompidou, La Villette). Em seguida, a subida do nível cultural por meio da educação. Por fim, a sociedade de consumo e a entrada da cultura na era da indústria. Assim se criou essa cultura do grande público que os média, por sua vez, favoreceram e distribuíram. O resultado é uma contradição típica da sociedade individualista de massas onde existe, simultaneamente, uma cultura que valoriza o indivíduo e uma cultura do grande número. A consequência? Assistimos a uma diversificação real das culturas e à sua legitimação, ao mesmo tempo que a um desinteresse em relação à cultura de massas que é, no entanto, uma conquista recente e frágil depois de numerosas décadas de lutas.

2) De duas para quatro formas de cultura

A cultura de "elite". Antigamente estava em posição dominante; sente-se hoje despojada deste lugar hegemónico pelo aparecimento dessa cultura média ligada ao consumo, ao desenvolvimento dos tempos livres, das viagens e da "indústria cultural".

A cultura média. Tem as suas próprias normas, valores e barreiras e situa-se menos em posição de inferioridade em relação à cultura de elite do que a cultura popular do passado. A novidade é esta cultura do grande número que traduz todos os movimentos de emancipação política, económica e social surgidos no último meio século. Ocupa, em volume, o lugar da cultura popular de antigamente, mas com legitimidade. É simultaneamente a música, o cinema, a publicidade, os média, as viagens, a televisão, a moda, os estilos de vida e de consumo. É a cultura moderna, o espírito do tempo, que suscita o sentimento

⁷ A bibliografia sobre esta questão essencial da cultura grande público é fraca ou, em todo o caso, inversamente proporcional à importância do problema. Foram feitos trabalhos nos anos 60-70 mas muito pouco desde então, devido ao predomínio de uma abordagem crítica que não estava longe de ver nessa cultura a forma mais sofisticada da alienação... E, depois, a explosão dessa cultura do grande público noutras tantas culturas específicas também foi considerada como um progresso.

de pertença à sua época, de estar "na jogada". De não ser excluído. É uma das forças essenciais do elo social.

A cultura popular acha-se desfasada, partilhada por muito menos indivíduos do que há cinquenta anos, devido às mudanças sociais, à diminuição da população camponesa e operária, à urbanização maciça e ao crescimento da cultura média. Ligada, no passado a um projecto político, muitas vezes de direita, sofre hoje, nas suas formas ideológicas, o refluxo de toda a problemática da classe operária e da desvalorização dos meios populares.

As culturas particulares. Incluídas no passado na cultura popular, têm tendência para se distinguir em nome do direito à diferença (mulheres, regiões, minorias...). Sem atingir números consideráveis põem, no entanto, em causa, a cultura popular no sentido em que esta deixou de ter o monopólio da legitimidade popular ou o poder de integração simbólica que esta tinha antes.

As culturas particulares, em nome deste "direito à diferença" reduzem a referência universal da cultura popular. Esta, no passado, unificava os diversos meios sociais. Hoje, não só as distâncias sociais são maiores, não só a classe média e a cultura média tomaram o lugar e a legitimidade da cultura popular como, além disso, esta última se encontra um pouco relegada para a gestão e a valorização dos patrimónios populares. Com efeito, as culturas particulares, orgulhosas da sua diferença, desejam tanto distinguir-se da cultura média como da cultura popular. Neste sentido, há uma real explosão de culturas. De facto, as quatro formas de cultura coabitam e interpenetram-se nomeadamente graças ao papel essencial dos média. Podemos mesmo dizer que uma boa parte da população é multicultural, no sentido em que cada indivíduo pertence, sucessivamente e, às vezes, simultaneamente, a diversas formas de cultura. Tanto mais que a cultura de elite, apesar das suas afirmações, se abriu muito à comunicação e que a cultura de massas se autodiferencia tanto quanto a cultura popular. Enfim, existe um grande interesse pelo aparecimento destas culturas particulares, ligadas ao movimento de afirmação das comunidades. O paradoxo é que as relações de força entre estas quatro formas de cultura são bastante visíveis, graças aos média, ao mesmo tempo que esta visibilidade torna a sua coabitação mais fácil... Age-se como se a "luta de culturas" estivesse eminente no seio das democracias quando, na realidade, nunca houve tanta tolerância para com as diferentes formas de cultura, nem tanta visibilidade, aliás e nem, provavelmente, coabitação, e até, às vezes, interpenetração... E isto graças aos média generalistas que, ao assegurar uma certa visibilidade a essas culturas,

contribuem, também, para a sua coabitação. A referência à ideia de cidadão multicultural não significa a instauração de um multiculturalismo. Este é impossível de facto. A afirmação traduz a ideia de que, na realidade, um indivíduo acede, nomeadamente através dos média, a diversas formas de cultura ou, em todo o caso, sabe que elas existem. O que constitui a grande diferença em relação ao passado, em que cada qual permanecia no seu meio cultural. Se as barreiras culturais continuam a existir são, pelo menos, mais visíveis, o que já é um progresso.

A aculturação remete para as modificações que afectam duas culturas em contacto. O multiculturalismo remete para a coexistência de culturas diferentes no mesmo território (⁸).

ESPAÇO PÚBLICO

Noção muitas vezes ignorada pelos dicionários, o espaço público está, no entanto, no coração do funcionamento democrático. Habermas tomou a palavra de E. Kant que foi, provavelmente, o seu autor, e popularizou o seu uso na análise política a partir dos anos 70. Define-o como a esfera intermédia que se constituiu historicamente, no período das Luzes, entre a sociedade civil e o Estado. É o lugar, acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública. O intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral permite identificar uma opinião pública.

⁸ Cf. H. Arendt, *La Crise de la Culture*, Paris, Gallimard (trad.), col. "Idées", 1972; B. Badie, "Culture politique" *Encyclopédie philosophique universelle*, Les notions philosophiques vol. 1, Paris, PUF, 1990; F. Balle, "Culture de masse", *Encyclopédie philosophique universelle*, Les notions philosophiques, vol. 1, Paris, PUF, 1990; R. Boudon e F. Bourricaud, "Culture et culturalisme", *Dictionnaire critique de sociologie*, Paris, PUF, 1982; C. Camilleri e M. Cohen-Henrique, *Chocs des cultures: concepts et enjeux pratiques*, Paris, L'Harmattan, 1989; J. Caune, *Culture et communication: convergences théoriques et lieux de méditation*, Grenoble, PUG, 1995; M. de Certeau, *La Culture au pluriel*, Paris, Christian Bourgois, 1980; J. Galaty e J. Leavitt, "Culture", *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris, PUF, 1991; P. Henriot, "Sens de la culture", *Encyclopédie philosophique universelle*, Les notions philosophiques, vol. 1, Paris, PUF, 1990; P. Kauffman, "Culture et civilisation", *Encyclopaedia Universalis*, 1980; W. Lepenies, *Les Trois cultures. Entre science et littérature, l'avènement de la sociologie*, Paris, Éd. de la MSH, 1990 (ed. original 1988); R. Linton, *Le Fondement culturel de la personnalité*, Paris, Dunod (trad.), 1980; P. Meyer-Bisch (sob a direcção de), *Les Droits culturels. Une catégorie sous-développée des droits de l'homme*, Friburgo, Éd. de l'Université de Fribourg: Centre interdisciplinaire des droits de l'homme, 1993; E. Morin, "Culture de masse", *Encyclopaedia Universalis*, 1980; C. de Rivière, "Culture", *Encyclopédie philosophique universelle*, Les notions philosophiques, vol. 1, Paris, PUF, 1990; Y. Schemeil, "Les cultures politiques", *Traité de sciences politiques*, sob a direcção de M. Grawitz e J. Leca, Paris, PUF, 1985; G. Simmel, *La Tragédie de la culture et autres essais*, Paris, Petites bibliothèques Rivages, 1988.

Esta "publicidade" é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para conter o poder do Estado. Mas Habermas considera que o aparecimento do Estado-Providência perverteu esse mecanismo de concertação democrática. Tal como outros procuro, pelo contrário, caracterizar e compreender o papel do espaço público numa democracia de massas. Quer dizer um espaço muito mais vasto do que antes, com um número muito maior de temas debatidos, um número muito maior de agentes intervindo publicamente, uma omnipresença da informação, das sondagens, do marketing e da comunicação.

Trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais, um espaço simbólico, que requer, para se formar tempo, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar. Não se decreta a existência de um espaço público da mesma maneira que se organizam eleições. Constata-se a sua existência. O espaço público não é da ordem da vontade. Simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em acção, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias. Constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anónimos, dando-lhes a sensação de participar efectivamente na política. Se é que é possível instituir voluntariamente a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa, a publicidade das decisões políticas, o mesmo não basta para criar um espaço público. É preciso recordar que o modelo democrático pluralista que, desde os anos 1980, é objecto de um consenso na Europa como nunca antes o havia sido na História, foi considerado entre 1930 e hoje, e sobretudo entre 1947 e 1977 devido ao peso do marxismo, a Guerra Fria e às oposições ideológicas, como um conceito de "direita". Opunha-se a democracia "formal", burguesa, à democracia "real", mais ou menos socialista. E nesta batalha ideológica amarga, ninguém falava de espaço público. As palavras dominantes do vocabulário político eram: poder, conflitos, contradição, interesses de classe, alienação, ideologia.

O espaço público pressupõe, pelo contrário, a existência de indivíduos mais ou menos autónomos, capazes de formar a sua própria opinião, não "alienados aos discursos dominantes", acreditando nas ideias e na argumentação e não apenas no confronto físico. Esta ideia de formação de opiniões através das informações e dos valores e, em seguida, da sua discussão, pressupõe também que os indivíduos sejam relativamente autónomos em relação aos partidos políticos para poderem formar a sua

própria opinião. Numa palavra, com o conceito de espaço público é a legitimidade das palavras que se impõe sobre a dos murros, das vanguardas e dos sujeitos da História. É a ideia de um reconhecimento do outro e não a sua redução ao estatuto de "sujeito alienado". Mas o espaço público tornou-se uma palavra da moda por uma outra razão, menos política que sociológica, reforçando-se ambas e tendo ligações uma com a outra. O espaço público também é o resultado do movimento de emancipação que consistiu em valorizar a liberdade individual e tudo o que é público, sobre o "privado", identificado com o domínio dos interditos de antigamente e com as tradições. Defender o privado era, afinal, defender as regras, as convenções, as tradições; era ser conservador. E deu-se, assim, um encontro entre dois movimentos relativamente diferentes: um a favor da liberdade individual, logo de uma certa capacidade para mostrar publicamente aquilo que se é, e o movimento democrático, que favorecia também a ideia de publicidade contra a de segredo e de interdito. Foi valorizado, de ambos os lados, o que era "público".

É preciso distinguir o espaço comum, o espaço público e o espaço político.

O espaço comum é o primeiro espaço. É simbolizado pelas trocas comerciais, com o equivalente universal da moeda como meio de compensar a heterogeneidade das línguas. Mas todos sabemos, também, que no comércio, como provaram Veneza, a Liga Hanseática e, antes deles, os Arménios, os Fenícios e muitos outros, não são apenas os bens e os serviços que se trocam, mas também os signos, os símbolos, que progressivamente vão tecendo um espaço de familiaridade, de segurança até. A palavra "comum" aparece no século IX, vinda do latim *communis* e está ligada à ideia de comunal e de comunidade. Um espaço comum é simultaneamente físico, definido por um território, e simbólico, definido por redes de solidariedade.

O espaço público é, à partida, um espaço físico; o da rua, da praça, do comércio e das trocas. Foi só a partir dos séculos XVI e XVII que este espaço físico se tornou simbólico, com a separação entre o sagrado e o temporal, e o progressivo reconhecimento do estatuto da pessoa e do indivíduo face à monarquia e ao clero. Este movimento abrange facilmente dois séculos. É, com efeito, a redefinição do privado que permite, em contraponto, ao espaço público desenhar-se e afirmar-se. A palavra público aparece no século XIV, do latim *publicus*; o que diz respeito a "todos". Público remete para "tornar público", para publicar, do latim *publicare*. Isto pressupõe um alargamento do espaço comum e a atribuição de um valor normativo àquilo que é acessível a

todos. Na passagem do comum ao público, algo que se tornou, mais tarde, uma característica da democracia, a saber a valorização do número, o complemento, de alguma maneira, do princípio de liberdade.

O espaço público é, evidentemente, a condição para o nascimento do espaço político, que é o mais "pequeno" dos três espaços no sentido daquilo que circula. Não se trata, neste espaço, nem de discutir nem de deliberar mas, sim, de decidir e de agir. Sempre houve um espaço político. Simplesmente, a especificidade da política democrática moderna reside no alargamento do espaço político, à medida do movimento de democratização. A palavra emerge entre o século XIII e o século XIV, vinda do latim *politicus*, e tomando da palavra grega *politik* a ideia essencial da arte de gerir os assuntos da cidade. Existe então, não apenas um desafio suplementar em relação ao espaço público, que é o poder mas, também, um princípio de fechamento mais estrito, ligado aos limites territoriais sobre os quais se exercem a soberania e a autoridade.

Para simplificar: o espaço comum diz respeito à circulação e à expressão; o espaço público, a discussão; o espaço político, à decisão. Para quê insistir na diferença de natureza entre estes três espaços, que são naturalmente síncronos no funcionamento quotidiano? Porque isso permite voltar a introduzir o fenómeno essencial do tempo, na passagem do comum ao público e ao político (⁹).

IDENTIDADE

Segundo o Robert, a identidade é "o carácter do que permanece idêntico a si próprio". Esta definição esconde, de facto, duas acepções, que P. J. Labarrière põe em evidência no *Dictionnaire des notions philosophiques*. "Carácter do que é idêntico, quer se trate da relação de continuidade e de permanência que um ser mantém consigo mesmo, através da variação das suas condições de existência e dos seus estados, ou da relação que faz com que duas realidades, diferentes sob múltiplos aspectos sejam, contudo,

⁹ Cf. J. Habermas, *L'Espace public*, Paris, Payot, 1978; Hermès, n.º 4, "Le nouvel espace public", Paris, Éd. du CNRS, 1989; Hermès, n.º 10, "Espaces publics, traditions et communautés", Paris, Éd. du CNRS, 1989; Hermès, n.º 13-14, "Espaces publics en images", Paris, Éd. du CNRS, 1989; Réseaux, n.º 71, "Médias, identité, culture des sentiments", CNET, Maio-Junho, 1995; Réseaux, n.º 66, "Service public, service universel", CNET, Julho-Agosto, 1994.

semelhantes e mesmo equivalentes, sob este ou aquele aspecto (¹⁰)" A identidade cultural designará então "o facto, para uma realidade, de ser igual ou semelhante a outra na partilha de uma mesma essência (¹¹). A noção de identidade é utilizada tanto em psicologia como em antropologia. Para o psicossociólogo Pierre Tap, a identidade, pessoal diz respeito, num sentido restrito, "ao sentimento de identidade, quer dizer, ao facto de o indivíduo se encarar como o mesmo, permanecer o mesmo no tempo", "o". Num sentido mais amplo, aparenta-se "ao sistema de sentimentos e de representações pelo qual o sujeito se singulariza. A minha identidade é, portanto, aquilo que me torna semelhante a mim mesmo e diferente dos outros; é por isso que me sinto existir, tanto nas minhas personagens (propriedades, funções e papéis sociais) como nos meus actos de pessoa (significado, valores, orientações). A minha identidade é aquilo através do qual me defino e me conheço, aquilo por que me sinto aceite e reconhecido como tal pelos outros (¹²)".

Para a antropologia, Nicole Sindzingre escreve "a questão da identidade é inseparável da individuação, ou seja, da diferenciação de classes ou de elementos de classes do mesmo nível. Para identificar um ou mais seres perante outros é preciso distingui-los bem de tudo aquilo que eles não são; e ao contrário, para apreender um indivíduo singular, é preciso supor a sua identidade histórica (¹³). De facto, a identidade é um conceito que permite definir o resultado da actividade de constituição do eu. A identidade é uma síntese do eu submetido a diferentes aspirações e temporalidades, a diferentes estratégias e relações sociais. "A identidade é um sistema de representações, de sentimentos e de estratégias, organizado para a defesa conservadora do seu objecto (o ser "si próprio") mas, também, para o seu controlo, a sua mobilização projectiva e a sua mobilidade idealizante (o "tornar-se si próprio"). A identidade é um sistema estruturado, diferenciado, simultaneamente ancorado numa temporalidade passada (as raízes, a permanência), numa coordenação das condutas actuais e numa perspectiva legitimada (projecto, ideais, valores). Ela coordena identidades múltiplas, associadas à pessoa

¹⁰ P.-J. Labarrière, "Identité", Encyclopédie philosophique universelle, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1208.

¹¹ O. Clain, "Identité culturelle", Encyclopédie philosophique universelle, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1211.

¹² P. Tap, "Identité: psychologie", Encyclopaedia Universalis, Paris, 1985, vol. 9, p. 756. Sobre este assunto veja-se, também, C. Lévi-Strauss (seminário dirigido por), L'Identité, Paris, Grasset, 1977.

¹³ N. Sindzingre, "Identité: anthropologie", "Identité": Encyclopaedia Universalis, Paris, 1985, vol. 9, p. 757.

(identidade corporal, caracterial...) ou ao grupo (papéis, estatutos...) (¹⁴).
Todos estes elementos de definição remetem, no essencial, para uma dimensão individual da identidade. Sendo a passagem à identidade colectiva é, precisamente, um dos problemas para que a sociologia não tem resposta clara (¹⁵).

INDIVÍDUO

A noção de indivíduo é complexa. O Robert fornece dois elementos. A abordagem psicológica define o indivíduo como "O ser humano enquanto unidade e identidade exteriores biológicas; enquanto ser particular, diferente de todos os outros". A abordagem sociológica, escreve Lalande, considera o indivíduo como "a unidade de que se compõem as sociedades (¹⁶)". Nenhuma destas definições é evidente em si. A primeira, é fruto de um longo trabalho histórico, iniciado na Antiguidade, retomado pelos teólogos da Idade Média e acabado na época da Reforma e do Renascimento. Com efeito, antes disso, escreve Bernard Valade, o indivíduo não possuía identidade própria. "No seio da sociedade cristã, o homem não está em relação imediata consigo mesmo. Explica a sua situação através de tudo o que ultrapassa o pessoal e o individual. [...] Se o ser individual do cristão adquire a dignidade de um ser permanente, indestrutível, é na relação com Deus, quer dizer, na sua participação na Personalidade Divina que a sua pessoa toma forma (¹⁷).
O indivíduo e, no seu prolongamento teológico, a pessoa, constituem uma das originalidades mais fortes da filosofia e da civilização ocidentais. O Renascimento rompeu com essa concepção holística da sociedade e da personalidade. E, depois, o Iluminismo valorizou o indivíduo enquanto ser distinto — não submetido às condicionantes dos grupos familiares e sociais que enquadram a sua vida — e protegido por regras jurídicas escritas. Como demonstrou Karl Polanyi, o aparecimento da economia mercantil terminou o processo. "O modelo económico fornece os parâmetros do modelo social: a sociedade é concebida sob a forma de relações de troca entre proprietários livres e independentes; é reputada, predisposta à

¹⁴ J.-P. Codol e P. Tap, *Revue Internationale de psychologie sociale*. Número sobre: "Dynamique personnelle et identités sociales" "Dynamique", n.º 2, 1988, p. 169.

¹⁵ Acerca destas questões, o livro de C. Camilleri et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF, 1990, é uma boa introdução.

¹⁶ Para uma síntese deste problema veja-se N. Elias, *La Sociétés des individus*, Paris, Fayard, 1991. Ver igualmente, sobre o "individualismo metodológico", R. Boudon, *La Logique du social*, Paris, Hachette, 1979.

¹⁷ B. Valade, "L'individu", *Encyclopaedia Universalis*, Paris, 1985, "Symposium", p. 681.

protecção dos direitos do indivíduo sobre a sua pessoa e sobre os seus bens, bem como ao respeito da ordem em todas as transacções (18)." A partir desta concepção do indivíduo, a Revolução Francesa veio afirmar que todo o homem possui direitos naturais inalienáveis, pelo simples facto de ser um indivíduo. Independentemente, portanto, de qualquer relação com a colectividade em que esteja inserido. E é o indivíduo que, pelo consentimento que dá, no momento da formação do contrato social fundador, se torna fonte de todo o poder. O século XIX viu alargar-se os direitos reconhecidos ao indivíduo, com a aquisição de certos direitos políticos, nomeadamente o alargamento progressivo do sufrágio universal. Mais tarde, o preâmbulo da Constituição de 1946 afirmou solenemente a existência de direitos sociais, como o direito à reforma paga ou ao trabalho.

MODERNIZAÇÃO

O termo modernização é, a priori, conotado positivamente. O Robert define-o assim: "a acção de organizar de maneira conforme com as necessidades e com os meios modernos". A sociologia evolucionista sempre considerou a modernização como o processo de transformação das sociedades entrando na era industrial, etapa necessária e indispensável para aceder ao desenvolvimento económico, à democracia, à prosperidade. De facto, esta sociologia foi combatida pela crítica da universalidade destes processos. Preferiu-se utilizar o termo modernização para estudar as estratégias seguidas pelos países em vias de desenvolvimento, para chegar à construção de uma sociedade moderna "à ocidental". A rejeição da primeira concepção, afinal historicista, "acabou por construir a modernização já não como a resultante de uma lei da evolução mas, sim, como um modo de re-utilização e de redefinição das estruturas tradicionais para fazer face aos espaços da modernidade (19)". Entendendo-se que "a modernização é muito raramente um processo de mudança planeado e controlado (20)".

Raymond Boudon e François Bourricaud caracterizam a modernização como um processo de três faces: mobilização, diferenciação, laicização. "O primeiro termo é tomado de K. Deutsch que isolou um certo número de

¹⁸ Ibid., p. 683.

¹⁹ B. Badie, "Modernisation", Encyclopédie philosophique universelle, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1653.

²⁰ R. Boudon e F. Bourricaud, "Modernisation", Dictionnaire critique de la sociologie, Paris, PUF, 1982, p. 369.

indicadores capazes de permitir apreciar a facilidade e a rapidez com que os bens, as pessoas e as informações circulam no interior de uma mesma sociedade (²¹).” A mobilização significa, de facto, a instauração da livre circulação entre os indivíduos: deslocamentos de populações, circulação dos saberes, transferências de qualificações, autonomia em relação à esfera parental, etc.

A modernização implica, igualmente, uma renovação do modo de divisão do trabalho social. “Instituições como a burocracia e, sobretudo, a empresa, são modernas, no sentido em que pretendem, pelo menos em teoria, distinguir os indivíduos segundo o contributo que dão a uma tarefa socialmente valorizada, mais do que segundo as suas origens e as suas filiações familiares e locais (²²).” Enfim, a laicização implica “uma separação instituída entre a Igreja (e também o Estado) e, por outro lado, as instituições de investigação e de ensino (²³)”.

MODERNIDADE

“O adjectivo moderno, a partir do qual foi forjado, no século XIX, o termo modernidade, designa aquilo que pertence a uma época recente. Pode ter o sentido de actual, de contemporâneo e opõe-se a velho, a antigo. Desde a Querela dos Antigos e dos Modernos, no século XVII, que este termo está carregado de uma conotação positiva. Os detentores do moderno partem do pressuposto de que existe um progresso da humanidade (²⁴).” A modernidade, a nível sócio-histórico designa, segundo Gérard Guest, “o facto histórico principal que afecta, no final da Idade Média e na origem do Renascimento, todas as formas de cultura e todas as formas de existência na Europa. O homem europeu funda aí — por oposição ao homem e ao homem medieval — as suas formas de vida próprias, numa nova partilha da referência à tradição. Essa partilha torna-se possível graças à constituição de uma memória histórica, filológica e hermenêutica e a referência ao progresso, que tornam possível o desenvolvimento das ciências e das técnicas, a evolução acelerada do movimento das forças produtivas ao serviço de um domínio sem precedentes dos processos naturais. Também se torna possível pela edificação política do

²¹ Ibid., p. 364.

²² Ibid., p. 366.

²³ Ibid., p. 367

²⁴ N. Blumenkranz, “Modernité (esthétique)”, *Encyclopédie philosophique universelle*, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1658.

Estado Moderno, a referência filosófica aos valores do humanismo e da razão ⁽²⁵⁾".

Alain Touraine descreve os diferentes elementos filosófico-políticos que compõem essa modernidade: uma revolução do homem esclarecido contra a tradição; a sacralização da sociedade; a submissão à lei natural da razão. A modernização, na sua aceitação ocidental, é "obra da própria razão e portanto, acima de tudo, da ciência, da tecnologia e da educação, e as políticas sociais de modernização devem ter, como único objectivo libertar o caminho da razão suprimindo as regulamentações, as defesas corporativistas ou as barreiras alfandegárias, criando a segurança e a previsibilidade de que o empresário necessita e formando gestores e operadores competentes e conscienciosos. [...] O Ocidente viveu e pensou a modernidade, pois, como uma revolução. A razão não conhece nenhum dado adquirido; faz, pelo contrário, tábua rasa das crenças e das formas de organização social e política que não assentem numa demonstração de tipo científico ⁽²⁶⁾". Além disso, a modernidade gera, devido à secularização, um novo pensamento político, que substitui, para a Sociedade, Deus como princípio de julgamento moral. "A ideia de que a sociedade é fonte de valores, de que o bem é o que for útil à sociedade e de que o mal é o que impede a sua integração e a sua eficácia, é um elemento essencial da ideologia da modernidade. Para deixar de se submeter à lei do pai, é preciso substituí-la pelo interesse dos irmãos e submeter o indivíduo ao interesse da colectividade ⁽²⁷⁾". Enfim, "o pensamento modernista afirma que os seres humanos pertencem a um mundo governado por leis naturais que a razão descobre e às quais está, também ela, submetida. E identifica o povo, a nação, a um corpo social que funciona, também ele, segundo as leis naturais e que deve desembaraçar-se das formas de organização e de domínio irracionais que tentam fraudulentamente fazer-se legitimar pelo recurso a uma revelação ou a uma decisão sobrehumana ⁽²⁸⁾".

A modernidade é, antes de mais, um instrumento crítico. Mas as armas da crítica viram-se contra ela. G. Guest descreve a modernidade como "a época da interpretação da interpretação ⁽²⁹⁾" (Veja-se o desenvolvimento dos trabalhos de hermenêutica de Gadamer, a crítica lógica da linguagem de

²⁵ G. Guest, "Modernité", Encyclopédie philosophique universelle, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1655.

²⁶ A. Touraine, Critique de la modernité, Paris, Fayard, 1992, p. 25.

²⁷ Ibid., p. 30.

²⁸ Ibid., p. 49.

²⁹ G. Guest, "Modernité", Encyclopédie philosophique universelle, Les notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 1657.

Wittgenstein, etc.). Numerosos pensadores, sendo o mais radical Nietzsche, denunciarão os malefícios da ideologia modernista. Freud provocou um questionamento radical do ideal de homem como ser racional. Depois dele, a escola de Frankfurt, onde os trabalhos de Michel Foucault puseram em evidência a forma como a modernidade é antinómica da ideia de progresso do bem-estar, sublinhando os processos de alienação gerados pelas sociedades modernas. A decadência da ideologia e das práticas modernistas, nomeadamente na criação estética, deu origem ao conceito de pós-modernismo ou de pós-modernidade. Jean François Lyotard considera-a como uma "hipermodernidade", no sentido em que as vanguardas se esgotam em si na sua busca incessante da modernidade (³⁰). A pós-modernidade significa, sobretudo, o desaparecimento de qualquer modelo de sociedade, em que os agentes estão virados para si próprios, para a satisfação das suas necessidades narcísicas, a identidade social é fornecida por aquilo que se consome, mais do que por aquilo que se é. O pós-modernismo remete para uma sociedade sem história, no sentido em que já não há grandes projectos e em que a autoreflexão, para não dizer o autodesprezo, substitui qualquer perspectiva historicista (³¹).

SOCIEDADE CIVIL

A noção de sociedade civil é ambígua. Conheceu na sua História uma inversão completa de sentido. Da Antiguidade ao século XVII, a sociedade civil opõe-se ao estado de natureza, significa qualquer sociedade politicamente organizada. Vindos do latim, os termos *civitas*, *societas civilis* ou, ainda, *res publica* continuarão sinónimos durante muito tempo. Foi só depois da Revolução Francesa e da concepção unitária do Estado-Nação que esta impôs que a noção de sociedade civil se opôs à de Estado, para significar o que tem que ver com o domínio do privado, da sociedade sem o Estado. As marcas desta ambiguidade permaneceram no vocabulário. Os adjectivos "civil" e "cívico" têm a mesma raiz. Contudo, os direitos cívicos dizem respeito àquele que se associa ao poder do Estado e participa na comunidade política, enquanto que os direitos civis definem as obrigações que regem as relações

³⁰ J.-F. Lyotard, *La Condition postmoderne*, Paris, Éd. de Minuit, 1979.

³¹ Sobre a questão da modernidade aplicada à Europa veja-se, nomeadamente: P. Ory, "Modernisme et culture de Masse" e A. Compagnon, "Fin de l'hégémonie culturelle européenne" in *Esprit de l'Europe*, Paris, Flammarion, 1993; G. Vattimo, *La Société transparente*, Paris, Desclée de Brouwer, 1990.

entre indivíduos na sua vida privada. "O conceito de sociedade civil acha a sua formulação sistemática em 1821, nos Princípios da Filosofia do direito de Hegel. Ao introduzir este conceito, Hegel dava conta da mudança mais significativa da modernidade política: a separação da "vida civil" e da "vida política", da sociedade e do Estado; mudança concomitante à revolução industrial (aparecimento da cultura burguesa, importância e autonomia acrescida da esfera económica) e politicamente consagrada pela queda do Antigo Regime ⁽³²⁾."

Hoje em dia, Dominique Colas propõe uma definição operativa da sociedade civil. "Ela designa a vida social organizada segundo a sua própria lógica, nomeadamente associativa, que asseguraria a dinâmica económica, cultural e política ⁽³³⁾."

As variações históricas do conceito mostram até que ponto a sociedade civil é uma noção conflictiva e ideológica. Nos nossos dias reapareceu, na sequência da crise do Estado-Providência e está investida de múltiplas conotações positivas. Aparenta-se então, segundo Francisco Rangeon, a um mito político. "Antes de ser um conceito ou uma ideia, a sociedade civil evoca, em primeiro lugar, um conjunto de valores positivos: a autonomia, a responsabilidade, o facto de os indivíduos se assumirem a si próprios e aos seus problemas. Pela sua dimensão colectiva, a sociedade civil parece escapar aos perigos do individualismo e incitar à solidariedade. Pela sua dimensão civil, evoca a emancipação da tutela do Estado mas, também, de valores mais afectivos como a intimidade, a familiaridade, etc. Explica-se, assim, a reactivação recente do par sociedade civil-Estado ⁽³⁴⁾."

SOCIEDADE INDIVIDUALISTA DE MASSAS

Construí esta expressão para dar conta da originalidade da sociedade contemporânea, onde coabitam dois dados estruturais, ambos normativos mas contraditórios: a valorização do indivíduo, em nome dos valores da filosofia liberal e da modernidade; a valorização do grande número, em nome da luta

³² R. Gervais, "Civile (société)", Encyclopédie philosophique universelle, Les Notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 325.

³³ D. Colas, "Société civile", in Duhamel e Y. Meny, Dictionnaire constitutionnel, Paris, PUF, 1992. Para mais pormenores, ver D. Colas, Le Glaive et le fléau. Généalogie de la société civile et fanatisme, Paris, Grasset, 1992.

³⁴ F. Rangeon, "Société civile: histoire d'un mot", in C.U.R.A.P.P., La société civile, Paris, PUF, 1986, pp. 9-32.

política a favor da igualdade. A economia de mercado assegurou a passagem de um a outro, alargando continuamente os mercados até à instauração da sociedade de consumo de massas, onde encontramos as duas dimensões, a da escolha individual e a da produção em grande número. A sociedade individualista de massas é permanentemente obrigada a gerir estas duas dimensões antinómicas: o indivíduo e as massas, ambos ligados às grandes tradições democráticas europeias mas que alteram os equilíbrios socioculturais anteriores. Não tiro as mesmas conclusões desta realidade da sociedade de massas que a Escola de Frankfurt. O indivíduo pode ser dominado, mas não alterado, conserva uma capacidade crítica. Se a constatação é a mesma, as consequências são diferentes.

A crise do elo social resulta da dificuldade em achar um novo ponto de equilíbrio no seio deste modelo de sociedade. Os laços primários, ligados à família, à aldeia, ao ofício, desapareceram, e os laços sociais, ligados às solidariedades de classe e de pertença religiosa e social também afrouxaram. Resultado: já não há grande coisa entre as massas e o indivíduo, entre o número e as pessoas. Já não há muitos laços. É neste contexto de ausência de gradações socioculturais entre o nível da experiência individual e o da escala colectiva que se situa o interesse da televisão. Ela oferece, precisamente, um laço estruturante entre estas escalas e os seus espaços. Nenhuma das referências unitárias que organizavam antigamente o espaço simbólico das nossas sociedades é estável hoje em dia. Em toda a parte dominam dualidades contraditórias, cuja consequência é uma certa fragilização das relações sociais. Há, como vimos, o par indivíduo-massas, de finalidades evidentemente contraditórias; a oposição igualdade-hierarquia, onde a existência da igualdade não exclui, de forma nenhuma, a realidade de uma sociedade bastante imóvel e hierárquica; o conflito abertura-fechamento, ligado ao facto de a abertura e a comunicação se terem tornado referências de uma sociedade sem grande projecto depois da queda do ideal comunista; o desfasamento entre a elevação geral do nível dos conhecimentos e a realidade maciça de um desemprego desqualificante... O todo num contexto de explosão das estruturas familiares; de desequilíbrios ligados aos movimentos de emancipação das mulheres; de crise dos modelos de trabalho onde as identidades camponesas e operárias desapareceram a favor de um terciário proteiforme; da dificuldade em fazer do meio urbano um quadro de vida aceitável... O tributo à liberdade paga-se caro, como se paga caro o aparecimento da sociedade de massas, em nome da igualdade. Mutações tanto mais difíceis de integrar quanto, por outro lado, os cidadãos, graças aos média, são projectados para o mundo exterior. Cada um a

partir da sua cozinha, ou da sua sala de jantar, dá várias vezes ao dia a volta ao mundo, com a televisão. E, para completar o panorama, não esqueçamos que essa afirmação dos direitos se acompanha de uma recusa das hierarquias, dos códigos e das regras impostas pelas múltiplas instituições que são a família, a escola, o exército, a Igreja... Todos falam mais dos seus direitos que dos seus deveres. Cada qual é livre, mesmo se o resultado é o de uma discreta mas obsessiva solidão explicando, também aí, o regresso desta problemática do elo social (³⁵).

TRADIÇÃO

Na origem da palavra, tradição tem um sentido religioso. O Robert define-a como "uma doutrina ou uma prática, religiosa ou moral, transmitida de século para século, pela palavra ou pelo exemplo". Depois, no domínio do conhecimento, dos costumes, das artes, etc., "é uma maneira, ou um conjunto de maneiras de pensar, de fazer ou de agir, que é uma herança do passado". A tradição é, pois, um produto do passado que tem uma actualidade. O Dictionnaire ethnologique dá, assim, de tradição, a definição seguinte: "o que, de um passado persiste no presente, onde é transmitido e continua a ser actuante e aceite por aqueles que a recebem e que, por sua vez, com o passar das gerações, a transmitem (³⁶)". A tradição já não é, portanto, encarada pelas ciências sociais como um arcaísmo que se imporia aos indivíduos. Aparece, antes, como uma aprendizagem e, portanto, como uma reapropriação. R. Boudon e F. Bourricaud afirmam claramente: "A tradição não é um passado irreduzível à razão e à reflexão, que nos constrange com o seu peso, é um processo pelo qual se constitui uma experiência viva e adaptável. [...] A inculcação não pode ser tida por um processo de ajuste estritamente mecânico. [...] O mínimo que é possível fazer, neste caso é, com Piaget, falar não só de adaptação a um modelo, mas de assimilação do dito modelo, que se acha assim afectado e eventualmente redefinido, nuns ou noutros casos dos

³⁵ Cf. N. Elias, *La Société des Individus*, Paris, Fayard, 1991; Hermès, n.º 19, "voies et impasses de la démocratisation", Paris, Éd. du CNRS, 1996; M. Horkheimer e T.W. ADORNO, *La Dialéctique de la raison*, Paris, Gallimard col. "Tel", 1974; H. Marcuse, *L'Homme unidimensionnel*, Paris, Éd. de Minuit, 1964; A. Renaut, *L'Individu*, Paris, Hatier, 1995; C. Taylor, *Multiculturalisme. Différence et démocratie*, Paris, Aubier, 1994.

³⁶ J. Pouillon, "Tradition" in P. Bonte e M. Izard, *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris, PUF, 1991.

seus traços, pelo esforço do aprendiz (³⁷).” A tradição foi redescoberta pela sociologia histórica. Com efeito, como escreve Bertrand Badie, “longe de constituir um ponto de partida do qual se desligam as sociedades à medida que se vão modernizando, a tradição, aparece, pelo contrário, como um suporte essencial da mudança social (³⁸)”. O estudo do desenvolvimento das nações depois de Tocqueville, permitiu também mostrar que nenhuma sociedade muda radicalmente. Cada fase de mudança comporta elementos de estabilidade, ou políticos, ou culturais, ou sociais, sobre os quais nos podemos apoiar para iniciar os movimentos novos. “Redescobrimo esses elementos de permanência, a Sociologia Histórica reavalia o conceito de tradição para fazer dele, assim, uma componente activa da modernização, estruturando a estratégia das elites e organizando a modernidade em função de uma retoma ou de uma conservação das estruturas profissionais (³⁹).”

³⁷ R. Boudon e F. Bourricaut, "Tradition", Dictionnaire critique de la sociologie, Paris, PUF, 1982, p. 576.

³⁸ B. Badie, "Traditions", Encyclopédie philosophique universelle, Les Notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990, p. 2627.

³⁹ B. Badie, "Traditions", Encyclopédie philosophique universelle, Les Notions philosophiques, vol. 2, Paris, PUF, 1990. Acerca da noção de tradição, ver também É. Hobsbawm, L'Invention de la tradition, Paris, Gallimard, 1992.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABÉLÈS, M. 376
ADDA, J. 294
ADORNO, T. 23-24, 35, 47, 77, 95, 425
AKOUN, A. 173
ALBERT, P. 114
AMEY, P. 204
ANDERSON, B. 352
ANG, G. 24
ANG, I. 134
ANG, K. 24
ANIS, J. 315
ARCY, F. d' 186
ARENDR, H. 69, 423
ARON, J.-P. 47
ARON, R. 47, 69, 200, 376
AUGE, M. 69
- BACKMANN, R. 253
BADIE, B. 186, 335, 352, 376, 422-423, 425
BAECQUE, A. de 376
BALANDIER G. 186
BALIBAR, E. 187, 202
BALLE, F. 26, 97, 134, 221, 234, 423
BANNIARD, M. 335
BARBIER, F. 114
BARNNOUW, E. 23
BARRET-DUCROCQ, F. 352
BARTHES, R. 23, 47, 75-77
BASFAO, K. 335
BASTAIRE, J. 352
BATESON, G. 23, 71
BAUDRILLARD, A. 221
BAUDRILLARD, J. 23, 69
BAUTIER, R. 202
BAYARD, J-F. 335

BEAUD, P. 95
BECKER, J. 352
BELANGER, D. 48
BELL, D. 23, 69, 275
BELLAN, C. 134
BELLANGER, C. 114
BERELSON B. 24, 35, 114
BERENGER, J. 335
BERGER, P. 47, 186
BERGOUNIOUX, A. 95, 186
BERSTEIN, S. 376
BERTHO, C. 114
BERTHO-LAVENIR, C. 114
BERTRAND, A. 315
BESNARD, P. 69
BESNIER, J.-M. 12, 95, 186
BEUTLER, B. 335
BIAGI, S. 134
BILGER, P. 114
BILLIoud, J.-M. 334
BIRNBAUM, P. 47
BLANCHOT, M. 202
BLOOM, A. 150
BLUMLER, J. G. 114, 116
BOGART, L. 114
BOLTANSKI, L. 95
BOMBARDIER, D. 134, 234
BONTE, P. 26, 423, 425
BOUDON, R. 26, 114, 173, 186, 196, 202, 404-405, 417, 422-425
BOUGNOUX, D. 26, 97, 234
BOURDIEU, P. 69, 95
BOURETZ, P. 42, 275
BOURLANGES, J.-L. 376
BOURRICAUD, F. 26, 173, 404-405, 417, 422-423, 425
BOUVIER, A. 173
BOYD-BARRETT, O. 234
BOYER, H. 135
BRAGUES, R. 378

BRAUDEL, F. 337
BRAUMAN, R. 253
BRENDER, A. 296
BRESSARD, A. 48
BRESSON, F. 48
BRETON, P. 48-49, 69, 95, 316
BROCHAIN, Ch. 116
BROCHAND, Ch. 114
BRUNET, R. 355
BURGELIN, O. 75, 135

CAILLOIS, R. 23
CAIRE, G. 378
CALVET, L.-J. 47
CAMPET, P. 114
CANETTI, E. 23, 186
CAREY, J.-W. 23, 134, 222
CARPENTRAS, J.-Y. 296
CARRILHO, M. M. 47
CASCENDI, A.-J. 47
CASTEL, F. du 276
CASTEX, J. 317
CASTORIADIS, C. 69
CAUNE, J. 134, 424
CAYROL, R. 26, 97, 202
CAZENEUVE, B. 75
CAZENEUVE, J. 23, 114, 150
CERTEAU, M. de 47, 95, 164, 424
CHABERON, M. 150
CHALIAND, G. 234
CHALVON-DEMERSAY, S. 115
CHAMBAT, P. 315
CHAMPAGNE, P. 221
CHARDÓN, J.-M. 221
CHARON, J.-M. 221, 234, 252
CHARTIER, R. 95
CHÉNAUX, J.-L. 315
CHEVEIGNÉ, S. de 134

CHOMBART DE LAUWE, H. 75
CHOMBART DE LAUWE, M.-J. 134-135
CLAVAL, P. 376
CLOSETS, F. de 134
CLUZEL, J. 83, 134, 150
COHEN, E. 294
COHEN, J.-L. 315
COHEN-TANUGI, L. 376
COLAS, D. 420, 425
COLLIOT-THÉLÈNE, C. 173
COLOMBANI, J.-M. 252
COMPAGNON, A. 352, 425
CONNET, P. 150
CONSTANT, B. 221
CORBIN, A. 134
CORM, G. 335

DACHEUX, E. 12, 186, 376
DAGOGNET, F. 23, 69, 78
DAHLGREN, P. 186, 221, 234
DAYAN, D. 23, 69, 134
DEBORD, G. 24
DEBRAY, R. 95, 115, 186, 221, 376
DE JAUCOURT, 221
DELACÔTE, G. 87
DELANOI, G. 354
DELMAS, R. 315
DELMAS-MARTY, M. 186
DELORS, J. 286, 294, 376
DELPORTE, C. 252
DELUMEAU, J. 69
DEMORGON, J. 376
DENIS, M. 150
DEPAULE, J.-C. 315
DEPOUX, S. 116
DESJEUX, D. 335
DESROSIERES, A. 173
DESSEMONTET, F. 315

DEUTSCH, K. 352, 417
DEWANDRE, N. 353
DIDI-UBERMAN, G. 150
DISTLER, C. 294
DIWO, J. 115
DORNA, A. 202
DUFOUR, A. 315
DUMONT, L. 24, 173
DUNS SCOT, J. 150
DUPRÉEL, E. 173
DURAND, G. 24
DURANDIN, G. 234
DURKHEIM, É. 47, 104
DUROSELLE, J.-B. 352
DUVAL, R. 115
DUVIGNAUD, J. 70

ECO, U. 70, 135
EHRENBERG, A. 173
EISENSTADT, S. 335
EISENSTEIN, E. 70
ÉLIADE, M. 24
ELIAS, N. 24, 186, 424-425
ELLUL, J. 24
ELSTER, J. 47
EMMANUELLI, X. 221
ENGELHARD, P. 294
ESCARPIT, R. 75, 95
ESTABLET, R. 24

FARGE, A. 221
FASSIN, É. 252
FAYARD, P-M. 150
FELOUZIS, G. 24
FERENCKZI, T. 221
FERRO, M. 70, 77, 95, 234
FINKIELKRAUT, A. 186
FISKE, J. 70, 135

FITOUSSI, J.-P. 315
FLICHY, P. 49, 95, 97, 294
FOGEL, M. 234
FONTANA, J. 377
FOUCAULT, J.-B. de 186
FOUCHER, M. 377
FREMONT, A. 352
FRIEDBERG, E. 187
FRIEDMANN, G. 24, 75-77, 82, 115, 135, 316
FRYBES, M. 377
FUCCHIGNONI, E. 135
FUKUYAMA, F. 315
FUMAROLI, M. 202

GALLINI, C. 173
GANDILLAC, M. de 70
GAUCHET, M. 47, 70, 187
GAUDET, H. 24
GAUTHIER, A. 115, 150
GAUTHIER, G. 187
GAUTIER, C. 202
GAUTIER, P.-Y. 315
GELLNER, E. 352
GERBNER, G. 23
GERSTLÉ, J. 202, 423
GHIGLIONE, R. 150
GIARD, L. 47
GIDDENS, A. 96, 335
GILLES, B. 96
GINGRAS, A.-M. 173
GINNEKEN, J. van 173
GIORDAN, H. 335
GIRAUD, A. 12, 316
GITLIN, T. 135
GLICK, G. Q. 24
GOLDFINGER, C. 275
GOSSELIN, A. 202
GOULDNER, A.-W. 294

GOUYOU-BEAUCHAMPS, 275
GRAWITZ, M. 26, 424
GREMION, P. 352
GRÉTILLAT, F. 204
GRIGNON, Cl. 24
GRISSET, P. 115
GRIZÉ, J.-B. 202
GROSS, L. 23
GROSSER, A. 353
GRUNBERG, G. 95, 186
GRUZINSKI, S. 70
GUÉRY, L. 252
GUEST, G. 418-419, 425
GUILLAUME, M. 69
GUILLEBAUD, J.-C. 174
GUIOMAR, J.-Y. 353

HABERMAS, J. 24, 47, 187-188, 412, 424
HAGÈGE, C. 353
HALBERSTAM, D. 222
HALL, S. 24
HAMMOND, P. 187
HANKISS, E. 353
HASSNER, P. 352
HAVEL, V. 353
HENRY, J.-R. 335
HERVIEU-LÉGER, D. 47
HIRSCHMAM, A. 47
HOGGART, R. 24
HOLLORAN, J. D. 135
HORKHEIMER, M. 24, 47, 70, 425
HOVLAND, C. 96
HUNTINGTON, S. 336, 377, 385, 386, 389
HUNYADI, M. 202

ILLICH, I. 24
IMHOF, U. 336
ISAMBERT, E.-A. 48

ITEANU, O. 316
IZARD, M. 26, 423, 425

JACOBS, N. 135
JAMESON, F. 70
JANIS, I. 96
JAUME, L. 222
JEANNENEY, J.-N. 26, 96, 115
JEANNERET, Y. 150
JOHNSTON, W. 275

KATZ, E. 23-24, 35, 69, 76, 96, 115, 134-135, 202
KELLY, H. 96
KELSEN, H. 174
KERBRAT-ORECCIONI, C. 70
KILANI-MONDHER 377
KLAPPER, J. T. 24
KORNHAUSER, W. 174
KOSELLEK, R. 222
KOUCHNER, B. 222

LABARRIÈRE, P.-J. 414, 424
LABASSE, J. 353
LADMIRAL, J.-R. 336
LACADEC, R. 377
LAIDI, Z. 275
LAMBERTERIE, I. de 316
LASCARDI A.-J. 48
LATOURE, B. 96
LAZAR, J. 26, 97, 115, 222
LAZAREFF, P. 242
LAZARSFELD, P. 24, 35, 76, 96
LEBLANC, G., 203
LE BON, G. 222
LEBRAVE, J.-L. 315
LECA, J. 26, 47, 424
LECERF, J. 336
LECOUR GRANDMAISON, O. 336

LEFORT, Cl. 174
LEGENDRE, P. 48, 150
LEMARCHAND, P. 377
LEMIEUX, V. 203
LEMOINE, P. 275, 316
LENOBLE, J. 353
LEPENIES, W. 336, 424
LEPIGEON, J.-L. 12, 252, 292
LESTANC, C. 316
LÉVI-STRAUSS, C. 24, 48, 70, 96, 145, 424
LÉVY, P. 276-277, 294
LEVY,S.J. 24
LIBOIS, B. 252
LIEBES, T. 115, 135
LIPIANSKY, E.-M. 336
LIPPMANN, W. 222
LIVET, P. 203
LIVINGSTON, S. 135
LLOYD, A. 353
LOCHARD, G. 135
LONDRES, A. 242
LUCKMANN, Th. 47, 186
LUNT, P. 135
LURÇAT, L. 150
LUSTIGER, J.-M. 377
LYOTARD, J.-F. 25, 419, 425

MAC BRIDE, S. 25, 78
MAC COMBS, M. E. 25
MAC LUHAN, M. 25
MAC QUAIL, D. 25
MACHEREY, P. 174
MACHLUP, F. 275
MAFFESOLI, M. 70, 187
MAGRIS, C. 336
MALRAUX, A. 70, 136
MANIN, B. 187
MARCUSE, H. 25, 48, 70, 77, 187, 425

MARIN, L. 25, 150
MARLEY, D. 96
MARTIN, M. 222
MASCLET, J.-C. 353
MASSIT FOLLEA, E. 315
MATHIEN, M. 252
MATTELART, A. 25, 49, 87, 115, 275, 316, 353
MATTELART, M. 115
MATTELART, T. 377
MAUS, D. 353
MEHL, D. 115, 135, 150
MENDRAS, H. 353
MERCIER, A. 252-253
MERMET, G. 187
METZ, C. 25
MEUNIER, J.-P. 96
MEYER, M. 174, 203
MEYER-BISCH, P. 187, 203, 424
MICHEL, B. 353, 377
MICHEL, H. 115, 353
MICHEL, P. 70, 353
MIÈGE, B. 96-97, 187
MILLON-DELSOL, C. 336
MILZA, P. 376
MINC, A. 48, 276
MISSIKA, J.-L. 12, 25, 316
MOINOT, P. 115
MOLES, A. go, 96, 150
MOLINER, P. 115
MONDZAIN, M.-J. 48
MONERY, A. 253
MONET, D. 276
MONGIN, O. 316
MONNET, J. 327, 377
MORIN, E. 25, 75-77, 96, 135, 377, 424
MORLEY, D. 150
MOSCOVICI, S. 26, 70
MOUCHON, J. 203

MOUNIER, V. 135
MOUSSEAU, J. 114
MUCHEMBLED, R. 48
MUMFORD, L. 25
MUSSO, P. 275-276, 315

NÉGROPONTE, N. 276, 294
NEUMANN, J. von 48
NEVEU, E. 96, 203
NIMMO, D. 203, 423
NÖELLE-NEUMANN, E. 116, 187
NOIZET, G. 48
NORA, D. 294
NORA, P. 70
NORA, S. 276

PACKARD, V. 25
PADIOLEAU, J. G. 25, 203, 222, 253
PAILLART, I. 187
PALMER, M. 234
PAPON, P. 87
PARAYA, D. 96
PARODI, J.-L. 174
PASQUIER, D. 115, 151
PASSERON, J.-C. 24, 96
PASTOUREAU, M. 336
PATRICK, M. 377
PERCHERON, G. 115
PERRIAULT, J. 151
PEYREFITTE, A. 174
PHILONENKO, A. 353
PIGNON, G. 48
PITTE, J.-R. 353
PLENEL, E. 253
POIRRIER, J. 316
POIVRE D'ARVOR, P. 253
POLET, J.-C. 336
POMIAN, K. 336

POMONTI, J.-L. 135

PORAT, M. 276

PRÉVOST, B. 114

PROULX, S. 49, 69

PUTMAN, H. 70

QEVAl, J. 115

QUEAU, P. 295

QUERE, L., 115

QUERMONNE, J.-L., 377

RABOYM, 276

RANGEON, F. 420, 425

RAWLS, J. 222

RAYNAUD, P. 26, 70

REAU, E. du 377

REICH, R. 276

REMONTÉ, J.-F. 116

RENAUT, A. 48, 70, 425

REYNIE, D. 174

RIALS, S. 26

RICCEUR, P. 295

RIESMAN, D. 25, 77

RIGAUD, J. 135

ROQUEPLO, P. 151

ROSANVALLON, P. 174, 187, 194, 315

ROSNAY, J. de 276, 295, 317

ROSSO, R. 186

ROUGEMONT, D. de 336

ROUSSEAU, J. 116

ROVIELLO, A.-M. 71

RUELLAN, D. 253

RUPNIK, J. 353

SADOUN, M. 335, 352

SAID, E. W. 151

SALLENAVE, D. 71

SAMAIN, O. 252

SANDERS, D. 203
SAPIR, E. 96
SAUVAGE, M. 115
SCHAEFFER, P. 25
SCHILLER, H. 25
SCHLESSINGER, P. 25
SCHMIDT, J.-C. 336
SCHNAPPER, D. 353, 377
SCHRAMM, W. 23, 25, 35
SCHUDSON, M. 234
SEEBACHER, J. 352
SEGALEN, M. 353
SEMELIN, J. 353
SENNETT, R. 25, 71
SERRES, M. 48, 71, 78
SFEZ, L. 27, 48-49, 97
SHANNON, C. 25
SHAW, D. L. 25
SILBERMANN, A. 96
SILLS, D. L. 27
SILVERSTONE, R. 222
SIMMEL, G. 48, 424
SIMONDON, G. 26
SINDZINGRE, N. 415, 424
SINGLY, F. de 116
SLAMA, A.-G. 174, 187
SMOUTS, M.-C. 376
SOUCHON, M. 26, 111, 135, 150
STOETZEL, J. 174, 377
STOURDZE, Y. 96-97, 275
SWANSON, D. 203, 423
SZECKSKÖ, T. 352
SZUCS, J. 354

TAGUIEFF, P. A. 354, 377
TANON, F. 135
TAP, P. 424
TARDE, G. 26, 202

TASSIN, E. 187
TAYLOR, C. 336, 425
TCHAKHOTINE, S. 26, 174
TÉTU, J.-F. 187
THÉRET, B. 377
THERY, G. 265, 276, 286
THEVENOT, J. 115
THIBAU, J. 116
THIBAUT-LAULAN, A.-M. 97
THUAL, E. 354
TOCQUEVILLE, A. de 26, 180, 422
TODD, E. 377
TODOROV, T. 336, 354
TOFFLER, A. 276, 378
TONNIES, F. 336
TOULEMONT, R. 378
TOURAINÉ, A. 26, 71, 95, 203, 316, 418, 425
TUDESQ, A.-J. 114
TURNER, B. S. 295

VALADE, B. 416, 424
VASSEUR, E. 276
VATTIMO, G. 71, 295, 425
VELTZ, P. 336
VERMES, G. 135
VÉRON, E. 97, 134, 188
VEYRAT-MASSON, I. 203
VIARD, J. 336
VIGNAUX, G. 203
VIVANT, M. 316
VOLKOFF, V. 235
VOYENNE, B. 378

WATZLAWICK, P. 26, 174
WEAVER, W. 25
WEBER, M. 26, 47, 70, 173, 275, 402
WEBERN, E. 336
WIEVER, N. 38, 276

WIEVIORKA, M. 12, 235, 336, 354

WINCKLER, A. 353

WINDISCH, U. 204, 337

WINKIN, Y. 12, 26, 28, 97

WITHOL DE WENDEN, C. 336

WOLTON, D. 25-26, 116, 174, 188

WOODROW, A. 235

WORTH, T. L. 23

ZWEIG, S. 337

ZYBERBERG, J. 174

ÍNDICE TEMÁTICO

cidadão 19, 34, 44, 54, 60-61, 75, 84, 92, 102, 109, 126, 139, 155-156, 160-162, 165-167, 170, 181, 183, 189, 190-193, 195-196, 199, 209, 211, 216, 217, 219, 240, 243, 245, 270, 272, 287, 301, 321, 335, 340, 342-343, 346, 349, 356-358, 362-364, 367, 371-372, 381-382, 411-412, 421

coabitação cultural 68, 329-330, 351

comunidade 35, 43, 59, 86-88, 106-107, 109-110, 125, 139-141, 148, 181-185, 230, 268, 283, 302, 323, 328, 339, 346, 350, 383-384, 387, 399

comunicação de massas 42, 77, 79, 93, 119, 121, 123, 155, 303

comunicação funcional 16-18, 21, 57, 60, 64, 80, 384, 407

comunicação normativa 17-19, 21, 57, 60, 379

comunicação política 42, 83, 156-158, 164, 169, 189-193, 198, 200, 204, 360, 363, 372

cultura 10, 13, 15, 32, 33-34, 37-38, 50, 52, 55, 59, 65, 68, 76, 78, 85, 89, 92-93, 102, 108, 121-133, 135-136, 138, 143-147, 165, 172, 184, 189, 215, 219, 227, 229, 243, 267, 269-271, 282, 284, 305, 307, 309, 311-313, 326-328, 332-333, 338, 369-370, 385-386, 405, 409-411, 418, 420, 423

cultura de grande público 409

democracia 20, 35, 40, 53-54, 79-81, 93, 101, 110, 120-121, 155, 157-158, 166, 170, 175, 177-180, 185, 189, 192-197, 199, 201, 207, 209, 212, 232, 240, 260-262, 290, 314, 321, 325, 331, 358-360, 363, 406, 408, 412-413

deontologia da informação 212

espaço público 22, 53-54, 79-80, 118, 129, 157-158, 164, 175, 177-185, 188, 192-193, 196, 199-201, 213-215, 219, 232-233, 238, 263, 301, 368, 370, 372, 381, 382

Europa do Leste 274, 325, 328, 332, 360, 365

Europa democrática 325, 340, 342

Europa política 321, 325-328, 330, 333, 340-341, 343, 348, 350, 359, 362-365, 367, 369-370, 374, 383

Europa tecnocrática 325, 340, 369

políticos 10, 34, 37, 39, 46, 54, 59, 63-64, 67, 73, 75, 90, 92, 123, 155, 159-162, 164, 165-166, 168-172, 175, 178, 190, 192-195, 198-200, 207, 212, 223, 230, 232, 240, 250, 259, 273, 282, 304, 332-345, 355-356, 367, 370-374, 379, 387, 408, 412-413, 416, 418, 422-423

identidade 11, 14, 59, 65-68, 80, 93, 102, 105, 112-113, 128-132, 139, 145, 157, 190, 200, 213, 238, 248, 268, 289-290, 300-302, 313, 323-324, 326, 328-330, 338-343, 345-350, 356-357, 365-367, 369-371, 382-384, 386, 414-416, 419

identidade nacional 113, 129, 131, 157, 330, 339, 341, 346-347

ideologia da comunicação 35, 48, 278, 292

ideologia técnica 16, 41, 46, 48, 104, 140, 257-261, 278-279, 284, 289, 291, 298

imagem 15, 36, 58, 76-77, 81, 87, 90, 93-94, 107-110, 127, 129-130, 142, 148-149, 160, 236, 244, 246-247, 265-267, 285, 291, 308, 398, 404, 406-407

indivíduo 15, 17, 31-35, 37-41, 44, 51, 61, 84, 90, 94, 101, 106, 110, 124-126, 138, 141, 148, 176, 183-184, 193-194, 196, 257, 268, 272, 289, 297, 299, 303, 309, 329, 373, 388-400, 406, 410-411, 414-418, 420-421

Internet 40-41, 45, 60, 79, 82, 114, 147, 245, 258, 263-272, 281-282, 289, 291, 300, 302-305, 307, 311, 313-316, 327, 384

jornalismo 10, 109, 162, 207, 209-211, 226, 228, 231-232, 237-238, 241-243, 245, 247-251, 292, 381

jornalista 10, 44, 54, 63-64, 90, 118, 147, 160-163, 167, 169-172, 189-190, 207-208, 211-215, 218-219, 223-233, 234-250, 252-253, 343, 356, 381, 408

laço social 118, 303, 308, 341, 387, 421

modernização 33-34, 36-38, 53, 74, 113, 180, 285, 328, 331, 341, 349, 370, 379, 383-385, 380, 403, 405, 417-418, 423

modernidade 9, 19, 31-32, 34, 36-37, 41, 53, 60-61, 73, 75, 96, 101, 104, 129-130, 157, 180, 263-264, 269-272, 280, 282, 296, 300, 311-312, 324, 327, 346, 349, 366, 383, 399, 403, 406, 417-420, 423, 425

multiculturalismo 108, 126, 328, 330, 411

opinião pública 83, 119, 159, 161, 163-164, 184, 193-195, 198-199, 207, 216, 322, 343-344, 368-369, 372, 408, 412

prospectiva 85, 88, 230, 257, 279, 285-288, 293, 304

público (grande) 10, 74-75, 105, 109-111, 117-121, 123-124, 126-130, 136, 139, 141-142, 145-146, 148, 304, 409-410, 423

ciências da comunicação 12, 82, 87, 97, 402-404

ciências sociais 9-10, 48, 75, 86-87, 102-103, 178, 246, 333-334, 398, 401, 422

sociedade civil 157, 201, 403, 412, 419-420

sociedade da informação e da comunicação 63, 84, 263

sociedade individualista de massas 32, 34, 39-40, 101, 104, 107, 124, 142, 148, 157, 197, 268, 290, 338, 379-380, 387, 403, 410, 420-421

técnicas de comunicação 16, 20-21, 33, 38, 40, 42-44, 46, 21-52, 54, 62, 80, 84-85, 87, 90, 92, 198, 258, 260-262, 269-270, 272-274, 278, 287, 289, 291, 296-297, 302-307, 310, 313, 323, 380, 383, 390, 397, 399, 404-405

tecnologias (novas) 210, 237-238, 267, 288, 309, 389, 406

televisão cultural 122-123, 127-128, 131, 144-145

televisão europeia 350

televisão generalista 43, 104, 106-113, 118-119, 122, 128-129, 132, 137-138, 143, 142, 148, 380

televisão pública 106, 110, 113

televisão temática 104, 110-111, 113, 122, 127, 144, 146, 148, 266

tradição 35, 37, 40, 52, 61, 75-77, 78, 82, 97, 111, 129, 145, 190, 196, 224, 232, 238, 246, 270, 280, 323, 324, 329, 349, 357, 361, 367, 374-375, 382, 392, 398, 401, 418, 422, 425

ÍNDICE

PREFÁCIO. Vinte anos de investigação

INTRODUÇÃO GERAL: Existe uma margem de manobra

Primeira Parte:

OS CONCEITOS

Introdução: Comunicação e modernidade

Capítulo 1: Comunicação e sociedade: três hipóteses

Capítulo 2: As contradições culturais

Capítulo 3: As investigações

Segunda Parte:

TELEVISÃO, O ELO SOCIAL

Introdução: O elo social da sociedade individualista de massas

Capítulo 4: Televisão generalista e teoria da sociedade

Capítulo 5: A cultura e a televisão

Capítulo 6: Forças e limites do temático

Terceira Parte:

COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

Introdução: Não há democracia sem comunicação

Capítulo 7: O triângulo infernal: jornalistas, políticos, opinião pública

Capítulo 8: O espaço público

Capítulo 9: A comunicação política

Quarta Parte:

INFORMAÇÃO E JORNALISMO

Introdução: Tudo se complica

Capítulo 10: Entre ideal e ideologia

Capítulo 11: O frágil triunfo da informação

Capítulo 12: As três crises do jornalismo

Quinta Parte:

AS NOVAS TECNOLOGIAS

Introdução: Os danos da ideologia técnica

Capítulo 13: As chaves do êxito: transparência, rapidez e imediatez

Capítulo 14: As solidões interactivas

Capítulo 15: Manter as distâncias

Sexta Parte:

A EUROPA

Introdução: A comunicação face à História

Capítulo 16: Do multiculturalismo à coabitação

Capítulo 17: Identidade e comunicação

Capítulo 18: O difícil nascimento do espaço político

CONCLUSÃO GERAL: O fio da navalha

As ciências da comunicação

Os três pólos da investigação

Glossário

Índice onomástico

Índice temático

A comunicação é um dos símbolos mais fortes do século XX. O seu objectivo de aproximar os homens, os valores e as culturas, está no âmago do modelo democrático e impõe-se através de técnicas cada vez mais eficazes e sedutoras. O seu êxito é tal que são numerosos aqueles que vêm nos multimédia e nas auto-estradas da informação a resposta para os males da nossa sociedade e o esboço de novas formas de solidariedade.

Dominique Wolton coloca as coisas nos seus lugares e explica, convincentemente, que não devemos confundir êxitos técnicos com nova sociedade. Apesar das técnicas mais sofisticadas e mais interactivas, encontramos sempre desigualdades, sobretudo a mesma dificuldade de compreensão e, às vezes, a mesma solidão. Quanto mais eficaz é a comunicação técnica, mais vimos a descobrir o que a separa da comunicação humana.

Este livro apaixonante sobre a comunicação, mostra os perigos de que é preciso protegê-la. Para melhor comunicar é preciso reforçar as identidades, reencontrar o tempo e respeitar o que nos separa. Pensar a comunicação é, antes de mais, recordar que não existe democracia sem comunicação. É, depois, desenvolver conhecimentos para manter a distância a tantas promessas. E é, por fim, evitar que a comunicação não se "danifique" em contacto com os interesses e com as ideologias no momento em que triunfa a sua dimensão instrumental.

Balanço de vinte anos de investigação sobre a televisão, a cultura, a comunicação e a política, o jornalismo, as novas tecnologias e a Europa, esta obra é, também, o olhar lúcido e corajoso de um investigador sobre a sua disciplina.



Viciados em Livros
seu grupo de compartilhamento de ebooks

<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>
<http://groups.google.com/group/Viciados em Livros>